

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-graduação em Sociologia
Luciana Caravelas



A imagem do Nordeste no jornalismo brasileiro
no contexto dos anos 70 e 80
Através de fotografias e textos do *Jornal do Brasil*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de pós-graduação em Sociologia**

**A imagem do Nordeste no jornalismo
brasileiro no contexto dos anos 70 e 80**
*Através de fotografias e textos do *Jornal do Brasil**

LUCIANA CARAVELAS

Recife, 2006.

LUCIANA CARAVELAS

**A imagem do Nordeste no jornalismo
brasileiro no contexto dos anos 70 e 80**
*Através de fotografias e textos do *Jornal do Brasil**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia, sob a orientação da Professora Dra. Lília Junqueira.

C262i Caravelas, Luciana

A imagem do Nordeste no jornalismo brasileiro no contexto dos anos 70 e 80 através de fotografias e textos do Jornal do Brasil – Recife: o autor, 2006.

365 folhas: il., tab., graf., fotos.

Orientador: Lília Juunqueira

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Recife, 2006.

Inclui bibliografia.

- 1. Nordeste. 2. fotojornalismo. 3. Natanael Guedes.**
- 4. FJornal do Brasil I. título**

**316.77
302.23**

**CDU (2 ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2006/36**

Dedico este estudo ao povo nordestino, especialmente a meu querido pai, Natanael Guedes, um homem forte, lutador, sonhador, que tanto amou o solo, o povo, a paisagem e a cultura do Nordeste do Brasil.

Agradecimentos

Esta pesquisa começou a ser construída há mais de 30 anos, quando o repórter fotográfico Natanael Guedes passou a arquivar fotografias feitas por ele e reportagens sobre o Nordeste brasileiro feitas pelos jornalistas do *Jornal do Brasil*, da sucursal de Recife.

Natanael era meu pai e o meu melhor amigo. Um homem que me ensinou a sonhar sempre que possível, a amar todos os dias e a sofrer só quando necessário. Uma criatura que marcou definitivamente a minha vida, o meu jeito contraditório de ser, as minhas poucas virtudes, os meus inumeráveis defeitos, o meu amor ao Recife, a crença de que podemos ser felizes a qualquer tempo e a disposição de recomeçar sempre que possível. Com os documentos que deixou em suas gavetas, transformei-os em matéria prima deste estudo sobre a imagem do Nordeste no jornalismo brasileiro.

Por isso, sou profundamente grata ao meu pai pelo legado que me deixou, pelo seu profissionalismo e amizade. Infelizmente, ele não está mais aqui para rir de felicidade, ler as páginas que seguem, não pode ver as suas fotos aqui impressas; não pode constatar a síntese do fragmento do seu olhar fotográfico que ajudou a construir, também, imagens sobre a região em que nasceu, viveu e amou.

Quero, também, agradecer a minha mãe, Lúcia César Guedes, por ter me dado a oportunidade de ver como a mulher nordestina é forte e lutadora, pela chance que me deu de viver, pois por menor que seja o tempo que eu venha viver já valeu a pena tudo que senti, experimentei e sonhei, porque a vida é o meu maior presente.

Sou muitíssimo grata à professora Lília Junqueira, por ter acreditado no meu projeto, pelo seu companheirismo, dedicação e suas pertinentes intervenções.

Sou grata ao *Jornal do Brasil*, por ter divulgado a minha região com tanta frequência nas últimas décadas do século passado e por ter ajudado ao meu pai, através de seu emprego, a me criar com suas fotografias.

Quero dizer obrigada a todos jornalistas da sucursal do JB em Recife, pelas matérias que produziram sobre o Nordeste e que são objeto deste estudo, principalmente a Terezinha Nunes e a Letícia Lins, pela imensa quantidade de reportagens que pautaram e produziram, ao lado do meu pai, desvendando, pesquisando fatos, viajando para mostrar uma região que não era apenas uma caricatura, um discurso, uma construção mental, mas uma realidade social em

construção extremamente complexa que não podia ser reduzida, rotulada e estereotipada. A agenda setting da sucursal ajudava, assim, a desconstruir mitos e preconceitos sobre o Nordeste brasileiro.

Agradeço ao repórter fotográfico Josenildo Tenório, pela gentileza da entrevista que concedeu sobre fotojornalismo nos anos 70 e 80, e por sua influência na vida profissional de Natanael Guedes, que o tinha como seu melhor amigo. Juntos, eles fotografaram os Nordestes de seus sonhos e de suas realidades.

Agradeço a todos os professores do programa de pós-graduação de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, pelo ensino gratuito e de qualidade.

A Ceres, meu muito obrigada, por sua gentileza e profissionalismo. No serviço público, ainda, há funcionários como Ceres, que se colocam na posição do “outro” e estão sempre dispostos a ajudar e a tornar as relações humanas melhores.

Agradeço a Zuleika Elias, por todo empenho na tramitação do meu processo de conclusão do doutorado.

Quero agradecer à Universidade Salgado de Oliveira (Universo), por ter me proporcionado contar com a colaboração de duas alunas do curso de Jornalismo, através do Programa de Iniciação Científica (PIC).

Sou muito grata as minhas alunas Acaziele Melo e Cleiva Carneiro, por terem me ajudado na coleta dos dados e pelo companheirismo.

Agradeço a Socorro Job, pela gentileza de ter escaneado algumas das matérias que compõem esta tese.

A Ana Elizabete da Silva Pereira, obrigada por seu incentivo e companheirismo nesta caminhada.

Meu muito obrigada a professora Marta Rocha, por sua solidariedade e apoio.

Obrigada, Tatiana Martinez, por ter feito o *abstract* da tese.

A minha tia Maria José Guedes, obrigada por sempre torcer por mim.

Aos meus filhos Long, Ricardo e Raimundo, gostaria que aprendessem que a vida é uma luta diária, não se esquecessem que não se conquista o que não se lutou e acreditassem que através da educação podemos ser melhores como cidadãos e ter vãos mais altos.

Resumo

O objeto deste estudo é analisar que imagem o *Jornal do Brasil* veiculou sobre o Nordeste brasileiro nos anos 70 e 80. Procura verificar como o contexto social e político influenciaram nas representações sociais do Nordeste brasileiro na imprensa nacional; detectar de que forma o campo jornalístico contribuiu na construção da identidade nordestina e na reprodução de estereótipos; identificar como as fotografias e as matérias jornalísticas revelam o cotidiano, o povo, os políticos, a cultura e a economia nordestina.

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, documental, feita a partir da análise de conteúdo de cerca de 500 reportagens veiculadas no *Jornal do Brasil* sobre a região, produzidas pela sucursal de Recife; bem como foi examinado o suplemento especial anual do jornal, chamado Caderno Nordeste, do período de 1975 a 1981. O estudo analisa, ainda, 60 fotografias do repórter fotográfico Natanael Guedes, buscando identificar as representações sociais contidas nas imagens e de que maneira seu estilo profissional, seu apego à região interferem na produção dessas imagens.

A pesquisa ancorou-se em abordagens sociológicas da contemporaneidade, como, por exemplo, e a idéia de identidade cultural múltipla, contraditória, híbrida, móvel, defendida por Stuart Hall, Manuel Castells, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe; a concepção da região Nordeste enquanto imagem e espaço construídos, representação social, identificadas nas obras de autores como Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Durval de Albuquerque, Djacir Menezes, Josué de Castro; bem como o conceito de campo social, desenvolvido por Pierre Bourdieu, especificamente o de campo e de *habitus* jornalístico.

Os dados revelam que o Nordeste das décadas de 70 e 80 apresenta-se com imagens híbridas, multifacetadas, fragmentadas, com graves problemas sociais, como, por exemplo, enchente, seca e miséria, mas também rico, que se desenvolve economicamente, se industrializando; um Nordeste que reivindica, sabe o que quer. Nordeste de retirantes, mas também com políticos, artistas e intelectuais de projeção nacional. Nordeste repleto de praias bonitas, calmas e de águas mornas, com uma cultura e gastronomia diversificada. Nordeste de gente pacífica, mas também que faz greve, briga, comete violência. Nordeste estratégico para o governo central, mas também que quer ser independente. Nordeste onde o moderno convive com o arcaico; o presente se mistura cotidianamente com o passado.

O olhar do repórter fotográfico Natanael Guedes, o campo profissional do jornalismo, a linha editorial do *Jornal do Brasil*, o cenário político, econômico e social da época, tudo isso contribuiu para a veiculação de várias imagens nordestinas que o JB mostrou nos anos 70 e 80. Assim, o que se tem não é Nordeste brasileiro, uma região unitária, homogênea, mas Nordestes brasileiros, uma região híbrida que produz identidades híbridas, heterogêneas, complexas e contraditórias.

Palavras-chaves: Fotojornalismo; jornalismo; Jornal do Brasil; Natanael Guedes; Nordeste.

Abstract

The objective of this study is to analyze the image of the Northeast of Brazil that the *Jornal do Brasil* newspaper published about that region in the 1970s and the 1980s. It aims to verify how the social and political context influenced the social representations

of the Brazilian Northeast within the national press. The study also aims to detect the way the journalistic field has contributed to the Northeastern construction of identity and to the reproduction of stereotypes. Finally, the paper intends to identify how the photographs and journalistic articles reveal daily life, the people, the politicians, the culture and the Northeastern economy.

The research is of a qualitative, documental nature, built from analyses of the content of around 500 reports published in *Jornal do Brasil* about the region, produced by JB's Recife branch. Its special annual supplement from 1975 to 1981, called *Caderno Nordeste*, was also examined. The study analyzes 60 photographs of the journalistic photographer Natanael Guedes, seeking to identify the social representations within the images and the way its photographic style and his commitment to the region interfere in the production of such images.

The research based itself in contemporary sociological approaches and the idea of a multiple cultural identity; one which is contradictory, hybrid and mobile – as sustained by Stuart Hall, Manoel Castells, Ernesto Laclau, and Chantal Mouffe; the conception of the Northeast region as image and space, social representation identified in the work of Gilberto Freire, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Durval Albuquerque, Djarcir de Menezes, Josué de Castro; and the social field concept developed by Pierre Bourdieu, specifically the one of journalistic field and habits.

The data reveals that the Northeast from the 1970s and the 1980s presents itself through images which are multifaceted, fragmented, hybrid, with deep social problems as, for instance, floods, drought and famine, but also showing a region that is rich and developing both economically and industrially. The images and reports portray a Northeast that protests, that knows what wants; a Northeast of rural exodus, but of politicians, artists and intellectuals of national projection. A Northeast filled with beautiful quiet warm water beaches and with diversified culture and gastronomy; A Northeast of peaceful people but that also goes on strike, fights and commits acts of violence; A northeast strategically located for the central government, but also that wants to be independent; A Northeast where the modern lives with the old; the present mingles with the past on a daily basis.

The eye of the photographic reporter Natanael Guedes, the professional field of journalism, the editorial line of *Jornal do Brasil*, the political, economical and social setting of that time – it all contributed to the publishing of various Northeastern images that the JB showed in the 70s and the 80s. Therefore, the result is not a Brazilian Northeast – a region united and homogeneous – but a confluence of *Brazilian Northeast*s, a hybrid region that produces hybrid, heterogeneous, complex and contradictory identities.

Key-words: Journalist; Photograph; Jornal do Brasil; Natanael Guedes; Northeast.

Sumário

Lista de ilustrações, 14

Lista de siglas, 17

Introdução, 19

Capítulo I -Nordeste: uma identidade regional híbrida, regionalismo e literatura, 26

1.1. Refletindo a questão da identidade regional, 27

1.2. Identidades multifacetadas, 28

1.3. Em busca do regionalismo, da diferença, 32

1.4. Regionalismos Nordestinos, 34

Capítulo II -Indicadores sociais, perfil de um substrato para a imagem do Nordeste na mídia, 49

2.1. Afinal: O que é o Nordeste brasileiro? 50

2.2. Geografia do Nordeste, 51

2.3. Fragmentos históricos, 53

2.4. As disparidades regionais e a criação da Sudene, 58

2.5. Órgãos de desenvolvimento do Nordeste, 62

2.6. Alguns indicadores sociais do Brasil e do Nordeste, 63

Capítulo III-O cenário dos anos 70 e 80 no Brasil e no Nordeste, 71

3.1. O cenário nacional, regional e internacional dos anos 70, 73

3.2. O contexto internacional e nacional dos anos 80 influenciando no Nordeste, 81

Capítulo IV - Campo jornalístico nos anos 70 e 80 no Brasil, 89

4.1. Meios de comunicação transmitem imagens, 90

4.2. O jornalismo enquanto *habitus* e campo profissional, 93

4.3. O desenvolvimento do campo jornalístico no Brasil, 102

4.4. Jornal do Brasil, 107

4.5. Jornalismo, Poder e o Nordeste brasileiro na ditadura e na transição política, 111

4.6. O fotojornalismo no cenário dos anos 70 e 80 no Brasil, 117

Capítulo V - Metodologia da pesquisa, 122

5.1. Objeto, 122

5.2. Modelo da pesquisa, 126

5.3. Métodos e técnicas adotados, 127

5.4. Seleção das fotografias e das matérias jornalísticas, 131

Capítulo VI - O Nordeste brasileiro que o JB mostrou nos anos 70 e 80 através do Caderno Nordeste e das reportagens da sucursal de Recife, 132

- 6.1. Caderno Nordeste, 134
 - 6.1.1. Caderno Nordeste 1975, 135
 - 6.1.2. Caderno Nordeste 1976, 145
 - 6.1.3. Caderno Nordeste 1977, 159
 - 6.1.4. Caderno Nordeste 1978, 167
 - 6.1.5. Caderno Nordeste 1979, 172
 - 6.1.6. Caderno Nordeste 1980, 187
 - 6.1.7. Caderno Nordeste 1981, 201
- 6.2. O Nordeste que o JB mostrou através de reportagens da sucursal de Recife, 207
 - 6.2.1. Política, 207
 - 6.2.2. Denúncias, 219
 - 6.2.3. Economia, 231
 - 6.2.4. Meio ambiente, 234
 - 6.2.5. Religião, 237
 - 6.2.6. Educação e esporte, 246
 - 6.2.7. Turismo e cultura, 251
- 6.3. Gente de expressão, 258
- 6.4. Comentários, 263

Capítulo VII- O Nordeste brasileiro no fotojornalismo de Natanael Guedes, 265

- 7.1. Fragmentos históricos da história da fotografia, 265
- 7.2. Mensagem fotográfica, 267
- 7.3. Natanael Guedes: repórter fotográfico no furacão da história, 271
- 7.4. Imagens nordestinas nas lentes de Natanael Guedes, 285
 - 7.4.1. Pobreza e cotidiano romanceados, 285
 - 7.4.2. Política, 313
 - 7.4.3. Símbolos e personalidades nordestinas, 327
 - 7.4.4. Paisagens nordestinas, 337
- 7.5. Algumas considerações, 347

Conclusões, 348**Referências bibliográficas, 358**

Lista de ilustrações

Figura 1- Modelo da pesquisa sobre a imagem do Nordeste no jornalismo no Brasil

- Fotografia 1** - José Maria saiu de Souza, PB, e depois de viajar a pé 30 dias com mulher e filho não sabe para onde vai – 09/10/83.
- Fotografia 2** - D. Maria José Nunes, que teve 22 filhos, viveu “num tempo atrasado, sem anticoncepcionais”.
- Fotografia 3** - Os programas do Dnocs não mudaram quase nada na vida do nordestino – 09/12/79.
- Fotografia 4** - A miséria com a qual o Recife rico já se acostumou, de tanto ver – 17/06/77.
- Fotografia 5** - No mocambo de Maruim, a invasão das águas é uma rotina invariável, trazendo podridão e doença - 09/10/7.
- Fotografia 6** - Em Codó, 80 mil crianças morrem ao nascer, 12% morrem antes de fazer um ano, e as que escapam subsistem trabalhando apenas para sobreviver, tendo uma expectativa de vida de 45 anos – 09/10/78.
- Fotografia 7** – No Sertão a sobrevivência chega a depender de colheitas irrisórias – 30/11/75.
- Fotografia 8** - Os favelados recifenses vendem até a mobília para comprar comida - 18/03/84.
- Fotografia 9** - Acampamento de lavradores muda cartão-postal do Recife – 14/09/86.
- Fotografia 10** - Comerciantes invadem áreas tombadas, como o Alto da Sé – 18/12/88.
- Fotografia 11** - O pouco que se pesca não presta e 25 mil pessoas estão com fome – 08/02/76.
- Fotografia 12** - O comércio fechou por causa da inundação do centro – 15/04/84.
- Fotografia 13** - Com a Subida do São Francisco, as águas estão invadindo as plantações dificultando ainda mais a vida dos plantadores, especialmente os pequenos - 20/03/79.
- Fotografia 14** - Os moradores dos mocambos abandonam seus casebres em barcos – 16/04/84.
- Fotografia 15** - Os enormes poços Amazonas, construídos pelos alistados, abastecem a vizinhança - 22/11/87.
- Fotografia 16** - A seca no Ceará, este ano, foi inclemente. A falta de crédito enfraqueceu ainda mais a agropecuários – 16/12/79
- Fotografia 17** – Mais de 40 homens já estão trabalhando nas obras de infra-estrutura da barragem de Brotas – 08/09/74.
- Fotografia 18** - Nas frentes de trabalho, as mulheres trabalham como os homens para sobreviver na terra sem água.- 18/09/83.
- Fotografia 19** – O agrônomo Jonas fiscaliza o replante da cebola - 20/02/8?
- Fotografia 20** – Os quilombos sobrevivem no sertão da Paraíba, 30/06/80.
- Fotografia 21** - A paralisação dos trabalhadores da Zona da Mata foi considerada legal – 03/10/79.
- Fotografia 22** - Os trabalhadores rurais acham o movimento vitorioso e festejaram o acordo – 09/10/79.

- Fotografia 23** - Trepadores de coqueiros exigem que usina pague Cz\$ 1,50 por escalada para tirar coco - 7/09/86.
- Fotografia 24** - Na Zona da Mata, cerca de 350 mil trabalhadores recolheram suas foices e deixaram os canaviais - 22/09/87.
- Fotografia 25** - O soldado Valença, que tinha um mês de farda, morreu a facadas e foi enterrado com honrarias militares – 31/01/87
- Fotografia 26** - O destacamento policial foi todo substituído, para maior eficiência na caça A. Vilmar.
- Fotografia 27** - Um pacto moral de não agressão foi conseguido em Exu por dom Avelar Brandão – 05/08/81.
- Fotografia 28** - Maleta 007 e escopeta nas mãos, o major Moura desembarcou da Veraneio para assumir a Prefeitura – 11/11/981.
- Fotografia 29** - Figueiredo viu o Drama da Paixão em Nova Jerusalém. Hoje anuncia o Pacote do Nordeste na Sudene – 03/04/81.
- Fotografia 30** - Mais de 24 anos depois, a história se repetiu em Recife - 28/11/88.
- Fotografia 31** - Arraes disse que redemocratização não resolve problemas sociais e econômicos – 17/09/79.
- Fotografia 32** – De volta à cátedra, Marcos Freire considera gratificante a oportunidade de formar jovens – 12/06/83.
- Fotografia 33** - Tancredo prometeu reforma agrária aos trabalhadores rurais, sem violência e sem traumas – 04/01/85.
- Fotografia 34** – Jarbas prometeu reformas ao povo reunido na Prefeitura – 02/01/86.
- Fotografia 35**- Diante do Paço, Maria Luiza ergueu-se no banco do Oldsmobile e levantou os braços, como vencedora –02/01/86.
- Fotografia 36** - Enquanto Magalhães (E), Krause e Múcio não escondiam a tensão, Maciel sorria – 27/08/86.
- Fotografia 37** – Muito aplaudido, Arraes acenou com o diploma para o público – 10/01/87.
- Fotografia 38** - Braga teve festa de correligionários no aeroporto – 22/06/87
- Fotografia 39** - Cem mil pessoas saíram às ruas de Caruaru para recepcionar o candidato do PRN – 09/10/89.
- Fotografia 40** – O picadeiro do Gran Circo é agora tribuna de debates sobre a futura Constituição – 31/05/86.
- Fotografia 41** – Lula levou o filho Sandro para passear de carro de boi e disse que não era candidato a nenhum cargo: “só se for candidato à cadeia”, 17/06/79.
- Fotografia 42** -São muitas as histórias em torno do fardão da Academia Brasileira de Letras – 12/12/88.
- Fotografia 43** – Dom Hélder celebrou a missa no quintal, num altar armado à sombra das árvores - 19/12/80.
- Fotografia 44** - Capiba comemorou 50 anos de frevo desfilando em uma frevioca (caminhão com orquestra) enquanto a multidão cantava suas músicas – 04/03/81.
- Fotografia 46** - Velado em Recife, Luiz Gonzaga será enterrado amanhã em Exu – 03/08/89.
- Fotografia 47** – O frevo, símbolo e glória do carnaval pernambucano, quase sumiu das ruas: fugiu para Olinda – 28/02/79.
- Fotografia 48**– Desta vez, os vaqueiros foram mesmo o centro da festa. Os políticos, embora presentes, não tiveram chance de aparecer - 19/07/78.
- Fotografia 49**- O marxista Anildomá Willians faz campanha apaixonada para seu ídolo Lampião.

Fotografia 50- Os jumentos agüentam apenas um terço do seu peso sobre o dorso, mas sempre carregam mais.

Fotografia 51 – Os pernambucanos mantêm a tradição de festejar os santos de junho. No pátio de São Pedro, um arraial improvisado, com quadrilha e tudo mais.

Fotografia 52 – Uma grande festa de fim de ano vai transformar a cidade num Festival de música, comida – e arte popular

Fotografia 53– apesar da desconfiança de índios e caboclos, surfistas e turistas descobrem aos poucos os encantos da Baía da Traição.

Fotografia 54- Em todas as praias de Recife, a água de coco é vendida em cabanas – 25/06/86.

Fotografia 55 – A praia de Ponta Negra que forma uma pequena baía, é na estrada, a primeira vista de Natal - 25/06/86.

Fotografia 56– Praias de coqueirais, sol o ano inteiro.

Fotografia 57– Tranqüilidade absoluta a poucos passos da cidade grande - 27/03/85.

Fotografia 58- O roteiro dos Beneditinos em Pernambuco - 22/01/86.

Fotografia 59– Igarassu, uma relíquia colonial – 20/11/85.

Fotografia 60– No Pátio de São Pedro, a arquitetura e os bons restaurantes - 25/06/86.

Matéria 1 – Sudene muda Nordeste em 15 anos - 28/11/75

Matéria 2 – Ação da Sudene no Nordeste - 28/11/75.

Matéria 3 - Indústria impulsiona a economia da Região - 28/11/75.

Matéria 4 – Evolução da economia nordestina - 28/11/75.

Matéria 5 – Melhoria no Nordeste traz nordestino de volta para casa – 26/11/76.

Matéria 6 – Crescimento industrial do Nordeste é maior do que a média nacional – 26/11/76.

Matéria 7 – Petrolândia, pioneira em projeto de irrigação no Nordeste – 26/11/76.

Matéria 8 – Polonordeste – Programa de desenvolvimento integrado – 26/11/76.

Matéria 9 - Balcão de projetos para o Nordeste – 26/11/76

Matéria 10 – Bancos como agentes de desenvolvimento – 26/11/76.

Matéria 11 – A marca do Finor na região - – 26/11/76

Matéria 12– Crescimento nos municípios – 26/11/76

Matéria 13 – Taxas de crescimento longe do ideal – 25/11/77

Matéria 14 – Frentes de trabalho, um “mal necessário”. – 25/11/77

Matéria 15 – Homem expulso da terra é aproveitado após seleção – 25/11/77.

Matéria 16 - Irrigação do Nordeste – 25/11/77.

Matéria 17 – João Pessoa e Campina Grande, pólos industriais da Paraíba – 15/12/78.

Matéria 18 – Bahia tem diversos centros e distritos industriais - 15/12/78.

Matéria 19 – Problemas sociais de Alagoas – 23/11/79.

Matéria 20 - Problemas sociais do Maranhão – 23/11/79

Matéria 21 – Problemas sociais da Paraíba – 23/11/79

Matéria 22 - Seca no Rio Grande do Norte – 23/11/79

Matéria 23 – Reivindicações de São Luís – 23/11/79

Matéria 24 – Reivindicações de Alagoas – 23/11/79.

Matéria 25 – Reivindicações dos municípios cearenses – 23/11/79

Matéria 26 – Reivindicações dos distritos industriais baianos – 23/11/79.

Matéria 27 – Turismo em Natal – 23/11/79.

Matéria 28 – Turismo em Alagoas – 23/11/79

Matéria 29 – Turismo na Bahia – 23/11/79.

- Matéria 30** - Turismo no Piauí – 23/11/79
- Matéria 31** - Turismo em São Luís – 23/11/79.
- Matéria 32** – “É hora do Centro-Sul devolver ajuda ao Nordeste” – 28/11/80.
- Matéria 33** – Abertura leva Nordeste a lutar por oposição – 28/11/80.
- Matéria 34** – Questão social não é prioridade – 28/11/80.
- Matéria 35** – Empresariado do Piauí se organiza – 28/11/80
- Matéria 36** – Recessão não deveria chegar ao Nordeste – 28/11/80
- Matéria 37** – Piauí sofre com seca e inflação – 28/11/80.
- Matéria 38** - Planos para combater a pobreza em Pernambuco – 28/11/80.
- Matéria 39** - Pólo e projeto Ceará são as únicas soluções – 28/11/80
- Matéria 40** – Crescimento da indústria em Sergipe – 28/11/80.
- Matéria 41** – Recife, uma cidade que se acorda e se dorme com ela – 28/11/80.
- Matéria 42**– Fortaleza busca hegemonia no turismo – 28/11/80.
- Matéria 43** – Celso Furtado comenta sobre o Nordeste em seminário – 31/07/81
- Matéria 44** – Projeto Asa Branca – 31/07/81
- Matéria 45** – Projeto Boqueirão - 31/07/81
- Matéria 46** – Figueiredo promete mais recursos para Nordeste, 30/06/79
- Matéria 47** – Lula visita Dom Hélder, 13/06/79.
- Matéria 48** – Lula faz visita sentimental a sítio onde passou infância.
- Matéria 49** – Arraes desperta amor e ódio, 8/12/85.
- Matéria 50** – Tancredo visita a Sudene – 28/07/84.
- Matéria 51** – Sarney promete verba para o Nordeste, - 06/03/86.
- Matéria 52** – Comício de Collor em Arapiraca, 17/08/89.
- Matéria 53** – Jarbas encerra a carreira de radical, 20/09/87
- Matéria 54**- O administrador do Engenho Lagoa Dantas diz que só deixa o seu revólver para arranjar outro maior - 22/09/84.
- Matéria 55** – Nordestinos de volta para a casa.
- Matéria 56**– Recife, cidade estrangulada pelo progresso – 28/04/87.
- Matéria 57** – Metrô muda rotina da população – 03/03/85.
- Matéria 58** – Rixa das famílias Alencar e Sampaio em Exu.- 03/08/81.
- Matéria 59** - Motins em Pernambuco – 22/05/87.
- Matéria 60**– Políticos envolvidos com desvio de verba para a seca - 22/11/87.
- Matéria 61**– Escândalo da mandioca (continuação) - -13/12/87.
- Matéria 62** – Feira do troca-troca no Piauí -30/04/74.
- Matéria 63** – Safra de álcool antecipada -27/07/81.
- Matéria 64**- Tremor de terra em João Câmara – 11/12/86.
- Matéria 65** - Alcântara vai mudar sua história para ser base de mísseis.
- Matéria 66** - Depois do espetáculo do corte a carne da baleia é salgada e exposta ao sol para secagem – 18/12/77.
- Matéria 67** - O dia amanheceu. Depois de três horas de sono. Dom Hélder celebra sua missa. Ele cuida de 3 milhões de católicos – 07/02/79.
- Matéria 68** – Dom Hélder visita grevistas – 12/08/79
- Matéria 69** – Dom Hélder depõe em defesa de padre incurso na LSN- 15/5/81.
- Matéria 70** -Apelo a Cristo nas pichações evidencia engajamento de católicos - 29/10/89.
- Matéria 71**– Visitar a estátua do Padre Cícero é roteiro obrigatório dos fiéis

Matéria 72 - No Sítio Guarda, os romeiros veneram a imagem de Nossa Senhora que, em 1936, teria aparecido para Maria da Luz (foto), hoje, irmã Adélia, e Maria da Conceição – 009/11/86.

Matéria 73 – Carmelitas colhem assinaturas para ter de volta o convento – 19-8-84

Matéria 74 - Na casa-grande do engenho, o cenário perfeito para uma aula de História do Brasil - 04/09/84.

Matéria 75 – Método Paulo Freire – 01/06/86

Matéria 76 – Os bacharéis da estrada – 11-06-77.

Matéria 77 - Givanildo, a experiência a serviço da invencibilidade do Santa Cruz, 07/05/79.

Matéria 78 – Folgedos e folclore no Pernambuco Junino.

Matéria 79– Igrejas, museus, restaurantes e atrações em Recife 12/06/75.

Matéria 80 – No sertão, a festa e a missa do vaqueiro – 16/07/87.

Matéria 81 – Cangaço preservado num Colégio de Freiras

Matéria 82 – Pegando turista pela boca

Matéria 83 – Praias de coqueirais, sol o ano inteiro e a alegria da cirandeira Lia

Matéria 84 – Gilberto Freyre, um cientista que quer ser compreendido

Matéria 85 – Capiba ano 50 do frevo

Matéria 86 – Trajetória de um imortal – 23/8/85.

Matéria 87- O Quixote do chapéu de couro

Matéria 88 – O Nordeste das chaminés

Matéria 89– A história da foto - JC

Matéria 90 – O brilho do Natal do Recife

Matéria 91 – Tem boi no ar

Matéria 92 - Maria Farinha, lugar para sonhar e viver.

Lista de siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
Abico - Companhia de Investimentos Árabe Brasileiro
AL - Alagoas
AI-5 – Ato Institucional N° 5.
AJB – Agência Jornal do Brasil
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BA -Bahia
BNH - Banco Nacional de Habitação
BR – Rodovia Brasileira
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CE - Ceará
Cebs – Comunidade Eclesiais de Base
Cepal – Comissão Econômica para a América Latina
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
Chesf- Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
Coperba - Companhia de Pesca do Norte do Brasil
CSUs - Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
Dnocs – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
Embratur - Empresa Brasileira de Turismo
Finame –Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
Finep - Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas
Finor - Fundo de Investimentos do Nordeste
Fipeme - Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas
FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNE -Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
Funai – Fundação Nacional do Índio
Fundece- Fundo de Democratização do Capital das Empresas
Funrural - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
Funtec - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
Geacap - Grupo Especial de Auxílio às Calamidades Públicas
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IPI - Imposto sobre Produtos Industriais

IR – Imposto de Renda
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JAC - Juventude Agrária Católica
JB – Jornal do Brasil
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
MA - Maranhão
Master- Movimento Agrário dos Trabalhadores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPAS - Ministério da Previdência Assistência Social
NCP - Núcleo Colonial de Petrolândia
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PB - Paraíba
PDS – Partido Democrático Social
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PE - Pernambuco
PI- Piauí
PIB – Produto Interno Bruto
PIN - Programa de Integração Nacional
PIS - Programa de Integração Social
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND- Plano Nacional de Desenvolvimento
Polonordeste - Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PP – Partido Popular
PRN - Partido da Renovação Nacional
PT – Partido Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RN - Rio Grande do Norte
ONU – Organização das Nações Unidas
SE - Sergipe
SNI - Serviço Nacional de Informação
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Sundepe - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
Ubes - União Brasileira de Estudantes Secundários
UDR - União Democrática Ruralista
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UNE - União Nacional dos Estudantes

Introdução

Durante os anos 70 o Brasil era um país que estava sob a ditadura militar e o mundo estava em plena Guerra Fria. Naquela época, o Brasil era um país tipicamente subdesenvolvido, periférico, dependente do Primeiro Mundo. A exportação era pautada na venda de produtos agrícolas, enquanto se importava grandes volumes de produtos industrializados, principalmente dos Estados Unidos. Era preciso investir em estradas, portos, aeroportos, barragens, irrigação, escolas, hospitais, universidades. Era necessário dar incentivo à indústria, capacitar a mão-de-obra, melhorar os índices educacionais e a qualidade de vida da população. Algumas dessas ações foram implementadas com o chamado “milagre econômico”, que ocorreu em meados do período, graças a empréstimos internacionais, dando, temporariamente, impulso a economia nacional, regional e local.

Em meio a tantos desafios e necessidade, o país não tinha democracia. A ditadura tolhia a liberdade do povo e a voz dos meios de comunicação de massa. A censura prévia impossibilitava os jornalistas trabalharem com liberdade. Os fotógrafos não podiam registrar imagens em que contrariassem o receituário da Junta Militar, sob pena de serem perseguidos e presos.

É nesse cenário que o repórter fotográfico pernambucano, Natanael Guedes, foi trabalhar na sucursal do Jornal do Brasil, em Recife, e revelou contrastes da região do Nordeste, mostrando imagens sociais de uma região heterogênea, híbrida, com traços de identidade regional polissêmica, revestida de vários atributos culturais. Nordeste que ao mesmo tempo em que se apresentava miserável, com gente passando fome, alienada, fugindo da seca, migrando em busca de trabalho, com altos índices de analfabetismo; por outro lado, emergia com altos índices de crescimento industrial, investimento em infra-estrutura, patrocinados pela Superintendência do Nordeste (Sudene), Fundo de Investimento para o Nordeste (Finor) e outros órgãos de desenvolvimento regional. Um Nordeste lindo, cheio de praias paradisíacas, com uma cultura rica em folguedos populares e arquitetura onde o barroco deixou suas marcas em casarios e igrejas nas principais capitais. Nordeste politizado, com políticos ocupando o cenário nacional e com um povo, em que parte da população resistia e não apenas aceitava docilmente aos interesses e os comandos daqueles que governavam.

Natanael Guedes era um repórter-fotográfico atento à censura prévia, ao ethos do campo profissional do jornalismo na época, a agenda do *Jornal do Brasil*, mas também emprestava ao seu fotojornalismo, cuja matéria prima era o Nordeste brasileiro, seu olhar e profunda identidade nordestina, através do apego à cultura regional e admiração ao cenário exótico da paisagem natural do Nordeste.

Vale ressaltar que apesar do jornalismo estar na mira da censura, nos anos 70, vindo a se tornar, existia no período uma política interna dos jornais de grande circulação no país de se ter sucursais nas principais capitais regionais, trazendo vários empregos para fotógrafos, repórteres e editores locais. Numa época em que não havia Internet, não se tinha câmera digital, se operava com telex, com telefoto, exigindo-se maior especialização do jornalista e precisando mais de mão de obra.

É pertinente observar que a presença de sucursais, por exemplo, em Recife, dos jornais *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, nos anos 70 e 80, deu mais chances do Nordeste ser matéria prima do jornalismo brasileiro, pois como funcionavam com um número maior de profissionais de comunicação do que as agências de notícias locais ou correspondentes, vai possibilitar, também, a produção de uma maior quantidade de matérias sobre a região, inclusive de “matérias frias”, como, por exemplo, turismo, cultura, gastronomia e comportamento.

Esse Nordeste “mais *light*” que a imprensa veiculou seria resultado do campo profissional do jornalista na época, das tecnologias comunicacionais que se utilizavam, bem como da própria necessidade dos jornalistas dessas sucursais de gerarem fatos, de driblar a censura, de noticiarem outras faces nordestinas que não tivessem a presença do fantasma da “tortura ideológica da mão invisível do Estado opressor”.

Com a abertura política, a redemocratização do país, o surgimento de vários movimentos sociais, o aparecimento de novos partidos políticos e de novas lideranças, o Movimento das “Diretas Já” para Presidente da República, a posição de parte da Igreja Católica para uma Teologia da Libertação, a realidade do povo brasileiro, especificamente do nordestino, e da imprensa foi mudando paulatinamente.

Os anos 80 foram cruciais para o fortalecimento da democracia e da imprensa no Brasil. A mídia, com o fim da ditadura militar, que acabou no governo do general João Figueiredo, depois de 21 anos, foi, pouco a pouco, se tornando mais livre, podendo informar, denunciar e opinar. Embora, só pôde, realmente, agir efetivamente com liberdade após a promulgação da Constituição de 1988.

As mudanças políticas e econômicas no cenário nacional e internacional afetaram substancialmente o campo jornalístico. Outras tecnologias comunicacionais surgiram. A recessão e a inflação afetaram a economia dos jornais, inclusive a do *Jornal do Brasil*, onde muitos tiveram que fechar algumas de suas sucursais. Com isso, a quantidade de matérias, de notícias sobre o Nordeste, na mídia impressa diminuiu.

A década de 80 foi um período de turbulência na economia nacional. O país tinha altos índices de inflação, desemprego e recessão. Declarou a moratória. Fez diversos planos econômicos heterodoxos. Houve várias greves. O povo ia às ruas em busca de melhores salários e de empregos. E, isso ocorria, também, no Nordeste. Muitas empresas fecharam na região. A Sudene ficou enfraquecida e o investimento na região diminuiu. O Nordeste aparece nos meios de comunicação de massa com problemas sociais mais visíveis e com um povo mais reivindicativo. Por outro lado, o turismo regional passa a chamar mais a atenção da mídia nacional e internacional, uma vez que o processo de globalização se intensifica.

Desse modo, esta tese de doutorado tem como objetivo central responder como a imprensa (*Jornal do Brasil*) mostrou através de reportagens e das fotografias do repórter fotográfico Natanael Guedes a imagem do Nordeste do Brasil nos anos 70, marcado por um contexto de desigualdade social, pela ditadura militar e pelo discurso do “milagre econômico”, e quais representações sociais e estereótipos foram mostrados da região, nos anos 80, numa época de redemocratização política, recessão econômica e diminuição das políticas públicas e sociais.

Quisemos, com isso, verificar como o contexto social e político dos anos 70 e 80 influenciaram nas representações sociais do Nordeste brasileiro na imprensa nacional; averiguar quais as imagens sociais o *Jornal do Brasil* veiculou sobre o Nordeste; detectar de que forma o campo jornalístico contribuiu na construção da identidade nordestina e na reprodução de estereótipos; identificar como as fotografias e as matérias jornalísticas revelam o cotidiano, o povo, os políticos, a cultura e a economia nordestina no fotojornalismo; bem como apurar o que faz o Nordeste ser notícia, matéria prima do jornal numa época de ditadura militar e redemocratização política.

Para responder a essas perguntas, foi feita uma pesquisa documental, com cerca de 500 reportagens e com 60 fotografias, veiculadas no *Jornal do Brasil*, produzidas pela sucursal de Recife, nos anos 70 e 80.

Esta pesquisa nasceu da necessidade de se mostrar que a imagem que a mídia veicula sobre a região do Nordeste brasileiro não é resultado apenas dos interesses mercadológicos, ideológicos e políticos dos donos de veículos de comunicação de massa e dos seus anunciantes, nem somente das representações culturais que os jornalistas têm sobre o local, mas é também fruto, de um lado, da própria diversidade e heterogeneidade da geografia, da história e dos indicadores sociais, dos sujeitos coletivos e individuais que reproduzem imagens, configurações, idéias, representações sobre o Nordeste. E de outro, de um contexto sócio político nacional que, ao mudar, requer uma nova “imagem do Nordeste” para compor a imagem do Brasil.

Com este estudo procuramos contribuir no debate sociológico e midiológico de como a imprensa pôde contar a história, mostrar os contrastes, o cotidiano, a cultura, as diversas faces de uma região chamada Nordeste brasileiro num período em que a ditadura militar foi mais repressiva e tinha um discurso desenvolvimentista, de um “milagre econômico” e de integração regional, onde as feridas sociais não podiam ser expostas como resultado da concentração de renda, nem como descaso político, como foi os anos 70 e de outro lado, os anos 80, cujo cenário nacional se expressava no regional através da abertura política, de choques econômicos na economia, de greves, inflação, recessão, desemprego e abolição da censura prévia, o que permitia aos jornalistas denunciar casos de corrupção, as mazelas sociais “sem maquiagem”.

Analisamos as reportagens e as fotografias sobre a região como representações sociais, indícios, filtros, traços, pegadas da realidade.

Demonstramos como o campo profissional do jornalismo, o olhar do repórter fotográfico, as sucursais podem ter contribuído para a imagem de um Nordeste híbrido, multifacetado, tanto nos anos 70 como nos anos 80.

Destacamos que o Nordeste veiculado na mídia não só dependia da agenda *setting* do *Jornal do Brasil*, do campo da comunicação e do *habitus do jornalismo*, mas também dependia do que os militares consideravam fatos publicáveis e não publicáveis sobre a região, logo, o entendimento da mídia não como o primeiro ou o quarto poder, mas como um braço, um prolongamento do poder estatal na década de 70.

Defendemos que o Nordeste brasileiro que a mídia mostrou nos anos 70 é bastante híbrido, contraditório e polissêmico, não sendo apenas o espaço da miséria e da dependência. Ao mesmo tempo em que é o Nordeste do milagre econômico, com muitos projetos sendo viabilizados pela Sudene, Codevasf e Dnocs, trazendo indústria,

irrigação, emprego, infra-estrutura, colonização e progresso, é também o Nordeste das grandes secas e enchentes, com as capitais se “inchando” de mocambos, com problemas sociais crônicos.

Acreditamos que nos anos 80, o Nordeste permaneceu com alguns traços da década de 70, principalmente no que tange aos aspectos sociais, à desigualdade social, sobretudo com o agravamento da crise econômica que afetou todo o país, trazendo desemprego, inflação e juros altos. Não será mais o Nordeste do “milagre econômico”, das ações da Sudene. Por outro lado, vai ocupar mais espaço na mídia através do seu potencial turístico, do multiculturalismo regional e de seus políticos com visibilidade nacional, tais como Lula, Sarney e Collor, além de muitos outros. Será, também, o Nordeste onde a indústria da seca é denunciada, onde a violência entre famílias ocupa espaço na mídia. Um Nordeste de povo valente, que luta, reivindica, faz greve, vota e sonha por dias melhores.

Assim, a mídia mostrou antigos e novos Nordeste na década de 80. Uma mídia que, também, se transformou com as mudanças no mundo do trabalho, com a reestruturação produtiva, com as novas tecnologias e com o desafio de se trabalhar com uma equipe mais enxuta, sem grandes sucursais regionais e que pode se distanciar mais do controle do Estado. Ao mesmo tempo em que se tornou mais poderosa e mais presente na vida dos brasileiros, com o aumento do número de leitores de jornais e revistas, da audiência da televisão e do rádio, em decorrência da popularização dos preços desses veículos e de sua liberdade de expressão.

A pesquisa ancorou-se em abordagens sociológicas da contemporaneidade, como, por exemplo, a idéia de **identidade cultural** enquanto representação social (Pierre Bourdieu) e múltipla, contraditória, híbrida, móvel, defendida por Stuart Hall, Manuel Castells, Ernest Laclau e Chantal Mouffe; a concepção da região Nordeste enquanto imagem e espaço construídos, representação social, identificadas nas obras de autores como Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Durval de Albuquerque, Djacir Menezes, Josué de Castro; o **conceito de campo social**, desenvolvido por Pierre Bourdieu, especificamente o de campo e de **habitus jornalístico**; o caráter conotativo da **mensagem fotográfica**, assinalada por Roland Barthes.

A tese está dividida em sete capítulos. O primeiro capítulo trata da questão da identidade regional, da multiplicidade e fragmentação de identidades que o indivíduo

pós-moderno tem, e de como se situa o regionalismo nordestino nesta fragmentação, destacando a contribuição de alguns autores e cientistas que com suas obras ajudam a construir imagens sobre o Nordeste, cada um emprestando sua visão de mundo, o seu olhar ou experiência aos seus personagens ou síntese sobre o lugar. Nele, encontram-se fragmentos das obras de Gilberto Freire, Josué de Castro, Djacir Menezes, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, José Américo, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Netto entre outros.

O segundo capítulo questiona o que é, realmente, o Nordeste. Traz à tona alguns fragmentos da geografia, da história, dos principais órgãos de desenvolvimento e indicadores sociais da região.

O terceiro capítulo analisa o contexto político, social e econômico em que o Brasil e o Nordeste se encontravam no período dos anos 70 e 80, bem como pontua como era o cenário internacional da época, numa época de Guerra Fria, de dicotomia entre o capitalismo e o socialismo no primeiro momento, passando por mudanças profundas no mundo do trabalho, da produção, de formação de uma nova ordem mundial apressada pelo neoliberalismo e pela globalização no segundo tempo.

O quarto capítulo aborda o campo jornalístico no Nordeste e no Brasil durante a ditadura militar e a redemocratização do país. Analisa como era o *habitus* da comunicação num período em que se tinha AI-5, censura prévia aos meios de comunicação de massa, em que as sucursais dos grandes jornais brasileiros abasteciam a população de imagens segmentadas no Nordeste brasileiro. Mostra a importância da Constituição Federal de 1988 no *métier* do jornalismo, quando acaba legalmente com a censura no Brasil.

O material de pesquisa, seus objetivos, técnicas, instrumentos, métodos utilizados, bem como o processo de seleção das fotografias e das matérias jornalísticas se encontra no capítulo cinco.

As manchetes sobre o Nordeste, como o JB mostrou a região a partir do suplemento especial Nordeste, de 1975 a 1981, bem como os principais fatos publicados sobre a região, nesse período, através da sucursal de Recife, estão sendo analisados no capítulo seis.

A linguagem fotográfica e seus significados sociais, culturais e históricos, a partir do registro fotográfico de Natanael Guedes nas matérias publicadas no *Jornal do Brasil*, sobre o Nordeste brasileiro, num período que era proibido fotografar o que era

contrário ao regime ditatorial e de abertura do sistema, estão sendo analisadas no capítulo sete. A fotografia é analisada como indício da realidade, representação social e não como cópia do real. Buscou-se mostrar como a identidade regional e o estilo pessoal do fotógrafo interferem no registro fotográfico, mesmo quando se é pago para cumprir pautas e atender aos interesses mercadológicos e ideológicos do veículo de comunicação de massa para o qual se trabalha. Foram analisados os significados culturais e sociais da região a partir da leitura de imagens de 74 fotografias, feitas por Natanael Guedes.

Finalmente, o estudo mostra que tanto nos anos 70 como na década de 80, o Nordeste que aparece no *Jornal do Brasil* é reflexo do cenário político econômico nacional, e até mesmo internacional, onde a mídia mostra várias representações sobre a região a partir de indicadores sociais, geográficos, culturais, históricos, políticos e econômicos. É também resultado do campo jornalístico da época, com a presença de sucursais na região, a qual lhe dava mais visibilidade, dos interesses mercadológicos e da linha editorial do JB. É um pouco do olhar dos jornalistas da sucursal de Recife e do repórter fotográfico Natanael Guedes.

Capítulo I

Nordeste: uma identidade regional híbrida, regionalismo e literatura.

A idéia que temos de nós mesmos, do lugar em que moramos, do que é justo, belo e bom são criações sociais, abstrações que tomam formas reais, e que passamos a acreditar como verdade, e até mesmo a lutar por elas. Isso se dá tanto por mecanismos de controle social, que nos domesticam em busca de um consenso, ainda que, às vezes, temporário e frágil, e através de ideologias que são passadas para nós em busca, também, de nossa adesão; como também constituem um lugar no mundo para o nosso pensamento, sentimento e expressão individuais.

Esse juízo, imagem que construímos ou aprendemos a aceitar como a nossa realidade não ocorre de forma neutra. Há sempre interesses que são gerados pela própria sociedade ou de grupos que dominam a sociedade e que são os maiores beneficiários do poder, da riqueza ou do prestígio social. Ela, também, está atrelada à herança cultural, à construção histórica do lugar, aos aspectos ambientais e de ordem política, moral e educacional.

Portanto, a identidade social não nasce com o ser humano, não é um traço biológico, ela é construída no dia-a-dia e ao longo do tempo nas entranhas da organização social e cultural. Ela se vale “da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”¹.

Logo, a identidade regional do homem e da mulher nordestina foi construída socialmente, sendo a nosso ver híbrida, multifacetada, fragmentada e erguida por diversos atributos culturais, históricos, políticos, econômicos, bem como pela imagem que os indicadores sociais, a mídia, os intelectuais e artistas constroem sobre a região.

Esses diversos atributos servem de fonte, pauta para mídia, a fim de agendar o Nordeste para o público, dentro dos critérios de noticiabilidade, mostrando imagens múltiplas da região. Aqui, serão mostrados outros Nordeste, que ajudam a construir identidades múltiplas, a partir de um enfoque mais teórico, discutindo a questão da

¹ CASTELLS, Manuel. 2 ed. *O poder da identidade*. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 23.

identidade, do regionalismo e do olhar de diversos literatos e cientistas nordestinos sobre o Nordeste brasileiro.

1.1. Refletindo a questão da identidade regional

A identidade é, segundo Castells, “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda conjuntos de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”².

É através da identidade que nós reconhecemos que somos diferentes do outro. É como defende Maura Penna, “lutar pela identidade enquanto reconhecimento social da diferença significa lutar para manter visível a especificidade do grupo - melhor dizendo, aquela que o grupo toma para si - para marcar projetos e interesses distintos”³.

Não se vê, nem se toca na identidade social, mas ela se objetiva através de determinados traços sociais e culturais que são adquiridos e transmitidos nas relações sociais, na vida prática, passando a ser visíveis para os outros. Portanto, ela pode ser interpretada como representação, ou seja, imagem social, que penetra a realidade social. Pierre Bourdieu chama a atenção para o fato de que

A procura dos critérios “objetivos” de identidade ‘regional ou ‘étnica’ não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou sotaque) são objetos de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representação objetiva, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc). Ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores”⁴.

Para Durval Albuquerque "a identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma

² CASTELLS, Manuel. Idem, p. 22.

³ PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais e o “escândalo”Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 22.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2000, p. 112.

generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas”⁵. A identidade nacional no período moderno pode ser pensada como um reducionismo.

Às vezes, essa generalização em relação ao outro é cheia de estereótipos, que denigre a imagem, baixa a auto-imagem, coloca o outro, sobretudo o colonizado numa visão de subalternidade. Trata-se de um discurso dominante que quer impor sua visão de mundo, seus conceitos, sua forma de ser, como se fosse superior ao outro que tem uma identidade cultural estereotipada.

Os estigmas construídos pelo lugar de origem, pelo sotaque, são também, criticados por Bourdieu como “um caso particular de lutas de classificação, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos”, pois segundo o autor o que “está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão (...) sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo”⁶. E, isso, sem dúvida ocorre com o que se quer rotular de região Nordeste ou de nordestino.

1.2. Identidades multifacetadas

Os diversos atributos culturais podem criar um determinado modelo de identidade social, mas também, podem gerar fragmentos de identidades ou múltiplas identidades, principalmente no momento de intensa globalização da economia e da comunicação e do fenômeno da mundialização da cultura.

Na modernidade, a identidade nordestina era pensada como um padrão único, formado por determinados atributos. Esses atributos concorriam para a construção da identidade do povo nordestino através do sotaque, do comportamento, do estilo de vida, da vida cotidiana, de atributos que faziam perceber, por exemplo, que o nordestino não é sulista.

Hoje, há algumas formas e atributos culturais de ser nordestino que os fazem distintos de outros brasileiros. Para os autores Laclau e Mouffe, a identidade social não é fruto de uma ideologia dominante. A identidade não é a mesma para todos, não é universal, nem tem uma base essencialista, mas é composta por diversos processos de

⁵ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste*. 2 ed. Rio de Janeiro Cortez, 2001, p. 27.

⁶ BOURDIEU, Pierre. Idem, p. 113.

divisões e antagonismos sociais. Um único indivíduo, para Laclau e Mouffe, pode ser portador de uma multiplicidade de identidades⁷.

Identidades essas que podem ser dominantes numa relação e em outras serem dominadas, dependendo da posição em que se encontre, dos pontos nodais da relação. Esses servem de referência temporariamente hegemônica, contingente e relacional da posição do sujeito. Ou seja, conforme os autores, os pontos nodais são “fixações parciais que limitam o fluxo do significado sob o significante”, salientando que “esta dialética não-fixação/fixação só é possível porque a fixação não é pré-determinada porque não existe qualquer centro de subjetividade que preencha as identificações de identidades”⁸. Assim sendo, o sujeito apresenta-se como múltiplo de identidades, portanto, não homogêneo, cujo processo é quem elege os sujeitos hegemônicos.

Esse processo de descentramento da identidade, tornando-a não fixa, essencial ou permanente, é o que Stuart Hall chama de produção do sujeito pós-moderno. É justamente a ideologia como “falsa consciência”, que os pós-modernos, hoje, tanto repudiam, pois partem do pressuposto que a maior parte do que as pessoas dizem sobre elas mesmas e sobre o mundo são verdadeiras. Aceitar a falsa consciência seria, assim, aceitar, que os indivíduos vivem uma grande mentira, uma farsa, uma fantasia, ou então, que estão sempre sendo manipulados, impotentes e vivendo uma grande ilusão. É como se os indivíduos fossem anestesiados, incapazes de construir suas próprias vidas; fossem apenas fantoches das condições sociais de uma época.

Por outra parte, não é só a ideologia como categoria explicativa da sociedade, das diferenças sociais, da legitimação de dominação de uns grupos sobre outros que os pós-modernos rejeitam. Eles rejeitam os ideais iluministas, decretando a morte do sujeito, o fim da história, o universalismo, o essencialismo. Descartam o marxismo, as análises dicotômicas e as classes sociais como categoria unificadora. Substituem o conceito de sociedade pelo de linguagem.

Segundo Lyotard, a condição “pós-moderna” é marcada pela incredibilidade em relação as grandes narrativas, pela deslegitimação da ciência, pelo critério operatório tecnológico, pela heterogeneidade dos jogos de linguagem, pela

⁷ LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. “Além da positividade social: antagonismos e hegemonia”. In: *Hegemony and socialist strategy*. London: Verso, 1985, (circulação restrita a trabalhos em sala de aula –tradução provisória de Joanildo Burity, Aécio Amaral e Josias de Paula).

⁸ MOUFFE, Chantal. “Feminismo, Cidadania e política democrática radical”. In: *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 103.

multiplicação de centros de poder, pelo uso da informática e pela mercantilização do saber⁹.

A contraposição de Lyotard às grandes narrativas totalizantes na cultura pós-moderna, acreditamos nós, vai trazer um novo olhar nas ciências humanas. Agora, vai-se resgatar o cotidiano, as diferenças, as resistências, o local, o marginal, o que existia, mas não era visível. A história linear e universal, marcada por determinados episódios e com grandes heróis, com o perfil iluminista, será questionada. Passa-se a se interessar pelo micro, pelo caso, pelos que estão fora do sistema, pelas práticas sociais do cidadão comum, pela diversidade. E, isso vai gerar uma nova consciência em analisar os movimentos sociais, as questões de etnia, de gênero, pois já não se poderá atribuir às mesmas causas, as mesmas histórias, os mesmos processos a realidades tão complexas e plurais¹⁰.

Para Stuart Hall, “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”¹¹.

Vale dizer que não é só o fato de que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”¹², mas é o fato também de que a própria realidade, principalmente as das sociedades não-tradicionais, é contraditória, plural, e não são reduzidas a categorias dicotômicas, como pobre e rico, feio e bonito, universal e particular, capitalista e proletário, grande e pequeno, homem e mulher, explorador e explorado. E, isso não é uma coisa apenas do que se convencionou chamar de condição pós-moderna. A realidade há muito tempo é mais complexos do que pensavam os sociólogos, os essencialistas, os defensores dos metarrelatos totalizantes da ciência, os adeptos do Iluminismo, que acabavam levando ao reducionismo econômico, político, religioso, biológico, tecnológico, racial e de gênero ou a se pensar que a história de homens e mulheres, de povos e nações, teria que passar pelos mesmos estágios, necessidades e realizações.

Na verdade, a realidade não é pura, homogênea, se é que existe “a realidade”. Não estamos mais vivendo no mundo moderno, quando as comunicações começaram a

⁹ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1998, p.13.

¹² Ibidem.

se difundir. Não vivemos isolados. As novas tecnologias comunicacionais nos colocam sempre diante do “outro”. A maioria das sociedades contemporâneas são híbridas e conseqüentemente os indivíduos também o são, sobretudo com a intensificação da globalização.

No mundo do consumo e do capitalismo, por exemplo, nascemos de um jeito e podemos nos transformar “n” vezes, por modismo, porque está na mídia ser dessa forma e não de outra, ou então, porque nos defrontamos com situações diversas ou por processos sociais amplos, como a circulação de informação e de pessoas pelo mundo, a troca cultural intensificada, o turismo global, o consumo global, etc.

Assim, quanto mais complexa a realidade e mais globalizada tecnológica e comunicacionalmente, mais descentrada tende a ser a identidade, pois o indivíduo tende a ter mais opção em aderir a novos padrões culturais. Numa sociedade tradicional, como a indígena, por exemplo, se os índios não são aculturados eles tendem a ter uma identidade cultural mais fixa, mais homogênea e duradoura. Então, “à medida que o ritmo, as dimensões e a complexidade das sociedades modernas aumentam, a identidade vai se tornando cada vez mais instável e frágil”¹³.

Na sociedade massiva, por exemplo, a identidade não vai sendo adquirida apenas com os “outros significativos” para a pessoa, mas também com os personagens de TV, com os artistas, intelectuais e desportistas famosos que ditam moda e passam a ser imitados, ainda que temporariamente, tornando-a menos previsível e mais mutável. Ou seja, a identidade não só se constrói através da interação face a face, mas também da interação mediada pelos grandes meios de comunicação de massa, ao longo do processo histórico e dentro de determinada conjuntura social que pode ser diversificada, gerando identidades contraditórias e diversas.

A globalização na questão da identidade cultural avança por diversos caminhos, seja acentuando a hibridização cultural, aumentando as trocas do mercado de bens simbólicos, intensificando a permuta de mensagens, aproximando os povos, mas também tem o seu lado negativo, podendo segregar, produzir novas desigualdades e estimular reações diferenciadoras. Esse poder que tem a globalização, principalmente,

¹³ KELLNER, Douglas. A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: Edusc, 2001.

na questão da comunicação afeta diretamente as culturas locais, que a cada dia se vêm expostas a novos modismos, a novos padrões estéticos e a novos desafios¹⁴.

1.3. Em busca do regionalismo, da diferença

Para a identidade cultural do nordestino, os símbolos ligados ao local e a natureza sempre foram importantes. A seca, o mandacaru, o sertão, o baião, o chapéu de couro, o gibão revelam traços do Nordeste brasileiro.

Assim sendo, a identidade cultural, também, nasce do local, do território em que se vive, dos costumes, hábitos, crenças, da geografia, da vivência de um povo de determinado lugar, que o faz ser diferente do outro. E o Brasil é híbrido por formação. Aqui, as regiões conservam algumas características próprias que dão roupagem, moldura, à população nascida ou que vive em uma dada área geográfica., embora se viva, atualmente, um intenso processo de globalização da comunicação, que cada vez mais diminui as fronteiras regionais e homogeneiza padrões culturais e de comportamento.

Essa forma de um grupo social querer se posicionar, mostrar o que tem de homogêneo em relação aos seus traços culturais e valores que o identificam enquanto diferente do outro local, chama-se regionalismo, sendo considerado, também, como uma maneira de se situar contra a dominação simbólica e colonial. O regionalismo surge no mundo moderno, como um tipo de identidade substancial.

O que se tem registro é que o Nordeste brasileiro passou a ser visto e reivindicado como um espaço regional e cultural diferente do restante do país, a partir da metade do século XIX, quando “se dava a construção da nação e que a centralização política do Império ia conseguindo se impor sobre a dispersão anterior”¹⁵, atingindo o apogeu do discurso regionalista na década de 20 do século XX, com o movimento modernista. Assim,

Os discursos políticos dos representantes dos estado do Norte, antes disperso, começam a se agrupar em torno de temas que sensibilizam a opinião pública nacional e podem carrear recursos e abrir locus institucional no Estado. A seca, o cangaço, o messianismo, as lutas de parentela pelo controle dos Estados, são os temas que fundarão a própria idéia de Nordeste, uma área de poder que começa a ser

¹⁴ CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 31.

¹⁵ ALBUQUERQUE Jr, Durval. *Idem*, p. 47.

*demarcada, com fronteiras que servirão de trincheiras para a defesa dos privilégios ameaçados.*¹⁶

No entanto, de acordo com Albuquerque, a elaboração do Nordeste enquanto região se dá mais no plano cultural do que político, através das obras de ensaístas e intelectuais oriundos da elite nordestina, como, por exemplo, do sociólogo Gilberto Freyre, dos romancistas Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, entre outros. Para o autor, “o Nordeste é gestado como o espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do engenho, da sinhá, do sinhô, da Nega Fulô, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região”¹⁷.

Por outro lado, isso não significa, a nosso ver, que antes não existia o Nordeste enquanto espaço historicamente produzido, e que ele não é apenas uma construção de vários discursos, mas um lugar múltiplo, diversificado, desigual desde a sua formação, com um povo que tem sotaque, hábitos alimentares, visão de mundo, valores e crenças sociais que, em algum momento, parecem ser só seus. Carla Nogueira Gomes, em sua dissertação de mestrado sobre *A brasilidade nordestina*, afirma que

*O Nordeste existe. Existe e sempre existiu como fruto do sentido básico da ocupação do território brasileiro, que determinou, ainda no século XVI, a formação de um tipo de organização espacial cujas características, apesar de sucessivas re-elaborações, manteve-se relativamente constante até os nossos dias*¹⁸.

Desse modo, o espaço nordestino teria se formado a partir dos interesses de núcleos econômicos e da necessidade de atender os interesses capitalistas voltados para a produção e consumo internacional, sendo o espaço em torno do açúcar o primeiro a ser determinado¹⁹.

Já Maura Penna, em *O que faz ser nordestino*, estuda a questão regional como fenômeno histórico social, relacionando com o discurso desenvolvimentista dos anos 50/60, bem como faz comparações sobre os diversos conceitos e demarcações do que é regional. Em seu livro, discute, principalmente, sobre a identidade social do

¹⁶ ALBUQUERQUE Jr, Durval. Idem, p. 35.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ GOMES, Carla Nogueira. *A brasilidade nordestina: a definição de um espaço e de uma cultura nordestina na década de 20*. Recife, dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Pernambuco, 1989, p.19.

¹⁹ PENNA, Maura. Ibidem.

nordestino, chamando a atenção para o fato de que as questões relativas à identidade envolvem processos cognitivos, sociais e psicológicos, portanto, constitui-se de um campo de trabalho multidisciplinar. Para a autora,

O regionalismo não se construiu e se expressou apenas através dos discursos de políticos, ou através de uma produção intelectual que fornecia “embasamento científico” a formas de percepção do Nordeste e a reivindicações da classe dominante regional. Construiu-se e expressou-se através de toda uma produção literária (...) que procurava afirmar o nordeste contra o Sul desenvolvido, buscando delinear traços identificadores da região: o agrário, a pobreza, a secura (ou a decadência do açúcar), a linguagem. E, como observa Francisco de Oliveira, esta literatura regionalista era por vezes mais rica, captando as diversidades, a dinâmica da região, do que outras obras que pretendiam traçar, com status de cientificidade, a história econômica e social do Nordeste²⁰.

Segundo Penna, “o regionalismo pretendia, tomando como base à condição de nordestino, unir a todos num mesmo destino e em torno de interesses idênticos”²¹. Com a finalidade de responder a pergunta sobre quem eram os nordestinos, a autora levanta quatro hipóteses: a identidade pelo local de nascimento (naturalidade), pela vivência (experiência de vida), pela cultura (práticas culturais) e pela a auto-atribuição (o indivíduo se reconhece como nordestino).

A autora chega à conclusão de que a identidade cultural não se dá pelo nascimento, uma vez que uma mesma naturalidade pode gerar várias naturalidades; nem pela vivência, posto que numa mesma região podem se gerar diferentes identidades de grupos; mas como uma forma de representação, de classificação, de percepção, ou seja, através do sentido e do uso de classificações que os indivíduos fazem do sistema de classificação.

1.4. Regionalismos Nordestinos

O Nordeste além de sua cultura, geografia e economia está, também, na mente do povo, dos literatos e cientistas que escrevem e pensam sobre ele. A imagem que esses sujeitos sociais passam, constroem sobre a região, depende da posição em que se

²⁰ PENNA, Maura. *Ibidem*.

²¹ *Idem*, p. 50.

encontram. Assim, eles poderão mostrar um Nordeste farto, miserável, alienado, clientelista, exótico, de gente que chora, de povo infeliz que foge da seca e da miséria. As próprias condições sociais desses sujeitos sociais interferem no olhar que têm sobre a região. Aqui, vamos citar e comentar sobre alguns desses nordestinos que ajudam a pensar o Nordeste, a partir de suas obras.

Durval Muniz de Albuquerque, em *A invenção do Nordeste*, de uma forma não linear de contar a história, sofrendo a influência metodológica do filósofo Michel Foucault, fala sobre a emergência do Nordeste, apoiando-se, sobretudo, na análise do discurso regionalista. Busca verificar a imagem do Nordeste através da produção artística, literária e intelectual, ou seja, a percepção da região através da arte, da poesia e da prosa de nordestinos renomados. Para isso, discute Ariano Suassuna, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, João Cabral de Melo Neto, José Lins do Rego, João Câmara, Glauber Rocha, Jorge Amado, entre muitos outros literatos e artistas. O resultado é sensacional.

Michel Zaidan, em *O fim do nordeste*, também, comenta sobre o movimento regionalista de 1920 e o romance de 30, mostrando a visão de “brasilidade nordestina”, de Gilberto Freyre, com a tese da miscigenação racial cordial brasileira, e o “homem telúrico”, de Raquel de Queiroz. Este teria como traços psicológicos característicos: “a solidão, a solidariedade irrestrita, o apego à terra, o fatalismo etc.”²²

Zaidan acredita que a região Nordeste “não é uma positividade espacial, mas, ao contrário, um produto sociocultural das disparidades geográficas no processo do desenvolvimento capitalista”²³, chamando a atenção, também, para a construção simbólico-cultural da região, como a obra de publicistas, ensaístas, pensadores.

Em *Casa Grande & Senzala*, o sociólogo pernambucano **Gilberto Freyre** mostra um Nordeste litorâneo, agrícola, latifundiário, baseado na economia açucareira, da família patriarcal e escravocrata, de um povo híbrido de três raças. O autor acreditava que

Nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras

²² ZAIDAN FILHO, Michel. *O fim do Nordeste & outros mitos*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 24.

²³ Idem, p. 48.

*vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas*²⁴.

Freyre não apresenta o escravo contra o colonizador. Faz entender que os negros da senzala ou que circulavam a casa grande viviam em harmonia com seus senhores. Não se percebe rebeldia por parte dos escravizados, tudo parece acontecer com o consentimento do oprimido. Aliás, a opressão está nas entrelinhas. Tudo faz crer que se vivia numa democracia sexual e racial, com o português sem preconceito racial. Mas, onde fica o homem escravo? O que representava a virgindade para os homens negros? Como se sentiam as mulheres brancas que viam seus maridos terem amantes, ou escravas sexuais negras? Não há lugar para isso em *Casa Grande e Senzala*. Para o autor, “a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelos adiantados...”²⁵.

Gilberto Freyre mostra a sociedade patriarcal que ele percebeu, enquanto fidalgo, herdeiro de senhor de engenho. É o Nordeste açucarado, dos grandes engenhos escravocratas, que se vai encontrar na obra de maior prestígio do autor. Até os dias atuais *Casa Grande & Senzala* mexe com o imaginário do povo, é assunto de intelectuais e de todos aqueles que querem compreender um pouco do Brasil e do Nordeste litorâneo.

Outro autor que vai divulgar o lado açucarado, “melado” do Nordeste, é **José Lins do Rego**. O cotidiano que descreve tem aspectos sociológicos: é a exploração do escravo, a iniciação dos garotos brancos com as negras, o casamento pomposo das mulheres ricas, a fartura na casa grande, a pobreza na senzala. Ele nos fala da morte, da loucura, dos desejos, do sexo, dos valores e dos costumes nordestinos.

Em *Menino de engenho*, por exemplo, José Lins aborda a paisagem nordestina, a gente dos engenhos, os amores proibidos, a iniciação sexual, os valores de um povo, o paternalismo, o cotidiano de um menino chamado Carlinhos que foi morar com o seu

²⁴FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2000, p. :84.

²⁵ Idem, p.163.

avô e seus tios, porque sua mãe foi morta pelo seu pai, que mais tarde foi considerado louco. No engenho de seu avô, Carlinhos passou a viver num outro mundo. O mundo da tradição, da sociedade patriarcal, de valores religiosos perpetuados por suas tias, da sexualidade despojada com as negras, do casamento farto e cheios de presentes dos senhores de engenho, da discriminação com os mais pobres, da liberdade de tomar banho de rio e de passear pelo mato, da naturalização da pobreza e da desigualdade social.

O povo do Nordeste, sobretudo o negro, apresenta-se como naturalmente miserável. Nesse romance reproduz-se o patriarcalismo, o poder do homem sobre a mulher e seus serviçais, o uso da mulher como objeto de uso e de prazer, principalmente, as escravas. Trata-se de um Nordeste religioso, preconceituoso, cheio de diferenças sociais que são transmitidas ao longo de gerações.

Ao contrário de Freyre e José Lins do Rego, **Raquel de Queiroz**, cearense, primeira mulher a fazer parte da Academia Brasileira de Letras, vai apresentar através da literatura um outro Nordeste, seco, miserável, cheio de retirantes, de personagens com sentimentos contidos e tolhidos. Por exemplo, em *O quinze*, a autora mostra configurações sobre o Nordeste, tomando como referência, o sertão nordestino. Ela narra o cotidiano e o comportamento do nordestino diante da seca, de como fica a vegetação, o gado, o céu, o solo com a escassez de água. Mostra a vida do retirante, do flagelado, o sofrimento de deixar a terra, de ver o gado morrendo de fome. Realça a valentia de quem vive num lugar pedregoso, árido, mas que insiste que é preciso viver.

O quinze é um romance que trata da questão social da seca (sem uma reflexão política), dos seus efeitos, da expulsão do homem da terra que a ama, da fome que mata os animais e as pessoas, da vegetação espinhosa, do solo rachado, do sol quente que queima a pele, das relações humanas que, apesar da solidariedade, são áridas como o chão. Não se trata de um livro que incita a mudança social, mas faz refletir sobre a região, a miséria e o povo do sertão nordestino.

Outro autor nordestino de projeção nacional que propagou idéias sobre o Nordeste através de romances e contos foi o alagoano **Graciliano Ramos**. Mostrará o Nordeste sem retoques burgueses, pelo sertão, pela escassez, pela miséria, pelo sofrimento e pela subserviência de um povo que não expressa através da linguagem a sua indignação da diferença, da dominação. Um lugar cercado de pobreza, que não traz saudade (Albuquerque Jr., 2000).

Em *Vidas Secas*, Graciliano conta a vida da família de Fabiano, um retirante nordestino, de pouca conversa, contido num mundo psicológico e social sem sonhos. Seus filhos não têm nome no romance, são apenas conhecidos como menino mais velho e filho mais novo. Tem uma cachorra chamada Baleia que é tratada como gente. Sua mulher chama-se sinha Vitória.

A miséria, a seca parece deixar a realidade do retirante sem nenhum enfeite. A realidade é dura, as relações entre pai e filho são secas como a vida, sem carinho, sem demonstrar amor.

A nordestina representada, no romance, na figura da sertaneja sinha Vitória era uma mulher machucada pelo tempo e a pobreza, de voz estridente, de aparência envelhecida pela miséria, magra, com poucas roupas, mas trabalhadora e lutadora.

As crianças não estudavam. Não tinham brinquedos nem ambição. Muitas vezes, andavam nuas em casa porque não tinham roupas para vestir. O pai servia-lhes de modelo de homem. Um homem forte, que sabia lidar com os animais, “trazer uma faca de ponta na cintura, fumar cigarros de palha, calçar sapatos de couro cru” (Ramos, 2004: 53).

A “cachorra Baleia, que era como uma pessoa da família, sabida como gente”, descreve Graciliano, era uma espécie de brinquedo das crianças e de companhia para Fabiano. Era um animal esperto, forte, uma retirante da seca, que caçava preás, juntava o gado. Com ela, muitas vezes ele pôde dar e retribuir carinho.

Em *Vidas Secas*, Graciliano Ramos entra no interior de seus personagens, narrando o que eles poderiam sentir, pensar e desejar. Mostra uma realidade simplificada, sem muitas emoções, sem regalias, sofrida. Um mundo onde as relações interpessoais são afetadas pela aridez do tempo, da vegetação e da vida. Vidas que são secas.

A narrativa da seca no Nordeste brasileiro é, também, enfocada por **José Américo de Almeida**, em *A bagaceira*, onde confronta a vida dos nordestinos sertanejos e brejeiros. Mostra o drama da seca, os valores morais atacados e destruídos pela miséria, pela lei da sobrevivência, pela humilhação da fome. Fala do retirante sertanejo quando chega à área do brejo:

Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos

do seu paraíso por espadas de fogo, iam ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados.

Fugiam do sol e sol guiava-os nesse forçado nomadismo (...).

Não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma. Eram os retirantes. Nada mais (...).

Faiscavam o cheiro enjoativo do melado que lhes exacerbava os estômagos jejunos. E, em vez de comerem, eram comidos pela própria fome numa autofagia erosiva (...).

Párias da bagaceira, vítimas de uma emperrada organização do trabalho e de uma dependência que os desumanizava, eram os mais insensíveis ao martírio das retiradas.

*A colisão dos meios pronunciava-se no contato das migrações periódicas. Os sertanejos eram malvistos nos brejos. E o nome de brejeiro cruelmente pejorativo*²⁶

A beleza desbotada da retirante Soledade pela fome, pelo sofrimento, representa a estética da mulher nordestina surrupiada pelas condições sociais e ambientais. O amor à terra, a pesar de esta ser ingrata, de expulsar, de maltratar com a fome, é lembrado na fala de Pirunga, quando responde a Lúcio, protagonista da estória: _ “Moço, sertanejo não se adoma no brejo. O sertão é pra nós como homem malvado pra mulher: quanto mais maltrata, mais se quer bem”²⁷.

A leitura social de um Nordeste pobre, miserável, que não deve ficar condenado a um destino naturalmente que não traçou, mas que deveria ser transformado, foi percebido principalmente nos escritos de Graciliano Ramos e Djacir de Menezes.

O autor de *Outro Nordeste*, Djacir Menezes exibe, também, a resistência e a coragem do povo nordestino, a exploração para com a região e para com grandes parcelas da população. Inicialmente, o autor relata que as habitações construídas no Nordeste brasileiro refletem, no período colonial, não somente a mesologia, mas também a exploração econômica e a organização do latifundiário. O regime alimentar, também, decorrente da monocultura da cana-de-açúcar, seria consequência da exploração econômica da terra.

Assim como Gilberto Freyre, Djacir acredita que “o desenvolvimento social do nordeste, como do Brasil, seria incompreensível ou impossível sem a imensa

²⁶ ALMEIDA, José Américo. *A bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, p. 8.

²⁷ Idem, p. 30-1.

miscigenação que se verificou entre as raças conquistadoras”²⁸. Só que o autor não faz apologia da democracia sexual. Para ele,

*As condições sociais são (...) determinantes. De uma parte, está uma minoria de brancos ou mamelucos, conquistando a terra e submetendo o gentio ou exterminando-o; de outro, a grande massa aborígine, onde estão os elementos futuros das populações trabalhadoras, pela miscigenação que se processava, para a variedade de tipos mestiços do litoral. O contingente negro reduziu-se extraordinariamente*²⁹.

Djacir faz uma análise crítica do que fizeram com o negro no período de colonização. Segundo o autor, o negro foi a moeda corrente desse tempo, era o capital vivo dos senhores de engenho, sendo que “os gordos dotes que se davam as filhas freiras, aos doutores e morgados manavam desse suor negro: o trabalho escravo alimentava e vigorava todos esses exploradores”³⁰.

Aquelas pessoas que não tinham terra nem escravos eram tratadas como se fossem fora da lei. Assim era o gentil o que não tinha a proteção missionária, a plebe rural e a imensa mestiçagem que era explorada pelos sesmeiros. Desse modo, Djacir acredita que os inúmeros movimentos sociais e políticos do Nordeste, tais como cabanada e sabinada, não eram reflexos de anarquia, ou banditismo como fazia entender o discurso oficial, mas que não passavam de “movimentos sociais desses elementos que ainda na apreenderam a falar a linguagem das reivindicações modernas. Movimentos inconscientes, revoltas que explodem sem direção, sem programa, dos choques obscuros, das forças de classes desorganizadas, caóticas, num tremendo período de formação histórica”³¹.

A resistência física e moral do sertanejo é realçada pelo o autor o qual compartilha com Euclides da Cunha que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Então, por que o Nordeste se encontra em posição inferior? Para Djacir, isso ocorria devido a fatores políticos e sociais, cuja elite política e econômica procuravam disfarçar as verdadeiras causas, devendo o “Governo central agir no sentido dessa valorização”³²

²⁸MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972., p. 65.

²⁹ Idem, p. 72.

³⁰ Idem, p. 78.

³¹ Idem, p. 80.

³² Idem, p. 90.

O autor, também, critica a forma pela qual foi colonizado o Brasil e alguns tratados que prejudicaram o desenvolvimento do país, tais como Methuen, que favorecia os ingleses; a proibição da fabricação de aguardente em detrimento da compra de vinho português; a cobrança do quinto do ouro; a obrigação dos sapateiros trabalharem apenas com couro vindo de Portugal; o monopólio de escravos africanos e de gêneros de consumo por parte da Companhia do Grão-Pará (o que originou a Revolta de Beckman); enfim a exploração por parte daqueles que queriam apenas extrair, sugar do país e da população, sobretudo os mais pobres, o que tinha de melhor.

Djacir mostra que o negro se manifesta na história contra a sua exploração, não sendo uma raça meramente subserviente e dócil com o seu explorador. Para ele,

*Não é na psicologia religiosa dessas raças que estão as raízes que explicam esses movimentos insurrecionais contra a ordem pública. Os antagonismos econômicos vão exacerbar ou criar antagonismos étnicos ou religiosos, acender ou reacender ódios raciais e políticos. Sob a brutalidade do senhor branco, as raças negras começam, desde a primeira escaramuça de 1807 e 1809 às grandes insurreições de 1813, chefiadas pelos haussas, que eram o elemento dominante, a sentir a unidade diante do explorador: essa unidade mental se serve do Islamismo como instrumento ideológico da situação material de classes*³³.

Sobre a psicologia do sertanejo, entre os pobres, Djacir crê que foi modelada pela falta de interesse por bens terrenos, pelo misticismo e pela religião, fazendo-lhe uma gente ingênua e crédula, que muitas vezes era usada e manipulada em sua boa-fé, o que aconteceu em Canudos, com Antonio Conselheiro, e em Juazeiro, com padre Cícero.

Djacir, assim como Euclides da Cunha, não mostra o cangaceiro como um perverso, uma pessoa naturalmente violenta, mas como alguém vítima do sistema, da contradição socioeconômica, realçando que “não vale a pena querer encontrar, nos traços somatopsicológicos do cangaceiro os estigmas da degenerescência e do crime, As determinantes primordiais não estão nele: estão no meio onde evolve”³⁴.

Desse modo o outro Nordeste que Djacir Menezes mostra, é um Nordeste que não é alienado, de um povo que aceita tudo pacificamente e ingenuamente, mas um

³³ MENEZES, Djacir. Idem, p.7-8.

³⁴ Idem, p. 187.

Nordeste revolucionário, que contesta, que se insurge contra a opressão dos exploradores da região e do povo.

Vale salientar que a fome e a miséria do povo nordestino que servem de base a romances e ensaios são romanceados por alguns literatos, são também corroborada por estatísticas sociais e por estudos científicos como, por exemplo, o de **Josué de Castro** que, em *Geografia da fome*, faz um mapa da fome, uma das mais graves misérias da humanidade que se reflete na falta de carências protéicas, minerais e vitamínicos, sendo um fenômeno de cunho social, político e geográfico. O autor procura analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos em diversas áreas geográficas, buscando as causas sociais e naturais que nos influenciam diferentes grupos. O Nordeste é uma das regiões da fome, especificamente o Sertão e a Zona da Mata.

Para Castro, enquanto na Amazônia a fome decorre principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos, no Nordeste não se pode explicar a fome por questões naturais, haja vista que na Zona da Mata se encontra um dos solos mais férteis do país, o massapé, mas que foi explorada economicamente de forma intempestiva pela monocultura e o latifúndio da cana-de-açúcar, destruindo a floresta, prejudicando o cultivo da policultura e a criação de animais de corte, favorecendo o êxodo rural. O que teria ocasionado numa alimentação pobre de frutas, verduras, carne e leite³⁵.

Esse homem Nordeste açucareiro, segundo Castro “já perdeu o gosto e o hábito de comer fruta. Considera a fruta um gulodice, como considera folha e verdura comida de lagarta. Comida de homem para essa gente é mesmo feijão, carne e farinha³⁶.” Isso porque foram criados “vários tabus alimentares, proibições, restrições ao uso de certos alimentos em determinados períodos, tudo sem nenhum fundamento biológico, puras sobrevivência culturais das interdições dos senhores a seus escravos e moradores”³⁷. Entre esses tabus, que se constituíram em verdadeiras barreiras psicológicas, o autor exemplifica

Afirmando e fazendo crer aos negros, e depois aos moradores de suas terras, que não se deve misturar nenhuma fruta com álcool, que melancia comida no mato logo depois de colhida dá febre, que manga com leite é veneno, que laranja só deve ser comida de

³⁵ CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. 11 ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992, p.114-137.

³⁶ Idem, p. 153.

³⁷ Idem, p. 154.

*manhãzinha, que fruta pouco madura dá cólica, que cana verde dá corrimento, os senhores e os patrões diminuíaam ao extremos as possibilidades de que os pobres se aventurassem a tocar nas suas frutas egoisticamente poupadas para seu exclusivo regalo*³⁸.

Enquanto se criaram vários interditos alimentares para que a população pobre e escrava não “mexesse” nas frutas dos senhores de engenhos, a mesa dos abastados era rica em hidrocarbonetos, como, por exemplo, aipim, cará, inhame, batata-doce, pão doce, grudes, mel, beijus, bolos, pamonhas que eram servidos no café da manhã, lanches, ceias e nas sobremesas, levando o excesso do consumo de açúcar a grande incidência de diabete nessas famílias³⁹.

Assim, ao contrário de Gilberto Freyre que acreditava que os escravos eram os mais bem alimentados, Josué de Castro ressaltava que não se deve confundir quantidade com qualidade de comida e que ao dar

*Maior quantidade de comida ao negro, o senhor de engenho estava pensando em alimentar a própria cana, em transformar o feijão e a farinha barata em açúcar de muito bom preço, vendido a peso de ouro, num processo muito semelhante aos dos criadores de porco que, alimentando esses animais com muito milho, vendem depois o milho por bom preço, transformado em carne e ensacado na própria pele do porco*⁴⁰.

Segundo Josué de Castro, com a abolição da escravatura, os baixos salários dos negros levam não só a uma diminuição na qualidade, mas também na quantidade da alimentação. A baixa carência protéica no homem do brejo nordestino tem como primeira manifestação o crescimento lento e precário da população, o que acarreta em indivíduos de baixa estatura, como também o aparecimento de várias doenças endêmicas, tais como, tuberculose, anemia (ausência de ferro no organismo que acarreta amarelidão e o hábito de comer terra, barro), dentes fracos (falta de cálcio nos alimentos), avitaminoses (carência de vitamina A, levando a cegueira; deficiência de vitamina B, acarretando congestões nas córneas, “dando um ar de maldade à expressão fisionômica”⁴¹.

³⁸ CASTRO, Josué. Idem, p. 154-5.

³⁹ Idem, p. 155.

⁴⁰ Idem, p. 156.

⁴¹ Idem, p. 157-167.

Com a seca, a fome fica mais visível. O sertanejo esfomeado “se traduz de logo pela magreza aterradora, exibindo todos faces chupadas, secos, mirrados, com os olhos embutidos dentro de órbitas fundas, as bochechas sumidas e as ossaturas desenhadas em alto-relevo por baixo da pele adelgada e enegrecida”⁴² Trata-se, assim, de um fenômeno que não apenas dizima a população, mas também a põe de joelho, a torna menor, a faz menos cidadã.

Esse tipo de abordagem realça a fome, tanto na Zona da Mata, como no Sertão Nordestino, como um fenômeno que faz parte do que se imagina ser o Nordeste, como uma das características do povo nordestino. O flagelo da seca, produzindo uma série de retirantes, que saem expulsos de suas terras áridas, sem água, aponta o nordestino como miserável, alguém de “cuia na mão”, que traz problemas, criando estereótipos que são reproduzidos, comumente, pela mídia.

A pobreza, a desigualdade social, as mazelas da vida são também, expostas pelo poeta **João Cabral de Melo Neto**, mas sem enfeite, sem máscaras. No entanto, de forma maestral como é no poema *Morte e Vida Severina*:

*-Severino, retirante
deixa agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia, de Recife.
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida;
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga;
é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, Severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.
E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfilar seu fio,
que também se chama a vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a corrida;*

⁴²CASTRO, Josué. Idem. p. 229.

*mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida Severina*⁴³.

Esse tipo de abordagem realça a fome, tanto na Zona da Mata, como no Sertão Nordestino, como um fenômeno que faz parte do que se imagina ser o Nordeste, como uma das características do povo nordestino. O flagelo da seca, produzindo uma série de retirantes, que saem expulsos de suas terras áridas, sem água, aponta o nordestino como miserável, alguém de “cuia na mão”, que traz problema, criando estereótipo que são reproduzidos, comumente, pela mídia.

Ao contrário da imagem negativa do sertanejo como um povo fraco, retirante, que foge da seca e da fome, para **Euclides da Cunha**, o sertanejo não seria uma sub-raça inferior. A seu ver, “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, destacando que “a sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas”⁴⁴.

Euclides contrapõe o vaqueiro gaúcho ao vaqueiro sertanejo, realçando que o primeiro é criado dentro de um ambiente físico mais favorável, por isso, a vida lhe é apresentada com mais despreocupação, enquanto o segundo aprende a ser forte, a sobreviver, com as adversidades do clima, da miséria, e da aridez do solo.

Em *Os sertões*, o jornalista Euclides da Cunha, em sua grande reportagem que fez para o *Jornal Estado de São Paulo*, fala da Guerra de Canudos, movimento que surgiu nos finais do século XIX, no sertão baiano, encabeçado por um homem que se apresentava como profeta e era acompanhado por uma multidão. O autor mostra como era o sertão, quem foi Antônio Conselheiro, e por que tantas pessoas se identificavam com o projeto de sociedade de Conselheiro.

Desta forma, Euclides apresenta uma imagem do sertanejo como um povo forte, religioso, cuja vida está em função da terra. Vê “Monte Santo como um lugar lendário”⁴⁵ Descreve Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel) como um paranóico, um gnóstico bronco, mas que era visto pelo seu meio, pelo sertanejo como um

⁴³ NETO, João Cabral. *Poesias completas (1940-1965)*. Rio de Janeiro: Ed. Sabiá, 1968.

⁴⁴ CUNHA, Euclides. *Os sertões*. 21 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p. 112

⁴⁵ Idem, p 138.

profeta, o emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível do sofrimento e da morte, e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores o caminho da salvação. Satisfez-se sempre com este papel de delegado dos seus. Não foi além. Era o servo jungido à tarefa dura; e lá se foi, caminho dos sertões bravios, largo tempo, arrastando a carcaça claudicante, arrebatado por aquela idéia fixa, mas de algum modo lúcido em todos os atos, impressionando pela firmeza nunca abalada e seguindo para um objetivo fixo com finalidade irresistível⁴⁶.

Mostra a moral arraigada, a importância do casamento, o sentimento de traição e de vergonha modificando profundamente o homem Antônio Vicente Mendes Maciel, que por ter casado com uma mulher de má índole que cometeu adultério com um policial, foi se esconder pelos sertões, distante das pessoas que o conhecia. Não suportando a traição da mulher, Antônio não sabia como enfrentar a sociedade. Era como se para ele a vida tivesse que ser outra.

A miscigenação, a religiosidade do povo do Sertão eram elementos que, segundo Euclides, favoreciam a adesão às idéias de Conselheiro, visto que

No seio de uma sociedade primitiva que pelas qualidades étnicas e influxo das santas missões malévolas compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres, o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante (...) A sua insânia estava, ali, exteriorizada. Espelhavam-na a admiração intensa e o respeito absoluto que o tornaram em pouco tempo árbitro incondicional de todas as divergências ou brigas, conselheiro predileto em todas as decisões⁴⁷.

Para destruir Canudos foram enviadas quatro expedições militares, sendo duas estaduais e duas federais. A primeira contou com 100 soldados; a segunda, com 250 homens; a terceira, tinha cerca de 3000 homens, e a quarta, que pôs fim a Canudos, durante o governo Prudente de Moraes, em 10 dias de luta, tinha cerca de 7000 homens. Os seguidores de Conselheiro não se renderam facilmente. Lutaram até o fim com enxadas, foices, facões, paus, como descreve

Assim sendo, o Nordeste na visão Euclidiana apresenta-se como uma região de povo forte, lutador, resistente, embevecido por valores morais conservadores, cheio de religiosidade e misticismo.

⁴⁶ CUNHA, Euclides Idem, p 145.

⁴⁷ Idem, p.154.

Já o coronelismo, a figura do jagunço, das mulheres da vida alegrando os homens nos cabarés, o misticismo e a religiosidade do nordestino, particularmente, do baiano, é realçada na obra de **Jorge Amado**. Foi com *O país do carnaval*, que o autor iniciou sua discussão sobre a identidade nacional⁴⁸, criticando através de seus personagens a alienação social, o viver por viver, a sobrevivência míope daqueles que riem de si mesmos.

Pelo que foi exposto todos esses autores vêem o Nordeste por parte, como um fragmento. Mostram e constroem através do seu olhar, de sua vivência de mundo ou de sua experiência nordestina imagens, um pedaço do Nordeste que imaginam ou que pensam ser real. Reproduzem e desfazem estereótipos. Chamam a atenção da opinião pública para determinado Nordeste. Portanto, o que se vê aqui são vários Nordestes em pedaços.

Desse modo, o regionalismo cria diferenças, pode gerar bairrismo, etnocentrismo, denúncia social, sentimentos de superioridade e de inferioridade; produz sentimentos de repulsão ou aproximação; atribui capital simbólico positivo ou negativo aos nascidos ou moradores de determinadas regiões.

Todavia, a questão da identidade regional não pode se resumir ao âmbito do local. A identidade nordestina deriva de imagens, representações e estereótipos sobre a região, que foram construídos historicamente e socialmente dentro de um cenário político e econômico nacional, que também está atrelado a uma conjuntura internacional, que perpassa toda a vida dos nordestinos natos ou migrantes. Não é resultado apenas do discurso oficial, do que os intelectuais, os poetas, artistas e cientistas dizem sobre a região. Mas, é também fruto da ação do povo quando se acomoda ou “vira o jogo”, da desigualdade social que se instalou desde a colonização do país se perpetuando ao longo do tempo, produzindo não apenas estatísticas sociais negativas mas realidades antagônicas, díspares. É também o que a mídia com seus interesses econômicos e ideológicos veicula sobre a região. É resultado de como cada um nordestino enfrenta a vida, se com alienação, esperando que a “mão de Deus o ilumine”, ou se superando, buscando seus sonhos, construindo um lugar que valha a pena sonhar, lutar e viver. Enfim, o Nordeste brasileiro não é um discurso, uma abstração, uma mera imagem ou idéia, mas um conjunto de contradições que se tornam

⁴⁸ ALBUQUERQUE Jr, Durval. Idem, p. 212.

reais. É um lugar, povoado de costumes, crenças, tradições, sol, mar, seca, miséria, riqueza, de gente se movimentando, fazendo história, sobrevivendo e vivendo. Um lugar exótico, ímpar, contraditório, diversificado, que permite a ter várias identidades e não apenas ser rotulada por determinado atributo social. Esse lugar cheio de contrastes ocupa lugar na mídia, faz parte da agenda setting dos principais jornais brasileiros, como é o caso do Jornal do Brasil.

Capítulo II

Indicadores sociais, perfil de um substrato para a imagem do Nordeste na mídia

O Nordeste brasileiro desde a sua formação histórica e social edificou seus pilares numa série de contradições sociais, que se tornaram estruturais, e que ao longo do tempo foram acentuadas, seja pela diversidade cultural do lugar; da visão de mundo de artistas, cientistas e intelectuais; pelos diversos tipos de clima, vegetação e relevo; seja pela distribuição desigual de poder e renda, e pelas mudanças de estratégias nacionais e internacionais para região que já foi a mais rica do país e, hoje, é a mais pobre.

Atualmente, além dos indicadores estatísticos que apresentam a região como um local desigual socialmente, que não atingiu altos níveis de industrialização e comercial, existe também a imagem de um lugar que falta avançar tecnologicamente em muitos setores, numa era das sociedades informatizadas⁴⁹, em que o conhecimento, a ciência, a robótica distinguem indivíduos e nações. Mas, também, existe o Nordeste rico culturalmente, com grande potencial turístico, um celeiro de artistas e intelectuais. Um Nordeste com mão de obra que se qualifica constantemente para atender aos novos desafios do mundo do trabalho, com portos e aeroportos em expansão. Um Nordeste que está se desenvolvendo e não para de crescer, mesmo diante de contradições sociais profundas.

O Nordeste que se apresenta na pós-modernidade é híbrido, heterogêneo, múltiplo, fragmentado, complexo, com seus fatores históricos, políticos, culturais e sociais gerando imagens, estereótipos e representações diversas, que não permitem

⁴⁹ Sobre o campo do saber nas sociedades informatizadas, Lyotard defende as hipóteses de que o saber muda de estatuto no período pós-industrial e na idade das culturas pós-modernas; que o saber científico é uma espécie de discurso; a circulação dos conhecimentos é afetada pela multiplicação de máquinas informacionais; o valor de uso do saber se transforma cada vez mais em mercadoria para ser vendida; a ciência conservará e reforçará sua importância na capacidade produtiva das nações; o domínio da mercadoria informacional servirá para estratégias industriais, comerciais, militares e políticas, expressando-se em forma de poder nos jogos econômicos no cenário internacional. Acredita que o saber passa a ser uma mercadoria que pode ser vendida ou não, aumentando a concentração de poder, à distância entre países pobres e ricos.

mais rotular a região e os nordestinos sob um único aspecto. Nordeste e nordestinos são multi. Na pós-modernidade não existe mais o Nordeste, o nordestino, mas nordestes e nordestinos. Apesar de o arcaico, o tradicional, o subdesenvolvido, a pobreza, a exclusão social, na região, conviver com a tecnologia, o desenvolvimento e a riqueza.

Para mostrar essa hibridização do Nordeste, procuramos eleger alguns atributos e processos sociais que ajudam a construir representações e identidades nordestinas na contemporaneidade, repercutindo nas imagens que a mídia mostra da região e que, por conseguinte, influenciam na formação da opinião pública sobre a região, tais como os aspectos históricos, sociais, culturais e geográficos, a fim de mostrarmos como é difícil e impreciso se pensar o Nordeste apenas por um dado isolado.

São esses diversos atributos que constroem a identidade regional que a mídia se apropria, dá um enfoque jornalístico e transforma em manchete, reportagem, fotografia, construindo imagens, reproduzindo estereótipos, informando, manipulando, simulando, mostrando o Nordeste em pedaços, fragmentado, híbrido e complexo.

2.1. Afinal: O que é o Nordeste brasileiro?

Há na verdade uma grande dificuldade de delimitar a região nordestina. Muitos apontam o Nordeste como a área das secas, necessitando de verbas governamentais; outros vêem o Nordeste como áreas dos grandes canaviais e determinados teóricos a tem como uma região subdesenvolvida, de baixa renda *per capita*, conforme chama a atenção Manuel Correia de Andrade⁵⁰.

Margareth Rago, prefaciando o livro *A invenção do Nordeste*, afirma que “até meados da década de 1910, O Nordeste não existia. Ninguém pensava em Nordeste (...) As elites locais não solicitavam, em nome dele, verbas ao Governo Federal para resolver o problema de falta de chuvas, da gente e do gado que morriam de fome e de sede ...”⁵¹.

⁵⁰ ANDRADE, Manuel *A terra e o homem no Nordeste. A terra e o homem no Nordeste* 6 ed. e: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 23.

⁵¹ RAGO, MARGARET. In: ALBUQUERQUE Jr, Durval. 2001.

Carlos Garcia chama a atenção para o fato de não haver uniformidade de clima, vegetação, topografia, solo no Nordeste brasileiro, sendo essas algumas das razões da região se apresentar tão diferenciada geograficamente e socialmente, pois

O Nordeste é uma região de contrastes. Nele podem ser encontradas populações vivendo num estágio de seminomadismo (...) e grupos (...) que atingiram as etapas mais avançadas da civilização moderna. Na região existem desde comunidades que vivem praticamente sem utilizar dinheiro e pessoas que se dedicam à especulação no mercado financeiro. Há aqueles que vivem a dezenas de quilômetros de qualquer estrada carroçável e os que diariamente enfrentam problemas de engarrafamento de trânsito nas grandes capitais⁵².

Em 1941, o Conselho Nacional de Geografia classificou o Nordeste, para fins administrativos, envolvendo os estados do Maranhão até Alagoas. A Sudene configurava o Nordeste como uma área que vai do Maranhão até o norte de Minas Gerais; o Banco do Nordeste atuava no polígono da seca, desenhando sua intervenção na região, excluindo o Maranhão, porém incluindo parte de Minas Gerais da Bacia do São Francisco. Em 1968, o IBGE considerou como estados nordestinos Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o território Federal de Fernando de Noronha, este que foi extinto com a Constituição de 1988, voltando a pertencer ao estado de Pernambuco⁵³.

2.2. Geografia do Nordeste

Geograficamente, o Nordeste brasileiro é uma região que possui uma área de 1.660.359 quilômetros quadrados, o que corresponde a 19,5% do território nacional. Divide-se em quatro regiões naturais: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte. Tem clima tropical e tropical semi-árido, o que faz com que haja período longos de seca, que afetam diretamente a vida do nordestino, sobretudo a dos sertanejos⁵⁴. Tem

⁵² GARCIA, Carlos. *O que é o Nordeste brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 8.

⁵³ ANDRADE, Manuel Correia. *Idem*, p. 24.

⁵⁴ GARCIA, Carlos. *Ibidem*.

como principais rios o Rio São Francisco, Rio Parnaíba, Rio Una. Recife, Salvador, Fortaleza, Natal e Maceió são as capitais mais importantes da região.

Tem como principais rios o São Francisco, Parnaíba e Una. É banhada por três bacias hidrográficas: Bacia do rio São Francisco⁵⁵, Bacia do Atlântico, trechos Norte/Nordeste⁵⁶, Bacia do Atlântico Sul - trechos norte e nordeste⁵⁷. Dessas, a mais importante é a do rio São Francisco, pela importância econômica, política e social.

Dos 20.000 sítios arqueológicos identificados no país, 286 ficam na Bahia, 14 na Paraíba, 88 em Pernambuco, 18 no Maranhão, 729 no Piauí, 23 no Ceará e 85 no Rio Grande do Norte. Dos cinco sítios arqueológicos tombados pela União, dois ficam no Nordeste. São eles Sambaqui, no São Luís, e o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí⁵⁸.

A vegetação nordestina é marcada por florestas, como a Mata Atlântica⁵⁹; dunas mangues, cerrados e caatinga, que com suas árvores secas, de pequeno porte, espinhosas, como é o caso do mandacaru, o xiquexique, a faveleira e o pinhão-bravo, dão ares exóticos ao semi-árido nordestino.

Planalto da Borborema, Chapada do Apodi (estende-se desde o Ceará - Mirim, no Rio Grande do Norte, até a oeste de Russas, no Ceará), Chapada do Araripe são as principais formas de relevo da região. É comum no sertão a presença de serras, como, por exemplo, as serras de Meuoca e de Baturité (Ceará), São Miguel, Luís Gomes,

⁵⁵ A bacia do rio São Francisco nasce em Minas Gerais, na serra da Canastra, e atravessa os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. O rio São Francisco possui uma área de drenagem superior a 630.000 km² e uma extensão de 3.160 km, possui uma vazão média anual de 3.360m³/s, volume médio anual de 106 Km³. (www.brctactaceae.org/hidrografia.html, capturado em 16/10/04 às 21h50).

⁵⁶ A Bacia do Atlântico - Trecho Norte/Nordeste banha extensas áreas dos Estados do Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, e parte do Estado da Paraíba, Pernambuco, Pará e Alagoas. Possui uma vazão média anual de 6.800 m³/s e uma área de drenagem de 996.000 Km² composta por dois trechos: Norte e Nordeste. O Trecho Norte corresponde à área de drenagem dos rios que deságuam ao norte da Bacia Amazônica. O segundo trecho - Nordeste, corresponde à área de drenagem dos rios que deságuam no Atlântico, entre a foz do rio Tocantins e a do rio São Francisco. (Ibidem)

⁵⁷ É formada pelos rios Acaraú, Jaguaribe, Piranhas, Potengi, Capibaribe, Una, Pajeú, Turiaçu, Pindaré, Grajaú, Itapecuru, Mearim e Parnaíba, sendo este o formador da fronteira dos estados do Piauí e Maranhão. (Ibidem).

⁵⁸ No Brasil, todos os sítios arqueológicos são considerados bens patrimoniais da União, sendo protegidos pela Lei nº 3924/61 (www.iphan.gov.br/bens/Mundial/p18.htm, capturado em 16/10/04 às 22h30).

⁵⁹ Mata Atlântica é composta por árvores que ficam na costa brasileira, com altura de 15 a 20 metros, tendo como principais espécies a pindoba, carnaúba, pau d'alho, azeitona-da-mata, visgueiro, sapucaia, ingá e pau d'arco (www.sudene.gov.br, capturado em 18/02/05, às 22h11).

Martins, João do Vale (Rio Grande do Norte), Teixeira (Pernambuco), Baixa Verde (Paraíba)⁶⁰.

O clima é o elemento que mais afeta a paisagem nordestina, devido ao seu regime pluvial que não é homogêneo. Por exemplo, a Zona da Mata tem clima quente e úmido, porém seco, com duas estações bem definidas, sendo uma chuvosa e a outra seca. O Sertão possui clima quente e seco, podendo ter longos períodos de estiagem. O Agreste é uma área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, apresentando trechos úmidos e outros secos. O Meio Norte é uma área a Oeste extrativista e pecuarista, compreende extensa área do Piauí e do Maranhão⁶¹.

A falta de água é o principal problema da população do Agreste e do Sertão nordestino. O Polígono das Secas não se resume apenas ao Sertão, envolvendo os estados do Ceará, Paraíba, do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia⁶².

O coqueiro, a carnaubeira, o xiquexique, o mandacaru são vegetações que fazem do Nordeste uma paisagem exótica, atraente, exuberante e diferente de outras regiões brasileiras.

2.3. Fragmentos históricos

Historicamente, o Brasil se originou no Nordeste, quando Pedro Álvares Cabral chegou, em 1500, foi em Porto Seguro, Bahia.

Durante o período colonial o Brasil foi dividido no sistema de capitanias hereditárias, que foram distribuídas no litoral. Foram um total de 17 capitanias, dessas a capitania de Itamaracá foi a que mais prosperou, sendo doada ao donatário Duarte Coelho, que chegou em 1535, para colonizar a capitania de Pernambuco, a fim de doar terras de sesmarias aos cristãos e escravizar os índios. Criou as vilas de Igarassu e Olinda. Lutou contra os índios caetés e tabajaras. Desenvolveu a monocultura da cana-de-açúcar⁶³.

Por mais de três séculos, o Nordeste conseguiu ser a região mais rica da América Portuguesa, com o comércio do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do algodão e

⁶⁰ ANDRADE, Manuel. *Ibidem*.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Idem*, p. 37.

⁶³ GARCIA, Carlos. *Ibidem*; ANDRADE, Manuel. *Idem*, p. 60-1.

do couro durante todo o período colonial brasileiro e metade do império. Olinda chegou a ser, no século XVII, a mais rica cidade do continente americano. A região só veio perder essa condição com a exploração de ouro em Minas Gerais, a partir de meados do século XVIII⁶⁴.

Isso ocorria porque a economia brasileira se dava por ciclos econômicos que, primeiro foi, o do pau-brasil, depois o da cana-de-açúcar, em seguida o do algodão e o do ouro, e finalmente o café, pois como chama a atenção Caio Prado Júnior, “a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita”⁶⁵. Não devemos, também, esquecer que o Brasil foi uma colônia de exploração e não de povoamento, ou seja, os colonizadores brasileiros não tinham intenção de desenvolver o território, mas de explorá-lo, de retirar de nossas terras o que de melhor poderia ser produzido ou extraído.

A economia colonial brasileira e nordestina se deu, assim, pela presença da grande propriedade que foram doadas a alguns colonos cristãos, pela monocultura e pelo trabalho escravo. Esses três elementos ajudaram a acentuar a desigualdade social da população, bem como esta organização do trabalho e da produção estavam voltadas para atender o comércio internacional, aos interesses externos⁶⁶.

Por conta da produção da cana-de-açúcar, o Nordeste teve muitos engenhos. Só para se ter uma idéia, segundo Manuel Correia de Andrade,

Se forem cinco em 1550, somavam trinta em 1570, sessenta e seis em 1584 e cento e quarenta e quatro por ocasião da conquista holandesa em Pernambuco, havendo ainda dezenove na Capitania da Paraíba e dois no Rio Grande do Norte, totalizando, assim, no Nordeste, 166 engenhos⁶⁷

A casa grande e a senzala, o trabalho explorado do negro, a ascensão do homem branco, do senhor de engenho em relação as suas escravas, resultou não só numa paisagem diferente, numa economia onde poucos têm tudo e muitos não têm

⁶⁴ ANDRADE, Manuel. Idem, p. 28.

⁶⁵ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.73.

⁶⁶ Idem, p. 125.

⁶⁷ ANDRADE, Manuel. Idem, p. 64.

nada, mas também influenciou na organização social, no modelo de família e nas relações sociais. O patriarcalismo é a marca dessa sociedade, onde o homem, sobretudo o fidalgo tinha direito a tudo, ao desejo, ao sexo, a mandar na mulher, nos filhos e nos escravos.

Os escravos eram freqüentemente submetidos a maus tratos, a castigos corporais, podendo ser batidos com chicote, varas ou correias de couro, ser postos de ferro ou no tronco ou até ser acorrentados pelos pés ou pelo pescoço; não convinha, entretanto, aos senhores matar ou mutilar os cativos que lhes haviam custado muito dinheiro⁶⁸.

Além da cana-de-açúcar, no século XVI, a criação do gado em pé vai dar um novo impulso à economia. O sertão nordestino passou a desenvolver a pecuária, multiplicando o número de fazendas “em mão de proprietários modestos, que habitam ordinariamente nas suas propriedades e participam inteiramente do trabalho e da vida do sertão”⁶⁹.

Em plena fase de expansão, a cultura da cana-de-açúcar vai ser cobiçada pelos invasores holandeses, a partir de 1630. Durante a invasão, os holandeses destruíram engenhos, canaviais, casa grande e parte do gado foi dizimado, bem como alguns escravos chegaram a fugir para o interior. Por outra parte, os invasores, posteriormente, reorganizaram essa economia que ajudaram a destruir. O conde holandês Maurício de Nassau, tendo chegado em Recife em 1637, fez muitas benfeitorias, trouxe artistas, embelezou a cidade que veio para administrá-la,⁷⁰ sendo um dos maiores governantes que Pernambuco já teve.

Com o desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo e a queda dos preços internacionais do açúcar e do algodão, o poder político que o Nordeste tinha foi perdendo espaço no cenário nacional, sendo transferido para o eixo Centro-Sul⁷¹

Segundo Manuel Andrade, enquanto o Centro-Sul se modernizava, recebiam migrantes europeus, adotava o trabalho assalariado, o Nordeste mantinha sua estrutura rural arcaica, baseada no latifúndio da cana-de-açúcar, com o trabalho escravo ou com baixos salários. Com isso, muitos nordestinos, principalmente os vitimados pelas

⁶⁸ ANDRADE, Manuel. Idem, p. 74.

⁶⁹ PRADO JUNIOR, Caio. Idem, p. 191.

⁷⁰ ANDRADE, Manuel. Idem, p. 70.

⁷¹ GARCIA, Carlos. Idem, p. 30.

secas, começaram a migrar para os estados do sul e sudeste atraídos por melhores salários e melhores condições de vida⁷².

Desse modo, paulatinamente, a economia nordestina foi se deteriorando e o poder político da região foi se esvaziando, sendo transferido para o Centro-Sul. O Nordeste deixava, assim, de ser uma região próspera para se tornar a região mais pobre do Brasil, marcada pela concentração de renda nas mãos da elite açucareira e política, baixa infra-estrutura social, por indicadores sociais que fazem os outros brasileiros enxergar e perceber a região como um problema para o país.

O fato é que o empobrecimento, acompanhado da diminuição do prestígio político da região, faz do Nordeste “uma região de segunda classe”, de “pires na mão”, afetando de forma negativa, sobretudo a vida dos estados, dos municípios e da população mais pobre.

De acordo com Sebastião Barreto Campelo, “no primeiro recenseamento feito no Brasil, em 1872, o Nordeste surge como produzindo 65% do PIB brasileiro e com uma renda *per capita* de 144% da média nacional (...). Hoje esses valores reduziram-se a 12% e 41% respectivamente”, acrescentando que “no início do século o Estado de Pernambuco tinha um orçamento equivalente ao de São Paulo. Hoje é seis vezes menor”⁷³, o que demonstra claramente um imenso empobrecimento da região e na vida da população.

Para Campelo, a causa desse contínuo empobrecimento da região nordestina se deu por diversos fatores, entre eles: o aviltamento da cana-de-açúcar, que era o principal produto de exportação da região, as condições topográficas desfavoráveis na Zona da Mata, pouca precipitação pluviométrica no semi-árido, o latifúndio, a má aplicação das poucas verbas federais, transferências de recursos fiscais e econômicos para outras regiões, bem como o poder político nas mãos de uma oligarquia retrógrada e exploradora⁷⁴.

Em relação aos tipos de transferências de recursos do Nordeste para o Centro Sul teria se dado, segundo Campelo, pelo:

⁷² GARCIA, Carlos. *Idem*, p. 31.

⁷³ CAMPELO, Sebastião. *Quatro séculos de exploração*. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995, p. 37.

⁷⁴ *Idem*, p. 37-8.

- a) *Confisco cambial, a partir de 1930, como subsídio do governo brasileiro a importação de bens de capital para estimular a industrialização, baixando o preço das exportações;*
- b) *ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadoria), cujo imposto é pago pelo consumidor e incide na origem do produto, aumentando, assim, as receitas dos estados industrializados do Centro-Sul. Esse imposto, desde a Constituição de 1988 passou a ser chamado de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e está cobrando uma alíquota de 7%, quando a transação é feita do Sudeste para o Nordeste e 12% quando se dá a operação no sentido inverso, o que vem diminuindo a transferência de recursos feitas por este imposto para as regiões mais desenvolvidas;*
- c) *O decreto-lei 915, de 31 de dezembro de 1938, assinado por Getúlio Vargas, que regulamentava a cobrança, pelos estados, do Imposto de Vendas e Consignações, isto é, estabelecia que nos casos de consignação, era considerado como lugar de operação, para efeitos fiscais, aquele onde a mercadoria era fabricada. Isso significava que uma mercadoria quando era transferida do fabricante para uma filial, noutro estado não pagava IVC. Porém, quando essa mercadoria era vendida pelas filiais, recolhia o imposto no estado de origem. Assim, quase toda a produção industrial com Centro Sul era para transferida para o Nordeste sem pagar imposto, só o fazendo quando vendida a pela filial, mas recolhendo o IVC no Centro Sul;*
- d) *O comércio triangular – O Nordeste exporta para o exterior quase toda a sua produção constituída de bens primários, a preços competitivos internacionais e compra produtos do Centro Sul a preços protegidos alfandegariamente. Desse modo o Nordeste tem um grande saldo na balança comercial com o exterior e um déficit no comércio por vias internas;*
- e) *As transferências bancárias – até 1984 haviam linhas de créditos especiais com juros subsidiados e o valor das aplicações dependia dos depósitos ou do valor das operações realizadas por cada banco . Como houve uma concentração bancária propiciada durante a primeira gestão do ministro Delfim Neto (...) esses bancos contabilizavam os depósitos e operações realizadas no Nordeste, porém, utilizavam os créditos no Centro Sul, onde estão as suas matrizes;*
- f) *RGG e RGR – As tarifas de energia elétrica tinham embutidos dois itens chamados de Reserva Geral de Garantia (RGG) e Reserva Geral de Reversão (RGR), itens esses recolhidos a Eletrobrás (...) O RGG é cobrado com a justificativa de ser uma taxa de equalização de tarifas, a fim de subsidiar as empresas menos viáveis economicamente. O RGR é justificado como uma reserva cobrada pela Eletrobrás, para permitir a desapropriação das empresas distribuidoras particulares, no fim da concessão (...) a partir de novembro de 1993 houve modificações na política tarifária, regionalizando as tarifas de energia elétrica. Assim, a Chesf passou a cobrar bem menos do que Furnas (...)*⁷⁵

A estrutura fundiária, a seca, o desemprego são algumas das causas da migração de grande parte da população nordestina do campo para a cidade, fazendo com que muitas capitais se tornem “cidades inchadas”, expressão de Gilberto Freyre,

⁷⁵ CAMPELO, Sebastião . Idem, p.: 38-42.

formando bolsões de pobreza, aumentando a favelização urbana, a mendicância e o subemprego⁷⁶.

2.4. As disparidades regionais e a criação da Sudene

A disparidade entre os estados brasileiros tornou-se mais nítida com a cafeicultura, a proclamação da República e a política café com leite, em que São Paulo e Minas Gerais passaram a comandar politicamente e economicamente o país, bem como com o surto de industrialização do Sudeste, sobretudo com a chegada da indústria automobilística.

O desenvolvimento econômico de São Paulo, principalmente na década de 50, chamou a atenção de muitos nordestinos, fazendo com que milhares deles migrassem para aquele estado em busca de emprego, de uma vida melhor, fugindo, assim, da seca, da fome e da miséria. Para se ter uma idéia, dos 11 milhões de migrantes rurais brasileiros dos anos 50, quase metade (46,3%) vinha do Nordeste⁷⁷, pois foi a época das grandes secas, da construção da Belém-Brasília e da nova Capital. Deste modo, o Nordeste passou a ser uma região exportadora de mão-de-obra barata, vista como um problema nacional, um lugar cheio de bolsões de pobreza, sinônimo de subdesenvolvimento, de atraso econômico e social⁷⁸.

Naquela época as seqüelas da Primeira e Segunda Guerra Mundial tinham deixado feridas abertas, e o sentimento mundial de reconstrução e desenvolvimento contagiou as nações, inclusive o Brasil, passando os Estados Unidos a liderar o bloco capitalista e a União Soviética o bloco socialista, gerando o que se chamou de Guerra Fria⁷⁹.

Os países passaram a ser vistos como desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esses teriam grande endividamento externo, pouca tecnologia e indústria, forte influência de

⁷⁶ ANDRADE, Manuel. Idem, p. 50-1.

⁷⁷ www.Direito/Visor IPEA - ano II, nº 5 - setembro 1997.htm, capturado em 24/12/05, às 19h50.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ A União Soviética e os Estados Unidos eram as grandes potências econômicas, a primeira representava uma economia planificada, em que se pregava a ditadura do proletariado, o fim dos direitos privados em detrimento do direito público, a abolição da propriedade privada e da economia de mercado, o controle das informações, o não-consumismo, a massificação das idéias socialistas, a ditadura do Partido Comunista; a segunda representava o interesse do capital, o respeito e o direito à propriedade privada e ao lucro, o consumismo, a liberdade de imprensa, as ideologias das elites dominantes, a ampliação dos direitos subjetivos, a existência de pobres e ricos.

empresas estrangeiras, através de multinacionais, graves problemas sociais, tais como, falta de saneamento básico, baixa escolaridade, falta de moradia, baixo nível de bens de consumo. Enquanto os primeiros se caracterizariam pelo desenvolvimento industrial e tecnológico, economia equilibrada, gerando melhor distribuição de renda e qualidade de vida para a população, o que levaria a alta renda *per capita* e Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com Argemiro Brun ,

Na década de 50, predominava ainda uma visão linear do fenômeno desenvolvimento subdesenvolvimento. Acreditava-se que os países atrasados, para atingirem o desenvolvimento, deviam percorrer as mesmas etapas por que haviam passado os países já desenvolvidos. O subdesenvolvimento não era concebido como fruto de uma estrutura econômica mundial de exploração, nem como uma característica peculiar específica de determinadas sociedades nacionais. Era considerado simplesmente um atraso resultante de um ritmo mais lento de crescimento econômico linear. Identifica-se desenvolvimento com mero crescimento econômico. E pensava-se que, acelerando-se o ritmo de crescimento econômico, se chegava ao desenvolvimento⁸⁰.

No governo de Juscelino Kubitschek o termo desenvolvimento passou a ser incorporado no discurso político com maior ênfase do que em outros governos, defendendo a entrada de capitais internacionais para acelerar o desenvolvimento econômico e a industrialização do país, criando o Plano de Metas, cujo objetivo principal era desenvolver o país em 50 anos em cinco anos de governo, nos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de bases e educação⁸¹. Além disso, com sua política desenvolvimentista JK construiu Brasília, a fim de ser a nova capital do Brasil, e criou agências regionais de desenvolvimento.

É com este ânimo que nos finais dos anos 50 foi feito um relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que deu origem à criação da Sudene. Seus dados revelavam que:

1. *A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país é o mais grave problema a enfrentar o desenvolvimento econômico nacional;*
2. *O ritmo de crescimento da economia nordestina, nos últimos anos, vem sendo substancialmente inferior ao da economia do Centro-Sul;*

⁸⁰ BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p.231.

⁸¹ Idem, p. 231-5.

3. *A ausência de uma compreensão adequada dos problemas decorrentes da disparidade regional de níveis de renda tem contribuído para que a própria política de desenvolvimento agrave o problema;*

4. *As relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul caracterizam-se por um duplo fluxo de renda, operando o setor privado como instrumento de transferência contra o Nordeste e o setor público (o governo federal) em sentido inverso;*

5. *O desenvolvimento da economia nordestina tem recebido seu impulso básico, até o presente, do setor exportador. Foram as exportações de açúcar, algodão, cacau, fumo, couros e peles (...) As exportações para o exterior foram seriamente prejudicadas, até 1953, pela política cambial. As exportações para o Centro-Sul, não só cresceram com intensidade maior, como também apresentaram muito mais estabilidade;*

6. *Se bem que o elemento dinâmico fundamental da economia nordestina venha sendo o quantum de suas exportações, o setor público também desempenha um papel básico. O governo federal despende na região uma soma de recursos muito superior ao que ali arrecada;*

7. *A regressividade do sistema tributário federal, e mais ainda estadual e municipal, faz com que a carga tributária do Nordeste seja, dentro do conjunto da Federação, maior do que seria de esperar dado o seu nível de renda.;*

8. *Aumentar as exportações de produtos primários é, seguramente, a forma mais “barata” de uma economia crescer;*

9. *A economia da zona semi-árida do Nordeste define-se por um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento;*

10. *O combate aos efeitos das secas tem consistido, até o presente, em medidas de curto prazo – principalmente de caráter assistencial – e de longo prazo, concentrando-se estas últimas na construção de uma rede açudes. Por motivos diversos, nenhuma dessas medidas conseguiu ainda modificar o curso dos acontecimentos⁸².*

Após as conclusões que chegou do diagnóstico da região Nordeste, O GTDN propôs quatro diretrizes básicas para o Plano de Ação:

a) *intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;*

b) *transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;*

c) *transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;*

d) *deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em*

⁸² GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: BACELAR, Tânia e outros (orgs). *O GTDN.: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional*. Recife: Ed. Universitária, 1994., p. 150-160.

*condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da fixa semi-árida*⁸³.

Com isso, a indústria foi destacada pelo GTDN como o setor fundamental para o desenvolvimento do Nordeste; enfatizou a necessidade do avanço tecnológico e do aumento da produtividade dos produtos agrícolas; apontou a irrigação como um processo capaz de trazer viabilidade econômica ao semi-árido⁸⁴.

Segundo Tânia Bacelar, “o relatório do GTDN propunha uma ação governamental de caráter transformador das tradicionais e consolidadas estruturas sócio-econômicas do Nordeste. Propunha ações típicas de um Estado reformista e modernizador de velhas estruturas”⁸⁵. O documento defendia que o

*Estado Desenvolvimentista, já presente no Centro-Sul, se estendesse ao Nordeste. Ao invés de atender à população com programas assistencialistas e apoiar as tradicionais oligarquias nordestinas, o Estado Brasileiro devia assumir papel central de patrocinador do desenvolvimento das forças produtivas do Nordeste. Esse era o papel principal que ele já desempenhava no Centro-Sul desde os anos trinta do século XX*⁸⁶.

Em 1961, foi inaugurada a Sudene, com sede em Recife, cujo primeiro superintendente foi o economista Celso Furtado, a fim de diminuir as desigualdades regionais e possibilitar a efetivação de estratégias de desenvolvimento no Nordeste brasileiro.

*A partir dos anos 60 assistiu-se ao crescimento, à diversificação da base econômica do Nordeste. As atividades urbanas se expandiram ampliando a participação no PIB regional de setores como os intermediários financeiros, a indústria de transformação e o comércio, que entre 1965 e 1990 aumentaram, respectivamente, de 13% para 20%, de 14% para 19% e de 17% para 21%, seu peso na economia regional, conforme dados da Sudene. Paralelamente, a agropecuária teve uma redução de sua participação de 29% para 12%.*⁸⁷

⁸³ GTDN . Idem, p. 160.

⁸⁴ BACELAR, Tânia e outros (orgs). *O GTDN, : da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional*. Recife: Ed. Universitária, 1994. Idem, p. 15-9.

⁸⁵ Idem, p. 143.

⁸⁶ BACELAR, Tânia e outros (orgs). *Ibidem*.

⁸⁷ BACELAR, Tânia. *Revista teoria e debate*. http://www.fpa.org.br/td/td19/td19_nacional.htm, capturado em 26/12/85.

A desigualdade entre as regiões e dentro da própria região era muito nítida e real nos anos 60, e se sentia a necessidade de “queimar etapas”, para se atingir o desenvolvimento econômico, a partir da expansão da indústria.

2.5. Órgãos de desenvolvimento do Nordeste

Com a concepção de que o Nordeste precisava se desenvolver, além da Sudene, a região passou a conviver com agências de desenvolvimento e de fomento já existentes, bem como foram criadas outras. O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), Banco do Nordeste, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, (Codevasf) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) são alguns desses órgãos.

O Dnocs foi instituído em 1909, no governo Nilo Peçanha, com o nome Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, sendo até 1959, praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região. De lá para cá esse órgão federal fez estudos geográficos, geológicos, climatológicos, botânicos, sociais e econômicos da região. Construiu açudes, barragens, hidrelétricas e poços. Procurou, também, desenvolver a região através da agricultura com ênfase na fruticultura irrigada, implantação de projetos de piscicultura e realização de trabalhos assistenciais⁸⁸.

O Banco do Nordeste do Brasil foi fundado em 1952, no governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de promover o desenvolvimento da região Nordeste, uma vez que sofria com as constantes secas e não tinha recursos para dinamizar a economia. Sua principal função é promover uma política de desenvolvimento para o Nordeste, através da capacitação técnica e financeira dos agentes produtivos da região. É o principal agente do Governo Federal para o desenvolvimento da região⁸⁹.

A Codevasf, atualmente, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, foi criada em 16 de julho de 1974. Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.⁹⁰

⁸⁸ www.dnocs.gov.br, capturado em 16/10/2004, às 22h10.

⁸⁹ www.bnb.gov.br, capturado em 17/10/04 às 08:58.

⁹⁰ www.codevasf.gov.br, capturado em 20/01/05.

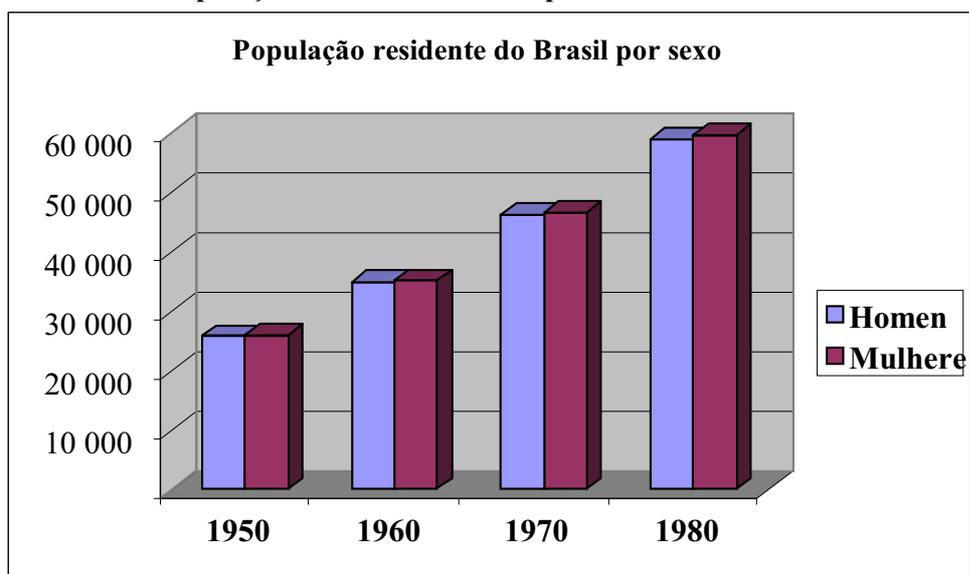
A Chesf foi criada em 1945 por Getúlio Vargas. É responsável pela produção, transporte e comercialização de energia elétrica para todos os estados nordestinos, com exceção do Maranhão. Com a construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, em 1955, a região começou a dar um grande impulso de desenvolvimento. A empresa, atualmente, tem produzido uma média anual de 40 milhões de MW, para um consumo médio anual na Região de 33,5 milhões de MW⁹¹.

A existência dessas agências e órgãos de desenvolvimento e financiamento para o Nordeste não foi suficiente para promover o desenvolvimento regional. A indústria da seca e da miséria, bem como a corrupção, o clientelismo político, o nepotismo, o *lobbying*, a guerra fiscal entre os estados dificultam o progresso da região.

2.6. Alguns indicadores sociais do Brasil e do Nordeste

Em 1970, segundo o IBGE, o Brasil tinha uma população de mais de 93 milhões de habitantes, e em 1980, eram mais de 119 milhões de pessoas morando no Brasil, um crescimento de mais de 26 milhões de habitantes em dez anos. O número de mulheres se apresentava sensivelmente superior ao dos homens, desde a década de 50, como pode ser percebido no gráfico um.

Gráfico 1– População residente no Brasil por sexo – 1950 a 1980

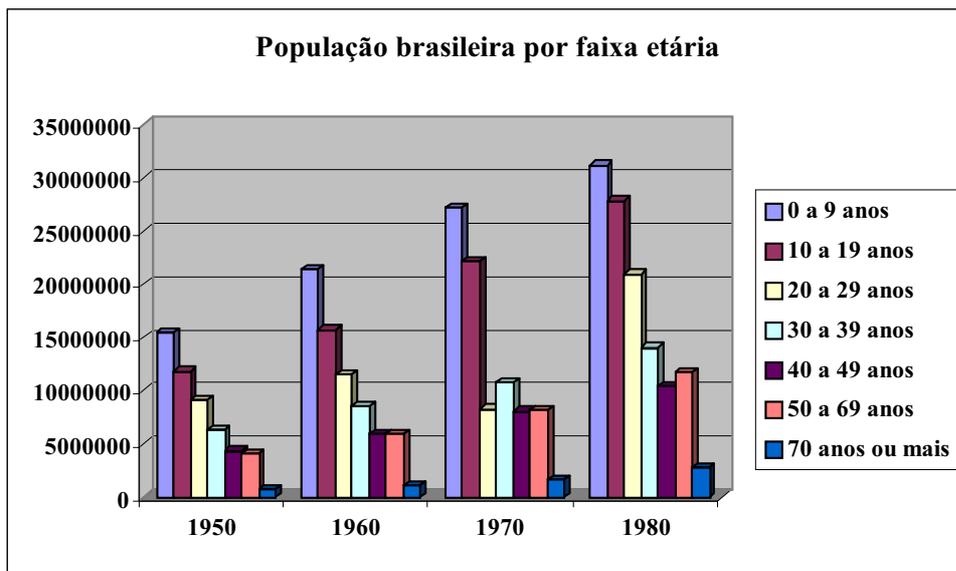


Fonte: IBGE. Estatísticas do Século XXI.

⁹¹ www.sudene.gov.br/nordeste/fne.html, capturado em 19/02/05, às 10h03.

A partir dos anos 70, o Brasil se torna um país urbano, pois 46% de sua população se concentrava nas cidades, contra 44% dos brasileiros morando no campo. A migração, a atração das cidades, com a expansão da indústria e do comércio fizeram a população das cidades crescer. E, com o crescimento, muitas vezes desordenado, os problemas sociais se acentuaram, pois nem sempre a população imigrante conseguia emprego, podia pagar um imóvel para alugar ou comprar. O déficit habitacional aumentou. Na época o BNH tinha um papel fundamental no financiamento de imóveis para classe média, com recursos do FGTS, e havia as Cooperativas de Habitação (Cohabs), para os assalariados da classe média baixa, que dividiam o pagamento dos imóveis em até 25 anos. Contudo, muitos brasileiros estavam fora desse perfil, e acabavam indo morar em favelas ou nas periferias, sem saneamento básico, sem ruas calçadas, enfim sem infra-estrutura social, ficando excluídos socialmente, órfãos da cidadania.

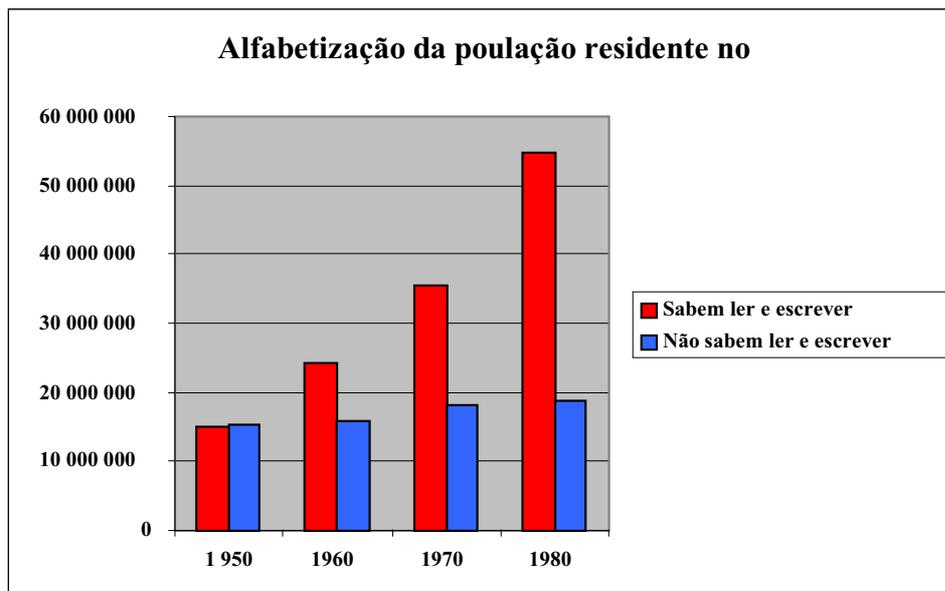
A população dos anos 70 era predominantemente formada por crianças e jovens, o que indicava que precisava de muito investimento na saúde, educação e cultura. Apenas 1,8% dos habitantes tinham 70 anos de idade ou mais, como pode ser visto no gráfico dois, o qual mostra a evolução do tamanho da população por faixa etária desde a década 50, onde se observa um crescimento populacional em todos os grupos de idade, principalmente nas faixas entre 0 a 29 anos de idade. Por outro lado, é visível que a população foi amadurecendo ao longo dos anos. E na década de 80, a população de mais de 50 anos de idade se acelera, dando sinais que é preciso o governo pensar políticas sociais para um país que não vai ficar jovem a vida inteira, onde muitos ficarão idosos, irão se aposentar e necessitar de novas demandas sociais e pessoais.

Gráfico 2 – População brasileira por faixa e etária – 1950 a 1980

Fonte: IBGE. Estatísticas do Século XXI.

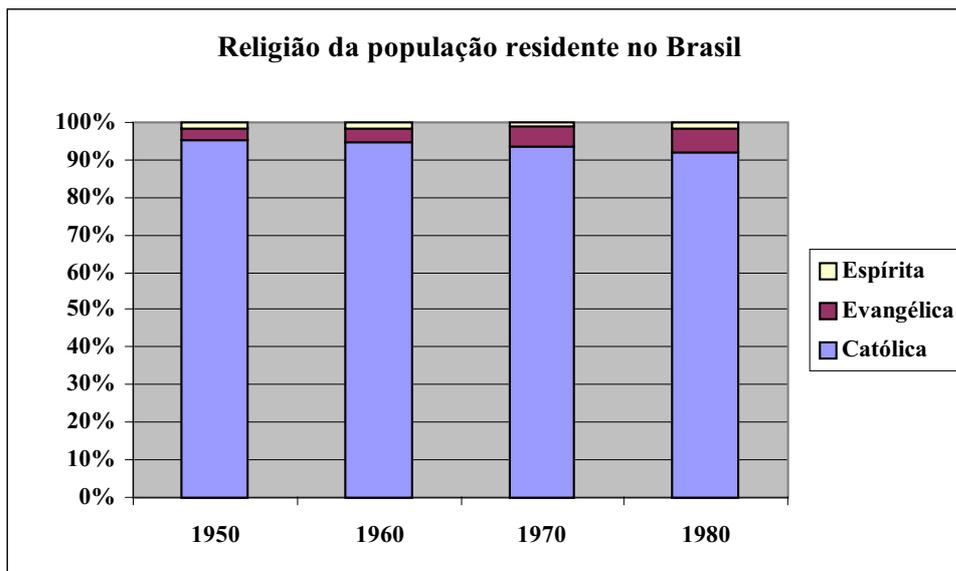
Durante a década do "milagre econômico", mais de 30 milhões de brasileiros não sabiam ler nem escrever, o que dificultava o desenvolvimento social e o bem-estar da população. Essa realidade negativa possibilitou a criação do Mobral no governo militar. Só que, muitas vezes, o cidadão acabava apenas aprendendo a desenhar seu nome, servindo de passaporte para ser eleitor durante as eleições de parlamentares, haja vista que analfabeto não podia votar na época.

Dessa forma, na maioria das vezes não se mudava a vida desse homem e mulher que queria aprender ler e escrever, mas se perpetuava a desigualdade social, se votava nos "coronéis" que, geralmente, só pensavam em si mesmos e em favorecer seus amigos e parentes, na política do "toma lá, da cá", sem nenhuma preocupação com o nepotismo. Contudo, o gráfico três vislumbra um cenário positivo, mostra que desde a década de 60 o número de alfabetizados vem crescendo. Por outro lado, nos anos 50 mais da metade da população era analfabeta, o que mostrava claramente o subdesenvolvimento, o atraso do país.

Gráfico 3 – Alfabetização da população residente no Brasil – 1950 a 1980

Fonte: IBGE. Estatísticas do Século XXI.

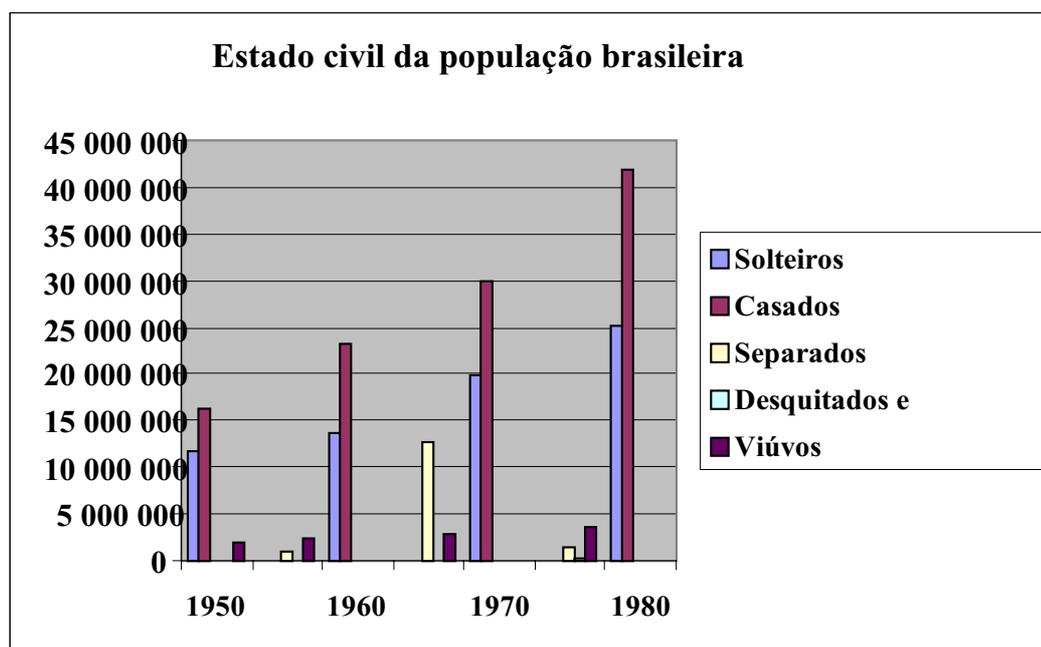
A religião católica era professada por mais de 86 milhões de brasileiros nos anos 70, ou seja, 90% da população, o que demonstrava a hegemonia, a força e o prestígio da Igreja Católica no período, conforme pode ser observado no gráfico quatro. Embora, se perceba que esse número de adeptos ao catolicismo venha diminuindo lentamente ao longo dos anos, desde a década de 50 até a de 80, onde se observa um pequeno crescimento dos evangélicos nos países. Vale salientar que nesse período a Igreja Católica esteve dividida, entre aqueles que se silenciaram diante das injustiças sociais, preocupando apenas em cuidar da “alma” dos seus fiéis, com a oração e fé, e a ala da Igreja que não se restringia ao ato litúrgico, aos aspectos do ser, mas também do ter, denunciando injustiças sociais, tomando partido pelos oprimidos, pelos mais fracos politicamente e economicamente.

Gráfico 4 – Religião da população residente no Brasil – 1950 a 1980

Fonte: IBGE. Estatísticas do Século XXI.

Em 1970 havia quase 30 milhões de pessoas casadas no país e quase 20 milhões de solteiros. Na época, a sociedade era muito tradicional, de cunho patriarcal, onde o casamento, a virgindade, a família nuclear eram extremamente valorizados. A mulher descasada, a mãe solteira, a mulher que deixava de ser virgem antes de se casar sofriam preconceito de toda a ordem e não eram bem vistas nem benquistas pela sociedade. O conceito de família e casamento chegavam a ser confundidos no imaginário social. O filho fora do casamento não tinha direito de reivindicar herança, a sociedade o rotulava de bastardo, estigmatizando-o, fazendo-o sofrer, segregando-o. A união consensual não era reconhecida. Havia o rótulo de mulher “honesta” para casar, e a mulher apenas para se divertir. Sexualmente, a mulher casada tinha que ser reprimida, comedida. Era comum o homem ter mais de uma mulher. Aliás, isso o valorizava enquanto macho, provedor da casa. Muitos casamentos eram de aparência, sem amor e o sexo era feito, comumente, apenas para procriação. Mas, também o casamento era para ser a vida toda. O prazer sexual, geralmente, era para se ter com “as mulheres da vida”, numa sociedade em que “o falso moralismo imperava”. Na época havia menos de 1,5 milhão de brasileiros divorciados, separados e desquitados. E, nos anos 50, o número de separados era ínfimo. Nos anos 80 já se observa um crescimento da categoria dos que não são casados e que são viúvos.

Gráfico 5 – Estado civil da população residente no Brasil – 1950 a 1980



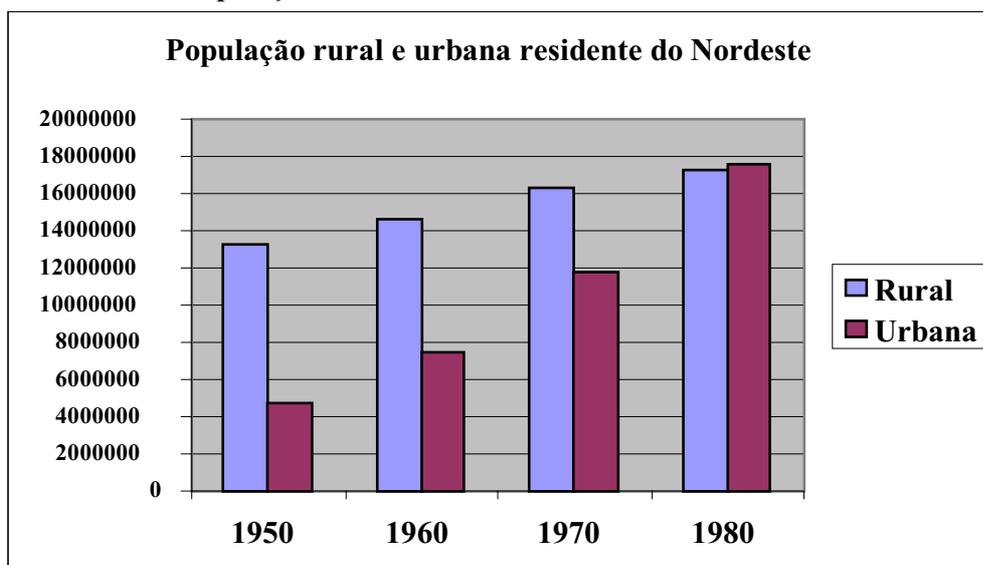
Fonte: IBGE. Estatísticas do Século XXI.

O número médio de filhos nascidos vivos, no Brasil, era de 3,1 crianças por mulher no início dos anos 70, conforme o IBGE. A idade média de fecundidade era de 29,86 anos. A esperança de vida do brasileiro era de 51,06 anos para os homens e 59,22 para as mulheres, o que era pouco, refletindo o baixo desenvolvimento social e tecnológico.

O Nordeste durante os anos 70 e 80 foi um pedaço do Brasil que seguiu as tendências do país, apresentando uma população predominantemente católica, jovem, sensivelmente feminina, com adultos casados e com filhos, migrando para as cidades e se alfabetizando, ainda que não no mesmo ritmo social.

Observa-se no gráfico seis que só a partir dos anos 80, a população nordestina se tornou mais urbana do que rural, resultado da emigração das secas, do crescimento econômico das cidades, principalmente, das capitais e metrópoles. Em 1970, mais de 16 milhões de nordestinos moravam na zona rural, contra quase 13 milhões morando em áreas urbanas. Para se ter uma idéia de como o processo de moradia se inverteu na região, nos anos 50 menos de cinco milhões de habitantes residiam nas cidades, contra a mais de 13 milhões de nordestinos morando e trabalhando no campo.

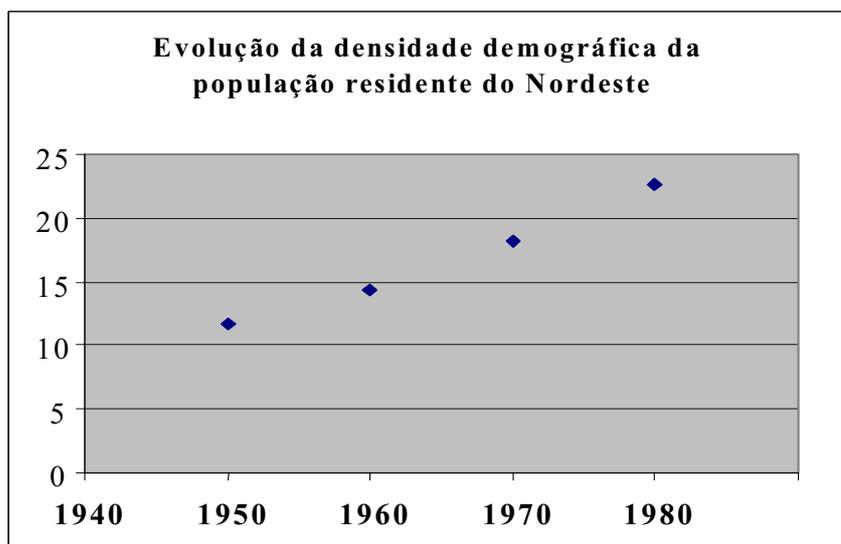
Gráfico 6 – População rural e urbana residente no Nordeste – 1950 a 1980



Fonte: IBGE. Estatística do século XX.

Com o crescimento da população, a densidade demográfica também aumentou progressivamente, como ilustra o gráfico sete, saindo de 11,6 hab/km², nos anos 50, para mais de 22 hab/km², em 1980, ou seja, em quatro décadas, o número de habitantes do Nordeste duplicou dentro do território nordestino.

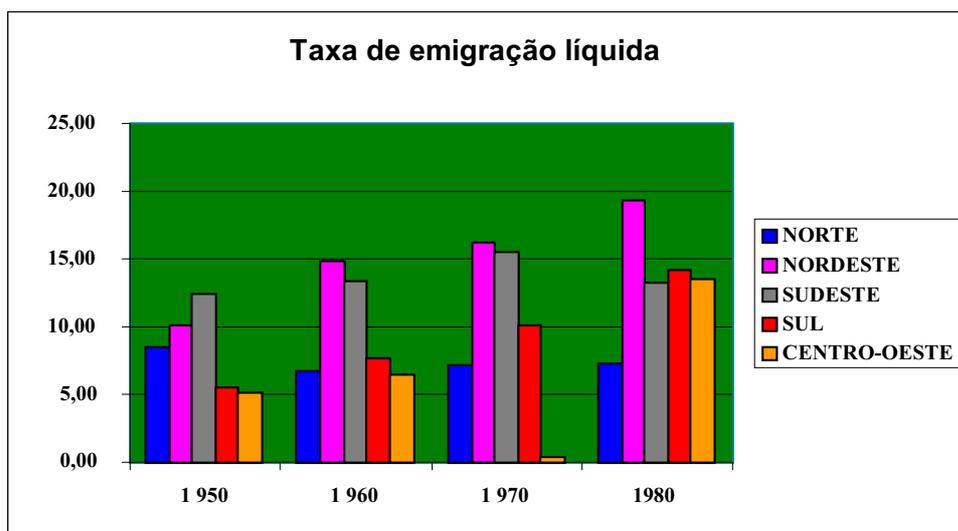
Gráfico 7 – Densidade demográfica do Nordeste – 1950 a 1980



Fonte: IBGE. Estatística do século XX

Por outra parte, apesar do crescimento populacional do Nordeste ter sido vertiginoso nesse período, observa-se no gráfico oito, que desde os anos 50, é a região brasileira que apresenta os maiores índices de emigração, ou seja, de expulsão, de êxodo, chegando a 16,2% em 1970 e a 19,3%, em 1980, quando o país vivia numa crise econômica imensa, e as regiões mais desenvolvidas economicamente apareciam como a saída para o desemprego e para o sucesso profissional.

Gráfico 8 – Taxa de emigração líquida por região – 1950 a 1980



Fonte: IBGE. Estatística do século XX

De todas as regiões do Brasil, o Nordeste foi a região que apresentou as menores taxas líquidas de imigração no período de 50 a 80 do século XX. A construção de Brasília, a partir dos anos 50, mudando o foco das decisões políticas para o interior do país, na região Centro-Oeste, vai ser a principal responsável pelos altos e crescentes índices de fluxos migratórios no local, inclusive de muitos nordestinos. A região Sul e Sudeste até os anos 70 eram respectivamente, a segunda e a terceira região que atraíam mais imigrantes. Em 1980, a segunda região que mais recebeu imigrante foi a região Norte, devido as altas taxas do estado de Rondônia, e a diminuição de procura pelo Sul do país.

Capítulo III

O cenário dos anos 70 e 80 no Brasil e no Nordeste

Compreender o cenário nacional dos anos 70 e 80, e o Nordeste que foi agendado, veiculado pela mídia, requer, primeiramente, retomar a década de 60, que foi marcada por profundas mudanças em nível mundial e no Brasil.

Portanto, junto da reflexão sobre as desigualdades social e econômica do país, viu-se uma intensificação da produção cultural no Brasil. Naquele período, o mundo passava por várias transformações culturais, foi a época do rock, da Guerra do Vietnam, da Revolução Sexual Feminina, da descoberta da pílula anticoncepcional, do movimento hippie, dos *Beatles*, da filosofia existencialista, da contracultura. Período em que se acreditava na cultura como motor de mudança, de visão de mundo. Segundo Douglas Kellner,

Os anos 60 foram uma época de prolongados tumultos sociais em que a todo o momento surgiam novos movimentos sociais a desafiar as formas estabelecidas de sociedade e cultura e a produzirem novas contraculturas e formas alternativas de vida. Geraram uma era de intensas “guerras culturais” entre liberais, conservadores e radicais no sentido de reconstrução da cultura e da sociedade segundo seus próprios programas, guerras que continuam sendo travadas na atualidade.⁹²

No Brasil, “participar do cenário cultural da época significava tentar viabilizar um trabalho de aproximação entre a população brasileira e os intelectuais, incluindo os artistas”⁹³. A tendência era o engajamento político através da arte, que ficou conhecido como “arte popular revolucionária”. Os artistas teriam que assumir a causa do povo, procurando associar a produção cultural à infra-estrutura da sociedade. E, o Nordeste representava a diversidade cultural ao mesmo tempo em que tinha graves problemas de ordem econômica⁹⁴.

⁹² KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. São Paulo: Edusc, 2001, p. 25.

⁹³ BARBALHO, Alexandre. *Cultura e imprensa alternativa*. Fortaleza: UECE.

⁹⁴ *Ibidem*.

Naquele momento, a maioria dos intelectuais e dos artistas defendiam com mais entusiasmo o comunismo e o socialismo, como forma de diminuir a desigualdade social regional. A defesa dos pobres, dos oprimidos, passou a ser a grande bandeira de luta desses sujeitos coletivos que acreditavam e pregavam as idéias marxistas. Aliás, Marx era uma paixão nacional e internacional daqueles que acreditavam que só com a luta de classes, a ditadura do proletariado e a planificação do Estado poderiam abolir as desigualdades sociais. Então, quase todos os movimentos sociais que reivindicassem a quebra da hegemonia da classe burguesa eram “vistos com bons olhos” por esses militantes, como foi o caso, por exemplo, das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião.

Segundo Barbalho, com o surgimento das Ligas Camponesas, com a tensão no campo, “o Nordeste vira tema preferencial do discurso dos intelectuais ligados às esquerdas, em nível nacional”⁹⁵, pois é o espaço conflituoso ideal para uma revolução socialista, um lugar em que a luta de classes aflorava com mais nitidez.

Tratava-se de um período em que desde o final dos anos 50 a participação popular tomou fôlego, intensificando-se no início dos anos 60⁹⁶, principalmente depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, e no governo de João Goulart, que não tinha o apoio dos Estados Unidos por ser de tendência socialista, defendendo reformas de base, tais como: reforma agrária, (acesso da terra para todos), urbana (combate à especulação imobiliária), da empresa (participação dos trabalhadores nos lucros e nas decisões), partidária e eleitoral (extensão do voto aos analfabetos e praças, ou seja, cabos, soldados e marinheiros), administrativa (substituição da improvisação pelo planejamento), fiscal e tributária (extinção dos privilégios fiscais, eliminação das diversas formas de evasão e sonegação), bancária (criação do Banco Central), cambial (incremento às exportações e proibição de importações desnecessárias), educacional (democratização do ensino) e reforma da consciência nacional (fortalecimento da mobilização social)⁹⁷.

Novos atores sociais passaram a fazer parte da história do Brasil e das reivindicações sociais no período 50-60, como, por exemplo, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), sindicato dos trabalhadores, controlado pelos comunistas;

⁹⁵ BARBALHO, Alexandre. *Ibidem*.

⁹⁶ BRUN, Argemiro. *Ibidem*.

⁹⁷ *Idem*, p. 269-72; www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque, capturado em 27/04/05, às 13h15.

movimentos rurais como as Ligas Camponesas, no Nordeste, e o Movimento Agrário dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Sul; segmentos progressivos da Igreja Católica, que apoiavam às reivindicações do homem do campo e os operários; movimentos estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES). Além da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que era comandada por reformistas moderados; a Juventude Operária Católica (JOC); a Juventude Agrária Católica (JAC); o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o jornal tabloíde *Brasil, Urgente!*⁹⁸, a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, o Movimento Armorial, de Ariano Suassuna, a Geografia da Fome, de Josué de Castro, entre muitos outros.

Contudo, com o Golpe Militar de 1964 os movimentos sociais ligados ao campo, ao trabalhador, bem como os intelectuais, os artistas e a imprensa contrários ao regime foram perseguidos. Muitos políticos foram cassados, inclusive Juscelino Kubitschek. A UNE foi extinta através da Lei Suplicy. As eleições para governador passaram a ser indiretas. Instituiu-se a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, com pena de morte e prisão perpétua. Mais de 60 municípios foram considerados áreas de segurança nacional, sendo proibidos de realizar eleições. Foi instituído o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Foi formulado Ato Institucional Nº. 5 (AI-5), o ato mais autoritário do governo, impondo a censura aos meios de comunicação de massa, eliminando garantias individuais, suspendendo o *habeas corpus*, diminuindo a ação do Poder Judiciário⁹⁹.

3.1. O cenário nacional, regional e internacional dos anos 70

Quando chegou a década de 70 a população brasileira vivenciou o período mais repressivo da ditadura, sobretudo no Governo Médici, freando a mobilização social, deixando a mídia divulgar apenas o que era permitido pela junta militar. Chegou –se a criar o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Em contrapartida, o governo criou alguns mecanismos para manter a população controlada, contida em suas reivindicações.

⁹⁸ BRUN, Argemiro .Idem, p. 279-83.

⁹⁹ www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque, capturado em 27/04/05, às 13h15.

Como compensação do silêncio do povo, de não resistir ao regime, “promete-se” construir o país com uma economia mais sólida, tendo como fundo ideológico a troca da máxima positivista da bandeira nacional “ordem e progresso” para “segurança e progresso”¹⁰⁰. Como chama a atenção Brum.

A segurança era entendida, sobretudo como segurança do próprio Estado autoritário e como capacidade de defesa ou resposta adequada e eficaz de frente à “ameaça do comunismo internacional e seus aliados internos”. Visava também a garantir a “paz social”. Não, propriamente, pela superação das injustiças e pela correção dos desequilíbrios sociais e regionais, mas através do controle coercitivo do meio político e social pelo aparelho do Estado. Garantida a “paz” interna, o Brasil tornava-se também mais atraente aos investidores estrangeiros e assegurava condições para a obtenção de taxas expressivas de acumulação de capital e crescimento econômico¹⁰¹.

Então, com o sentimento de “tocar para frente” a política desenvolvimentista no país, desde os anos 50, os militares deram continuidade ao crescimento econômico interno através de empréstimos internacionais dos países capitalistas do Primeiro Mundo, principalmente dos Estados Unidos, e de liberação de crédito internamente. O objetivo era promover o Brasil a “Grande Potência”.

O vertiginoso crescimento do PIB nacional, de 11,3%, em 1971; 10,4% em 1972, chegando ao recorde de 11,4% em 1973¹⁰², foi batizado de “milagre econômico”, elevando o Brasil ao *ranking* da oitava economia do mundo. “Milagre” esse que, conforme Nadine Habert, se deu sustentado em três pilares:

O aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política; a ação do Estado garantido a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e empréstimo¹⁰³.

Essa “injeção” de capital externo permitiu ao país ter um crescimento econômico nunca antes visto na história do Brasil, com o crescimento do PIB, no governo Médici (69-74), cujo “milagre” chegou ao fim no governo do general Ernesto

¹⁰⁰ BRUN, Argemiro. Idem, p. 302.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² HABERT, Nadine. Idem, p. 13.

¹⁰³ BRUN, Argemiro. Idem, p. 13-4.

Geisel (74-79), quando a dívida externa chegou a U\$S 9,5 bilhões, a inflação a mais de 34% e os salários ficaram corroídos¹⁰⁴.

Com o discurso do “milagre econômico” se procurava fazer a população amordaçada, como se tudo estivesse bem e não se tivesse do que se reclamar. Mas, a realidade não era bem assim, o bolo econômico cresceu, mas não foi dividido, só alguns “comeram desse bolo”, que foi obtido “à custa da pauperização e do silêncio forçado de imenso contingente de trabalhadores assalariados”,¹⁰⁵ diz Nadine Habert.

A indústria da construção civil, de automóveis, de eletro-eletrônicos, enfim de bens duráveis, foi a grande responsável internamente pelo chamado “milagre”, acompanhada pela ampliação de crédito ao consumidor, a juros baixos, bem como pelo incremento da mecanização do campo e subsídios agrícolas beneficiados com a política do governo que utilizava como slogan “exportar é a solução”¹⁰⁶.

Foi um período em que a mulher ampliou seu espaço no mercado de trabalho, ainda que, muitas vezes, com salários inferiores ao do homem, e no sistema educacional.

Foram criados vários programas de assistência de integração social e regional. Entretanto, esse crescimento foi pontual, focalizado e acabou beneficiando mais as elites econômicas, as oligarquias e as regiões mais desenvolvidas do país.

Nos anos 70 os militares instituíram o I, II e III Planos Nacional de Desenvolvimento (I PND, II PND e III PND). O I PND foi criado entre 1972 e 1974, tendo a política social voltada para a integração social, através da parceria entre o governo e o setor privado, através do Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), Programa de Colonização na Região Transamazônica, Programa de Integração Nacional (PIN), Projeto Rondon, Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSUs)¹⁰⁷.

Com o PIN, foi criado o projeto de colonização, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que visava distribuir terra para os colonos em lugares distantes, como a Amazônia, Rondônia, Mato Grosso,

¹⁰⁴ BRUN, Argemiro. *Ibidem*.

¹⁰⁵ HABERT, Nadine. *Idem*, p. 15.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 16.

¹⁰⁷ SILVA, M. Ozanira. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 32-3.

Goiás. O resultado desse processo não foi positivo. A devastação ecológica, a violência contra a população local levou a vários conflitos, violência e morte¹⁰⁸. Várias reservas indígenas foram invadidas. Além disso, “os colonos da Transamazônica e os posseiros do Brasil Central foram expulsos de suas terras e transformados em ‘peões’ em regime de quase escravidão nas grandes fazendas, madeireiras, mineradoras”¹⁰⁹.

Com o II PND (1975-1979) a política social se voltou “para *beneficiar* especialmente as populações que se situam no nível de ‘pobreza absoluta’, preconizando a redistribuição de renda”, conforme Ozanira Silva¹¹⁰. Já o III PND (1979-1985) era um plano de intenções que visava a melhoria da distribuição de renda, o desenvolvimento da agropecuária, o controle do endividamento externo, o equilíbrio da balança de pagamentos, a redução das disparidades regionais, desenvolvimento do setor energético, controle da inflação, aperfeiçoamento das instituições políticas e o acelerado crescimento da economia¹¹¹.

Essa política de repressão, de integração social e regional, de tentativa de controlar a inflação e o déficit público tinha o aval dos Estados Unidos. Afinal, estava-se em plena Guerra Fria e o Brasil era um país estratégico para a manutenção das idéias capitalistas no continente sul-americano.

Desse modo, os programas sociais instituídos juntamente com a Sudene vão tentar colocar o Nordeste dentro da rota do desenvolvimento, da industrialização e da integração regional, pois os militares tinham a região como um local estratégico para a manutenção do poder, posto que era onde havia os maiores bolsões de pobreza no país, com problemas habitacionais, de saneamento básico, emprego, alimentação, lazer, altas taxas de natalidade e mortalidade infantil e baixa escolaridade da população que registrava, em 1970, uma taxa de 53,8% de analfabetismo entre a população nordestina com 15 anos ou mais de idade, conforme o IBGE¹¹².

Politicamente, o povo brasileiro não votava em Presidente da República, nem para governador, senador e prefeitos das capitais, esses eram nomeados pela junta militar. Só havia eleições para cargos parlamentares e prefeitos do interior, tendo o cidadão que escolher entre os partidos Arena e MDB, numa época em que a oposição

¹⁰⁸ HABERT, Nadine. Idem, p. 22.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ SILVA, M. Ozanira. Idem, p. 37.

¹¹¹ BRUN, Argemiro. Idem, p. 384-5.

¹¹² www.ibge.gov.br, capturado em 27/01/06, às 14h30.

tinha que ser comedida, acanhada; era obrigatória a fidelidade partidária; os parlamentares deveriam votar conforme o líder do partido e os projetos do governo eram automaticamente aprovados, caso não fosse aprovado em tempo hábil, baseando-se na estratégia de decurso de prazo¹¹³.

A censura aos meios de comunicação de massa possibilitou à junta militar a governar o país com “mão de ferro”, sem uma oposição incisiva e praticamente sem denúncias. Os censores estavam em todos os locais, nas redações, nas emissoras de rádio e TV. Havia espiões nas universidades, nas escolas, no trabalho. Enfim, o povo estava vigiado. Comunista sofria, era perseguido e às vezes, morria. A ala progressista da Igreja Católica era perseguida. Era uma situação de terror, de medo, de “liberdade assistida”.

No governo Geisel “o milagre econômico” chegou ao fim. O Congresso Nacional foi fechado por dez dias. Foi um período de “caça às bruxas”, com prisões e tortura e morte aos opositores do regime. Apesar da opressão, os movimentos sociais ressurgem e começam a voltar às ruas. Iniciou a abertura política lenta e gradual, e a luta pela anistia conseguiu apoio da Igreja, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da OAB¹¹⁴.

Em 1979, tomou posse o último ditador militar brasileiro, o general João Figueiredo. No seu governo foi aprovada a Lei de Anistia, pelo Congresso Nacional. Começa a volta dos exilados políticos ao país. O bipartidarismo é extinto¹¹⁵. O número de greves aumenta e surgem novas lideranças políticas, como, por exemplo, Luís Inácio Lula da Silva.

No mesmo ano, segundo Celso Furtado, mais de 90% da população urbana nordestina tinha problemas de carência alimentar¹¹⁶. Com o discurso da miséria e da pobreza alguns setores da elite econômica e política do Nordeste se beneficiavam dessa realidade, como forma de “justificativa para manter o mecanismo de incentivos fiscais e financeiros, inclusive e especialmente, para a agropecuária, um dos instrumentos mais poderosos do ‘financiamento’ da modernização e do aumento do

¹¹³ BRUN, Argemiro. Idem, p. 26.

¹¹⁴ HABERT, Nadine. Idem, p 27-32.

¹¹⁵ Idem, p. 86.

¹¹⁶ FURTADO, Celso e outros. *Nordeste: o tempo perdido*. Recife: Editora ASA Pernambuco, 198, p. 19.

patrimônio privado das novas gerações de ‘herdeiros’ da oligarquia nordestina”, como lembra a economista Tânia Bacelar¹¹⁷.

Todavia, vale ressaltar que mesmo se tendo um discurso de pobreza da região, desde a década de 1970 até 1990, o PIB vem crescendo muito mais do que a média nacional. Para se ter uma idéia na década de 60, o PIB do Nordeste cresceu 3,5%, contra 6,1% do Brasil. Com o funcionamento pleno da Sudene, nos anos 70, no período conhecido como milagre econômico, o PIB do Nordeste cresceu 8,7% contra 8% do País. E, na chamada “década perdida”, de 1980 a 1990, quando o Brasil desacelerou sua economia, o PIB do Nordeste teve crescimento de 3,3% , enquanto o País cresceu apenas 1,6% ¹¹⁸.

E qual era o cenário internacional na década de 70 que o Nordeste brasileiro estava inserido e que sofreu fortes influências? Naquela época, a política neoliberal¹¹⁹ e a reestruturação produtiva estavam a passos lentos, o mundo passava por uma forte crise do petróleo. Os países subdesenvolvidos e socialistas aumentaram seu endividamento, aumentando as desigualdades entres os blocos de países¹²⁰, havendo uma maior dependência ¹²¹ dos países periféricos dos países centrais.

Dava-se início a uma forte crise do capital marcada pela super-acumulação do capital dinheiro nas mãos de um minoria (lucro especulativo, redução do tempo de giro do capital) e pela superprodução (excesso de mercadoria e estoque, capacidade produtiva ociosa, gerando um elevado nível de desemprego)¹²². De acordo com Kellner,

¹¹⁷ Revista Teoria e Debate nº19 -nacional - Fundação Perseu Abramo.htm, capturado em 26/12/05.

¹¹⁸ www.famílias tradicionais do Nordeste consolidaram poder com verba da Sudam e Sudene.htm, capturado em 26/12/05.

¹¹⁹ O primeiro país a adotar o neoliberalismo foi o Chile. A Inglaterra foi o primeiro país do capitalismo avançado a por em prática a política neoliberal. Nos anos 80, foi a vez dos Estados Unidos, Alemanha, Dinamarca e quase todos os países europeus a aderir o receituário neoliberal que consiste na economia de mercado, baixa inflação, privatização das empresas estatais, menor participação do Estado na economia e nas políticas públicas entre outros critérios. (MOREIRA, Igor. *O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil*. 41ª ed. São Paulo: Ática, 1998, p.38-49).

¹²⁰ COELHO, Marcos & TERRA, Lygia. *Geografia geral*, São Paulo: 2001, p. 207.

¹²¹ Segundo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, “a dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de um economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas”. (CARDOSO, Fernando & FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970. p. 26).

¹²² ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho. In: TEIXEIRA, Francisco. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 114-6.

*Durante os anos 70, a recessão econômica mundial fez estourar a bolha de prosperidade do pós-guerra, e o discurso sobre uma “sociedade da pós-escassez” foi substituído por outros, que falavam de diminuição das expectativas, redução do crescimento e necessidade de reorganização da economia e do Estado. Tal reorganização ocorreu na maior parte do mundo capitalista durante os anos 1980, na vigência de governos conservadores que fizeram cortes nos programas de bem-estar social ao mesmo tempo em que expandiram o setor militar e aumentaram o déficit das contas públicas, com dívidas maciças que ainda não foram pagas.*¹²³

A economia mundial era bipolar e não se tinha ainda em escala mundial a chamada globalização da economia e da comunicação, mas ainda uma internacionalização das empresas. Então, o local e o tradicional tinham muita importância para a formação das identidades regionais. Além do mais, no Brasil, a economia era um tanto fechada para os mercados internacionais, as barreiras alfandegárias eram gritantes e a tecnologia no setor de comunicação era precário, o que dificultava um maior contato da população com o que estava se fazendo em outros países, com exceção dos Estados Unidos.

Contudo, mesmo o mundo não passando, ainda, por intenso processo de globalização como ocorreu a partir dos finais dos anos 80, o que acontecia com os países ou entre países já interferia bastante na geografia e na economia mundial. Assim, a Guerra Fria, a crise do petróleo, a recessão mundial, as mudanças que começam a ser iniciadas no mundo do trabalho e da produção afetaram substancialmente a economia nordestina, o discurso político hegemônico e até mesmo indiretamente as relações sociais da população, uma vez que o Brasil, sendo um país de economia periférica, dependente dos Países do Primeiro Mundo, centrais, seguia a cartilha do capitalismo imposto por esses países, havendo internamente uma verdadeira “caça às bruxas” aos simpatizantes do socialismo e do comunismo. Aliás, quantas pessoas, inclusive nordestinos, foram perseguidas, torturadas, exiladas ou mesmo morreram porque defendiam idéias marxistas, leninistas, stalinistas durante a ditadura militar? E o desemprego e o aumento da inflação que aprofundaram o abismo social entre nordestinos não apenas por causas endógenas, mas também exógenas?

Desse modo, o Nordeste nos anos 70 tinha um quadro social menos favorável economicamente em relação às demais regiões brasileiras, vivia numa dependência econômica e política do governo ditatorial, tinha seca, enchentes e sofria as

¹²³ KELLNER, Douglas. Idem, p. 25.

conseqüências externas de uma economia mundial em crise, de uma política internacional conflituosa, que dividia o mundo entre socialistas e capitalistas.

Como as demais regiões, a migração da população do campo para a cidade se intensificou ano a ano. A população ia para as cidades em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Mas, nem todos conseguiam um lugar no mercado de trabalho, e acabavam ficando na informalidade e morando em mocambos. Outros nordestinos migraram para terras longínquas, como colonos, movidos pelas promessas do projeto de colonização do Incra.

Outro aspecto que marcava o Nordeste era a forte concentração de renda, sobretudo no campo, marcada por uma estrutura fundiária herdeira desde a colonização, as capitânicas hereditárias e a distribuição de sesmarias, em que poucos concentram quase toda a terra. E muitos não tinham o que plantar, onde plantar e onde morar. A pecuária, também, era extensiva, com o gado criado solto. A agricultura era pouca mecanizada, sendo comum a presença de crianças e mulheres trabalhando na lavoura. Para Celso Furtado,

A estrutura agrária é a causa principal da extremada concentração de renda no conjunto da economia. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no resto das atividades produtivas, mais pelo fato de que, não havendo no campo nenhuma possibilidade de melhoria nas condições de vida para a massa trabalhadora, a população rural tende a deslocar-se para zonas urbanas, congestionando nestas a oferta de mão-de-obra não especializada¹²⁴.

Por outro lado, em alguns setores o Nordeste foi beneficiado, com o “milagre econômico”, a partir da transferência de recursos para a região, com investimentos em infra-estrutura, tais como construção de estradas, viadutos, escolas, apoio à indústria, subsídios agrícolas, produção de energia, aumento de oferta de emprego, alternativas ao petróleo ancoradas pela ação da Sudene, Dnocs, Codevasf, Banco do Nordeste e Finor.

Esse Nordeste que quer crescer, se desenvolver, ficar independente, vai emergir na mídia, como será visto no próximo capítulo. No entanto, com o “fim do milagre econômico”, as feridas sociais também ficarão mais abertas e à mostra, os

¹²⁴ FURTADO, Celso e outros. Idem.

governadores e políticos começarão a reivindicar maior investimento para a região. O povo, também, voltou às ruas para lutar por seus direitos.

Assim, durante toda a década de 70 o jogo de poder e as relações econômicas em nível federal influenciaram no desenvolvimento e nas imagens e estereótipos da região nordestina. Da mesma forma, que o cenário nacional e internacional vão influenciar no Nordeste dos anos 80, como poderá ser visto no próximo item.

3.2. O contexto internacional e nacional dos anos 80 influenciando no Nordeste

O endividamento externo e interno, o crescimento da inflação, o arrocho salarial, a concentração de renda, a exclusão social, a diminuição do apoio dos Estados Unidos ao governo repressivo, os reflexos da crise mundial do petróleo nos países subdesenvolvidos e endividados vão acelerar a derrocada da ditadura militar nos finais dos anos 70 no Brasil. Junte-se a isso a insatisfação do povo, o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o apoio da ala Progressista da Igreja Católica, através dos adeptos da Teologia da Libertação, a inquietação da mídia e da OAB, a inquietação dos movimentos sociais, as greves que começavam a aparecer.

O general João Figueiredo continuou com o processo de abertura política, com a missão de completar o Projeto Brasil Potência, instituiu o III PND; aprovou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, em que possibilitava eleição direta para governador, senador e prefeito, bem como extinguiu os dois partidos existentes, Arena e o MDB; e concluiu o ciclo dos militares no governo¹²⁵.

Nesse período novos sujeitos sociais emergem no cenário nacional, convivendo com antigos políticos, intelectuais e religiosos que se destacaram na década anterior. Surge Luís Inácio Lula da Silva, sindicalista pernambucano do ABCD paulista que fundou o Partido dos Trabalhadores (PT); toma vulto nacional o governador mineiro, Tancredo Neves, como candidato a Presidência da República, e fundador do Partido Popular (PP) juntamente com o banqueiro e político Magalhães Pinto; os políticos que estavam no exílio como o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e fundador do Partido Democrático Trabalhista (PDT); José Sarney que se transformou no primeiro Presidente civil da República depois do ciclo militar, através de eleição indireta; os teóricos e admiradores

¹²⁵ BRUN. Argemiro, Idem, p. 382.

da Teologia da Libertação, como, por exemplo, Dom Hélder Câmara e Frei Leonardo Boff; a Central Única dos Trabalhadores (CUT), próxima ao PT e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT); Fernando Collor de Mello, idealizado pela mídia, como o “caçador de marajás”, tornou-se o primeiro presidente brasileiro eleito pelo povo, depois de 21 anos de ditadura, em 17 de dezembro de 1989; vários partidos políticos, tais como PMDB, PRN, PDS, ex-Arena, Partido Trabalhista Brasileiro PTB, com Ivete Vargas na sua presidência, e tantos outros que ficaram no anonimato, mas que fizeram a história deste país¹²⁶.

No último governo militar o povo, a mídia, os órgãos de classe, os estudantes, os políticos da oposição começaram a se mobilizar contra ao regime de forma mais incisiva, pois a inflação estava alta, os salários baixos, o desemprego crescente. Foi uma fase aguda de insatisfação popular, em que houve muitas greves dos trabalhadores, os movimentos sociais passaram a ir mais às ruas reivindicar direitos.

A transição democrática não se deu totalmente de forma pacífica, seqüestros, bombas, atentados e mortes eram freqüentes, como, por exemplo, o seqüestro ao jurista Delmo Dallari, bombas em bancas de revistas que vendiam publicações alternativas, no Rio centro¹²⁷ e em diversos locais.

Em 1982, aconteceram as eleições diretas para governador de estado. O povo ocupou as ruas, com bandeiras, broches, camisas, chapéus de seus candidatos. Foi uma festa da democracia há muito tempo não vista.

A mobilização social tomou fôlego e em 1983 começou a campanha das Diretas Já, promovida por Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela. Em 1984, o Brasil viveu um de seus momentos de maior manifestação popular. Multidões iam aos comícios nas capitais e principais cidades do país, reivindicar eleições para Presidente da República e o fim da ditadura militar. Em São Paulo, o Vale do Anhangabaú chegou a abrigar mais de 1,7 milhão de pessoas querendo votar em presidente¹²⁸.

Em 25 de abril foi votada a Emenda Dante de Oliveira, que estabelecia eleições diretas para Presidente do Brasil. No entanto, a emenda constitucional foi rejeitada, pois não conseguiu obter os 2/3 de votos do Congresso Nacional, conforme previa a

¹²⁶ www.1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/brasil, capturado em 27/04/05, às 13h17.

¹²⁷ RODRIGUES, Marly. A década de 80: Brasil quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1992, p. 14-5.

¹²⁸ RODRIGUES, Marly. Idem, p. 18-9.

Constituição Federal¹²⁹. Muitos cidadãos e políticos choraram. O povo havia perdido naquele momento o direito de decidir o caminho político do país. Mas, a luta continuava. Era preciso criar estratégias, fazer alianças para vencer o autoritarismo.

Foi assim que Tancredo Neves fez, procurou se aliar a vários políticos, prometeu ao povo fazer uma Nova República, plano de governo idealizado por Ulysses Guimarães, que sugeria eleições diretas para capitais e áreas de Segurança Nacional, negociação da dívida externa, redução das prestações do Banco Nacional de Habitação e congelamento da cesta básica entre outras medidas¹³⁰.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito Presidente do Brasil, pelo voto indireto, através do Colégio Eleitoral, composto pelo Congresso Nacional e delegados da Assembléia Legislativa, vencendo seu opositor, Paulo Maluf, candidato da situação, por 480 votos contra a 180 votos¹³¹. Sua vitória representava, naquela época, uma nova esperança para o povo, já que ele havia prometido iniciar um novo ciclo político e econômico no país, instalando uma Nova República.

No entanto, horas antes de receber a faixa presidencial, em 15 de março de 1985, Tancredo Neves passou mal, teve que ser hospitalizado e ser submetido a uma cirurgia, no Hospital de Base de Brasília, sendo transferido posteriormente para o Instituto do Coração. Em seu lugar assumiu o vice-presidente da República José Sarney¹³².

Mas, o que era para ser uma posse interina acabou sendo permanente, pois depois de sete cirurgias, Tancredo faleceu oficialmente, no dia 21 de abril, causando uma comoção social imensa no país, que foi também acentuada pela mídia que muitas vezes o mostrava como “o salvador da pátria”, “o pai de uma Nova era, de uma Nova República”. E, assim, o povo se sentia só, frustrado, órfão. Tinha acabado de sair de uma ditadura militar de 21 anos, e seu primeiro presidente civil, eleito por um Colégio Eleitoral, que prometeu mudanças profundas no país, não chegou a governar. Isso mexeu muito com a auto-estima do povo. Era preciso recomeçar, acreditar que José Sarney, que passou quase todos os anos ao lado do governo ditatorial, sendo partidário da ex-Arena, viesse fazer as mudanças propostas no plano de governo da Nova República.

¹²⁹ RODRIGUES, Marly Ibidem.

¹³⁰ Idem, p. 22-3.

¹³¹ Idem, p. 23.

¹³² Idem, p. 23-4.

Só em junho de 1985, Sarney passou, realmente a governar o país, recebendo a faixa presidencial, os símbolos da República e a Ordem do Mérito Nacional. A partir daí, Sarney pôde tomar algumas medidas que havia assumido como plano de governo. Encaminhou a proposta de uma Assembléia Nacional Constituinte¹³³ para se elaborar uma constituição democrática, porque a que vigorava tinha sido feita pelos ditadores, era repressiva, tirava direitos fundamentais do povo. Em 1988, o Brasil passou a ter uma nova Constituição Federal, mais livre e mais cidadã.

Se nos anos 80 o Brasil conseguiu fazer sua transição democrática, acabando com a ditadura militar, votando uma Assembléia Constituinte, promulgando uma Constituição Federal cidadã, eliminando legalmente a censura aos meios de comunicação de massa, fazendo eleições diretas, permitindo ao povo ir às ruas reivindicar direitos. Por outro lado, economicamente, foi uma década extremamente difícil para o país, com recessão, desemprego, greves, decretação da moratória da dívida externa, choques heterodoxos que não deram certo, como o Plano Cruzado (congelamento de preços, baixas taxas de juros, rigidez cambial), Plano Bresser (anúncio da moratória brasileira, controle de preços) e Plano Verão (medidas de caráter emergencial para controlar a inflação)¹³⁴, instituídos no Governo Sarney.

O Plano Cruzado, elaborado pela equipe econômica do ministro da Fazenda Dílson Funaro, apareceu, inicialmente, como um milagre para o povo e contou com a iniciativa popular e com a mídia. A população passava a ser fiscal de Sarney contra ao aumento dos preços das mercadorias. Era proibido aumentar os preços. Os juros ficaram baixos e o povo pôde ir às compras. No entanto, começou a vir o desabastecimento, a faltar produtos nas prateleiras. E aí, o que parecia ser um sonho tornou-se num pesadelo. O governo teve que recorrer a outras medidas de emergência que, também, acabaram não dando certo, acentuando a crise econômica, o desemprego, a insatisfação popular.

Nos finais dos anos 80, o povo, os políticos, os órgãos de classe e a mídia se preparavam para a primeira eleição direta para Presidente da República, depois de 21 anos de ditadura militar. O povo voltava às ruas, cheio de esperanças. O sindicalista Lula, do PT; o comunista Roberto Freire, PCB; o populista Leonel Brizola, PDT; o direitista da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado; o conservador

¹³³ RODRIGUES, Marly Idem, p. 24.

¹³⁴ BRUN, Argemiro. Ibidem.

Domingos Afif, do Partido Liberal (PL); o peemedebista histórico Ulysses Guimarães; peessedebista Mário Covas; o antigo aliado da ditadura militar, Paulo Maluf; o governador de Alagoas, do PRN, Fernando Collor foram alguns dos mais de 20 candidatos a Presidente da República no primeiro turno¹³⁵.

Desses, disputaram o segundo turno das eleições presidenciais de 1989, Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello. Esse último teve sua imagem veiculada na Rede Globo, no programa Globo Repórter, como o “caçador de marajás”, pois foi mostrado como um governador que era contra corruptos, funcionários públicos ineficientes e aos altos salários do setor público.

O Brasil “ficou vermelho”, com o PT de Lula, e “amarelo”, com Collor. O povo estava nas ruas, nos comícios, nas rodas de amigos, discutindo política, decidindo seu futuro. Esquerda e direita se dividiam. A mídia tomava posição em favor dos seus candidatos, de acordo com seus interesses políticos e econômicos. Acabou vencendo, depois de 29 anos, sem um presidente brasileiro eleito pelo povo, Fernando Collor de Mello, que nos anos 90 sofreu processo de *impeachment*, sendo também o primeiro presidente brasileiro a se tornar inelegível, por ter sido impedido legalmente de governar o país, por ter cometido atos de responsabilidade.

Internacionalmente, a década de 80 sofreu alterações bruscas no mundo do trabalho, com a reestruturação produtiva e a desestruturação do trabalho caracterizada pela revolução tecnológica, a robótica, a microeletrônica, a flexibilização do trabalho¹³⁶, novos padrões de gestão da força de trabalho¹³⁷, substituição do modelo de produção fordista¹³⁸ pelo toyotismo¹³⁹, crise no sindicalismo com a perda do poder de barganha do trabalhador.

O mundo passou por uma forte recessão econômica, com altas taxas de juros praticadas pelos países centrais, com crise no capital e no sistema produtivo, ao mesmo

¹³⁵ RODRIGUES, Marly. *Idem*, p. 31-2.

¹³⁶ Substituição do cronômetro e da produção em série e de massa por novos padrões de produção adequados à lógica do mercado. (ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 16).

¹³⁷ Destacando-se os Círculos de Controle de Qualidade –CCQs, a busca pela “qualidade total” de “gestão participativa”. *Ibidem*.

¹³⁸ Verticalização na produção, uso de estoque, gestão rígida.

¹³⁹ De acordo com Ricardo Antunes, “o toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação dependendo das condições de mercado”, acrescentando que o trabalhador opera várias máquinas, a empresa aumenta a produção sem aumentar o número de trabalhadores, modelo de gestão de supermercado. *Ibidem*

tempo em que deu impulso ao desenvolvimento dos Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Cong e Cingapura). Tudo isso levou, também a uma crise de paradigmas. Foi uma época em que o socialismo real pôs-se a desmoronar no Leste Europeu, começando com a União Soviética, durante o governo de Mickail Gorbatchev, em 1985, quando inaugurou a *Perestroika*¹⁴⁰ e a *glasnost*¹⁴¹. Houve o acidente nuclear, em Chernobyl, Ucrânia, se espalhando por vários países da Europa. Viu-se, também, a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria, uma vez que os Estados Unidos e a União Soviética se reaproximam, superando divergências¹⁴². Com isso, a globalização¹⁴³ da economia e o neoliberalismo se intensificaram em escala mundial no final do decênio, trazendo mudanças de hábitos de consumo, aumentando o abismo social entre pobre e ricos, exigindo-se muito mais do trabalhador no mercado de trabalho, diminuindo as políticas públicas e o tamanho do Estado burocrático. E, consolidado o modelo capitalista dependente, os países da América Latina que viviam sob regime de ditadura já não precisavam mais contar com esse tipo de regime antidemocrático¹⁴⁴ para consolidar e ampliar o *ethos* do capitalismo.

E, o que aconteceu com o Nordeste diante desse cenário político e econômico nacional e internacional? Passou por um forte processo recessivo, inflacionário, recebendo pouco investimento por parte do governo e do empresariado; teve suas taxas de desemprego e de concentração de renda aumentadas; precisou se adaptar aos novos desafios do mundo do trabalho e da produção; sua população urbana aumentou; vivenciou várias greves dos trabalhadores e presenciou o fechamento de várias empresas.

Foi uma década muito difícil economicamente para os nordestinos. Em contrapartida, politicamente, o povo “saiu das amarras da repressão” da ditadura militar, podendo votar, ter a liberdade de manifestar seu pensamento, interesses e

¹⁴⁰ Referentes a mudanças no sistema econômico, substituindo a economia planificada pela de mercado.

¹⁴¹ Mudanças no âmbito político, democratização das relações entre Estado, sindicato e povo.

¹⁴² IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 11-21.

¹⁴³ A globalização da economia a partir dos anos 80 tem as seguintes características: a produção deixa de ser local para ser mundial; decomposição do processo produtivo em escala mundial; a divisão internacional do trabalho fica subvertido; internacionalização do capital; redução dos custos de produção, com aprimoramento tecnológico, mão de obra e matérias primas baratas; maior competitividade etc (MOREIRA, Igor. *Idem*, p. 58).

¹⁴⁴ RODRIGUES, Marly. *Idem*, p. 8.

reivindicações. A violência no campo e nos centros urbanos aumentou e ficou mais nítida na mídia.

Muitos políticos nordestinos passaram a ter mais projeção nacional, como, por exemplo, Miguel Arraes, José Sarney, Fernando Collor, Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães, entre muitos outros. Em nível religioso, Dom Hélder Câmara se tornou o arcebispo nordestino de maior expressão, fazendo parte da ala progressista da Igreja Católica.

Com a política econômica no país, marcada por planos heterodoxos, e a extinção do Ministério do Interior, a Sudene teve seu papel enfraquecido diante dos recursos destinados à região. A bandeira do desenvolvimento, da industrialização, da modernização teria que se adaptar à realidade de um país que não se tornou potência, como pregava os militares, mas que estava endividado, “quebrado”, tendo que repensar seu futuro e continuar seu presente, com conflitos, contradições e novos desafios.

Por outra parte, com a intensificação do processo de globalização, o Nordeste passa a fazer parte da rota turística internacional. As belas praias, a complexidade de sua cultura, o acolhimento do povo, o Sol o ano inteiro vão ser propagados como as mercadorias da indústria do turismo nordestino, tendo a rede hoteleira que se adaptar a novas exigências e desafios.

Então, nos anos 80 não era apenas o Nordeste que estava em crise, praticamente o mundo todo estava em crise, seja econômica, política ou ideológica. Foi um período de crise econômica sem precedentes, mudando valores, crenças e atitudes, buscando novos caminhos e direções. Até mesmo a crise no socialismo real interferiu na vida de muitos nordestinos, sobretudo de intelectuais e de religiosos que viam no marxismo a grande mudança para a “virada social”, deixando-os órfãos de ideologia.

Portanto, o Nordeste continuava pobre, desigual, concentrador, com graves problemas sociais, mas emergia como uma região com um povo resistente, que busca saída para seus problemas, que não se acomoda. Igualmente, era reproduzido em nível regional o que acontecia em escala nacional e internacional. Desse modo, o Nordeste não é apenas um local, um fragmento social, uma forma de olhar, uma construção de um conjunto de pessoas, mas é fruto, também, dos processos históricos, econômicos e políticos que atravessam o tempo e o espaço. Segundo Celso Furtado,

Os nordestinos só deixarão de ser vistos com complacência, como dependentes incômodos ou como reserva de caça para aventureiros políticos, na medida em que o Nordeste constitua uma vontade política própria e amadureça a consciência de seus problemas. Então será recuperado o papel que já lhe coube nos destinos nacionais. Não será por falta de fé n futuro deste país que os nordestinos deixarão de cumprir a missão que lhes corresponde na obra histórica de reconstrução que temos pela frente¹⁴⁵.

A economista Tânia Bacelar faz críticas ao discurso hegemônico do Nordeste como uma região problema, ávido de verbas públicas. Acredita que essa é uma das estratégias de manutenção das elites econômica e política regional, como pode ser observado a seguir:

Nordeste, região-problema. Nordeste da seca e da miséria, dos homens-gabirus; Nordeste de uma economia incapaz de gerar empregos para sua população e, por isso, histórico fornecedor de mão-de-obra para outras regiões do país. Nordeste, berço das "hostes errantes", dos emigrantes que "incham" as cidades do Sul e Sudeste ou "vagam" pelas fronteiras da expansão agrícola ou dos garimpos do Centro-Oeste e do Norte.

Nordeste sempre ávido de verbas públicas, verdadeiro "poço sem fundo", onde as velhas e conhecidas políticas sociais compensatórias, de caráter essencialmente assistencialista, são sempre reclamadas pelas elites regionais em nome da massa de miseráveis, que aumenta a cada dia.

É assim que a região é vista pela maioria dos brasileiros e até por estrangeiros. Essa é a caricatura moldada pelo discurso hegemônico dos que têm voz, dos que têm poder para falar pelos nordestinos. Discurso construído e divulgado pelas elites locais. Discurso que funciona eficazmente para emocionar mecanismos econômicos e políticos que servem a essas elites: para mantê-las e reproduzi-las. Porque a reprodução econômica e política da grande parte da elite local depende da exploração e da manutenção da miséria da maioria dos nordestinos.¹⁴⁶

¹⁴⁵ FURTADO, Celso. Idem, p. 35.

¹⁴⁶ BACELAR, Tânia. *Revista Teoria e Debate* nº19.

Capítulo IV

Campo jornalístico nos anos 70 e 80 no Brasil

Um lugar existe para as pessoas que moram nele ou para aqueles que têm conhecimento, de alguma forma, que ele existe. A mídia tem ajudado a globalizar o mundo. Assim, quando determinado veículo de comunicação noticia, informa, sobre determinado lugar, seja ele país, região, estado, município, bairro, ilha, montanha, continente, está propagando idéias, estereótipos, imagens, representações sobre esse lugar e seu povo.

Às vezes, essas imagens veiculadas pelos *mass media* são positivas, servem de marketing, de publicidade, como é o caso dos locais turísticos (com belas paisagens e diversidade cultural), dos parques industriais, dos grandes centros de compras, de ciência e tecnologia entre outros. Por outro lado, a divulgação, por exemplo, de dados sobre violência, terrorismo, guerra, narcotráfico, pobreza, endemias, abuso de poder, falta de estrutura social, delinquência infanto-juvenil, prostituição, fome ajudam a construir uma imagem negativa sobre determinado lugar ou povo perante a opinião pública¹⁴⁷.

Com isso, os meios de comunicação vão formando opinião que aproximam ou afastam culturalmente e socialmente pessoas de lugares diferentes, pois as representações sociais que divulgam são um sistema de interpretação “que se enraíza nas formas de comunicação social permitindo aos indivíduos interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de condutas, o indivíduo consegue através dessas representações sociais construir e se apropriar de objetos socializados”¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Para Sarah Da Viá, a opinião pública consiste em manifestações de atitudes coletivas, implica na existência de outras opiniões distintas delas, refere-se ao grau de informação que as pessoas têm sobre o assunto a opinar, trata-se, do resultado de uma elaboração, sendo a vontade popular o resultado de uma soma (DA VIÁ, Sarah. *Opinião pública: técnica de formação e problemas de controle*. São Paulo: Loyola, 1983, p. 8-9).

¹⁴⁸ PERRUSI, Artur. *Imagens da loucura: representação social da doença mental na psiquiatria*. São Paulo: Cortez; Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 61.

O Nordeste, veiculado no jornalismo brasileiro no contexto dos anos 70 e 80, estava inserido num contexto histórico, político, econômico e social nacional e internacional que influenciava no cotidiano de seu povo, nos níveis de emprego, de participação e organização política, como foi visto no capítulo anterior. Some-se a isso seus problemas endógenos, tais como os agravantes climáticos, a pobreza, a desigualdade social e o machismo. E, acrescente seu lado pitoresco, como a gastronomia, as praias e sua diversidade cultural. Tudo isso vai fazer do espaço geopolítico chamado Nordeste brasileiro servir de notícia, matéria-prima para a mídia.

4.1. Meios de comunicação transmitem imagens

John Thompson define a comunicação de massa “como um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos”¹⁴⁹, tendo como características: a mercantilização das formas simbólicas, no sentido de que os objetos produzidos pela mídia passam por um processo de valorização econômica; envolve certos meios técnicos e institucionais de produção e difusão; estabelece uma dissociação estrutural entre a produção das formas simbólicas e sua recepção; extensão da disponibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço; circulação pública de forma simbólica¹⁵⁰.

Esses meios não são neutros, transmitem ideologias, preconceitos, estereótipos, costumes, crenças, estilos de vida, sentimentos, informações, entretenimento, desconfiança, certeza; provocam mudança, alienação, acomodação, inquietação, alegrias, tristezas; servem para justificar o sistema, as relações de poder, a desigualdade social; homogeneiza, padronizam comportamentos; servem de elemento socializador, de companhia, lazer; ditam moda, padrão de beleza, de consumo e estilo de vida, gerando uma cultura de massa, descartável, temporária, que atende aos interesses capitalistas; dão a sensação de proximidade entre as nações e as pessoas; são indispensáveis na contemporaneidade; têm um poder imenso de persuasão. Por isso, podem ser extremamente perigosos ou se tornar aliados de seus públicos, que podem ser receptores passivos ou ativos. Assim sendo,

¹⁴⁹ THOMPSON, John. A mídia e a modernidade. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 25.

¹⁵⁰ Idem, p. 33-6.

Os media fazem um papel de mediação entre a realidade e as pessoas. O que ele nos entregam não é a realidade, mas a sua construção da realidade. Isto é, da enorme quantidade de fatos e situações que a realidade contém, os meios selecionam só alguns, os decodificam formando mensagens e programas se difundem, carregadas agora de ideologias que os meios lhes atribuem ¹⁵¹.

Em vista disso, a imagem de uma região veiculada pelos meios de comunicação de massa não é em si mesma a realidade de uma região, mas uma representação, ou seja, “um sistema de interpretação da realidade, organizando as relações do indivíduo com o mundo e orientando as suas condutas e comportamentos no meio social” ¹⁵².

As representações sociais de um povo ou de um local podem ser propagadas através de fotografias, fofocas, reportagens, cultura, ciência, paisagem, literatura, música, pintura, história, geografia, política, religião, pesquisas, meios de comunicação, indicadores sociais e econômicos entre outros fatores.

Essas representações são repassadas pela mídia em forma de imagens visuais e textuais, são agendadas, podendo ou não ser incluídas nas conversas diárias do público. Como representações, elas não são a verdade, mas podem ser parte da verdade ou apenas uma grande invenção, manipulação, simulação.

Dependendo da linha editorial do veículo, do faro jornalístico do repórter, da importância do fato, da proximidade, impacto, utilidade, raridade, expectativa, suspense, repercussão, oportunidade, conseqüências, originalidade, marco geográfico, descobertas, progresso, dinheiro, política, culto aos heróis, descobertas e invenções, sexo e idade, poderá se tornar notícia ¹⁵³ ou não.

Dessa maneira, o que é noticiado não só corresponde a critérios técnicos de noticiabilidade, mas também atende aos interesses políticos, econômicos, religiosos

¹⁵¹ BORDENAVE, Juan. *Além dos meios e mensagens*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 80.

¹⁵² Idem, p. 61.

¹⁵³ As notícias podem aparecer de forma literária (com nariz de cera, introdução, informações menos importantes para culminar com as mais interessantes), pirâmide invertida (informações mais importantes no primeiro parágrafo, no *lead*, para terminar com fatos mais simples) e no sistema misto (fatos importantes, desencadeados em ordem cronológico. Quanto aos elementos que as compõe, pode ser sintética (curta) e analítica (argumentada); previsível (o jornalista sabe que vai ocorrer) e imprevisível (acontecimentos sem previsão) em relação à ocorrência em si; quente e fria, de acordo com a oportunidade de publicação, e quanto ao local de ocorrência pode ser local, regional, nacional e internacional (ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em jornalismo*, São Paulo: Ática, 1991, p. 66-77).

dos editores, patrocinadores, jornalistas e dos grupos de pressão. A noticiabilidade, segundo os teóricos dos *newsmaking*, seria

Constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a “matéria-prima” que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa¹⁵⁴.

Entre os componentes da noticiabilidade, os valores/notícia (*news values*) seriam os mais importantes. Esses, segundo Mauro Wolf, “constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em noticiais”¹⁵⁵. Eles são derivados de pressupostos implícitos ou de considerações relativas, como, por exemplo, as características substantivas das notícias, ao seu conteúdo; a disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; ao público e à concorrência¹⁵⁶.

As fontes de informação são um outro fator que deve ser considerado na produção de notícia. Um bom jornalista, geralmente, tem boas fontes. Gilberto Dimenstein diz que “o jornalista independente e, portanto, com credibilidade, significa atritos com o poder – logo, com as fontes”¹⁵⁷.

De acordo com Bourdieu, os jornalistas se interessam pelo que é excepcional, pois “o princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular”. Ele acredita que “os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”¹⁵⁸.

¹⁵⁴ WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 190.

¹⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 201.

¹⁵⁷ DIMENSTEIN, Gilberto & KOTSCHO, Ricardo. *A aventura da reportagem*. São Paulo: Summus, 1990, p.22.

¹⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*; tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 25.

Mas, o que o jornalista publica não só depende do seu olhar, dos seus “óculos especiais” para enxergar o acontecimento como notícia, um fato que merece ser publicado. A mensagem é social e o fenômeno cultural está presente no processo da comunicação. Os valores, as crenças de uma sociedade emergem nas folhas dos jornais. O momento histórico e político, também, intervém na produção de notícias.

É importante, também, considerar se o veículo de comunicação de massa tem correspondente, agência de notícia, filial ou sucursal em determinada cidade, estado, região ou país, uma vez que esses locais sendo mais divulgados, passam a existir mais para o público, a entrar na agenda discursiva dos receptores de mensagens.

Foi o que aconteceu com o Nordeste, durante os anos 70 e 80, em Recife, onde os grandes jornais brasileiros tinham sucursais na cidade, como, por exemplo, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo*. Na época não havia Internet no país, o processo de globalização da comunicação era incipiente no país, Recife sediava a Sudene e o Dnocs, sendo um importante centro político e econômico da região.

Assim sendo, não só a ideologia, as tecnologias comunicacionais e os interesses mercadológicos movem a indústria cultural, os *mass media*. Esses são feitos por gente, por profissionais que não são neutros, que servem de filtro cultural, que fazem parte de uma rede de relações, *network*, que têm interesses próprios, identifica-se com determinado imaginário social, “consciência coletiva”, tornando-se propagadores de imagens sociais e visuais sobre determinado tema, evento ou lugar.

4.2. O jornalismo enquanto *habitus* e campo profissional

A comunicação é um campo social, isto é, um campo delimitado, segundo Marques de Melo, pela indústria midiática e os serviços midiáticos, que envolve atos da comunicação interpessoal, grupal, comunitária e da comunicação pública, mediada por tecnologias de largo alcance¹⁵⁹.

Enquadrado como campo científico a comunicação faz parte do campo acadêmico e profissional. Trata-se de um campo profissional multifacetado, fincado

¹⁵⁹ MELO, José. *História do pensamento comunicacional*. São Paulo: Paulus, 2003. p. 59-60.

dentro do segmento das ciências sociais aplicadas, que envolve profissionais de Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Radialismo, Televisão, Cinema¹⁶⁰.

Conforme Martino, o campo jornalístico começou a se diferenciar do campo literário no século XX, no momento em que as duas profissões passaram a ter caráter e atividades específicas¹⁶¹. Na América Latina, de acordo com Marques de Melo, “o campo da comunicação estabeleceu-se (...) nos anos 70, representando a ampliação da disciplina de Jornalismo, que começou a legitimar-se nos anos 30 (Argentina e Brasil) e a prevalecer nos anos 60”¹⁶².

Pierre Bourdieu define o campo social é um espaço multidimensional de posições sociais, sendo “construído sobre a base de princípios de diferenciação ou de distribuição, constituído pelas semelhanças das propriedades agigantadas no universo social considerado”¹⁶³, podendo o agente ocupar diversos campos. A estrutura do campo social, de acordo com o autor, “é definida a cada momento pela estrutura da distribuição do capital e de características de diferentes campos particulares”¹⁶⁴.

O jornalismo enquanto profissão tem sua própria identidade ocupacional, atributos e atividades peculiares ao *métier* e ao seu campo de atuação, gerando o que Bourdieu chama de *habitus*, um senso e saber prático, voltado para a ação. Ou seja, “um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações”¹⁶⁵.

O *habitus* seria, segundo Bourdieu, uma estrutura estruturada estruturante, em que forneceria regras práticas para sua ação, não necessariamente racionais. Ou seja,

São sistemas de disposições duráveis de observação e atribuição de sentido. Esses sistemas se objetivam em estruturas estruturadas (ao longo de uma singular observação da realidade) predispostas a funcionar de uma singular observação da realidade) predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios

¹⁶⁰ MELO, José. Idem, p. 61-2.

¹⁶¹ MARTINO, Luís. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paullus, 2003.

¹⁶² MELO, José Marques. Idem, p. 39.

¹⁶³ BOURDIEU, Pierre. *Espace social et g nese des classes*. In: Actes de la Recherche en sciences sociales. N  52-53 – juin 1984.

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

*organizadores de percepção em novas situações de experiência e geradores de comportamento nessas*¹⁶⁶.

A posição dos sujeitos, dos agentes, no campo social vai depender do seu “*habitus*, como sistemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e valorativas adquiridas na experiência duradoura de ocupar um espaço no mundo social”¹⁶⁷.

Desse modo, ser jornalista é ter um *habitus* diferente de uma outra pessoa que não o é. Espera-se de um jornalista uma conduta específica a sua função. Criam-se diversas imagens sociais sobre esse profissional da comunicação que podem ser mudadas ao longo do tempo e diferir de acordo com a situação política e cultural do país.

O jornalista “lida com a palavra impressa quase todos os dias de sua vida profissional. A relação que mantém com ela é em geral nervosa, intensa, vibrante”¹⁶⁸, tem como papel fundamental informar com rigor na apuração e ética, tem um cotidiano corrido, transmite fatos e notícias, precisa saber trabalhar em equipe, escrever de maneira concisa, com objetividade e, atualmente, precisa conhecer outros idiomas e saber usar programas de informática¹⁶⁹. Trata-se de um profissional que tem como papel fundamental

*Transmitir fatos e notícias atualizadas, reportagens, crônicas, comentário; contribui para todos de forma consciente sobre os rumos e transformações da sociedade. Este profissional da informação vai atrás da notícia onde quer que ela esteja: nas guerras, nas manifestações, nos gabinetes políticos, nas ruas. Investigando, consultando e checando fatos que se tornam matéria-prima de jornais, revistas, tevês, agências internacionais...*¹⁷⁰

Exercer a função de jornalista pode significar ter um capital simbólico que agrega valor ao profissional, dependendo principalmente da forma e do alcance da mídia em que trabalha. Geralmente, é vista como uma profissão de prestígio, que dá

¹⁶⁶BARROS FILHO, Clóvis & MARTINO, Luís. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 74.

¹⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. Apud BARROS FILHO, Clóvis & MARTINO, Luís. *O habitus na comunicação*, p. 32.

¹⁶⁸ SILVA, Carlos. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.p. 20.

¹⁶⁹ www.fae.br/cur_jornalismo/campo_atuacao.html, capturado em 27/04/05, às 09h35.

¹⁷⁰ DINES, Alberto. Ibidem.

impressão de poder, de pessoa bem informada, sendo o jornal o veículo massivo que mais se confunde com o jornalismo.

De acordo com Travancas, o jornalista é cercado por um conjunto de imagens que a população faz dele, seja de narcisista (gosta de chamar a atenção para si), vaidoso, sacerdote (a profissão é sagrada), neurótico (respira notícia), boêmio (sai para beber no bar, relaxar), saber escrever, tem prestígio (principalmente o jornalista de TV) e tem o falso sentimento de poder (poderoso) ¹⁷¹.

Alberto Dines tem razão quando diz que “mesmo numa empresa de comunicação, os jornalistas são considerados como privilegiados. Aqueles que procuram o poder os endeusam. Aqueles que chegaram ao poder os abominam. O público os vê mitologicamente” ¹⁷². E, essa falsa impressão de poder, às vezes, “mexe muito com a cabeça” do jornalista, tornando-o vaidoso, “dono da verdade”, “detentor do saber das mentes para quais escreve, se dirige”, achando-se “uma estrela”.

No Brasil, conforme chama a atenção Juarez Bahia, a definição jurídica da profissão de jornalista, como se entende hoje, é oriunda da Lei de Imprensa 5.250, de 9.2.1967. em plena ditadura militar, consagrando a reserva de mercados para os portadores de diploma de jornalismo ¹⁷³.

Segundo o Decreto-lei nº. 972, de 17 de outubro de 1969, que dispunha sobre o exercício da profissão de Jornalista, em seu artigo segundo, a profissão de jornalista compreende o exercício habitual e remunerado das seguintes atividades:

- a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;*
- b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão;*
- c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;*
- d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;*
- e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea "a";*
- f) ensino de técnica de jornalismo;*
- g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;*
- h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;*
- i) organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;*

¹⁷¹TRAVANCAS, Izabel. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993, p. 81-91.

¹⁷²DINES, Alberto. *O papel do jornal*. 5 ed. São Paulo: Summus, 1986, p. 118.

¹⁷³BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 2 vols. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 416.

- j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;*
l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico.

Pode o jornalista profissional, enquanto empregado, exercer as seguintes funções, de acordo com o artigo 6º do Decreto-lei nº. 972, de 17 de outubro de 1969:

- (a) Redator: aquele que além das incumbências de redação comum, tem encargos de redigir editoriais, crônicas ou comentários;*
b) Noticiarista: aquele que tem o encargo de redigir matéria de caráter informativo, desprovida de apreciação ou comentários;
c) Repórter: aquele que cumpre a determinação de colher notícia ou informações, preparando-as para divulgação;
d) Repórter de setor: aquele que tem encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos pré-determinados, preparando-as para divulgação;
e) Rádio-Repórter: aquele a quem cabe difusão oral de acontecimento ou entrevista pelo rádio ou pela televisão, no instante ou no local em que ocorram, assim como o comentário ou crônica pelos mesmos veículos;
f) Arquivista-Pesquisador: aquele que tem a incumbência de organizar e conservar cultural e tecnicamente, o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;
g) Revisor: aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de material jornalístico;
h) Ilustrador: aquele que tem a seu cargo criar ou executar desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;
i) Repórter-Fotográfico: aquele a quem cabe registrar fotograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;
j) Repórter-Cinematográfico: aquele a quem cabe registrar cinematograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;
l) Diagramador: aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação.

A Lei de Imprensa, de fevereiro de 1967, não tolerava propaganda de guerra; proibia livros e jornais que atentassem contra a moral e aos bons costumes; tolhia o anonimato no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e da informação; obrigava a todo jornal estampar no seu cabeçalho, o nome de diretor ou redator-chefe; proibia a publicação de segredo de Estado, com pena de um a quatro anos de detenção; vedava a publicação ou divulgação de notícias falsas que provocassem a perturbação da ordem pública, desconfiança do sistema bancário, prejuízo ao crédito da União e na cotação das mercadorias e dos títulos no mercado financeiros, com pena de um a seis meses de detenção mais multa; coibia apologia de fato criminoso e caluniar alguém; não tolerava que se fizesse ou obtivesse, mediante pagamento ou recompensa, publicação ou transmissão que importasse em crime previsto em lei; coibia obter ou procurar obter vantagem para si ou para outros, favor, dinheiro, a fim de não fazer ou impedir que se fizesse publicação ou distribuição de notícias.

Essa lei foi criada em plena ditadura militar para, também, enquadrar penalmente os crimes da profissão, pois “toda vez que a imprensa incomoda, a primeira reação é calá-la. Cria-se, assim, uma gangorra de crime e castigo que desemboca nos regimes censóreos, de conseqüências tão funestas”¹⁷⁴, diz Alberto Dines.

Com isso, eram considerados responsáveis civis pelos crimes cometidos da imprensa e das emissoras de radiodifusão, sucessivamente, segundo o art. 37 da Lei de Imprensa:

I – o autor do escrito ou transmissão incriminada, sendo pessoa idônea e residente no País, salvo tratando-se de reprodução feita sem o seu consentimento, caso em que responderá como seu autor quem tiver reproduzido;

II – quando o autor estiver ausente do País, ou não tiver idoneidade para responder pelo crime:

a) O diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico, ou

III – o diretor ou redator no caso de programa de notícias, reportagens, comentários, debates ou entrevistas, transmitidas por emissoras de radiodifusão.

IV – se o responsável não tiver idoneidade para responder pelo crime:

a) O gerente ou proprietário das oficinas impressoras, no caso de jornais ou periódicos;

b) O diretor ou o proprietário da estação emissora de serviços de radiodifusão.

Então, os jornalistas tinham que se policiar, ter cuidado com o que produzia, noticiava, sob pena de serem presos ou pagarem multa. A Lei de Imprensa servia, assim, como um receituário de como deveria conduzir o jornalista no exercício da profissão.

Como só podia ser jornalista quem tivesse o diploma de jornalista, o número de faculdades de Comunicação Social cresceram. Nos anos 70, os cursos de comunicação eram polivalentes, e “os cursos de jornalismo, que se expandiram no Brasil a partir a regulamentação de 1969 da profissão de jornalista (...) têm sido outra fonte de inestimável importância para a disseminação dos valores e técnicas do jornalismo americano”¹⁷⁵.

Para exercer a função de jornalista era necessário requerer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que poderia ser feito mediante a apresentação de: prova de nacionalidade brasileira; folha corrida; carteira profissional; diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido, registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada,

¹⁷⁴ DINES, Alberto. Idem, p. 120.

¹⁷⁵ NOBRE, Freitas. Imprensa e liberdade: princípios constitucionais. São Paulo: Summus, 1988, p. 84.

para as funções relacionadas de redator, noticiarista, repórter, repórter de setor, rádio-repórter, arquivista e revisor. Não se fazia necessário ter curso superior o jornalista que exercia a função de repórter-fotográfico, revisor, diagramador e repórter-cinematográfico.

A Lei de Imprensa 494, de 29 de dezembro de 1979, acrescenta para o registro profissional a necessidade de prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal; sendo revogada tal cláusula de atestado de bons resultantes, com a Lei n.º 6.868, de 3 de dezembro de 1980.

Na época, só eram consideradas empresas jornalísticas aquelas que tinham como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal. As empresas de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agência de publicidade, também, eram consideradas empresas jornalísticas.

Durante a década de 80 a Lei n.º 7.084, de 21 de dezembro de 1982, instituiu a carteira de identidade do jornalista, válida em todo território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito, emitida pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais. Devendo constar na carteira, conforme o artigo 2º, pelo menos, os seguintes elementos:

Nome completo; nome da mãe; nacionalidade e naturalidade; data de nascimento; estado civil; registro geral e órgão expedidor da cédula de identidade; número e série da carteira de trabalho e previdência social; número do registro profissional junto ao órgão regional do Ministério do Trabalho; cargo ou função profissional, ou licenciamento profissional; ano de validade da carteira; data de expedição; marca do polegar direito; fotografia; assinaturas dos responsáveis pela entidade expedidora e do portador; número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física; e grupo sanguíneo.

O profissional de jornalismo no Brasil passou a ter uma atuação mais autônoma, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF-88), que reserva o capítulo V à comunicação social, nos seus artigos 220, 221, 222, 223 e 224.

A CF-88 proíbe a censura prévia no Brasil, como pode ser observado no § 1º do art. 220 em que afirma – “Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no Art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV”. E, no § 2º - que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

O artigo 5º da CF-88 diz que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Já o artigo 221 da CF-88 estabelece que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”.

Em relação à propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, o artigo 222 preceitua que “é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País”.

No Brasil, cabe ao “Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”, conforme artigo 223 da CF-88.

Como se vê o campo jornalístico no que concerne à apuração e divulgação de notícias passou, pelo menos legalmente, a ser isento de censura. Todavia, sabe-se que a “censura” sempre existe nas redações quando fere interesses, ainda, que seja uma auto-censura da própria empresa jornalística.

Na verdade, o “autêntico” jornalismo só existe quando há democracia, liberdade, quando a imprensa não se alia ao governo. Nas ditaduras, o jornalismo é

amordaçado, o jornalista não pode cumprir sua principal função que é informar. Acaba-se noticiando apenas o que é permitido, tolerado, suportável ao poder.

Alberto Dines sustenta que “a imprensa só pode existir no regime da livre iniciativa, seja ele puramente capitalista, seja socialista-democrático. A detenção dos órgãos de comunicação pelo poder político invalida-os, como neutralizador desse poder, sua razão de ser”¹⁷⁶. E chama a atenção para o fato de que

*O prestígio de um jornal (e de jornalistas) é uma arma de dois gumes e, por isto mesmo, extremamente perigoso. Quanto mais influente, mais perto está de perder essa influência. Quanto mais poderoso, salvo se houver uma sadia disposição de não se deixar impregnar pelo poder, mais perto está do descrédito, ou do comprometimento*¹⁷⁷.

Vale ressaltar que ideologicamente, muitos teóricos da comunicação defendem a tese de que o jornalista deva ser neutro, ter objetividade, tratar os fatos como são, se isentando, se abstraindo da realidade do fato. Entretanto, sabe-se que a questão da objetividade sempre foi um ideal do jornalismo informativo, mas que, muitas vezes, a defesa dessa objetividade nada mais é do que esconder interesses e ideologias. E como afirmam Adorno & Horkheimer “a mídia escrita transmite a idéia de objetividade, contribuindo para a difusão de bens simbólicos e conteúdos ideológicos disfarçados em informação neutra”¹⁷⁸. Ou ainda como chama a atenção Martino, “a noção de objetividade do jornalismo, sua imparcialidade, a neutralidade das informações veiculadas e a independência do repórter são rituais estratégicos provedores das garantias de que a mídia é um espelho da realidade”¹⁷⁹.

Por outro lado, é nítido que a objetividade é um mito e que não existe neutralidade no tratamento das notícias, pode haver bom senso, razoabilidade, mas o que se veicula interessa sempre a alguém, e não há liberdade total na grande imprensa. É como afirma Barros Filho & Martino: “Se o jornalista não pode ser 'escravo do fato', pela distância intrínseca entre o discurso e seu referente, ele também não é 'o senhor da

¹⁷⁶ DINES, Alberto. Idem, p. 109.

¹⁷⁷ Idem, p. 108.

¹⁷⁸ Apud MARTINO, Luís. Idem.

¹⁷⁹ MARTINO, Luís. Idem, p. 59.

mensagem' por não ser inteiramente responsável pelas representações que acredita construir nos textos que produz" ¹⁸⁰.

4.3. O desenvolvimento do campo jornalístico no Brasil

A profissão de jornalista decorre do aparecimento e do desenvolvimento da imprensa, que teve origem no século XV, com o alemão Johan Gutenberg. Segundo Nelson Werneck Sodré,

A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de idéias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferença de interesses e aspirações. Ao lado dessas diferenças, e correspondendo ainda à luta pelo referido controle, evolui a legislação reguladora da atividade da imprensa (...)

*O estreito vínculo entre a imprensa e a ordem capitalista aparece, também, na evolução do problema da liberdade de informar e de opinar*¹⁸¹.

Inicialmente, a imprensa era voltada para um público elitista, tradicional, uma vez que o sistema educacional não atingia a maioria da população; a periodicidade era esporádica e os jornais tinham vida efêmera por terem um conteúdo mais opinativo, não terem praticamente publicidade e o comércio ser incipiente.

Como chama a atenção Marques de Melo, as primeiras manifestações do jornalismo (relações, avisos, gazetas) servem para atender ao público local, às necessidades dos governantes e súditos das cidades, pois naquela época os meios de transportes e as tecnologias existentes não permitiam uma maior circulação das notícias¹⁸².

A falta de periodicidade se dava, também, porque o jornalismo, em sua origem, assume uma conotação mais política, seja através de “publicações clandestinas, manuscritas ou até mesmo impressas, que circulam a margem do aparelho censório, desafiando o poder absolutista”, ou são publicações oficiais que tinham como

¹⁸⁰ BARROS FILHO, Clóvis & MARTINO, Luís. Idem, p. 49.

¹⁸¹ SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Maud, 1999, p. 1.

¹⁸² MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994., p.18.

mensagens matérias elogiando as ações dos governantes, vindo a se tornar um processo regular, contínuo com a ascensão da burguesia¹⁸³.

Segundo Thompson, entre os fatores que contribuíram para que a imprensa se tornasse mais periódica e estável destacam-se: a fabricação do papel, o desenvolvimento de novas técnicas de impressão, o advento da indústria gráfica, o surgimento das línguas nacionais, a luta contra o colonialismo, o aparecimento de uma variedade de publicações periódicas, o aumento do comércio, o maior acesso à escolaridade e o declínio do poder da Igreja Católica sobre o que era publicado¹⁸⁴. Acrescente-se a isso o desenvolvimento dos meios de transportes, dos correios e tecnologias comunicacionais, como o telégrafo e o telefone.

Com a Revolução Industrial, na Inglaterra, a imprensa tomou um novo rumo, torna-se mais profissional, mais informativa, e passa a ter mais periodicidade. A informação passa a ser a grande mercadoria da imprensa, com isso, começa a receber mais investimento da publicidade, os jornais tornam-se grandes empresas e passam circular com mais regularidade, como mostra Alfredo Pereira Jr., em *Decidindo o que é notícia*:

*Durante o século XXI, a indústria jornalística adquiriu um aspecto crescentemente comercial, procurando aumentar a circulação como um meio de implementar a renda gerada através das vendas de anúncios e comerciais. Sua rápida expansão tornou-se possível pela melhoria dos métodos de produção e distribuição, bem como pelo crescimento da alfabetização e abolição de impostos*¹⁸⁵.

Para que a imprensa se desenvolvesse foi necessário aumentar a sua rapidez na difusão de suas informações e contar com tecnologias, como o telégrafo, o cabo submarino, o telefone, o rádio. Além de ter que separar informação de opinião¹⁸⁶. No momento que informação se transformou na grande matéria-prima do jornalismo, as empresas jornalísticas passaram a ser mais lucrativas e a receber maior volume de publicidade.

Conforme Thompson, o desenvolvimento das indústrias da mídia desde o início do século XIX se deu por três tendências: transformação das instituições da mídia em

¹⁸³MELO, José Marques. Idem, p. 20.

¹⁸⁴THOMPSON, John. Idem, p. 47-66.

¹⁸⁵PEREIRA JR., Alfredo. *Decidindo o que é notícia*. 3 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 45.

¹⁸⁶SODRÉ, Nelson Werneck. *Ibidem*.

interesses comerciais de grande escala; a globalização da comunicação e o desenvolvimento das formas de comunicação mundial¹⁸⁷.

No Brasil, a imprensa chegou em 1808 com a Família Real Portuguesa, sendo o *Correio Braziliense*, o primeiro jornal brasileiro, impresso na Inglaterra. De acordo com Lage,

*A história do jornalismo brasileiro pode ser dividida em quatro períodos distintos: o de atividade panfletária e polêmica (Primeiro Reinado e às regências); o de atividade onde a literatura predominava (Segundo Reinado); o de formação empresarial (República Velha); e a fase mais recente, marcada por oposições do tipo nacionalismo/dependência, populismo/autoritarismo, pelo uso intensivo na comunicação no controle social*¹⁸⁸.

É no Segundo Reinado que vão surgir os jornais, tais como o *Jornal do Commercio* (1827), a *Gazeta de Notícias* (1874) do Rio de Janeiro; o *Estado de São Paulo* (1875); e o *Jornal do Brasil* surgido em 1891¹⁸⁹. Esse, em pouco tempo, com as transformações urbanas e o crescimento da classe média “tornou-se uma espécie de símbolo, com certos hábitos, certo cinema (o cinema novo) e certa música (a bossa nova)”¹⁹⁰. Em relação ao poder econômico e ideológico dos jornais, Juarez Bahia chama a atenção para o fato de que

*No Império e na República, entre 1827 e 1930, convergem para a imprensa capitais e interesses de comerciante, profissionais liberais e aristocratas associados a latifundiários, fazendeiros de açúcar e de café, e exportadores. As famílias que detêm o controle acionário das empresas jornalísticas trazem essas origens. A ideologia predominante é conservadora até a queda da monarquia, e liberal-conservadora, com a federação republicana. Depois de 1930 se delinea a estrutura industrial do jornalismo que corresponde ao contorno de massa da sociedade, ditada pela distribuição de renda, vestuário, comercialização de mercadorias a crédito, transportes e cultura*¹⁹¹.

Enquanto empresas jornalísticas, os jornais brasileiros passaram a ter como principal matéria prima a informação, seguindo a tendência do jornalismo norte-americano. Todavia, até a década de 1950, o sistema dominante de organização do

¹⁸⁷ THOMPSON, John. Idem, p. 73.

¹⁸⁸ LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 42.

¹⁸⁹ LAGE Idem, p. 43.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 45.

¹⁹¹ BAHIA, Juarez. Idem, p. 227.

jornal era o do jornalista-proprietário de empresa¹⁹², e isso acaba comprometendo o que é de interesse do público do que é interesse empresarial.

Conforme lembra Juarez Bahia, “o Brasil não conhecia a liberdade de imprensa ao editar o seu primeiro jornal”¹⁹³ e acrescenta que “uma pioneira e vigorosa tentativa para assegurar a liberdade de imprensa no Brasil surgiu em Pernambuco, na Revolução de 1817. Luta-se por uma república cuja constituição preconiza no seu artigo 25 a liberdade de imprensa”¹⁹⁴.

É só em 1822 que se tem a primeira legislação específica para a imprensa. E, “em 1828, com a promulgação da primeira constituição (...) o conceito de liberdade de imprensa ganha maior expressão”,¹⁹⁵ assegura Bahia. Os crimes cometidos no exercício no jornalismo são transferidos da polícia para a Justiça com a legislação de 1871¹⁹⁶. Em 1914, “a imprensa tem seus direitos cerceados e mais uma vez a censura prévia pontifica”¹⁹⁷. Em 1934, o governo de Getúlio Vargas edita a Lei 24.776, da Lei de Imprensa, tendo vida curta¹⁹⁸. Em 1937, o Estado Novo, através de Getúlio Vargas impõe censura “engordando receitas de jornais, revistas, agências noticiosas, empresas de propaganda, emissora de rádios, dando subsídios ao papel e a importação de equipamentos gráficos e de som favorecendo os que colaboraram com o poder”¹⁹⁹. Segundo Bahia,

Os grandes jornais estão do lado da lei e da ordem, e às vezes também do lado que obstrui o desenvolvimento, barra as mudanças exigidas desde os anos 20, estimula a corrupção e derruba as aspirações de modernização consubstanciadas no voto secreto e no exercício pleno da democracia²⁰⁰.

Em 1939, Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para controlar o conteúdo veiculado pela mídia. Em meados dos anos 60 mais uma vez a imprensa sofre com o golpe da censura, o país fica sob o domínio dos militares, durante uma ditadura que vai durar 21 anos e criará mecanismos de controle

¹⁹² DINES, Alberto. Idem, p. 110.

¹⁹³ BAHIA, Juarez. Idem, p. 300.

¹⁹⁴ Idem, p. 302.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ BAHIA, Juarez. Idem, p. 303.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Idem, p. 205.

nunca antes de visto na história do país, como, por exemplo, o AI-5. Só, realmente, com a CF-88, que o jornalista vai se livrar, legalmente, da censura prévia no país.

Em sua origem os jornais não eram divididos em cadernos, não tinham praticamente publicidade, não tinham fotografia, eram em preto e branco, o texto era rebuscado, dividido por fios de colunas, não tinham departamento de pesquisa, seu papel sujava as mãos, a impressão era rudimentar, não havia computadores nas redações. As notícias sobre o que acontecia no mundo chegavam de forma defasada, desatualizada, devido as tecnologias comunicacionais existentes na época.

No final do século XIX surgiram as primeiras empresas jornalísticas brasileiras. Na década de 1930, a estrutura industrial do jornalismo toma impulso, com o aumento das vendas de exemplares, devido a melhoria da qualidade de vida da população nas áreas urbanas. Mas, é na década de 50 que se observa o crescimento vertiginoso do jornalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que o país, embalado pela política desenvolvimentista, aumenta sua participação no setor industrial, principalmente no Sudeste e Sul do Brasil²⁰¹.

Nos anos 60, com os diversos órgãos de desenvolvimento instalados em algumas regiões do país, bem como com os movimentos sociais e a política em efervescência, os grandes jornais do Sudeste do país vão instalar sucursais em cidades estratégicas, a fim de terem suas redações abastecidas de notícias de outras partes do país. Naquela época, a presença do jornalista no local em que acontecia o fato era indispensável, pois as tecnologias comunicacionais da época não permitiam uma maior agilidade na produção e difusão da notícia. Não havia, por exemplo, celular, Internet, microcomputador, a maioria dos municípios não tinham luz elétrica, o número de linhas telefônicas era irrisória em relação à demanda social.

Assim, as sucursais foram fundamentais para a divulgação do Nordeste brasileiro. Entre os jornais que ajudou a mudar o jornalismo brasileiro e que teve sucursal no Nordeste brasileiro nos anos 60, 70 e 80, destaca-se o *Jornal do Brasil*, trazendo várias transformações na forma de diagramar, noticiar e dispor os fatos.

²⁰¹ BAHIA, Juarez. Idem, p.227-8.

4.4. Jornal do Brasil

O JB foi fundado em 9 de abril de 1891, no Rio de Janeiro, por Joaquim Nabuco e Rodolfo de Souza Santos²⁰², sendo considerado um dos primeiros grandes jornais brasileiros da época Republicana, sendo montado, de acordo com Sodré, como empresa e com estrutura sólida, uma vez que os jornais da época tinham vida efêmera²⁰³.

Mas, foi na gestão de M.F. do Nascimento Brito, genro da condessa Pereira Carneiro, proprietária do jornal, que o JB marcou significativamente o jornalismo brasileiro, com as reformas que se permitiu fazer, adaptando novas técnicas de redação, modernizando a impressão, mudando a linha editorial²⁰⁴.

Trouxe mudança na diagramação de seu jornal, eliminando os fios das colunas, influenciando os demais jornais. Foi o primeiro a introduzir o uso de pauta, a criar um departamento de pesquisa nas suas redações, deu atenção especial à fotografia. Criou o Caderno B, a revista de Domingo, a primeira agência nacional de Notícias (AJB), o primeiro jornal *on line* no Brasil²⁰⁵.

Na década de 50, *O Jornal do Brasil* inovou sua diagramação, sendo um marco na história da imprensa no Brasil, a partir do trabalho do artista plástico Amílcar de Castro. Juarez Bahia, no seu livro *História, jornal e estética* descreve que “em 1956, o modelo do velho jornal diário, pesado e feio, de linguagem rebuscada, quase ilegível e pouco atraente, seccionado em colunas por fios verticais e outros adereços, parece definitivamente esgotado”²⁰⁶.

Segundo Ferreira Júnior, o JB abandona o modelo pesado, com fios de coluna e passa a atualizar o concretismo, deixando as colunas livres, a introdução da lauda marcada para a contagem do texto, simetria redundante tomada por anúncios e a incorporação da fotografia, valorização do espaço da página e limpeza de adornos

²⁰² www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/glossario/j/joranl-brasil.htm, capturado em 27/04/05, às 19h03.

²⁰³ SODRÉ, Nelson. Idem, p. 25.

²⁰⁴ http://jbonline.terra.com.br/destaques/nascimentobrito/mat_3.html, capturado em 27/04/05, às 16h25.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ BAHIA, Juarez. Ibidem.

desnecessários. Isso vai refletir na maneira de como os fotógrafos deverão fazer suas fotos e de como os jornalistas deverão escrever suas matérias²⁰⁷.

Com a modernização da diagramação do JB, outros jornais seguiram sua tendência, passando a valorizar mais a notícia e as imagens visuais que marcaram os fatos daqueles tempos. De acordo com Zuenir Ventura, o JB,

Em 61, foi censurado pelo governo Carlos Lacerda, e em 64 teve sua sede militarmente invadida pelos fuzileiros navais do governo de Jango; sofreu incontáveis ações de arbítrio e, de dezembro de 68 a janeiro de 69, circulou sob censura prévia; enfrentou censores na redação, sofreu um implacável boicote econômico, teve diretores e editores presos (...) e deixou de circular duas vezes como protesto”, acrescentando que de 1960 a 1979, o JB recebeu 72 prêmios nacionais, sendo 52 Essos

O JB foi o primeiro jornal a criar o cargo de editor-chefe, a partir de janeiro de 1962, adotado por M. F. do Nascimento Brito. Isso representou uma mudança muito grande na estrutura funcional do jornal, dando uma feição mais profissional ao jornalismo. Essa iniciativa acabou sendo adotada por outros jornais brasileiros, tornando a relação mais horizontalizada entre a empresa e os jornalistas.²⁰⁸

Outra inovação que o JB trouxe ao jornalismo brasileiro foi o *Caderno B*, suplemento criado por Reynaldo Jardim, que é de comportamento e cultura, servindo de exemplo para os segundos cadernos de outros jornais. Mas, sua reforma se efetivou, realmente, com a chegada de Alberto Dines ao jornal, o qual passou 12 anos como editor-chefe, de 61 a 73, introduziu o Departamento de Pesquisa, o Caderno Infantil, o Jornal do Futuro, o Departamento Educacional, o Caderno de Jornalismo e Comunicação, a Coluna do Castelo, o Festival JB de curta-metragem²⁰⁹.

Na década de 60 o JB e outros grandes jornais brasileiros, como, por exemplo *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Folha de São Paulo* tinham correspondentes em todas as regiões do país e sucursais nas principais capitais do Brasil. Em meados da década de 60 o *Jornal do Brasil* tem sucursal em Recife, Salvador, Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Com isso, o Nordeste passa a ser mais visto e lido fora da região.

²⁰⁷ FERREIRA JÚNIOR, José. Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual. São Paulo: Senac, 2003.

²⁰⁸ DINES, Alberto. Idem, p. 111.

²⁰⁹ Jornal do Brasil. Edição centenário, domingo 7/4/91, p. 5.

Em 1964, o JB inaugurou sua sucursal em Recife, tendo cerca de 10 funcionários, entre fotógrafos, jornalistas, secretários de redação e chefe de redação. A partir daí o jornal vai noticiar mais os políticos, os problemas, o povo, o cotidiano e as paisagens nordestinas. No início da década de 80, sofreu uma crise econômica interna e fecha a sucursal de Recife, agora, com mais de 20 funcionários, ficando apenas com um correspondente. Em meados dos anos 80, paulatinamente, reabre a sucursal da capital pernambucana com uma equipe reduzida. Nos anos 90, com as mudanças no mundo do trabalho, com o enxugamento das empresas, o JB fica apenas com correspondente no Recife.



A reforma trouxe o noticiário para a primeira página, antes ocupada apenas por classificados e poucos títulos e texto (JB, edição centenário, domingo 7/4/91, p. 5).

Em 1966, o JB fundou a Agência JB, Serviços de Imprensa Ltda., que funcionava como agência de notícias para jornais do interior e do exterior.

*Sua constituição acionária era inédita: 51% pertencem aos proprietários do Grupo JB e o restante aos principais executivos da redação (...) a AJB foi um sucesso jornalístico, tendo se transformado na grande e única agência brasileira e num êxito comercial. Seu balancete de novembro de 1993 dava um resultado positivo de 800 mil cruzeiros. No rol de seus clientes regulares encontravam-se todos os grandes jornais brasileiros fora do Rio e São Paulo"*²¹⁰.

Não só a agência de notícias AJB foi importante para divulgar as regiões brasileiras, como as sucursais nas principais capitais. Isso, também, deu um fôlego no jornalismo e aumentou o nível de emprego para os jornalistas locais.

Durante a ditadura militar, várias vezes o Jornal do Brasil foi repreendido e seus jornalistas perseguidos. Segundo Borges Neto,

*Mesmo quando nos anos 70 começou a ter problemas financeiros, o JB não deixou de ser escola de jornalismo. Continuou a publicar editoriais ajustados ao momento histórico. Muitas vezes incômodos e contrários ao governo. Só nos anos 1998-2000, quando a crise atingiu seu pique, a linha editorial adotaria um estilo menos agressivo. Mas, mesmo então e sempre com o beneplácito do doutor Brito, o jornal manteve sua independência e nunca se recusou a publicar artigos avessos ao regime político ou ácidos para com fatos alheios a boa ética"*²¹¹.

O que o JB e a imprensa em geral publicam são fatos e imagens que não são neutras, não são apenas signos sem significado social, mas são ideológicas, atendem a diversos interesses políticos, mercadológicos. Juarez Bahia lembra que

*O jornal é um bom negócio se o cidadão que o consome se dispõe a pagar pela notícia da mesma forma como paga pelos serviços e bens que elege como essencial, à sua vida, como paga pelo privilégio de ser ele próprio notícia ou anunciar alguma coisa que tem para vender. Esse é o princípio da informação como mercadoria colocada venda em forma de entrega avulsa ou domiciliar, em forma de venda de espaço e de tempo"*²¹².

²¹⁰ DINES, Alberto. Idem, p. 113.

²¹¹ http://jbonline.terra.com.br/destaques/nascimentobrito/mat_3.html, capturado em 27/04/05, às 16h25.

²¹² BAHIA, Juarez. Idem, p. 224.

4.5. Jornalismo, Poder e o Nordeste brasileiro na ditadura e na transição política.

O golpe militar de 31 de março de 1964 só foi possível com o apoio do governo dos EUA, num período de Guerra Fria, em que os Estados Unidos representavam o capitalismo e a União Soviética o socialismo.

Nesse período o Judiciário e o Legislativo ficaram extremamente enfraquecidos. O Presidente da República tinha muitos poderes, dentre eles, conforme os atos institucionais com que governaram o país, podia:

- *Decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República;*
- *Decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição. Os Interventores nos Estados e Municípios eram nomeados pelo Presidente da República;*
- *Suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos efetivos federais, estaduais e municipais;*
- *Mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço²¹³.*

Foi uma época em que ficaram suspensas as garantias constitucionais ou legais, tais como: vitaliciedade, inamobibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo²¹⁴. A garantia de *habeas corpus* também ficou suspensa, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular²¹⁵.

A suspensão dos direitos políticos ocorriam nos casos de cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: liberdade vigiada; proibição de freqüentar determinados lugares; domicílio determinado²¹⁶.

²¹³ BAHIA, Juarez. *Ibidem*.

²¹⁴ AI- 5.

²¹⁵ *Ibidem*.

²¹⁶ BAHIA, Juarez. *Ibidem*.

Em 1969, os militares instituíram o AI-5, o ato que “põe total controle dos meios de comunicação de massa, sujeitando jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, livro, cinema, teatro, música, disco e todas as formas de expressão do pensamento à censura prévia”²¹⁷. Na época, “muitos jornais foram invadidos, depredados ou fechados pela Polícia. A resistência de imprensa é enfrentada com o bloqueio econômico, da mesma forma que a oposição partidária é silenciada, cassada ou aprisionada”²¹⁸. Dessa forma, conclui-se que os jornais que se licenciavam, que se aliaram ao poder vigente, foram beneficiados, enquanto os outros que se opunham veementemente sofriam sanções econômicas.

No dia 15 de setembro de 1972 a Polícia Federal distribuiu aos jornais cariocas um decálogo intitulado “Regras Gerais de Censura” relacionando os temas proibidos:

- 1) *Inconformidade com a censura de livros, periódicos, jornais e diversões;*
- 2) *Campanha visando a revogação dos Atos Institucionais, nomeadamente do Ato Institucional nº. 5;*
- 3) *Contestação ao regime vigente. Difere de Oposição, que é legal;*
- 4) *Notícias sensacionalistas que prejudiquem a imagem do Brasil e tendentes a desnaturar as vitórias conquistadas pelo Brasil.*
- 5) *Campanha de descrédito à Política Habitacional, Mercado de Capitais e outros assuntos de vital importância para o governo;*
- 6) *Assaltos à mão armada a estabelecimento de crédito e comerciais, acompanhado de abundante noticiário, instrutivo e exemplificativo, em sentido negativo;*
- 7) *Tensão entre a Igreja Católica e o Estado e agitação nos meios sindicais e estudantis;*
- 8) *Ampla publicidade sobre nações comunistas e pessoas do mundo comunista;*
- 9) *Críticas contundentes aos governadores estaduais, procurando demonstrar o desacerto de sua escolha pelo governo Federal;*
- 10) *Exaltação da imoralidade e do erotismo, notícias sobre homossexualismo, prostituição e tóxico*²¹⁹.

Segundo Dines, “a rigor, os jornais ficavam proibidos de noticiar coisa alguma, a não ser inaugurações, notas oficiais, acidentes de rua. Mesmo as tragédias humanas podiam gerar problemas para o jornal, como foi o caso de uma notícia oriunda da sucursal de Recife dando conta de um menino comido por ratos...”²²⁰.

Então, só podia ser noticiado o que fosse de interesse do governo militar. Havia um “livro negro” da censura, passado às redações dos jornais. Juarez Bahia esclarece que “o livro negro da censura”, “não é nenhuma edição especial lançada no mercado

²¹⁷ BAHIA, Juarez. *Ibidem*.

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ DINES, Alberto. *O papel do jornal*, p.136-7.

²²⁰ BAHIA, Juarez. *Idem*, p. 137.

para satisfazer o insaciável apetite de leitores frustrados em seu direito de conhecer a verdade dos fatos”²²¹. Trata-se de “pequeno caderno de capa preta em que se achavam classificados, quase sempre breves sumários, comunicados, na sua maioria sem assinatura, procedentes dos censores (...) ditando o que podia e não podia ser publicado”²²².

O controle de opinião não estava somente em seguir as “Regras Gerais de Censura”, mas chegava às redações através de telefonemas, editais, decretos, portarias e resoluções²²³.

Muitos jornais foram invadidos, depredados, deixaram de circular. “A resistência da imprensa é enfrentada com o bloqueio econômico, da mesma forma que a oposição partidária é silenciada, cassada ou aprisionada”.²²⁴ Conforme Bahia, “O Correio da Manhã e o JB, entre os grandes da imprensa, deixar de circular, três diretores seus presos, são ocupados por forças policiais e militares”²²⁵.

É notório que nem todos seguiam à risca “As Regras Gerais da Censura”, mas os que se arriscavam a ser contra ao governo de forma pública corriam todos os riscos de serem perseguidos, torturados e de verem suas empresas de comunicação fechadas²²⁶. Em 1970 as emissoras produtoras de programas assinaram no Departamento de Polícia Federal um documento que aceitavam a fazer a autocensura²²⁷.

A censura, os problemas políticos e econômicos em que estava mergulhado o Brasil não possibilitou um jornalismo informativo, investigativo. O compromisso com o leitor estava quebrado. Desta forma, não se noticia a verdade dos fatos, mas meias verdades, ou simplesmente, omite-se a verdade. É nesse sentido que se diz que

*A censura inventa um país que não é o real. O irrealismo do regime é capaz de gerar o ‘milagre’ econômico, mas não de esconder as lágrimas de um ditador ao verificar que, embora o Estado tenha progredido, o povo empobreceu e o que se enxerga nele é a face da miséria, como confessa Médici ao visitar o Nordeste*²²⁸.

²²¹ BAHIA, Juarez. Idem, p. 320.

²²² Ibidem.

²²³ Ibidem.

²²⁴ Ibidem, p. 313.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ DINES, Alberto. Ibidem.

²²⁷ BAHIA, Juarez. Idem, p. 320.

²²⁸ Idem, p. 334.

Em 1974 teve início a censura prévia de rádio e TV. Em 75, o jornalista Vladimir Erzog foi morto sob tortura nas dependências do DOI-Codi. Em 76 uma bomba explode na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ²²⁹.

Os jornalistas para fugir dessa mordida, sobretudo, os das sucursais, intensificam a construção de suas próprias pautas que possam ser aceitas pelos censores, muitas vezes, elaborando matérias especiais, “frias”, sobre gastronomia, cultura, turismo, arte, amenidades, possibilitando a visibilidade de outros fragmentos da realidade, como ocorreu com o Nordeste na mídia. São estratégias que o campo jornalístico criam, na época, para exercer seu *habitus*.

Observa-se, também, que nos anos da ditadura militar houve o crescimento da comunicação alternativa no país, com uma linguagem mais revolucionária, panfletária, comprometida com a cidadania, num formato de jornal tablóide ou revista, sendo “publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média da burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia” ²³⁰, vendidos nas bancas ou de mão em mão. Como realça Festa:

Apesar da censura prévia e outros tipos de pressões, das dificuldades econômicas e da falta de publicidade, dezenas de jornais e algumas revistas foram editadas nessa fase: pasquim, pato Macho, De Fato, Versus, Movimento, Posição, paralelo, Repórter, Opinião, O São Paulo, Em Tempo, Extra, Bondinho, Mutirão, Brasil - Mulher, Nós-Mulheres etc. ²³¹.

Essa comunicação popular, geralmente, era anônima, utilizava-se de pseudônimo e instrumentos alternativos, ligado aos movimentos populares e as Comunidades Eclesiais de Base, no período da Teologia da Libertação, que tinha como um dos principais expoentes no Nordeste o arcebispo de Recife e Olinda, Dom Hélder Câmara, bastante censurado pelo regime militar.

Assim sendo, nos anos 70, por conta da ditadura militar, o jornalismo da grande imprensa era “amordaçado”, “engessado”, não era investigativo, nem opinativo. Furos jornalísticos políticos e sobre corrupção praticamente não existiam. O agenciamento de notícias para o público era controlado. O leitor lia o que a junta militar permitia.

Vale salientar que mesmo com a ditadura militar, naquela época o jornalismo era um campo profissional que tinha um *glamour*, trazia uma nostalgia. Muitos

²²⁹ BAHIA, Juarez . Ibidem.

²³⁰ FESTA, Regina. *Comunicação popular alternativa no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas.

²³¹ Ibidem.

jornalistas, depois de uma jornada de trabalho, iam para os bares e restaurantes, conversar, beber nas calçadas dos bares, dançar, namorar... Isso fazia parte do *métier* do campo jornalístico. Não havia celular, computador, nem Internet, como já foi dito; a televisão era um veículo de elite, o telefone fixo era um artigo de luxo, ou seja, a comunicação era menos mediada e mais face a face. Apesar do canadense Marshall McLuhan, nos anos 70, ter cunhado a expressão “aldeia global”, o Brasil não estava globalizado, visto que nos anos 70 e 80, muitas parcelas da população não tinham acesso aos meios de comunicação de massa, como jornal e TV.

O campo jornalístico estava acobertado pela reserva de mercado, em que era estabelecido que só os formados em jornalismo podiam exercer a função de jornalista, com exceção dos repórteres fotográficos e diagramadores. A reestruturação produtiva, o neoliberalismo, ainda, não havia chegado ao Brasil. E, isso permitia uma concepção de trabalho nos moldes taylorista-fordista, em que cada um desempenhava o seu papel. Ou seja, a divisão do trabalho era mais definida, e assim, o repórter não fazia o trabalho do fotógrafo ou vice-versa. Ou ainda, o repórter não precisava dominar as normas cultas da língua portuguesa, pois havia o redator, o copidesque. Desse modo, o trabalho era mais fragmentado, cada um fazia a sua parte. Os jornalistas não precisavam saber fazer um jornal todo, como é, hoje, em que é exigido do profissional boa redação, saber fotografar, diagramar e editar.

As principais capitais do país tinham sucursais dos jornais brasileiros de maior destaque daquela época, como, por exemplo, *Jornal do Brasil*, *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*. Isso trazia emprego para os jornalistas locais, que acabavam sendo divulgadores das notícias de sua região, e passavam a ter um *habitus* diferenciado de jornalista em relação aos outros colegas. Acabavam também tendo mais prestígio profissional local, uma vez que seu trabalho tinha maior repercussão, atingia um público mais heterogêneo, de diversas identidades regionais, bem como era mais remunerado. Então, trabalhar numa sucursal de um grande jornal ou revista agregava valor, aumentando o capital simbólico profissional.

O Nordeste brasileiro era naquele período uma região midiática, porque tinha a Sudene que precisava divulgar suas ações; possuía um dos comandos militares mais importantes do país em Recife; sofria problemas de ordem ambiental e social, tais como seca e enchente; era a região com problemas sociais mais aflorados, embora nem

sempre pudesse ser mostrado pela mídia; tinha lideranças políticas e religiosas de oposição ao governo.

Portanto, o Nordeste era uma região estratégica para a mídia e para o governo. Assim, a identidade regional, o povo, o cotidiano, a política, os agravantes climáticos, a pobreza, a desigualdade social, a gastronomia, as praias, a diversidade cultural, as condições históricas, as relações sociais e de poder que se estabelecem no espaço geopolítico chamado Nordeste brasileiro serviam de matéria-prima para a grande imprensa.

Com a abertura política no país, o Nordeste e o jornalismo sofrem suas conseqüências. Vão surgir novos atores sociais no campo político e dos movimentos sociais. As feridas sociais ficaram mais expostas. A mídia pôde atuar mais, informando, pesquisando, denunciando. Embora se deva dizer que muitos jornalistas continuaram a ser perseguidos. Só com a Constituição Federal Brasileira de 1988 - _ do tipo cidadã, com a suspensão da censura prévia e com a volta da liberdade de imprensa, de pensamento e de expressão, proibindo-se qualquer tipo de censura – é que os jornalistas passam a desenvolver um trabalho com mais liberdade e a desenvolver um jornalismo mais investigativo, podendo apontar injustiças sociais, corrupção, fraudes etc.

A recessão, a inflação, o desemprego nos anos 80 afetaram o desenvolvimento do Nordeste e o dia-a-dia da população nordestina. O cenário econômico do país, bem como as mudanças no mundo do trabalho e da produção que aconteciam nos países desenvolvidos, as novas tecnologias comunicacionais, acarretaram profundas transformações nas empresas jornalísticas. Elas tiveram que fazer verdadeiras reengenharias nas suas redações. Deste modo, para se adaptar aos novos desafios, os jornais passaram enxugar seu quadro de funcionários, procuraram aumentar a produtividade se informatizando, o que acarretou desemprego no setor e fechamento de muitas sucursais, inclusive em Recife.

É importante ressaltar que durante esses anos a influência norte-americana foi muito expressiva não só no jornalismo brasileiro, como na mídia em geral. Os valores, o estilo de vida, o consumismo, os heróis e mitos norte-americanos estiveram nas telas do cinema, em livros, nos seriados, na propaganda, nos filmes da televisão e nas páginas dos jornais. A ditadura militar se acabou, mas os ideais norte-americanos se

perpetuam até hoje na sociedade brasileira e muitos deles se incorporaram ao cotidiano da vida do povo brasileiro, do nordestino.

4.6. O fotojornalismo no contexto dos anos 70 e 80 no Brasil

A fotografia foi a principal técnica visual que o jornalismo utilizou até hoje. As fotos impressas no jornal resumem os fatos, faz o leitor acreditar naquilo que está lendo, suaviza a diagramação e pode servir de prova documental. Antes da invenção das câmeras digitais e dos softwares para tratamento da imagem, era mais difícil a simulação de imagens, os truques e as montagens, necessitando mais da presença do fotógrafo profissional nas redações. A fotografia era tida como cópia do real, por isso incontestável, tornando-se uma “arma poderosa” para a imprensa, capaz de causar sensações e emoções, de influenciar na atitude do leitor.

No Brasil, as primeiras fotos na imprensa brasileira foram publicadas na *Revista da Semana* em 1900. Depois, outros jornais e revistas intensificam o uso de fotografias, como, por exemplo, *Kosmos*, *O Malho*, *A Vida Moderna*, *Fon-Fon e Careta*. Mas, é somente em 1911, com o registro do carnaval carioca, feito pelo primeiro fotógrafo oficial da prefeitura do Rio de Janeiro, Augusto Malta, que se inicia o fotojornalismo brasileiro²³².

No início do século XX os profissionais de diferentes áreas interessados na prática da fotografia, como uma forma de expressão artística, formaram um movimento chamado fotoclubismo que teve grande importância para o desenvolvimento da fotografia no país, tendo sua fase áurea na década de 40. Outro fato que foi importante para o fotojornalismo no país foi o lançamento da *Revista Iris*, em 1947, a mais antiga publicação brasileira especializada em fotografia, que ainda se encontra em circulação até os dias atuais²³³.

Os anos 50 vão marcar a alavanca do fotojornalismo brasileiro. A revista *O Cruzeiro* e o *Jornal do Brasil* vão valorizar as fotografias junto às suas reportagens. As fotos deixarão de ser apenas acessórios do texto, terão autonomia pela sua força de expressão. Mas, é a revista *Manchete*, lançada em 1952, que vai, realmente, dar grande destaque à fotografia, trazendo uma narrativa visual mais independente do

²³² www.miniweb.com.br/Artes/artigos/fotografia_brasil.html, capturado 12/06/05 às 14h30.

²³³ *Ibidem*.

texto²³⁴.

Contudo, a fotorreportagem, o fotojornalismo chega ao auge, no Brasil, na década de 60, no século passado, com o surgimento das revistas *Realidade* (1966) e *Veja* (1968) e do *Jornal da Tarde* (1966). Neste período se destacam o trabalho fotográfico de Cláudia Andujar Maureen Bisilliat, Luigi Mamprin, David Drew Zingg, George Love e Walter Firmo²³⁵.

Todavia, esse é um período em que o Brasil sofre intensas transformações. Em 31 de março de 1964 os militares instauram uma ditadura que durou 21 anos. E, isso altera a vida dos brasileiros e da imprensa. Nem tudo poderá ser escrito, dito, nem mostrado ou fotografado. Os repórteres-fotográficos passam a conviver com a censura, e para não serem perseguidos, muitos tiveram que não fotografar. determinado traços da realidade que o governo militar julgava não publicáveis.

É nesse período da ditadura militar que o nordestino Natanael Guedes²³⁶ intensifica sua profissão de repórter-fotográfico. Ele que aos 19 anos, fez seu curso de fotografia por correspondência do Instituto Técnico e Cultural de São Paulo, conseguindo revelar sua primeira fotografia através da luz candeeiro Aladim . Depois desse feito, Natanael saiu de sua terra natal, Maria Farinha, município de Paulista, e veio morar no Recife, a procura de trabalho no *Jornal do Commercio*.

Naquela época o jornalismo era tido como um campo profissional glamouroso, nostálgico, de vanguarda. Muitos jornalistas gostavam da boemia. .A comunicação era menos mediada e mais face a face, interpessoal, como foi visto antes. E, Natanael era um desses jornalistas que gostava de ficar mais tempo na rua, tomando cachaça com os amigos, saindo com as “mulheres da vida”, do que ir para casa. Era um jornalista de plantão, amante da profissão.

O repórter fotográfico não precisava de formação universitária. Além disso, as funções dos jornalistas eram bem definidas. Cada um fazia a sua tarefa, ou seja, a prática fordista, do trabalho parcelado, também, se encontrava dentro das redações. Os jornalistas eram classificados nas categorias de repórter, redator, fotógrafo, diagramador, subeditor, editor, chefe de reportagem, pauteiro, radioescuta, editor-

²³⁴ www.miniweb.com.br/Artes/artigos/fotografia_brasil.html, capturado 12/06/05 às 14h30.

²³⁵ Ibidem.

²³⁶ Maiores detalhes sobre a vida de Natanel Guedes no capítulo VII.

chefe, editorialista, havendo hierarquia entre eles, e isso implicava em poder, prestígio e renda, como foi visto nos capítulos anteriores.

Isabel Travancas, no livro *O mundo dos jornalistas*, diz que o fotógrafo “é considerado jornalista pela categoria, recebendo a denominação repórter fotográfico. É com ele que o repórter vai para a rua no carro do jornal”. Na verdade, o repórter-fotográfico é mais do que isso, ele sintetiza, resume, materializa o fato jornalístico a partir de uma linguagem visual que é a fotografia. Para isso, não basta ser fotógrafo, é preciso também ter faro jornalístico, saber o que deve ou não conter na matéria, ter consciência da linha editorial do veículo para qual trabalha, dominar o *habitus* profissional.

Então, em plena ditadura militar, o repórter-fotográfico tinha que se enquadrar dentro do contexto político da época, como qualquer outro jornalista. Seu trabalho, também, estava na mira da censura. Suas fotos não poderiam ser contrárias a imagem da junta militar. Era preciso criar estratégias para continuar noticiando e fotografando fatos, e uma delas eram as “matérias frias”, de cultura e turismo.

Em 1966, Natanael chegou a ser preso, durante a ditadura militar, no governo Paulo Guerra, por policiais militares, no exercício da profissão, por tirar uma foto que “não deveria”, fato esse que trouxe grande inquietação da imprensa local, que via a cada dia a liberdade de imprensa ser mais ameaçada pelas forças opressoras. O episódio mereceu uma página inteira no JC, quando, ainda, a censura não era oficializada, o que só veio acontecer em 1969, com o AI-5.

Naquela época havia na cidade, como foi dito anteriormente, várias sucursais dos grandes jornais brasileiros, tais como *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Correio Braziliense*. E, trabalhar num jornal de grande circulação nacional, trazia visibilidade ao jornalista, criava um diferencial, dava prestígio, além de ser, geralmente, mais remunerado do que um jornalista de um jornal local.

Com grandes sucursais dos principais jornais brasileiros o Nordeste passa a ocupar uma posição de destaque no jornalismo, vai ter visibilidade, existir para o público leitor do JB, não apenas porque a região ocupava estrategicamente uma posição política para os militares, ou pelos órgãos de desenvolvimento regionais sediados nas principais capitais nordestinas, mas também pelo próprio *habitus* da

comunicação que requeria a presença de agências e sucursais para difundir notícias sobre determinados lugares, e essas tinham que, também, criar fatos e não apenas mostrá-los.

Assim sendo, a sucursal do JB, em Recife, além de cumprir pautas de matérias quentes, dentro dos critérios de noticiabilidade, tais como proximidade, importância, o impacto, utilidade, raridade, expectativa, suspense, repercussão, oportunidade, conseqüências, originalidade, marco geográfico, descobertas, progresso, dinheiro, política, o culto aos heróis, descobertas e invenções, sexo e idade, citados por Erbolato²³⁷, vão dar oportunidade aos seus jornalistas de criarem as próprias pautas e a veiculação de várias matérias frias.

Essa necessidade mercadológica de produção de notícias, pelas sucursais dos grandes jornais, e particularmente, pelo JB, é o que vai possibilitar a veiculação de matérias de um Nordeste brasileiro híbrido, fragmentado, polissêmico, contrastante, desigual, pela sua história, geografia, cultura, política, economia e gente. Criou-se até um Caderno Nordeste, um suplemento especial do JB, veiculado anualmente para mostrar “nordestes”.

Diante da censura, o campo jornalístico permitia na ocasião, aos repórteres e fotógrafos que trabalhavam nas sucursais, a despistar o Nordeste a orientação do governo militar para a imagem do Nordeste ou que era comum a mídia veicular. Então, os jornalistas começaram a intensificar matérias sobre a culinária nordestina, suas praias, beleza de suas paisagens, folguedos populares, e não somente sobre ações governamentais e problemas sociais, tais como fome, miséria, seca e violência, que não poderiam também ser expostos de forma sensacionalista, visto que “arranhavam” a imagem do governo. Então, repórteres e fotógrafos se apropriaram da diversidade e da complexidade da região, e expuseram o “outro nordeste”, o que “merece ser visto e visitado”.

E, Natanael foi um desses jornalistas que sugeria pautas e fazia um fotojornalismo que não somente atendia aos interesses da redação, dos leitores, dos patrocinadores e da mão invisível do Estado, mas também que pudesse divulgar sua região, o seu lugar, como, por exemplo, Maria Farinha.

²³⁷ ERBOLATO, Mário. *Ibidem*.

No final dos anos 70, com a abertura política, os repórteres-fotográficos vão, também, se sentirem mais livres. As redações passam a dar cobertura a fatos, eventos e sujeitos sociais que, antes, eram proibidos falar, mostrar e fotografar. Assim, o fotojornalismo toma um novo impulso, tornando-se mais crítico e politizado.

Durante os anos 80, o Brasil consegue se livrar da ditadura militar. Surgem novos movimentos sociais, o povo passa a ir às ruas protestar, fazer greve, reivindicar. Luta-se pelas “Diretas Já”, faz-se uma nova constituição, acabando com a censura prévia e aumentando os direitos sociais, políticos e trabalhistas. O País passa por diversos planos econômicos, que eram verdadeiros choques na economia.

As mudanças que ocorreram na sociedade brasileira nos anos 80 irão influenciar nas mensagens jornalísticas e fotográficas. Os fatos serão outros. Agora, a imprensa poderá mostrar eleições diretas, corrupção, gente se opondo, novos movimentos sociais, pois a democracia começa a chegar. As fotografias terão uma conotação mais política e social, inclusive as de Natanael Guedes. O fotojornalismo torna-se mais investigativo, especulativo, denunciador e revelador.

Capítulo V

Metodologia da pesquisa

A exposição do Nordeste no jornalismo brasileiro implica em vê-lo como uma matéria prima da mídia, que é de interesse dos meios de comunicação de massa, do público e dos anunciantes, seja porque é uma “mercadoria lucrativa”, porque seja uma região brasileira com diversas facetas que pode ser explorada pelo *mass media*, seja por suas especificidades.

Para haver comunicação é necessário que haja emissor ou fonte, destinatário ou intérprete, canal ou veículo, finalidade ou objetivo, mensagem, contexto e que haja conseqüências. Esses elementos são complementares. Um existe em função do outro. No entanto, sem o contexto, sem a compreensão da mensagem num dado momento e situação, a comunicação não se efetiva plenamente. Sem levar em consideração o contexto social em que a imprensa estava mergulhada, no Brasil, nos anos 70 e 80, as fotografias e as reportagens sobre o Nordeste brasileiro podem parecer ter força própria, quando muitas vezes eram tolhidas, editadas, mascaradas pelas forças ideológicas da censura prévia, instalada com a ditadura militar.

5.1. Objeto de pesquisa

As imagens visuais (fotográficas) e textuais (reportagens) que os jornalistas e fotógrafos do *Jornal do Brasil* produziam sobre o Nordeste brasileiro, nessa época, através da sucursal do veículo em Recife, estavam atrelados a um cenário político, econômico e social brasileiro, internacional e regional que permitia a ampliação do campo profissional do jornalista, mesmo com a ameaça da censura, interferindo nas pautas, nas idéias, no pensamento e na veiculação das mensagens, para um público que, também, não podia se rebelar, discordar muito, pois tanto os veículos de comunicação, como os produtores de notícias e fotografias, bem como ao povo era proibido protestar, contestar sobre a ordem vigente.

A pesquisa sobre a imagem do jornalismo brasileiro foi feita levando em consideração o veículo jornal, o repórter fotográfico Natanael Guedes e os jornalistas da sucursal do JB como fontes, os contextos dos anos 70 e 80, as fotografias e as reportagens sobre o Nordeste como as mensagens que devem ser estudadas para compreender a imagem que o JB veiculou sobre o Nordeste.

As imagens visuais “falam”, comunicam alguma coisa, sobretudo quando o receptor se identifica com o que vê. O texto, também, diz muito, pois as palavras são cheias de significados. É claro que é preciso compartilhar do mesmo repertório lingüístico para entender determinado texto, caso contrário nos é incompreensível.

Thompson chama a atenção para o fato de que “a mensagem não pode significar qualquer coisa, e um indivíduo deve ter algum conhecimento das regras e convenções em base às quais uma mensagem é produzida”²³⁸.

No jornalismo o texto escrito se expressa em vários gêneros: nota, notícia, reportagem, ensaio, artigo, coluna, resenha, entrevista, carta entre outros. Sem esquecer do título, subtítulo e das legendas.

Entre os diversos gêneros jornalísticos, a reportagem, neste estudo, se sobrepõe. A reportagem é um gênero jornalístico interpretativo, investigativo. Ela comenta, analisa, exemplifica, tem pesquisa, entrevista, figuras e fotografias. Geralmente, é feita por uma equipe. Pode “ser “quente”, se os fatos só são importantes, atuais, naquele momento, bem como podem ser ‘frias”, ou seja, não é um assunto urgente, o tempo não é um empecilho para a sua atualidade, podendo ser feita a qualquer tempo”²³⁹.

Nilson Lage diferencia notícia de reportagem, dizendo que a primeira é “a exposição que combina interesse do assunto com o maior número possível de dados, formando um todo compreensível abrangente”, enquanto a segunda é “comumente rompimento ou mudança na ocorrência normal dos fatos, pressupõe apresentação bem mais sintética e fragmentária”²⁴⁰. Vale dizer que uma reportagem pode ter mais de uma notícia. Geralmente, tem uma notícia principal, acompanhada de outras notícias vinculadas ao fato.

²³⁸ THOMPSON, John. Idem, p. 45.

²³⁹ KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001, p. 135.

²⁴⁰ LAGE, Nilson. Idem, p.112.

De acordo com Mário Erbolato, “a notícia deve ser recente, inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público”²⁴¹, sendo que para muitos teóricos a objetividade é um mito. Clóvis Rossi, por exemplo, diz que “se fosse possível praticar a objetividade e a neutralidade, a batalha pelas mentes e corações dos leitores ficaria circunscrita à página de editoriais, ou seja, a página que veicula a opinião dos proprietários de uma determinada publicação”²⁴².

Mas, quais os critérios para um fato ser notícia? Os critérios variam no tempo, depende da linha editorial da mídia, do faro jornalístico do repórter. Erbolato enumera uma série de critérios que podem fazer um fato se transformar em notícia, entre eles: a proximidade, a importância, o impacto, a utilidade, a raridade, a expectativa, o suspense, repercussão, a oportunidade, as conseqüências, a originalidade, o marco geográfico, as descobertas, o progresso, o dinheiro, a política, o culto aos heróis, as descobertas e as invenções, o sexo e a idade²⁴³.

Segundo o modelo de Galtung e Runge, para a seleção de notícias é preciso levar em consideração: os eventos cotidianos, a percepção da mídia, a imagem do mundo criado pela mídia e os 12 fatores de seleção que são: a frequência ou momento do acontecimento, a magnitude do acontecimento, a clareza, a significação, a consonância, o inesperado, a continuidade, a composição, as notícias sobre países do chamado Primeiro Mundo, reportagens sobre as elites, personalização e o negativismo²⁴⁴.

Desse modo, o que é noticiado não só corresponde a critérios técnicos de noticiabilidade, mas também atende a interesses políticos, econômicos, religiosos dos editores, patrocinadores, jornalistas e dos grupos de pressão²⁴⁵. Assim, por mais que a notícia pareça neutra, sem adjetivações, atende sempre a algum interesse.

²⁴¹ ERBOLATO, Mário. *Ibidem*.

²⁴² ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 9.

²⁴³ ERBOLATO, Mário. *Ibidem*.

²⁴⁴ Apud MARTINO. *Idem*, p. 12-4.

²⁴⁵ As notícias podem aparecer de forma literária (com nariz de cera, introdução, informações menos importantes para culminar com as mais interessantes), pirâmide invertida (informações mais importantes no primeiro parágrafo, no *lead*, para terminar com fatos mais simples) e no sistema misto (fatos importantes, desencadeados em ordem cronológico).

Há várias maneiras de se classificar a notícia. Quanto aos elementos que a compõe, pode ser sintéticas (curtas) e analíticas (argumentada); previsíveis (o jornalista sabe que vai ocorrer) e imprevisíveis (acontecimentos sem previsão) em relação à ocorrência em si; quentes e frias, de acordo com a oportunidade de publicação, e quanto ao local de ocorrência pode ser local, regional, nacional e internacional (*Idem*, p. 66-77).

Portanto, nem tudo que é importante como fato jornalístico²⁴⁶ é publicado, logo, não chega ao conhecimento do público. Essa omissão do fato e decisão de não publicá-lo, pode se dar por interesse particular do jornalista, da empresa, de um núcleo social ou pelo interesse em resguardar a própria sociedade²⁴⁷.

Em decorrência disso, “não basta que uma notícia seja exata, comprovada, verdadeira para ser publicada, constituindo a veracidade tão-só o primeiro elemento essencial à sua divulgação, encontramos na conveniência e na oportunidade os outros pesos a ser considerados em nossa atividade selecionadora”²⁴⁸, salienta Amaral.

Há muitos interesses que se escondem entre o publicar ou não publicar uma foto, uma reportagem. No Brasil, na ditadura militar, havia a “mão invisível da censura” que tolhia, reprimia os fotógrafos e repórteres. E havia, também, a o braço visível da força dos ditadores quando os jornalistas, a imprensa, contrariavam seus interesses políticos e econômicos.

Os estudos midiáticos da atualidade dão muita ênfase aos construtores de informações do texto jornalístico e não exploram muito a fotorreportagem como um

Mas, a notícia não acontece em si mesma. Nem tudo que é importante é publicável, assim como nem tudo que é publicado é importante. A sua publicação atende a determinados interesses, que, quase sempre, o público desconhece. Mattelart chama a atenção para as técnicas de diluição e recuperação dos fatos publicados. O que é isso? No primeiro caso, um fato importante é diluído, minimizado pela imprensa, é noticiado de forma tímida, sem muita importância, quando deveria receber destaque. No segundo caso, a relação se inverte: um fato não muito importante para determinado público passa a ser recuperado, enfatizado, recebendo destaque vez em quando.

²⁴⁶ Atualmente, os estudos científicos sobre a notícia e o jornalismo vêm apresentando crescimento no campo da pesquisa sobre mídia e comunicação. Entre as teorias contemporâneas que estudam os efeitos dos *mass media* e a maneira como esses veículos constroem a imagem da realidade social destacam-se as hipóteses da *agenda setting* e do *newsmaking* (PEREIRA JR., Alfredo. *Decidindo o que é notícia*. 3 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p.77).

As duas praticamente se complementam, pois a primeira supõe que os *mass media* agendam os assuntos que o público vai incluir em suas conversas, e a segunda trata dos critérios da produção da notícia, para que o acontecimento se torne público.

Entretanto, a *agenda setting* não pretende persuadir o público, como chama a atenção Wolf, mas apresentá-lo “uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião a discutir” (WOLF, Mauro. *Idem*, p. 145)

Metodologicamente a hipótese da *agenda-setting* não se concentra apenas no emissor, nos fazedores de notícia, no agendamento dos fatos, mas também como essas informações interferem na formação de opinião, nas experiências e expectativas do público Assim, haveria duas agendas: uma dos *mass media* e a do público, que nem sempre são a mesma. Essa última teria três tipos: agenda intrapessoal (realce pessoal), agenda interpessoal (realce comunitário) e a terceira corresponde à percepção que o destinatário tem da opinião pública

O impacto dos assuntos veiculados pelos meios de comunicação, segundo a hipótese do agendamento, repercute no destinatário em dois níveis: a. “a ordem do dia’ dos temas, assuntos e problemas presentes na agenda dos *mass media*; b. a hierarquia de importância e de prioridade segundo a qual esses elementos estão dispostos na ‘ordem do dia’”, como realça Wolf (*Idem*-146-7).

²⁴⁷ BELTRÃO, Luiz. *O jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980, p. 39.

²⁴⁸ AMARAL, Luiz. *Jornalismo – matéria de primeira página*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986, p.13.

instrumento sociológico capaz de denunciar, de mostrar determinados traços sociais, culturais e econômicos de uma dada sociedade.

Como diz Maria Alegre “o estudo da imagem é fundamental para o entendimento dos múltiplos pontos de vista que os homens constroem a respeito de si mesmos e dos outros, de seus comportamentos, seus pensamentos, seus sentimentos e suas emoções em diferentes experiências de tempo e espaço”²⁴⁹. É concordando com essa visão da imagem fotográfica como documento, instrumento de pesquisa social que essa pesquisa se fundamenta, pois compartilha com Luciana Bittencourt que “imagens fotográficas retratam a história visual de uma sociedade, documentam situações, estilos de vida, gestos, atores sociais e rituais, aprofundam a compreensão da cultura material, sua iconografia e suas transformações ao longo do tempo. Mais ainda, a análise de registros fotográficos tem permitido a reconstituição da história cultural de alguns grupos sociais, bem como melhor entendimento dos processos de mudança social...”

²⁵⁰

5.2. Modelo da pesquisa

A figura um mostra o modelo da pesquisa sobre a imagem do Nordeste no jornalismo brasileiro. Verifica-se que o contexto nacional e regional dos anos 70 e 80 serão o pano de fundo para compreender as reportagens e as fotografias sobre o Nordeste, veiculados pelo JB, tendo como fonte de informação os jornalistas e os fotógrafos da sucursal de Recife. Nota-se que esse contexto interfere diretamente nas fontes, no canal e nas mensagens. O destinatário não está no modelo, porque esta pesquisa não visa um estudo de recepção, mas não resta dúvida que ele, também, será influenciado não só pelo contexto, mas também pela mensagem que é veiculada e propagada.

²⁴⁹ ALEGRE, Maria Sylvia. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Miriam (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*, p.76.

²⁵⁰ BITENCOURT, Luciana. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Miriam (orgs.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências, Sociais*, p. 200.

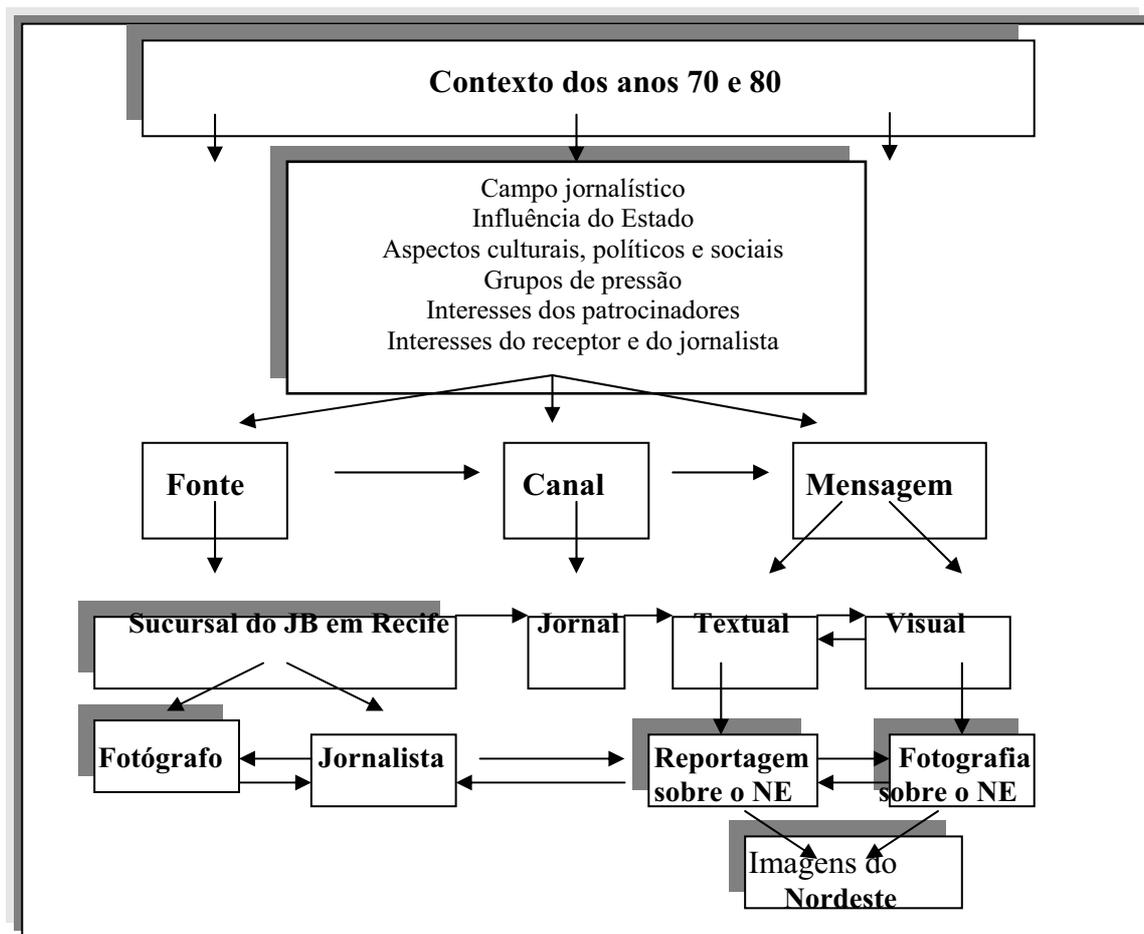


Figura 1- Modelo da pesquisa sobre a imagem do Nordeste no jornalismo no Brasil

5.3. Métodos e técnicas adotados

Estudar as imagens construídas ou mostradas sobre o Nordeste brasileiro, a partir das fotografias e das reportagens veiculadas pelo *Jornal do Brasil*, através da sucursal de Recife, durante os anos 70 e 80, tendo como pano de fundo um cenário político e econômico internacional, nacional e regional, implica em percorrer em vários caminhos e utilizar diversas técnicas de pesquisa, tais como: análise documental, análise de conteúdo, análise de imagem parada entrevista, além de fontes secundárias, tais como pesquisa bibliográfica e uso de Internet como fonte de informação.

Trata-se de uma realidade complexa, híbrida, emaranhada, fragmentada que sofre influência de todas as ordens até chegar às páginas dos jornais em forma de fotografia e de texto jornalístico. Diante desse cenário, utilizou-se o artifício que José Marques Melo, em *História do pensamento comunicacional*, chama de hibridismo teórico e superposição metodológica, muito comum nas pesquisas de comunicação na América Latina, mesclando conceitos e idéias de concepções sociológicas.

É um estudo de cunho qualitativo, intencional, que não pode ser generalizado estatisticamente, mas que é representativo aos casos semelhantes, procurando identificar os significados culturais e sociais expressos nas imagens visuais e textuais que o JB veiculou nesse período sobre a região Nordeste.

Desse modo, as fotografias e as reportagens sobre o Nordeste veiculadas no *Jornal do Brasil* durante os anos da ditadura militar e da redemocratização política são a matéria-prima desta pesquisa. Preferimos estudar as matérias jornalísticas produzidas pelo JB, por ser um dos mais antigos jornais brasileiros com periodicidade regular e um dos mais importantes do país, ser um jornal de vanguarda que sempre inovou, por ter introduzido o uso de pauta, ter dado atenção especial à fotografia, ter instituído a primeira agência nacional de Notícias (AJB). Em relação à fotografia, decidimos analisar como o estilo, o olhar, a identidade cultural do repórter fotográfico Natanael Guedes²⁵¹, que trabalhou na sucursal do JB, em Recife, durante 17 anos, pode ter contribuído com a construção de imagens nordestinas no período 70-80, uma vez que ele emprestava às suas lentes uma visão de mundo humanística, romanceada da vida. Todavia, considerávamos, também, importante analisar os assuntos pautados pelo jornal para o seu leitor a partir das reportagens que eram produzidas e noticiadas sobre a região.

Vale salientar que ao pesquisar representações sociais do Nordeste na imprensa não se quer encontrar a “realidade”, a “verdade” sobre o Nordeste brasileiro através de fotografias e reportagens, mas pegadas, indícios, fragmentos, traços sobre os costumes, as tradições, a política, a economia, o cotidiano, o comportamento do povo nordestino.

As fotografias e as reportagens sobre o Nordeste brasileiro, do acervo pessoal do repórter fotográfico Natanael Guedes, são os documentos que embasam esta tese. São cerca de 500 matérias sobre o povo, a cultura, a miséria, a seca, as enchentes,

²⁵¹ Maiores detalhes da biografia de Natanael Guedes no capítulo VII.

violência no campo, políticos, infra-estrutura, personalidades, artistas, turismo, religião na região.

Para fazer a análise de conteúdo sobre o a imagem do Nordeste brasileiro no JB foi feita uma pré-análise do material que Natanael guardou. Depois, foram feitos cadernos em tamanho A-3 das matérias selecionadas por assunto, tais como: Nordeste em Manchete; Turismo e Cultura; Cotidiano; Caderno Nordeste; Política, Educação e Religião.

Separadas por temas, as reportagens foram lidas e depois listadas por assuntos, onde se procurou analisar o conteúdo das mensagens, a informação que o JB estava passando sobre o Nordeste. Em seguida, foram selecionadas algumas das reportagens que tiveram impacto devido à magnitude, a raridade, a repercussão do fato, ou seja, os critérios de noticiabilidade. Essas estão nas páginas seguintes.

Durante a pesquisa documental, após ter folheado os Cadernos Nordeste, de 75 a 81, optou-se também por analisar de que forma o JB mostrou o Nordeste através de seu suplemento especial. Esse caderno era feito não só pela sucursal de Recife, mas também por correspondentes que cobriam a região. A metodologia utilizada para analisar os assuntos que eram pautados sobre a região foi a mesma das reportagens. Nesse caso, procurou-se verificar que imagem o JB procurava passar a cada ano sobre o Nordeste. O que fazia o Nordeste de 75, por exemplo, ser diferente do de 76, o que estava acontecendo de importante na região que merecesse ocupar as páginas do jornal.

A técnica utilizada para compreender a imagem social do Nordeste, através da fotografia, foi a de semiótica de imagens paradas, proposta por Gemme Pen, a partir dos estudos de Roland Barthes. Nessa técnica, a autora procura analisar a imagem com o signo de primeira e segunda ordem. Na primeira ordem, a análise do signo é denotativa, ou seja, é como ele se apresenta, sendo análogo ao objeto, isto é, representa um objeto, não é o próprio objeto. Já na segunda ordem, o signo é analisado conotativamente, necessitando de compreensão cultural sobre a imagem impressa²⁵². Destacando que o caráter denotativo foi priorizado na pesquisa, ancorando-se no conteúdo do texto (reportagem, notícia, título, legenda).

²⁵² BAUER, Martin & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som*; tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 323.

Na análise semiótica de imagens paradas, o primeiro passo foi escolher as imagens que foram analisadas, neste caso são as fotografias preta e branca, de capa e das reportagens de página inteira sobre o Nordeste no JB, feitas por Natanael Guedes.

O segundo passo foi listar os elementos denotativos que são apresentados na fotografia, procurando dissecá-los em unidades menores, catalogando-os, fazendo um inventário completo. O terceiro estágio foi procurar o significado do inventário denotativo, ou seja, do que é percebido, mostrado, precisando para isso de conhecimentos culturais sobre o material da pesquisa. Esse estágio corresponde ao nível conotativo da análise, ou seja, a segunda ordem de significação. A quarta fase foi compreender a fotografia a partir da legenda, do título da matéria e do próprio texto (notícia ou reportagem)²⁵³. Depois de analisar todos os elementos na fotografia e seus elementos circundantes foi feito um relatório discursivo (qualitativo).

Vale salientar que, nesta pesquisa, não foram considerados os critérios de plasticidade da foto, formas, cores, texturas e composição²⁵⁴ para a análise do conteúdo social das fotografias jornalísticas sobre o Nordeste.

A análise das fotos procura verificar o significado, o conteúdo sociocultural e não o significante (tipografia, cor da letra e tamanho), os elementos plásticos. Aliás, o tamanho e a posição que a fotografia ocupa na matéria são utilizados apenas para perceber a importância que o JB dedicava aos fatos sobre a região do Nordeste do Brasil.

A entrevista utilizada na pesquisa foi do tipo não-estruturada, em profundidade, aberta, feita face a face, anotada, com o repórter fotográfico Josenildo Tenório, que trabalhou durante os anos 70 e 8, na sucursal do *Jornal Estado de São Paulo*. Além dele foi entrevistada a jornalista Letícia Lins que trabalhou nesse período na sucursal do *Jornal do Brasil* em Recife.

A entrevista teve como objetivo verificar como eram as rotinas produtivas de uma sucursal; o que representava para eles trabalhar numa sucursal de um jornal de grande circulação; como o contexto político influenciava na produção de notícias e nas fotografias que eram veiculadas; como era o campo profissional na época; que tipo de

²⁵³ BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*, p.12.

²⁵⁴ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. 7ª ed. São Paulo: Papyrus, 1996.

Nordeste era pautado e de que forma as tecnologias comunicacionais do momento afetavam seus trabalhos.

Para compreender o cenário nacional e regional dos anos 70 e 80 foram feitas pesquisas bibliográficas e do uso da Internet como fonte de informação. O campo jornalístico e o *habitus* profissional nos anos 70 e 80 foram compreendidos a partir da fundamentação teórica de Bourdieu, José Marques Melo, Martino, além do uso de Internet como fonte de informação e de entrevistas com os jornalistas supracitados.

As múltiplas imagens nordestinas vão implicar numa hibridização e fragmentação da identidade cultural nordestina, cuja análise foi ancorada pelo viés teórico de Laclau, Mouffe, Canclini e Stuart Hall.

5.4. Seleção das fotografias e das matérias jornalísticas

A amostra dos documentos midiáticos que serviram de matéria-prima são do período de 1974 a 1989. A amostra deste estudo é do tipo não-probabilística e intencional, ou seja, foi feito um estudo sobre a imagem do Nordeste brasileiro na mídia a partir do *Jornal do Brasil*. As fotografias e as reportagens foram selecionadas pelo repórter fotográfico Natanael Guedes, portanto, trata-se de documentos que fazem parte do arquivo pessoal do jornalista, cerca de 500 matérias jornalísticas. Logo, as 74 fotografias que foram analisadas é de Natanael.

E, as reportagens analisadas foram feitas pelos jornalistas que trabalhavam na sucursal do JB em Recife. Os Cadernos Nordeste (1975-1981), como foi dito anteriormente foram produzidos não só pela sucursal de Recife, não havendo créditos dos jornalistas.

A pesquisa foi do tipo de estudo de longitudinal, ou seja, ao longo de anos, cuja análise é de cunho descritivo e explicativo. Utilizou fontes de dados secundários e primários, bem como fez uso de técnicas qualitativas. As fontes primárias (compiladas e analisadas pela própria pesquisadora), foram as fotografias e textos impressos sobre o Nordeste, bem como jornalista. A tese fez uso de pesquisas documental e bibliográfica.

Capítulo VI

O Nordeste brasileiro que o JB mostrou nos anos 70 e 80 através do Caderno Nordeste e das reportagens da sucursal de Recife

O Nordeste foi manchete do Jornal do Brasil nos anos 70 e 80 por diversas vezes. Das 500 matérias sobre a região, nos arquivos existentes no arquivo pessoal do repórter fotográfico Natanael Guedes, mais de 50 são de primeiras páginas. Dessas, o domingo foi o dia da semana em que mais o Nordeste esteve na primeira página do JB, o que dava importância às matérias, visto que esse é o dia em que mais se vende e lê jornal no país. Os meses que compõem o segundo semestre do ano são responsáveis por 68% das matérias de capa sobre o Nordeste.

O JB veiculou 69% das matérias de primeira página com teor negativo sobre o Nordeste, mostrando a região como um local dependente economicamente, de gente atrasada, pobre, miserável, violento, vítima da seca e dos problemas climáticos. Os 31% das matérias favoráveis à região referem-se à diversidade cultural e a bravura do povo. Não se explica por que a região se apresenta dessa forma, não se questiona as estruturas políticas e sociais, apenas informam, constata e mostram esses aspectos ruins. Isso ocorre não só por questões do momento político da época, mas também pelo gênero jornalístico mais utilizado na primeira capa que é a notícia, onde 82% das matérias sobre o Nordeste são informativas.

O Nordeste que o JB estampou em suas manchetes é um Nordeste híbrido, fragmentado, heterogêneo, que retrata o cotidiano do nordestino. Faz lembrar o descrito por Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, quando fala da seca, do retirante; o sofrimento e os valores conservadores do povo como retrata José Américo de Almeida; sugere os aspectos de pobreza descritos por João Cabral de Melo Neto e Josué de Castro; mas a imagem do nordestino é forte como realça Euclides da Cunha; não é alienado como chama a atenção Djacir Menezes; tem um senso de solidariedade e mistura racial como dá entender Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Trata-se de

identidades complexas, pinceladas na primeira página de um jornal num determinado período histórico, mas que, em muitas situações parecem muito atuais.

Os títulos¹ de Primeira Página sobre o Nordeste chamam a atenção para o flagelo da seca; enchentes do rio Capibaribe que deixavam a cidade do Recife em alerta e desolada; rebeliões ao regime militar, violências, greves; a redemocratização da região e do país; a força da mulher nordestina; a pobreza da região que precisa de verbas; e o Nordeste como palco da política nacional, como pode ser visto na lista a seguir:

- “Mutuários fogem de correção em Olinda”, 08.04.74.
- “Geisel assegura apoio às vítimas da enchente”, 29.07.75
- “Nordeste terá de importar feijão”, 05.06, 76
- “Nordeste terá um novo tipo de irrigação”, 21.08.76
- “General afirma que liberdade é obra do Estado”, 11.09.76
- “Rio Capibaribe enche e inunda Grande Recife”, 02.05.77
- “Governo afirma que Capibaribe não enche mais”, 03.05.77
- “Governo decide punir o general Hugo Abreu”, 01.10.78
- “Arraes defende apoio popular para oposição”, 17.09.79
- “Greve no campo em Pernambuco já tem 18 mil parados”, 03.10.79
- “Canavieiros aceitam acordo e não há greve”, 09.10.79
- “Dnocs chega aos 70 anos”, 09.12.79
- “Chuva mata 52 e desabriga 20 mil em Recife”, 11.06.80
- “Padre que compôs hino a Vito pega 2 anos de prisão”, 30.06.81
- “Major assume Exu com frieza e sem discurso”, 11.11.81
- “Seca que flagela adultos faz da criança a vítima”, 18.09.83
- “Temporal mata sete e inunda ruas de Recife”, 15.04.84
- “Dom Hélder quer no Nordeste mudanças das estruturas”, 23.04.84
- “Tancredo vai propor fim do Ministério do Interior”, 24.06.84
- “Andreazza e Tancredo deixam Sudene”, 28.07.84
- “Tancredo admite eleição direta em 85 nas capitais”, 17.12.84
- “Tancredo acusa grupos de buscar ‘lucros criminosos’ com inflação”, 04.01.85
- “Verbas para o Nordeste não terão cortes”, 25.05.85
- “Collor realiza maior comício da campanha”, 09.10.89
- “Produtor de teatro mata seqüestrado”, 08.12.90
- “A dama de ferro das Alagoas”, 09.12.91

A maioria dessas matérias retrata um cotidiano difícil do nordestino, com seca, enchente, falta de estrutura urbana, trabalho árduo de mulheres em frente de emergência, brigas entre famílias, dependência econômica da região para com o poder central, trabalhadores fazendo greve por conta de baixos salários e precárias condições no serviço. Por outro lado, mostra-se, também, que no Nordeste há alguma resistência à ditadura militar, aparentando um povo forte, não alienado; apresenta uma igreja ao

lado do povo, pois nessa época, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara era um dos ícones da Igreja de Base, num período que se falava de Teologia da Libertação; uma gente que mesmo debaixo d'água não se esquece de resgatar seus livros; um local que tem carnaval, cultura popular.

As fotografias de Primeira Página são de matérias quentes, de fatos que são importantes naquele momento. Por isso, vai se mostrar um Nordeste mais dependente, cheio de problemas sociais, de contradição, mas de gente que também luta, que não aceita a realidade dada, por isso faz greve, resiste aqui e a acolá. Esse Nordeste vai diferir, por exemplo, da imagem visual e social de um Nordeste rico em gastronomia, folguedos populares, cheio de artistas, intelectuais e políticos famosos, veiculados no Caderno de Turismo, como poderá ser visto adiante.

6.1. Caderno Nordeste

O Caderno Nordeste era um suplemento especial que o JB veiculava no segundo semestre de cada ano, tinha uma média anual de 30 páginas e procurava enfocar a questão do desenvolvimento social do Nordeste, servindo também de informe publicitário para as ações dos governos estaduais, das agências de desenvolvimento e das autarquias. Era produzido pelas sucursais de Recife, Fortaleza e Salvador. Cada capa tinha uma fotografia ²⁵⁵que ocupava quase toda a página e um texto que sintetizava a imagem do Nordeste que iria emergir nas páginas seguintes. Não havia créditos nem do repórter-fotográfico, nem dos jornalistas. Muitas vezes não se sabe quando começa o jornalismo e quando termina o informe publicitário.

Foi veiculado de 1975 a 1981, deixando de ser produzido em anos posteriores devido à crise financeira que o JB passou, tendo que fechar muitas de suas sucursais ou então, em alguns casos, diminuir a quantidade de jornalistas.

²⁵⁵ Algumas dessas fotografias serão analisadas no próximo capítulo.

6.1.1. Caderno Nordeste 1975

NORDESTE 75



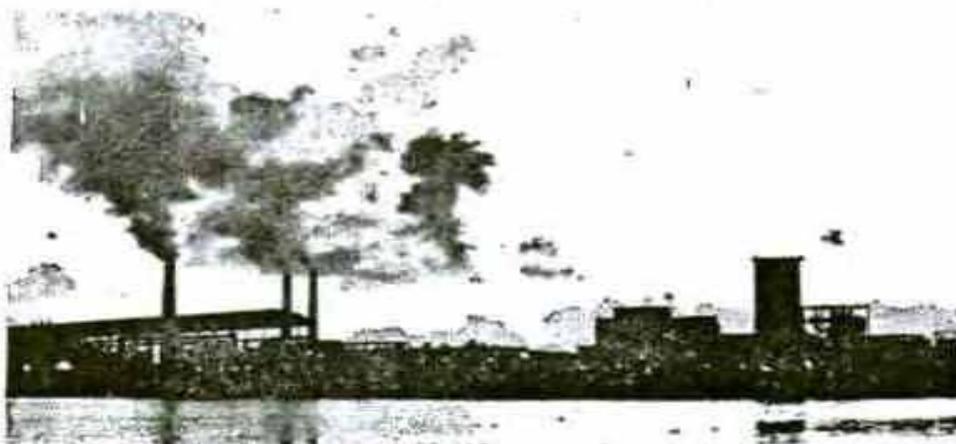
O Nordeste mudou. A paisagem tradicional do jangadeiro e do vaqueiro caatinga adentro, somam-se hoje, a chaminé, o asfalto, o caminhão pesado de carga. Com o suor, a tenacidade e a inteligência do seu povo, dos seus técnicos e das suas lideranças, esta vasta região de 1 milhão e 600 mil quilômetros pulou para o futuro em 15 anos. Contra os 10 mil quilômetros de estradas em 1960, existem agora quase 30 mil quilômetros. Cerca de 1 mil e 630 novos empreendimentos foram aprovados pela Sudene, significando investimentos em torno de Cr\$ 33 bilhões e 59 milhões. A indústria está presente e viva em seus nove Estados ainda no Norte de Minas Gerais, produzindo álcool propileno glicóis a palito de fósforo. De um crescimento médio anual de 3% entre os anos 40 e 50, a economia nordestina saltou para 7,1% entre 1960 e 1974. As exportações cresceram 650,3% em 10 anos, a capacidade instalada de energia elétrica aumentou de 280 mil para mais de 2 milhões de quilowatts. Há 15 anos, pouco depois da Sudene, tudo isto era sonho. O JORNAL DO BRASIL mostra, agora, o que mudou e o que continuará mudando. E traz o Nordeste que vai muito além do vaqueiro – uma região onde o ²⁵⁶.

²⁵⁶ Jornal do Brasil. *Nordeste/75*, 28 de novembro de 1975, capa, 33 páginas.

O Caderno Nordeste 1975 é o que mostra uma imagem mais otimista de todos os suplementos em relação à região. A idéia de “milagre econômico” também chegou ao Nordeste. Nada de miséria e pobreza. A imagem era de uma região que mudou, aonde o desenvolvimento chegou, ficando independente economicamente, pois a industrialização começava a se impor e com o isso o emprego, a infra-estrutura social, como estradas, barragens, portos, produção de energia. Tratava-se de uma região que tinha potencial industrial e energético em todos os seus nove estados, cujo PIB crescia 7,1% ao ano e em 10 anos viu suas exportações crescerem mais de 650%. Toda essa transformação do cenário econômico da região tinha como alavanca a criação e a ação da Sudene, ancorada por outros órgãos de desenvolvimento da região, tais como a Chesf, Dnocs, Codevasf, Banco do Nordeste, e o do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

O JB mostra a mudança da imagem do Nordeste e procura corroborar essa transformação com a foto de capa do caderno, onde mostra a presença da chaminé como sinal que a industrialização havia chegado, substituindo a jangada e o vaqueiro, como pode ser visto na matéria 1, mostrando que a região crescia a mais de 7% ao ano entre 1960 a 1974, a industrialização dava sinais fortes de crescimento, a triplicação no número de estradas e os inúmeros projetos aprovados pela Sudene.

SUDENE MUDA NORDESTE EM 15 ANOS



Recife – De um crescimento econômico médio por ano em torno de 3% entre 1940 e 1950, o Nordeste cresceu a uma taxa média anual de 7,1% entre 1960 e 1974.

Em 1955, a renda per capita do nordestino equivalia a 37% da brasileira, passando, 10 anos depois, a 47% e devendo duplicar ao final desta década.

O Nordeste mudou e também a sua imagem – a chaminê substituiu a jangada e o vaqueiro.

Hoje, a realidade das décadas de 30 a 50, quando a Região chegou ao auge do declínio, é bem

diversa. As indústrias se multiplicaram – a Sudene aprovou, nos últimos 15 anos, cerca de 1 mil e

630 projetos, significando inversões em torno de Cr\$ 33 bilhões e 500 milhões e triplicaram as estradas, que de 10 mil quilômetros em 1960 passaram a quase 30 mil quilômetros atualmente.

Mais importante que dados e estatísticas, porém, é que hoje se acredita no Nordeste e investir na área tornou-se um bom negócio

A seca de 1910 que chegou a matar mais de 150 mil nordestinos, o apego à monocultura, a falta de capacidade empresarial, os métodos superados de exploração econômica, ausência de tecnologia, capacidade ociosa e o predomínio de uma elite despreparada são alguns dos fatores que a matéria 2 aponta como responsáveis pela decadência da economia nordestina nas décadas anteriores. Numa época também em que a política governamental para região restringia-se à ação hidráulica, através de intervenção de órgãos específicos para combate a seca, tais como o IFOCS, em 1909, e depois do Dnocs. Todavia, a matéria analisa que a partir dos anos 50, o governo com enfoque desenvolvimentista muda sua estratégia de ação para a região, criando a Chesf, o Banco do Nordeste e a Sudene em 1959. Inicialmente, a Sudene criou incentivos fiscais para a indústria nordestina, com subsídios do governo, dando dedução no Imposto de Renda para as empresas que se instalassem na região. Contudo, a partir de 1966 esses incentivos foram transferidos também para outras regiões mais desenvolvidas economicamente, o que reduziu a capacidade de investimento na região. A Sudene passou a dividir os incentivos com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sundepe) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), reduzindo a capacidade de investimento na região. Mas, mesmo assim, o Nordeste dá um salto na industrialização. E, como a instituição do Finor, em 1974, a região retomou o crescimento e passou a atrair mais empresas, como pode ser visto na matéria dois.

A seca, que de 1910 aos nossos dias calcula-se haja sido responsável pela morte de quase 150 mil nordestinos, tem grande parcela nas dificuldades do Nordeste ao longo dos últimos 300 anos, mas a ela se soma a queda da participação dos produtos tradicionais locais nos mercados externos, como é o caso do açúcar, contribuindo para estabelecer, a partir do século XVIII, um círculo vicioso: métodos superados de exploração econômica; apego à monocultura; falta de espírito empresarial; capacidade ociosa; ausência de tecnologia; predomínio de uma elite despreparada e alienada do progresso.

A este círculo acrescenta-se a derrocada das indústrias nascentes, iniciada com a agroindústria açucareira, tornada anacrônica em face da tecnologia atualizada posta em prática em terras do Centro-Sul e as indústrias que floresceram no agreste e no litoral Norte, a exemplo do óleo e pluma de algodão, tecidos, sabões e artigos de couro e, no Sertão, a pecuária, o algodão, a oiticoba e a carnaúba.

O acúmulo destes fatores, paralelamente às condições mais favoráveis de terras férteis em outras regiões, além das próprias causas de natureza política, definiram o contorno da decadência nordestina, acentuada principalmente nas décadas de 30 a 50, quando o crescimento médio anual do Nordeste se situou em 3% (contra 5% do Brasil como um todo) e a renda *per capita*, que equivalia a 48% da nacional em 1939, declinou para 42% em 1947; 40% em 1950 e 37% em 1955.

Até então, a política do Governo federal para o Nordeste trazia-se na chamada "solução hidráulica", através da qual se dava ênfase ao combate da seca, por meio de organismos criados especificamente para tal, como o antigo IFOCS, em 1909, depois modernizado no DNOCS. A partir da década de 50, contudo, começou-se a repensar o Nordeste e deste novo enfoque governamental surgiram a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), instituída na Administração Dutra, o Banco do

Nordeste, em 1952 e a Sudene, em dezembro de 1959.

MUDANÇAS

Já em 1960, a Sudene aprovava os primeiros projetos que, 15 anos depois, viriam consolidar um importante parque industrial e ensejar a formação do segundo polo petroquímico do Brasil, em Camaçari, na Bahia. Com uma ação voltada inicialmente para uma economia de substituição de importações, a Sudene contou, a partir de 1963, com o mecanismo dos incentivos fiscais — o sistema 34/18 — para apoiar a industrialização do Nordeste, que passou a ser subsidiada pelo Governo com aplicação das deduções do Imposto de Renda da pessoa jurídica em empreendimentos instalados na região. Destinados no começo exclusivamente a projetos industriais, os benefícios do 34/18 foram estendidos, em 1965, a projetos agropecuários.

REFORMULAÇÃO

O sistema 34/18, porém, revelou-se mais tarde incapaz de continuar a ser fonte principal do financiamento da industrialização nordestina, com a sua extensão a outros setores e regiões. Cumpriu-se deste modo uma advertência contida no Plano Decenal de Desenvolvimento, aprovado formalmente pelo então Presidente Costa e Silva na reunião ministerial de 11 de junho de 1967, no qual se dizia que, se os estímulos do 34/18 fossem estendidos a regiões menos necessitadas ou a atividades econômicas específicas, ficaria comprometida toda a política econômica para o Nordeste.

Os benefícios fiscais do Imposto de Renda, antes reservados só ao Nordeste, foram estendidos a outros setores e áreas mais desenvolvidas e menos necessitadas que a nordestina, com a vigência da Lei nº 5106, de 02-09-66 (reflorestamento) e dos Decretos-Leis 55, de 18-11-66 (turismo) e 221, de 28-02-67 (pesca). Desta maneira, reduziu-se a participação da Sudene no bolo dos incentivos, que passou a dividir com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e a Superintendência

do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe).

A partir de 1968, os reflexos desta extensão começaram a ser sentidos pela economia da região, com a diminuição crescente da participação da Sudene no bolo: de 64,47% em 1968, ela foi decrescendo para 56,37% (1969); 53,87% (1970); 33,10% (1971) e 24,51% (1972), subindo ligeiramente em 1973, quando registrou 24,68%. Este quadro foi agravado a partir de 1971/72, com a vigência do PIN (Lei 1106, de 16-07-70) e do Proterra (Lei 1179, de 11-06-71), que retiraram, juntos, 25% dos já excessivamente disputados e divididos 50% das isenções do IR como incentivos fiscais.

Todo este quadro resultou em graves reflexos para o bom funcionamento do sistema 34/18: a) aumento da carga tributária do investidor; b) redução dos recursos disponíveis para os investimentos reprodutivos; c) diminuição dos depósitos e conseqüentemente das aplicações dos estabelecimentos oficiais de crédito; d) aumento das dificuldades e do custo da captação de recursos (havia casos de corretagens de até 50%); e) ampliação do prazo de instalação dos projetos, com sérias e profundas conseqüências nos seus custos de implantação; f) com a balbúrdia do mercado de incentivos fiscais, os órgãos de captação vieram a deter desmedido poder de decisão.

Finalmente reformulado em dezembro do ano passado, através do Decreto 1376, que instituiu os Fundos de Investimentos do Nordeste (Finor), da Amazônia (Finam) e Setoriais (Fiset), através dos quais estão sendo eliminados os desequilíbrios entre a oferta e a demanda de recursos e os altos custos da intermediação — que, na verdade, eram os maiores entraves do sistema, chegando a paralisar vários empreendimentos em instalação — o 34/18, de roupa e nome novos, retoma agora sua condição de moia propulsora do desenvolvimento industrial da Região. Mais de 300 empresas já estão cadastradas no Finor, que deverá liberar, este ano, recursos da ordem dos Cr\$ 3 bilhões.

A indústria passa, na ocasião, a ser percebida como o grande motor do crescimento da economia nordestina, chegando a crescer 11,5% no período de 1960-74, movido também pelas exportações que chegaram a alcançar em 1974, 19% do valor total exportado pelo Brasil, como assinala a matéria 3. Em 16 anos a Sudene chegou a aprovar mais de 1630 projetos, dinamizando a economia, gerando mais de 272 mil empregos diretos, nos dez estados em que atuava, pois o semi-árido mineiro, incluía Minas Gerais no Nordeste brasileiro.

Indústria impulsiona a economia da Região

Mesmo golpeado o antigo sistema 34/18, agora reestabelecido, a Sudene aprovou, nos seus 16 anos de atuação, cerca de 1 mil 630 projetos — dos quais uma grande maioria se encontra em plena operação — representando investimentos em torno de Cr\$ 33 bilhões e 500 milhões e criando, quando estiverem todos em total funcionamento, 272 mil e 500 empregos diretos nos 10 Estados da sua área de atuação, que se estende por 1 milhão e 600 mil quilômetros quadrados. Deste total, cerca de 1 mil e 85 empreendimentos são industriais e os restantes pertencem ao setor primário.

Assim, as chaminés chegaram ao Nordeste e estão transformando a sua face. Hoje a região produz de cimento a palito de fósforo, de aço a matéria-prima para indústria farmacêutica e de alimentação, de eteno a sofisticadas centrais telefônicas, passando por papel, alumínio, suco de frutas, material plástico, calçados, borracha sintética, ar condicionado, rádio, televisor, montagem de veículos, equipamentos pesados, escavadeiras, remédios e toda uma variadíssima gama de bens e produtos que absorveram uma moderna tecnologia e criaram uma economia urbana bastante razoável.

Com efeito, é a indústria o elemento mais dinâmico da economia nordestina, com seu produto crescendo 229% nos últimos 14 anos. O mais rápido incremento do setor secundário na região ocorreu no período 1970/74, quando registrou uma taxa média anual de 11,5% contra 9,5% entre 1965/69 e 5,2% entre 1960/64. Com isto, o setor industrial aumentou sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) nordestino de 19,9% em 1964 para 24,3% no ano passado.

Embora as dezenas de centenas de novas empresas que se implantaram no Nordeste desde a criação da Sudene não hajam, ainda, criado um mercado de trabalho suficientemente polarizador nem tenham evitado o prosseguimento do processo migratório, o emprego no setor industrial aumentou 186% entre 1960 e 1973. A participação da indústria no emprego do Nordeste passou de 7,9% em 1960 para 13,8% em 1973. Tão importante quanto os benefícios que vem gerando, é a indústria que se deve creditar a crença do investidor no Nordeste e a certeza de que investir na Região tornou-se um bom negócio.

Matéria 3 - Indústria impulsiona a economia da Região - 28/11/85.

O JB enfatizava que apesar de haver pobreza, do analfabetismo dos adultos chegar a mais de 50% da população de mais de 15 anos; de 600 mil famílias viverem em habitações inadequadas; das altas taxas de mortalidade infantil, da baixa renda per capita da população, sobretudo a do semi-árido, que chegava a ser $\frac{1}{4}$ da renda nacional, o Nordeste estava nitidamente mudado a partir dos 16 anos de criação da Sudene, pois o PIB nordestino havia crescido para 7,1% ao ano, o número de empregos cresceu de 7 milhões para mais de 11 milhões entre 1960 e 1973; a capacidade de energia cresceu de 280 mil quilowatts para mais 2 milhões de quilowatts; as estradas triplicaram; a expectativa de vida aumentou de 48 para 54 anos; a taxa de mortalidade decresceu; a taxa de alfabetização cresceu; a produção de cimento aumentou de 1 mil e 161 toneladas em 1971 para 2 mil toneladas em 1974.

Matérias de meia página ou mesmo de páginas inteiras mostravam o potencial do estados nordestinos, assinalando as ações dos governos estaduais. Por exemplo, do Piauí é destacado que além do crescimento do setor rodoviário, saúde, educação, agropecuárias, saneamento, eletrificação rural, incentivos a pequenas empresas, o estado lança projetos para modernização da agricultura; programas de ação social para treinamento de mão de obra e erradicação de mendicância; a construção do porto marítimo de Luís Correia; o fortalecimento do sistema ferroviário; execução de programas de irrigação.

Quanto ao Maranhão, o JB enfatizou a construção da primeira etapa do Porto de Itaqui, construção de ma estrada de ferro que liga São Luís a Carajás, no Pará; a futura implantação e construção da siderurgia de aço com capacidade anual de 12 milhões de aço

EVOLUÇÃO

Dezesseis anos após a criação da Sudene, o Nordeste não é mais a Região sofrida dos anos 30 aos 50, embora, não há de se negar, continue se constituindo numa área-problema. Há ainda 5 milhões de adultos analfabetos, correspondendo a mais de 50% da população de mais de 15 anos: 600 mil famílias (ou 23% das residentes nas áreas urbanas) abrigam habitações abaixo dos padrões mínimos de segurança e conforto; a renda per capita na zona semi-árida — que corresponde a 52% do território da Região e a 41% da sua população — em torno de 170/180 dólares, é 1/4 da renda nacional e persistem ainda altas taxas de mortalidade infantil em algumas áreas.

Em contrapartida, o PIB nordestino cresceu a uma taxa média anual em torno de 7,1% entre 1960 e 1974 e o seu produto per capita 88% no mesmo período. Entre 1960 e 1973, o emprego no Nordeste se elevou de 7 milhões e 100 mil pessoas para 11 milhões e 700 mil, registrando um incremento de 64%. Entre 1960 e 1974, a capacidade instalada de energia elétrica cresceu de 280 mil quillowatts para 2 milhões e 20 mil quillowatts, elevando-se igualmente o consumo per capita, no período, de 411 kw/hora para 3 mil e 100 kw/hora.

As estradas triplicaram nos últimos 14 anos, passando de 10 mil quilômetros em 1960 para cerca de 30 mil quilômetros atualmente. No ano passado, havia mais 9 mil e 400 quilômetros de estradas federais implantadas no Nordeste e o BNDE, em anos recentes, financiou 6 mil quilômetros de estradas vicinais — mais que a extensão da Transamazônica. O número de telefones se expandiu em 41% entre 1970/74.

No campo social, a expectativa de vida da população nordestina aumentou de 48 para 54 anos, enquanto a taxa de mortalidade decresceu de 19,5 por mil para 14,5 por mil entre 1960 e 1974. No mesmo período, a taxa de alfabetização para maiores de 15 anos se elevou de cerca de 40% para 60% e o total de matrículas no sistema escolar expandiu-se de 1 milhão e 900 mil estudantes para 5 milhões e 900 mil, o que significa um incremento de 210%.

O consumo industrial de energia elétrica, por outro lado, passou de 1 mil e 522 gwh em 1971 para 3 mil e 161 gwh em 1974, com um aumento de 83%. A arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) evoluiu de Cr\$ 1 bilhão e 289 milhões para Cr\$ 1 bilhão e 880 milhões, ou seja, 40,4%. A produção de cimento passou de 1 mil e 161 toneladas em 1971 para 2 mil toneladas em 1974, registrando um incremento de 60,1%, enquanto foi 45,2% o do consumo.

Pernambuco foi lembrado com a elaboração de sete projetos: a criação da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Fidem), tendo como atribuição o planejamento integrado de desenvolvimento metropolitano; criação do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana; implantação de 26 Centros Sociais Urbanos; saneamento ambiental em relação à bacia fluvial do Jordão/Setúbal e na bacia do Beberibe; criação da segunda perimetral; instalação de terminais de transporte rodoviários e ferroviário de longa distância; valorização das praias, com a implantação da malha Norte da PE-01; e parques metropolitanos, com a intenção de preservar os remanescentes da Mata Atlântica e aumentar as condições de lazer da população. Mostra, também, a modernização de estradas, com pavimentação e asfalto, servindo de boa opção para viagem, como a BR-232, BR-428 e a BR-122; a produção de álcool como uma fonte de energia alternativa ao petróleo que se repõe; o desenvolvimento da caprinocultura e da ovinocultura. O vale do São Francisco foi apresentado como um dos futuros celeiros do país na produção de frutas, hortaliças e grãos, a partir do investimento feito na região e da implementação de projetos de irrigação por parte da Codevasf, beneficiando tanto pernambucanos como baianos.

Do Estado do Ceará, o JB destacou o Plano de Ação Municipal de Fortaleza, que visava humanizar a cidade, preocupando-se com a limpeza pública, melhorando a malha viária, arborização, recuperação das praias, aumento do número de matrículas e de salsa de aula. Foram também comentados os projetos de irrigação sob responsabilidade do Dnocs, com a finalidade de melhorar a produtividade da lavoura; a associação do estado ao “Projeto Sertanejo”, elaborado pelo Ministério do Interior, possibilitando a construção de quatro mil barragens e a perfuração de poços profundos; a expansão da eletrificação rural, com a construção de mais de 5.500 quilômetros de linhas; recuperação de estradas danificadas pelas inundações de 1974 e de estradas de interesses turísticos, as obras da BR-020 (Fortaleza – Picos – Brasília), conclusão da BR-230 (Lavras – Mangabeira – Campos Sales) e BR-226 (Jaguaribe-Crateús). A diversificação de cultura agrícola, como, por exemplo, o estímulo à castanha de caju, de maracujá, citrus, sorgo e amendoim.

Em relação à Paraíba, foi enfatizada a criação da Secretaria de Indústria e do Comércio com o intuito de estimular à atividade empresarial e a intensificar os programas industriais, tais como interiorizar o processo de industrialização, ampliação e melhoria dos distritos de João pessoa e Campina Grande, integração do estado com

os demais, estímulos à implantação de fábricas que usem matérias-primas existentes e intensificação dos conhecimentos de todos os recursos minerais do Estado. A comercialização da carne da baleia e tubarão era mostrada como uma grande fonte de renda para o estado. Em 1975, mais de 250 tubarões foram caçados na costa paraibana, cerca de mais de 34 toneladas de carne, um peixe que de tudo se aproveita para o comércio, dentes, couro, fígado, carne, enfim tudo. A Companhia de Pesca do Norte do Brasil (Coperba) capturou mais de mil baleias nesse ano, movidos pelo valor da carne no comércio interno e externo, por seu sabor e valor nutritivo.

Da Bahia, o Caderno Nordeste falava da construção do Pólo Petroquímico da Bahia, em Camaçari, mudando a paisagem e dando novos horizontes à economia e à população. Mostrou o centro Industrial de Aratu, como um dos melhores locais de se investir no país, com a construção de seu porto, por ter terrenos equipados, a preço de subsídio, energia, água rede escolar, transporte, segurança, uma moderna central telefônica e por ser urbanizada. Mencionou o crescimento da cafeicultura do estado e a corrida ao ouro ao diamante nos municípios de Andaraí e Lençóis.

A extração anual de mais de 1 milhão de toneladas de sal e a produção de algodão foram os grandes destaques dado ao Rio Grande do Norte.

O potencial produtivo de Alagoas foi marcado pela fixação do salgema no estado através da instalação do complexo cloro-químico, a fim de fabricar e exportar dicloreto, aumentando o nível de emprego da população e o aumento de divisas.

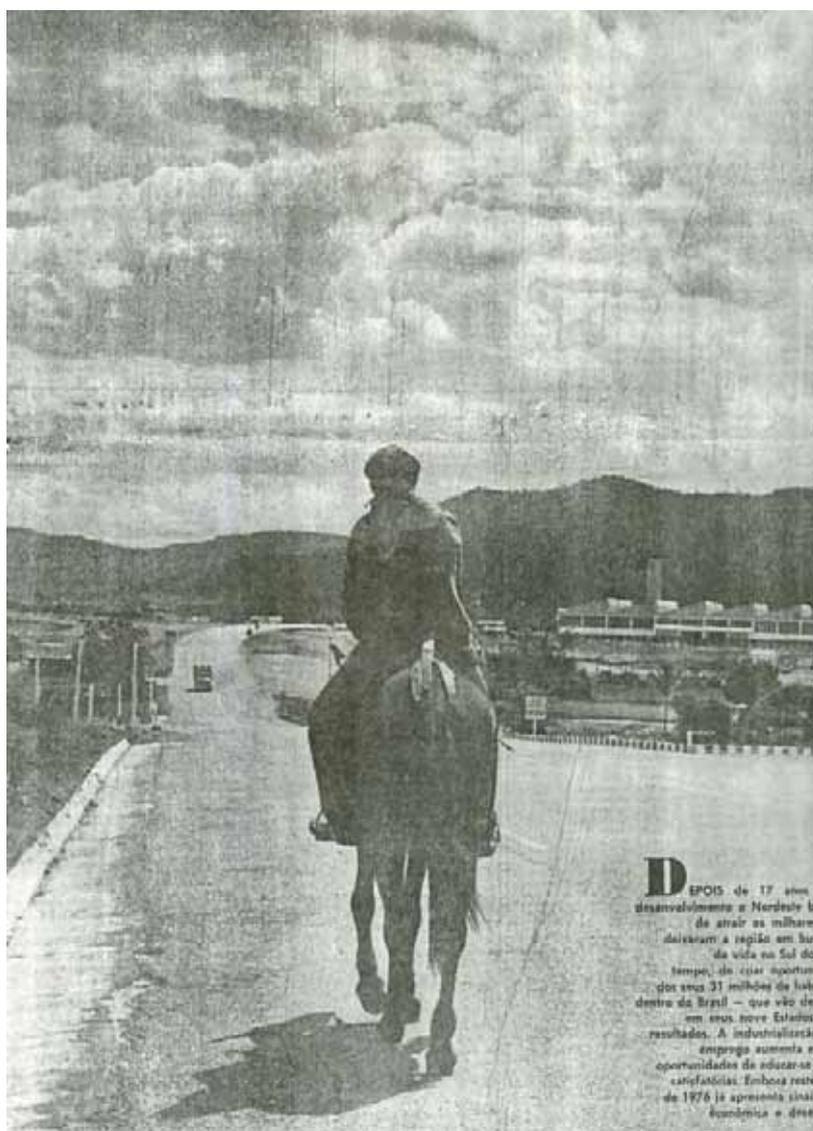
De Sergipe, o grande destaque que o JB deu ao estado, foi a produção de petróleo na plataforma continental de Guaricema, tornando-se o segundo maior produtor no Brasil; os três mil empregos que a Petrobrás paga aos funcionários, incrementando o comércio da região, e o pagamento de *royalties*.

Desse modo, o Nordeste que o JB veiculou no seu suplemento especial é um Nordeste em crescimento, cheio de projetos, de investimentos, de planejamentos. Um Nordeste onde a pobreza praticamente não aparece. Um Nordeste que vale a pena investir. É o discurso do “milagre econômico” se reproduzindo na região, é a política desenvolvimentista se efetivando. Não há espaço para contestação, tudo parece “as mil maravilhas”. É muito mais um informe publicitário. Mas, não resta dúvida que muita coisa estava acontecendo. Havia investimento. E, esse dinheiro, na maioria das vezes vinha através de empréstimos internacionais, fazendo o Nordeste mudar sua imagem para uma região que constrói, se industrializa, abre estradas.

6.1.2. Caderno Nordeste 1976

NORDESTE 76

Depois de 17 anos de ação planejada para o desenvolvimento o Nordeste brasileiro já apresenta condições de atrair os milhares de nordestinos que deixaram a região em busca de melhores condições de vida no Sul do país e, ao mesmo tempo, de criar oportunidades de fixação à área dos seus 31 milhões de habitantes – uma nação quase, dentro do Brasil – que vão descobrindo meios de permanecer em seus nove Estados. A irrigação apresenta resultados. A industrialização cresce a taxas elevadas. O emprego aumenta em ritmo constante. As oportunidades de educar-se multiplicam em condições satisfatórias. Embora reste muito a fazer, o Nordeste de 1976 já apresenta sinais bem nítidos de vitalidade econômica e desenvolvimento social.²⁵⁷



²⁵⁷ Nordeste/76, 26 de novembro de 1976, capa, 32 páginas.

O aumento do nível de emprego, o retorno dos nordestinos as suas cidades natais por conta da melhoria na região, os incentivos fiscais, a atuação do Dnocs na região, a luta contra a seca, o balcão de projetos para a região e a irrigação são os principais assuntos do Caderno Nordeste 76, que mostra a imagem de um Nordeste em desenvolvimento, que busca saída, que luta e não se acomoda.

O JB mostra que em 1975, os projetos da Sudene chegaram a gerar mais de 274 mil empregos diretos e estáveis na região. O II PND previa a geração de 1 milhão 320 mil novos empregos, e o INPS, registrou no período 09/75 a 09/76 mais de 1 milhão 731 mil novos empregos, 14% acima do previsto pelo plano. E, em Camaçari se esperava gerar mais de 15 mil empregos a partir do funcionamento do pólo.

Com o aumento de empregos na região, por conta do crescimento na economia, sobretudo no setor secundário, muitos nordestinos começaram a fazer o caminho de volta, principalmente aqueles que não conseguiram se firmar profissionalmente no Centro-Sul do país, como mostra a matéria 5.

A ação da Sudene, o planejamento de áreas, a presença dos investimentos do Finor, a entrada para recursos para projetos a baixo custo, os incentivos fiscais são apontados como causas do crescimento industrial na região, a ponto do crescimento industrial ter uma taxa média anual de 89% no período de 1960 a 1974, maior do que a do país, que foi de 8,4% no mesmo período, conforme mostra a matéria 6.

confiança em melhores dias

São Paulo — "Escuto falar que a vida está melhorando no Nordeste. Por isso estou voltando. Tentei me acostumar com São Paulo mas não deu não. A gente ganha um pouco de dinheiro mas as coisas são muito caras". Esse é o depoimento do pedreiro Abdias Vasco de Sá, 34 anos, natural de Picos, Piauí, colhido na rodoviária paulista, onde, diariamente, vários nordestinos deixam a cidade e retornam para sua região.

Não existem números oficiais mas de acordo com pesquisas feitas na rodoviária e na estação Roosevelt (trens) e junto aos órgãos estaduais de assistência e encaminhamento, pode-se verificar que a migração nordestina para este Estado diminuiu sensivelmente. Segundo a maioria dos entrevistados "muitas pessoas retornam ao Nordeste e atualmente o nordestino já não se arrisca muito a deixar sua região".

Rodoviária: o adeus de muitos

— Vou para o Nordeste de uma vez e não saio mais de lá. Fiquei tentando a vida em São Paulo quase um ano e não deu. Principalmente minha mulher sente muita falta da nossa terra, o Piauí, diz Abdias Vasco de Sá, que para deixar a Capital paulista precisou juntar Cr\$ 1 mil 700 só para as passagens. Ele como pedreiro em São Paulo ganhava Cr\$ 1 mil 300 por mês e residia na casa de parentes. Abdias tem dois filhos, um de nove e outro de 11 anos.

Severino Cruz de Oliveira é um outro caso: viajou com a família, mulher e um filho pequeno, para Campina Grande, Paraíba, mas disse que dentro de 60 dias volta para São Paulo. A sua opinião contradiz a dos demais nordestinos entrevistados. Segundo ele, que é mestre de obras e conseguiu licença junto ao emprego no qual ganha Cr\$ 2 mil 400 por mês, "na Paraíba as fábricas geralmente têm 600 pessoas trabalhando e mais de 2 mil nas suas portas procurando por trabalho. Pode estar melhorando a vida no Nordeste mas eu não acredito muito", Severino pretende voltar para São Paulo e mandar Cr\$ 1 mil por mês para a mulher, Maria Socorro de Oliveira.

Na Rodoviária paulista foram colhidos dezenas de depoimentos e a

opinião geral é que "o Nordeste está melhorando", e "São Paulo já está virando ilusão para os nordestinos". Os nordestinos que residem nesta capital, através de cartas de parentes, têm tido boas notícias do Nordeste e o desejo do retorno está cada vez mais forte.

O Nordeste é muito melhor

Na Estação Roosevelt, de onde partem os nordestinos de poder aquisitivo quase zero — geralmente as passagens são fornecidas pelo Cetrem, Central de Triagem e Encaminhamento, da Secretaria de Promoção Social — duas vezes por semana dezenas de pessoas voltam para o Nordeste em definitivo, com esperança de arrumar a vida de vez.

É o caso por exemplo de Adonias Freire da Silva, 32 anos, que viajou com mulher e quatro filhos para a Bahia. Ficou dois anos em São Paulo e chegou à conclusão que no Nordeste "a vida é mais fácil e construir é mais barato. Aqui em São Paulo a poluição é uma desgraça. No menos no Nordeste eu e minha família conseguimos viver com mais tranquilidade".

Pedro Soares da Silva, que como Adonias é pedreiro, é o nordestino Bahia mais que um mês, e isso volta com a mulher e os três filhos. O pior é que não conseguiu ajuda de parentes e teve de conseguir passagem de graça, junto ao Cetrem.

Pessoas como a viúva Dulce Rodrigues dos Santos, 50 anos, que voltou para Ceculé, interior da Bahia, Aluisio Pereira Santos, 29 anos, solteiro, que ficou em São Paulo 5 meses desistiu porque "aqui é diferente de Aracaju. Aqui faz muito frio e as coisas são muito caras"; Valdecy Pereira Silva, 40 anos, solteiro, servente de Pedreiro, que chegou a São Paulo e lhe mandaram trabalhar em serviço pesado. "Fui abrir valetas, adoeci, pedi remédio e o patrão me dispensou". São apenas alguns exemplos dos muitos nordestinos que estão retornando para a sua região.

— Quando o nordestino chega a São Paulo se assusta e logo pensa em voltar", diz o Sr Ari Dotti, diretor do Departamento de Acolhimento e Triagem (Cetrem) da Secretaria de Promoção Social, que informou os núme-

ros dos nordestinos que passaram pela central de encaminhamento e triagem nos últimos meses: Janeiro — 660; fevereiro — 856; março — 834; abril — 697; maio — 753; junho — 737; julho — 846; agosto — 694; e setembro — 766.

Estas pessoas, segundo ele explicou, são geralmente carenciadas e vêm para cá sem a mínima possibilidade de arrumar emprego, muitos são doentes e existem casos de psicopatas. Do Nordeste, o Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe contribuem com o maior número de imigrantes, que são considerados pelo Cetrem como "itinerantes". Estes, normalmente, vão e voltam, a procura de algum emprego e também de tratamento médico.

— Em relação aos últimos pode-se concluir que o número de nordestinos que para cá vieram diminuiu bastante: basta ver a estatística de pessoas de todo o país que passaram pelo Cetrem. Os nordestinos são apenas parte do total. Em 1971 — 14 mil 347; 72 — 113 mil 015; 73 — 89 mil 217; 74 — 65 mil 229; e 75 — 67 mil 230.

Concluindo diz o Sr Ari Dotti: "em tese, há uma diminuição do êxodo nordestino. Atribuímos isso aos incentivos fiscais do Nordeste, principalmente na área rural. Normalmente não temos mais recebido pessoas aptas para o trabalho. Quando surge um elemento logo é aproveitado nessa região. Na prática, se não diminuiu o número pelo menos não está aumentando".

O velho chefe de estação

Ildoro Martins dos Santos está há cerca de 30 anos na estação Roosevelt, no Brás, que é chamada de "Estação do Norte". De lá saem por semana dois trens que conduzem nordestinos até a cidade de Monte Azul, na Bahia no Estado de Minas Gerais. Daquela cidade são encaminhados para suas origens.

Quando ele "o movimento de chegada" dos nordestinos diminuiu muito no ano passado. Já teve épocas em que saiam três trens por semana e ainda muitos passageiros esperando pelo movimento na plataforma. Hoje o movimento do dia seguinte os trens são geralmente fracos. pessoas carenciadas ocupados por Cetrem e para cá se passam pelo já com a passagem encaminhadas,

Desenvolvimento industrial já está superando as expectativas

O produto da indústria do Nordeste evoluiu, entre 1960 e 1974, à taxa média anual da ordem de 8,9%, acima, portanto, da observada para o país, que foi de 8,4%. Roberto Cavalcanti diz que o crescimento das atividades secundárias regionais tem sido, nos últimos quinze anos, superior ao do Brasil, a exceção do período 1970-1974: entre 1960 e 1965, 1965 e 1970 e entre 1970 e 1974, esse crescimento foi de 5,2, 10,5 e 11,5%, contra 3,7, 10,3 e 12,4% verificados para o país como um todo.

— Parece fora de dúvida que essa expansão está fortemente associada ao mecanismo dos incentivos fiscais e financeiros ao desenvolvimento industrial da Região, que somente se tornou relevante a partir de 1965 — afirmou o superintendente do IPLAN.

A indústria de transformação, particularmente, cresceu entre 1965 e 1972, de aproximadamente 9,3% ao ano, acelerando seu desempenho. A formação bruta de capital fixo das indústrias manufatureiras cresceu, no período 65/72, cerca de

36% ao ano, elevando sua participação na indústria como um todo dos 27,5% em 65/66 para os 55% no período 71/72.

Entre 1965 e 1972, as liberações de recursos dos incentivos fiscais para projetos industriais chegam a representar cerca de 45% da formação bruta de capital pelas atividades manufatureiras, fato que atesta a eficácia global do mecanismo como agente de expansão industrial observada.

Já em 1970, o efeito desses investimentos determinava significativas modificações na estrutura industrial da Região, com aumento da participação percentual, no valor da produção, se comparado com 1959, dos gêneros Metalúrgica (de 2,1 para 4,6%), Mecânica, Material Elétrico e de Transporte (1,0 para 4,6%), Química e Borracha (13,9 para 18,9%), Minerais Não Metálicos (5,3 para 6,9%) e Produtos Alimentares e Bebidas (37,0 para 41,6%), e redução nos Têxtil, Vestuário e Calçados (de 30,2 para 17,0%), revelando-se progressivamente perfil industrial mais equilibrado

e com expansão predominante de subsetores dinâmicos ou mais ajustados às vantagens reveladas pela Região.

Agropecuária

Segundo o superintendente do IPLAN, há claras indicações de que o modelo de crescimento que foi nos últimos anos trilhado pela agropecuária regional, particularmente pela agricultura, revela, a partir de 1965, sinais de esgotamento.

Essa constatação, se válida, é extremamente grave, pois deverá envolver um grande esforço de transformação tecnológica e institucional no campo, quase certamente lento, caro e penoso. Neste particular o Programa de Irrigação, o Polonordeste e o Projeto Sertanejo deverão servir de base ao esforço de modernização e capitalização da agropecuária.

O Nordeste Rural detinha em 1975 cerca de 17,7 milhões de pessoas o que corresponde a 55% da população da Região, 41% da população rural do país

e mais de 16% de sua população total. Entre 1947 e 1965, o crescimento da produção agropecuária regional se deu a taxas elevadas (próximas dos 5%). Entre 1965 e 1974, o crescimento do setor foi de 3% ao ano.

Para as autoridades do Planejamento, o esforço para conferir à agropecuária maior capacidade de resistência às secas e a introdução de tecnologia agrícola mais avançada (irrigação, por exemplo) passam a constituir-se ingredientes importantes para a aceleração do crescimento da produção — através de aumento da produtividade e do seu coeficiente de resistência às irregularidades climáticas — sobretudo no caso das lavouras.

O superintendente do IPLAN, afirma que o Nordeste pode dinamizar seu desenvolvimento, ainda que não se possa dizer que internalizou suas fontes de crescimento, em boa parte apoiadas em mecanismos de transferência interregional de poupanças.

Matéria 6 – Crescimento industrial do Nordeste é maior do que a média nacional – 26/11/76.

A irrigação é apresentada como a grande solução para vencer a seca, manter o trabalhador na terra e produzir alimentos o ano inteiro. Petrolândia, município do sertão pernambucano, foi o primeiro a implementar projeto de irrigação no Nordeste,

em 1938, com a chegada da Companhia Industrial do São Francisco, como mostra a matéria 7. De lá para cá, muitos projetos de irrigação no Vale do São Francisco foram implementados.



Matéria 7 – Petrolândia, pioneira em projeto de irrigação no Nordeste – 26/11/76.

Os primeiros projetos de irrigação foram lançados por Apolônio Sales, promovendo a colonização do sertão nordestino. Sua idéia logo se espalhou. E, em 1976, o Núcleo Colonial de Petrolândia (NCP) dispunha de uma área de três mil hectares, distribuídas em 106 famílias, dispoendo cada uma de 19 hectares, cultivando majoritariamente goiaba e coco, e dois colonos plantando uva Itália. Além da agricultura o NCP dispunha de um centro incubador para a produção de 150 mil pintos de um dia. Também em Petrolândia iria ser construída a Barragem de Itaparica, a 10 km da jusante da cidade, com capacidade de gerar 2 milhões 400 mil kw, trazendo mudanças na vida da população e incrementando o comércio local.

A Bahia estava implementando dez projetos de irrigação nas margens do São Francisco, destacando-se o cultivo de trigo, através do Projeto Mandacaru. Esse que foi criado em 1964 pela Suvale, recebendo financiamento do Banco do Nordeste, utilizando o sistema de irrigação por infiltração, distribuindo lotes, visando promover a agricultura familiar entre os colonos, fixando-os na região.

No Ceará, que tinha 98% de sua área localizada no polígono da seca, o maior rio seco do mundo, o rio Jaguaribe, estava sendo beneficiado com projetos de irrigação do Dnocs, entre os quais o de Morada Nova, promovendo a irrigação de 8 mil 483 hectares, na produção de frutas e verduras, visando também à fixação de milhares de famílias em estabelecimentos agrícolas.

Na Paraíba estava sendo desenvolvido o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Piranhas, abrangendo 11 municípios, beneficiando uma população de mais de 193 mil habitantes, cuja exploração agrícola era voltada para o cultivo de milho, feijão, algodão arbóreo, banana e arroz, e a produção pecuária se destacava pela bovinocultura.

Outro projeto que visava à intensificação da produção irrigada era o Projeto Sertanejo, de iniciativa da Sudene. Ele foi criado com intuito de beneficiar meeiros, pequenos proprietários e parceiros de áreas mais atingidas pelas estiagens, nos Estados de Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte, atingindo uma área de atuação de 860 mil quilômetros quadrados, beneficiando uma população estimada em mais de 300 mil pessoas, prestando assistência a 30 mil pequenas e médias propriedades.

O Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), criado em 1974, tinha o primeiro a ser criado com o objetivo de promover o crescimento global, sendo considerado na época, conforme matéria 8, “o mais significativo esforço de planejamento integrado do desenvolvimento rural já realizado no Brasil”. Projetos na área de educação, saúde, assistência técnica, crédito, saneamento, estradas, e outras obras de infra-estrutura compunham o Polonordeste. Dos 23 projetos aprovados, quatro estavam sendo executados no Agreste e no Pajeú, em Pernambucano, beneficiando dezenas de famílias, com vistas a aumentar a renda familiar, melhorar qualidade de vida da população, elevar a produção agrícola, explorar culturas agrícolas tecnicamente orientadas para o comércio.

O Nordeste se tornava um balcão de projetos para irrigação, combate à seca, instalação de indústrias químicas, farmacêuticas, têxtil, perfumaria, gráficas, produtos alimentares, vestuário e calçados, exploração do setor hoteleiro, como pode ser visto na matéria 9, num período em que as empresas eram atraídas por subsídios, isenções fiscais de Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) e do Imposto de Renda, financiamentos, enfim uma série de vantagens que o governo oferecia. Numa época em que a reestruturação produtiva, ainda, não tinha acontecido, o fordismo prevalecia, a automação das fábricas não era tão grande, dependendo de grande quantidade de mão de obra, não necessariamente qualificada, recebendo, quase sempre, baixos salários.

Projeto dará a Pernambuco Cr\$ 50 milhões em 1977

Recife — O Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), criado em 1974, terá seus projetos acelerados em Pernambuco a partir do próximo ano. Quatro áreas já definidas deverão receber recursos de Cr\$ 450 milhões para aplicação com educação, saúde, saneamento, assistência técnica e creditícia, construção de estradas e outras obras de infra-estrutura.

Considerado como o primeiro programa específico criado para a região com a finalidade de promover o crescimento global, o Polonordeste representa, segundo o superintendente do Instituto de Planejamento do IPEA, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, economista Roberto Cavalcanti, o mais significativo esforço de planejamento integrado do desenvolvimento rural já realizado no Brasil.

Nos estudos preliminares, técnicos da Secretaria reconheceram que, embora as estatísticas tenham registrado sempre índices de evolução do setor agrícola (com exceção dos anos de seca), a agricultura regional não tem desempenhado adequadamente suas funções, principalmente em três aspectos: a geração de produtos em condições adequadas de rentabilidade econômica; baixa capacidade de oferta de emprego em condições de estabilidade e plena ocupação da força de trabalho; e limitada capacidade de transferência de rendas, expressa pelos baixos valores alcançados pela renda *per capita* do Nordeste rural, e equivalente a um quarto da do país.

Dai concluírem que as causas principais do pouco dinamismo do setor tem origem estrutural e não apenas de natureza ecológica. Por isso, o crescimento da agropecuária nordestina deveu-se basicamente à incorporação de novas áreas, com raras inovações tecnológicas, ocasionando graves prejuízos à formação de capital no setor agrícola tendo como resultado processos rudimentares de cultivo e criação.

Os projetos

Dos 23 projetos selecionados, quatro estão em Pernambuco. Através deles, pretende-se propor-

cionar uma renda familiar mínima de 2,2 salários base regionais, a elevação da produção e dos níveis de produtividade, tendo, como consequência final, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes destas localidades. A ação integrada a que se propõe o Polonordeste engloba, além de trabalhos de infra-estrutura e instrumentos sociais, a exploração de culturas agrícolas tecnicamente orientadas tanto do ponto-de-vista do cultivo como de crédito e comercialização.

Dois projetos já começaram a ser executados, abrangendo 51 municípios do Agreste Meridional e tabuleiros costeiros da Zona da Mata Norte, onde alguns serviços de infra-estrutura e assistência técnica estão sendo implantados.

O Agreste Meridional faz parte da região populacional de elevada densidade de Pernambuco e está entre as microrregiões de menor índice de urbanização. Sendo uma área de baixo crescimento demográfico, é no setor rural que se situa a sua maior problemática. Seus principais produtos — feijão, milho e algodão — têm tido crescimento bem inferior aos totais estaduais. Na pecuária, o quadro se apresenta mais positivo: o efetivo bovino da microrregião cresceu na proporção de 1949 a 1971, tendo a sua participação relativa no total estadual passado de 13 para 20 por cento.

No diagnóstico realizado pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe) na área, a escassez de crédito foi outro problema constatado, apresentando uma situação paradoxal: por um lado, a existência de amplos recursos destinados ao financiamento por parte de entidades oficiais; de outro, o número de agricultores assistidos extremamente baixo, tendo como causa a falta de informações dos produtores, exigências acima das condições dos possíveis clientes e deficiência na estrutura operacional de algumas agências creditícias.

Na Zona da Mata Norte, onde começa a ser implantado o projeto de exploração dos tabuleiros costeiros, os técnicos diagnosticaram problemas semelhantes, embora as origens sejam diferentes. Com uma concentração de renda acentuada,

o número de pequenos e médios produtores — a maior parte de arrendatários — é bastante grande. A região tem-se caracterizado pela falta de assistência creditícia a esses agricultores de pequeno e médio portes. A diversificação da atividade agrícola é uma meta básica do projeto, intensificando o cultivo da fruticultura, mandioca e da pecuária numa região onde a cana-de-açúcar é o único produto explorado sem as características de economia de subsistência.

Pajeú e agreste setentrional

O projeto integrado da serra do Triunfo, que deverá ser iniciado em março, abrange 14 municípios, onde o complexo do sistema pecuária/algodão/lavoura de subsistência reflete uma concentração de domínio fundiário, absorvendo grande contingente de força de trabalho disponível. Na lavoura de subsistência, são comuns técnicas rudimentares de exploração, resultando em dados econômicos pouco expressivos.

Quanto aos serviços de promoção humana, a pesquisa do Condepe identificou condicionantes que entravam o seu desempenho, destacando-se os fatores demográficos e econômicos. O relacionamento desses elementos configura uma estrutura pouco propícia ao dinamismo e eficiência dos serviços sociais na microrregião. A própria conquista do sertão — motivada pela busca de terra favorável a criação de gado, o isolamento cultural imposto pela distância física em relação ao litoral e a baixa participação dos recursos financeiros destinados à região são fatores determinantes do problema.

As consequências disso aparecem sob a forma de analfabetismo, falhas educacionais, técnicas médico-sanitárias deficientes e condições habitacionais inadequadas. As atividades primárias cabe a maior ocupação de contingente populacional ativo. Caracterizam-se em grande extensão os regimes de "quartiação", "terça", "meia" e outras associações entre proprietários e trabalhadores que resultam sempre em condições desfavoráveis para os empregados.

BALCÃO DE PROJETOS

Indústria de borracha

• Peneus Barum do Brasil S/A, da Rua Odorico de Moraes, 250 Fortaleza Ceará. Com projeto aprovado mas não iniciado, com objetivo de produzir pneus e câmaras de ar. O investimento previsto é de Cr\$ 300 milhões e admite associar-se a grupos nacionais e estrangeiros para complementar investimento fixo e capital de giro.

Indústria química

• Brasil Mineração Ind. e Com. de Cabo, Pernambuco. Implantação paralisada. Destina-se a produção de carbureto de cálcio com investimento de Cr\$ 13 milhões (realizados), pretendendo associar-se a grupos nacionais e estrangeiros para complementar investimento fixo e diversificar a produção.

• Eliseu Batista S/A Ind. e Com. de Orós, Ceará. Em funcionamento desde 1974 fabricando margarina e gordura vegetal com investimento realizado de Cr\$ 3 milhões e 414 mil. Admite associar-se a grupos nacionais para obter capital de giro e diversificar a produção.

• Ind. e Com. de Óleos Araripina S/A, de Araripina, Pernambuco. Em funcionamento desde 1971, fabricando óleo de mamona com investimento realizado de Cr\$ 30 milhões. Pretende associar-se com grupos nacionais ou estrangeiros com objetivo de melhorar seus sistema de comercialização e entrar no mercado externo.

• Fábrica Mineira de Eletrodos e Soldas Denver S/A, de Montes Claros — Av. Magalhães Pinto, 3433 — Minas Gerais. Em funcionamento desde 1974, produzindo 400t anuais de eletrodos e soldas, tendo investimentos realizados de Cr\$ 15 milhões. Pretende associar-se a grupos nacionais para complementar investimentos fixos e obter capital de giro.

• Petróleo e Lubrificante do Nordeste S/A, de Fortaleza — Rua Amancio Filomeno, 199 — Ceará. Em funcionamento desde 1973 produzindo graxas, lubrificantes e cera para assoalho, tendo investimento realizado de Cr\$ 7 milhões e 910 mil. Quer associar-se a grupos nacionais e estrangeiros para atingir o mercado externo e ampliar as linhas de produção.

• Noracryl S/A Fibras Acrílicas da Paraíba, de João Pessoa — BR-101 Km 04 — na Paraíba. Projetos não iniciado com investimentos previstos de Cr\$ 284 milhões e 349 mil. Pretende produzir top-converter, tow e fibras cortadas, admitindo estudar associação com grupos estrangeiros visando complementar investimentos fixos, uso de patentes, modelos, marcas e diversificar produção.

Produtos farmacêuticos e medicinais

• Laboratório Farmacêutico de Pernambuco, do Recife — Av. Dois Irmãos S/A — Pernambuco. Em funcionamento desde 1973, fabricando comprimidos, pomadas, injetáveis, drágeas, cápsulas e pastilhas. Tem investimentos realizados de Cr\$ 2 milhões e 802 mil, pretendendo associar-se a grupo nacional para melhorar seu sistema de comercialização e atingir o mercado externo.

Indústria de perfumaria sabão e velas

• Cia. de Produtos Químicos do Nordeste, de João Pessoa — Distrito Industrial — Paraíba. Em funcionamento desde 1974 com investimento realizado de Cr\$ 2 milhões e 300 mil. Produção de sabões e detergentes em pó. Admite estudar associação com grupos nacionais visando uso de patentes, modelos, marcas, etc.

Indústria de produtos de matérias plásticas

• Trorion do Nordeste S/A — Ind. e Com. de Produtos Polimerizados, de Jabotão — Distrito Industrial de Prazeres — Pernambuco. Em funcionamento desde

1970. Investimentos realizados de Cr\$ 8 milhões 170 mil, produzindo colchões, assentos, travesseiros, mantas, bobinas para móveis e artigos de espumas flexíveis. Pretende manter contatos com outros para diversificar sua linha de produção e exportar.

Indústria têxtil

• Mangal Agroindustrial S/A de Salvador — Av. Sete de Setembro, 5 — Bahia. Implantado e paralisado desde 1974 com objetivo de produzir fios. Admite associação com grupos nacionais e estrangeiros para obter capital de giro. Tem plantaço própria.

• Banylsa Tecelagem do Brasil S/A, de Simões Filho — Av. Periférica, s/nº — Bahia. Com implantação concluída e investimentos de Cr\$ 225 milhões realizados, pretendendo fabricar fios e tecidos de nylon. Admite estudar uma associação com grupos estrangeiros para complementar recursos de investimentos fixos e usar patentes, modelos e marcas.

• Cia de Tecidos Norte de Minas S/A, de Montes Claros — Av. Santos Dumont, 267 Belo Horizonte — Minas Gerais. Implantação em andamento com investimento realizado de Cr\$ 64 milhões 138 mil. Pretende produzir fios e tecidos mistos de algodão, admitindo estudar proposta de associação com grupos nacionais e estrangeiros visando diversificar e ampliar a produção para vender no Exterior.

• Grupo Unido de Fiação S/A, de Aracaju — Rua Dr Oscar Filho, 303 — Sergipe. Projeto aprovado para produção de fios, tecidos e outros produtos têxteis com investimentos previstos de Cr\$ 55 milhões e 588 mil. Admite estudar proposta de associação com grupos nacionais ou estrangeiros para participação social, através do Finor.

Indústria de vestuário e calçados

• Confecções Royale S/A de Fortaleza — Rua Sargento Hermínio, 2 600 — Ceará. Importação em andamento prevendo-se investimentos de Cr\$ 9 milhões e 650 mil — dos quais foram realizados Cr\$ 3 milhões e 800 mil — pretendendo associar-se a grupos nacionais ou estrangeiros para complementação de in-

vestimentos fixos e melhorar o sistema de comercialização.

- Paratibe Industrial S/A, de Recife — Rua da Carioca, 72 — Pernambuco. Em funcionamento desde 1970 produzindo calças e camisas masculinas com investimento realizado de Cr\$ 9 milhões. Admite associar-se a grupos nacionais para melhorar seu sistema de comercialização.

- Tok Manufatura de Roupas S/A, de Montes Claros — Av. Hum Distrito Industrial — Minas Gerais. Em funcionamento desde 1971, produzindo calças e camisas com investimento realizado de Cr\$ 27 milhões e 400 mil. Admite associar-se a grupos estrangeiros visando voltar-se para o mercado externo.

Indústria de produtos alimentares

- Caju do Brasil S/A, de Fortaleza — Rua Monsenhor Dantas, 2291 — Ceará. Em ampliação, produzindo doces de frutas regionais e castanhas e óleos de casca (LCC) com investimento realizado de Cr\$ 1 milhão e 400 mil. Pretende associar-se a grupos estrangeiros para complementar investimento e voltar-se para o mercado externo.

- Cia. Industrial Rio-Grandense do Norte, de Natal — Rua João Pessoa, 219 — Rio Grande do Norte. Em instalação com investimento realizado de Cr\$ 8 milhões e 100 mil, pretendendo aproveitamento integral do coco-da-Bahia. Admite possível associação com grupos nacionais e estrangeiros para complementar investimento e expandir as vendas ao exterior.

- Cia. Nordestina de Sucos, de Bezerros — BR-232 Km 104 — Pernambuco. Em instalação com investimento previsto de Cr\$ 6 milhões e 700 mil, pretendendo industrializar frutas regionais. Admite associar-se a grupos nacionais ou estrangeiros para complementar investimentos e voltar-se para o mercado externo.

- Cia. Agroindustrial de Belo Jardim S/A, de Belo Jardim — BR-232 Km 182 — Pernambuco. Em funcionamento parcial com investimento realizado de Cr\$ 6 milhões e 100 mil. Admite associar-se a grupos nacionais e estrangeiros para complementação de investimentos fixos e ampliar mercados no Exterior.

- Frigoríficos Sudoeste Bahiano S/A, de Jequié — Km 11 da rodovia Jequié—Ipiáú — Bahia. Em instalação para abate e industrialização de bovinos e suínos, com investimento realizado de Cr\$ 7 milhões e 800 mil. Admite associar-se a grupos nacionais para melhorar o seu sis-

tema de comercialização e intensificar vendas para o mercado externo.

- Henrique Lagé Salineira do Nordeste S/A, de Macau — Distrito de Imbu-ranas — Rio Grande do Norte. Em instalação para produção de sal marinho com investimento realizado de Cr\$ 6 milhões 107 mil. Está interessada em associar-se a grupos nacionais para complementar investimentos fixos, capital de giro e melhorar o sistema de comercialização.

Indústria de editorial e gráfica

- Norgraf Impressos Especializados do Nordeste S/A, de Recife — Rua Vidal de Negreiros, 304 — Pernambuco. Em instalação para produzir formulários contínuos e outros produtos gráficos com investimento realizado de Cr\$ 7 milhões e 300 mil. Admite associação com grupos estrangeiros para complementar recursos de investimento fixo e voltar-se para o mercado externo.

Produtos diversos

- Indústria Ótica do Nordeste S/A, de João Pessoa — Distrito Industrial de João Pessoa — Paraíba. Em instalação para produzir armações de óculos com investimento realizado de Cr\$ 1 milhão e 379 mil. Admite associar-se a grupos nacionais e estrangeiros para melhorar seu sistema de comercialização.

- Tekna S/A Zipers do Nordeste, de João Pessoa — Distrito Industrial — Paraíba. Em funcionamento desde 1972 produzindo zipers de material plástico com investimento realizado de Cr\$ 4 milhões e 400 mil. Admite associar-se a grupos estrangeiros para melhorar seu sistema de comercialização e usar patentes, marcas, modelos e canais de comercialização.

Exploração do setor hoteleiro

- Quatro Rodas Hotéis do Nordeste S/A do Recife — Rua Marques do Amorim, 174 — Pernambuco. Deverá construir cinco hotéis de turismo em São Luis, Natal, Olinda, Aracaju e Salvador, admitindo associar-se a grupos nacionais para complementar investimentos fixos.

buscam sócios no Sul

BALCÃO DE PROJETOS

A Sude e o Banco do Nordeste relacionaram empresas da região que estariam interessadas em associação com empresários do Sul do país ou do exterior, visando ampliar ou diversificar suas linhas de produção e complementar investimentos de capital.

Todas elas têm o apoio — incentivos fiscais — daquelas agências e dizem respeito a 21 ramos industriais, desde minerais não metálicos a empreendimentos do ramo hoteleiro.

Por atividade industrial, destacam-se as seguintes, inclusive quanto ao tipo de participação/associação que elas pretendem:

Na indústria de produtos minerais não metálicos:

- Cia de Cimento Salvador, de Salvador, Bahia. Em funcionamento desde 1973, quer associar-se a grupos nacionais e/ou estrangeiros para complementar recursos de capitais.
- Manilhas do Nordeste S/A, de Engenho Cassupim, Escada, Pernambuco. Em implantação com investimentos realizados de Cr\$ 3 milhões, pretendendo complementar investimentos de capital fixo.
- Cimento Aratu S/A, de Rua Bélgica, 2 s/ 1, Salvador, Bahia. Em funcionamento desde 1971, produzindo 440 mil t/ano de cimento. Quer associar-se a grupos — nacionais ou estrangeiros — para diversificação de atividades.
- Ceramus Bahia S/A, Rua Francisco Drumond, Salvador. Em funcionamento

desde 1971, produzindo azulejos, admite estudar proposta de empresário nacional para complementar investimentos fixos.

No setor da indústria metalúrgica:

- Artefatos Metalúrgicos Muller Nordeste S/A, do Distrito Industrial de Campina Grande, Paraíba. Em funcionamento desde 1970 produzindo utensílios domésticos. Quer associar-se a grupo nacional ou estrangeiro para melhorar a sua comercialização e voltar-se para o mercado externo.
- Csmel do Nordeste Estruturas Metálicas, do Distrito Industrial do Curado, no Recife. Tem investimentos realizados de Cr\$ 5 milhões e 700 mil, pretendendo associar-se a grupos nacionais ou estrangeiros para diversificar a produção, complementar investimentos fixos e abrir mercados.
- Cia Industrial Metalúrgica do Cabo, BR-101, Km 31, Cabo Pernambuco. Em implantação (paralisada) visando a produção de 360 mil tambores/ano tem investimentos realizados de Cr\$ 2 milhões. Quer associar-se a grupos nacionais ou estrangeiros para complementar inversões fixas.
- Indsteel do Nordeste S/A, do Distrito Industrial de João Pessoa, Paraíba. Em implantação, pretendendo produzir 14 mil 500 toneladas/ano de fundidos. Quer associar-se com grupos estrangeiros visando obter capital de giro. Realizou investimento de Cr\$ 13 milhões 500 mil.
- Tecnomecânica do Norte S/A, de Rua Major Facundo, 814, Fortaleza, Ceará. Operando a 18% da sua capacidade instalada, pretendendo associar-se a grupos nacionais ou estrangeiros para utilizar patentes, modelos, marcas e melhorar sua comercialização. Produz recipientes para derivados de petróleo e vasos de pressão.

No setor da indústria mecânica:

- Máquinas Piratininga do Nordeste S/A, de Av. Piratininga s/n, Jaboatão,

Pernambuco. Em funcionamento desde 1967 trabalhando com caldearia leve e pesada com investimentos realizados de Cr\$ 6 milhões 298 mil. Interessa-se em associação com grupo estrangeiro para obter marcas, modelos e patentes para diversificar sua produção.

- Fluxomac Equipamentos Industriais S/A, do Centro Industrial de Aratu, Bahia. Em implantação, com investimentos realizados de Cr\$ 1 milhão 621 mil para produzir equipamentos para indústria química, mecânica, metalúrgica, agrícola e de mineração. Admite associação com grupos nacionais ou estrangeiros para complementar investimentos e abrir mercados.
- Motogear Norte Indústria de Engrenagens S/A, de Km 22 da BR-101/Norte, em Igarassu, Pernambuco. Em instalação para produzir engrenagens para velículos, tendo realizado investimentos de Cr\$ 15 milhões. Quer associar-se a grupos nacionais ou estrangeiros para complementar recursos de investimento.

Indústria de material elétrico e de comunicações

- Indústria Eletrônica Eudget S/A, do Distrito Industrial de Paulista, Pernambuco. Em funcionamento com implantação paralisada, tendo realizado investimento de Cr\$ 4 milhões e 100 mil. Pretende produzir transceptores, amplificadores, acessórios e antenas. Admite associar-se a grupos nacionais para complementar recursos para investimentos fixos e circulantes.
- Peterco do Nordeste Produtos Elétricos S/A, de Feira de Santana, Bahia. Em implantação para produzir motores elétricos e fundição de alumínio e ferro e usinagem para petroquímica. Já investiu Cr\$ 32 milhões e 600, pretendendo associar-se, com grupos nacionais e estrangeiros para complementar investimentos fixos e diversificar a produção e os mercados.
- Transit Semi-Condutores S/A, de Av. das Indústrias em Montes Claros, Minas Gerais. Em implantação para produzir transistores e diodos. Realizou investimentos de Cr\$ 16 milhões, pretendendo associar-se, com grupos nacionais, para diversificar a produção e melhorar o sistema de comercialização.

Indústria de material de transportes

- Cia Americana Industrial de Ônibus do Nordeste, de Rodovia BR-101, Km 11 20 em Jaboatão, Pernambuco. Em funcionamento desde 1967, produzindo carrocerias metálicas para transporte e tem investimento realizado de Cr\$ 26 milhões

Quer associar-se, com grupos estrangeiros para voltar-se para o mercado exterior.

- Rodema S/A Material Rodante Ind e Com. de Retiro, Salvador. Em funcionamento desde 1970 trabalhando na fabricação montagem e recuperação de material rodante de tratores de esteira. Tem investimento realizado de Cr\$ 5 milhões e quer associar-se a grupos estrangeiros para obter patentes e know-how para fabricação de seus produtos.

Indústria de mobiliário

- Açomóveis S/A Ind. e Com. de Prazeres, Jaboatão, Pernambuco. Em funcionamento desde janeiro de 1969, fabricando móveis e artefatos de metais. Já realizou investimento de Cr\$ 8 milhões. Quer associar-se a grupo nacional para diversificar a produção e usar patentes e marcas.

Indústria de madeira

- Madeira Sintética S/A, do Recife, Pernambuco. Em implantação com investimento realizado de Cr\$ 109 milhões 900 mil para produzir chapas prensadas de madeira, de produção própria, pretendendo associar-se a grupos estrangeiros para ampliar e diversificar a produção.

Indústria de papel e papelão

- Cia. Nordestina de Papel, de Vale do Gramame, Conde, Paraíba. Em implantação para produzir celulose, papel e sacos multifolhados com investimentos realizados de Cr\$ 20 milhões e 2 milhões 900 mil dólares, pretendendo associação com grupos nacionais ou estrangeiros para complementar recursos de investimentos e voltar-se para o mercado exterior.

Matéria 9 - Balcão de projetos para o Nordeste (continuação)

Para a viabilização desses projetos era necessário planejamento; contava-se com investimentos externos e com financiamentos de bancos estaduais e de desenvolvimento da região, conforme mostra matéria 10. O Finor foi importantíssimo para o salto industrial do Nordeste, dando novo impulso à economia a partir de 1974, como pode ser observado na matéria 10.

Bancos Como Agentes de Desenvolvimento

Salvador — "Os bancos de desenvolvimento no Nordeste, à falta de agressividade do setor bancário privado, estão atuando como agentes de promoção de investimento" — afirma o presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco), Sr. Sílvio Faria, que considera que a política de expansão do sistema de bancos estaduais de desenvolvimento representa efetivamente uma opção para sustentar o ritmo de crescimento econômico dos Estados nessa região do país.

— Nesse sentido, os bancos de desenvolvimento têm contribuído para aumentar a taxa de investimento no Nordeste, ainda que a um nível que não se considere como o ideal. Mas, se não existissem os bancos de desenvolvimento, certamente essa taxa de capitalização seria bem menor. Nos últimos dois anos, pode-se afirmar que o saldo de aplicações dos bancos de desenvolvimento expandiu-se a uma taxa média de 50%, o que significa um crescimento real bem superior em valores constantes.

Explicou o Sr. Sílvio Faria que os bancos de desenvolvimento estão atuando como "um suporte financeiro à formação de uma infra-estrutura do setor público e, considerando que no Nordeste essa infra-estrutura tem uma participação relativa nos investimentos globais muito superior que na região Centro-Sul, também se conclui que, neste setor, os bancos de desenvolvimento estão contribuindo para a expansão da economia".

Os resultados dessa política se conhecem "através do multiplicador dessas empresas novas que foram instaladas e estão se instalando graças ao apoio recebido dos bancos de desenvolvimento, o que pode ser medido pelos critérios de empregos e arrecadação de impostos".

Lembrou o Sr. Sílvio Faria que no ano passado, na Bahia, "mesmo com uma redução de 60% dos incentivos fiscais, a arrecadação do ICM no Centro Industrial de Aratu correspondeu, já, a 40% de toda a arrecadação do Estado. E quando se pensa no que começa a representar o Pólo Petroquímico de Camaçari, os índices tomam ainda maior vulto".

As perspectivas, entretanto, "se anuviam, se reduzem um pouco, em face da necessidade de aplicação de medidas de contenção do ritmo inflacionário. Mas o Governo federal — a quem estão ligados os bancos de desenvolvimento por um sistema nacional — sabidamente está preocupado em manter o processo de desenvolvimento do país".

— De todas as linhas de financiamento, aquelas que menos podem sofrer restrições são as linhas operadas pelos bancos de desenvolvimento, porque elas se destinam à formação de investimentos que representam a médio prazo, uma elevação da oferta de bens. Ora, toda medida de crescimento efetivo da oferta, sendo desenvolvimentista, também colabora conjuntamente para o equilíbrio da moeda".

— Como a participação relativa dos bancos de desenvolvimento no Nordeste é mais expressiva que nas outras regiões do país — de vez que naquelas há outras instituições privadas cooperando — entende-se a colaboração dos bancos de desenvolvimento como cada vez mais expressiva em face das características da política econômica federal.

Matéria 10 – Bancos como agentes de desenvolvimento – 26/11/76.

Finor marca nova era de atração

Recife — O sistema de incentivos fiscais e financeiros, para industrialização do Nordeste, sofreu, em fins de 1974, importantes modificações com a criação, pelo Governo federal, do Fundo de Investimento do Nordeste — Finor. Apesar das inovações, os aspectos positivos da política anterior foram mantidos, principalmente no que se refere aos depósitos que continuam a ser efetuados no Banco do Nordeste do Brasil — BNB, permanecendo todo o controle na alçada da Sudene.

As mutações verificadas, além de corrigir algumas falhas do sistema até então em vigor, simplificaram todas as operações, facilitando desde o recolhimento das opções nos bancos credenciados até as liberações para implantação dos empreendimentos. Os pequenos empresários também foram altamente beneficiados, uma vez que o Finor permite que as quotas sejam negociadas no mercado secundário.

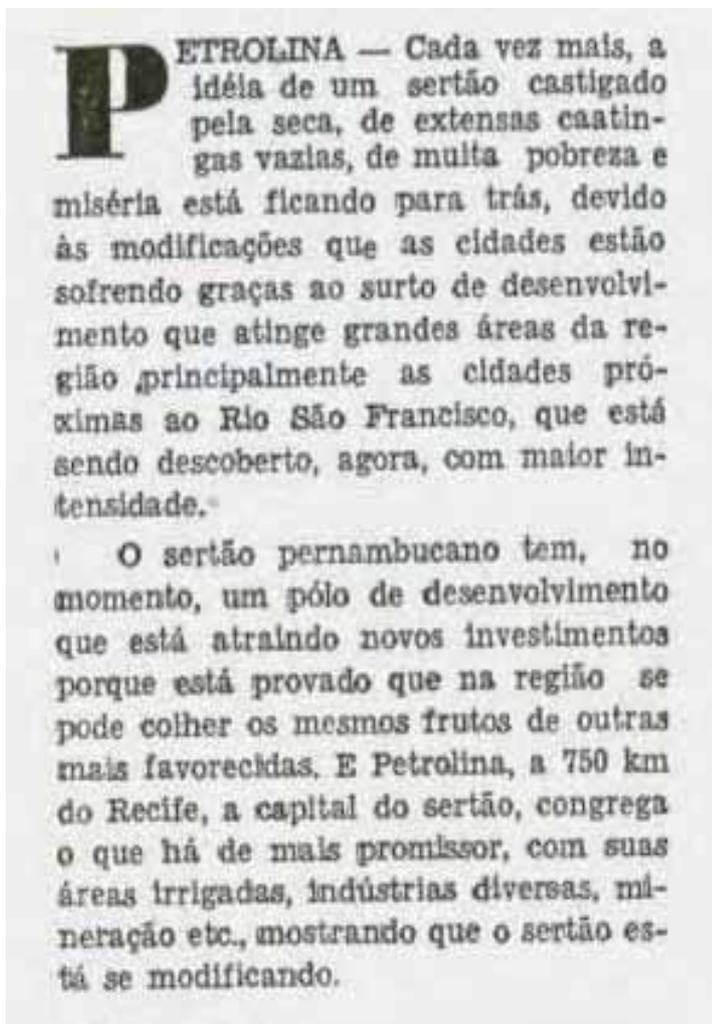
O Superado 34/18 — A Sudene, desde a sua instituição, vinha utilizando na sua política de industrialização o sistema que ficou conhecido como 34/18. Esse sistema, embora tivesse obtido indiscutível êxito, apresentava distorções que refletiam negativamente no meio empresarial.

Não raro, eram observados atrasos nos cronogramas de investimentos, em face da dificuldade de captação de recursos, bem como do seu alto custo, acarretando sérios problemas econômico-financeiros para a maioria dos novos projetos. Como se tratava de uma experiência pioneira no Brasil, não se poderia esperar que fosse perfeito. Tanto que, durante os seus 15 anos de existência, passou por inúmeras reformulações.

A verdade é que, mesmo sendo um sistema vulnerável a erros, há de se lhe atribuir alguns pontos positivos. Até porque serviu de modelo para outros setores da economia nacional, para a região amazônica e para outros países, cujos representantes estiveram na Sudene, em busca de *know-how*, a fim de implantar o mecanismo em suas práticas. Veja-se também o panorama industrial em que ficou o Nordeste à época da criação do Finor, com mais de mil indústrias gerando riquezas e modificando os costumes da população.

O Caderno Nordeste/76 mostrou também o recorde da produção de algodão no Ceará, o incremento de vendas de fumo de corda e de folha em Alagoas, a exploração de babaçu, maior riqueza natural do Maranhão, pesquisa do Piauí para recuperar o rebanho bovino.

Os investimentos na região, os projetos de irrigação, a instalação de novas indústrias, os planos de desenvolvimento para região, tudo isso trazia um clima de otimismo, o que levava o JB a mostrar que o sertão nordestino visto, anteriormente como marca da pobreza e miséria, também, havia mudado, dando espaço para o desenvolvimento, principalmente as cidades do Vale do São Francisco, como, por exemplo, Petrolina, passando por profundas transformações, como mostra a matéria 12.



Matéria 12— Crescimento nos municípios – 26/11/76.

Capitais como, por exemplo, Teresina, com mais de 300 mil habitantes, na época, cheia de problemas sociais, agravados pelo fluxo migratório, pela falta de infraestrutura urbana, pelas precariedades dos serviços municipais, era mostrada, agora, cheia de investimentos em urbanização, principalmente em calçamento, construção de mercados públicos, intensificação da coleta de lixo, reformas e construções de parques, entrega de mais 2100 lotes de terras, entre outras benfeitorias.

A industrialização na região trouxe mudanças não só espacial no Nordeste, mas também melhorou a qualidade de vida da população, melhorando as estradas, ampliando a rede hoteleira, diversificando o lazer, tendo grandes redes de supermercados e lojas, vendendo mercadorias produzidas na própria região.

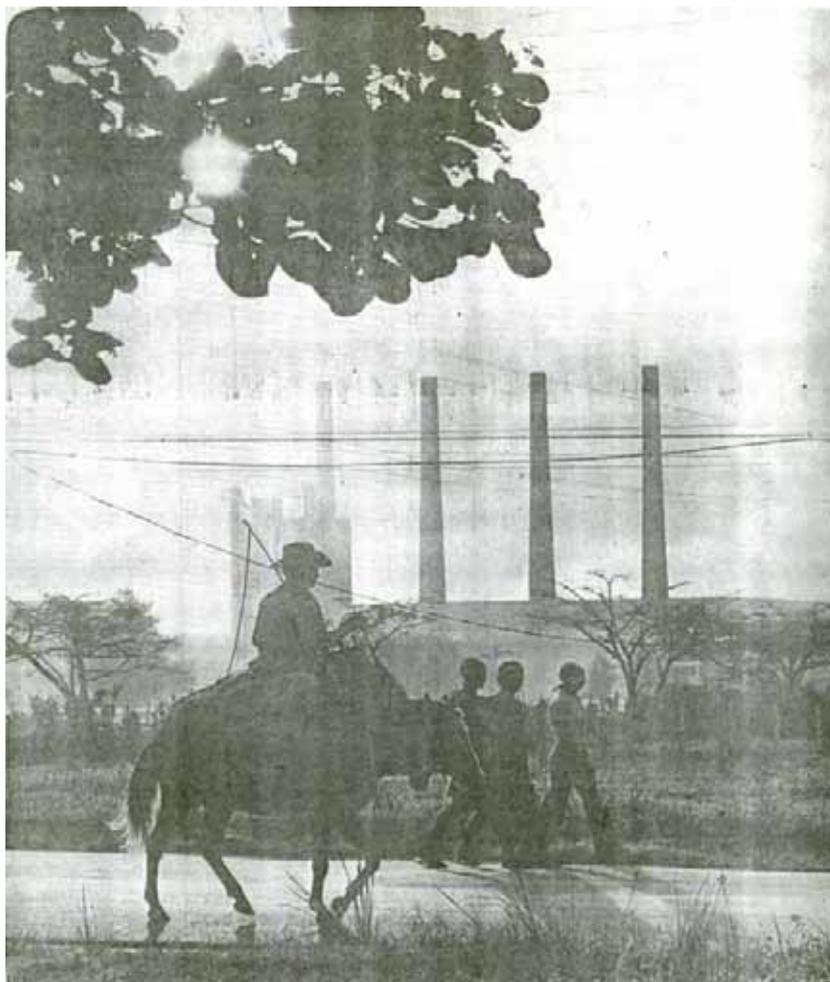
O Nordeste que o JB mostrou no seu suplemento especial de 1976 é de uma região em desenvolvimento, cheia de projetos de infraestrutura se efetivando por conta das agências de desenvolvimento, do financiamento e crédito para as empresas. Uma boa opção de investimentos. Um lugar onde a população está se beneficiando com as políticas sociais para a região e com a industrialização.

6.1.3. Caderno Nordeste 1977



*O Nordeste em 1977 apresenta características bem distintas dos anos mais recentes no campo da administração e planejamento voltados para o desenvolvimento. Apresenta-se como uma área que tomou conhecimento de que deve fazer muito mais para superar os perigosos desníveis sociais que o separam do Centro-Sul do país e o aproximam das Nações mais pobres da América do Sul. “Ainda não temos condições de influenciar o comportamento da agricultura”, reconhece o Superintendente da Sudene, Sr. José Lins Albuquerque, ao afirmar que o crescimento da economia regional poderia ter sido mais intenso não fosse o milenar problema da seca periódica, que atingiu três vezes a região nos anos 70, sucedidas por enchentes catastróficas duas vezes. Mas, apesar disto, fatos novos surgem a partir da descoberta de potencialidades que dão à Região vantagens comparativas em relação ao resto do Brasil. O plano nacional do álcool é uma delas pretendendo-se produzir em 1980, perto de 500 milhões de litros, criando-se 45 mil empregos. Ou nas descobertas de minérios que reverterão a expectativas de desenvolvimento de Estados como Rio Grande do Norte e Ceará na implantação de um superporto no litoral de Pernambuco. Ou na consolidação do Pólo Petroquímico da Bahia.*²⁵⁸

²⁵⁸ Jornal do Brasil. *Nordeste/77*, 25 de novembro de 1977, capa, 26 páginas.



A partir de 1977, o caderno Nordeste é mais crítico, pontuando o desenvolvimento da região como um problema político, denunciando que as taxas de crescimento estão longe do nível ideal. A região é vista sob um prisma mais negativo, que também contagiava o país, no momento em que o país se acordou para o “milagre econômico” que, realmente, não chegou, atingindo alguns setores da economia e beneficiando determinados grupos. Por outro lado o JB procura mostrar que a região tem potencialidades e iniciativa para se desenvolver economicamente.

Muitas matérias mostravam o Nordeste como uma região problema, estampando os seguintes títulos:

- *Desenvolvimento do Nordeste um problema político*
- *Taxas de desenvolvimento estão longe do nível ideal*
- *Terra no Nordeste está nas mãos de poucos donos*
- *Nordeste ainda não criou infra-estrutura capaz de enfrentar a seca periódica*
- *Em busca de soluções para região-problema*

- *Indústria sem parque de transformação preocupa cada vez mais governo baiano*
- *Exportação de lagosta baixa e pesca não se desenvolve*
- *Irrigação no Nordeste é só de 2% da área irrigada de todo o país*
- *Sudene enfrenta o problema do homem que não tem terra*

As duas secas que atingiram a região, as enchentes foram apontadas pelo superintendente da Sudene na época, José Luiz Albuquerque, como fatores limitativos ao crescimento econômico da região, a pesar do investimento pela parte do governo e da iniciativa privada, como pode ser visto na matéria 13. A inundação em 1974 trouxe grandes prejuízo à lavoura e a seca de 1976 reduziu em 13% as lavouras e afetou a vida de mais de 15 milhões de nordestinos.

As taxas de crescimento da economia nordestina nos últimos anos não atingiram sempre os níveis esperados, mas nem o Governo nem a iniciativa privada poderiam ter contribuído mais do que contribuíram para que taxas mais elevadas fossem alcançadas. Esta a opinião do superintendente da Sudene, engenheiro José Lins de Albuquerque, apontando a seca como principal fator limitativo ao desenvolvimento regional. Nos últimos sete anos, o Nordeste foi atingido por duas grandes secas, afetando milhões de pessoas e provocando a perda total ou parcial das culturas agrícolas do sertão. No setor industrial, apesar dos desacertos, dos déficits do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), das distorções, o sistema de incentivos fiscais ainda é, no seu entender, o instrumento mais adequado para acelerar o processo no Nordeste. Neste depoimento, o superintendente da Sudene, José Lins de Albuquerque, analisa o comportamento da economia nordestina nos últimos anos, as dificuldades existentes e as soluções para corrigir as distorções.

Matéria 13 – Taxas de crescimento longe do ideal – 25/11/77.

As secas periódicas são apontadas como um dos principais motivos da migração de nordestinos, geralmente, sem qualificação profissional, para o Centro-Sul,

principalmente para as capitais e São Paulo, símbolos de progresso. Para aqueles que resistem, ficando na região seca, a única alternativa é participar de frente de trabalho. São 16 milhões de nordestinos do semi-árido trabalhando nessas frentes. É reconhecida, por parte dos técnicos do Grupo Especial de Auxílio às Calamidades Públicas (Geacap), que esta não é a solução, mas um atenuante imediato para os flagelados, conforme mostra a matéria 14. Portanto, mesmo com a Sudene, o Dnocs, o Banco do Nordeste, o Finor, a Codevasf e a presença do empresariado privado, o “Nordeste ainda não criou infra-estrutura capaz de enfrentar a eca periódica”.



Matéria 14 – Frentes de trabalho, um “mal necessário”. – 25/11/77.

Observa-se, também, um tom mais crítico das reportagens em relação aos fatos. Isso já era reflexo, de uma maior distensão da mídia, num momento em que a crise econômica começa dá sinais. Na matéria 15, com título “homem expulso da terra é aproveitado após seleção”, ancorado pela posição da Igreja Católica, da ala progressista, inicialmente se critica o fato dos colonos analfabetos, velhos e doentes, expulsos das terras não serem aproveitados pela Codevasf, no Projeto de Irrigação de Mandacaru, indo de encontro ao título da matéria, que mostra que os 34 colonos contemplados com assentamento são de outros estados e outras regiões. Os títulos, também, começam a aparecer com ares de reivindicação, tais como: “colono tanguido pela seca quer seu pedaço de terra”.

Homem expulso da terra é aproveitado após seleção

Juazeiro, Bahia — Ponto central das críticas feitas à Codevasf pela Igreja e pelos sindicatos de trabalhadores rurais da região, o não aproveitamento do homem, expulso de suas terras para implantação dos projetos de irrigação no Vale do São Francisco é, até agora, uma realidade indiscutível.

A começar por um rigoroso esquema de seleção dos colonos que se candidatam a explorar os lotes irrigados oferecidos pela Codevasf, o conhecido “catingueiro”, analfabeto e não raras vezes doente, é vetado logo na fase de inscrição e o que se vê é serem filtrados apenas aqueles agricultores de um nível mais alto de instrução, donos de boa saúde, saídos de centros interioranos mais avançados e que vislumbram uma realização financeira através da agricultura irrigada, longe dos riscos da falta de chuvas.

Como afirma o Bispo Diocesano de Juazeiro,

Dom José, Rodrigues — “não entendo progresso no Nordeste com o veto aos velhos, analfabetos e doentes” — “os projetos de irrigação e todo o programa de desenvolvimento do Vale do São Francisco não têm olho para o lado humano da situação”, lembrando os grandes problemas sociais advindos das indenizações irrisórias pagas pelas propriedades tomadas e pela expulsão sumária do homem do campo.

A constatação das denúncias feitas pela Igreja e pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais pode ser feita, por exemplo, no Projeto de Irrigação Mandacaru, no município de Juazeiro, onde quase a totalidade dos 34 colonos ali assentados veio de outras regiões e até outros Estados e não existe um sequer que antes habitava a área onde hoje existe o projeto.

Dois exemplos dessa situação são os colonos

Nilton José e Manuel Vicente dos Santos, ex-funcionários da Sudene e que já tinham grande experiência com agricultura irrigada pois trabalharam num projeto de irrigação em Petrolândia, Pernambuco.

Natural da cidade pernambucana de Tacatara, Manuel Vicente, conhecido entre os colonos como Belé, 34 anos e seis filhos, revela que “a grande vantagem da irrigação é que o agricultor pode trabalhar e produzir o ano inteiro”, o que não acontece com a agricultura tradicional do sertão, em que só há plantio quando há esperança de chuvas. Sua queixa maior é que a irrigação representa um custo muito alto de produção, diminuindo os lucros obtidos com a colheita das safras.

Ambos estão no Projeto Mandacaru há quatro anos e Nilton, assim como muitos outros, lamenta “os prejuízos que tive. Os técnicos recomendaram plantar ar-

roz, quase todos os colonos plantaram e houve um prejuízo geral. Por causa disso estou endividado com a cooperativa até hoje, apesar dos lucros que tive nos outros anos plantando melão, tomate e feijão”.

Todos os colonos do Projeto Mandacaru têm água tratada e luz em suas casas de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Pela falta de opção, só assistem televisão ou conversam ligeiramente com os vizinhos depois da jornada de trabalho. Normalmente dormem cedo e antes das 7h da manhã já estão no campo. São todos alfabetizados e, aparentemente, gozam de boa saúde. Confessam que não tiveram dificuldades de adaptação à tecnologia empregada em áreas irrigadas porque muitos deles já tinham experiência anterior e todos tiveram um curso de treinamento de três meses no Projeto de Irrigação Bebedouro.

Matéria 15 – Homem expulso da terra é aproveitado após seleção – 25/11/77.

A irrigação é apontada ao longo desses anos como a saída para o desenvolvimento das áreas semi-áridas. Ao contrário dos outros anos, o JB em suas reportagens vai apontar críticas, fragilidades e inconsistências dos projetos, como pode ser visto na matéria 16, onde as frases se apresentam cheias de reticências e advérbios de intensidade, como, por exemplo, “irrigação do Nordeste é **só** 2% de área irrigada de todo o país”; “a irrigação no Nordeste **ainda** está a uma área reduzida;” “no Bebedouro, por exemplo, são atendidos **apenas** 100 colonos”²⁵⁹, entre outras.

Todavia, o JB continua mostrando a força dos projetos de irrigação, tais como os desenvolvidos pelo Dnocs, no Ceará, beneficiando 240 famílias de colonos trabalhando nos projetos Caldeirão; os da Estação de Pesquisas do Vale de São Francisco, em Pernambuco, para o cultivo de tomate em escala industrial; o de São Gonçalo, na Paraíba, com a criação de quase mil empregos.

Mostra, também, que o Nordeste continua crescendo, cheio de perspectivas e desafios a vencer, como pode ser observado nos seguintes títulos de reportagens:

- *Nordeste cultiva sorgo e milheto*
- *A nova Meca do turismo é um convite aos que gostam de sol e hospitalidade*
- *Industrialização do caju dá ao Piauí nova perspectiva*
- *Ceará inicia nova fase com exploração de recurso mineral*
- *Vantagens da carne de baleia incluem duas vezes mais proteína que do gado*
- *Bicho-da-seda é nova opção para os agricultores*
- *Fogão solar, nova pesquisa*
- *Executado, Plano do álcool ampliará campo de trabalho*
- *Salgema de Alagoas abre campo de trabalho e novo alento à economia*
- *Projeto de irrigação cria na Paraíba mil empregos diretos*
- *Bode conquista nova dimensão*

Assim, de Teresina, é destacado o maior projeto agroindustrial da cultura de caju no Piauí e o maior do mundo ocidental, A Cajunorte do Brasil S.A., ocupando uma fazenda de 33 hectares de terra, empregando 400 trabalhadores.

Sobre o Maranhão, o JB tratou do projeto de povoamento do Maranhão que até 1972 foi administrado diretamente pela autarquia passou a ficar sob o comando da Companhia de Colonização do Nordeste (Colonef), no mesmo ano, sendo assentadas mais de 2200 famílias, em lotes de 50 hectares, para explorar carne bovina, culturas temporárias, como arroz, mandioca, milho e feijão.

²⁵⁹ Grifos nossos.

Irrigação no Nordeste é só de 2% da área irrigada de todo o país

A irrigação no Nordeste ainda está circunscrita a uma área reduzida, de menos de 12 mil hectares, o que corresponde a 2% da área irrigada do país. Além das limitações de fontes d'água, o processo — do ponto-de-vista técnico — é relativamente recente, tendo sido iniciado há pouco mais de 15 anos.

Mas os resultados, segundo os técnicos do setor, são animadores. Produtividades muitas vezes mais elevadas que as atingidas em regiões de clima e solo favoráveis têm sido alcançadas no sertão através do processo de irrigação, desenvolvido em dezenas de projetos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e de particulares.

O diretor da Codevasf para a região do submédio São Francisco, Geraldo Araújo, afirma que a irrigação é a solução ideal para a área semi-árida, e poderá ser explorada em escala muito mais ampla do que a atual. Mesmo os altos custos de investimento — de Cr\$ 100 mil por hectare — justificam o trabalho, afirma Geraldo Araújo, pelos altos índices de produtividade das culturas.

O arroz, por exemplo, apresenta uma produção de 1 mil 495 quilos por hectare no Brasil enquanto o Vale do São Francisco chega a 8 mil quilos. Do melão, outro produto bastante explorado na área, tem sido produzido, em média, 15 mil quilos contra uma média nacional de 1 mil 750 quilos.

Todas as demais culturas apresentam índices de produtividade elevadas e Geraldo Araújo aponta ainda outros fatores que fazem da irrigação um sistema que atrai, atualmente, não apenas a ação governamental, como também grupos privados; o processo é utilizado principalmente em culturas nobres, garantindo preços altos, além da vantagem de que, com a irrigação, a produção é possível durante qualquer época do ano, o que permite pla-

nejamento da cultura para os períodos de entressafra.

Para as próximas décadas, as perspectivas são ainda melhores, segundo Geraldo Araújo. "A irrigação está limitada pela geração de energia do São Francisco, mas com a possibilidade de energia nuclear a longo prazo, grandes quantidades de água serão liberadas. O problema da distância também não existe, pois já são conhecidas tecnologias capazes de levar água a longas distâncias".

Solução parcial

O diretor do Departamento de Agricultura da Sudene, José Almar Almeida Franco, esclareceu que a irrigação não pode ser indicada como a solução para a agricultura do Nordeste. "Poderá, isto sim, contribuir de forma efetiva, junto com outras medidas e com a exploração de outras potencialidades do setor agrícola de uma região tão extensa e diferenciada como a nordestina".

Ele afirma também que ainda não foram alcançados os resultados na dimensão necessária, "por se tratar de uma atividade apenas desenvolvida com ímpeto no fim da década passada; trata-se de uma área relativamente nova, com a agravante da falta de tradição de irrigação na agricultura nordestina". Mas mesmo assim — ressalta José Almar Almeida Franco — com todos os problemas, já estão sendo atingidos resultados satisfatórios.

Destaca o aumento de produção e produtividade, mesmo nos períodos de maior seca, quando nada ou muito pouco se produziria com culturas de sequeiro. "Sua presença é decisiva para manter a estabilidade econômica dessas regiões. Os dados de produção irrigada no Nordeste confirmam a assertiva de que um hectare irrigado pode produzir no semi-árido o correspondente a 20 hectares de lavoura de sequeiro".

Nova dimensão

Bebedouro e Petrolândia, em Pernambuco, e Mandacaru, na

Bahia, são alguns dos mais antigos projetos de irrigação no Vale do São Francisco, todos voltados para a colonização, uma tendência que está sendo parcialmente substituída nos projetos mais novos. Segundo técnicos da Codevasf, a ideia é beneficiar o máximo de pessoas, o que não ocorre nos casos de projetos destinados exclusivamente à colonização.

No Bebedouro, por exemplo, são atendidos apenas 100 colonos, enquanto no Projeto Tourão, que está sendo implantado em Juazeiro, na Bahia, apenas uma empresa vai proporcionar 1 mil 600 novos empregos. Esta filosofia, de atrair a iniciativa privada, principalmente médias empresas, para participarem de projetos de irrigação, está surtindo efeito. Apenas para o submédio São Francisco, 15 empresas apresentaram projetos destinados à exploração de açúcar, tomate industrial, álcool, uva, feijão, melão, jorgo, cebola, laticínios, milho doce, melancia, abacaxi, hortaliças, forragens, figo, pinha, pecuária, pimenta, repolho, vagem, e outros produtos.

A importância dos projetos de irrigação — diz ainda Geraldo Araújo — não pode ser dimensionada apenas em função das pessoas diretamente atingidas pelo processo, mas também pelos resultados indiretos, como a instalação de indústrias para aproveitamento dos produtos agrícolas produzidos na área, impulsionando a interiorização do desenvolvimento. O Projeto Bebedouro, por exemplo, é hoje a segunda fonte de arrecadação do município, e para a utilização do tomate que está sendo produzido na região, três indústrias estão se instalando na área.

Erros e acertos

Bebedouro é apontado como um dos projetos onde podem ser

conhecidas as falhas e os acertos do sistema de irrigação desenvolvido no Nordeste. Com 10 anos de existência, chegou a enfrentar sérios problemas de rentabilidade pela atuação deficiente da cooperativa, entregue inicialmente aos próprios colonos.

Maurílio Moura Reis, o novo gerente, funcionário da Codevasf, explica que a ausência da consciência de cooperativismo, comum em toda a região, aliada a um baixo nível gerencial dos colonos, quase levou a cooperativa de Bebedouro à falência. Desacreditada junto aos agentes bancários, enfrentava dificuldades para conseguir crédito e também para ressarcir as dívidas.

A Codevasf sofreu críticas quando teve um de seus funcionários eleito para dirigir a cooperativa, mas Maurílio Moura Reis explica que a eleição foi livre, e não é intenção da Companhia permanecer indefinidamente na gerência: o propósito é deixar a cooperativa numa boa situação financeira e, no futuro, devolvê-la aos colonos.

De um déficit de Cr\$ 300 mil em 1975, a Cooperativa passou, em 1977, a contar com recursos da ordem de Cr\$ 21 milhões financiados para custeio e investimentos, e de um volume comercializado no valor de Cr\$ 4 milhões 477 mil 988 em 1975, para Cr\$ 13 milhões 530 mil este ano, até outubro.

Bebedouro tem 1 mil hectares onde são explorados tomate industrial, uva, melancia, melão, e um novo produto que começou a ser cultivado este ano, o sorgo, para o qual foram destinados 370 hectares. A renda média das famílias de colonos já ultrapassou, este ano, os Cr\$ 130 mil, e espera-se que até dezembro ela atingirá Cr\$ 150 mil.

A Salgema de Alagoas foi o grande assunto que o JB abordou sobre o estado, ocupando uma área de 17 hectares, com investimento em torno de 10 milhões de dólares, tem capacidade para produzir 250 mil toneladas de ácido clorídrico e 6,25 mil toneladas de hidrogênio. A salgema é encontrada a uma profundidade de mil metros e nos locais há seis poços.

De Pernambuco, foi dado ênfase à implantação do Complexo portuário industrial de Suape, no litoral Sul do estado, com sistemas de embarcação para navios de grande e médio porte e para navios que servirão de cais de uso público. O projeto previa a instalação de fábricas de cimentos, pneumáticos, alumínio e cimento-alumina, bem como a movimentação de 7 milhões toneladas/ano de petróleo cru e derivados, trazendo grandes investimentos para a economia de Pernambuco. Foi mostrado também a caprinocultura como uma nova alternativa econômica do sertão.

Outro assunto que Pernambuco foi destaque foi sobre o Projeto Sertanejo. A fim de fortalecer a economia e acabar com as secas na região. O Proálcool, programa alternativo ao petróleo como combustível, lançado pela Sudene, foi outro assunto que pôs Pernambuco na agenda nacional. Esse programa lançado pela Sudene, quando atingir sua produção máxima, produzirá 1 bilhão 800 milhões de litros, mais de 180 mil empregos diretos, sendo os grandes beneficiários os estados de Pernambuco e Alagoas, os maiores produtores de açúcar da região. Além de emprego e divisas para região, as destilarias de álcool produzem muita poluição, devendo buscar soluções técnicas.

O bicho-da-seda, como nova opção para os agricultores do Rio Grande do Norte e as reservas minerais de sal, calcário, petróleo, gás natural foram abordados pelo JB como potencial de crescimento econômico do estado.

Mas, foi o Ceará o estado nordestino que teve o maior número de matérias positivas, conforme pode ser constatado nos títulos de matérias a seguir:

- *Ceará procura ampliar seu parque industrial para manter liderança*
- *Fortaleza, hoje: A nova Meca do turismo é um convite aos que gostam de sol e hospitalidade*
- *Carnaúba sustenta economia cearense e obtém bom preço*
- *O Polonordeste no Ceará*
- *Ceará inicia nova fase com exploração de recurso mineral*
- *Produtos da terra, redescobertos, a grande riqueza*

O sol, a hospitalidade, as praias, a modernização da cidade, fez de Fortaleza um *point* do turismo nacional na época. Como Ceará era o terceiro pólo industrial da região, tendo a indústria têxtil seu principal indústria, para se manter na liderança precisou investir em outras opções do setor secundário, tais como calçadista, mineral, metal-mecânico. A carnaúba, um produto do qual tudo se aproveita, com a crise do petróleo, passou a ser um produto de exportação.

O Nordeste que o JB mostrou no Caderno/77 foi híbrido, pois ao mesmo tempo em que se desenvolvia, estava preso a estruturas do passado, de pobreza e miséria, e sofria às conseqüências das secas e das enchentes.

6.1.4. Caderno Nordeste 1978

NORDESTE / 78

*H*á quase vinte anos, um órgão era criado para planejar e impulsionar o desenvolvimento do Nordeste – a Sudene. E nestas duas décadas, muita coisa mudou na região. Nem todos os problemas foram solucionados. Mas o saldo é bastante positivo. Hoje, uma área que já foi conhecida apenas pela pobreza, pela aridez do seu sol, pelas secas periódicas, pode ser apresentada com uma boa oportunidade de investimentos. Transformou sua economia, fortaleceu sua indústria e abre perspectivas em novos campos, como o turismo. Ainda há muito para ser feito. Dificuldades a serem superadas. Programas a serem aperfeiçoados. Mas as centenas de empreendimentos e os milhares de empregos criados são uma realidade. E demonstram que vale a pena aplicar no Nordeste.²⁶⁰



²⁶⁰ Nordeste/78, 15 de dezembro de 1978, capa, 20 páginas.

A imagem que o Caderno Nordeste/78 traz da região é de um lugar que vale a pena investir, pois tem potencial energético, financiamento, indústrias instaladas. A ampliação de infra-estrutura está provocando, também, melhoria nas cidades e na qualidade de vida da população.

Entre os projetos de infra-estrutura que estavam sendo implementados na região, o Projeto Suape tomou visibilidade, cuja construção estava a 40 km de Recife, sendo mostrado como a alternativa econômica mais importante para Pernambuco, podendo receber navios de até 135.00 tdw, possibilitando a descentralização industrial da região metropolitana do Recife. Estava prevista, inicialmente, a implantação de uma fábrica de fertilizantes, uma unidade de produção de alumínio metálico, uma usina siderúrgica, um terminal exportador de cimento.

Como matérias primas potenciais à indústria regional, o JB veiculou matérias sobre a exploração do coco babaçu, destinada a produção de carvão coque para a indústria siderúrgica, aparece como um dos melhores investimentos no Piauí; o álcool é apresentado como a grande esperança do desenvolvimento de Alagoas, levando-o a novo estágio econômico; a produção de eteno a partir do álcool criaria até 1980 cerca de dez distritos industriais em Alagoas; o aumento da produção de cana-de-açúcar em 40% na Paraíba, possibilitando maior desenvolvimento para o estado; o crescimento da produção de cobre, na Bahia, podendo ultrapassar a 50 mil toneladas em quatro anos; indústria química e mineral não-metálicos, metalurgia e mecânica, têxtil -confecções, material elétrico, manufaturados de plásticos foram apontadas por órgãos governamentais como os quatro ramos da indústria que têm grandes oportunidades de se expandir em Pernambuco; a cultura de caju passou a ser modelo de agroindústria, pois transformou uma cultura de subsistência em uma agricultura de mercado; a fabricação de carbonato de sódio, popularmente conhecido como barrilha, na fábrica da Alcanorte, em Macau, Rio Grande do Norte, possibilitando o Brasil se tornar o segundo pólo produtor do mundo; o funcionamento, em caráter experimental da primeira estação fitossanitária do Norte /Nordeste, no município de Glória de Goitá, em Pernambuco.

No tocante às indústrias no Nordeste foram destacados a diversificação dos pólos industriais de João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, com 74 empresas instaladas, produzindo até fogão, como assinala a matéria 17; os centros industriais de Aratu, Subaé e Itabuna, e os distritos industriais de Ilhéus, Itabela, Imborés, Jequié,

Juazeiro e Sauípe, como mostra a matéria 18; O Pólo Petroquímico de Camaçari, Bahia, estava oferecendo 60 opções e investimentos de terceira geração, contando com uma área de 2 mil e 500 hectares, com sistema viário, energia elétrica, telefonia com serviço de discagem interurbana e internacional, apoio técnico e financiamento; a expansão dos três distritos industriais da Região Metropolitana do Recife, Cabo, Paulista e São Lourenço da Mata, contando-se em médio prazo com o Complexo Industrial de Suape; bem como o incentivo que o estado de Pernambuco estava dando a industrialização em cidades de médio porte, a fim de interiorizar o desenvolvimento diminuindo, assim, movimentos migratórios nas Zonas da Mata, Agreste e Sertão. Para isso, está criando distritos industriais, com infra-estrutura e oferecendo vantagens para as empresas se instalarem. As primeiras cidades a serem beneficiadas eram Petrolina, Caruaru e Garanhuns.

Paraíba exhibe hoje pólos industriais diversificados na Capital e Campina Grande

João Pessoa — As 74 empresas instaladas nos distritos industriais de Campina Grande e João Pessoa têm uma produção bastante diversificada, variando desde parafusos até fogão. Há planos para serem instalados distritos industriais também nas cidades de Santa Rita, Souza e Patos. Além dos tradicionais incentivos da Sudene, a Paraíba oferece uma série de vantagens às indústrias que desejam se instalar.

Um dos mais importantes propõe à indústria nova uma redução de até 60% do ICM. Os recursos da redução ficam no banco do Estado da Paraíba e, posteriormente, podem ser reinvestidos na própria empresa. De acordo com os analistas, o ideal para a Paraíba, em termos de futuro, seria a implantação de pequenas e médias indústrias principalmente do setor têxtil, para aproveitamento do algodão. Isto ajudaria o homem da terra a se fixar em seu próprio meio.

OPORTUNIDADES

A Cinep — Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba — foi criada para administrar os distritos industriais e atrair investimentos. No entanto, com a implantação da Secretaria da Indústria e do Comércio, a segunda tarefa passou para ela, que desde então vem desenvolvendo um amplo plano de atração de novos investimentos.

Mas, o Governo do Estado acredita que falta ainda muita coisa. E aponta como boas oportunidades de investimento no Estado a industrialização do abacaxi. Dez por cento da produção de frutas são exportados para a Argentina. Um grupo entrou com um projeto para industrializar o abacaxi, mas ele está parado na Sudene por causa de diversas exigências. Outra boa saída seria a industrialização do tomate, aproveitando-se as experiências de irrigação em São Gonçalo.



NORDESTE/78

Um grupo português tenta executar o projeto.

O Nordeste tem 35 curtumes e a Paraíba cinco. Os técnicos do Estado acham que a industrialização do couro, na Paraíba, abriria novas perspectivas para o mercado regional, pois aqui mesmo se ri a fabricação calcados. Com relação ao sisal, utilizado, atualmente, apenas para confecção de corda, cordel e tapetes, os planos incluem a produção de ração e álcool, além de sacarias.

No setor de minerais, o calcário poderia ser transformado em corretivo de solo para regiões "já cansadas", enquanto a bentonita poderia receber um melhor tratamento dentro do próprio Estado, já que é essencial para os trabalhos de perfuração de poços de petróleo e existe um déficit muito grande no país, cujo consumo é de 130 mil toneladas. Quanto à cerâmica, como oportunidade de investimento no Estado, surge com boas perspectivas também, já que as jazidas de caulim podem ser facilmente exploradas.

A Paraíba tem 4 destilarias de álcool instaladas e isto não é o suficiente. O ideal, de acordo com os técnicos do Governo, seria a implantação, a curto prazo, de mais quatro. A Cinep — Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba — oferece mais incentivos às empresas, como, por exemplo, terreno por preço simbólico e infra-estrutura completa.

Matéria 17 – João Pessoa e Campina Grande, pólos industriais da Paraíba.

Bahia tem novos centros e distritos além de Aratu



NORDESTE/78

O Centro Industrial de Aratu — CIA — é o primeiro núcleo industrial integrado do país e completou 10 anos no ano passado representando um bem-sucedido exemplo — de planejamento econômico. Reúne um total de 131 empresas, das quais 78 se encontram em produção, 22 em implantação e 31 em fase de projeto, totalizando um investimento de Cr\$ 9 bilhões e a oferta de 26 mil empregos diretos.

Não há uma vocação específica para o CIA, que comporta projetos de natureza diversas. Embora se registre a presença de unidades de vários ramos da atividade industrial, há uma nítida concentração de empresas dos setores minerais não metálicos, metalúrgico e químico, que somam 60 unidades. Considerando o porte financeiro, há uma ligeira predominância das unidades de médio porte, que representam investimentos entre Cr\$ 5 e 30 milhões.

O CIA localiza-se às margens da BR-324 e possui uma área de 436 quilômetros quadrados, dos quais 75 quilômetros quadrados são destinados ao uso industrial. Seu zoneamento obedece à seguinte característica: zona de indústrias leves e médias, zona de indústrias pesadas, zona portuária (porto de Aratu), zona de habitação e comércio, zona de transição e espaços verdes e comuns.

O sistema viário interno do CIA está concluído com 150 quilômetros de vias asfaltadas, ligadas à BR-324, à BA-099 e à estrada CIA—Aeroporto, principal acesso à Salvador. O fornecimento de água é feito do rio Ipitanga, através de um sistema de água tratada, e pela Barragem do Joanes II, que fornece 840 litros por segundo de água bruta. O CIA não possui sistema de esgotamento industrial, e os efluentes são lançados em fossas sépticas ou nos mananciais afluentes do Joanes.

Seu sistema de energia elétrica é

Salvador — Três centros industriais — Aratu, Subaé e Itabuna, e seis distritos industriais — Ilhéus, Itabela, Imborés, Jequié, Juazeiro e Sauípe, integram o Programa de Implantação de Distritos Industriais no Interior do Estado, voltado para o aproveitamento, em cada área, dos recursos naturais e humanos existentes dentro da estratégia de descentralização industrial proposto no II PND.

Esses distritos e centros industriais foram iniciados a partir da segunda metade da década de 60, primeiramente com o Centro Industrial de Aratu e, por iniciativa do poder público municipal, o Centro Industrial de Subaé, em Feira de Santana, e Itabuna. Dos distritos, Sauípe, em Alagoinhas, também surgiu de iniciativa autônoma do poder municipal.

dotado de suas subestações com capacidade instalada de 25 mil KVA e o sistema de comunicações dispõe de 300 ramais telefônicos, além de agências do Correios e Telégrafos e telex.

Subaé e Itabuna

O Centro Industrial do Subaé, em Feira de Santana, a 100 quilômetros de Salvador, tem uma localização praticamente contígua ao centro urbano do segundo maior município do Estado, num total de 1 mil hectares, dos quais 417 são destinados à implantação de indústrias. Sua vocação, a exemplo do CIA, é diversificada, havendo já instaladas indústrias dos ramos mecânico, metalúrgico, de minerais não metálicos e de produtos alimentícios.

O Subaé conta com 35 empresas, das quais 25 são novas e 10 foram realocadas. Os investimentos públicos até 1977 globalizavam Cr\$ 8 milhões e 200 mil. A destinação de sua produção é para os mercados do Norte e Nordeste, além de suprir o resto do Estado e a microrregião de Feira de Santana. Um fator para o crescimento do Centro Industrial do Subaé é sua localização no maior entroncamento rodoviário do Nordeste.

A infra-estrutura de transportes disponível é, basicamente, rodoviária. É formada pelas BR-324 (Salvador—Feira de Santana), BR-101 (Litorânea), BR-116 (Rio—Bahia), além das rodovias Feira—Juazeiro e Ibotirama—Barreiras que, por sua vez, ligam-se à Brasília. O sistema viário interno não está inteiramente implantado e várias vias não dispõem de capeamento asfáltico.

O abastecimento de água provém de um sistema de cinco poços artesianos, cuja vazão é distribuída por duas estações elevatórias e um reservatório. A energia elétrica é fornecida por uma subestação com capacidade de 5 mil KV, considerada insuficiente para a demanda. Também é precário

os sistemas de esgotamento pluvial, industrial e orgânico. A rede telefônica é integrada aos sistemas DDD e DDI.

O Centro Industrial de Itabuna, iniciativa da Prefeitura Municipal, não dispõe de um Plano Diretor, mas abriga várias indústrias, entre as quais, a mais importante é uma fábrica de laticínios e de processamento de cacau da Nestlé. Fora de sua área, 10 pequenas indústrias estão instaladas de forma dispersiva no centro urbano de Itabuna e estudos estão sendo feitos para a sua realocação.

Outros distritos

Apesar da falta de Plano Diretor do Centro Industrial de Itabuna, o eixo formado por esta cidade e Ilhéus, com o Distrito Industrial de Ilhéus, no bairro periférico do Iguape, possui as maiores expectativas de desenvolvimento industrial do interior da Bahia, com uma vocação clara para o processamento do cacau, maior produção primária da região e principal fonte de divisas para o Estado e o país.

O Distrito Industrial de Ilhéus dista sete quilômetros do centro urbano do município, com uma área de 264 hectares, dos quais 151 destinados à implantação inicial de unidades industriais. Doze indústrias já estão instaladas e 10 cartas de opção estão em estudos na Sudene. Os investimentos aplicados somam Cr\$ 511 milhões, sendo Cr\$ 380 envolvidos numa única unidade de chocolate liquor e torta de cacau.

Como atividades subsidiadas às três unidades alimentares, e à atividade primária da região, duas outras unidades depõem sobre a vocação do distrito. São do ramo químico, produzindo fertilizantes. As demais se situam nos ramos madeireiro (produção de laminados e tábuas), mobiliário e de sacos plásticos. Há uma predominância de pequenas indústrias, representando um total de 481 empregos diretos.

Das 10 empresas em projeto, quatro farão o processamento de cacau, todas de grande porte, e representam investimento superior a Cr\$ 750 milhões. Há uma ocupação por indústria de um a três hectares do espaço para a implantação de empresas e os investimentos públicos na infra-estrutura já ultrapassa dos Cr\$ 21 milhões. O Distrito Industrial de Ilhéus é cortado pela estrada Ilhéus—Uruçua, que o liga à BR-101.

O sistema de transporte e o meio de transporte para o escoamento da produção das unidades industriais do DI, além de contar com a estrutura rodoviária, dispõe do importante Porto do Malhado, distante três quilô-

Para aumentar a atividade industrial na região Nordeste a presença e os investimentos da Chesf na produção de energia elétrica foram fundamentais, trazendo profundas mudanças no cenário espacial e na vida da população.

Com investimento em infra-estrutura, financiamento, aumento da atividade industrial e ação planejadas as cidades melhoraram, como, por exemplo, as capitais de Recife e Fortaleza. A capital pernambucana teve suas pontes ampliadas, ruas calçadas, avenidas, parques e praças.

A ação governamental era, na época, de suma importância para a alocação de recursos. Por iniciativa do Presidente da República, foi implantado em Fortaleza, com recursos do Finor, o Terceiro Pólo Industrial do Nordeste, sendo o primeiro em Salvador, e o segundo em Recife. Decisão essa que causava um impacto extremamente positivo para a capital do Ceará.

Sobre o Ceará, o JB veiculou, ainda, a imagem de um estado que planeja e realiza, aumentando a modernização dos métodos de exploração de terra, implantando indústrias, melhorando a qualidade genética do gado, estimulando a ampliação da bacia leiteira do estado, construindo estradas, ampliando a eletrificação rural, elevando sua produção pesqueira, tornando-se líder regional na captura da lagosta; investindo na educação, em obras públicas, construindo centros sociais urbanos e melhorando o sistema de saneamento básico na capital.

O Maranhão traçou como prioridade de governo agricultura e pecuária, tentando duplicar a safra de 1 milhão e 200 toneladas, a fim de que o Brasil deixasse de importar, por ano, 6 mil toneladas do produto, recebendo apoio do governo federal. O estado estaria ganhando, também, recurso para investir na construção civil, no saneamento básico, na ampliação de energia elétrica, na indústria e no turismo.

O suplemento destacou que Sergipe em 10 anos cresceu nos setores de telecomunicações, construção civil, saúde, educação e indústria. Para melhorar as condições econômicas do estado, estava concentrando esforços para a criação de um complexo de indústrias químicas e base, a fim de explorar seu potencial de reservas minerais.

Ao analisar o Caderno/78 observa-se que o JB não veiculou matéria sobre o turismo, mas que ele está nas entrelinhas das reportagens sobre melhorias e investimentos das cidades, como em Recife, Salvador e Fortaleza.

É no Caderno Nordeste/79, como será visto a seguir, que o turismo recebe um papel de destaque na região e onde as belezas das praias, a diversidade cultural serão veiculadas.

6.1.5. Caderno Nordeste 1979



A o mesmo tempo em que amplia um moderno parque industrial e desenvolve projetos para a exploração de novas vocações econômicas, como a utilização de um potencial energético a partir de diversas matérias-primas encontradas em grande quantidade na Região, o Nordeste continua enfrentando problemas antigos e estruturais: a desnutrição, o analfabetismo, a seca, a questão fundiária. Técnicos, políticos e autoridades têm reclamado, constantemente, maiores recursos e atenção do poder central. Agora, quando o governo Federal anuncia novos planos e verbas, alguns demonstram mais otimismo com o futuro desta área, enquanto outros reivindicam transformações mais radicais para eliminar, em curto prazo, as disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul.²⁶¹

Uma região antagônica, com grande potencial energético e turístico, mas com graves problemas sociais, em busca de verbas, de investimento do poder central. Essa é a imagem que o Caderno de 1979 traz do Nordeste, numa época em que o Brasil estava fazendo sua abertura política e os jornais começavam a mostrar com maior nitidez as feridas sociais.

É o suplemento especial mais crítico em relação à região, mostrando as sociais, a insatisfação de alguns políticos, a vontade de vencer, mas com problemas climáticos como seca não ajudando o Nordeste avançar, além da vontade política. Por outro lado, mostra como o turismo está crescendo na região, como as cidades estão se preparando para receber fluxos turísticos domésticos e internacionais.

Entre os problemas sociais foram destacados o déficit de habitação popular, a baixa oferta de vagas no 2º grau na rede oficial de ensino em Alagoas (matéria 19); a falta de escola, casa, trabalho e saneamento no Maranhão (matéria 20); mortalidade infantil e evasão escolar, na Paraíba, sobretudo no interior (matéria 21); problemas esses comuns em toda a região. Junte-se o flagelo da seca, diminuindo a produção agrícola (matéria 22) e dizimando o gado.

²⁶¹ Ibidem. Nordeste/79, 23 de novembro de 1979, capa, 38 páginas.

Diante dos problemas sociais que não são abolidos nem resolvidos, apenas atenuados, num momento em que o país estava passando por transformações políticas, começando a abertura política, o povo indo mais às ruas fazer reivindicações, a crise econômica se instalando, os estados nordestinos passaram a reivindicar mais investimentos.

O Maranhão, por exemplo, reivindicava hospitais, água, estradas, mercados públicos (matéria 23); as microrregiões de Alagoas reivindicava água, energia e médicos (matéria 24); apoio a agropecuária no Piauí; os municípios do Ceará reivindicavam melhoria na carga tributária (matéria 25); na Bahia se reivindicava maiores investimentos em outros centros industriais, além de Aratu, Ilhéus e Feira de Santana (matéria 26).

Quadro em Alagoas não muda e problemas são os mesmos

Maceió — Para garantir uma oferta de residências populares de modo a sanar, por 20 anos, o déficit habitacional da Capital, o Governo de Alagoas, Guilherme Palmeira, lançou o programa de desapropriação de 600 hectares de terras nos arredores da cidade, mas lhe falta dinheiro para pagar a indenização e, por isso, quer garantir a participação do BNH — Banco Nacional de Habitação — no projeto.

Nessa área assinalada pelo Governo será construída a Via-Expressa de Maceió,

que terá 11,5 quilômetros.

Os primeiros contatos com o BNH serão mantidos ainda este ano, para se definir sobre a viabilidade do projeto e, também, garantir-se um valor de indenização razoável, porque depois da conclusão da Via-Expressa o Governo acredita ser impossível atender ao preço que será exigido pelos proprietários dos imóveis.

ENSINO

Para compensar a baixa oferta de vagas no ensino de 2º grau, na rede oficial, o Estado de

Alagoas comprou, este ano, mais 4 mil e 100 vagas, que totalizam Cr\$ 10 milhões e 700 mil. O ensino de 2º grau, na rede estadual, possui apenas 7 escolas no interior e 5 na Capital, mas o Governo tem planos para expandi-lo, atuando com os programas do Polonordeste — de apoio à área rural sertaneja — e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), que podem duplicar esse número no interior.

O orçamento para o setor educacional, este ano, foi de Cr\$ 532 milhões 712 mil e 900, que

serão aplicados, também, na ampliação, recuperação e equipamento da rede oficial de 1º e 2º grau, diretamente em 68 municípios, dos 94 existentes no Estado.

No ensino oficial superior, Alagoas tem, há 16 anos, a Universidade Federal de Alagoas, que incorporou faculdades isoladas. A UFAL oferece, por ano, 2 mil vagas num único vestibular para 27 cursos de duração mínima de 4 anos. Além disso, o Estado mantém, sob fundação, uma Escola de Ciências Médicas, com 70 vagas por ano.

Matéria 19 — Problemas sociais de Alagoas — 23/11/79.

Maranhão tem déficit de casa, escola, trabalho e saneamento

São Luís — O diagnóstico do setor social maranhense, elaborado para o Plano de Governo, não esconde a situação deficitária nos quadros habitacionais, de educação, saúde, saneamento, trabalho e lazer, reflexo da crise desses serviços à população. Sabe o governo que não adianta mudar o panorama econômico do Estado, com a elevação da renda interna e per capita, sem modificar, também, o perfil da economia social, tornando acessíveis à população, principalmente a de menor renda, os benefícios dos serviços sociais básicos, indispensáveis a uma melhoria da qualidade de vida. Por isso, em suas metas, inclui programas de ampliação da infra-estrutura social que atingirão a capital e o interior.

O sistema de saúde estadual não dispõe ainda de um serviço de notificação e registro de enfermidades, o que torna difícil o conhecimento estatístico do setor. As taxas de mortalidade geral e infantil não expressam a realidade, uma vez que os dados disponíveis referem-se apenas à capital e alguns municípios. A Divisão de Informação da Secretaria de Saúde revelou ser bastante significativo o número de óbitos que ocorrem no interior, sem assistência médica, e que vem a figurar como causas desconhecidas. Informou que, em 1978, de 4 487 óbitos registrados em 48 municípios, apenas 1 436 foram atestados por médicos. Isso sem levar em conta que, em muitas cidades do interior, não se faz nem registro dos óbitos, impossibilitando a catalogação da morbidade e mortalidade. Revelou que a taxa de mortalidade por 1 000 habitantes é de

18,26 e a de mortalidade infantil, 139.

Das doenças transmissíveis, as mais comuns são: lepra, sífilis, tuberculose, malária, esquistossomose, hepatite, coqueluche, doenças parasitárias e diarreia infecciosa. Com bases em pesquisas do IPEI, o número de crianças desnutridas na capital chega a 26.581, sendo que 3,4% desse total, em estado muito grave.

TRABALHO

No Maranhão, tem-se atribuído à deficiência da estrutura produtora de serviços na área urbana, grandes responsabilidades pelas contínuas dispersões da população. Estudos realizados na área de trabalho e ação social sustentam que a capital e cidades vizinhas tem sido vítimas das distorções da urbanização acelerada do Estado, "caracterizada pela expulsão do homem do campo, resultado de uma estrutura fundiária rígida, e por um modelo de ocupação espontânea, em função de expectativas de ofertas de serviços."

A distribuição da força de trabalho no Estado sente cada vez mais o impacto da reduzida expansão dos setores de serviços que absorvem somente 16,5% da população economicamente ativa. O setor industrial, pouco dinâmico, emprega apenas 5% da força de trabalho estadual, nos ramos de produtos alimentares, industriais, extrativos e químicos. Estudiosos são unânimes em afirmar que a morte da indústria têxtil e o nascimento da indústria de óleo, gerou desempregos.

Dados do IBGE indicam que o grupo de idade mais produtivo (20 a 49 anos) tem apresentado, no Ma-

ranhão, menores taxas de crescimento, nos últimos 20 anos, devido aos fluxos migratórios que buscam outros Estados na expectativa de conseguir empregos. Nota-se que a força de trabalho maranhense é muito jovem — 58,7% tem menos de 50 anos. Os autônomos, com 71,7% representam a grande maioria da Força de Trabalho, ultrapassando a média do Nordeste em torno de 47,4%. É justamente entre os ocupados que ocorrem os maiores problemas de emprego, onde, 500 mil trabalhadores, com renda abaixo do salário mínimo, revelam uma taxa de subemprego de 51,4%.

HABITAÇÃO

O Maranhão conta, atualmente, com 4 milhões de habitantes, densidade de 12,4 hab/km², e uma taxa anual de 2,6%. De sua força de trabalho, 80% recebem abaixo de um salário mínimo, 30% entre um e três salários mínimos e apenas 2%, acima de sete salários. São indicativos de que a realidade habitacional do Estado, conseqüentemente, é uma das mais dramáticas do país. Segundo o Anuário Estatístico do Brasil (1975), das 626.425 habitações existentes em todo o Estado, 490.667, cerca de 78,3%, são cobertas de palha e não dispõem de serviços de água, esgoto e energia elétrica. E, de acordo com dados censitários, mais da metade dessas casas tinham apenas um dormitório, e o grande número de barracos erguidos sobre estacas em áreas alagadiças favoreciam a proliferação de doenças transmissíveis.

EDUCAÇÃO

O déficit de escolaridade, no Estado, é superior a

150 mil alunos, os recursos são ínfimos e não chegam a suprir a rede escolar, em torno de 1 mil 478 escolas, a maioria carente de pessoal qualificado.

As duas universidades existentes na Capital, UFMA (criada em 1966) e a FESM (fundada em 1972) têm-se empenhado para atender a rede estadual e particular, eliminando a defasagem entre vestibulandos e vagas oferecidas. Apesar do grande crescimento percentual da matrícula, nos cursos da área tecnológica (78,9% no período de 1971 a 1978), estes são ainda pouco significativos em termos absolutos, representando, atualmente, pouco mais de 15% da matrícula total, na UFMA. Ainda existe forte predomínio dos cursos da área humanística. Já os dados sobre a FESM, indicam uma acentuada preferência para as áreas de ciências agrárias e tecnológicas, com 70% da matrícula total, contra 30% da área humanística. A FESM supre, hoje, a carência das áreas não servidas pela UFMA, oferecendo cursos de Engenharia, Veterinária, Agronomia e Pedagogia e Administração Pública.

CULTURA

Dois museus, o Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM) e a Cafua das Mercês (Casa do Negro), dois teatros — Arthur Azevedo, Viriato Correia, um auditório (Jarbas Passarinho, da UFMA) para apresentações variadas — de conferências a festivais de música, cinco cinemas, são os espaços culturais que a Capital oferece a seus 450 mil habitantes.

Problemas sociais atingem Paraíba em todos os níveis e são maiores no interior

João Pessoa — É no campo que vive a maior parte da população paraibana e, conseqüentemente, é lá que surgem os maiores problemas, em todos os níveis. Na Paraíba, o elevado índice de mortalidade, sobretudo infantil, tem por causas determinantes principais as doenças transmissíveis por veiculação hídrica e as preveníveis por imunização. Os levantamentos oficiais indicam, também, que há as causas que se identificam facilmente como decorrentes de fatores sócio-econômicos e da má distribuição do pessoal médico, devido ao baixo grau de cobertura da população pelos serviços permanentes de saúde.

São causas da morbidade na Paraíba: coqueluche, difteria, febre tifóide, hepatite infecciosa, meningite não especificada, poliomielite, sarampo, tétano, tuberculose e varicela. As vezes, estas doenças têm características endêmicas, abatendo-se sobre considerável parcela da população infantil. E o que é pior: estatísticas mostram que cerca de 80 por cento do obituario verificado no Estado ocorrem sem assistência médica.

De 1974 para cá, os números mudaram pouco. Naquele ano, constatou-se que, verificando-se a proporção de alunos aprovados na primeira série do primeiro grau e matriculados na segunda série no ano seguinte, apenas 48 por cento conseguiram esse intento, havendo micro-regiões como Piemonte da Borborema, sertão de Cajazeiras e Cariris Velhos que tiveram essa relação percentual abaixo dos 40 por cento. Hoje em dia, o índice de evasão entre alunos, concluintes da pri-

meira para a segunda série, fica em torno de 45 por cento.

Ao nível do ensino de primeiro grau, onde se situa a responsabilidade do Estado, o índice de população na faixa etária de 7 a 14 anos não atendida pelo sistema é de 33,9 por cento. Isto é, do total de 588 100 da população escolarizada, apenas estão matriculadas 512 255. Desse total, 387 726 estão na faixa de 7 a 14 anos, havendo deficit de 179 374, correspondente a 33,9 por cento.

No primeiro grau, há um total de 7 874 escolas, com 425 075 estudantes. No segundo grau, o número de alunos diminui para 24 847, para um total de 52 escolas em pleno funcionamento, sem incluir as que funcionam precariamente porque estão sendo concluídas.

Na Paraíba, o ensino superior é ministrado pela Universidade Federal, a Universidade Regional do Nordeste e um conjunto de faculdades da rede particular de ensino, expandida neste últimos anos, atingindo as cidades de Cajazeiras, Souza, Patos e Guarabira, além das escolas superiores implantadas anteriormente em Campina Grande, em João Pessoa e Areia.

Este ano, só na Universidade Federal, há uma população universitária de 16 071 estudantes. Não existem dados sobre a evasão no ensino superior na Paraíba, mas o índice é elevado, sobretudo na área humanística. É nessa área que se concentram os maiores problemas de colocação da mão de obra. Recentemente, para se ter uma idéia, houve um concurso para Agente Fiscal, na Paraíba, a nível de segundo grau, e muitas pessoas de nível superior se inscreveram. Algumas até da área tecnológica.

Seca diminui toda safra do Rio Grande do Norte

Natal — A economia do Rio Grande do Norte é essencialmente agrícola, com 60% da população trabalhando no campo, principalmente nas culturas de subsistência e do algodão. Foi exatamente por isso que a última seca representou um grande golpe para a economia do Estado, com uma queda de 40% na produção do algodão e do milho e de cerca de 70% da lavoura do feijão.

A seca deste ano trouxe, contudo, alguns benefícios em termos de desenvolvimento de uma infra-estrutura para as atividades agropecuárias, e também no que diz respeito à desmobilização da "indústria da seca". O principal resultado da implantação do Plano de Emergência foi, este ano, a fixação do homem à terra, através do programa de assistência e de fortalecimento da propriedade agrícola.

Na primeira etapa de execução do Plano, foi enquadrada uma área de 34 mil 800 quilômetros quadrados, correspondendo a 65% da área do Estado. Isso incluía apenas 85 municípios. No final de setembro, porém, a situação ficou mais grave e a emergência foi estendida a mais 25 municípios. Ou seja, apenas 40 municípios do Estado não foram incluídos no plano.

Só o que não funcionou bem foi o atendimento na área de crédito. Muitos proprietários, principalmente da região Oeste do Estado, quase que foram à falência quando os bancos oficiais suspenderam os financiamentos dentro da linha do Projeto Sertanejo — com juros de 2% e seis anos de carência. Os juros passaram de 2% para 7% e o prazo de pagamento foi reduzido de 20 para 12 anos.

Diante dessa situação, os proprietários rurais dificilmente conseguirão sobreviver, pagando juros por bens não produtivos, por empréstimos feitos para desmatamento e outras obras de infra-estrutura. E, principalmente, enfrentando uma mudança constante de sistemática dos bancos oficiais, que se torna mais perigosa do que a própria seca. Essa é, pelo menos, a queixa dos pequenos e grandes proprietários

da região Oeste, a mais importante do Estado.

PASTO E ÁGUA

Quem plantou este ano não chegou nem mesmo a iniciar a colheita. E o que se vê percorrendo todo o sertão do Oeste, a cerca de 260 Km de Natal, e Mato Grande, a 200 km. Os pequenos proprietários já começam a sentir dificuldades em conseguir a própria alimentação, e as cabeças de gado estão morrendo de fome.

Com um quilo de torta a Cr\$ 10,00 e na ausência absoluta de pasto, os pequenos pecuaristas estão lançando mão da macambira, uma cactácea fibrosa que é utilizada para a alimentação de pessoas e animais sempre que ocorre uma seca.

A queda no rebanho do Estado foi de 40%. Das 850 mil cabeças de gado, houve uma perda de cerca de 400 mil. E muitos animais foram transferidos para outros Estados, principalmente quando os preços baixaram por causa da impossibilidade de conseguir alimento para o gado. Apareceram, então, os intermediários, comprando gado barato aqui, para vender por preços bem mais altos no Mato Grosso e na região Sudeste.

Outro grave problema é a falta de água. Cerca de 80% dos proprietários do Estado não têm condições de captação de água. Além disso, o terreno — plano e com camadas de caucário — não oferece condições para o armazenamento da água em açudes. Para quem tem dinheiro, a solução é perfurar poços, mas quase ninguém tem.

OBRAS

O Plano de Emergência mobilizou, em 110 municípios, 96 mil 192 trabalhadores e 12 mil 376 propriedades rurais. Em termos de obras realizadas, foram 73 mil 720 hectares desmatados, construção e reforma de 7 mil 508 Km de cercas, 392 açudes, 98 barragens, 32 casas, 142 currais, 518 barreros, 225 cacimbões, 106 armazéns, 4 mil 476 metros de canais de alvenaria, 74 cisternas e 206 cacimbas.

São Luís — Escolas, hospitais, água, estradas, mercados públicos e incentivos à produção agrícola são as principais reivindicações que os 130 municípios maranhenses fazem ao Governo, informou o Sr. Francisco Gomes, diretor do Escritório Técnico de Administração Municipal — ETAM, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento.

Na função de coordenar e integrar os planejamentos municipais aos planos e metas do Governo Estadual e Federal, o ETAM, tem dado ênfase ao associativismo para promover a cooperação técnica e eliminar o favoritismo regional, disse o diretor.

Matéria 23 – Reivindicações de São Luís – 23/11/79.

Água, energia e médicos as maiores reivindicações das microregiões de Alagoas

Maceió — Falta de médicos, água e energia elétrica têm sido, basicamente, as principais reclamações dos prefeitos municipais de Alagoas, que estão sendo reunidos pelo Governo do Estado, por microregiões, para debaterem diretamente seus problemas. Além desses, há pedidos para construção de estradas pavimentadas, implantação de serviços telefônicos, maternidades e escolas.

O Governador Guilherme Palmeira tem prometido atender a 80% das reivindicações apresentadas mas, como ainda se falta reunir mais da metade dos municípios existentes em Alagoas (94 ao todo), a idéia que se tem desses encontros é ainda muito vaga, no que se refere ao cumprimento das promessas.

CRÍTICAS

Pouco depois de assumir o Governo de Alagoas, o Sr Guilherme Palmeira revelou o interesse de reunir, por microregiões, os 94 municípios do Estado, debatendo diretamente com seus prefeitos os problemas gerais. Criou-se, então, o Encontro do Governo com os Prefeitos, que já vai na quarta realização e, mesmo sabendo que não poderá atender a todas as reivindicações, o Governador rebate as críticas contra sua política com veemência:

— “Não vim acenar com o impossível e não aceito críticas, porque o que for

possível atender será incluído no meu Plano Operacional de Governo”, adverte.

Há, realmente, que se destacar que o Governo Estadual se sente impotente diante de tantos problemas apresentados, especialmente no que se refere à construção de estradas, que tem um custo muito elevado (em média, Cr\$ 2 milhões por Km). Mas o Sr Guilherme Palmeira vem oferecendo uma contrapartida: o plano de estrada de baixo custo. No caso dos pedidos de construção de maternidades, a Secretaria de Saúde tem o plano da casa maternal, “simples, mas eficiente quando não se pode oferecer o hospital propriamente”, como reconhece o Secretário José Bernardes Neto, que chegou a sugerir aos prefeitos que pediram médicos-residente:

— “Arranje um que queira ir para o interior que eu garanto o salário de Cr\$ 11 mil e contrato dentro de 48 horas.”

Até hoje não saiu nenhum contrato para médico-residente no Governo Guilherme Palmeira, mas o secretário justifica que é porque os prefeitos não conseguiram sensibilizar nenhum profissional médico. Esses encontros do Governo, com as lideranças municipais, ao primeiro dá uma visão natural dos problemas do Estado, se bem que o Governador reconheça que luta desesperadamente com um outro problema básico: dinheiro.

Municípios continuam pedindo ajuda

Fortaleza — Está no Ceará talvez o maior e mais dinâmico movimento municipalista do País. Quanto mais trabalha, mais decepções tem. A última foi o anunciado "pacote tributário", que, para os líderes desse movimento, nada tem de reformulador.

Por isso, a figura central do grupo municipalista cearense — o professor Américo Barreira, assessor da Associação dos Prefeitos do Ceará e da Associação Brasileira dos Municípios — adverte aos que, no Governo, planejam soluções para o setor: "O problema municipal brasileiro enquadra todos os municípios, desde os de mínima aos de máxima receita".

POLÍTICA SUICIDA

Segundo o professor Américo Barreira, nenhum município deste País obteve do Governo solução de qualquer problema fundamental. Nem São Paulo — o de maior receita, que sozinho arrecada mais do que todos os municípios do Polígono das Secas, deixando grandes parcelas de sua população à margem de numerosos serviços básicos, como esgotos sanitários, água tratada, leitos hospitalares, vagas em escolas, transporte coletivo, sem falar na oferta de empregos e lazer, combate à poluição, boas condições de trabalho e salários.

— Toda a política municipal e urbana do

País é suicida, senão estúpida, diz o professor Américo Barreira, para quem a posição do Governo diante do problema sempre esteve mal conduzida, enfatizando uma urbanização galopante, protegida por "fundos" e créditos de desenvolvimento urbano, unilateralmente, sem a contrapartida de desenvolver os municípios, sobretudo os periféricos — "fonte inesgotável da mobilidade social horizontal direcionada às grandes metrópoles".

Ele cita Fortaleza como exemplo: aqui, a taxa interna de crescimento da população está em torno de 2%, menos do que o crescimento global do País e do Estado como um todo. No entanto, a taxa final anual sobe para 6%, ou mais. Disso, resultam duas evidências: a tendência natural, interna, das populações urbanas em desenvolvimento é o da contenção espontânea da taxa de crescimento; inversamente, enquanto se estimulam investimentos na área dos equipamentos urbanos, sem a contrapartida de implantação de instrumentos desaceleradores das pressões migratórias periféricas, estas se exacerbam sobre as metrópoles, sem nunca eliminar e, às vezes, aumentando, os déficits de equipamentos.

— Até hoje, porém, não obstante sugeridos e propostos pela própria Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará, em mais de uma

oportunidade, os instrumentos de desaceleração das migrações internas foram, sequer, experimentalmente postos em prática. As cidades incham. As metrópoles explodem. O interior, o campo, a zona rural se esvaziam. A visão do problema é caolho e míope, afirma Américo Barreira.

ERRO DE LONGE

Para o professor Américo Barreira, o município brasileiro é, historicamente, pobre, por causas estruturais, por vícios e erros da evolução econômica do País, desde os ciclos econômicos fechados e estanques, voltados para a exportação de produtos primários, sustentáculos do latifúndio, "do coronelismo remanescente ou substituído", geradores de rendas espoliativas, com a concentração destas e a inversa consequência da disseminação da pobreza.

— O empobrecimento crescente, já agora galopante, do município brasileiro, é conjuntural, agravado nos anos pós 1964, com o centralismo administrativo-político-tributário, explicou.

Como "desempobrecer" o município? O professor Américo Barreira repete as sugestões que citou, durante o seu depoimento à CPI da Câmara Federal que investiga as causas do empobrecimento dos Estados e Municípios, em setembro deste ano:

1) A autonomia municipal, que está inscrita nas cartas magnas brasileiras, mas que sempre foi teórica, impondo-se, assim, uma definição constitucional clara e ousada, sobretudo quanto ao nebuloso conceito de "peculiar interesse do município";

2) Mudanças do uso da terra e das relações de produção que decorrem de uso. A Reforma Agrária, que tem tido ensaios tímidos e vem sendo barrada pelos próprios órgãos que estariam obrigados a promovê-la. É preciso acelerar, com medidas diretas, as mudanças das relações espoliativas, presentes em todo o País, embora mais fortemente no setor primário da economia menos desenvolvida;

3) Capacidade Tributária. O elenco atual não responde às exigências financeiras dos municípios, em não mais do que 10% dos quase 4 mil existentes, esses também sobrecarregados dos ônus decorrentes da inchação urbana.

No terreno econômico, o movimento municipalista cearense propõe: a) incentivo e apoio às atividades locais já existentes, visando a assegurar sua sobrevivência e elevar sua produtividade; b) estudo de alternativas de comportamento da economia local, com o propósito de substituir atividades de baixa produtividade ou de baixo interesse econômico e/ou social; c) es-

tudo e pesquisa para a identificação de atividades reprodutivas novas, inclusive para diversificar a economia, segundo a vocação local-regional já comprovada, e dentro de prioridades definidas.

No campo financeiro, o professor Américo Barreira, falando pelos municipalistas do Ceará, sugere: a) aumento do percentual da atual participação na arrecadação de tributos com aumentos também relativos ao crescimento real da arrecadação dos impostos que dão lugar às transferências; b) participação do município nos efeitos fiscais de qualquer tributo; c) participação do município não apenas nos efeitos fiscais, mas nos efeitos financeiros e nos lucros, em empreendimentos públicos ou privados que explorem ou venham a explorar recursos naturais de origem local; d) mudança dos critérios de distribuição das receitas transferidas, através de um mecanismo que permita a distribuição do "bolo" das receitas a transferir; e) mudança sistemática do ICM; f) criação de um Fundo de Desenvolvimento Econômico dos Municípios em contrapartida ao Fundo de Desenvolvimento Urbano, visando a desacelerar a mobilidade social horizontal, reduzindo a pressão demográfica sobre as grandes metrópoles.

Demais distritos industriais baianos não têm mesmas perspectivas de Aratu

Salvador — O êxito que o Centro Industrial de Aratu experimentou nos bons tempos dos incentivos fiscais, quando chegou a ser considerado o mais vantajoso sítio de localização industrial do Nordeste, motivou as cidades de porte médio da Bahia a reivindicarem a implantação de infraestrutura para a instalação de indústrias. Na época, a existência de um distrito industrial era considerado imprescindível fator de atração industrial. O mínimo que se esperava de um deputado eleito com o apoio de um dos municípios de porte médio era que desfaldasse a bandeira do distrito.

Hoje, excetuando-se os distritos industriais de Feira de Santana e Ilhéus, é difícil atribuir qualquer sucesso substancial aos outros seis implantados no interior da Bahia, fora da Região Metropolitana de Salvador. O exemplo mais deprimente está na cidade de Jequié onde, a partir de 1972, foi implantado um distrito industrial com 5,5 quilômetros de sistema viário e onde, até agora, apenas uma pequena serraria instalou-se. O distrito de Jequié foi uma realização apoiada, com muito empenho, pelo atual senador Lomanto Junior, vigoroso líder político da cidade.

ATRAÇÃO INDUSTRIAL

O secretário da Indústria e Comércio, Manoel Castro, reconhece

que apenas os distritos de Feira de Santana e Ilhéus podem ser considerados plenamente válidos. O reconhecimento não significa, entretanto, que os distritos das duas cidades tenham atuado como indispensável fator de atração industrial. Em Ilhéus, as principais indústrias implantadas ou em implantação compõem o parque agroindustrial do cacau, cuja localização na cidade justifica-se pela circunstância do Sul da Bahia produzir 95% do cacau cultivado no Brasil. Em Feira, as indústrias começaram a chegar antes do distrito, como conseqüência de sua localização, na principal confluência rodoviária entre o Centro-Sul e o Nordeste.

Ainda com relação à Feira de Santana, atribui-se outra causa ao relativo sucesso industrial da cidade: Feira fica a 108 quilômetros de Salvador mas fora da Região Metropolitana, o que permite as 40 empresas que lá se instalaram beneficiarem-se com 75% de incentivos da Sudene, 25% a mais do máximo que obteriam caso optassem pelo Centro Industrial de Aratu.

Uma pesquisa divulgada nos últimos meses do Governo passado considera que a implantação da maior parte dos distritos do interior ocorreu, "tendo como base, o êxito de Aratu, repetido, sem dúvida, em Feira de Santana". Conclui a pesquisa: "no momento em que a maior parte da implantação dos dis-

tritos ocorreu, já o sistema de incentivos havia ultrapassado a fase mais dinâmica, ficando o esforço reduzido à oferta de terrenos equipados".

Com base na carência de indústrias nos distritos, as autoridades, a exemplo do Secretário da Indústria e do Comércio, Manoel Castro, admitem que é difícil criar, artificialmente, vocação industrial. Confessa o Secretário que não é a eventual receptividade que uma cidade demonstra para sediar um ou mais projetos industriais que justifica a implantação de distritos. Para ele, "a partir de uma determinada dimensão físico-urbana, o importante é que a cidade passe a preocupar-se com o uso de sólo, determinando locais onde as indústrias possam instalar-se.

— "De certa forma, as cidades já observam isto. Nenhuma permite a localização de matadouro no perímetro urbano," disse.

CACAU E CAFÉ

No município de Juazeiro, seis microempresas e uma empresa de médio porte estão instaladas no Distrito Industrial, o que não anula sua vocação para empreendimentos bem maiores, notadamente no setor agroindustrial. Ocorre que o distrito não é opção para estes empreendimentos maiores. Só um projeto, o da Agrovale, voltado para a produção de álcool e açúcar, com base na lavoura irrigada de

cana, "é mais importante do que todo o distrito", como reconhece o secretário Manoel Castro. Assim como a Agrovale, outros projetos chegam a Juazeiro a fim de aproveitar as condições excepcionais que a irrigação oferece à agroindústria. E todos eles terão de estudar a localização exata do empreendimento sem considerar o distrito como opção.

Os fracassos não podem ser explicados unicamente pelo esvaziamento dos incentivos fiscais, a exemplo do propiciado pelo distrito industrial de Porto Seguro, mais conhecido como Pólo Madeireiro, criado para insumir as florestas remanescentes da Mata Atlântica, cuja madeira antes saía do Estado *in natura* para ser beneficiada em Minas Gerais. No distrito de Porto Seguro chegou a haver 39 serrarias funcionando, com investimento médio inferior a Cr\$ 1 milhão. As serrarias, entretanto, tendem a diminuir, na medida em que o transporte de madeira passa a exigir maior distância. Na época da pesquisa, sete das serrarias já estavam fechadas. Outras estudavam a realocação. Queriam seguir no rastro da madeira, ficar sempre junto da matéria-prima. São as chamadas serrarias "ciganas".

O distrito industrial de Itabuna — iniciativa da Prefeitura local, a exemplo do de Feira de Santana — não é tão folclórico quanto o de Jequié porque sua,

também única, empresa é de expressão. Trata-se de uma unidade da Nestlé que transformará cacau em **liquor**, manteiga e torta, a exemplo de outras cinco implantadas ou em implantação na vizinha Ilhéus. As empresas que beneficiam cacau são de capital intensivo e tecnologia sofisticada. Conjuntamente, sua capacidade de moagem aproxima-se de 75%, embora, de acordo com a determinação da Cacex, apenas metade da safra de cacau possa ser industrializada no Brasil, devendo o restante ser exportado em amêndoas.

Em Alagoinhas, onde a Prefeitura movimentou-se para implantar um distrito, a iniciativa pouco foi além do projeto e da intenção. Em Vitória da Conquista, até o ano passado, as quatro indústrias instaladas, todas de pequeno porte, eram pre-existent, em relação ao distrito, sendo que uma já funcionava na área que veio a ser desapropriada para a implantação da infraestrutura. As outras apenas se realocalizaram.

Com a expansão da cafeicultura no Centro-Oeste baiano, onde estão municípios de Conquista e Jequié, há a possibilidade dos distritos destas duas cidades localizarem empresas vinculadas ao cultivo do café, a exemplo de metalúrgicas especializadas em fabricar secadores mecânicos, descascadores ou de fábricas de fertilizantes e outros insumos.

Mas, o Nordeste não só tinha problemas sociais, gente e governo reivindicando. Tinha, também, projetos de desenvolvimento em andamento e potencial energético, tais como a Salgema em Alagoas; potássio, magnésio e sódio dando impulso às forças da economia de Sergipe; *know-how* do Ceará na produção de álcool de mandioca; aproveitamento da energia solar na Paraíba, entre outras fontes de energia.

A indústria de alimentos, de transformação de minerais metálicos, indústria têxtil, de produtos plástico, couro e peles crescia substancialmente na Paraíba, além da produção de tungstênio; a Usina Mandacaru, na Bahia, a primeira instalada em área irrigada, produzia mais de 600 mil sacas de açúcar; o cacau dava US\$ 1 bilhão de divisas para a Bahia e já havia no estado mais de 115 milhões de covas de café; a construção de casas populares em Pernambuco; a consolidação o II pólo industrial do Nordeste; crescimento de 20% nas exportações de alagoas; implantação da cidade hortifrutigranjeira no Rio Grande do Norte, ocupando uma área de 300 hectares e empregando mais de 1000 pessoas; criação de novos núcleos industriais em Pernambuco, tais como, Moreno, Igarassu, São Lourenço da Mata, na área metropolitana; no Maranhão estava sendo criado do distrito nº. 1 de São Luís e do futuro terminal exportador siderúrgico, que escoará o minério de Serra dos Carajás.

O Nordeste tinha, também, muitas praias, cachoeiras, colinas, tempo ameno, balneários, marinas, folclore, cultura, gastronomia e investimento na rede hoteleira. O JB mostrou o potencial político de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte (matéria 27) Alagoas (matéria 28), Bahia (matéria 29), Piauí (matéria 30) e Maranhão (matéria 31).

Nunca um Caderno Nordeste do JB foi tão híbrido como o de 1979. Foi mostrado feridas sociais profundas, problemas de infra-estrutura, seca, insatisfação política, mas também indústria, ampliação de infra-estrutura e ênfase ao turismo.

Turista tem muita atração em Natal, cidade cercada de praias e clima ameno

Natal — A exceção da região Agreste, o Rio Grande do Norte todo, com os seus 53 mil quilômetros quadrados, pode ser considerado uma atração turística. Para isto, deve-se levar em consideração o Estado como um todo e tudo que ele tem dentro de si: as paisagens naturais, o artesanato (o culinário, inclusive), a cozinha, as atividades humanas, as danças, as festas, a arquitetura, os monumentos históricos, os pontos especificamente turísticos.

Natal é uma atração à parte. A cidade é bonita, estendendo-se sobre algumas colinas, cheia de praias, clima ameno, boa comida, interessantes festas populares, um folclore bem característico, monumentos históricos raros — imagine uma coluna capitolina enviada por Benito Mussolini, no meio de uma praça no bairro do Alecrim — um ar de verão quase permanente, belíssimos pores-de-sol. Dos lados sul e norte, belas praias com areias limpas, coqueirais, águas azuis, locais piscosos, dunas.

Para facilitar a atividade turística, o Estado, especialmente Natal e as cidades maiores — Mossoró, Caicó e Currais Novos — conta com uma boa rede hoteleira e de pousadas, a preços variáveis. Três rodovias federais de boa qualidade — juntamente com outras estaduais do mesmo nível — garantem uma fácil e rápida ligação com

o interior. Empresas de ônibus com viagens diárias ligam Natal a praticamente todo o interior.

E de Natal, o turista pode desbravar o interior potiguar, que oferece uma diversificada riqueza de elementos: a região Salineira ao norte, com suas praias rasas e de águas transparentes, as salinas, a temperatura seca abrandada por ventos constantes; no Seridó, o sertão potiguar, as paisagens marcadas pela presença do gado, a caatinga, os monumentos históricos, os centros de romaria (Carnaúba dos Dantas), as cidadezinhas tranquilas, as minas, os aigodoais, as fazendas, na região Oeste pode-se encontrar Martins, cidade serrana, com a temperatura média de 16 graus, em cima de uma serra, ou Mossoró, segunda maior cidade do Estado, com suas águas termais, rico artesanato com as areias coloridas da praia de Tibau, salinas e uma das maiores festas populares: a que marca a resistência ao bando de Lampião, com encenações em praça pública, apresentações folclóricas, espetáculos teatrais, feira de artesanato, em junho. O lado leste do Estado, onde se encontra Natal, apresenta além do litoral, os engenhos de açúcar, os canaviais, muitos monumentos históricos (casa de câmara, cadelas públicas, casas de fazenda) e um rico folclore (bambelô, coco-de-roda, pastoral, marujada, etc.).

Alagoas já tem plano para turismo

Maceió — Um plano que levará três anos para ser totalmente implantado representa o maior investimento do Governo Guilherme Palmeira no setor turístico de Alagoas. É o Plano de Turismo Social, a ser implantado pela Ematur — Empresa Alagoana de Turismo — com o objetivo de "socializar" as oportunidades do turismo, mediante uma política que exige a participação dos empresários do setor, sindicatos de trabalhadores e o Governo.

O Plano foi elaborado e discutido por técnicos em turismo, que consideram uma experiência pioneira de Alagoas, enquanto o presidente da Ematur, Sr Manoel Cavalcante, aguarda que toda a infra-estrutura esteja montada para mostrar que experiência não só incrementará o setor como difundirá novas opções turísticas no Estado.

O turismo, em Alagoas, é feito com base nas praias dos litorais Norte e Sul, muito concorridas e difundidas pelas suas belezas naturais, mas a Ematur deseja "desconcentrar" o fluxo turístico dessa área, com receio até de perdê-

la por causa da sua utilização irracional, e estabelecer um trânsito turístico mais freqüente, uma vez que o "pique" se dá no meio e final de ano.

TURISMO SOCIAL

O Plano de Turismo Social será aplicado a partir de 1981 até 1983, em três etapas distintas, sendo que logo na primeira, a Ematur testará sua validade e terá condições de estimar até mesmo o número da população de turistas que visitará o Estado. A ideia é estender as oportunidades à uma classe de renda mais baixa, através da redução dos custos de hospedagem e deslocamentos.

"Para se colocar em prática esse Plano" — observou o Sr Manoel Cavalcante — "é necessário que haja uma integração entre os empresários hoteleiros, empresários do setor de transporte e empregadores em geral, juntamente com os sindicatos de trabalhadores, uma vez que a socialização que se pretende atingir, dentro de uma redução de custos, exige a partici-

pação total dos setores econômicos do Estado, aliado à Ematur. Nosso pensamento é começar com o Plano atuando em férias coletivas de trabalhadores".

RECUPERAÇÃO

Através da Serveal — Serviços de Engenharia de Alagoas — o Governo do Estado iniciou o programa de recuperação dos acervos históricos alagoanos, especialmente na cidade de Penedo, a 180 km de Maceió, que foi a primeira a surgir, no século XVII. Lá existe um sistema de hotéis considerado regular e há várias opções turísticas porque a cidade é cortada pelo rio São Francisco, encontrando-se a 40 km da sua foz.

Outra cidade é Marechal Deodoro, primeira Capital do Estado e onde nasceu o proclamador da República. Lá foi aprovada, recentemente, uma lei municipal — estimulada pela Ematur — para que seja proibida a reforma de prédios históricos que não obedeça a linha arquitetônica primitiva. A Ematur deseja, com isso, preservar o acer-

vo que é considerado um dos mais ricos do Nordeste.

CALABAR

Depois de propor um "corredor turístico" para Alagoas, utilizando-se dos recursos da A1-220 (rodovia litoral), que liga Maceió às outras Capitais do Norte/Nordeste, a Ematur cuidará da encenação da peça "Calabar", retida há alguns anos por motivos políticos. A peça será encenada em Porto Calvo, a 100 km de Maceió, justamente o centro desse "corredor" proposto pela Ematur para desviar o tráfego em demanda ao Recife.

Informou o Sr Manoel Cavalcante que o "corredor" não poderá garantir um tráfego de 100 por cento, no transporte de passageiros em demanda ao Recife, João Pessoa, Fortaleza etc., mas a Ematur se contentará se impor 80 por cento, "o que se constitui, não só em benefícios ao nosso turismo, como em segurança do tráfego rodoviário, porque a outra opção, a BR-101, é mais concorrida e mais susceptível aos acidentes."

Bahia busca completar sua infra-estrutura turística com balneários e marinas

Salvador — Depois de compor um eficiente parque hoteleiro e de construir um centro de convenções à altura de qualquer centro turístico, a Bahia reivindica outras realizações a fim de completar a infra-estrutura que o turismo requer. O presidente da empresa estadual de turismo (Bahiatursa), Paulo Gaudenzi, reconhece que o turismo aqui ainda é "excessivamente contemplativo". O turista encontra muitas coisas para ver e apreciar, mas pouca coisa para fazer.

O Sr Paulo Gaudenzi explica que faltam equipamentos como balneários, marinas, colônias de férias, albergues para a juventude, instalações para a prática de esportes etc. Há também carência de eventos e programações. Exemplos: apesar das decantadas praias, não se organiza um só torneio de pesca para os turistas. Na a se fez, até agora, para atrair pessoas idosas, que constituem parte significativa do fluxo turístico em todo o mundo, já que depois da aposentadoria há mais tempo para viajar.

HOTÉIS

Com 15 mil leitos, a maior parte em hotéis contruídos nos últimos cinco anos, o parque hoteleiro da Bahia é considerado o mais novo do Brasil. Suas maiores expressões são os hotéis classificados com cinco estrelas pela Embratur, notadamente o Meridien, com 480 cômodos entre apartamentos e suítes. O Othon, com 300 apartamentos, o Salvador Praia, com 160 apartamentos, também foram contemplados com cinco estrelas, o que deverá ocorrer, ainda com a Pousada do Carmo, de 70 apartamentos.

Há muitos hotéis novos adequados ao turismo de poder aquisitivo menos privilegiado, a exemplo do Ondina Praia ou Vela Branca, com diárias que não chegam a Cr\$

1 mil por casal. E há os pequenos hotéis remanescentes, construídos antes do "boom" hoteleiro, a maior parte instalada em velhos casarões. O sr Paulo Gaudenzi reconhece que é válido a Embratur incentivar a recuperação destes hotéis de forma a se constituírem em opção adequada para o turismo de baixa renda.

O centro de convenções, inaugurado este ano, dispõe de um grande auditório com capacidade para duas mil pessoas, dois auditórios menores, com capacidade para 400 pessoas, cada; quatro salões com acomodações para 50 pessoas, além de 11 salas de reunião. Dispõe ainda de área interna para exposição, três restaurantes, lojas, centro de comunicação, ambulatório médico e outras instalações. Os auditórios são dotados de sistema de tradução simultânea para cinco idiomas.

Quatro regiões do Estado são consideradas prioritárias para a implantação de hotéis e outros equipamentos do turismo: 1. Recôncavo, incluindo Salvador, o litoral da Baía de Todos os Santos e as bacias dos rios Paraguaçu e Jaguaripe; 2. Litoral sul, notadamente as localidades de Valença, Cairu, Morro de São Paulo, Ilhéus, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália; 3. Chapada diamantina, onde o garimpo de diamante foi responsável pela formação de cidades coloniais como Lençóis, Mucuge, rio de Contas e outras.; 4. São Francisco, região onde estão atrações como a cidade de Juazeiro, o Lago de Sobradinho, a Cachoeira de Paulo Afonso e a romaria de Bom Jesus da Lapa.

Por intermédio de uma empresa do Estado, a, Empreendimentos Turísticos da Bahia (Emtur) estão sendo construídos hotéis em várias cidades das regiões prioritárias. Em outras, os hotéis já foram construídos.

Muito mistério em torno das sete cidades encantadas que são atração no Piauí

Teresina — A pouco mais de 200 quilômetros de Teresina, as sete cidades encantadas — assim chamadas porque são sete conjuntos e porque também há muito mistério em torno delas — constituem a maior atração turística do Piauí. São blocos de rocha de todos os tamanhos e formatos, alguns deles lembrando ruínas e monumentos.

Em inúmeros pontos, as rochas apresentam inscrições de significado desconhecido, ignorando-se também quem as fez. Há, entretanto, a versão de que as sete cidades foram habitadas por um povo que alcançou elevado grau de civilização e chegou a estabelecer relações comerciais com outras civilizações do Mediterrâneo, há dezenas de séculos.

OS MONUMENTOS

O fascínio levantado por essa lenda é mais acentuado quando se vêem, além das inscrições, enormes formações como o Castelo, a Biblioteca, os Três Magos e a Cabeça do Rei, nas quais a imaginação não precisa ser muito fértil para vislumbrar a interferência humana.

As sete cidades situam-se no Município de Piracuruca, numa área de 20 quilômetros quadrados transformada em parque nacional. O acesso é fácil, por rodovia asfaltada até Piripiri, e daí por estrada de terra batida — mas de boa qualidade — de 16 quilômetros.

Perto, um hotel-fazenda, recentemente construído, oferece charretes, jogos diversos, passeios a cavalo, leite tirado na hora ao amanhecer e todas as comodidades de uma hospedaria moderna. Há, ainda, piscinas naturais para crianças e adultos e muito verde. Uma Kombi leva os visitantes aos pontos principais das sete cidades.

Para conhecer bem o local, descobrindo-se as belezas dos conjuntos harmoniosos, precisa-se de pelo menos dois dias, sendo indispensável ser acompanhado por um guia, que pode ser encontrado ali mesmo.

Além das sete cidades encantadas, o Piauí oferece aos turistas as praias da Pedra do Sal, em Parnaíba, a 340km de Teresina, e Coqueiro e Atalala, em Luís Correia. Há um motel junto à praia de Atalala, e em Parnaíba, a 18 quilômetros, podem ser encontrados o Hotel Rio Parnaíba e o Cívico Hotel, ambos no centro da cidade, confortáveis e modernos. Há pratos regionais, à base de frutos do mar, no restaurante Cabana, localizado às margens do rio Igarapé.

Os recantos mais bonitos são as famosas lagoas de Portinho e Coqueiros, emolduradas por imensas dunas e em torno das quais existem restaurantes típicos, especialistas em comidas regionais. As águas são piscosas, razão pela qual o esporte da pesca é ali muito difundido.

Arquitetura, folclore e muitas praias levam mais turistas a São Luís

São Luís — Com um dos maiores conjuntos de arquitetura colonial brasileira — 3 mil 884 prédios dos séculos XVII, XVIII e XIX, de fachadas de azulejos, sacadas de ferro e mirantes, manifestações folclóricas o ano todo, como a Festa do Divino Espírito Santo, o Bumba-Boi, o Tambor de Crioula e o Tambor de Mina (ritual de origem mina-gege), as Pastorais, artesanato basicamente em palha, praias e muito sol, São Luís, mais do que um novo portão de entrada de turistas no Nordeste, projeta-se cada vez mais no cenário turístico do país.

Até há pouco tempo relegado ao abandono, por falta de verba ou interesse dos Governos passados (as ruínas do Solar dos Vasconcelos, por exemplo, foram transformadas em depósito de lixo), o acervo histórico de São Luís, grande chamariz turístico, passou a preocupar as autoridades locais e federais. Hoje, conta a seu favor com o Projeto de Renovação Urbana da Praia Grande, que visa recuperar 900 prédios, numa área compreendida entre a Praça Dom Pedro II e o Desterro e uma representação regional do IPHAN, para exercer maior vigilância à preservação do patrimônio.

PELAS RUAS

Algumas ruas da capital, apesar do batismo oficial, têm nomes antigos e pitorescos, conservados pela tradição popular. Um roteiro, segundo recomendações da Empresa Maranhense de Turismo (Maratur), mas que, necessariamente, não deve ser obrigatório, pode começar pela Av D Pedro II. Ali está o marco da fundação da cidade, no século XVII, pelos franceses, no largo onde fica o Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado, antigo forte francês de pau-a-pique, chamado Saint Louis, rebatizado pelos portugueses com o nome de São Felipe; a Catedral Metropolitana e a antiga Câmara e Cadeia, onde funciona a Prefeitura. Pode-se percorrer a Rua do Giz, um dos mais exuberantes exemplos do estilo colonial que caracteriza a cidade, a Rua Formosa, o Beco do Couto, a Rua Portugal ou o Beco da Catarina Mina, nome de uma ex-escrava que ficou milionária enfeitando os comerciantes da Praia Grande, conforme a lenda.

Na Rua do Sol, deve-se conhecer o Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM), e seu acervo de arte sacra, o Teatro Arthur Azevedo e seu estilo neoclássico, com galerias laterais e camarotes especiais e a casa onde Aluizio de Azevedo escreveu *O Mulato*. Mas é a Fonte do Ribeirão, entre as Ruas dos Afogados e das Barrocas, uma das maiores atrações

turísticas. Construída em 1796, é formada por uma grande pé-tio de cantaria cercado de muros, tendo no paredão principal cinco carrancas, por onde es-corre a água da Fonte. Três portões protegidos por barras de ferro dão acesso às galerias subterrâneas, motivo de lendas e superstições que desafiam até hoje a curiosidade popular.

No fim da Rua dos Remédios, cercada de palmeiras, a Praça Gonçalves Dias, ex-Praça dos Amores, ficou famosa por ter servido de palco a muitas festas, romances e comentários da vida alheia, segundo retrata-ram os folhetins do jornalista e historiador João Lisboa. Já a Igreja São José do Desterro, erguida à custa de esmolas, a partir de 1640, foi o primeiro templo e o primeiro cemitério profanados durante a invasão holandesa e a única igreja colonial do país que apresenta traços do estilo bizantino, de acordo com as informações do pesquisador Oscar Campiglia em "Igrejas do Brasil". Um dos mais perfeitos conjuntos arquitetônicos da época colonial é a Praça João Lisboa (Largo do Carmo).

O traçado urbano e o casario atestam o predomínio marcante da arquitetura colonial portuguesa. Franceses, ingleses e espanhóis influenciaram a sociedade maranhense, com seus estilos e modas, porém, é de Portugal que veio a maior parte dos azulejos que recobrem as fachadas dos sobrados e das portas e janelas. Segundo o ex-presidente da Fundação Cultural, pesquisador Domingos Vieira Filho, o azulejo figura como "elemento decorativo de sua arquitetura desde o século XVII quando, em 1778, chegar a São Luís cerca de 107 mil 402 peças. No séc. XIX, jornais da capital passam a anunciar a venda de azulejos procedentes de Portugal. O armazém Lima & Reis à Rua da Estrela, foi um dos que mais anunciou".

O estilo colonial no Maranhão, chegou um pouco tarde e somente a partir da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX — época áurea da economia maranhense (algodão, cana-de-açúcar e arroz) — surgiram os sobrados com mirantes e jardins internos. Vale ressaltar que Alcântara, o mais homogêneo conjunto de prédios e ruínas dos séculos XVII e XVIII existentes no país, já em 1648 transformava-se em sede da aristocracia rural maranhense. Tombada, desde 1948, pelo IPHAN e incluída no programa integrado de reconstrução das cidades históricas, Alcântara, a uma hora e meia de barco de São Luís, conserva um considerável acervo arquitetônico, entre igrejas, casas, sobrados, portas, fortes, conventos e cemitérios.

6.1.6. Caderno Nordeste 1980

NORDESTE-80

O Nordeste busca novos meios para acelerar seu desenvolvimento: a exploração de minérios, fontes de energia não convencionais, um programa de turismo integrado, projetos para melhorar as condições de vida da população, o combate à seca através de obras racionais e de menor custo que possibilitem ao contingente da zona rural, não apenas sobreviver mas participar do processo produtivo. Governadores e empresários reconhecem o esforço que vem sendo feito em favor da região, mas defendem uma ação política mais eficaz, reivindicando, do Governo Federal, tratamento diferenciado para o Nordeste reduzir os desníveis regionais²⁶².



²⁶² Ibidem. Nordeste/80, 28 de novembro de 1980, capa.

Entre os cadernos Nordeste que o JB publicou, o de 1980 é o que apresenta o maior número de matérias com políticos e empresários reivindicando um tratamento diferenciado para o desenvolvimento da região, num momento em que o país apresenta altas taxas de desemprego e inflação, e a população começa a se mobilizar e a mostrar sua insatisfação com a ditadura militar. A seca aparece como um problema que, ainda, atormenta os nordestinos, parte do potencial turístico da região é exposto, e alguns projetos de desenvolvimento são publicados, bem como a ideologia de que o Nordeste tem tudo para se desenvolver aparece nas páginas do suplemento.

As mudanças políticas, a inflação e a recessão que dava sinais na sociedade brasileira viam-se nas páginas dos jornais e refletiam diretamente na região Nordeste, com cortes de verbas, diminuição de financiamento nos projetos de desenvolvimento, com a alta carga tributária, tudo isso fazia os governadores, mesmo os da situação, a manifestar a sua inquietação, a reivindicar um tratamento político diferenciado do Centro-Sul., como pode ser constatado nos seguintes títulos de matérias.

- *Política tributária privilegia Centro-Sul e aumenta desníveis*
- *Magalhães também vê política como o problema do Nordeste*
- *Maciel defende mais decisão para superar as dificuldades*
- *Administração não basta para resolver todos os problemas*
- *Buriti diz que abertura leva Nordeste a lutar por oposição*
- *Economista critica modelo de desenvolvimento nordestino*
- *Palmeira diz que é hora do Centro-Sul devolver ajuda ao NE*
- *Região exige suprimento em nível adequado*

O governador da Paraíba, Guilherme Palmeira, na época defendia uma política descentralizada para o Nordeste e defendia a tese de que era “hora do Centro-Sul devolver tudo o que o Nordeste lhe ofereceu e vem oferecendo”, como mostra a matéria 32.

Palmeira diz que é hora do Centro-Sul devolver ajuda ao NE

— “É hora do Centro-Sul devolver o muito que o Nordeste lhe ofereceu e vem oferecendo. É hora de se reconhecer que o Nordeste somente será viável com uma política de tratamento diferenciado que seja levado à prática através da união de todos os interesses regionais e nacionais”, desabafou o governador de Alagoas, Guilherme Palmeira.

Mostrou que a questão de o problema da região ser administrativo “não tem sentido” e exemplificou com os investimentos feitos em Alagoas, “que têm respostas imediatas e um verdadeiro sentido social e econômico”.

— “O que não pode acontecer mais são os atrasos nas liberações de verbas, porque isso desgasta os gover-

nos estadual e federal. Ficam os recursos prometidos no papel e quando chegam aos estados já não valem mais o que estavam valendo na época de anunciados”, acrescentou.

O governador alagoano disse também renovar suas esperanças no governo Figueiredo, porque, nas conversas que tem mantido com ele, “observamos o interesse e a dedicação em favor do Nordeste”. Falou que não existem dúvidas quanto à execução perfeita de um tratamento diferenciado para a região, porque o Nordeste não precisa de auxílios, mas de uma política que seja capaz de ajudar a definir e a viabilizar seus programas essenciais.

— “Alagoas sabe o que precisa, o que lhe é útil hoje

e, sobretudo no futuro. Nosso Estado necessita viabilizar o seu Pólo Claro-Química, porque dele surgirá, automaticamente, a sobrevivência de milhares de pessoas; o futuro do Estado e a tranquilidade de nossos filhos e de nosso povo. Mas não estamos pedindo, só por pedir, a unidade de MVC. Estamos provando que temos condições de recebê-la, através da oferta de matéria-prima abundante e de um Pólo que, sem qualquer bairrismo, é um dos mais bem equipados do país”, completou.

SUNTUOSIDADE

— “Ninguém mais, no Nordeste, pensa em gastar nas suntuosidades do pas-

sado, porque a época das obras faraônicas, obras de fachadas, passou. As exigências que a região faz para resolver seus problemas com urgência, e o próprio avanço da classe política, como uma nova realidade nacional, garantem o equilíbrio dos governos que estão voltados à responsabilidade histórica”, disse.

Ele advertiu ser preciso se eliminar as distorções existentes na região, e não interessa ao Nordeste ter apenas Bahia ou Pernambuco desenvolvidas, enquanto Alagoas, Sergipe, Paraíba e outros estados permanecem como meros exportadores de matéria-prima.

Defendeu a união da região em busca das soluções reclamadas por cada Estado, para que se forme um

universo de prioridades definidas segundo a vocação de cada região, para que seja possível atender as aspirações estaduais dentro de um critério justo e coerente.

— “Alagoas tem, hoje, como projeto básico, a indústria química com base no Claro, Soda Cáustica, Hidrogênio, Dicloretoano e Eteno. Pois bem: as definições de indústrias que venham absorver a produção química desse setor têm, obrigatoriamente, de ficar em Alagoas, porque do contrário não haverá um encadeamento perfeito dos projetos e, em consequência, as aspirações do Estado, quanto a seu futuro, estarão sendo frustradas, além do aspecto irracional que também se configura,” concluiu.

Matéria 32 — “É hora do Centro-Sul devolver ajuda ao Nordeste” — 28/11/80.

O governador de Alagoas, Tarcísio Burity, também defendia um tratamento diferenciado efetivo para a região, descentralizado, embora não fosse a favor de “idéia separatista”, conforme pode ser observado na matéria 33.

Burity diz que abertura leva Nordeste a lutar por posição

Maceió — "Somente com a aplicação efetiva de uma política de tratamento diferenciado, que saia do papel e venha à prática com urgência, é que o Nordeste poderá resolver seus problemas", desabafou o Governador de Alagoas, Sr. Guilherme Palmeira, para quem "a época dos gastos com suntuosidade, na região, já passou."

Ele disse que a federalização está sendo punida, ainda hoje, por culpa de erros políticos do passado, mas que não existem mais, e defendeu a descentralização como primeiro passo à concretização de uma política eficiente em relação ao Nordeste.

— Antigamente gastava-se com suntuosidades, mas é bom que fique claro que o tempo das "fontes luminosas" e das obras faraônicas passou. Hoje há uma consciência dos políticos nordestinos em vista das necessidades da região e é preciso, e urgente, se atender aos reclamos do Nordeste, completou.

Com isso ele deixa claro que o problema do Nordeste, na sua concepção, é político. Lembra ser necessário que o tratamento diferenciado à região saia do papel e venha à prática, porque, muitas vezes, os atrasos na liberação de recursos acabam desgastando o Governo federal e o próprio Governo estadual, além de defasarem os recursos anunciados.

SEPARATISMO

O governador alagoano condenou o que chamou "idéia separatista", mas reconheceu existir, no Nordeste, a sua difusão e temer porque não se sabe até quando poderão os governadores nordestinos conterem o movimento. "Eu defendo a união e acredito no Presidente João Figueiredo. Quero a união em torno dos seus ideais e do seu Governo, porque não há dúvida quanto à sua posição em defesa dos interesses do país e do Nordeste."

— Tenho me referido — adiantou — que é hora do Centro-Sul retribuir ao Nordeste o muito que já fizemos e vimos fazendo. Somos exportadores de matérias-primas imprescindíveis, mas não faz mais sentido continuarmos nessa situação. Precisamos definir com urgência o futuro do Nordeste, que é uma região viável.

O Sr. Guilherme Palmeira citou o caso de Alagoas, para

ilustrar sua posição, e disse que não interessa ao Estado ficar como mero exportador de matéria-prima para a indústria química, quando a viabilidade econômica e social dos seus projetos químicos, com base na Salgema Indústrias Químicas, está na autorização para se implantar uma unidade de MVC — monocloreto de vinila — cujo projeto já tem carta-consulta aprovada na Sudene.

Ele disse que essa unidade interessa ao futuro de Alagoas e do Nordeste, além da contribuição nacional, e não agrada a ninguém ter na região Pernambuco e Bahia desenvolvidos, enquanto Alagoas, Sergipe e outros Estados, sofrem as amarguras de uma economia fiácida e ficam sujeitos a alimentar o desenvolvimento dos outros Estados.

— É importante a união do Nordeste e a definição dos interesses de cada Estado, baseados na vocacionalidade da sua economia e seu solo. O que é prioritário para Alagoas é o

projeto químico, é a unidade de MVC. Só aqui, no Estado, essa unidade é viável, porque dispomos de toda infra-estrutura montada. E agora? E justo permaneceremos como mero exportador de matéria-prima? — indagou.

CONFORTO

Para o governador Guilherme Palmeira, ao Nordeste resta o conforto de poder contar com a amizade e com a boa vontade do Ministro do Interior, Mário Andreazza, e do superintendente da Sudene, Valfrido Salmito, "porque se não fosse o Ministro Andreazza estava tudo perdido".

— É preciso ressaltar, também, o interesse do presidente João Figueiredo, com quem tenho conversado sobre esses problemas. E por saber do seu interesse e confiar no seu propósito é que levanto a questão: o Nordeste precisa de um tratamento diferenciado para recuperar o tempo perdido, acrescentou.



Tarcisio Burity

A falta de prioridade de resolver a questão social e o tratamento lineares a essas questões eram também criticadas não só por políticos, mas também por empresários, como pode ser visto na matéria 34.

Questão social ainda não é meta do Governo

Salvador — “O problema do Nordeste não é nem nunca foi encarado como uma prioridade nacional. Exatamente porque a questão social — o mais grave de todos os problemas brasileiros — ainda não se converteu na grande meta dos governos”. Esta é a opinião do empresário Alfeu Pedreira, diretor das Organizações Odebrecht, analisando a situação do empresariado nordestino diante da atual conjuntura econômica.

Para ele, pequenas e médias empresas que não têm boa estrutura financeira estão enfrentando problemas difíceis porque, não tendo como recorrer às fontes externas de crédito (como as grandes empresas) e limitadas pela política de controle da expansão dos meios de pagamento, que dificulta a tomada de empréstimos no País, se vêem diante da “dura realidade” de não poder expandir sua produção.

Medidas lineares

Nesta situação de crise econômica, o empresário baiano considera um absurdo a adoção de medidas lineares para tratar de coisas desiguais, como são, no caso, o Centro-Sul e o Norte-Nordeste. Apesar de dar apoio às providências de controle de inflação, “absolutamente indispensável” política salarial nova para que os trabalhadores acompanhem o crescimento do custo de vida e outras visando ao equilíbrio da balança comercial, Alfeu Pedreira reclama um tratamento diferenciado porque, pela sua debilidade de estruturas gerencial e de capital, o empresário nordestino sofre muito mais com os efeitos dessas medidas uniformes para todo o País.

Ele sugere, por exemplo, o aumento do limite de expansão do crédito bancário de 45% para 60% no Nordeste, assim como a liberação dos depósitos compulsórios recolhidos normalmente ao Banco Central, quando os recursos fossem destinados a financiamentos nas áreas menos desenvolvidas. “O crédito escasso inibe o setor empresarial quanto o crédito abundante estimula a atividade produtiva”, acentuou.

Questão política

O empresariado nordestino vê a atual conjuntura brasileira com o mesmo desapontamento e as mesmas apreensões de sempre, segundo o presidente da Comissão Central do 1º Encontro de Empresários do Nordeste (Emnor), realizado há dois anos, em Salvador.

Matéria 34 – Questão social não é prioridade – 28/11/80.

Diante da inflação, da restrição ao crédito, da diminuição de recursos nos projetos de desenvolvimento social, o empresariado começa a se organizar e se o opuser ao governo, como mostra a matéria 35.

Empresariado do Piauí começa a se organizar

Teresina — Premido pelas dificuldades do meio, agravadas pela inflação e, principalmente, com a restrição de crédito, o empresariado piauiense, pela primeira vez, começa a se organizar politicamente para reclamar, por essa via, do Governo o tratamento necessário para o Piauí não interromper o seu processo de desenvolvimento. Ou, como diz textualmente o Presidente da Associação Comercial e empresário Ferdinand Silveira, "para não sucumbirmos todos de uma só vez."

Segundo Silveira, "a dor ensina a gemer, e o Piauí começa a aprender." Por esse motivo, optou o empresariado pela ação política como meio mais eficaz de reclamar contra medidas que ao longo do tempo enriqueceram o Centro-Sul, em detrimento do Nordeste". Ele reconhece que a situação nacional "é crítica" e está a exigir sacrifícios de todos. Só que, na sua concepção, a distribuição da cota de sacrifícios não é justa, pois o Governo, ao aplicá-la, não considerou os desníveis regionais e inter-regionais por ele próprio estimulados.

A recessão que traz desemprego, desaceleração da economia, aumenta a pobreza, as distâncias sociais e regionais, inquietava o povo, os políticos e os empresários. Esses defendiam a criação de uma estrutura econômica autopropulsora capaz de afastar dos nordestinos a recessão que atormentava a todos, como mostra a matéria 36.

Recessão não devia chegar ao Nordeste

Fortaleza — Se o Governo considerasse importante para o País a diminuição das disparidades inter-regionais, cuidaria para que o Nordeste fosse poupado das medidas de caráter recessivo adotadas para a economia do País como um todo. Esta é a opinião do presidente da, hoje, mais ativa entidade empresarial cearense, o Centro Industrial do Ceará (CIC), Industrial Amarílio Macedo.

— É urgente e vital para a estabilidade da região e, por consequência, do Brasil, a criação de uma estrutura econômica auto-propulsora, capaz de garantir aos 35 milhões de brasileiros nordestinos o direito de viver e não vegetar, de participar da vida nacional, acrescentou ele.

Matéria 36 – Recessão não deveria chegar ao Nordeste – 28/11/80.

A seca no Ceará, Alagoas e no Piauí são discutidas no suplemento, sendo a situação da população flagelada agravada pela inflação, recessão e diminuição de investimentos no setor (matéria 37).

Piauí sofre com seca e inflação

Teresina — O Estado do Piauí tem sido duplamente atingido na área de sua administração pública estadual nestes quase dois anos de governo. No campo externo, a inflação acentuada e um forte desequilíbrio na balança de pagamentos exigiram do governo federal uma severa restrição na expansão do crédito, afetando sobremaneira a economia do Estado.

No âmbito interno, as adversidades climáticas, com as prolongadas estiagens que vêm ocorrendo continuamente desde 1979, têm provocado uma destruição significativa de sua produção agrícola, desequilibrando a renda, o nível de emprego, o abastecimento e a arrecadação tributária piauienses.

PROCESSO

Em que pese a atual situação do Estado, o Piauí nos últimos dez anos, iniciou um processo de modernização e montagem de uma infra-estrutura econômica-social, com transferências de recursos e aplicações diretas de investimentos, com o apoio do Governo federal.

De uma situação inicial extremamente precária, o Estado passou a contar com energia elétrica em todos os seus 115 municípios. Quase 3 mil quilômetros de estradas pavimentadas foram construídos, mais de 80 cidades cortam com abastecimento d'água e 34 estão ligadas à rede de telecomunicações. O sistema de ensino foi ampliado significativamente e hoje 25% do total da despesa do Estado são destinados ao setor de educação.

O Estado, no entanto, continua a carecer de um forte apoio em investimentos federais. Se a modernização do Piauí trouxe impulsos ao desenvolvimento, por outro lado acentuou a dependência do sistema econômico local aos Estados mais adiantados, inibindo o crescimento da produção interna e o fortalecimento do empresariado. Face à debilidade financeira do Estado, os investimentos são suportados com recursos ao governo federal.

Muitas vezes, estes programas e transferências federais são implementados segundo parâmetros que nem sempre atendem às necessidades internas e, em consequência, a política econômica do Estado tem margens muito estreitas para exercitar-se, uma vez que as decisões de investimentos são impostas a nível nacional.

Em Pernambuco, estado da federação que apresentava, na época, a maior desigualdade de renda, foi criado o Projeto Asa Branca, com o objetivo de combater esses desníveis, a pobreza, a seca do Sertão e do Agreste, como mostra a matéria 38.

Pernambuco tem planos para combater causas da pobreza

Recife — Em Pernambuco, a desigualdade de renda é maior do que em todos os Estados brasileiros, segundo pesquisa do Mestrado de Economia da UFPE. Diante de fatos como esse, o Governador Marco Maciel, quando assumiu, anunciou que tomaria medidas para mudar esse quadro, combatendo as causas da pobreza.

O Secretário de Planejamento do Estado, Sr Jorge Cavalcanti, disse que a pobreza decorre fundamentalmente dos insuficientes níveis de emprego e renda, ressaltando que, por isso, o Governo tem se preocupado em conceber uma estratégia de atuação voltada para o fortalecimento dos setores produtivos, ensinando a absorção de mão-de-obra desempregada e subempregada com melhores níveis de remuneração.

— É nesse contexto que deve ser entendido o Complexo Industrial de Suape, Projeto Asa Branca e o Programa de Apoio à Economia Sucro-Alcoolquímica, enfatizou o titular da pasta do Planejamento, dizendo que o Governo não deixou que a resolução dos problemas sociais ficassem a depender do crescimento econômico

MELHORIA

— O Estado tem se empenhado na melhoria da qualidade de vida da população, particularmente através da prestação de serviços essenciais. Nesta perspectiva, devem ser compreendidos os programas habitacionais do Estado, a descentralização das urgências médicas, a interiorização das ações de saúde e o recém-lançado Projeto Viver para promover a assistência adequada à população da área canavieira. Porém o Governo precisa respeitar as limitações de recursos, e por isso, nem sempre pode proporcionar o desenvolvimento necessário desses projetos.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco denunciou, recentemente, o estado de miséria nas regiões do Agreste e Sertão, devido a falta de alimen-



O Projeto Asa Branca é uma das metas do governo Marco Maciel

tos por causa da seca de dois anos subsequentes e da assistência governamental inadequada ao problema. Além disso, conforme publicação da SUDENE, a desnutrição, em alguns municípios da área canavieira, atinge a 80% da população. Em todo o Estado, o índice de escolaridade é baixíssimo.

O Sr Jorge Cavalcanti afirmou que os baixos níveis educacionais da Região são ao mesmo tempo causa e efeito do escasso desenvolvimento do Estado, explicando:

— Estou convencido de que se fosse factível deflagrar-se um processo educacional que alcançasse a totalidade da população, seria mais viável obter resultados tanto do ponto de vista econômico como social mais satisfatórios. Mas sistema de tal amplitude só poderia ser executado se o poder público tivesse recursos para tanto, o que não dispõe. E por outro lado, se a população estivesse plenamente empregada e tivesse supridas suas necessidades essenciais.

PROCESSO

O Secretário reconheceu que o processo de desenvolvimento é lento, mas enfatizou que é preciso reconhecer que

muito tem sido feito em termos de elevação dos setores produtivos, e que houve melhoria dos equipamentos públicos, escolares, hospitalares e do sistema de transporte. Porém, ressaltou: "Indiscutivelmente, muito ainda há que ser feito, pois os insatisfatórios níveis de vida prevalentes aí estão para atestar."

Quanto aos programas prioritários constantes do II Plano de Desenvolvimento do Estado, o titular da pasta do Planejamento disse que estão todos em andamento. "Há variação, entre eles, na velocidade de implantação, decorrente, sobretudo, da limitação de recursos, principalmente em vista do quadro de dificuldades com que se defronta o país."

O Sr Jorge Cavalcanti destacou que os cronogramas do Projeto Asa Branca — considerado o mais importante e de maior alcance — estão sendo antecipados. Ele informou que já foi iniciada a construção de barragens sucessivas que vão possibilitar a perenização, inicialmente, da bacia Brígida, atingindo mais de 200 quilômetros de rios — no Sertão — beneficiando cerca de 12 mil hectares da região.

Esse Projeto tem como objetivo, basicamente, o fortalecimento da economia agríco-

la do Sertão e do Agreste, através da racionalização do uso dos recursos hídricos, implantação de estrutura viárias e eletrificação rural.

HABITAÇÃO

O Secretário do Planejamento disse que todos os programas propostos pelo Governo foram iniciados, inclusive estão em construção 40 mil unidades habitacionais e já foram inauguradas algumas estradas vicinais. Ele explicou que as principais dificuldades encontradas são financeiras, pois as administrativas estão sendo superadas na medida que se empreende grande esforço de trabalho para conduzir esses projetos.

Para a Zona da Mata há dois programas pioneiros para promover um desenvolvimento equilibrado. São eles: Programa de Apoio à Economia Canavieira e do Fomento à Indústria Sucroalcooolquímica, que visa fortalecer a produção e o Projeto Viver — de caráter social — para promover o nível de nutrição, saúde e educação.

O Sr Jorge Cavalcanti destacou ainda que o Complexo Industrial de Suape está em efetiva implantação e que ele tornará viável a expansão do setor terciário acentuando: "Como se sabe, Pernambuco tem grande vocação para centro prestador de serviços. O Porto de Suape dará oportunidade ao exercício dessa característica, sobretudo agora, quando o transporte marítimo afigura-se mais recomendável em vista da elevação dos preços do petróleo. Ademais, essa área abrigará empreendimentos capazes de elevar significativamente o produto do Estado.

O Secretário do Planejamento enfatizou que, além desses projetos, em fase de implantação, o Governo do Estado conseguiu a ampliação do Pólo nordeste para abranger mais 14 municípios do Vale do Pajeú — afa do semi-árido, mais afetada pela seca, e a região da Chapada do Araripe, no alto sertão pernambucano.

A impressão que dá é que o Nordeste do Caderno-80 desconstrói a região em crescimento, cheia de projetos sociais e de infra-estrutura, mostrado nos suplementos anteriores. O Ceará, por exemplo, que teve tantas matérias enaltecendo sua infra-estrutura, seus investimentos, pólos industriais, agora, emerge como um estado abatido pela aridez do solo, tendo como únicas saídas o pólo e projeto Ceará (matéria 39).

Pólo e Projeto Ceará são as únicas soluções

Fortaleza — O que fazer para desenvolver um Estado que tem 80% do seu território no semi-árido, nenhum médio ou grande rio perene, nenhuma fronteira agrícola a explorar, um solo pobre e, o que é pior, secas periódicas e, às vezes — como agora — muito extensas? Para políticos e empresários é necessário utilizar a força, a coragem e a criatividade do cearense.

— Pois é o que temos feito, acrescenta o Governador Virgílio Távora. Foi ele quem inventou — quando era vice-líder do Governo Geisel no Senado — o projeto do III Pólo de Desenvolvimento Industrial do Nordeste, com sede e todas as fábricas na Região Metropolitana de Fortaleza. Este, e mais o Projeto Ceará, a ser financiado pelo Banco Mundial, são os dois maiores programas de desenvolvimento econômico em marcha neste Estado.

Matéria 39 - Pólo e projeto Ceará são as únicas soluções – 28/11/80.

Por outro lado, nem tudo estava perdido nem acabado. Apesar da crise econômica que afetava o país e a região, havia setores em crescimento, projetos em andamento, construção de estradas, energização rural e crescimento industrial, como mostra a matéria 40.

Cresce a indústria em Sergipe

Aracaju — Com a inflação de mais de 100% e com a seca, Sergipe ainda conseguiu no setor industrial um incremento de 9,97% no consumo de energia elétrica, e aumentou o número de estabelecimentos industriais em 11,18%. O emprego cresceu em 10% no ano passado e os salários reais aumentaram 11,73%.

Neste setor, a exploração dos minérios sergipanos, basicamente o potássio, a amônia e a uréia, representam a maior preocupação do Estado. Além disso, mais duas fábricas de cimento com capacidade para produzir 1.500 toneladas/dia estão sendo implantadas no município de Laranjeiras.

Mas, será a partir do primeiro semestre de 1982 que o Estado estará produzindo 907 t/dia de amônia e 1.100 t/dia de uréia. A Petromisa utilizará toda a uréia e 677 t/dia de amônia na produção de fertilizantes nitrogenados. As 270 t/dia de amônia restantes estarão disponíveis, abrindo novas perspectivas, por se tratar de matéria-prima básica para a obtenção de ácido nítrico, nitrato de amônia, MAP e DAP.

Sem dúvida, em 1983, Sergipe estará também produzindo 500 mil t/ano de cloreto de sódio, o que, paralelamente com a abundância de calcário, viabiliza a implantação de uma fábrica de barrilha.

O setor em expansão, em evidência, que o JB mostrava era o turismo, fruto também de uma necessidade da população mundial de se globalizar, de estar em todos os locais, de conhecer novas culturas, paisagens e povos. Nesse sentido, o jornal divulgava a região, o que ela tinha de mais expressivo em nível de potencial turístico. Recife (matéria 41), Salvador, Fortaleza (matéria 42), Goiana (PE) foram às cidades contempladas pelo jornal, ressaltando a gastronomia, os pontos turísticos, o folclore, as praias e a rede hoteleira.

Caderno Nordeste/80 reflete a ebulição política e econômica do cenário nacional. A desaceleração da economia mostra um Nordeste desastado, procurando solução, reivindicando, sendo mais combativo e crítico. A abertura política possibilitava, de certa forma, os políticos e a mídia serem mais incisivos, mostrar as desigualdades sociais e regionais, a “realidade com menos maquiagem”. Recessão e a inflação faziam o país acordar de um sonho, “um milagre econômico” passageiro.

Bom Dia

Dizer que o sol no Recife nasce mais cedo não é apenas uma maneira de dizer: é um acidente geográfico. Situado bem a leste do Brasil, o Recife acostudou-se a acordar mais cedo, com o brilho do sol. Daí, sempre que estiver no Recife, tenha a certeza de que terá um dia mais longo para melhor aproveitar.

Uma visita a Boa Viagem é aconselhável. Seja para um cooper matinal, seja para um banho em suas águas mornas, ou simplesmente para apreciar a paisagem bela nas cores e nas formas, da gente e da natureza.

Comece logo a sentir a diferença no café-da-manhã. Aproveite e prove macaxeira com manteiga, (os cariocas chamam-na aipim), adoce a boca com inesquecíveis sucos de pitanga, cajá, caju, maracujá, graviola, pinha. Prove dos bolos, Souza Leão, pé-de-moleque, bolo de macaxeira. Não perca uma boa tapioca. Evidentemente, se preferir, disponha do pão com manteiga, mas não sem antes verificar porque os abacaxis do Recife são tão famosos.

Se o regime não permitir, contente-se com água de coco, inofensiva e diurética de forma ampla, geral e irrestrita. Corte tudo com um café. Açúcar a gosto, ou adoçantes, por precaução. E ganhe o dia.

Aproveite a manhã. Dê uma chegadoinha ao Mercado São José e entre em contato com um mundo de artesanato. São peças em couro, cerâmica, madeira, tecido, palha, metais. Estique o programa sem sair do roteiro de artesanato e siga para a casa da Cultura. Lá você encontra rendas que lhe envolvem com graça e beleza. Cerâmica, labirinto, bolsas, cestos, chapéus que lhe fazem a cabeça.

Você está no centro da cidade e a esta altura já é tempo de almoçar, porque, afinal, "ninguém é de ferro", como dizia o poeta pernambucano Ascenso Ferreira. Há uma grande variedade de restaurantes à sua espera: típicos, semitípicos, quase-típicos e internacionais; comerciais, industriais e vegetarianos; caseiros, sofisticados e macrobióticos; térreos, no meio de prédios ou na cobertura. Tudo, enfim. Bom apetite.

Boa Tarde

O Recife não pára para almoçar, e muito menos para a sesta. O movimento é constante. Corra para as igrejas. Comece a tarde com o barroco que predomina nos templos. A Catedral de São Pedro dos Clérigos, no Pátio de São Pedro, é uma das mais importantes manifestações da nossa arquitetura religiosa e data de 1782.

A capela dos Noviços da Ordem Terceira de São Francisco, mais conhecida como Capela Dourada, ressalta o barroco brasileiro em sua decoração, com folhas e frutos entalhados e cobertos de ouro de 22 quilates. Mas não seja apressado, diante de tanto ouro. Logo à entrada da Capela se acha o Museu de Arte Sacra, aberto à visitação de segunda à sexta-feira.

Na rua Nova, bem no centro, um dos mais significativos templos setecentistas do Brasil: a igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, cujo púlpito foi concebido no estilo D.

João VI e o ferro de coro cumpre uma homenagem aos heróis dos Guararapes, ao retratar uma de suas batalhas.

Há, ainda, o Rosário dos Pretos, a Matriz, a igreja de Santo Antônio, onde invariavelmente há sempre alguém à procura de um casamento, daqueles que os anos não trazem mais.

Nos museus, lições de passado. Pedagos de memórias. Museu do Estado, Museu do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Museu de Arte Popular, Museu do Homem.

Pare pro lanche. Repita a dose de sucos. Percorra o roteiro das frutas. Demore num queijo do sertão. Fique só com a água de coco. Tome sorvetes com sabores naturais. A escolha é sempre sua.

O sol já está pras bandas do poente, mas ainda há tempo para desfrutar dos parques. Olhe a cidade respirar no Parque 13 de maio, ainda claro, os namoros são mais soltos. Admire a rua da Aurora, ou os jardins de Boa Viagem, há quem patine por estas horas. Se não tiver prática, aconselhamos permanecer na contemplação. Bom tempo.

Boa Noite

O Recife tem tudo para ser uma cidade dominada pelos boêmios. É que no benefício da noite não pairam dúvidas: o sol no Recife se põe mais cedo. Escurece às seis e a noite de faldas inicia seu percurso.

De noite, sabem os ritmos. E o povo cai na dança. A terra fornece os sabores da graviola, da pitanga, da mangaba, do cajá, do caju, do abacaxi, do coco, do limão. E as misturas acontecem: junta-se aguardente, açúcar, gelo à vontade, temos a batida. Esquenta o bombo. Vibram os metais. É frevo. É maracatu. É baião. Xote, xaxado, maxixe, o "x" do question. As pessoas se encontrando. Dançando, cantando.

Para o jantar, faça-se de opções: sarapatel, mão-de-vaca, chambari, carne-de-sol, agulha frita, casquinho ou ensopado de caranguejo. Peixe de coco, lagosta à moda de todas as casas. Pé-de-moleque, doce de coco verde, baba-de-moça, compota de jaca, de caju, doce de mamão verde com coco, delícias de sobremesa.

A noite também é hora de ir para as feiras. Isso mesmo, para as feiras, pois lá se apresentam maracatus, pastoris, bumbas-meu-bai e, se em suas barracas se vendem alfaces e tomates, a preferência maior é para as comidas típicas. Tem feira nos bairros da Torre, de Apipucas, Boa Viagem, Encruzilhada, Pina, Rua da Aurora e Cais de Santa Rita.

E não pense que só de folclore vive o Recife. Bem equipadas boates, bares à beira-mar, riques de patinação e todo um complexo das diversões ditas modernas encontra-se a sua disposição.

Se tudo isso far nas proximidades de fevereiro, acrescente o carnaval, que, junto com São João, é a maior festa do Recife. Um carnaval para quem quer participar.

No Recife, o dia é mais longo, a noite é maior, o tempo é todo seu. Viva o Recife. Boa Viagem.

Fortaleza busca hegemonia no turismo com praias e hotéis

Fortaleza — A melhor e mais saborosa lagosta do mundo, sol o ano inteiro, 600 quilômetros de praias, algumas das quais desconhecidas até do próprio cearense, uma rede de bons hotéis, dois dos quais de cinco estrelas, um artesanato maravilhoso e mais a vontade de querer ganhar essa guerra — eis as armas do Ceará para transformar Fortaleza e seu interior num pólo turístico internacional.

Esta Capital integra o programa de portões de entrada, criado pela Embratur para dinamizar a política do turismo no Norte e Nordeste e melhorar substancialmente o balanço comercial do setor. A partir provavelmente do segundo semestre do próximo ano, vão descer no Aeroporto Pinto Martins turistas norte-americanos e europeus. E, mais do que isso, vai pouso aqui a esperança de que, com o turismo, se abra para o Ceará, finalmente, a sua saída econômica.

AGORA, VAI

Este é um dos Estados brasileiros que pode dar ao turista estrangeiro, principalmente o europeu e o norte-americano, tudo o que ele gosta. Até a água do mar cearense — tépida — está ao gosto dele. Para completar essa vocação turística que o Ceará sempre teve basta que se transforme — e isto já foi sugerido até por influentes políticos — Fortaleza e algumas cidades do imenso litoral alencarino num autêntico Arizona nordestino, com os cassinos que Las Vegas tem.

Enquanto isso não chega, o Governo do Estado, toca a passo rápido uma

série de providências para tornar esta cidade bem digna de receber o fluxo turístico que está por vir. O aeroporto acaba de ser ampliado e ganhou melhores e mais modernas instalações; sua pista, de 2 mil 500 metros, crescerá em mais 700 metros, para permitir que decolem (pousar eles podem) com toda carga aviões do tipo DC-10 e Jumbo.

Os serviços de prolongamento da pista começarão até o final deste ano. Neles e mais em trabalhos complementares para a ampliação da pista de estacionamento e taxiamento serão investidos, pelo Governo do Estado e Ministério da Aeronáutica, via Infraero, mais de Cr\$ 1 bilhão.

Paralelamente, são construídos novos hotéis, um dos quais, bem na beira mar, terá cerca de 300 apartamentos e deverá ser inaugurado dentro de três meses. A rede hoteleira é considerada ótima pela Embratur. Há dois hotéis de cinco estrelas — o Imperial Pálace e o Esplanada Praia, sendo este o melhor, porque tem todos os seus 243 apartamentos e suítes virados para o mar e com varandas para armar rede. Os hotéis de quatro e três estrelas são igualmente muito confortáveis e alguns de duas estrelas têm piscina, telefone, geladeira, ar condicionado e restaurante.

MAIS ÁGUA

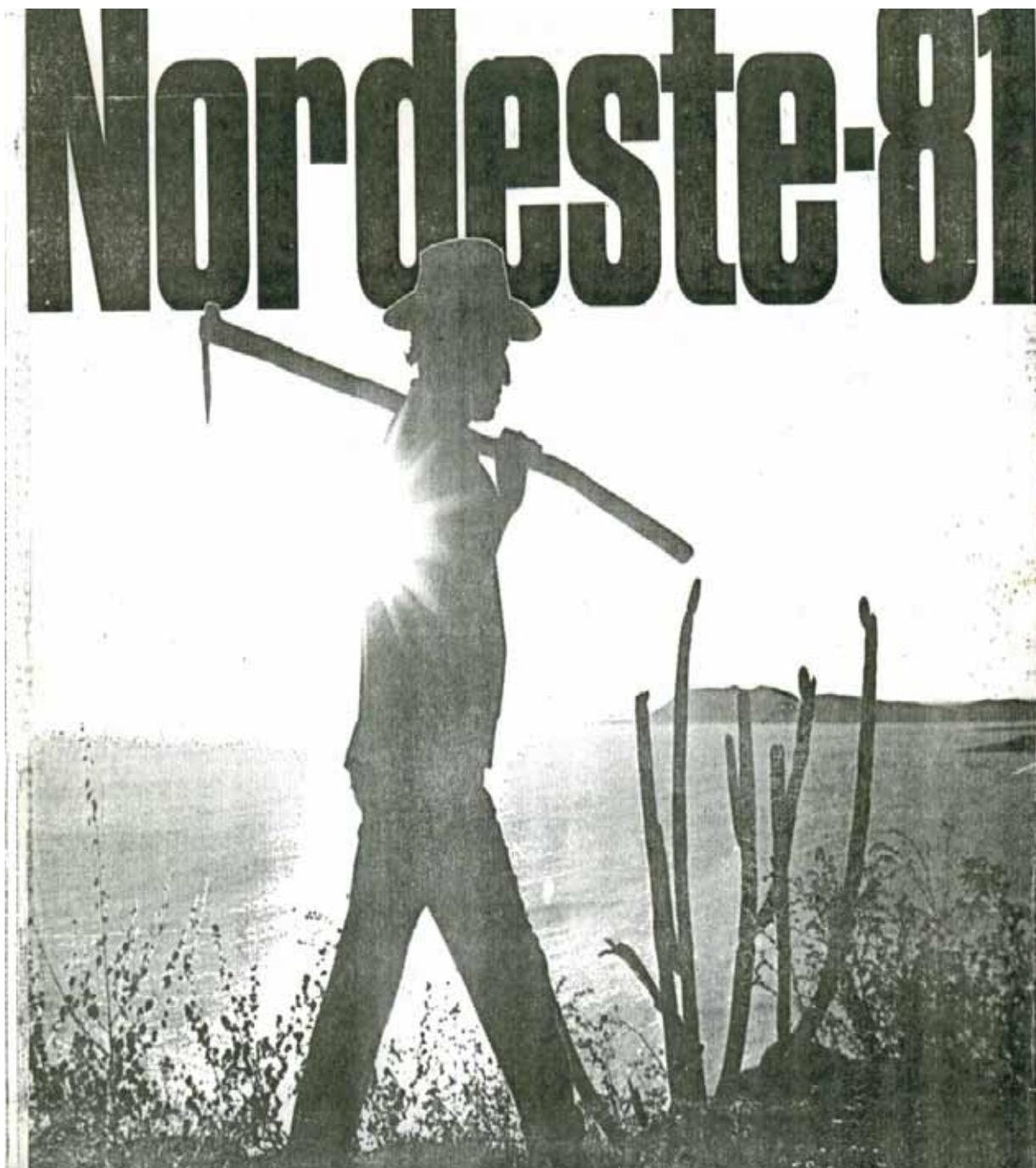
Para completar a infraestrutura turística, o Governo do Estado está incentivando ao máximo o surgimento de centros comerciais dedicados ao artesanato rico do Ceará. Dentro de mais dois meses, será inaugurado o

Centro Artesanal do Ceará, que ocupará uma área de 10 mil metros quadrados, no bairro de Aldeota, bem perto do centro, onde os mais famosos artesãos do Estado estarão pessoalmente trabalhando suas peças para venda ao turista. Esse centro, cuja arquitetura é originalíssima, foi idealizado pela Primeira Dama do Estado, D. Lulza Távora, que, para viabilizá-la, pediu a ajuda de empresários, que sempre colaboram com suas iniciativas.

Por enquanto, já existem o Centro de Turismo da Emcetur, com mais de 100 lojinhas, que ocupam as celas da antiga cadeia pública da cidade, o Centro Comercial da Monseñor Tabosa, uma rua cujas residências se transformaram em lojas e cujas calçadas exibem uma parafernália bem ao gosto do turista, e o Mercado Central, onde, além do artesanato, encontram-se a cachaca, o molho de pimenta, as plantas e ervas medicinais, a rapadura, o mel de engenho, a panelada e a buchada.

E para que ninguém pense que o Ceará, um Estado sofrido pelas secas periódicas, não tem água, o Governo está finalizando um gigantesco projeto para quintuplicar o fornecimento de água a Fortaleza, de cuja população, de 1 milhão 200 mil habitantes segundo o censo deste ano, apenas 25% têm água encanada e tratada. A providência, conquanto terá profunda repercussão social, não influirá no setor turístico: até hoje, não há notícia de que o turista, nacional ou estrangeiro, tenha deixado de tomar banho no seu hotel por falta de água.

6.1.7. Caderno Nordeste 1981



*E*nergia. Alimentos. Flagelos. Potencial. Miséria. Perspectivas. Poder Público. Empresários. O homem do campo. Esperança. Obstinação. Planejamento. O Nordeste, conscientizado, parte em busca de sua consolidação²⁶³.

²⁶³ Jornal do Brasil. *Nordeste/81*, 31 de julho de 1981, capa, 34 páginas.

O Caderno Nordeste 1981 mostrou uma imagem ambígua do Nordeste, contraditória, com miséria, flagelos, ao mesmo tempo em que é conscientizado, obstinado, tem energia, planejamento, empresários investindo. Ele também traz reflexões de políticos e técnicos sobre a região durante Seminário sobre o Nordeste, promovido pelo JB, em Fortaleza.

O JB veiculou o posicionamento de alguns palestrantes, como, por exemplo, o governador Roberto Magalhães falou dos aspectos políticos do subdesenvolvimento; o ex-ministro do Planejamento, João Paulo Velloso, comentou sobre o papel do Nordeste na divisão regional do trabalho; o ex-ministro da Agricultura, Aliso Paulinelli, tratou do desenvolvimento no Nordeste; o economista Nilson Holanda avaliou o Nordeste de 1954 até 1980; o ex-superintendente da Sudene, Celso Furtado, abordou sobre alternativas institucionais para o desenvolvimento do Nordeste (matéria 43).

Alternativas institucionais para o desenvolvimento do Nordeste

Ex-superintendente da Sudene, o economista Celso Furtado, mostrou, no Seminário Nordeste do Brasil, as alternativas para o desenvolvimento da região, depois de algumas considerações políticas. Disse que os aspectos mais negativos da atual estrutura agrária brasileira aparecem agravados no Nordeste, devido ao cultivo de grandes faixas de terra consideradas inaptas e inadequadas. Destacou, também, que o baixo nível de vida da população nordestina faz com que a grande empresa que se instala na região dê preferência a atividade exportadora e aponta um item que considera grave: a região tende a ser privada de iniciativa empresarial própria. Eis na íntegra a palestra de Celso Furtado.



Celso Furtado

Matéria 43 – Celso Furtado comenta sobre o Nordeste em seminário – 31/07/81.

Vários foram os projetos e programas em andamento na região que o jornal veiculou no seu suplemento especial. Entre eles destacavam-se:

- A ampliação do Projeto Asa Branca, no semi-árido nordestino, tendo como principal objetivo a perenização de rios, rodovias vicinais e eletrificação rural, (matéria 44);

- Projeto de colonização Boqueirão, produzindo 25 milhões de coco por ano, numa área de 15 hectares, distribuída em 350 lotes (matéria 45);
- Projeto Italuís, de abastecimento de água de grande porte, expandido o fornecimento de água na capital maranhense;
- Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste de águas superficiais e subterrâneas, dotando de infra-estrutura as propriedades beneficiadas;
- Programa Cesta do Povo, com instalação de mais de 130 postos de revenda em Salvador, vendendo mais de 50 itens de alimentos, com preços 35% mais baratos que o preço de mercado;
- Programa de Valorização do Médio e Baixo Jaguaribe (Promovale), da Secretaria de Agricultura do Ceará, abrangendo uma população de mais de 440 mil habitantes, numa faixa de terra de 18.538 km² com a finalidade de aproveitar racionalmente o potencial hídrico, fazendo pequenas irrigação;
- Projeto Cidade Hortigranjeira, em João Pessoa, com o objetivo de produzir beterraba, alface, repolho, cenoura e outros produtos, com caráter social, fazendo o preço de horta cair;
- Programa Rodoviário Estadual, recuperando, construindo e pavimentando mais de 590 quilômetros de estradas, naquele momento, fazendo parte da política de integração estando interligada ao Centro-Sul e Amazônia.
- O Incra através de 12 programas desapropriou em 1980 cerca de 71 mil 500 hectares de terra nos municípios de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, com o objetivo de implantar colônias agrícolas.

A idéia de crescimento na região se reflete na continuidade de investimento em infra-estrutura, ainda que em ritmo mais lento do que em anos anteriores, como foi visto nos outros suplementos. Entre as obras de infra-estrutura na região, destacava-se a promessa de se construir uma malha rodoviária, cobrindo todo território paraibano; a localização privilegiada do porto de Itaqui, no Maranhão, com capacidade de comportar navios de 60 mil toneladas, num cais de 27 metros de profundidade; em Sergipe estava sendo mobilizados esforços para um terminal portuário; o investimento dos Ministério dos Transportes na ampliação e construção de portos e rodovias na região, com a finalidade melhorar as condições de portos e aeroportos, e de facilitar a comercialização de mercadorias; melhoria de estradas para escoamento da produção em Pernambuco.

Projeto Asa Branca deve atingir outros Estados

Recife — "O Projeto Asa Branca vem se constituindo em modelo para o tipo semi-árido, e inevitavelmente deverá ser adotado em outros estados nordestinos", declarou seu coordenador, Sr. Mário Antonino.

Isto se deverá aos grandes benefícios proporcionados pelo Projeto, através de seus programas de recursos hídricos, tendo a perenização de rios como principal meta além de bacias isoladas, de rodovias vicinais e eletrificação rural.

MODIFICAÇÕES

A principal inovação utilizada neste projeto é a de levar ao pequeno agricultor condições de utilizar as potencialidades da área onde ele vive, ao invés de utilizar os tradicionais métodos de deslocar levas humanas para as áreas irrigadas.

Esse processo vem sendo aplicado porque constatou-se que os deslocamentos anteriores só faziam com que fossem desapropriadas terras de agricultores pobres, para cedê-las a outros em iguais condições.

Portanto, os principais programas do projeto Asa Branca estão sendo efetuados naquelas áreas onde vivem os pequenos agricultores, e beneficiando-lhes, sem obrigá-los a emigrar.

Já foram realizados 220 quilômetros de obras para a perenização de rios, que viabilizam a irrigação de áreas adjacentes às faixas ribeirinhas. Observando que a largura média de cada margem é

de 200 metros, verificaremos que estão sendo gerados 8800 hectares de áreas irrigadas.

Estão sendo encaminhados outros 1016 quilômetros em fase de obras bem adiantadas. Levando em conta o cálculo dos 200 metros para cada margem, observaremos que deverão ser irrigados mais 40.640 hectares, o que perfará um total de quase 50.000 hectares beneficiados por este programa.

Segundo o coordenador do projeto, "o tempo utilizado para a execução destas obras foi mínimo, e até o final do governo Marco Maciel teremos uma marca espetacular de áreas irrigadas, através deste Projeto".

OUTROS RECURSOS

Além do programa de perenização de rios, está sendo efetuada a construção de barreiras isoladas, de poços rasos e cisternas, de maneira que aqueles habitantes das áreas não-ribeirinhas possam ter água para abastecimento humano, doméstico e agrícola.

Vem sendo efetuada, inclusive, uma campanha de conscientização para o uso e manejo da água, de maneira que esta seja valorizada e que se use o solo de acordo com a sua vocação.

"Não se pode implantar, em áreas carentes de recursos hídricos, culturas que sejam exigentes em relação à água", declarou Mário Antonino, "por isso estamos incentivando a chamada agricultura de se-

queiros, que é uma cultura típica para as condições do semi-árido, e que trará benefícios ao pequeno agricultor, justamente por ser adequada às condições ambientais do sertão.

O projeto de eletrificação rural deverá atender a mais de 2500 propriedades, localizadas em oito municípios, e terá um comprimento estimado de 1471 quilômetros de linhas.

Sua abrangência fica localizada nas margens dos vales onde estão sendo implantados os programas de perenização de rios e na Chapada do Araripe.

Posteriormente, serão beneficiados cerca de mil propriedades distribuídas nas regiões do Alto Pajeú, do Rio Una, do Agreste, do Pajeú e do Moxotó, entre outras.

ESTRADAS VICINAIS

Oitocentos quilômetros de estradas estão em obras, ou já foram finalizadas, e mais duzentos quilômetros serão entregues, até o final do governo Marco Maciel, afirmou Mário Antonino.

Segundo ele, a intervenção do Projeto Asa Branca neste setor tem como objetivo ajustar as metas da Secretaria de Transportes, criando vinculação, onde for pertinente, às outras ações do Asa Branca, que conjuntamente devem se completar e proporcionar os benefícios.

É o caso das redes de eletrificação rural e áreas irrigadas ao longo dos estirões dos rios, que, com

as estradas, formam o tríplice da infra-estrutura produtiva que se visa implantar.

Com as obras que vêm sendo implantadas, e com aquelas que forem executadas, o Projeto já estendeu sua ação a cem, dos cento e vinte e seis municípios que se situam no seminário do estado.

É propósito do governo levar, o quanto antes, intervenções do projeto para os outros vinte e seis municípios, beneficiando assim, diretamente, a totalidade do Agreste e do Sertão, que possuem uma população de aproximadamente 2.717.400 pessoas.

Até agora já foram investidos cerca de dois bilhões de cruzeiros nestas obras, e é propósito do Projeto aumentar este capital para que sejam beneficiados os 26 municípios restantes.

Além dos benefícios já citados, a implantação deste Projeto vem proporcionando um grande emprego de mão-de-obra, pois além dos inúmeros técnicos dos quadros oficiais, ligados às Secretarias que coordenam o Projeto Asa Branca, sessenta empresas têm participado de projetos e obras, empregando um corpo de mais de 350 profissionais de nível superior.

Paralelamente, estas mesmas empresas, vem ocupando cerca de 600 empregados, na sua maioria auxiliares de construção, para a concretização das obras do Projeto Asa Branca.

Projeto Boqueirão iguala cultura estadual de coco

Natal — Em 1973 o Rio Grande do Norte produzia 25 milhões de cocos. Só o projeto de colonização Boqueirão produz, agora, esses 25 milhões, nos seus 350 lotes de 15 hectares. Boqueirão, como o próprio ex-governador Cortez Pereira reconhece, "é um projeto superior, tecnicamente, ao da Serra do Mel". E explica porque: "Tendo sido posterior, aproveitamos a experiência na Serra do Mel.

Além do mais, como não tínhamos os indicadores evidentes que apontavam a cultura do caju para a Serra do Mel, nem sabíamos onde localizar idealmente a cultura do coco, fizemos um trabalho mais minucioso, mais detalhado, para identificar — no Rio Grande do Norte a área ótima para coco."

LEVANTAMENTO

O que se sabia sobre o coco é que ele dava bem na beira da praia, mas havia oscilações muito grandes de produtividade, mesmo nas áreas litorâneas. Uma equipe técnica fez o levantamento da área ideal para os coqueiros, através de alguns parâmetros indicadores, com a precipitação pluviométrica. A água não é muito importante para o coqueiro adulto mas é fundamental para o coqueiro na fase inicial. Escolheu-se uma área com precipitação de mil a dois mil milímetros. Outro parâmetro foi a profundidade do lençol freático, isto é, da água subterrânea. O ideal é que a água esteja, no máximo, a 12 metros de profundidade, porque o coqueiro absorve muita água, através do seu sistema radicular. Mas, absorvendo tanta água, o coqueiro precisa, também, de calor, para transpirar bastante. Assim, outro parâmetro é a temperatura, o calor ideal para que ocorra a transpiração rápida e diária da água absorvida pelas raízes.

Identificou-se uma mancha, que vai da cidade de Touros até o limite com a Paraíba, quase na linha divisória da faixa ótima. Um pouco para lá de Touros, há um acidente geográfico



Só o Projeto Boqueirão produz 25 milhões de cocos

que beneficia a cultura de coco: uma lagoa, isto é, água à flor da terra. E a lagoa do Boqueirão, que os técnicos apontaram como local ideal para a implantação do projeto de colonização.

E com outra vantagem: as terras eram subutilizadas e a estrutura fundiária permitiu a desapropriação rápida de 10 mil hectares. Em 5 mil 250 ha plantou-se coco; em 3 mil 500 faz-se cultura de sobrevivência, ficando 1 mil 250 hectares como terras de reserva.

A área foi dividida em 350 lotes, cada um com 15 hectares para o coco e 10 para a cultura do feijão, basicamente. No projeto original falava-se de mamona também, mas a mamona nunca chegou a ser implantada.

Só depois do sexto ou sétimo ano é que o coqueiro entra na plenitude da sua produção, o que vale dizer que Boqueirão já devia estar produzindo, sozinho, mais do que todo o Estado. Não está. Como na Serra do Mel, ocorreram problemas. E a complementação industrial não foi executada.

Segundo informa o ex-governador Cortez Pereira, "esse projeto, como todos os projetos agrícolas que meu governo imaginava, foi feito imaginando uma complementação industrial. Foi, inclusive, dimensionado pensando nessa complementação. Boqueirão devia ter uma unidade industrial beneficiando a produção e isso fazia parte integrante do projeto".

Fugiram, porém, do projeto, ao plantar apenas feijão, quando a proposição era plantar feijão consorciado com mamona, para, com a venda e a exploração da mamona, esperar os anos de maturação da planta de coqueiros. E mesmo plantando só feijão a área de plantio não está toda ocupada.

Projeto agroindustrial, Boqueirão previa, inclusive, que, enquanto não se instalasse o beneficiamento, o coco iria para uma indústria já implantada em Eduardo Gomes e com capacidade ociosa.

O beneficiamento do coco tem duas linhas: a de óleos e gorduras e a de fibras. A primeira linha resulta na produção de leite de coco, gordura de coco,

óleo de coco, margarinas e outros derivados; a segunda resulta na fibra usada para o artesanato ou para estofamento, principalmente.

Ao contrário do caju, o coco não oferece vantagens no mercado internacional para o Rio Grande do Norte, mas o mercado interno tem uma enorme demanda desatendida, com a necessidade muito acima da produção.

A própria produtividade do coqueiro no Rio Grande do Norte é baixa; enquanto se tem notícia de coqueiros africanos produzindo de 130 a 150 cocos por ano, os da região mal chegam a 70, em média, 60, o que não permite competir no mercado externo, principalmente em relação aos produtores do extremo da Ásia.

Defendido pela distância, e com grande possibilidade de crescimento no mercado interno, o coco era, e continua sendo, um bom investimento. Um investimento agroindustrial, para dar certo.

Boqueirão foi organizado em três comunidades, três vilas rurais, chamadas Assis Chateaubriand, Maine e Israel. Chateaubriand em homenagem a quem trabalhou tanto em favor da matéria-prima do Nordeste; Maine, por ser o "estado-irmão do Rio Grande do Norte" e Israel, por conta das experiências agrícolas e comunitárias em regiões semi-áridas, muitas delas agroindustriais.

A desaceleração de Boqueirão e problemas semelhantes aos enfrentados na Serra do Mel deixam o projeto incompleto. Ele vale como projeto integrado, agroindustrial. Por enquanto, ainda é um bom projeto de colonização, à espera de ser completado, para atingir seu objetivo principal. Com Boqueirão, não se pretendia dar apenas terra a 350 agricultores sem terra; o que se pretendia era levar a industrialização, naturalmente, para o campo. Levar o progresso, mais empregos, e a certeza de que o Estado não ficaria, para sempre, como fornecedor de matéria-prima e de mão-de-obra barata.

Modelos de administração municipal foram realçadas pelo jornal, como foi o caso de Recife, com sua experiência comunitária para administrar a cidade, através da criação de 30 comissões de representação de bairro, instalação de 14 miniprefeituras, num momento em que se estava fazendo obras de pavimentação de ruas, construção de escolas, quadras de esportes e postos de saúde. Outro exemplo foi da capital Aracaju, onde estava sendo feito a construção do bairro modelo da Coroa do Meio, o maior projeto de urbanização da cidade.

O potencial energético da região, também, emergiu no Caderno especial. Naquela época estava sendo instalada as primeiras barcas no rio Parnaíba, como usinas flutuantes a fim de aproveitar a casca do babaçu para fabricação de carvão vegetal; em Salvador iria entrar em operação uma usina de produção de 40 mil litros de álcool/dia, tirando combustível da mandioca.

Em relação à indústria foi dado destaque à exportação de alumina pela fábrica Alcoa, instalada no Maranhão; a instalação de um complexo Álcool-Químico em Alagoas, numa área de mais de 1,2 mil hectares.

Economicamente, o Pólo Petroquímico de Camaçari, com 36 empresas operando, 12 em implantação, estava trazendo mais de 1 bilhão de dólares por ano de divisas, 50 mil empregos diretos e indiretos, beneficia uma população de mais de 250 mil habitantes. O babaçu, em São Luís, estava alcançando uma produção de 10 milhões de toneladas de coco por anos, reforçando a economia regional. Na Bahia, os cacauicultores estavam otimistas com o aumento do preço do produto, depois da assinatura do III Acordo Internacional do Cacau, em Genebra. O crescimento da exportação de calçados de Pernambuco para o Chile. A Companhia de Investimentos Árabe Brasileiro (Abico) procurava área para investir na criação de caprino para exportação.

Entre os problemas sociais, o JB mostrou a falta de vitamina que atingia trabalhadores do canavial em Pernambuco; e a situação de miséria da população de mais de 110 mil pessoas, na área de Alagados, em Salvador, sendo a maior favela do Nordeste; falta de verba ao plano da construção de mais de 15 mil unidades residenciais em João Pessoa.

Apesar de o jornal mostrar várias obras viárias, havia muito que ser feito nesse setor. Por exemplo, Alagoas aparecia como o estado brasileiro com maior dependência do sistema rodoviário, com as retiradas do trem suburbanos; a demora de mais de 12

anos na duplicação de rodovia da BR-324, trecho Salvador/ Feira de Santana; no Maranhão havia muitas áreas sem estradas ou com estradas precárias, sendo reivindicado a construção de rodovias vicinais e melhorias nas existentes.

O Caderno Nordeste-81 mostra uma região contrastante, com alguns problemas sociais, potencial energético, obras de infra-estrutura e projetos sendo realizados. Mostra um Nordeste com imagem mais positiva do que o foi mostrado no Caderno de 1980.

6.2. O Nordeste que o JB mostrou através de reportagens da sucursal de Recife

As matérias jornalísticas aqui apresentadas foram produzidas pelos jornalistas da sucursal do JB em Recife. Na época, trabalhavam os jornalistas Ângelo Castelo Branco, Celso Ferreira, Divane Carvalho, Eduardo Ferreira, Evaldo Costa, Fernando Castilho, Helena Beltrão, Homero Fonseca, Gilvandro Filho, Graça Lima, Letícia Lins, Luz Roberto Marinho, Luzanira Rego, Sandra Branco, Terezinha Nunes, Vera Ogando e Yvana Fechine. O maior número de reportagens foram produzidas por Letícia e Terezinha, que eram, também, chefes da sucursal.

Todas as capitais nordestinas ocuparam espaço no JB, bem como foram veiculados fatos da Zona da Mata, Agreste e Sertão nordestino, nos cadernos de Economia, Esporte, Negócios e Finanças, Primeiro Caderno, Saúde/Meio Ambiente, Caderno B, seja em matéria de página inteira, meia página ou em espaços menores.

Artesanato, carnaval, enchentes, seca, migração, escândalos, desigualdade social, culinária, greve, atuação da igreja católica, praia, São João, comportamento, violência entre famílias, violência no campo, êxodo rural, turismo, política, economia, comércio, indústria, investimento, agricultura, infra-estrutura, fugas de presos em presídios foram alguns dos assuntos que o JB abordou sobre a região nas décadas de 70 e 80.

6.2.1. Política

O Nordeste que apareceu na mídia politicamente estava relacionado diretamente ao cenário político nacional, tendo suas peculiaridades regionais. Nos anos 70, viveu sob a ditadura política, com prefeitos das capitais, governadores e senadores

biônicos. Arena e MDB eram os únicos partidos. A censura pairava sob os meios de comunicação, universidades, discursos políticos e religiosos. O povo, os opositores ao sistema e os movimentos sociais eram reprimidos. Os militares apareciam na mídia, quase sempre, como os pais dos pobres, liberando verbas para a região, fazendo uma política de integração regional, fortalecendo as agências de desenvolvimento e financiando projetos de colonização, irrigação, combate à seca e de infra-estrutura. Diante do flagelo das enchentes e das secas, era comum o Presidente da República, aparecer liberando recursos para as catástrofes ambientais e sociais (vide matéria 46).

Figueiredo assegura recursos para Nordeste

Quase de surpresa, o Presidente João Figueiredo compareceu ontem à reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, a que também estiveram presentes os Ministros da Fazenda, Sr Karlos Rischbieter; da Agricultura, Sr Delfim Netto; do Interior, Sr Mário Andreazza; e da Comunicação Social, Sr Said Farhat e o Senador Luis Viana Filho.

Os Governadores de Pernambuco, Sr Marco Maciel; da Bahia, Sr Antônio Carlos Magalhães, de Minas, Sr Francelino Pereira; de Alagoas, Sr Guilherme Palmeira, da Paraíba, Sr Tarcísio Buriti; do Rio Grande do Norte, Sr Lavoisier Maia; do Ceará, Sr Virgílio Távora; de Sergipe, Sr Augusto Franco e de Fernando Noronha, Sr Gastão Baptista de Carvalho, participaram do encontro.

O Ministro Delfim Netto anunciou a liberação de Cr\$ 466 milhões para

eletrificação rural, com recursos de acordo BID-Grupo de Eletrificação Rural. Disse também que para a instalação de núcleos hortigranjeiros junto aos grandes centros urbanos, serão fornecidos Cr\$ 170 milhões, fruto dos primeiros convênios que estão sendo assinados.

Acrescentou que há entendimentos com o Banco Mundial para engajá-lo mais no tratamento especial para a agropecuária nordestina. O Ministro Karlos Rischbieter anunciou oficialmente o Paomicro — Programa de Assistência Creditícia à Microempresa — que ele considera fundamental para democratizar a prosperidade.

O Ministro Mário Andreazza garantiu que até o fim do atual Governo todo o Nordeste estará coberto pelo Projeto Sertanejo, que visa a defender a região contra secas ou enchentes.

Recife/Foto de Nelson Guedes



O Presidente com o Senador Luis Viana (E), e Governador Marco Maciel, e os Ministros Andreazza e Rischbieter (D) assiste à reunião do Conselho Executivo da Sudene e garante o que prometeu

Matéria 46 – Figueiredo promete mais recursos para Nordeste, 30/06/79.

O Nordeste que aparece politicamente, comumente, nesse período, nas reportagens “quentes”, é aquele dependente dos recursos e da iniciativa do poder central, com recursos financiados pela Sudene, Dnocs e Banco do Nordeste, bem como uma região que luta para se desenvolver.

Marcos Freire, Jarbas Vasconcelos, Miguel Arraes, Marco Maciel, José Macio, Germano Coelho, Gustavo Krauser, Roberto Magalhães, Joaquim Francisco, Fernando Collor, José Sarney, Lula, Antônio Carlos Magalhães, Nilo Coelho, Maria Luisa Fontenelle, Luísa Erundina, Wilson Braga, são alguns dos políticos nordestinos sobre os quais o JB veiculou matérias.

Visitas dos presidentes da República (Geisel, Figueiredo, Sarney) e de candidatos à Presidência (Tancredo, Collor, Brizola e Lula); comícios, debates, a busca pelo voto, disputas, conflitos, políticos regionais de destaque nacional fizeram o Nordeste ocupar espaço no JB, ser agendado para seu público leitor.

A abertura política, com anistia gradual aos opositores da ditadura, trouxe muitos políticos nordestinos exilados para a região. Isso mexeu com a política, a mobilização social. O bipartidarismo deixou de existir, mudando a configuração partidária na região. Surgiram, também, novos atores sociais em nível nacional, como, por exemplo, o líder sindical e fundador do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, que era nordestino, de Pernambuco, morando em São Paulo, ocupando espaço na mídia nacional e local, como pode ser visto na matéria 47, ao visitar o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, em Recife, prometendo criar a Central Única dos Trabalhadores, e ao voltar a sua terra natal, Caetés (matéria 48), por exemplo.

Lula garante a criação da Central dos Trabalhadores

Recife — O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio da Silva, admitiu, ontem, que "a Central Única de Trabalhadores será concretizada a médio prazo" e assegurou que "não queremos uma entidade criada de cima para baixo, mas um órgão que surja da consciência da classe trabalhadora, que dele necessita para se tornar fortalecida".

Ele não quis comparar a entidade — cuja criação vem sendo articulada — com o antigo Comando Geral dos Trabalhadores — CGT, "porque não a conheci, mas poderemos observar o que foi feito durante a sua existência, para que não sejam repetidos erros do passado". As colocações foram feitas durante palestra no seminário sobre "Perspectivas da Oposição Brasileira", promovido pelo diretório regional do MDB.

Peleguismo

Lula lembrou que "se já estivéssemos com uma Central Única de

Trabalhadores consolidada, não teríamos sofrido perseguições e violências da polícia, quando fizemos greve em São Bernardo do Campo, pois o Governo e os empresários sabem que uma iniciativa dessa natureza, poderia provocar, por exemplo, uma greve geral dos trabalhadores em solidariedade a nossa causa".

Voltou a repudiar o peleguismo e culpou o sistema pelo crescimento dessa ocorrência nos últimos 15 anos: "A estrutura do sistema é pelegante e conduz o dirigente sindical a virar pelego. As federações, quando criam sindicatos, partem do pressuposto de que eles precisam surgir por interesse das federações, das confederações ou do próprio Governo".

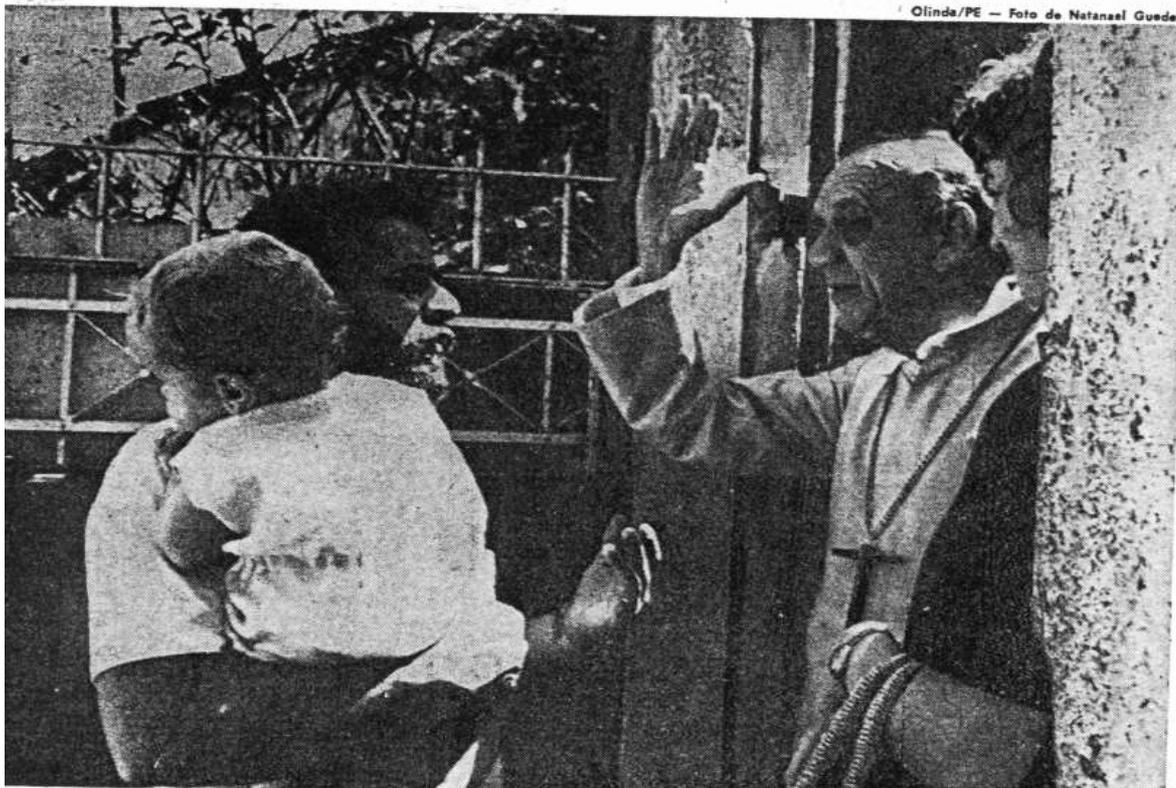
— No Nordeste, temos os casos das federações ecléticas. Não existe, por exemplo, classe metalúrgica com a mesma força que temos em São Paulo. Mas as federações criam não só este, como outros sindicatos. Com os 15% de imposto sindical de cada trabalhador, fornecem gabinetes odontológicos ou médicos aos órgãos classistas. Esta estrutura

aparentemente paternalista vai levando os dirigentes sindicais a uma situação de eterna dependência.

Para Lula, não haverá muitos problemas — do ponto-de-vista legal — para se criar a Central Única de Trabalhadores: "A gente tem que analisar que associações de empresários existem muitas. E por que os trabalhadores não podem utilizar as mesmas armas para criar as suas?"

Segundo o líder metalúrgico, "inconcebível que a estrutura sindical comece a limitar desde o número de dirigentes até a aplicação de recursos ou finanças. E' praticamente impossível se viver numa estrutura como essa, que limita o espaço de atuação dos dirigentes".

E' impossível também vivermos numa estrutura que nos proíbe de fazer greve, que não dá garantias de emprego aos trabalhadores. Temos que lutar pela Central Única de Trabalhadores, proporcionando debate nacional sobre o assunto; pela autonomia dos nossos estatutos e de gerir nossas finanças; pela contratação coletiva de trabalho, com liberdade para fazermos greve.



Olinda/PE — Foto de Natanael Guedes

Matéria 47 — Lula visita Dom Hélder, 13/06/79.



Lula entre parentes e amigos: 'Eu me sinto como passarinho que criou asas'

Lula faz visita sentimental a sítio onde passou infância

CAETÉS, PE — Sem conseguir conter as lágrimas e fazendo questão de abraçar cada um dos mais de 60 parentes que foram recebê-lo, o candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, voltou, ontem, ao *Riacho do Mel*, um pequeno sítio localizado no município de Caetés, agreste pernambucano, distante 270 Km de Recife. Foi uma visita sentimental, sem discursos, porque o mais importante, segundo Lula, "era rever a terra, os familiares e os amigos". No sítio, onde viveu até os sete anos de idade, ele conversou com antigos moradores e abraçou, emocionado, o tio Sérgio, de 82 anos, único irmão vivo de sua mãe, dona Clotilde. Disse que retornava à terra natal como "um retirante que deu certo".

Hoje, me sinto como um passarinho que criou asas. Eu aprendi a voar e voltei vitorioso", afirmou, abraçado a um primo. Lula se referia ao percurso que fez em 1952, quando deixou o Agreste para seguir com a família atrás do pai, Aristides, que havia se estabelecido como estivador em Santos (SP). "Só que eu sou um privilegiado. Como eu, muitos nordestinos tentaram a sorte em São Paulo e tiveram que voltar, porque não agüentaram sobreviver à

custa de salários miseráveis", completou.

A visita ao *Riacho do Mel*, onde havia estado em 1979, na época da fundação do PT, foi o ponto principal da programação que Lula cumpriu no Agreste pernambucano. Na sexta-feira, ele havia visitado Petrolândia e Petrolina no Sertão. Lula foi recebido em Garanhuns e Caetés, como filho da terra. Desfilou em carro aberto e, à noite, fez comício na praça principal. Do lado político, sua estada em Pernambuco foi marcada pelo encontro que teve, pela manhã, em Recife, com o governador Miguel Arraes, no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do estado. O encontro, segundo Lula, serviu para "garantir que temos muitos pontos de vista em comum".

No aeroporto de Garanhuns, que fica a 20 minutos de Caetés, Lula foi recebido por mais de 500 pessoas, que invadiram a pista de pouso enquanto o jatinho prefixo PT-LIX ainda taxava. Uma bandinha de música típica de interior tocava dobrados e frevos, enquanto um carro de som se encarregava de executar os *jingles* da campanha do PT.

O prefeito de Garanhuns, Ivo Amaral, que é do PFL, foi ao aeroporto e levou todo o seu secretariado para re-

cepcionar Lula. Todos os vereadores da cidade, à exceção do representante do PCB, também foram abraçar o candidato do PT. Segundo Ivo Amaral, que deu todo apoio para a visita de Lula ao município, cedendo palanque, bandinha e gambiarras, a recepção foi "um gesto suprapartidário".

□ A prefeita de São Paulo, Luíz Erundina, ao discursar em comício do PT que reuniu 1 500 pessoas no centro de Porto Alegre, disse que o candidato do PDT, Leonel Brizola "terá de voltar ao Uruguai para cuidar de suas vacas, porque nas terras daqui nós vamos fazer a reforma agrária". No mesmo tom triunfalista, investiu contra o candidato do PDS, Paulo Maluf: "Derrotei Maluf no ano passado. Lula vai se encarregar de fazer isso este ano". Erundina liderou uma caminhada pelo centro de Porto Alegre em apoio ao candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Também participaram o prefeito Olívio Dutra, secretário municipais e representantes do PSB e PC do B, partidos coligados com o PT.

A anistia agradava aos partidos políticos, intelectuais, artistas e segmentos sociais contrários à falta de democracia. Era uma forma de recompor a nação em pedaços, de trazer de volta para o país seus compatriotas, de remendar uma atitude autoritária. Todavia, nem todos eram favoráveis à anistia, inclusive políticos nordestinos, como o ex-líder do PDS, senador Nilo Coelho, que na época tinha grande expressão na política nacional. Muitos dos políticos que não eram simpatizantes com a abertura política temiam que o país viesse a ter mais um perfil de esquerda.

Com a abertura política o país sofreu uma profunda mudança no cenário nacional e regional. Nos anos 80 vieram as eleições diretas para governador, prefeitos das capitais e senadores. Um dos políticos que chamava a atenção da mídia era o ex-governador Miguel Arraes, que foi exilado, e com a anistia pôde voltar ao poder “pelas mãos do povo”, através do voto. Para alguns, Arraes era um mito vivo; em outros, despertava ódio, como mostra a reportagem 49.

O povo passou ir às ruas, levantar suas bandeiras, estampar seus candidatos em camisas, botos e boné. A democracia necessitava se reciclar e se recriar no país. Esse clima de mudança, também, contagiou os políticos e o povo nordestino. As eleições pareciam uma festa.

O Movimento das “Diretas Já”, reivindicando eleição direta para Presidente da República, mobilizou o país inteiro. No Nordeste houve muitos comícios reunindo Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos, Leonel Brizola. Os estudantes iam às ruas e praças, criavam palavras de ordem.

Arraes, 21 anos depois, a

Terezinha Nunes

Recife — De um lado, trabalhadores rurais — ao todo, cerca de 400 mil — como Antônio Ribeiro de França, 60 anos, riem satisfeitos no meio da palha da cana, cortada de sol a sol. Falam em liberdade, fazem promessas e querem iniciar a campanha. Do outro, usineiros e fornecedores de cana — perto de 7 mil — se dizem intranquilos, temerosos e os mais exaltados, como Mário Cavalcanti de Albuquerque, 40 anos, defendem até “uma revolução”.

Este é o clima vivido na Zona-da-Mata de Pernambuco — onde há 400 anos a cana-de-açúcar perde-se na linha do horizonte — desde o dia 18 de novembro quando, entusiasmada com a vitória de Jarbas Vasconcelos na eleição municipal do Recife, a esquerda estadual lançou nas ruas a candidatura do deputado federal Miguel Arraes, 68 anos, a governador de Pernambuco pelo PMDB.

Acirrar ânimos

— Com este resultado poderemos ter no Estado uma verdadeira guerra santa — disse, ainda quando as urnas estavam sendo abertas, o governador de Pernambuco, Roberto Magalhães. Empenhado em criar um estado normalmente radicalizado um grupo de centro-esquerda capaz de vencer as eleições para o Governo, Magalhães considerou a derrota do candidato Sérgio Murilo, pemedebista apoiado pelo PFL, uma certeza de que o nome de Arraes voltaria a tomar pulso. Não escondeu que temia, ainda, o acirramento dos ânimos.

A resposta veio rápida. O presidente do Sindicato dos Usineiros, Gilson Machado Filho, chegou a afirmar em tom de desafio: “Se é para ir à luta nós vamos”. Na semana passada foi a vez do presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana — os chamados senhores de engenho — Sílvio Carneiro Leão: “Não posso negar que sinto uma intranquilidade generalizada no campo, no meio dos produtores rurais, por causa desta candidatura. Todos temem os episódios da década de 60 e o medo de que se repitam é muito grande”.

Na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, o presidente José Rodrigues da Silva que, desde 1979, coordena grandes e mobilizadoras greves na Zona da Mata, afirma que o clima entre os trabalhadores rurais é outro.

— Eles não escondem o riso que vai de um lado a outro do rosto, quando se fala na volta de Arraes. Para o trabalhador rural pernambucano Arraes representou o fim da escravatura que ainda perdurava.

Ela acha que não se pode evitar que os 44 sindicatos rurais da Mata entrem na campanha de Arraes, embora afirme que os presidentes continuam dispostos a evitar que haja interferência política direta na luta dos trabalhadores: “Mas da forma como o nome de Arraes pipoca de todos os lados — diz — é impossível se evitar que ele acabe dominando os sindicatos”.

O que se diz no Recife, onde federações de trabalhadores e de patrões têm suas sedes, se confirma no campo, na própria Zona da Mata, a faixa úmida do Estado na qual se concentram mais de 20% dos votos pernambucanos.

— Arraes foi o único Governo que vi em Pernambuco — diz, cansado, sorriso de desdentado, passando a mão na careca, o trabalhador rural Antônio Ribeiro de França, 60 anos, ao explicar que acha difícil encontrar entre os trabalhadores alguém que não vote nele:

— O Dr Arraes é nosso pai. Antes dele não se tinha salário, era tudo escravo. Depois tivemos salário, tivemos vez. Só queremos ele.

A poucos quilômetros da propriedade onde Antônio, apesar da idade, continua cortando cana e se sujando da fuligem que sai da mata queimada, o fornecedor de cana Mário Cavalcanti de Albuquerque, 40 anos, proprietário de 150 hectares de terra produtiva no município de Vitória de Santo Antão, a 48 km do Recife, mostra o outro lado da questão:

— Não quero nem ouvir falar na volta de Arraes. Sei que se ele for candidato vai se eleger, mas o que eu puder fazer contra isso eu faço. Se o nordestino não fosse tão frouxo como é, ele assumia num dia e no outro os fornecedores fechavam as estradas, bloqueavam as linhas do trem e se revoltavam. Eu sei que isso vai ser difícil porque nem todos têm a coragem que eu tenho. Mas que dá vontade dá. Se Arraes subir vai acabar conosco. Os comunistas vão tomar conta outra vez e o jeito vai ser se revoltar ou ir embora.

Mário não esconde a lembrança do que, segundo afirma, aconteceu na propriedade de seu pai, Henrique, já morto. “Morreu de Desgosto” em 1963. E no início de 1964, segundo conta, os trabalhadores tomaram a propriedade, “insuflados pelos comunistas que invadiram o Engenho Galiléia, vizinho ao nosso”, mataram gado, incendiaram o canavial e o engenho. “Só restou a chaminé”; “acabaram com tudo”.

Ele ainda hoje se queixa, afirmando que de lá para cá nunca mais a propriedade se levantou: “Está tudo se acabando, meu pai perdeu tudo que tinha”. Mário vê comunistas por todos os lados — “Aqui ao redor é só você olhar — aponta — todas estas casas têm trabalhadores que só esperam a volta de Arraes para começar tudo de novo”.

O que fez

O que teria feito Arraes, antes de ser preso e deposto em abril de 1964 para causar tanta celeuma, até mesmo antes de ver seu nome oficializado como candidato do PMDB? Nem beneficiou tanto os trabalhadores e nem castigou tanto usineiros e fornecedores, segundo opinião de cientistas políticos como José Arlindo Soares — escreveu o livro *A Frente do Recife*, que fala do Governo Arraes —; de políticos da época como Francisco Julião, o famoso criador das Ligas Camponesas, hoje no PDT, e que mantém uma posição crítica em relação ao ex-

governador; ou de políticos novos como o vice-prefeito eleito do Recife, José Carlos Melo, um dos assessores de Miguel Arraes. O próprio Arraes está em Brasília, desde que teve seu nome lançado, e não quer dar entrevistas, por enquanto.

José Carlos Melo se espanta com a reação dos proprietários:

“Não teremos guerra santa. Isto não tem justificativa. Arraes sempre foi um legalista”. José Arlindo Soares procura restabelecer a verdade dos fatos, afirmando que Arraes nada mais fez do que cumprir a lei, enquanto Julião vai fundo no lado ideológico: “Tudo que existe aí é uma mistificação. Arraes virou um mito. Ele apenas aplicou as leis do Governo Goulart que estendiam ao campo os benefícios dos trabalhadores urbanos. Além do mais, Arraes nunca foi um esquerdista como eu, por exemplo. Arraes é um líder popular cristão, não é nem socialista. Eu sou marxista”.

O cientista político José Arlindo Soares — à época em que Arraes governava ele era líder estudantil secundário em Fortaleza (depois, em 1968, caiu na clandestinidade, foi preso, condenado e cumpriu pena na penitenciária do Recife) —, no fundo, concorda com Julião. Para ele, Arraes apenas ajudou a transferir para o campo as conquistas dos trabalhadores urbanos, como salário mínimo, 13º salário e carteira de trabalho.

— Arraes assegurou dentro da legalidade a extensão dessas conquistas. Ele institucionalizou o movimento dos trabalhadores criando os sindicatos que hoje trabalham ordenadamente dentro das leis — explicou José Arlindo Soares.

O que pediriam os trabalhadores rurais, que agora tendo salário já podem fazer greves, se vissem Arraes de volta ao Congresso? O presidente da Fetape, José Rodrigues da Silva, já tem uma reivindicação na ponta da língua:

— O fim das milícias privadas no campo, pois elas impedem o movimento dos trabalhadores na medida em que eles temem as armas em propriedade de fornecedores e usineiros.

O presidente do Sindicato dos Fornecedores de Cana, Sílvio Carneiro Leão, reage e demonstra que há discordância entre ele o presidente da Fetape:

— Se for para acabar com as armas dos proprietários, como ficarão os que têm de vigiar o trabalho e fazer o pagamento se os trabalhadores têm, além das enxadas e foices, revólveres e espingardas?

Antes de responder a estas perguntas, o interessado, Miguel Arraes, empenha-se, mesmo em Brasília, a jogar água na fervura. Segundo o vereador da capital, Liberato Costa Júnior, um dos seus auxiliares, ele busca “um novo Paulo Guerra para seu companheiro de chapa” (Paulo Guerra foi o representante dos coronéis sertanejos na chapa que levou Arraes ao Governo em 1962). Segundo Liberato, Arraes quer, no momento, encontrar um moderado para quebrar um pouco o receio de um poder excessivamente de esquerda.

Diante da derrota da Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia eleições diretas para Presidente, parte do povo brasileiro e, particularmente, o nordestino se sentiu desesperanço. Depois, foi criada uma frente de apoio ao governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, como foi visto no capítulo três, que prometia fazer uma Nova República (matéria 50), que acabou ganhando indiretamente no Colégio Eleitoral a presidência do Brasil, contra Paulo Maluf. Todavia, não chegou a ser empossado como chefe do Executivo brasileiro, pois veio a falecer, recebendo a faixa presidencial o seu vice, José Sarney, ex-Arena. Sarney tornou-se, assim, o primeiro presidente brasileiro civil depois da ditadura militar. Como presidente nordestino, Sarney acentuou a imagem política da região na mídia nacional. e uma das marcas do seu governo foi a tentativa de revitalização da Sudene, tão reivindicada pelos governadores nordestinos (vide matéria 51).

Sarney governou o país, dando choques na economia, fazendo o povo se sentir fiscal dos preços, anunciando moratória, convivendo com inúmeras greves, aumento do desemprego, recessão. Convoca uma Assembléia Constituinte, e no bojo das mudanças políticas, é convocada eleições diretas. Na disputa mais de 20 candidatos. No final, dois nordestinos disputam as eleições. Collor, governador de Alagoas, e Lula, o sindicalista pernambucano, criador do PT. Daí para frente, muitos comícios e promessas mobilizaram multidões, como o de Collor, falando para mais de seis mil pessoas em Arapiraca (matéria 52).

Em 1989, Collor tornou-se o primeiro Presidente da República, eleito diretamente pelo povo. Sua administração durou pouco tempo, pois sofreu processo de *impeachment* no início dos anos 90.

Tancredo é aplaudido em sua última reunião na Sudene

Liberal. Está determinado que eles escolherão o nome”.

Aplausos

A reunião da Sudene — a 289ª desde que o órgão foi criado em dezembro de 1959 — foi a mais concorrida dos últimos anos. Logo às 8h, os funcionários, portando uma faixa em que chamavam Tancredo de Presidente e apoiavam o recente documento que ele mandou fazer sobre o Nordeste, começaram a ocupar as escadarias do prédio no bairro de Engenho do Meio e a jogar papel picado pelas janelas. A eles logo se juntaram professores universitários em greve, que foram pedir o apoio dos governadores para o seu movimento.

A equipe de segurança da Sudene, que já havia estrategicamente desviado Andreaza das manifestações — o Ministro chegou ao órgão antes das 8 horas e entrou pela garagem — interceptou o carro de Tancredo próximo à sede da Superintendência para informar que estava havendo uma manifestação de grevistas. Tancredo resolveu seguir em frente e quando seu carro se aproximava dos manifestantes foi cercado. Ele desceu e aos gritos de “Tancredo, Tancredo”, foi aplaudido e saudado. Além das mais de mil pessoas que estavam na porta do prédio nessa hora (9h15min) todos os funcionários que ocupavam os 13 andares do edifício foram às janelas aplaudi-lo. Ele respondeu com acenos e demonstrou emoção levando a mão direita aos olhos. Chegou acompanhado do Deputado Estadual Sérgio Guerra, líder do PMDB na Assembléia.

Já no saguão da Sudene, onde os manifestantes se alojaram num jogo de empurra-empurra, pois não cabia tanta gente, Tancredo encontrou-se com o Ministro Andreaza, o Superintendente do órgão, Walfrido Salmito e os demais governadores. Abraçou a todos distribuindo tapinhas nas costas. Num canto da sala, minutos depois, participava em uma reunião com os professores grevistas ao lado de Andreaza quando o Governador José Agripino Maia foi escolhido para intermediar as negociações dos professores e funcionários das universidades com o MEC. No plenário da Sudene, onde ingressou às 10h, Tancredo foi aplaudido demoradamente. Além dele, quem recebeu também calorosos aplausos ao entrar no recinto foi o Governador Roberto Magalhães, que presidiu a reunião.

Recife — Natanael Guedes



Tancredo se emocionou com a recepção na Sudene

Matéria 50 – Tancredo visita a Sudene – 28/07/84.

Presidente não recuará nas mudanças

Petrolina (PE) — O presidente José Sarney encerrou sua viagem ao Nordeste com um discurso para cerca de cinco mil lavradores do Projeto Comunitário de Tatauí na Bahia quando afirmou que "a coragem de um governante só é válida quando respaldada pelas justas reivindicações do povo" e assegurou que neste caso ela "não tem recuo, não tem volta atrás".

Antes de visitar o projeto, localizado a 60 quilômetros de Juazeiro (BA) onde extralavadores da Barragem de Sobradinho cultivam em forma comunitária seis mil hectares, Sarney esteve em Petrolina, município pernambucano na margem direita do Rio São Francisco. No aeroporto, a comitiva presidencial teve calorosa recepção e as ruas por onde passou estavam enfeitadas por faixas de apoio às medidas econômicas e ao presidente.

Em companhia de sete ministros, dos governadores Roberto Magalhães (PE) e João Durval (BA) e de duas dezenas de parlamentares dos dois estados, o presidente e dona Marly visitaram a creche Dr Cícero Luz, no Bairro Ouro Preto em Petrolina. Após beijar a menina Elitânia Timóteo, de três anos e quatro meses, o presidente ouviu as crianças cantarem e, em seguida, um discurso do prefeito de Petrolina, Augusto Coelho, reafirmando o apoio do PFL pernambucano a seu governo.

Após percorrer de ônibus as ruas de Petrolina, a comitiva atravessou o rio pela ponte Presidente Dutra, para chegar aos estaleiros da Companhia de Navegação do São Francisco, onde duas chatas para transporte de sólidos foram batizadas. A embarcação CS-40-86-05, de 400 toneladas, teve como madrinha dona Maria Tereza Brennard Coelho, viúva do ex-senador Nilo Coelho.

Dona Teresa, abandonando o protocolo, falou da amizade entre seu marido e o presidente: "Nilo, às vezes, saindo às 7 h de casa para confidenciar com o amigo as tragédias daquela época em que passávamos por momentos tão difíceis." Quase chorando, ela disse que os dois maiores desejos de Nilo Coelho se concretizaram: o desenvolvimento do Vale do São Francisco e a vitória de Sarney.

Após sair do estaleiro, a comitiva percorreu quase 60 quilômetros em território baiano até chegar ao Projeto Comunitário Tatauí. Apesar das faixas reclamando mais reforma agrária e menos promessas, o presidente foi recebido com aplausos. No palanque, o primeiro orador foi o líder comunitário local, José Balbino, que, após frisar que os trabalhadores rurais não querem que os recursos para a imigração de milhões de hectares fiquem concentrados em poucas mãos como sempre ocorre no Nordeste, abraçou o presidente e dona Marly sob aplausos.

Em seu discurso, Sarney não só criticou os gastos com projetos faraônicos de irrigação como disse que determinará ao novo superintendente da Sudene que dê total apoio aos projetos dos pequenos e médio proprietários. Respondeu também às dúvidas sobre a reforma agrária, frisando que a questão é tão prioritária para seu governo que por conta disto, mandou retirar do nome do ministério a palavra desenvolvimento, "para não querer esconder aquilo que se pretende fazer".

E em tom pausado, firme, o presidente completou:

— A coragem de um governante só é válida quando ela é coragem respaldada pelo povo, pelas justas reivindicações do povo. Quando não tem esse respaldo, não é coragem, é bravata ou escamoteação. Mas quando é coragem, como é essa coragem nossa e do povo, não tem recuo, não tem volta atrás. Só tem um caminho: a determinação com que vai ser feito.



Na visita à creche, Sarney foi recebido pelo povo com carinho

TURISM

4ª feira no Caderno B.



Collor fala para 6 mil em Arapiraca

Arapiraca (AL) — Natanael Guedes

ARAPIRACA, AL — Um raivoso desafio aos adversários — numa clara alusão aos últimos acontecimentos envolvendo partidários de sua candidatura e militantes do PDT — marcou o tom do comício que o candidato do PRN à presidência da República, Fernando Collor de Mello, fez diante de uma animada plateia de quase 6 mil pessoas, ontem, em Arapiraca, a 142 quilômetros de Maceió. Ele chegou à cidade para inaugurar o comitê eleitoral do PRN e receber a adesão de prefeitos do interior e do PFL local.

“Eles não conhecem Fernando Collor. Que joguem as pedras e dêem tiros, pois com isto fortaleceremos nossa candidatura”, bradou o candidato, arrancando aplausos das pessoas que, sob forte chuva, se comprimiam no calçadão do Largo Dom Fernando, no Centro da cidade. Momentos antes, o governador de Alagoas, Moacir Andrade, tratava de esquentar a plateia preparando o terreno para o discurso de Collor. “São marginais irresponsáveis aqueles que querem nos combater à base da violência”, disse o governador.

Collor, em discurso rápido — ele iria em seguida para Brasília para receber as adesões do governador do Ceará, Tasso Jereissati, do prefeito de Recife, Joaquim Francisco, e do senador sergipano, Albano Franco —, voltou a repetir os bordões que têm marcado as suas aparições públicas. Fez apelos dramáticos ao povo — “Não me deixem só nessa caminhada” — e conclamou a plateia a colocar pela terceira vez um alagoano na Presidência da República. Collor, que é carioca de nascimento, referia-se a ele próprio e aos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Mobilização — Arapiraca, segunda maior cidade de Alagoas, com 200 mil habitantes e quase 100 mil eleitores, parou para fazer festa para Collor. Desde as primeiras horas da manhã, uma multidão já tomava todo o acesso que leva ao acanhado aeroporto municipal, cuja sede estava pintada com as cores e os dísticos da campanha do PRN. Apenas 30 policiais fardados foram deslocados para fazer a segurança do aeroporto, mas a não ser um pequeno tumulto ocorrido durante a chegada do jatinho conduzindo Collor, às 10h30, quando o povo invadiu a pista de pouso para recepcionar o candidato, o comportamento do público mostrou que a PM estava certa. Nenhum incidente foi registrado durante toda a programação.

Coube ao prefeito de Arapiraca, José Alexandre dos Santos — eleito pelo PMDB e convertido ao PRN — a preparação da festa, que teve três trios elétricos, vários carros de som e uma farta distribuição de material de propaganda.

“Estamos aqui para aplaudir o presidente”, dizia o vendedor ambulante Josemiro de Oliveira, satisfeito com a quantidade de pipocas e amendoins que conseguiu vender na entrada do aeroporto.



Collor inaugurou comitê com discurso raivoso contra adversários

Zico diz que não ‘colloriu’

BRASÍLIA — A novela da adesão do governador do Ceará, Tasso Jereissati, à candidatura de Collor de Mello (PRN) à presidência ganhou mais um inesperado capítulo: Tasso não compareceu à solenidade no comitê central do PRN que marcaria seu engajamento. O senador Albano Franco (PMDB-SE) e o prefeito de Recife, Joaquim Francisco (PFL), aderiram ontem à campanha. A falta de uma explicação para a ausência do governador deixou Collor nervoso, esperando por Tasso das 16h30 às 18h, ao mesmo tempo em que tentava um contato através de sua assessoria.

Segundo os assessores de campanha, o governador, que de manhã fora a São Paulo fazer uma palestra na USP, teve problemas para embarcar para Brasília, onde chegou só à noite, sem conseguir, até as 20h30, localizar Collor de Mello, envolvido com outros compromissos. O contratempo provocou, durante o dia, novas especulações de que Tasso teria desistido de *collorir*.

Já o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, disse ao senador Albano Franco que vai formalizar seu apoio a Collor se ele mantiver a liderança nas pesquisas 15 dias

depois de iniciada a propaganda eleitoral na televisão. Amato só não o fez até agora porque só conta com o apoio de 30 a 40% dos 116 sindicatos ligados à Fiesp e dos 15 integrantes da diretoria da federação.

Na Bahia, que visita hoje, Collor vai acertar adesões com políticos do PFL, ligados ao ministro Antônio Carlos Magalhães, e do PMDB, liderados pelo empresário Pedro Irujo, patrono da candidatura do prefeito de Salvador, Fernando José.

□ Uma nota dúbia, transmitida pelo comitê do PRN no Rio, de que o Flamengo, “com Zico simbolizando o futebol rubro-negro”, traria Collor de Mello ao Rio, na quarta-feira, para receber um título de sócio do clube e ser apresentado aos jogadores, teve a seguinte resposta de Zico: “Ele pode ir para onde bem quiser, porque eu sequer o conheço pessoalmente”. O jogador disse que desconhece “histórias” de que tenha dado apoio a Collor. O presidente do Flamengo, Gilberto Cardoso Filho, afirmou que a visita do candidato não significa qualquer tipo de adesão à sua candidatura, e que qualquer outro postulante à sucessão presidencial seria recebido nas mesmas condições.

Além dos políticos nordestinos de nascimento ou de coração que se tornaram Presidente da República ou disputaram esse cargo, como por exemplo, Lula, Collor e Sarney, um político nordestino que esteve muito presente no JB foi Jarbas Vasconcelos, com várias reportagens a seu respeito, que antes emergia como um “autêntico emedebista”, de esquerda, um radical, e depois ao longo de sua carreira política se transforma num moderado, como chama a atenção a reportagem 53. Isso reflete a pauta da sucursal do JB em Recife, dando visibilidade aos políticos locais no cenário nacional.

- “Pai de Jarbas morre no Recife”, 18/11/78.
- “Jarbas finca posição em Pernambuco”, 16/11/82.
- “Campanha de Jarbas acaba em carnaval”, 13/11/85.
- “Jarbas ou Murilo? Ibope não sabe quem vai ganhar”, 16/11/85.
- “Jarbas vence em Recife e atropela aliança”, 19/11/85.
- “Jarbas elogia Nova República”, 12/85.
- “Jarbas anuncia o fim do clientelismo”, 02/01/86.
- “Jarbas encerra carreira de radical”, 20/09/87.

Jarbas encerra a carreira de radical

Recife — Natanael Guedes

Terezinha Nunes

RECIFE — “Fui intolerante e radical no momento em que achava que deveria ser assim. Hoje mudei minha prática e meu discurso. Deixar de reconhecer isso é tolice.” A autocritica é do prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, 45 anos, três filhos, presidente há três meses da Associação dos Prefeitos das Capitais. Um dos fundadores, em 1974, do grupo autêntico do MDB, Jarbas, que chegou à Prefeitura com apenas 33% dos votos, é atualmente campeão de popularidade entre os prefeitos, segundo a *Data Folha*, surge como candidato a governador de Pernambuco em 1990 e recrimina os amigos que pensam em deixar o PMDB, ensaiando uma eterna oposição: “O povo não vai entender isso”.

O que teria mudado, além dos cabelos grisalhos que hoje tomam quase toda a cabeça do prefeito? Ele próprio responde que a administração o amadureceu: “Passei os três primeiros meses de Prefeitura tolo” — e que a decisão de ir para as ruas ouvir o povo, que hoje opina sobre as prioridades municipais, dinamizou seu trabalho. “Todo mundo diz, olha lá, Jarbas está agindo.” Os adversários, como o PFL e o deputado estadual João Coelho, do PDT, potencial candidato a prefeito de Recife, concordam em parte com ele. Joel: “É claro, Jarbas procura ouvir o povo e adota decisões de alguma forma resultantes desses diálogos”. Coelho acha que o prefeito tem um trabalho “razoavelmente bom”, embora o acuse de ter montado “um esquema de divulgação que mostra mudanças quando fundamentalmente elas não ocorreram”.

Amadurecimento — “Não gosto de falar do que faço” — diz o prefeito quando indagado sobre as razões que o levaram a sair do casulo da esquerda e partir para a conquista de outros setores da sociedade. No próprio PMDB pernambucano e nos bastidores da Prefeitura, explicações não faltam. E derrubam muitos conceitos normalmente amadurecidos sobre a forma de governar. Apesar de ter assumido a Prefeitura após 20 anos de autoritarismo, o prefeito não é acusado de perseguido: dos 21 mil funcionários públicos que encontrou, dispensou só mil, nenhum por simples discriminação: “Eles saíram por aposen-

Jarbas: o “autêntico” amadurece

tadoria, morte ou por desejo próprio”. Jarbas diz que adotou uma saída para evitar atropelos: “Encontrei a Prefeitura inchada de agentes administrativos, como se designam as pessoas que o fisiologismo joga no serviço público; e, ao mesmo tempo, encontrei carências em várias especialidades. Fizemos um censo, descobrimos as qualificações de cada um e demos tarefas. Em poucos meses, os que não queriam trabalhar, ou não concordaram com as tarefas, pediram para sair”.

É possível administrar com pouco recursos? Jarbas diz que sim. E derrota a tese de que o governo federal nega tudo aos administradores: este ano, a Prefeitura tem um orçamento de CZ\$ 2 bilhões 800 milhões, e conseguiu do governo federal, para investimentos, CZ\$ 1 bilhão 600 milhões, dos quais CZ\$ 500 milhões a fundo perdido. Jarbas não apóia o presidente José Sarney e acha que será difícil ele recuperar-se — “Sarney obedece a um grupo encastelado no Planalto, que não tem compromissos com o avanço” — mas diz que não perdeu tempo: “Fomos aonde podíamos encontrar recursos e descobrimos

muita coisa, como o dinheiro da Sudene que só não saía para as Prefeituras por falta de prestação de contas. Prestamos tantas que a Sudene nos autorizou a reduzir.”

Infantilidade — Frequentemente encontrado nas ruas vistoriando obras subterrâneas — “não é verdade que o povo só queira espigões, ele acaba entendendo que é fundamental a infra-estrutura” — Jarbas surpreendeu no início do ano, ao defender a Aliança Democrática quando todos queriam rompê-la. “Pode desestabilizar o governo”, dizia. Hoje ele acha que o fim da Aliança, “para o bem do próprio PFL”, deve coincidir com a promulgação da nova Constituição. Entende que o PMDB deve nessa hora decidir se assume Sarney e o seu programa, ou se vai para a oposição — “Ficar em situação dúbia é se liquidar” — e acredita que os autênticos devem esperar esse momento.

“Na hora da verdade”, diz, “o grupo que perder deve sair, mas aí já se terá como caminhar. Sair de um partido em plena elaboração de uma Constituição é infantilidade. Acho que não há prática desse tipo em todo o mundo.” Jarbas acha que o PMDB ainda pode ser forte na campanha de 1988 — “Todas as pesquisas o apontam ainda como preferido” — mas teme que a ligação com o presidente Sarney acabe por levar o partido a derrotas apreciáveis no próximo pleito. Não crê que o povo, desencantado com os políticos, volte a pensar nos militares: “Acho que o povo nem quer a prática antiga, do regime autoritário, nem a Nova República que lhe faltou com a verdade.” Mas acredita que algo novo surgirá — “Lideranças despontarão, e o que vai valer na próxima eleição não é discurso mas a prática, o trabalho que for mostrado ao povo.”

“O PL é, para mim, a direita moderna deste país”, diz Jarbas, que acredita no crescimento desse partido. Sobre o PT: “Se sair do sectarismo e da discriminação, crescerá.” O povo, segundo ele, é pelas diretas para presidente “mas já entendeu que a campanha que está aí não é da tese, mas de candidatos”. Embora todos apontem para a possibilidade de grandes convulsões sociais no Brasil, por causa da violência urbana, o prefeito não acredita nisso. “O povo brasileiro é muito ordeiro”, atesta Jarbas.

Matéria 53 – Jarbas encerra a carreira de radical, 20/09/87.

6.2.2. Cotidiano

Enchentes, mocambos, alagados, desemprego, trabalho informal, doenças materno-infantil, falta de moradia e de terra, fome, desnutrição, “bóia-fria”, êxodo rural, concentração de renda, família numerosa entre pobres, greves de trabalhadores (tiradores de coco, canavieiros), o estrangulamento das cidades com o progresso, foram alguns dos assuntos relacionados ao cotidiano e aos problemas sociais que afetam a população nordestina, tanto na década de 70 como na de 80, ressaltando que a problemática das enchentes foi mais freqüente nos anos da ditadura, enquanto as greves foram mais comuns nos anos 80, com a redemocratização do país.

O Nordeste a partir do final dos anos 70 foi palco de várias greves de trabalhadores do campo, principalmente os da cana-de-açúcar da Zona da Mata pernambucana, chegando a realizar a primeira greve rural durante a ditadura militar, num período em que a agricultura não era tão mecanizada e o país começava a produzir álcool como combustível alternativo à gasolina, que sofreu aumento de preços com a crise do petróleo no Oriente Médio.

A reportagem 54 veiculada pelo JB mostra que capatazes e administradores de mais de mil engenhos da zona da Mata de Pernambuco se recusavam a trabalhar sem armas junto aos canavieiros em 1984.

A seca, o desemprego e o sonho de uma vida melhor fizeram muitos nordestinos migrarem para o Centro-Sul. A reportagem 55 mostra os nordestinos voltando para sua terra, na década de 70, quando a região passa a ser, também, área de atração, com aumento de investimento na indústria e infra-estrutura social, ao mesmo tempo em que o centro-sul vai deixando de ser atrativa para aqueles que buscam novos empregos.

O progresso, a indústria, em meados da década de 70, com o chamado “milagre econômico”, trouxe profundas transformações na vida do nordestino. O número de empregos aumentou, as estradas foram ampliadas, o comércio se incrementou, o número de habitações e de prédios cresceu, o consumo se acelerou, a população aumentou e conseqüentemente as necessidades de moradia, transporte, lazer, saúde também se acentuaram.

Nazaré da Mata, PE/Natanael Guedes



O administrador do Engenho Lagoa Dantas diz que só deixa o seu revólver para arranjar outro maior

Capatazes negam-se a trabalhar sem armas

Nazaré da Mata e Paudalho (PE) — Os administradores e cabos (fiscais de campo) dos cerca de mil engenhos da Zona da Mata de Pernambuco, que normalmente levam revólveres à cinta, estão se recusando, em sua maioria, a continuar inspecionando as tarefas executadas pelos trabalhadores canavieiros se forem obrigados a andar desarmados.

O desarmamento nos engenhos onde se cultiva a cana-de-açúcar e onde vários trabalhadores rurais já foram feridos ou assassinados, conforme denúncias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), está sendo pedido pelos canavieiros através de dissídio coletivo que será julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho.

"Não fico, não"

— Tenho 56 anos de vida e 35 de administrador de engenho. Nunca precisei matar ninguém, mas o revólver para mim é um instrumento de trabalho. Sem ele eu não tenho a menor condição de enfrentar essa turma de 300 homens armados de foices afiadas e facas de muitas polegadas.

De cima do seu cavalo pardo, de cuja companhia não abre mão quando anda no meio dos canaviais, o administrador do Engenho Lagoa Dantas, no município de Nazaré da Mata, a 65 km do Recife, Valentim Bernardes da Silva, reagiu com vigor ao saber da possibilidade de desarmamento.

Sem abandonar uma só hora do dia o seu revólver calibre 38, caso duplo — "minha intenção é

pedir ao patrião uma espingarda 12" — Valentim diz que os engenhos ficarão sem administradores e fiscais se o desarmamento for cumprido. Olhado de soslaio pelos 300 cortadores de cana cujo trabalho fiscalizava na terça-feira, ele não escondeu sua irritação com a proposta e confirmou todas as denúncias feitas pela Fetape sobre a existência de armas nos engenhos do Estado.

— Aqui, na Zona da Mata, tanto os administradores e fiscais de campo como os funcionários do escritório andam armados. Se não fosse isso, nenhum de nós tinha coragem de enfrentar esses homens. Eles precisam da foice e da faca para cortar cana. Se a gente ficar sem revólver, não tem coragem nem de chegar perto. Para mim a falta de uma arma é a sentença de morte. Quando isso acontecer, já quero estar bem longe.

O fiscal de campo Severino Manoel dos Santos, que usa um revólver menos poderoso — calibre 32 — concorda com Valentim.

— Se for para andar desarmado, eu desisto. Deus me livre de me meter no canavial sem um revólver na cintura.

Existem exceções à regra, como é o caso do proprietário de um pequeno engenho de 20 hectares do município de Paudalho, a 44 km do Recife, José Luís de Castro. Protestante, ele afirma, enquanto ajuda a carregar um caminhão com a cana colhida em sua propriedade, que só usa uma arma de trabalho: "A bíblia". José Luís precisa, porém, de apenas seis

homens para colher a cana que produz. Ele não sabe se, precisando de 300, continuaria lendo a Bíblia como faz hoje para quem o quer ouvir.

— Com 300 homens a coisa é diferente, porque são 300 vontades para cuidar e fica difícil chegar a um acordo. É por isso que existe tanta morte e tanta gente armada por aí.

Revólveres, facas e foices

A resistência dos administradores dos engenhos a largar suas armas é um complicador para que os trabalhadores rurais e os usineiros e fornecedores cheguem a um acordo. Até o ano passado, a Fetape não tinha feito mais do que apelar nesse sentido, mas este ano, após entregar ao Governador Roberto Magalhães várias denúncias sobre ferimentos e assassinatos de trabalhadores, os sindicatos rurais resolveram colocar duas cláusulas, entre as reivindicações do dissídio coletivo, pedindo o desarmamento.

Apesar de ter nos seus arquivos um ofício assinado por funcionários da Delegacia do Trabalho comprovando a existência nos engenhos do Estado de armas assustadoras, como a espingarda 12, a Fetape não tem ideia de quantas armas existem no momento nos engenhos.

— Só sabemos que todos os administradores andam armados e que muitos fiscais de campo também carregam revólveres na cintura, intimidando os trabalhadores — afirma o presidente da federação, José Rodrigues da Silva.

Matéria 54- O administrador do Engenho Lagoa Dantas diz que só deixa o seu revólver para arranjar outro maior - 22/09/84.

Nordestino reduz migração para o Sul

Recife — Fotos de Natanael Guedes

Evaldo Costa

RECIFE — O sonho de uma vida melhor — habitação confortável, emprego bem remunerado e mesa farta — que nos anos 50 e 60 fez com que milhões de nordestinos trocassem o campo pela agitação do Rio e de São Paulo, deixou de seduzir a população da região que, segundo técnicos da Fundação Joaquim Nabuco, está preferindo acomodar-se nas grandes e médias cidades do próprio Nordeste. "Esta é uma tendência que vem se verificando desde o final dos anos 70", sustenta o economista, especializado em demografia, Hélio Moura, lembrando que enquanto nos anos 70 mais de 2,2 milhões de nordestinos foram para o Sul, no final dos 80 menos 1 milhão terão trilhado o mesmo caminho. Ele acaba de concluir uma pesquisa sobre o assunto.

— O abandono das zonas rurais continua. Só que São Paulo não é mais o destino de todo esse povo — diz Hélio Moura. Mas não são apenas os cientistas que atestam a diminuição do contingente de nordestinos que migra para o Centro-Sul. Para Edvar Montarroio, superintendente regional da Viação Itapemirim, maior empresa de transporte rodoviário do país e responsável pela transferência de boa parte desta população, atualmente já é possível verificar a inversão do fluxo.

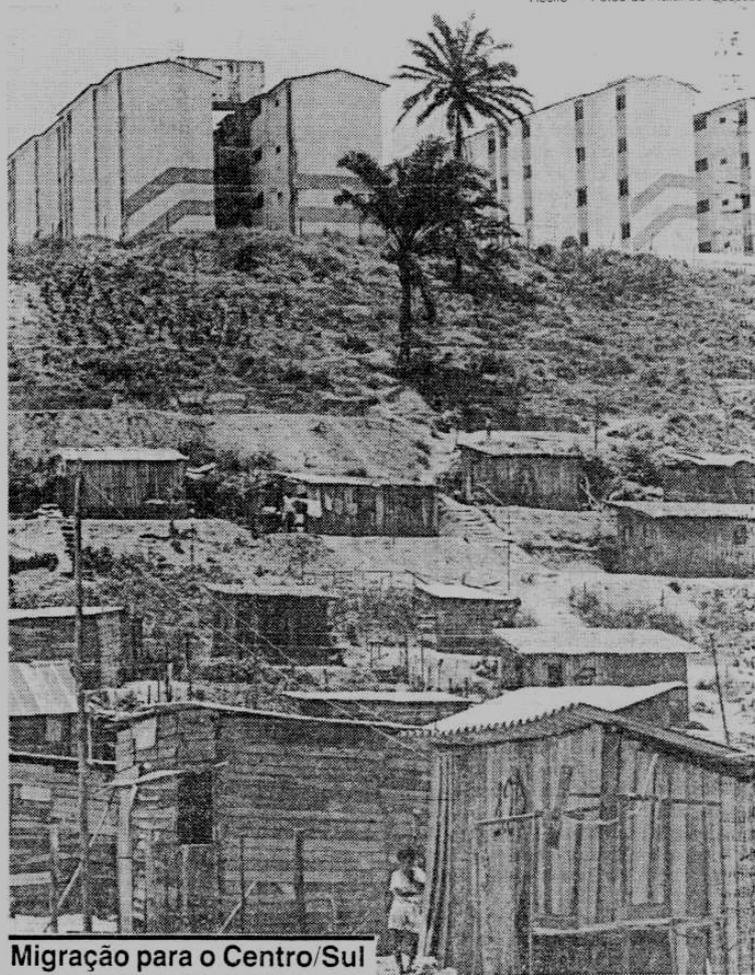
— A gente constata que é cada vez maior o número dos que retornam desiludidos com o Sul — afirma Montarroio, de posse de uma pesquisa feita com clientes seus e do seu principal concorrente, a São Geraldo, na qual se constatou que apenas 15% dos passageiros que vão para o Sudeste partem com objetivo de conseguir emprego e fixar residência. "Isso é muito revelador quando se sabe que há 10, 15 anos, era isso que buscava quase a totalidade das pessoas", acrescenta.

Urbano — O resultado da inversão da corrente migratória é um crescimento vertiginoso das cidades grandes e médias da região. Outro pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Neir Antunes Paes, calcula que em 1960 mais de 60% da população do Nordeste viverão nas cidades. Mesmo na Grande Recife, entre as regiões metropolitanas de capitais brasileiras, a que teve o menor crescimento populacional, há cidades como Paulista, que dobrou o número de moradores. Crescimento expressivo impulsionado pelas migrações internas estão tendo, também, Petrolina e Caruaru, os dois maiores municípios do interior.

Para Hélio Moura, a explicação para a queda do interesse do nordestino pela vida no Sudeste é a crise do final dos anos 70 e a mudança da estrutura econômica daquela região.

— Acabaram-se as grandes obras e a agricultura passou por uma grande transformação, com a implantação de culturas que valorizam a mecanização e empregam pouca mão de obra — diz Hélio Moura, que estuda o comportamento das correntes migratórias no Brasil a partir de dados oficiais do IBGE.

Segundo Hélio Moura, a própria história do povoamento do interior nordestino explica o movimento que agora se verifica. No século 18, milhares de pessoas se deslocaram para a região, para trabalhar na cultura do algodão. A partir daí, muitos fatores passaram a atrair esta mão de obra subutilizada. Mas os momentos em que ocorreram grandes deslocamentos foram em meados da década de 50, com a explosão imobiliária do Rio de Janeiro, a construção de Brasília e, nos anos 60, com o surgimento do parque industrial paulista.



Migração para o Centro/Sul

1960/70	1970/80	1980/90 (*)
2,2 MILHOES	1,5 MILHÃO	1,020 MILHÃO

(*) estimativa

Na periferia das grandes cidades do Nordeste, acumulam-se os que migram da área rural e não vão para o Sul

Damião acha que não pode estar pior que no Rio

Damião Joaquim de Senna, mecânico de 32 anos, precisou de apenas seis anos para andar pelo Rio e por São Paulo, conseguir e perder três empregos, ver de perto a barra pesada da Zona Leste paulistana e da Baixada Fluminense e, finalmente, voltar para casa disposto a começar uma nova vida. "Se aqui está ruim, não pode ser pior do que no Sul", dizia ele ainda no Terminal Rodoviário do Recife, onde desembarcou, na quinta-feira passada, trazendo na bagagem "duas mudas de roupa, muita experiência e saudade da família".

— Quando eu saí daqui, havia muitos amigos meus lá que escreviam dizendo que estava tudo bem. Tinha até um primo. Mas pouco a pouco todos foram voltando. E, quem ainda está por lá, pensa em voltar qualquer dia desses — afirma Damião, que ultimamente morava em

— No começo, parecia que ia dar tudo certo. Arranjei emprego numa oficina, mas sem carteira assinada. Sai da oficina e fiquei desempregado. Um amigo meu chamou para o Rio e eu fui. Agüentei três anos. Quando fui despedido agora, não agüentei mais e vim embora.

Damião diz que não pretende fazer experiência semelhante nunca mais em sua vida. "Se é para viver mal, ver miséria e violência, eu fico por aqui mesmo. Peelo menos tem a família e amigos para ajudar nas horas ruins."

Ao ser fechado o censo de 1970, 56% dos 11,7 milhões de habitantes da região viviam em 67 cidades com mais de 20 mil moradores. Em 1980, mais de 61% dos 17,5 milhões de nordestinos moravam em 105 centros urbanos de idêntico porte. Esses dados, segundo o pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Neir Paes, retratam o "impressionante" crescimento das cidades do Nordeste, impulsionado principalmente pelo abandono do campo e pela queda do contingente que, tradicionalmente, rumava para o Centro-Sul em busca de emprego.

Tal crescimento acarteta tantos problemas para estas cidades que o governo Miguel Arraes costuma colocar esta questão como uma prioridade.

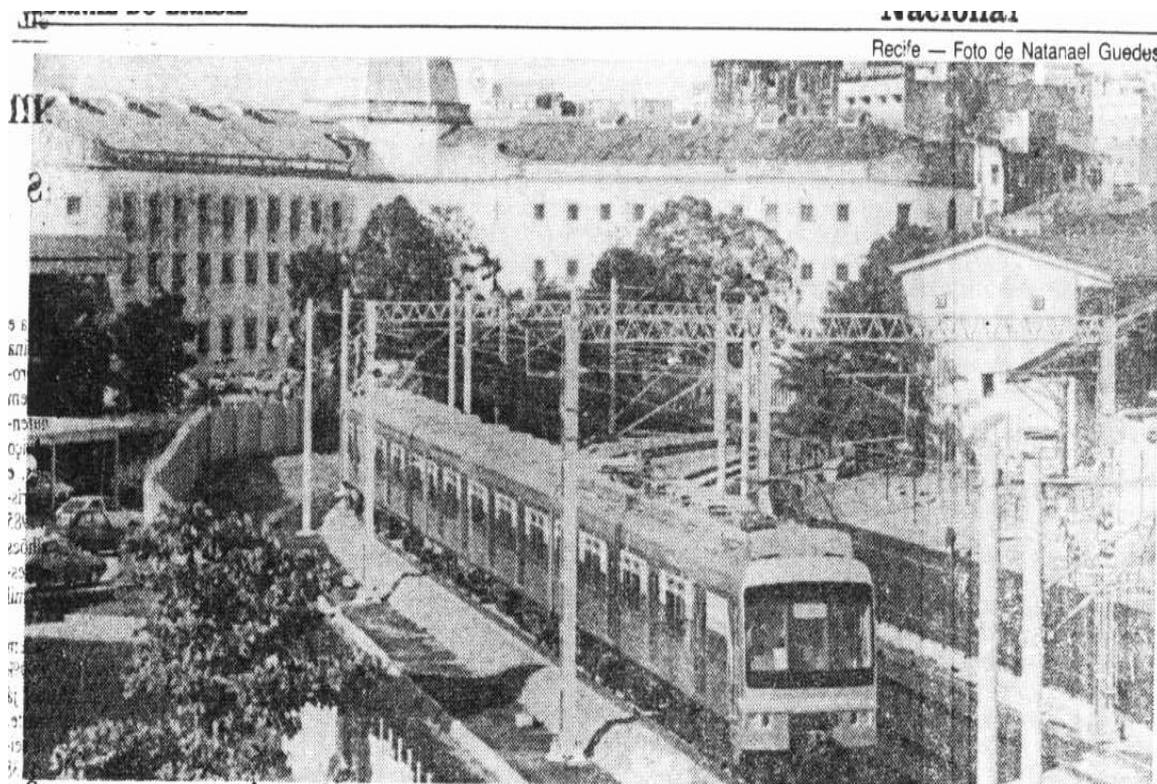
Matéria 55 — Nordestinos de volta para a casa.

Cidades, como Recife, dão sinais de estrangulamento, necessitando não só de investimento, mas também de planejamento (matéria 56), onde se faz uma comparação, através da fotografia, da cidade no século XIX e nos anos 80 do século XX.



Matéria 56— Recife, cidade estrangulada pelo progresso – 28/04/87.

Em meados dos anos 80 o metrô chega à capital do frevo para beneficiar mais de 250 mil pessoas, alterando a rotina da população pobre, usuária de transporte coletivo (matéria 57), dando sinais de progresso •



Recife — Foto de Natanael Guedes

Com quatro carros cada um, 13 trens percorrerão inicialmente o trecho Recife—Areias em 10 minutos

Metrô do Recife serve população pobre

Recife — A partir do dia 11, cerca de 250 mil pessoas dos bairros da Zona Oeste e de áreas da Região Metropolitana do Recife estarão viajando diariamente no metrô de superfície, que percorrerá estações de nomes sugestivos, como Coqueiral, Alto do Céu, Barro, Mangueira, Cavaleiro, Ipiranga, Afogados, Ilha Joana Bezerra. O presidente João Figueiredo participará da solenidade de inauguração.

Essas áreas concentram comunidades pobres, nas quais predomina pouca instrução. Uma pesquisa encomendada pelo Metrorec (Metrô do Recife) constatou que 60,3% dos prováveis passageiros cursaram apenas o primário e 10% são analfabetos.

Ocupação

Um dos dados mais importantes para a população pesquisada diz respeito à situação ocupacional. O índice de empregados, empregadores,

autônomos e de serviços ocasionais é de 26,7%, contra 27,4 de desempregados e desocupados. Os estudantes representam 23,7%. Apenas 5% ganham mais de Cr\$ 830 mil, contra 73,2% que recebem até dois salários mínimos.

“O transporte tem que incluir, entre seus desempenhos, o corretivo a uma situação patológica. Um desempenho, portanto, em parte terapêutico, com implicações que compreendem o poder aquisitivo da população, um aspecto sócio-econômico do problema”, assinala o sociólogo Gilberto Freire em artigo escrito para o Metrorec.

O nível de vida das populações preocupa a empresa a partir da proporção do investimento: 400 milhões de dólares. Para o presidente do Metrorec, engenheiro Emerson Jatobá, a depreciação de instalações é uma dessas preocupações:

— Preocupa-nos tanto, que desde o ano passado estamos desenvolvendo junto à população que

usará o metrô uma campanha de esclarecimento, de treinamento, de conscientização para que capte a idéia de que esse sistema de transporte veio para servi-la, quer do ponto de vista do conforto, da rapidez, quer do preço da passagem. Portanto, todo esforço tem que ser feito no sentido de preservar este equipamento.

Mas ele reconhece que é difícil esse esclarecimento. Os números da pesquisa comprovam o grau de ignorância em relação à posse de bens, o que implica obstáculos à absorção da idéia de que “o metrô é seu, conserve-o”.

— Não jogar pedras, não danificar os carros, não riscar as cadeiras. Não faça isso porque esses atos representam um prejuízo para a população. Na realidade, não é fácil, sobretudo numa população que não tem bens, não possui casa própria e nem tem o que zelar em casa. O pessoal mora em condições de baixa categoria — comenta Emerson Jatobá.

Matéria 57 – Metrô muda rotina da população – 03/03/85.

As matérias sobre violência tornaram-se mais comuns na década de 80, com a abertura política, num momento em que a censura foi se dilatando e as feridas sociais puderam ficar mais expostas. Como o JB é um jornal de abrangência nacional, só foram veiculados fatos sobre violência de grande repercussão midiática. Portanto, só os fatos de grande impacto social foram pautados e veiculados.

A briga das famílias Sampaio e Alencar (matéria 58), em Exu, sertão de Pernambuco, que ocasionou a morte de dezenas de pessoas, desde 1949, com o assassinato de Romão Sampaio Filho por José Ayres de Alencar (Zito), ocupou grande espaço na mídia nacional, todas as vezes que morria um dos familiares.

Na época, 26 pessoas das famílias Alencar e Sampaio tinham sido assassinadas, colocando a cidade sempre em alerta e temerosa em saber qual seria a próxima vítima. Religiosos, políticos e artistas procuravam apaziguar a cidade, que era conhecida, também, por ser a cidade natal de Luiz Gonzaga, o “rei do baião”.

Outro fato que colocou o Nordeste na agenda da mídia foi a rebelião de 600 presos no Presídio Aníbal Bruno (matéria 59), onde dois presidiários ficaram gravemente feridos, como mostra o flagrante da fotografia feita por Natanael Guedes, que foi capa do JB, em 26/07/87, quando o Batalhão de Choque da Polícia Militar invadiu o presídio, o que chamou a atenção da imprensa e da Comissão de Direitos Humanos.

O seqüestro e assassinato do filho do prefeito do município de Brejo da Madre de Deus, agreste pernambucano, por parte do produtor teatral Paschoal Pacheco, filho de Diva e Plínio Pacheco, idealizadores e produtores da Paixão de Cristo, em Nova Jerusalém, trouxe grande impacto na mídia nacional e na opinião pública, pelo tipo de crime e pelas pessoas envolvidas.

EXU

A CALDEIRA DO DIABO FERVE EM PERNAMBUCO

Leticia Lins

Há 32 anos, duas famílias — Alencar e Sampaio (esta apoiada pelos Saralva) matam-se na cidade de Exu, Pernambuco. A primeira vítima foi Romão Sampaio, chefe de

um dos clãs, morto no dia 4 de abril de 1949 por José Ayres Alencar, o Zito. A vingança não tardou. Dias depois, o chefe de outro clã, Cicinato Alencar, era morto por Aristide Sampaio e Otacillo Pereira. Desde então, fo-

ram assassinadas 26 pessoas.

Ninguém consegue deter a matança. Já se apelou para D Avelar Brandão e se fala numa intervenção federal em Exu. Há quem diga, porém,

que as raízes do ódio são muito mais difíceis de serem extirpadas. Medo, tensão, ameaça dominam a cidade. Há promessas tanto de paz, quanto de guerra. E cada vez maior o número de órfãos e viúvas.



O Prefeito José Peixoto Alencar só anda escoltado por soldados da PM



Terezinha Ayres Alencar Sampaio espera que D Avelar Brandão pacifique as famílias



Jusé Sampaio, vítima de atentado, fez promessa: se ficasse bom, não se vingaria da emboscada. Está recolhido na sua fazenda, a Aracaju

Matéria 58 – Rixa das famílias Alencar e Sampaio em Exu.- 03/08/81.

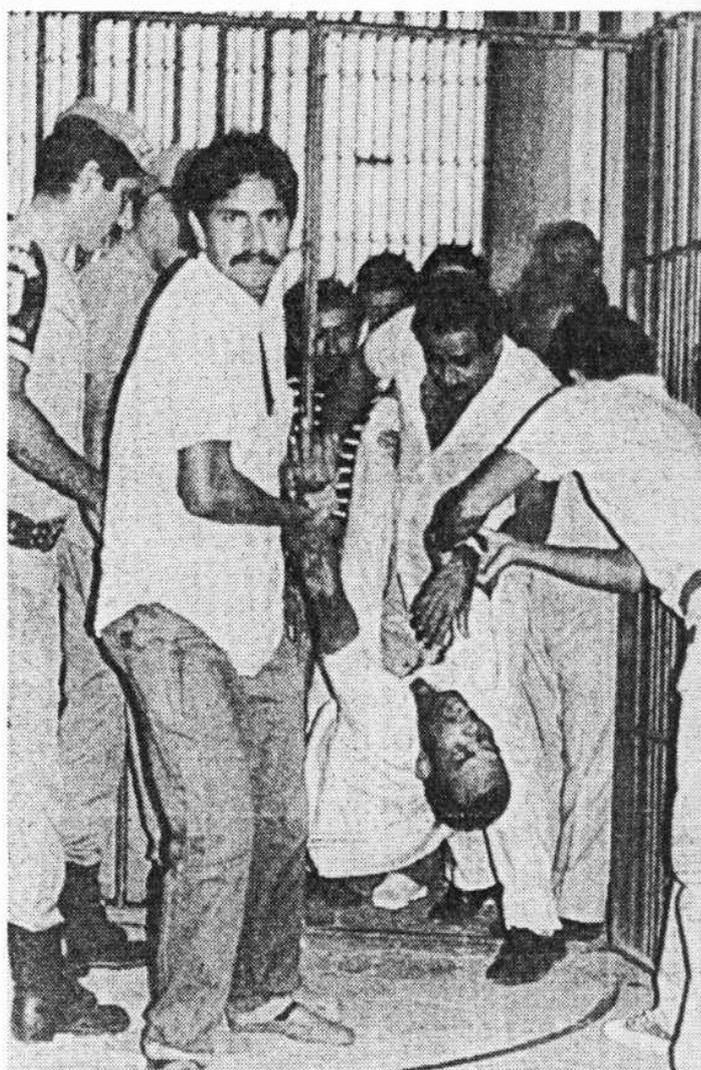
Pernambuco tem terceiro motim de presos em 48 horas

RECIFE — Dois presos gravemente feridos — um deles com poucas chances de sobrevivência, pois foi baleado na barriga —, foi o resultado, ontem de mais uma rebelião dos 600 presos do Presídio Anibal Bruno — a terceira nas últimas 48 horas — que protestam contra superlotação, torturas e espancamentos a que dizem estar submetidos. O motim começou no final da tarde, quando a Comissão de Direitos Humanos da OAB e o secretário de Justiça de Pernambuco, Izael Nóbrega, iam entrar no presídio, e só foi controlado quase duas horas depois, quando os presos concordaram em pacificamente conversar com a comissão, o secretário e a imprensa.

Depois de ouvir todas as queixas dos presos, que querem o afastamento dos agentes Jurandir e Erasmo, além do que eles chamam de "novatos", Izael Nóbrega prometeu acabar com a violência no presídio e fazer o levantamento da situação dos detentos, explicando que o sistema penitenciário em todo o país é deficiente. "Mas nós não vamos permitir o desrespeito aos direitos humanos", disse. O presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, jornalista Lúcio Flávio Regueira, garantiu que vai ser feito um relatório sobre a situação, a ser encaminhado ao secretário de Justiça.

O motim começou a partir das 16h, logo após o Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco ter sido autorizado a entrar no presídio e fazer uma revista para apreender qualquer coisa que pudesse ser utilizada como arma pelos detentos.

Até então, o clima era de tranquilidade, e o secretário, a comissão e a imprensa preparavam-se para entrar no pátio do presídio para ver de perto os danos causados nos pavilhões de alojamento, em consequência das rebeliões de quarta-feira. Agentes civis saíram correndo dos pavilhões em busca de armas, avisando que outro motim havia começado. Do lado de fora, o Batalhão de Choque entrou novamente em estado de alerta, mas a confusão generalizou-se. Na portaria do presídio, o diretor, capitão Altair Alves de Lima, o superintendente do Sistema Penitenciário, major João Orlando da Silva, e o secretário Izael Nóbrega, tensos, recebiam informações do pavilhão e providenciavam a transferência de 30 presos não-rebelados para outras dependências do presídio. Quando se pensava que a rebelião estava contornada, ouviram-se vários tiros e, em poucos minutos, dois presos foram retirados às pressas, gravemente feridos: um deles, Hélio Martins, foi socorrido com ferimentos na barriga que lhe expunham as vísceras. O segundo, José Francisco de Lima, teve a mão direita quase que totalmente decepada.



Sobrevivência de preso baleado na barriga é difícil

As notícias trazidas pelos agentes que tentaram controlar a situação diziam que os ferimentos tinham sido feitos pelos próprios presos rebelados contra os que não aderiram ao motim. Mas tão logo os detentos se acalmaram e concordaram em receber o secretário, a Comissão de Direitos Humanos e a imprensa, os fatos foram-se esclarecendo e os presos denunciaram que os agentes, em vez de atirarem para cima, atiraram neles.

Sentados no pátio do presídio, cerca de 60 presos, representando os rebeldes, falaram mais de uma hora com o secretário e o presidente da comissão da OAB, dizendo que os espancamentos constantes e as torturas a que são submetidos foram as principais causas das rebeliões. Segundo Jasson Luís de Souza, representante do pavilhão A, o quebra-quebra na penitenciária foi iniciado pelos

agentes Jurandir e Erasmo, além de outros que eles não sabem os nomes. "Eles não respeitam ninguém e começaram o quebra-quebra para nos provocar. Nós quebramos também, mas eles destruíram tudo, inclusive nossos objetos pessoais, como ventilador, televisão, rádio, garrafas térmicas, tudo". O secretário garantiu pagar os objetos quebrados. O detento José Hamilton Montenegro informou que havia uma sala de castigo, onde muitas vezes o preso era espancado até as paredes ficarem manchadas de sangue.

O secretário Izael Nóbrega foi conhecer essa sala e ali teve uma nova surpresa: entre os 19 presos, todos com sinais de espancamento, estavam cinco menores. O secretário prometeu acabar com o confinamento dos detentos espancados e tomar medidas enérgicas quanto à presença de menores naquele presídio.

Assaltos a bancos; mortes violentas no carnaval; confronto de armas na zona açucareira; invasão do parque histórico dos Guararapes, em Jaboatão (PE); desfalque do pagamento dos funcionários fantasmas da Universidade Federal Rural de Pernambuco; políticos desviando verba da Sudene para secas; frentes de trabalho deixando obras inacabadas, sendo os grandes beneficiários os grandes e médios proprietários; desvio de Cr\$ 1 bilhão 500 milhões para plantação de mandioca para a compra de carros, imóveis e outras lavouras, foram algumas das denúncias que o JB noticiou sobre o Nordeste, sendo essas mais comuns nos anos 80, quando a imprensa passa a ser mais livre e as fraudes, a corrupção podem ocupar espaço dentro de um jornalismo mais investigativo e independente.

O semi-árido nordestino, com o flagelo da seca, trazendo miséria a região, expulsão da população, acabou se tornando uma verdadeira “indústria”. Muitos políticos, empresários, proprietários rurais e funcionários públicos se beneficiaram com esse problema da natureza que tinha conotação política e social (matéria 60).

Às vezes, a verba não chegava a quem precisava, havendo desvio financeiro, fazendo com que muitas obras ficassem inacabadas, que trabalhadores da frente de trabalho ficassem sem salário, ou ainda, que o dinheiro destinado a plantação de mandioca se transformasse em lavoura de maconha, gerando o chamado escândalo da mandioca, em Floresta, Pernambuco, que chamou a atenção de toda a imprensa. (matéria 61).

Os enormes poços Amazonas, construídos pelos alistados, abastecem a vizinhança

Políticos foram afastados da gestão dos programas da seca

Evaldo Costa

RECIFE — Dos 1 mil 460 municípios nordestinos, 1 mil 211 foram atingidos pela seca, obrigando o governo a socorrer a população com frentes de trabalho (já são 666 mil 220 os alistados), abastecimento de água com caminhões-pipa e gastos da ordem de CZ\$ 4,7 bilhões. Mas, desta vez, há uma novidade: acatando uma sugestão de secretários estaduais de Agricultura, numa reunião preparatória, a Sudene decidiu entregar às comunidades a gestão e fiscalização dos programas de socorro, tirando de cena os políticos.

— A seca continua sendo uma tragédia, mas estamos aprendendo a nos livrar desta doença chamada política — diz o professor Francisco de Assis Marcelino, integrante da comissão municipal encarregada de administrar o programa de socorro aos flagelados no município pernambucano de Ibirimir, a 450 quilômetros do Recife, refletindo a crença geral da população da região de que o uso político das verbas, no que ficou nacionalmente conhecido como a indústria da seca, sempre foi um grande entrave ao êxito das iniciativas de socorro aos flagelados.

Segundo o coordenador da Defesa Civil da Sudene, José de Magalhães Sobrinho, o responsável pela administração do programa de combate aos efeitos da seca, a municipalização do atendimento com a criação de comissões comunitárias teve um efeito revolucionário sobre a ação contra a seca. "As pressões políticas, que continuam existindo, ficaram divididas a nível destas comissões que, por serem formadas por membros da comunidade, são fiscalizadas por seus próprios vizinhos", diz Magalhães, que cita, pela ordem, os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco como os que estão executando da forma mais adequada o programa.

Comissões — No Ceará, o governador Tasso Jereissati imprimiu uma mudança tão radical na aplicação dos recursos e fiscalização das obras que está enfrentando sérias dificuldades políticas, com prefeitos e deputados insatisfeitos. Lá, são lideranças comunitárias e sindicatos que tomam conta de tudo. No Rio Grande do Norte, o sistema é parecido; em Pernambuco, o governador Miguel Arraes conseguiu com suas comissões municipais, formadas por funcionários lotados em cada sede municipal, diminuir substancialmente a influência dos políticos.

A Sudene, segundo José de Magalhães, atesta que o novo sistema trouxe uma melhora qualitativa na aplicação das verbas liberadas pelo governo para o socorro aos flagelados. "Nossa fiscalização não encontrou nada que macule a limpeza dos procedimentos", afirma ele, ressaltando que, embora em secas anteriores jamais tenha sido apresentada qualquer prova de má aplicação, este ano até as denúncias diminuíram. Ele acrescenta que a ação fiscalizadora do governo, que não fica restrita aos seus técnicos e inclui até mesmo o Serviço Nacional de

Informação (SNI), também até hoje não localizou irregularidades.

As denúncias que surgem são minimizadas por Magalhães. "Há sempre alas insatisfeitas e isso é muito normal", diz ele, concordando com o secretário da Agricultura de Pernambuco, Pedro Eugênio Cabral, que considera "rotineiras" denúncias como a apresentada pelo prefeito do município de Salgueiro (Alto Sertão, distante 520 quilômetros da capital), segundo o qual trabalhadores pagos pelo programa de emergência — destinado à melhoria dos recursos hídricos — estão sendo usados irregularmente na conservação de escolas da rede estadual. "Denúncias como estas ajudam, porque apuramos todas", completa.

Sonrisal — Mas não é apenas no plano da aplicação dos recursos que a atuação dos estados no socorro aos flagelados tem sido diferente. O principal, segundo testemunhos de pessoas como o líder comunitário Francisco Marcelino, de Ibirimir, que também trabalhou na coordenação do programa emergencial da seca de 1979/83, é que o tipo de serviço executado mudou radicalmente.

— Na grande seca do final dos anos 70, o governo reservou um valor irrisório (Cr\$ 15 mil, ou cerca de meio salário mínimo da época) para cada alistado e quase nada exigia deles — lembra ele, contando o caso de Ibirimir, onde houve mais de 15 mil alistamentos e quase tudo o que foi feito se perdeu. "Eram obras sem qualquer planejamento e que não levavam em conta nenhum cuidado técnico. O resultado é que as primeiras chuvas destruíram tudo", afirma ele, acrescentando que os açúdes construídos passaram a ser chamados "barragens Sonrisal".

Agora, em vez de açúdes solúveis, os trabalhadores alistados nas frentes de serviço constroem obras permanentes, como cisternas (reservatórios cobertos para recolher a água das chuvas) e poços amazons (grandes tubos de alvenaria e concreto em volta de minadouros) comunitários. "Um serviço como esse é para sempre", garante o lavrador e pedreiro José Gabriel da Silva, de 43 anos, que comanda uma equipe de 12 homens e mulheres, responsável pela edificação da cisterna comunitária que atenderá 37 famílias no povoado de Malhada, perto da sede do município de Arcoverde, distante 350 quilômetros do Recife.

— Nunca mais vamos ter problemas com falta de água para beber — completa Manoel Honório Alves, 47, líder da turma que construiu o poço Amazonas da fazenda Pintada, município de Irajá (distante 420 quilômetros do Recife), responsável pelo abastecimento de 22 famílias.

Além dos poços e cisternas, os flagelados constroem passagens molhadas (pistas de pedra sobre leitos de riachos), recuperam barragens destruídas pelas chuvas e fazem até serviços urbanos, como limpeza de ruas nas maiores cidades do interior, onde a população urbana é cada vez maior. Tudo isso com uma remuneração bem acima dos padrões vigentes nas estiagens anteriores.



No sertão, o lavrador anda léguas a pé atrás de água

Ceará acaba com o clientelismo

FORTALEZA — O clientelismo e o afilhadismo político que sempre dominaram os antigos programas de emergência de combate às secas no Ceará — transformando-as numa autêntica indústria — são coisas do passado. Há oito meses enfrentando mais uma prolongada estiagem que reduziu em 80% sua produção agrícola, o governo cearense mudou radicalmente a filosofia desse programa: agora, político não entra.

Em abril, quando o programa começou a ser executado, vereadores, prefeitos, deputados, e até cabos eleitorais protestaram e ameaçaram boicotar a ação governamental, que transferiu para os Grupos de Ação Comunitária (GACS) — integrados por representantes da comunidade, entre os quais os trabalhadores rurais e a Igreja, mas perderam a briga. Hoje, o programa de emergência tem muito mais virtudes do que defeitos — reconhecem os políticos, os camponeses, as comunidades eclesiais de base e a hierarquia da Igreja, apesar dos protestos dos latifundiários, que insistem na pressão de não pagar a mão-de-obra pelo governo em obras em suas fazendas. Mas o governador Tasso Jereissati diz e repete: "Isso é impossível".

Resquícios — Na última grande seca, que se estendeu de 1979 até 1983, chegaram a ser empregados no programa de emergência, só no Ceará, 1 milhão de camponeses, boa parte dos quais — noticiou a imprensa de Fortaleza na época — era de empregados domésticos de políticos, donos de pequenos comércio em cidades interioranas, feitores e capatazes de grandes e médios fazendeiros e até cabos eleitorais de prefeitos e vereadores. Além de praticamente nada fazer — a não ser obras de pequena ajudagem em fazendas particulares — toda essa mão-de-obra recebia, por mês, metade do salário mínimo.

Neste momento, o programa de emergência emprega perto de 200 mil pessoas, que trabalham, obrigatoriamente, nove horas por dia (descansam aos sábados e domingos), recebem o salário mínimo de CZ\$ 3 mil e só executam obras de interesse da própria comunidade — cisternas, cacimboes, tijolos e telhas para serem utilizados na construção de casas populares ou escolas, projetos comunitários.

Municípios

Plantações de maconha ocupam metade de Pernambuco

Boim do São Francisco (PE) — Foto de Nataniel Gomes

Evaldo Costa

RECIFE — Um novo poder paralelamente superior ao do Estado, semeando o reino dos cangaceiros que prospera na primeira metade deste século, surgiu no Sertão pernambucano, transbordando a região no que está sendo chamado *A República da Maconha*. É metade do território do Estado — e quase duas vezes maior que a capital — que vive sob a influência dos traficantes pela maior produção de maconha no mundo, segundo o governo americano e a Polícia Federal brasileira. “Vivemos uma profissão para milhares de pessoas que dependem do plantio e do sustento da família”, afirma o superintendente regional da Polícia Federal, Wladimir Cutarelli.

O promotor público do município de São Francisco — distante 480 quilômetros do Recife —, Marcelus de Jesus, calcula que, de cada 10 propriedades rurais encravadas na caatinga, em pelo menos oito podem ser encontradas plantações de maconha. “Mas, como as áreas são de difícil acesso, são necessárias grandes e perigosas expedições para destruí-las”, afirma ele, elogiando os esforços da Polícia Militar. Fazendeiros como o florestano Dedith Cornélio da Silva, entretanto, afirmam que é preciso mobilizar a população para lutar contra os traficantes. “Precisamos fazer alguma coisa para que esta desgraça do alcance dos nossos olhos”, diz ele, assombrado com a facilidade com que jovens que há pouco tempo não sabiam da existência da erva entram hoje para adquiri-las nas ruas.

“O que é pior, em tudo isso, segundo os dados unânimes, é quase impossível conter a expansão da cultura e da criminalidade decorrente. A Polícia Federal já atua até com o auxílio da Aeronáutica e do Exército, com resultados modestos. A Polícia Militar duplicou seu efetivo na região, criando companhias e pelotões em várias cidades. “Isso aqui virou um inferno. As pessoas de bem dormem cedo e não ouvindo tiros no meio da noite”, conta o vereador Lindolfo Pereira de Belém do São Francisco.

Neste ano a Polícia Federal descobriu na região mais de 45 milhões de pés de maconha, instaurou 98 inquéritos e prendeu 70 pessoas. “Mas ninguém pode dizer o que isso significa em relação ao consumo que é produzido”, conta o delegado Cutarelli, lembrando que cada operação representa um esforço descomunal. “Nas operações, utilizamos até helicópteros da Polícia Aeronáutica”, explica, admitindo a falta de consistência dos inquéritos.

— Quando chegamos aos plantios, encontramos os pequenos agricultores, em parte por se sentirem gratos aos traficantes que lhes garantem a sobrevivência, em parte por temê-los, nunca dão informações que permitam identificá-los”, afirma o superintendente.



PM de Pernambuco duplicou seus efetivos na região

Floresta reage à má fama

Os 40 mil habitantes do município de Floresta — distante 430 quilômetros do Recife — estão se organizando para combater a má fama da cidade. Eles avisam que estão dispostos até a pegar em armas para evitar que novas desgraças desabam sobre Floresta, conhecida nacionalmente como *Terra dos Mandioqueiros* — beneficiários da fraude contra o Banco do Brasil denominada *Escândalo da mandioca* —, que logo depois passou a ser chamada *Capital da República da Maconha*. Floresta foi também relacionada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear entre as áreas que poderiam receber o lixo atômico.

— A culpa é da imprensa. Deve haver alguém que tem raiva da cidade — acusa o fazendeiro Geraldo Cornélio da Silva, avisando que a próxima equipe da TV Globo que aparecer por lá “pode levar uns cascudos”.

Nem todos, entretanto, pensam assim. Francisco Novaes Ferraz, que tam-

bém é fazendeiro e tabelião, por exemplo, acha que a cidade cometeu um erro ao permitir que funcionários inescrupulosos a usassem para fraudar o Banco do Brasil. “Só que já pagamos isso com a pobreza de nossa gente, impedidos de ter acesso ao crédito para financiar nossa produção”, garante.

O *Escândalo da mandioca* foi o estopim de tudo: 530 proprietários rurais foram impedidos de utilizar os bancos oficiais. “Foram aí que os traficantes ganharam terreno, dando dinheiro e trabalho a quem não tinha”, diz Ferraz, acrescentando que a descoberta da maconha acabou trazendo para a cidade a ameaça do lixo atômico.

Hoje, além de produtora, Floresta virou grande consumidora de maconha. Nos bares frequentados pelos jovens da cidade — conta o fazendeiro Deusdedith Cornélio da Silva — a maconha “está correndo solta”, o mesmo acontecendo nas escolas.



Ano	Maconha apreendida			Inquiridos	Indiciados
	Nº de pés	Pronta para consumo/kg	Sementes/kg		
1980	62.242	257.336	0,761	48	65
1981	353.223	1.031.403	1,620	46	63
1982	288.333	653.741	3.400	35	50
1983	555.373	131.557	1,200	69	119
1984	1.972.795	1.592.725	1,200	70	133
1985	232.691	604.045	0,280	73	101
1986	22.102.767	4.193.707	31,367	80	104
1987	45.719.609	5.195.070	114,570	98	70

Plantio aumenta renda de lavrador pobre

A maconha chegou ao Sertão Pernambucano, particularmente ao Vale do São Francisco, por volta de 1974, tendo a produção atingido o nível de profissionalização atual na virada desta década. As primeiras plantações se expandiram em Ouricuri, terra de Arlindo Honorato de Souza, o *Rei da Maconha*, e em Betânia, difundindo-se a seguir por Floresta — que é apontada, para indignação de seus moradores, como a capital da erva —, Cabrobo, Orocó, Salgueiro, Belém do São Francisco e Petrolina.

Joaquim Anelsino de Sá, 55 anos, que está preso, é um exemplo típico do plantador de maconha que descobriu na atividade uma forma de melhorar o padrão de vida da família. Pequeno sítio da zona rural de Belém do São Francisco, ele foi, durante sucessivas secas, empurrado para a sede do município em busca de trabalho. Foi ajudante de pedreiro e açougueiro. Com oito filhos para criar — o mais velho com 18 anos, o mais novo com dois — foi convencido de que, numa propriedade como a sua, na qual só se conseguem colheitas satisfatórias nos três primeiros meses dos anos chuvosos, só o plantio de maconha poderia ser uma atividade rentável.

— Mas quem plantou não fui eu. Apenas cedi a terra para um sujeito que apareceu aqui, um tal de Antônio Ccutense — afirma ele, garantindo não saber onde anda seu *socio*.

Para sustentar uma família plantando maconha, não é necessário mais do que um hectare de terra. Numa área dessas, pode-se obter até quatro colheitas por ano, com 40 mil pés em cada safra. Cada pé produz de 100 a 150 gramas da erva pronta para consumo. "Ao produtor, o quilo rende cerca de CZ\$ 3 mil, o que pode proporcionar CZ\$ 12 milhões por safra", garante o delegado Cutarelli, lembrando que a maconha precisa de pouca água — "e há quem use até projetos de irrigação financiados pelo estado" — e se dá muito bem no clima da região.

O tráfico é feito em carros, ônibus de linhas regulares e, principalmente, em



Anelsino, oito filhos, plantou maconha e está preso

motocicletas tipo *trail*, utilizados para evitar eventuais barreiras armadas pela polícia. As facilidades são tão grandes, que os traficantes relaxam e acabam sendo descobertos. No dia 8 deste mês, um pelotão da PM cercou um bar na periferia de Floresta e começou a revistar os presentes. Dois rapazes saíram pelos fundos em disparada, atirando nos policiais, e se embrenharam na caatinga. Os policiais não conseguiram alcançá-los, mas descobriram no estacionamento três automóveis não reclamados por ninguém. Em um deles — um Opala com placa de Salvador — havia 10 quilos de maconha pronta para consumo.

Quando alguém é preso, dificilmente demora na cadeia. Das 70 pessoas indiciadas este ano pela Polícia Federal, apenas uma — o agricultor Joaquim Anelsino — continua presa. "Os inquiri-

tos quase sempre só trazem como testemunhas os próprios federais, que têm de ser ouvidos na Justiça através de precatória, que demora demais", revela o promotor Marcelus Ugiatti, de Belém do São Francisco, há um ano no cargo sem ter conseguido levar ninguém ao tribunal.

E mais: como as cidades são distantes da capital, as comarcas estão frequentemente sem juizes e promotores. Floresta, por exemplo, está sem juiz há sete meses. "É um terreno perigoso e, muitas vezes, magistrados nomeados acabam dando um jeito de não vir para cá", diz o pároco de Floresta, Aluísio Lunkes. Sem falar na dificuldade para dar cumprimento a mandados de prisão preventiva. "Os efetivos policiais são pequenos, e se recusam a se embrenhar na caatinga em busca de criminosos perigosos".

6.2.3. Economia

Melhoramento do Porto de Cabedelo, pesca e venda de carne da baleia como atração turística (PB), numa época em que essa prática era permitida pelas autoridades, não tendo uma política de proteção ambiental efetiva; a aguardente Pitu foi escolhida pela revista *Playboy* como a melhor do Brasil; a Livraria, a maior livraria do Brasil, vendendo livro em época de crise; a descoberta da acerola como uma fruta com teor de vitamina C 100 vezes mais do que a laranja, sendo propícia ao solo nordestino; exportação de tapetes feitos à mão por mulheres nordestinas; feira do troca-troca em Teresina, onde até onça se vendia (matéria 62); criação de camarões gigantes; safra de álcool em pleno sertão baiano (matéria 63), onde a fotografia do repórter fotográfico Natanael Guedes sintetiza essa contradição entre o mandacaru (sertão) e a usina de álcool (desenvolvimento); superprodução de cebola; inauguração do metrô do Recife, construção do pólo industrial de Suape, a expansão da irrigação no campo foram alguns dos assuntos mostrados pela sucursal do Recife no JB.

Observa-se que o JB dava mais destaque a economia e os negócios nordestinos no Caderno Nordeste, onde se fazia matérias frias, procurando fazer um levantamento do desenvolvimento industrial e social da região, do que no jornal diário, dando um tom mais positivo do desenvolvimento regional.



A feira funciona diariamente, a céu aberto, poucos metros acima do nível das águas barrentas do rio Parnaíba

A Feira do Troca-Troca

Onde filhote de onça vale um rádio de pilha

EGÍDIO SERPA
ENVIADO ESPECIAL

Teresina — A Feira de Caruaru, em Pernambuco, é famosa em todo o país; o Mercado de Salvador, é ponto obrigatório de visitação dos turistas; o Centro de Turismo de Fortaleza encanta pelo artesanato que vende e pelo *Baiao de Dois* que o seu restaurante serve. Mas nenhum deles é mais original do que a Feira do Troca-Troca, de Teresina, que funciona diariamente, inclusive aos domingos, a céu aberto, poucos metros acima do nível das águas barrentas do rio Parnaíba.

Nela, tudo pode ser trocado, desde imagens de santo até jumentos, cavalos, lambretas, pulseiras, relógios, canetas, rádios portáteis e televisores. E só raramente a moeda completa o valor da transação feita, como os seus próprios frequentadores chamam, "no pau", ou seja, sem nenhuma volta em dinheiro. No último Natal, um menino de Timon, cidade maranhense situada no outro lado do rio Parnaíba, bem defronte a Teresina, acabou trocando um jumento por uma bicicleta, depois de sensibilizar os presentes com um choro bem ensaiado.

VALE A PALAVRA

Como nas boas lojas do comércio de Teresina, a Feira do Troca-Troca não aceita devoluções. Trocou está trocado, e nem a interferência do Antônio Gordo — um cearense que há muito tempo se

transferiu com a família para o Piauí e atua como uma espécie de gerente da feira — pode modificar a transação.

O movimento na feira começa geralmente às 8 horas, quando Antônio Gordo, carregando uma mesa e um banco de madeira, senta-se sob um ficus-benjamin e grita que as trocas podem começar. As 11 horas, as trocas atingem o máximo e até o trânsito sofre prejuízos porque os frequentadores da feira tomam conta também de uma das pistas da Avenida Beira-Rio deixando pouco espaço para a circulação dos carros, que passam buzinando.

A Feira do Troca-Troca existe há muitos anos. Ninguém sabe explicar como surgiu, nem mesmo o Antônio Gordo, que, de tantos negócios, "está rico" e já contratou um auxiliar conhecido como Clóvis Enrolão. Os dois comandam as trocas e nenhum negócio é feito sem que eles emitam a opinião final, aceita por todos.

O que se sabe em torno dessa inusitada feira é que já funcionou em vários locais de Teresina. Há pouco menos de cinco anos, sofreu a perseguição dos fiscais da Prefeitura, que tentaram acabar com ela. Mas não tiveram êxito. Hoje, o Troca-Troca é atração turística, e há 15 dias um casal de americanos, vestindo bermudas, quase trocava uma sofisticada máquina fotográfica por um par de óculos *ray-ban*. Um

circunstante, que passava na hora, entrou na conversa e, falando inglês, explicou a finalidade dos gestos e sorrisos largos de Antônio Gordo e sua equipe.

MULHER TAMBEM

De uns meses para cá, a feira, antes frequentada somente por homens, abriu-se para as mulheres, que chegam logo de manhã, trazendo rádios portáteis, canetas, pulseiras e até biquínis, para qualquer tipo de troca. Como os homens, elas são pessoas humildes, de pouca ou nenhuma ocupação, e têm a feira como um meio de ganhar alguns dinheiros.

Na semana passada, o Sr. Francisco Menezes, funcionário do Serviço de Informação de Mercado da Secretaria da Fazenda, não teve muita sorte na troca de sua lambreta italiana por um relógio de procedência suíça. O mecanismo do relógio estava com defeito e só funcionou por 24 horas. E como o que vale na feira é a palavra, o negócio não pôde ser desfeito, mesmo porque a lambreta já havia sido trocada por três porcos de boa raça.

Objetos de arte quase não valem na feira, porque Antônio Gordo e Clóvis Enrolão não entendem do assunto e têm medo de sair perdendo numa transação desse tipo.

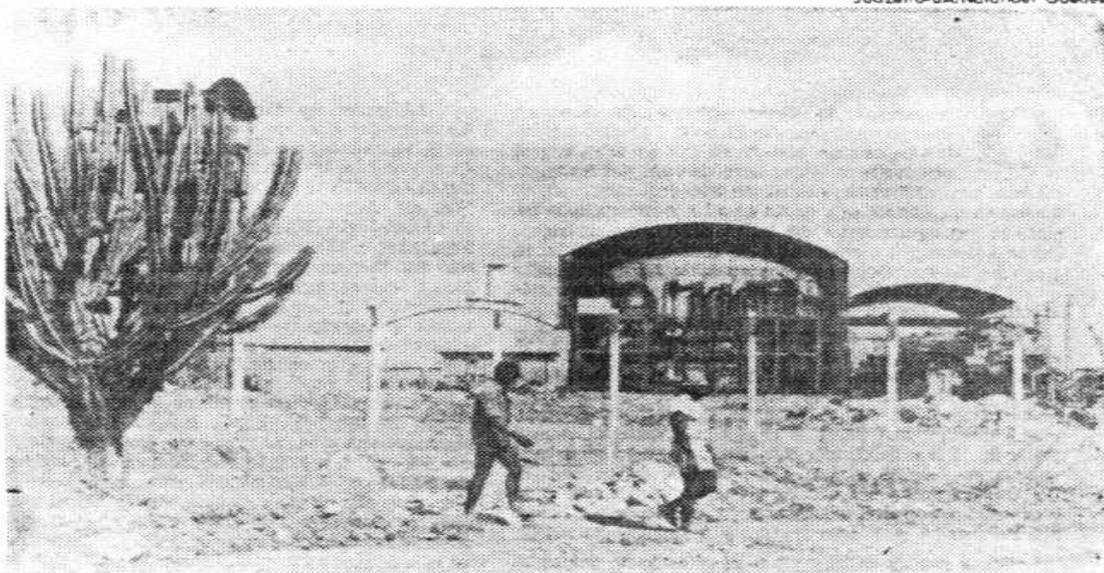
O que mais surpreende a polícia de Teresina — que nunca é chamada para resolver questões da feira — é o

fato de que os objetos trocados sempre têm procedência legal. Pouquíssimas vezes — e isso quando Antônio Gordo não era frequentador da feira — objetos roubados foram localizados no Troca-Troca.

Na feira, o que tem mais valor para uma troca rápida são discos de Valdick Soriano, radiolas portáteis, relógios japoneses, canetas *Cross*, fogões a gás, rádios de pilha, isqueiros a gás, chaves inglesas, imagens do Padre Cicero e máquinas de costura. Televisores a feira tem, mas poucos entram numa troca, porque sempre mostram defeito.

Aos domingos, quando o movimento é maior, a feira se transforma quase num mercado oriental. Entram passarinhos, jumentos, cavalos, filhotes de onça, carrinhos de mão, colher de pedreiro, carburadores e virabrequins, velocímetro de caminhão, roda de automóvel, pneu recauchutado, arame farpado, redes, camas, colchões e até lençóis.

Um inexperiente sai sempre perdendo na Feira do Troca-Troca. Um vendedor do Espírito Santo, de passagem por Teresina, foi à feira com um lindo relógio de pulso e voltou com um sagüí, espécie de macaco pequeno com o qual não pôde entrar no avião. O jeito foi deixá-lo no aeroporto, aos cuidados de um desses meninos que vigiam automóveis.



A cana da Mandacaru vai substituir a vegetação de cactos

Nordeste antecipa a sua safra de açúcar e álcool

Juazeiro, BA — Instalada em pleno sertão baiano, onde a paisagem se restringe à rudeza da caatinga e à lavoura é sempre incerta, devido ao flagelo periódico das secas, a Usina Mandacaru (pertencente à Agroindústria do Vale do São Francisco S/A) iniciou a moagem da cana-de-açúcar, quando as máquinas da zona produtora tradicional estão totalmente paradas, devido à entressafra: é que, no sertão, a cana dá a qualquer época do ano.

A sua produção deverá atingir, em 1983 — quando a indústria estiver funcionando com sua capacidade plena — cerca de 1 milhão 700 mil sacas de açúcar e 18 milhões de litros de álcool. Até lá, pelo menos 6 mil hectares do solo sertanejo estarão inteiramente cobertos por canaviais, fato que pode parecer estranho, já que é a primeira vez que a cana é produzida, em escala industrial, fora da região tradicional. Há projeto semelhante a ser implantado em Jaíba, Minas Gerais, mas por enquanto, a Agrovale é a única agroindústria que se dedica ao setor no sertão.

Os primeiros experimentos nesse sentido começaram há quase 10 anos, em terras irrigadas pela Codevasf — então Suvale — quando o usineiro pernambucano Gustavo Colaço, preocupado com os baixos índices de produtividade açucareira, de futuro ainda desconhecido, no sertão do São Francisco.

Safra prolongada

Após percorrer vários países — Peru, Havaí, Austrália e México — e estudar diversas experiências de irrigação na cana-de-açúcar, achou que o mesmo poderia ser feito no Nordeste, onde a cultura, embora secular, acusa baixos níveis de produtividade: na zona da mata, o teor de sacarose da cana é tão baixo, que uma tonelada colhida rende apenas 88 a 90 quilos de açúcar. No sertão, essa produtividade é 22% maior, chegando a registrar índices promissores, e superiores aos do Peru, considerados os mais altos do mundo.

Beneficiada pelo sol quente, a intensa luminosidade e a irrigação, a cana sertaneja

permitirá o plantio durante o ano todo, contra seis meses da zona da mata. "Já é uma grande vantagem, porque teremos 10 meses de moagem, contra os 150 dias da zona produtora tradicional" — comenta, animado, o Diretor Agrícola da Agrovale, Sr Carlos Gilberto Cavalcanti, apontando, em seguida, a importância social do fenômeno:

— Aqui não há boias-frias. Todos têm carteira assinada, mesmo porque o plantio é permanente, e tem trabalho o ano todo.

Os trabalhadores — ao todo 1 mil (na área agrícola e na industrial) — têm vencimentos superiores aos da zona da mata, e segundo os diretores da empresa, são os maiores entre todas as usinas da região: dois salários mínimos, pela jornada de oito horas, mas não há nenhum funcionário cuja retirada mensal seja inferior a Cr\$ 19 mil. Em sua maioria, são recrutados na zona canavieira tradicional, e dispõem, agora, de residências de alvenaria, luz elétrica e água encanada. Quando a indústria estiver concluída, os seus funcionários disporão de seis agrovilas (há três prontas), cada qual com uma escola. Eles pagam, mensalmente, Cr\$ 100,00 para manutenção, e em breve contarão com alimentação subsidiada pela Cobal.

Pequenos produtores

A Agrovale consumiu, até fins de 1980, investimentos na ordem de Cr\$ 2 bilhões, enquanto os canais de irrigação abertos pela Codevasf entram na contabilidade da empresa, como custo de produção. Até 1983, a usina deverá estar operando com capacidade plena, atingindo, então, índices ainda mais elevados de produtividade:

— Pretendemos produzir 22 toneladas de açúcar (440 sacas) por hectare/ano de cana plantada, já que deveremos colher, no campo, 200 toneladas, pela mesma área, explica o industrial Gustavo Colaço, informando que estuda com a Codevasf a possibilidade de implantar, na área irrigada, um programa de pequenos fornecedores.

6.2.4. Meio ambiente

Entre as questões ambientais sobre o Nordeste, o JB veiculou notícias sobre a destruição de praias por conta do Porto de Suape; enchentes do rio Beberibe e Capibaribe em Recife e Olinda; morte de peixes por conta da poluição nos rios; tremores de terra em João Câmara (RN), trazendo pânico a população (matéria 64); seca no sertão e no agreste; pesca da baleia na Paraíba; a instalação da segunda base de mísseis brasileiros, numa área de 52 mil hectares, em Alcântara, cidade maranhense Patrimônio Histórico (matéria 65), entre outras, salientando que as matérias em defesa do meio ambiente predominam nos anos 80, quando se passa a ter uma maior consciência ambiental e se observa que o progresso não só traz desenvolvimento social, mas também prejudica a fauna, a flora, o homem e todo o ecossistema.

Mais tremores de terra aumentam o pânico e o êxodo em João Câmara

Evaldo Costa

João Câmara (RN) — Novos tremores de terra voltaram a sacudir o interior do Rio Grande do Norte, ontem, aumentando o pânico dos habitantes desta cidade, situada a 70 quilômetros de Natal, que, desde domingo passado, vem sendo castigada por sucessivos terremotos. Na série de tremores verificada ontem, o mais forte aconteceu por volta de 8h30min, alcançando 4 pontos na escala Richter. O prefeito José Ribamar Leite se disse impotente para conter o êxodo desesperado da população, que arruma tudo o que pode em caminhões de mudanças e vai para os acampamentos improvisados que nascem a cada dia nas cidades vizinhas. João Câmara tem 30 mil habitantes.

— O triste, nisso tudo, é saber que, daqui a pouco, passada esta onda de tremores, eles terão que voltar, por falta do que fazer nos lugares para onde estão indo — disse o prefeito, criticando seu colega do município vizinho de Jandaíra, Silvano Câmara, que está oferecendo terra e ajuda para construção de casas aos habitantes de João Câmara que resolvam migrar para lá. “Na outra série de terremotos, ele também fez isso, mas quem foi já voltou. Faltam oportunidades de emprego”, disse Ribamar Leite, que instalou a prefeitura em sua casa e nela atende, por dia, cerca de 200 pessoas, as quais pedem, invariavelmente um caminhão para fazer a mudança.

Matéria 64- Tremor de terra em João Câmara – 11/12/86.

Alcântara vai mudar sua história para ser base de mísseis

São Luís — A pacata cidade histórica de Alcântara, tombada em 1948 pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional como um dos maiores acervos da arquitetura colonial do país, vai entrar na era espacial. O comandante do Instituto de Aeronáutica Espacial, Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, confirmou em Natal a instalação, a partir deste ano, naquele município maranhense, da 2ª base de lançamento de mísseis brasileiros numa área de 52 mil ha.

O decreto governamental desapropriando essa área para a construção da base espacial foi publicado no *Diário Oficial* de 27 de outubro de 1980, poucos dias depois de os participantes do 5º Curso Interamericano Sobre Política e Administração Cultural, organizado pela OEA, pedirem ao Governo brasileiro para cobrar da OEA, UNESCO e outros organismos internacionais, o tombamento de Alcântara como "patrimônio histórico e artístico da humanidade".

A BASE

Segundo o Decreto 7 820 de 12/9/80, a área (520 milhões de metros quadrados ou 52 mil ha), que já começou a ser demarcada para a construção da base, tem a seguinte descrição:

"Linha de delimitação estabelecida partindo da foz do Igarapé do Puca, na baía de São Marcos, subindo pela sua margem esquerda até a nascente. Do Igarapé segue a esquerda em linha reta até encontrar a cabeceira da pista de pouso. Daí, seguindo a estrada que liga Alcântara a Itaúna, sempre pela sua margem direita, passando pelos vilarejos de Boavista, Rio Grande, Baixa Grande, Castelo, até chegar à localidade de Belém Novo. Daí, segue a direita, em linha reta até chegar ao Igarapé Raimundo Su, daí seguindo pela sua margem direita até a sua foz na baía de Cumã, daí seguindo para o litoral à direita, até chegar ao ponto de partida, foz do Igarapé do Puca".

No Artigo 3º, o decreto, que até a semana passada não chegou ao conhecimento nem do Prefeito de Alcântara, autoriza o expropriante "a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão de posse da área atingida".

O Prefeito da cidade, Joaquim Facure, disse que "um pessoal da Aeronáutica, em companhia de dois americanos", estiveram em Alcântara no ano passado, para examinar a área da base espacial, mas não lhe deram informações de como e quando seria a instalação. "Eles chegaram, sobrevoaram a região e disseram apenas que a base ia trazer progresso para a cidade", explica Facure, ao informar ainda que técnicos do IBDF fizeram medições, estudos de

solo e das condições topográficas da região.

Facure, a vice-prefeita, D Naisa, e várias famílias tradicionais da cidade estão apreensivos e incertos do que acontecerá com as suas terras, localizadas na área requerida pelo Estado para a construção da base espacial. Mais preocupados, porém, em preservar a cidade, suas roças, a pesca do que ostentar o título de morador da cidade dos mísseis, os alcantareses, de um modo geral, estão assustados com a instalação da base. Não sabem direito o que isso significa, mas sabem que os foguetes vão acabar prejudicando o plantio de mandioca, do milho, o pequeno comércio de carvão. Sabem que a sede do município, hoje com 3 mil habitantes, "vai ficar militarizada, barulhenta, fria, cinzenta", como diz o pescador José Nolato, do porto de Jacaré.

CRIME

O coordenador do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, escritor José Nascimento de Moraes, classifica de "crime irreparável contra o povo maranhense e a História" a instalação da base espacial nas proximidades de Alcântara, uma cidade essencialmente colonial. Nascimento reuniu uma série de dados técnicos, advertindo para o risco a que estão expostos os velhos casarões dos séculos 17, 18 e 19, com a chegada da base.

— A base — diz o escritor — terá que construir um núcleo habitacional para seus funcionários que manterá, certamente, estreitas ligações com Alcântara, interferindo nos hábitos da comunidade que é ainda semi-indígena por conservar as raízes dos seus antepassados, os tupinambás, e abalando o dia-a-dia da cidade. E com o lançamento dos mísseis e outras experiências espaciais, a poluição sonora e o movimento de veículos dessa base nas ruas coloniais de Alcântara, os casarões não vão resistir, vão ruir. E ou não é um crime contra o patrimônio?"

Disse também que de acordo com os dados do decreto, a área da base sai das proximidades da sede do município indo até a baía de Cumã, atingindo parte do Município de Guimarães, numa região de maior piscosidade do Estado. "O que farão esses pescadores sem suas terras?", indaga o escritor.

Em Alcântara, são poucos os que defendem a instalação da base espacial. Um deles é o ex-diretor do Patrimônio Histórico de São Luís, Jaime Sousa, que acha que a base trará progresso para a região, como estradas, água, lazer, comércio. Em São Luís, nem o governador e seus auxiliares diretos e nem os setores militares que rem se pronunciar sobre a base "por ser um assunto da competência exclusiva do Ministério da Aeronáutica".

A pesca da baleia como fonte econômica e espetáculo turístico, em Costinha, na Paraíba, é criticamente mostrada pela reportagem de Letícia Lins, nos anos 70, numa época em que o meio ambiente não estava na moda, em que se matar um animal em extinção e de grande porte como baleia se tornava rotina, um



grande espetáculo, onde o sofrimento do mamífero servia de renda aos pescadores e gestores locais. A carne da baleia era salgada, secada ao ar livre, como mostra a foto registrada por Natanael Guedes, e vendida como qualquer mercadoria, e o choro do animal atraía centenas de turistas.



Matéria 66 - Depois do espetáculo do corte a carne da baleia é salgada e exposta ao sol para secagem – 18/12/77.

6.2.5. Religião

Dom Hélder Câmara, cearense, arcebispo de Olinda e Recife, conhecido também como o Dom da Esperança, idealizador da Campanha contra a miséria, um dos criadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o religioso nordestino que mais ocupou espaço no JB depois da abertura política. Reportagens de páginas inteiras eram produzidas sobre a atuação de Dom Hélder, com sua postura crítica, a favor dos pobres e oprimidos, sendo um “incômodo” à política ditatorial instalada no país. Ele era um ícone da Igreja voltada para os pobres. Suas idéias de justiça social, liberdade e paz atraíam políticos, sindicalistas, intelectuais, artistas e gente do povo, embora fosse criticado por outros. Seu modo simples de ser e de falar juntava multidões, principalmente as pessoas do povo. Pelas quantidades e teor das matérias, conclui-se que havia certa simpatia dos jornalistas da sucursal de Recife JB pelas idéias de Dom Hélder e que estavam seguindo a linha editorial do JB que colocava constantemente o arcebispo em sua agenda, em suas pautas; enquanto em outros veículos, alguns procuravam vetá-lo. Para se ter idéia da aparição do religioso no JB segue alguns títulos de reportagens.

- *“Bispo pede a Dom Hélder em nome de 90 concelebrantes que fique junto à pobreza”, 21/04/77.*
- *“Dom Hélder apela para luta de todos contra injustiça e desemprego no Nordeste”, 11/03/78.*
- *“70 anos de Dom Hélder”, 07/02/79.*
- *“Bispo torce por metalúrgico”, 13/06/79.*
- *“Dom Hélder visita grevistas”, p. 12/08/79.*
- *“Dom Hélder celebra missa na favela à espera de João Paulo II”, 07.*
- *“Dom Hélder celebra missa e luva pobres”, 19/02/80.*
- *“Dom Hélder inicia Quaresma em Recife na catedral de São Pedro dos Clérigos”, 05/03/81.*
- *“Dom Hélder reza por padre”, 09/03/81.*
- *“Dom Hélder depõe em defesa de padre incurso na LSN”, 05/05/81.*
- *“Missa pelos 50 anos da ordenação de Dom Hélder reúne 20 mil em Recife”, 17/08/81.*
- *“Tancredo visita Dom Hélder e elogia opção da Igreja”, 27/3/83.*
- *“Premier holandês vai a Dom Hélder”, 30/05/83”.*
- *“Dom Hélder já tem perfil de seu sucessor definido”, p. 22/08/83.*
- *“Bispo moderado de Paracatu é o substituto de Dom Hélder” 11/04/85.*
- *“Dom Hélder recebe Soares como lutador da liberdade”, 30/03/87.*
- *“Julio Iglesias se encontrou, quarta-feira, com Dom Hélder Câmara”, 13/01/88.*

No final dos anos 70, o JB veiculou uma matéria de página inteira que mostrava o posicionamento de Dom Hélder sobre a ideologia da segurança nacional, anistia, socialismo, capitalismo, João Paulo II e o papel da Igreja, numa época em que a Teologia da Libertação estava em questionamento pelo Vaticano e a ala conservadora da Igreja Católica (matéria 67).



O dia amanheceu. Depois de três horas de sono, D Helder celebra sua missa. Ele cuida de 3 milhões de católicos

UM RELIGIOSO QUE OUSA TER IDEIAS

Sobre a ideologia da segurança nacional

— Um grave problema. Há uma verdadeira idolatria com relação à segurança nacional, interpretada como um valor supremo, valor dos valores. E para salvaguardá-la, acham que vale tudo. Se for preciso chegar à ditadura, ditadura; se for preciso desaparecer gente, sequestro, tortura, tudo é válido para salvar o valor dos valores.

Do Papa João Paulo II

ANISTIA

— É preciso uma anistia ampla e irrestrita para os presos políticos e a permissão de volta imediata ao Brasil de todos os exilados, porque os direitos humanos foram criados por Deus e não são favores concedidos por nenhum Governo do mundo.

CAPITALISMO

— Bem, eu pessoalmente, sem engajar propriamente a Igreja e a hierarquia da América Latina, não vejo nenhuma solução para o mundo numa linha capitalista. O capitalismo é intrinsecamente mau. Nesse sentido de que coloca o

lucro acima da criação humana. Então, qualquer que seja o tipo de capitalismo, por mais que ele queira se modernizar, eu não vejo uma saída na linha capitalista.

SOCIALISMO

— Quando eu sonho com uma socialização, quando eu sonho com um socialismo humano, eu vejo que a pior contrapropaganda de uma possível solução humana na linha socialista são as superpotências socialistas. Eu me refiro concretamente à Rússia e à China. No poder, o socialismo é um desastre. Eu tenho muito respeito por nossa irmã Cuba, digo irmã porque é

uma das nossas repúblicas latino-americanas, mas por mais que eu leia certas entrevistas de quem visita Cuba, eu fico pensando em dados que me parecem terríveis.

JOÃO PAULO II

— O Papa viveu a experiência da dominação nazista, viveu a experiência da dominação russa e viveu o Vaticano II. De maneira que ele está preparado para enfrentar os grandes problemas humanos e ele, com certeza, tem interesse particular por esta América Latina, que carrega a responsabilidade séria de ser a parte cristã de um mundo pobre.

Sobre o papel da Igreja

— Fundamentalmente, a Igreja é a mesma, porque no seu fundador ela é divina. Lemos na Bíblia que, quando o Seu povo era oprimido pelos faraós do Egito, Deus ouviu o seu clamor. Ora, na hora em que as Nações Unidas proclamam a necessidade de uma nova ordem econômica internacional, porque 3/4 da humanidade estão

numa posição indigna do ser humano, nesta hora em que há tanta opressão, tanto esmagamento no mundo inteiro, Deus vai deixar de ouvir o clamor do Seu povo? Eu já confessei que participei daquela visão de que os dois poderes — Igreja e Estado — eram as duas espadas do poder temporal e do poder espiritual. Gostava de pensar

que tínhamos aqui uma situação quase ideal em matéria de relacionamento. Hoje, com todo o respeito para com as autoridades, acho que o compromisso da Igreja é com o povo, como também o compromisso do Governo é com o povo. Agora, se de lado a lado formos fiéis aos nossos deveres, talvez possamos nos encontrar no serviço do povo.

OS POEMAS

“Meditações do Padre José”

CUIDADO, VARREDOR

Vi o cuidado com que separas tudo aqui que pode ter algum valor. Já encontrei, varrendo, fortunas que se desfizeram, impérios que acabaram, glória que se fez em pedaços? Muito respeito, gari, se aparecerem destroços de sonhos, de vida, de amor...

MODELO INATINGÍVEL

Quem me dera ser leal, discreto e silencioso como minha sombra.

QUERIA SER

Queria ser humilde poça d'água que refletisse o céu.

QUANDO VIERES LIBERTAR OS CATIVOS

não te contentes de atravessar as sete prisões dos sete vícios capitais. O calabouço último o poço mais fundo é o egoísmo.

AS VERDADES VIVEM E SOFREM

Importante e urgente como libertar criaturas humanas de prisões inumanas é ir em socorro de verdades prisioneiras de sistemas de idéias que as retêm e asfixiam.

ESCURIDÃO TOTAL

A noite estava tão escura, tão sem um ponto de luz, tão noite, que cheguei a me angustiar, apesar do amor profundo que sempre tive à noite... Foi quando ela me segredou: quanto mais noite é a noite, mais vela costuma ser a aurora que ela carrega no seio.

NÃO TE DEIXES DILACERAR

Entre o ontem e o amanhã. Vive sempre e apenas O hoje de Deus.

Matéria 67 - O dia amanheceu. Depois de três horas de sono. Dom Hélder celebra sua missa. Ele cuida de 3 milhões de católicos – 07/02/79.

Dom Hélder não era só um religioso, ele tinha uma atuação política de destaque na sociedade. Defendia os políticos que tinham uma visão mais crítica da realidade social e que lutavam por uma sociedade com menos injustiças sociais. Defendia os pobres e oprimidos, não aceitava tudo que era imposto. Era um democrata, um religioso voltado mais para os excluídos. Por isso, diante dos abusos de poder dos governantes da época, visitava grevistas, defendia a liberdade de idéias. Por isso, era comum ver D. Hélder em situações em que a polícia e a opressão estavam presentes, como foi o caso da matéria 68.

Outro fato em que Dom Hélder chamou muita a atenção na mídia foi quando ficou ao lado do pároco da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Recife, Padre Reginaldo Veloso, que compôs o hino Vito, Vito Vitória, em homenagem ao padre expulso do Brasil, Vito Miracapillo, por ter comentado sobre o governo ditatorial. O arcebispo alegava que a estrofe não atentava a segurança nacional. Ao depor no julgamento do Padre Reginaldo, Dom Hélder faz o seguinte comentário, perante o Conselho Permanente de Justiça da Marinha: “uma bomba que explode, mata um sargento e fere um capitão e um grupo que assume esse atentado, dizendo que vai combater a canalha comunista que está infiltrada nas camarilhas do Planalto, isto sim, atenta contra a segurança nacional”, como pode ser lido na matéria 69.

Observe que tanto na fotografia a matéria 68 como a 69, a primeira de 12/9/79 e a segunda de 15/5/81, o repórter fotográfico Natanael Guedes pontua nas imagens, de um lado, um homem idoso, franzino, vestido de branco (símbolo da paz), um religioso; de outro, soldados armados, símbolo da opressão. Era assim que Dom Hélder vivia, enfrentando as injustiças e defendendo suas idéias. Sua aparência frágil destoava da sua força espiritual, do seu poder de convencimento pelos argumentos.

O JB, nas décadas de 70 e 80, mostrou muito mais uma Igreja Católica, no Nordeste, da ala progressista, que queria mudança na estrutura social, adepta a Teologia da Libertação, ancorada nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), em que parte dela se aliou aos partidos de esquerda da época, principalmente do PT na eleição para Presidente da República, em 1989, em favor de Lula.

Recife/Foto de Natanael Guedes



·D Helder visitou os presos no hospital da Polícia Militar

D Helder visita grevistas

Recife — O Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, visitou ontem os nove presos políticos que estão em greve de fome, logo depois que eles foram transferidos, do Presídio Barreto Campelo, em Itamaracá, para o hospital da Polícia Militar.

A visita de Dom Helder e de quatro membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese foi autorizada pela direção do presídio, em caráter de exceção. Segundo o Arcebispo, os presos estão passando bem, e demonstraram o desejo de receber a visita de representantes de entidades que lutam pela redemocratização do país.

Situação

Os presos políticos haviam solicitado, sexta-feira, a presença de Dom Helder em suas celas, mas não lhe transmitiram, ontem, nenhuma mensagem especial: "Eles queriam somente nos ver, conversar, enfim. Desejavam apenas um certo apoio e amizade. Eles revelaram ainda que se sentem bem-dispostos e estão sendo bem tratados", disse o Arcebispo.

O diretor da Penitenciária Barreto Campelo, Coronel Ronal Silvestre Bezerra, disse que os nove presos têm recusado a se deixarem examinar pelos médicos, alegando que estão muito bem de saúde, mas, mesmo assim, será feito e divulgado

diariamente um exame nos grevistas que concordarem em fazê-lo.

Dom Helder aconselhou os presos a permitirem a consulta médica - disse que "o hospital é bem equipado, junto às camas foram colocados recipientes com água, outros com sal e açúcar, que os rapazes se servem quando querem, e eu os encontrei em ótimo estado de espírito, muito tranquilos".

Os representantes da Comissão de Justiça e Paz e o Arcebispo Helder Câmara foram recebidos com cortesia pelo comandante da Polícia Militar, Coronel João Barcelos Lessa, que lhes ofereceu cafezinho em sua sala, enquanto se esperava a chegada do diretor da Penitenciária Barreto Campelo, que autorizou a visita, mas sem a presença de jornalistas.

"De acordo com as normas penitenciárias, o preso em greve de fome não pode ser molestado, por isso a imprensa espera do lado de fora, mas Dom Helder e seus acompanhantes podem entrar", disse o Coronel Ronal Bezerra. No final da visita, que durou 20 minutos, o Arcebispo informou que teve toda a liberdade para conversar com os presos e transmitiu aos familiares dos presos, que ontem não puderam entrar no hospital, notícias sobre a situação de saúde dos grevistas.

Os dois presos que não participam da greve de fome, por motivos de saúde, continuam na Penitenciária Barreto Campelo, em regime de isolamento.



A Auditoria da 7ª CJM reforçou a segurança para ouvir D Hélder

Advogado critica aparato policial

O advogado Pedro Eurico de Barros e Silva, defensor do Padre Reginaldo, classificou de "desnecessário e inexplicável" o aparato policial militar montado ontem no térreo da Auditoria da 7ª CJM. Ressaltou que esta foi a terceira audiência do caso e nas vezes anteriores, tudo correu num clima de tranquilidade. Considerou grave a desconfiança com o povo que veio prestar solidariedade ao padre.

O reforço foi pedido pela juíza-auditora Iara Danl, que explicou estar cumprindo a lei: "Esse é um direito meu, previsto no Artigo 33 do Código de Processo Penal Militar." A juíza alegou que o forte esquema de segurança teve como objetivo evitar qualquer tumulto, "pois os jornais anunciaram que um grande número de pessoas estaria hoje (ontem) aqui e isso poderia atrapalhar a audiência".

Acusação

Na audiência, o primeiro a ser ouvido foi o agente da Polícia Federal Marcelo Esteves Cavalcanti, testemunha de acusação do Padre Reginaldo. Vestido formalmente, de terno cinza-claro, gravata e óculos bem escuros, que não tirou nem mesmo na sala de sessão, Marcelo mostrava-se constrangido: "Fiz investigações sobre o caso e agora sou convocado a depor. Isso é um pouco humilhante, parece até que vim entregar um padre e cumpri apenas meu trabalho."

Ao ser interrogado contou que foi até Ribeirão — cidade da qual era vigário o Padre Vito Mircapillo — para investigar sobre o hino Vito, Vito, Vitória e lá recolheu várias cópias mimeografadas com a letra do hino e outros documentos que, segundo ele, foram entre-

gues espontaneamente. Juntou tudo num relatório que apresentou ao seu superior. Disse que ouviu pessoas simples, do povo, revoltadas com o hino.

Durante sua permanência da cidade — 48 horas — Marcelo contou ter ficado hospedado no engenho Limão, de propriedade de Rubens Monteiro e não ouviu pessoas influentes, nem autoridades da cidade, para evitar que se dissesse que tinha contactado pessoas comprometidas.

Defesa

À tarde, o Conselho Permanente de Justiça da Marinha ouviu as duas últimas testemunhas de defesa do sacerdote, Padre Geraldo Leite Bastos, pároco de Escada, e o operário José Lopes Vital, de Casa Amarela, área de atuação do Padre Reginaldo.

Padre Geraldo defendeu o pároco do Morro da Conceição, dizendo que também Cristo usou expressões fortes para se expressar e transmitir sua revolta, da mesma maneira que Padre Reginaldo utilizou o termo "coito venal", que ele acha inclusive não ser bem entendido pelo povo. Para justificar suas afirmações, citou os Evangelhos de São Mateus, São Lucas e São João.

O operário José Lopes Vital considerou Vito, Vito, Vitória um livro "bonito e bom". Disse que era isso que pensava o povo, pelos comentários que ouviu, já que não leu a letra do hino. Afirmou também não saber o que significa "venal" e disse que o povo em geral também não sabe, porque "a linguagem do povo é mais simples". A audiência de ontem, na qual foram ouvidas quatro testemunhas, uma da acusação e três da defesa, durou cinco horas.

Igreja conquista interior de Pernambuco para Lula

Terezinha Nunes

LAJEDO, SÃO BENTO E CATENDE (PE) — Na eleição municipal do ano passado, o PT teve 0,9% dos 43.565 votos desses três municípios do Agreste e da Zona da Mata de Pernambuco e só em um deles — Catende — conseguiu lançar candidato a prefeito. Há 15 dias, porém, não há mais dúvida nas praças, nas ruas e junto aos partidos políticos locais de que o candidato do PT a presidente, Luís Inácio Lula da Silva, vai ficar entre o 1º ou o 2º lugar na eleição de 15 de novembro. O milagre vem sendo operado pela Igreja progressista, que dentro dos templos ou fora deles engajou-se de corpo e alma na campanha do PT.

De forma discreta, como em Catende, onde o PT é dirigido por participantes do Movimento Jovem da Igreja, que temporariamente se afastaram do trabalho eclesial, ou acintosamente como em São Bento do Una, terra do compositor Alceu Valença, onde o padre Luís Carlos Oliveira, pároco local, 31 anos, assume a candidatura de Lula e até usa um broche vermelho do PT em sua inseparável boina branca. A Igreja progressista, com ou sem a aprovação dos bispos, vem conseguindo o que era considerado impossível a pouco mais de um mês: fazer com que a propaganda de Lula nas cidades interioranas rivalize com a de Fernando Collor de Mello, do PRN, e deixe para trás o candidato do PDT, o ex-governador Leonel Brizola. Nos últimos 10 dias, Lula pulou de 6% para 22% no estado, segundo pesquisa do DataFolha.

Aberto — Em dioceses divididas por bispos progressistas, como D. Tiago Postema, de Garanhuns, a 229 quilômetros do Recife, no Agreste, município onde Lula nasceu, o avanço da Igreja dentro do PT é aberto e flagrante. Em outras, como a de Palmares, a 128 quilômetros do Recife, na Zona da Mata, dirigidas por bispos moderados como dom Acácio Rodrigues, o trabalho é mais escondido e só os agentes das pastorais põem a cara de fora, freqüentam os comitês do PT e pedem votos. De uma forma ou de outra, o PT, que quase não existia no interior — na eleição de 1982 teve apenas 2% dos votos do estado (em 1986 nem disputou o pleito estadual) — exibe hoje comitês eleitorais em todas as cidades, mesmo as menores, com menos de 20 mil habitantes.

“Se a Igreja não se posiciona do lado dos trabalhadores, automaticamente estará fazendo o jogo dos poderosos — afirma o padre Luís Carlos Oliveira, de São Bento do Una.

Carta — O padre Sérgio Absalão, 28 anos, de Lajedo, onde o PT é dirigido por um dos principais paroquianos, o advogado e agente de pastoral Adelmo Torres, evita pronunciar-se abertamente por Lula e ir ao comitê do PT. Mas, em carta entregue aos paroquianos, ele afirma que os trabalhadores devem votar em quem defenda os seus direitos: “Não tenho culpa”, afirma, “se o povo faz



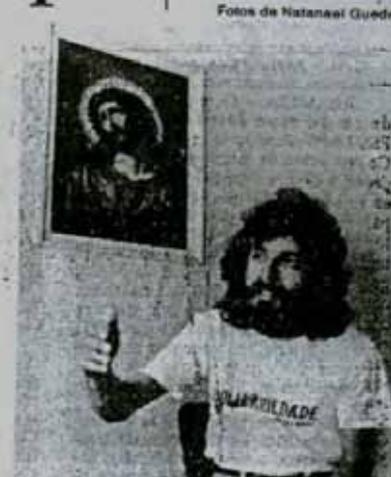
Padre Luís Carlos: PT assumido

logo uma ligação com Lula. Poderia fazer com Brizola, que também é progressista, ou com Roberto Freire. Mas eles concluem por Lula.”

A aparente neutralidade do padre Absalão é contestada pelo prefeito de Lajedo, Lídio Cosme da Silva, indesejo entre Fernando Collor e Afif Domingos. O prefeito chama o padre de “sacerdote vermelho” e já rompeu com a igreja local. “Não vou mais a uma missa desse padre de jeito nenhum”, afirma. Padre Sérgio, salienta Lídio Cosme da Silva, “critica os políticos na cara, como aconteceu comigo, envergonhando-me diante do povo”.

Crise — No município de São Bento do Una, a posição do prefeito Leucio de Oliveira Mota, que após Fernando Collor, também é de contestação. Ele deixou de frequentar a missa e há 17 dias, quando o padre Luis sofreu um acidente na estrada que liga Lajedo a Caruaru, mandou que um carro de som denunciase que o padre havia sofrido o acidente ao se dirigir a um comício do PT. “Espalham também que eu tenho mulheres e que até bebo. São calúnias que não me abalam”, diz o padre Luis, explicando que tudo acontece “porque o Agreste foi sempre representado positivamente pelas oligarquias e só agora aparece um partido forte para organizar o povo e conscientizá-lo”.

O que diz o padre Luis pode ser verdadeiro. Na Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, onde a esquerda ganhou as eleições em 1988, não é de atrito o relacionamento entre o PT e o PMDB, que governa os municípios da região. O operário José Vicente Sabino da Silva, tesoureiro do PT e coordenador da campanha de Lula em Catende, é mais bem recebido na prefeitura do que na Igreja, governada por padres conservadores, onde fez parte do Movimento Jovem até o ano passado.



Padre Absalão: povo quer Lula

Comunidade de base é a ponta de lança

“Um Brasil novo com Cristo. Lula — PT.” Esta frase está pichada nos muros da cidade de Lajedo. A associação dos nomes de Lula e Cristo é inevitável e não fica difícil saber quem a escreveu: algum membro da Igreja progressista, dos muitos engajados no PT e militantes do comitê do candidato do partido.

Não há crucifixos, santos ou terços nos comitês petistas de Lajedo, Catende e São Bento, mas as pichações são suficientes para se conhecer a influência dos católicos progressistas na campanha de Lula. Quem for a um dos comitês também vai poder saber de algumas informações precisas para a Igreja, como o número de Comunidades Eclesiais de Base em funcionamento nos municípios, o nome do pároco local, onde ele mora, a que hora costuma celebrar missas ou se reunir com os paroquianos.

Quando não é o próprio padre que aparece no comitê como em São Bento do Una, a 214 quilômetros do Recife, são seus auxiliares ou agentes de pastoral que sempre se apresentam para atender eleitores como em Catende, a 144 quilômetros da capital, ou em Lajedo, a 192 quilômetros.

Nos três municípios citados, o PT tem o apoio de 100 Comunidades Eclesiais de Base. O presidente do PT de Pernambuco, Fernando Ferro, reconhece que o trabalho dos católicos progressistas ajuda o partido a avançar: “Tínhamos comitês em apenas 40 municípios, agora estamos com 130 municípios cobertos” (o estado tem 167). Fernando Ferro evita falar, contudo, em Igreja diretamente: “A Igreja como instituição não nos apóia. Os padres quando o fazem, e já são muitos, agem como cidadãos, mas não resta dúvida de que o respeito de que gozam nas comunidades nos ajuda muito. Tem município do Sertão onde há gente viajando 20 quilômetros de bicicleta para fazer panfletagem”, revelou.

Para Ferro, o fato de Aureliano Chaves e Ulysses Guimarães, os candidatos dos maiores partidos do estado — PFL e PMDB — estarem fora de cogitação, ajuda muito no avanço e o trabalho da Igreja passa a ser fundamental: “Tem prefeito que já nos disse que está lavando as mãos”, afirma radiante Ferro, lembrando que agora é a vez da militância.

Contando com as Comunidades Eclesiais de Base, o PT espalha cédulas em todo o estado e avança quando o PDT fica emperrado e perplexo. Os padres e agentes de pastoral dizem, porém, que no segundo turno, se der Brizola, estarão com ele: “Conheço o Brizola, pois sou gaúcho”, diz o padre Luís Carlos, de São Bento do Una. E completa: “Ele só pode ser um bom administrador. Se não fosse assim o povo não o ovacionava nos dois estados que governou, como aconteceu recentemente.”



Apelo a Cristo nas pichações evidencia engajamento de católicos

Matéria 70 - Apelo a Cristo nas pichações evidencia engajamento de católicos -29/10/89.

Por outro lado, o JB mostra, também, o lado mais moderado da Igreja Católica, com menos participação política e opinião sobre a realidade social, com atitude mais dogmática e ritualística, centrada na fé, na oração e devoção dos fiéis, como, por exemplo, se observa nas reportagens sobre a imensa quantidade de (mais de 400 mil por ano) romeiros que vão ao Juazeiro do Norte (CE) visitar a estátua de Padre Cícero Romão para agradecê-lo e renovar seus pedidos (matéria 71). Na fotografia, o repórter fotográfico mostra o comboio de caminhões pau de arara e romeiros olhando para trás, mirando a estátua que ficou.

Juazeiro do Norte — “Esta é uma cidade de pouca geografia — 219 km² e muita história. Em cada casa uma oficina, em cada oficina um oratório.” A definição do Padre Francisco Muri-lo de Sá Barreto, pároco da matriz de Nossa Senhora das Dores, mostra bem a realidade de um dos maiores centros de peregrinação do Brasil. Numa estimativa simples, calcula-se que, entre setembro e fevereiro, passam pela cidade 400 mil pessoas. Romeiros misturam sua fé à da população local que se mantém fiel aos mais humildes costumes, como, por exemplo, antes de enterrar seus mortos, depositar o caixão em frente à estátua do Padre Cícero diante da igreja onde ele está enterrado.

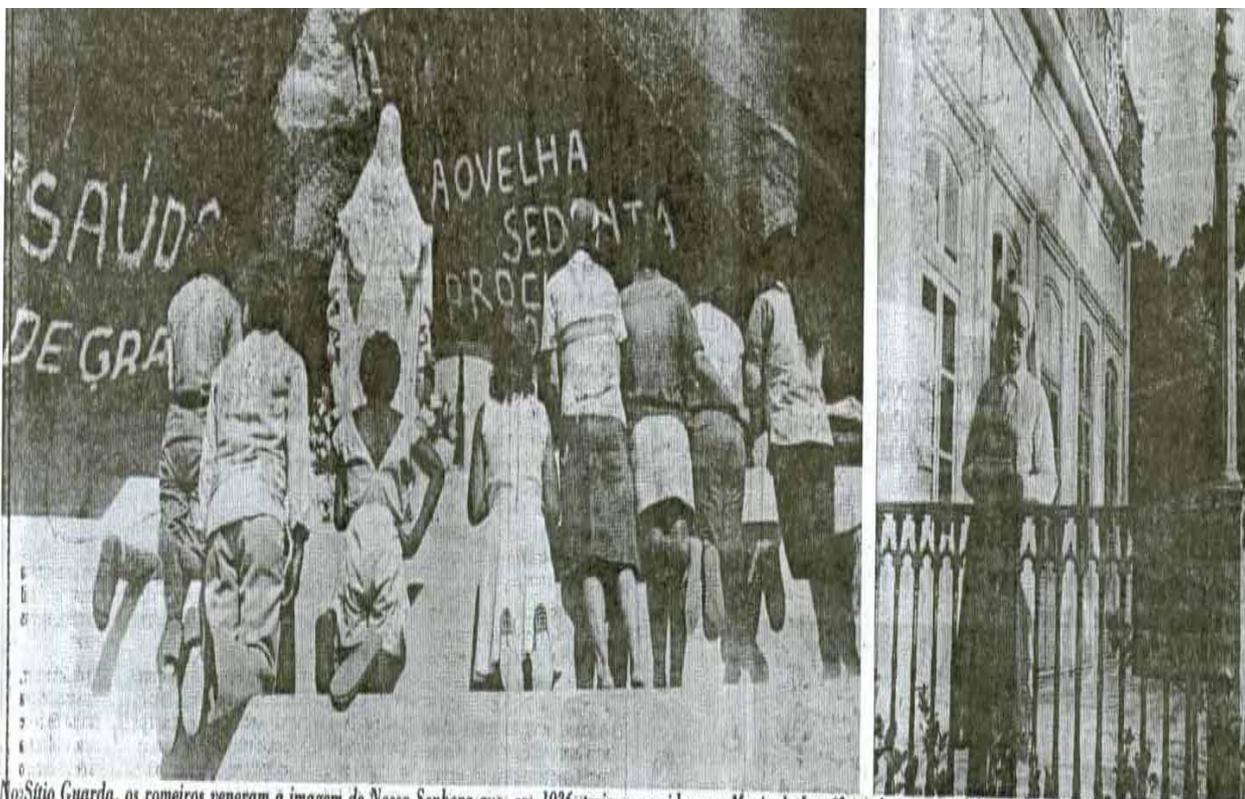
O município, com pouco mais de 132 mil habitantes, recolheu mês passado, de ICM, Cr\$ 8 milhões. Todos têm um mercado certo. Da estátua de gesso do Padre Cícero até chapéus e bolsas de palha, a produção, por maior que seja, não chega para quem quer. Apesar de amplo comércio, ruas apertadas, exploração do romel-ro, os caminhões pau-de-arara continuam chegando sem parar, despejando milhares de pessoas que vêm apenas com um sentimento: reverenciar Nossa Senhora das Dores e o Padre Cícero Romão Batista, que foi religioso e político de larga visão, tendo conseguido plantar um futuro próspero para o Vale do Cariri. Hoje, romaria em Juazeiro do Norte é sinônimo de êxodo rural, pois muitos que ali chegam preferem não mais voltar.



Matéria 71— Visitar a estátua do Padre Cícero é roteiro obrigatório dos fiéis

A necessidade do povo em acreditar em milagres e buscar, também, milagres para sua vida, demonstra a face do nordestino religioso, que busca resposta e saída divina para seu cotidiano, para sua realidade. Esse fenômeno religioso é percebido em diversas partes da região, onde legiões de romeiros se juntam, se organizam, para

venerar seus santos, como é o caso, da veneração da imagem de Nossa Senhora, numa pedra, no sítio Guarda, em Pesqueira, Pernambuco, que teria parecido para Maria da Luz, que se tornou freira depois, de acordo com a matéria 72.



No Sítio Guarda, os romeiros veneram a imagem de Nossa Senhora que, em 1936, teria aparecido para Maria da Luz (foto), hoje irmã Adélia, e Maria da Conceição

Romeiros buscam milagres onde meninas viram santas

Terezinha Nunes

Resqueira (PE) — O mais novo motivo de romarias do Nordeste, o santuário de Nossa Senhora das Graças, fica num local de difícil acesso no distrito de Cimbres, município de Pesqueira, a 214 quilômetros do Recife. Lá, no Sítio da Guarda, Nossa Senhora teria aparecido e conversado várias vezes com duas meninas, em 1936, história que a Igreja Católica abafou durante 50 anos até que, no ano passado, uma das videntes, Maria da Luz, que hoje é freira com o nome de irmã Adélia, vítima de câncer, resolveu contar o seu segredo.

Desde então, caravanas de romeiros, organizadas por padres e freiras, chegam ao local todos os fins de semana para rezar e pedir graças. Os penitentes que chegam de ônibus precisam andar até dois quilômetros, sob sol forte, para atingir o sítio mais difícil da caminhada: subir 100 degraus de cimento, em corrimão, talhados na pedra quase vertical, que dão acesso ao santuário. De automóvel, se chega até o sopé da montanha, mas da escada de pedra, não há como escapar. Em busca de um milagre, até os mais doentes sobem para rezar aos pés da santa, 100 metros acima do nível do mar.

Igreja escondeu

Além do ineditismo — é o primeiro caso relatado e

padre Valente e com o padre Abner, um cônego, do trabalho do padre Kehrlé, e já pensa em construir uma capela maior no Sítio Guarda, mas faz uma advertência:

— Além de ser muito cedo, é preciso deixar claro que a Igreja lá só estará, se tiver total controle da situação. Não permitiremos mistificações ou comércio — afirma.

O bispo não esconde que, por conta da condenação da Igreja em 1938, ocorreram problemas com os habitantes do Sítio Guarda, mas nega que a Igreja possa ser responsabilizada: "Apenas a população foi alertada porque, na época, houve uma espécie de lanatismo".

As perseguições, porém, são lembradas até hoje. Irmã Adélia nem quer falar sobre o assunto — "foi muito sofrimento, meu Deus", limitou-se a dizer. Sua mãe, porém, foi mais incisiva: "Ninguém acreditava em nós. Meu marido chegou a ser preso só porque foi na cidade dizer que as meninas tinham visto a santa. Agora, eu espero que Deus nos proteja e, graças a Deus, o bispo já veio aqui". Mãe de 16 filhos, dos quais oito já morreram, dona Aulá só voltou a morar no local recentemente: "Estou perto do fim da vida e este é meu cantinho".

Na cidade de Pesqueira também há sequelas do que aconteceu em 1936, quando os padres faziam pregações contra as meninas que tinham contado a aparição: até hoje, há mais

Medo de Lampião provocou a aparição

"Quem é a senhora?"

"Eu sou a graça."

Esse foi, segundo o relato das videntes ao padre Kehrlé, o primeiro diálogo que Nossa Senhora teria travado com as meninas Maria da Luz, hoje irmã Adélia, e Maria da Conceição, na manhã do dia 6 de agosto de 1936, quando elas colhiam mamona no Sítio da Guarda, um local de difícil acesso no distrito de Cimbres, município de Pesqueira. As meninas tinham 13 anos.

Na época, Lampião e seus cangaceiros andavam pela região e sua fama aterrorizava as mulheres, o que provocou um diálogo entre as meninas: "E se Lampião aparecesse agora?", perguntou Maria da Luz. "Nossa Senhora nos protegia", respondeu Conceição. Começou a chover fino e uma mulher, coberta com um manto azul e branco, carregando uma criança nos braços, surgiu "sorrindo". Era Nossa Senhora.

Silêncio

Vaticano II é que foi alertada para a necessidade de evangelizar e hoje trabalha com favelados do bairro da Torre, em Recife

Mensagens

Das mensagens que recebeu de Nossa Senhora, ela recorreu apenas das que falam em penitência e no drama vivido pelo mundo: "Eu não sei o que acontece comigo, sei que vejo descrevi com detalhes para o padre Kehrlé, mas depois é com se aquilo fugisse da minha lembrança".

Tudo que Nossa Senhora teria dito a ela e à amiga em 1936, nas diversas vezes em que apareceu, está relatado no livro do padre Kehrlé. De lá para cá, a irmã esteve no Sítio Guarda algumas vezes e, segundo as pessoas que a acompanharam, transmitiu mensagens que dizia serem de Nossa Senhora, que estaria ali presente.

"Eu sou muito cuidadosa com essas coisas e até já fui freira" conta a irmã da religiosa, Maria das Graças, que morou no sítio, mas nas vezes em que ela transmitiu as mensagens estava transformada e falou coisas que normalmente não fala

Matéria 72 - No Sítio Guarda, os romeiros veneram a imagem de Nossa Senhora que, em 1936, teria aparecido para Maria da Luz (foto), hoje, irmã Adélia, e Maria da Conceição — 009/11/86.

O JB, também, procurava destacar o aspecto cultural da Igreja, principalmente, em relação a arquitetura dos conventos e igrejas. Beneditinos, carmelitas, por exemplo, eram pautados na agenda do jornal pelos ritos, tipo de construção barroca, beleza, antiguidade e suntuosidade de alguns conventos e igrejas. A matéria 73 mostra que 12 frades carmelitas, em Olinda, reuniram assinaturas para reivindicar junto ao Ministério da Educação e da Cultura o convento de Santo Antônio do Carmo que foi construído em 1586 e se transformou em Patrimônio Histórico Nacional desde 1874.

tar,
os
são
das

Carmelitas colhem assinaturas para ter de volta o convento

Recife — Nem só de orações estão vivendo os 12 frades carmelitas do Recife. Desde julho eles recolhem assinaturas de apoio à reivindicação que levarão ao Ministério da Educação e Cultura, para reaver o convento de Santo Antônio do Carmo, em Olinda — o primeiro das Américas, construído a partir de 1586 — e que desde 1874 pertence ao Patrimônio Histórico Nacional.

A coleta de nomes está sendo feita por amigos da Ordem dos Carmelitas, e 1 mil 500 assinaturas já constam no documento que está correndo a prefeitura, igrejas, colégios e casas de Olinda. Os carmelitas — 25 em Pernambuco e 180 no Brasil — conseguiram o apoio dos beneditinos — que vivem em seu próprio mosteiro de São Bento, em Olinda, e, na festa de Nossa Senhora do Carmo, em julho — quando foi iniciada a coleta — o Arcebispo de Recife e Olinda, D. Helder Câmara, fez um longo sermão, incentivando o movimento.

O fato

A igreja de Santo Antônio do Carmo (do antigo convento resta apenas a portada) é uma majestosa e grande construção em estilo renascentista, com sinais de barroco, erguida numa colina de frente para o mar por quatro carmelitas portugueses que vieram ao Brasil fundar a Ordem. Originalmente, eles iriam para a Paraíba, mas uma tempestade obrigou a armada em que viajavam a parar em Olinda e ali, a pedido da população, construíram a casa e o templo. As obras começaram em 1586, mas não se sabe quando foram concluídas.

foram, pouco a pouco, dizimando o patrimônio do convento, através de vendas ilegais. Quando descobriu o que estava acontecendo, o império do Brasil, que era o proprietário dos bens das igrejas, sequestrou tudo o que pertencia à Ordem em Pernambuco, em 1853. Três anos depois, todo o patrimônio foi devolvido, para voltar definitivamente às mãos da União em 1874. A igreja e o convento, apesar disso, puderam continuar sendo administrados e usados pela Ordem da Bahia, e só voltaram às mãos dos freios pernambucados em 1907, quando já se encontravam em ruínas.

A igreja de Santo Antônio do Carmo continuou sendo usada para missas, mas o convento já não tinha mais condições de abrigar os religiosos. Mesmo assim, durante cinco anos, ali viveram as carmelitas descalças, em clausura completa, e, só em 1981, por falta total de condições, a igreja foi definitivamente fechada. O convento, por oferecer perigo, já havia sido demolido na década de 20. Durante os últimos três anos, a igreja, fechada, já serviu até para escritório da Universidade Federal de Pernambuco, cujos estudantes de Geologia realizaram estudos no morro, que estava cedendo e abalando a estrutura do prédio (que já tem uma rachadura ao lado direito de alto a baixo). E não conseguiu escapar dos saques. No último, há três meses, levaram a porta original do altar.

Esperança

A igreja de Santo Antônio do Carmo é um dos 13 monumentos de Olinda que devem ser restaurados pela Prefeitura.

Nossa Senhora do Carmo, dos profetas Elias e Elizeu, de Bom Jesus dos Passos, Nossa Senhora da Boa Morte e de Jesus Cristo, todas dos séculos 17 e 18, além dos grandes painéis pintados a óleo sobre madeira, que retratam fases da vida do profeta Elias. O altar de Cristo crucificado, por baixo do atual, em talha, se mantém original, como na construção.

Intenção

A intenção dos carmelitas é reaver a igreja e o que restou do convento, após a restauração. "A ordem já decidiu, a nível nacional", explicou frei Tito Figueiroa, "que o Carmo de Olinda será uma casa de oração destinada a acolher pessoas e grupos de religiosos e leigos que buscam recolhimento, retiro espiritual e intelectual". Segundo afirmou, os religiosos têm esperança da igreja voltar à sua guarda, "porque nós somos os antigos dojos". Há dois anos, houve entendimentos verbais entre o superior da Ordem em Pernambuco, frei Paulo Cardoso, o secretário de Cultura do MEC, Marcos Vinícius Vilaça e o então governador Marco Maciel, e os dois se comprometeram a fazer o possível para atender à reivindicação dos carmelitas.

O escritório do SPHAN em Olinda ainda não sabe quando serão iniciadas as obras de restauração da igreja. Olinda foi declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco há dois anos e o SPHAN Promemória já conseguiu recuperar quatro dos 13 monumentos sob sua responsabilidade. Nas oito igrejas — algumas em bom estado, como o mosteiro de São Bento, cinco reliquias...

Vale salientar que nos anos 70 e 80 a religião católica era predominante entre a população brasileira. A Igreja Católica se encontrava dividida e no foco da mídia. A vinda do Papa João Paulo II ao Brasil fortaleceu mais a ala conservadora da Igreja., embora Dom Hélder ter sido bem acolhido pelo Papa. Todavia, quando o arcebispo de Olinda e Recife se aposentou, na década de 90, foi um religioso de postura mais conservadora, reservado e sem o carisma de seu antecessor quem assumiu a arquidiocese. No período, Frei Leonardo Boff, maior representante da Teologia da Libertação no País, que mesclava concepções religiosas com o marxismo, foi perseguido pela Igreja, cuja cúpula não compartilhava com suas idéias.

6.2.6. Educação e esporte

Apesar dos indicadores educacionais sobre o Nordeste serem os mais negativos do país nos anos 70 e 80, principalmente, em relação à educação de crianças e adultos, os jornalistas da sucursal de Recife procuravam veicular matérias que mostrassem alternativas para a melhoria da qualidade da educação do povo nordestino.

O alto índice de analfabetismo (72%) da população de Codó, no Maranhão; o clima de comício da 31ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Fortaleza, na época da abertura política; a cura de doenças através das ervas (aroeira, babosa, goiabeira, canela em pau, boldo, hortelã graúda, alho, algodão, alfavaca) sendo ensinada em literatura de Cordel, em Olinda; o projeto aprender a vivendo em que 750 crianças, 9 a 12 anos de idade, aprendem história do Brasil, no engenho Massangana, a 40 quilômetros do Recife, como viviam os escravos na senzala e como era a vida na casa grande, nos engenhos, foram alguns dos assuntos relacionados à educação que o JB mostrou sobre o Nordeste.



Na casa-grande do engenho,
o cenário perfeito para uma aula de
História do Brasil

APRENDER VIVENDO

UM NOVO PROJETO DE EDUCAÇÃO COMEÇA NO ENGENHO MASSANGANA



Matéria 74 - Na casa-grande do engenho, o cenário perfeito para uma aula de História do Brasil - 04/09/84.

O Método Paulo Freire, do educador pernambucano que esteve exilado, autor do livro *Pedagogia do Oprimido*, foi outro assunto que foi veiculado no JB, como êxito educacional no Nordeste, onde o Mobral fracassou, mostrando a eficácia do método na alfabetização de adultos, no município de Itambé, a 87 km do Recife, em junho de 86. Volta ocupar meia página do JB, em 20 de setembro de 87, por na apenas alfabetizar, mas também tornar trabalhadores e donas de casa em cidadãos do Cabo (PE) mais críticos à realidade (matéria 75).

Terezinha Nunes

Itambé (PE) — Durante o dia, os homens e mulheres se dedicam a uma atividade produtiva: o preparo da farinha de mandioca em grandes fornos de barro aquecidos a lenha. À noite, porém, o local se transfigura. Ao lado dos fornos, já frios, grandes mesas e cadeiras são colocadas na frente de um quadro-negro preso a um rolo grosso de madeira que segura o teto e está formada a sala de aula. Em ambientes assim, este município de 30 mil habitantes, a 87 km do Recife, cercado pela produção de cana-de-açúcar, está, desde o ano passado, batendo recordes nacionais de alfabetização de adultos.

Enquanto o Mobral passou 20 anos para alfabetizar 1 milhão de adultos em todo o país — 25% dos que concluíram seus cursos e 2,5% dos que foram matriculados — nas escolas rurais e periféricas de Itambé, 121 dos 181 alunos que freqüentaram oito meses de ensino noturno no ano passado — cerca de 70% — acabaram o ano sabendo ler e escrever e com conhecimento das quatro operações. O curso, mantido pelo município que abandonou o Mobral antes do governo fazê-lo, vem redendo muitos elogios do Ministério da Educação ao prefeito Renato Ribeiro (PMDB) e a promessa de que ainda este ano o governo federal deixará com a Prefeitura, oficialmente, a tarefa de alfabetizar seus adultos.

Matéria 75 — Método Paulo Freire — 01/06/86.

“Os bacharéis da Estada” foi outra reportagem que foi veiculada pelo JB. A matéria de uma página inteira, mostra a história de uma Faculdade de Direito em Sousa, Paraíba, onde 713 alunos, entre a Bahia e Piauí, se deslocam três vezes por semana para vir a faculdade, mudando a rotina da cidade, influenciando na economia local, transformando a cidade numa festa (matéria 76).

SOUSA, Paraíba — Maria Idaila Lima é universitária, na Faculdade de Direito de Sousa. Sozinha, representa pelo menos mais 23 alunos, pois se encarrega de pôr seus colegas de outros Estados a par das matérias estudadas no curso. Frequenta diariamente as aulas, o que não é obrigatório para 70% dos alunos matriculados, moradores em locais distantes muitos quilômetros da Faculdade.

Como Maria Idaila, outros alunos mantêm vivo um autêntico curso de Direito por correspondência, fazendo da Faculdade de Sousa uma exceção no controvertido contexto universitário brasileiro, onde normalmente o estudante precisa frequentar a escola durante cinco anos, para conseguir o seu diploma de bacharel. Em Sousa, o aluno não precisa ir à Faculdade mais de três vezes por semestre — e isso nem de longe é considerado uma anomalia educacional.

A Faculdade foi fundada em 1971, quando funcionou ministrando apenas o primeiro ano básico e sob custódia da Fundação Padre Ibiapina, de João Pessoa. Mais tarde, passou para domínio da Prefeitura local, do que resultou uma briga política provinciana, ainda sem desfecho.

Quando a Faculdade passou para o controle da Prefeitura, o então Prefeito, Gilberto Sarmiento, criou, para dirigi-la, a Fundação de Ensino Superior de Sousa, que escolhia, de uma lista tríplice, o diretor da escola. Gilberto Sarmiento, que faz política nas hostes da Arena 2, lançou nas últimas eleições, para a sua sucessão na Prefeitura, a candidatura de Adonias Gadelha, de família de forte influência econômica e política na cidade. Gadelha foi no entanto derrotado pelo grupo do Deputado federal Antônio Mariz (Arena 1), que elegeu Prefeito o Sr Clarence Pires de Sá. Este enfrenta atualmente a oposição da Arena 2 e de outro Gadelha; José Paiva, do MDB, solidário com Gilberto Sarmiento na questão da Faculdade.

Essa questão surgiu quando Sarmiento, antes de deixar a Prefeitura, demitiu o diretor da Faculdade, Padre Martinho Salgado, substituindo-o pelo seu Vice-Prefeito, Johnson Gonçalves de Abrantes. Ao tomar posse, o novo Prefeito Clarence Pires de Sá iniciou sua gestão

fazendo tudo voltar ao que era antes, isto é, demitiu Gonçalves de Abrantes e repôs o Padre Martinho Salgado na diretoria. Mas quando este fora demitido, seu sucessor trouxera uma novidade: o cargo passara a ser vitalício, por força de modificação nos estatutos, promovida pelo ex-Prefeito Gilberto Sarmiento. Com a volta do Padre Salgado, o grupo de Sarmiento impetrou mandado de segurança. Gonçalves de Abrantes reassumiu e está no posto até agora. A questão judicial foi transferida para João Pessoa e fatalmente acabará em Brasília.

O atual diretor da Faculdade, Gonçalves de Abrantes, tem 28 anos e vasto currículo. Aos 23 anos, foi assessor da Casa Civil do Governador Ernani Sátiro. Formado em Direito — há um ano — pela Faculdade de João Pessoa, foi Vice-Prefeito de Sousa e é suplente de deputado estadual.

— A nossa obra — diz ele — é realmente muito importante para a região. Congregamos alunos da Bahia ao Piauí e temos aqui prefeitos, padres, comerciantes e muitos outros que não podem assistir às aulas diariamente. Desde que assumi, em janeiro deste ano, já consegui modificar muita coisa e pretendo modificar, para melhor, muito mais ainda.

Sua figura difere da de um tradicional diretor de Faculdade. Ele mais parece um calouro, preocupado com as coisas estudantis em que está envolvido. Sua ação é respeitada por amigos e inimigos políticos: todos julgam a Faculdade importante para a cidade.

Abrantes luta sobretudo para conseguir o reconhecimento da Faculdade pelo Conselho Federal de Educação, grande sonho de professores e alunos. Deu nova estrutura ao currículo da escola, igualando-o aos dos estabelecimentos congêneres do país, e recrutou novos professores, para evitar que alunos do quarto ano continuassem a ensinar os colegas que iniciam o curso.

O fato de os alunos de fora (mais da metade dos matriculados) só raramente compareceram às aulas é encarado como perfeitamente normal pelo diretor:

Em relação ao esporte no Nordeste, o JB noticiou mais matérias sobre futebol, principalmente quando relacionados aos jogos dos times locais com os do Rio de Janeiro, como, por exemplo, Flamengo, Fluminense, Botafogo e Vasco da Gama, quando vinham jogar na região, ou os jogos da seleção brasileira e os clássicos regionais.



Matéria 77 - Givanildo, a experiência a serviço da invencibilidade do Santa Cruz, 07/05/79.

6.2.7. Turismo e cultura

O esplendor barroco do Mosteiro de São Bento, em Olinda; o Museu do Cangaço, em Triunfo (PE); Solar de Apipucos (casa grande de Gilberto Freyre); a velha cadeia de Recife que se transformou em Cada de Cultura; a beleza da capital pernambucana; o centro histórico de Olinda, parque histórico Nacional dos Guararapes, Igarassu, Goiana (PE) e Penedo (AL); a variedade do artesanato de Caruaru e Tracunhaém (PE) e dos remanescentes do Quilombo em Livramento (PB); as praias Maria Farinha, Itamaracá, Porto de Galinha (PE), Ponta Negra, Piranji (RN), Baía da Traição (PB), Pajuçara (AL); os folguedos populares, como mamulengo; ciclo junino (fogueira, milho, quadrilha), carnaval (galo da madrugada, blocos, rei momo, frevo); a Missa do Vaqueiro; a Paixão de Cristo, maior teatro ar livre em Nova Jerusalém (PE) tudo isso esteve no JB durante as décadas de 70 e 80.

Vale salientar que a Praia de Maria Farinha e Itamaracá, situados no litoral pernambucano, tiveram várias reportagens no Caderno Turismo, tornando-se o *point* na época por suas ondas mansas, águas mornas, pescadores, coqueiros nativos. O que ocasional especulação imobiliária, investimento em infra-estrutura, mas também o que se chama de turismo predador, ocasionando a mudança na paisagem natural e social.

As reportagens sobre o ciclo junino era uma pauta anual constante da sucursal do JB em Recife. Fogos, quadrilha, fogueira, palhoças, casamento de matuto eram predominantes nas matérias e na fotografia de Natanael Guedes (matéria 78).

Bares, restaurantes, museus, igrejas, hotéis, atrações eram destacados como uma boa opção de turismo em Recife.



FOLGUEDOS E FOLCLORE NO PERNAMBUCO JUNINO

DAS festas regionais de Pernambuco, o Ciclo Junino, pela sua riqueza nos folguedos, ainda é o mais conhecido nacionalmente. As festas de rua e de arraiais como as quadrilhas e os forrós, as superstições das noites de véspera de São João e São Pedro e ainda a variada gastronomia à base de milho estão, nesse período, espalhadas por todas as áreas do Estado, numa movimentação que começou no dia 12 e que atinge os seus melhores momentos a partir de amanhã — véspera de São João. É mais um bom período para viver Pernambuco. O melhor para conhecer algumas das suas mais bonitas tradições.

Fernando Castilho

Recife — Oficialmente, as festas já começaram desde o dia 8, quando, no Arraial do Cordeiro, a Empresa Pernambucana de Turismo inaugurou a promoção Vamos Festejar Juntos, que vai até o fim do mês com a festa de São Pedro, no dia 29. O melhor, porém, ainda está para acontecer. Mais precisamente, na véspera e no dia de São João — 23 e 24 de junho.

Somente em Recife, em pelo menos cinco parques, o visitante pode conhecer de perto e participar, até, da maioria das danças e provar comidas que compõem a parte mais gostosa do Ciclo Junino. O Quinteto Violado estará à disposição de todos, uma vez que se apresenta desde o dia 8 pelo Projeto Ciranda, que prevê espetáculos em todos os bairros da cidade até o dia 1º de julho. A entrada é franca.

No interior, para quem quer conhecer mais de perto as originais manifestações populares,

pelo menos três cidades devem ser conhecidas nesse período, pela riqueza de manifestações nos folguedos juninos.

Caruaru, a 132 km da Capital, onde o São João começa oficialmente no dia 23, com apresentações folclóricas, concurso de comidas típicas e espetáculos de fogos de artifício; Palmares, a 118 km, no dia 24, com a tradicional Corrida da Fogueira e Tracunhaém, a apenas 58 km do Recife, que, além de grande centro produtor de cerâmica artesanal, tem programação junina que começou no dia 1º de junho e termina no dia de São Pedro.

Mas em Recife é mais fácil ter um contato direto com as belas tradições do folclore junino do Estado. Na madrugada do dia 23, por exemplo, nos bairros de Água Fria, Arruda e Areias, acontece a cerimônia do Acorda Povo, em que a bandeira de São João é levada em procissão ao som de cantos, zabumbas e ganzás, com o objetivo de acordar os devotos para o início da festa do padroeiro.

Talvez único Estado a man-

ter a manifestação em seu estilo quase original, em Pernambuco o Acorda Povo sai de residências de devotos de São João antes das três horas da manhã e, à luz de velas, a procissão percorre as principais ruas dos bairros. O Acorda Povo da Vila das Lavadadeiras, no bairro de Areias, é o mais bonito apresentado em toda a Cidade de Recife.

No dia 23 de junho, véspera de São João, as comemorações começam logo no início da noite, com fogueiras acesas, refeições à base de milho verde, e consolidam-se nos forrós espalhados por toda a cidade, quase sempre organizados por grupos de pessoas por conta própria. Na área de promoções do Governo, entretanto, em pelo menos cinco locais, a festa começa às 20h.

No arraial do bairro do Cordeiro, estão programadas exposições dos Bacamarteiros — tradição e esporte sertanejo que consiste na reunião de atradores de bacamarte, arma de fogo fabricada pelos próprios atradores, que também produzem a pólvora usada nos tiros seriados — coco-de-roda, violeiros, cirandas e ainda um festival de fogueteiros. Em Boa Viagem, na área de lazer do Pina, está programado o mesmo tipo de exibição.

No Sítio da Trindade, no bairro de Casa Amarela, o visitante poderá ver desde a quadrilha matuta às apresentações de xangô; do coco-de-roda à ciranda, além de apresentações de conjuntos regionais e um forró. O Sítio da Trindade, a exemplo dos outros locais, dispõe de serviço de comidas típicas.

Existem também duas outras boas opções no centro de Recife. No Pátio de São Pedro, há a apresentação de conjuntos folclóricos, de roda de ciranda e funcionam bares e restaurantes com boas comidas típicas. Finalmente, na Praça da Torre, na Zona Leste da cidade, e para a véspera de São João, está programada a apresentação do Quinteto Violado, Banda de Pifaros, bandinhas, espetáculo pirotécnico e ainda um forró ao

Recife — Muito sol, a sombra de velhos coqueiros e inúmeros bares à beira-mar — onde a água de coco e uma cervejinha gelada são sempre muito disputadas — compõem três ingredientes que inauguram este mês a temporada oficial de verão de Pernambuco. E para o turista que chega o difícil é escolher: são nada menos de 75 praias que o Estado oferece, desde a sofisticada Boa Viagem (na Zona Sul) até as mais selvagens, como Catuama e Carne de Vaca, em Gioana (ao Norte).

Para quem vem viajando do Sul pelo litoral e entra no Estado pela PE-60 (limite com Alagoas), o ideal é fazer uma parada no Município de São José da Coroa Grande que, além da praia do mesmo nome, oferece ao visitante as praias da Várzea do Una e Gravatá. O local consta com dois hotéis (Pousada Carolina e Praia Hotel) cujos preços são acessíveis, e é apontado como uma das melhores áreas do litoral para a prática da pesca submarina. Para aqueles que gostam de passeios informais, o melhor é alugar uma jangada (os preços variam de Cr\$ 15 a Cr\$ 20) e subir o rio Una até onde ele entra numa mata, formando um longo túnel verde, o que empresta ao visitante o sabor de estar vivendo uma aventura.

São José da Coroa Grande, no entanto, não é a única opção do litoral Sul de Pernambuco. E' apenas a primeira. Tamandaré, situada no Município de Rio Formoso, a 76 quilômetros do Recife, também é um lugar interessante, apesar de pouco explorado pelos turistas. Mas é a cidade do Cabo, vizinha à Capital, que oferece

seis lindas praias aos turistas, e Gaibu é a mais procurada pelos recifenses devido às facilidades de acesso.

Junto a Gaibu fica Itapuama, praia preferida pelos surfistas, pois em quase todas as outras o mar é tranquilo demais. Outra muito procurada na Zona Sul é Porto de Galinhas, famosa pelas suas águas cristalinas e que durante a semana é ocupada apenas por pescadores. Aos domingos e feriados ela se transforma numa festa com inúmeras e coloridas barracas que invadem a beira-mar. Convém providenciar mantimento, pois Porto de Galinhas apesar de ser uma bela praia, ainda não conta com um serviço de infraestrutura turística.

Já no Grande Recife o turista pode em Jaboatão optar por Piedade, Candeias, Venda Grande e Barra de Jangada, mas é na própria Capital que ele vai encontrar a praia mais sofisticada do Estado: a de Boa Viagem, distante apenas cinco quilômetros do Centro. E' ponto de encontro da juventude dourada do Recife, e lá se multiplicam as barraquinhas vendendo água de coco, e os bares servem tira-gostos regionais acompanhados de deliciosas batidas ou de um chopinho gelado.

Em Boa Viagem há hotéis de todo tipo, desde Miramar e o Vila Rica (os mais luxuosos da área), até Saint Malo e 200 Milhas, cujos preços são bem baixos (de Cr\$ 80 a Cr\$ 120). Há ainda aí o Casa Grande e Senzala, onde, além de ser servido por mucamas e escravas, o visitante disputa um variado cardápio, que en-

globa todo tipo de prato regional, desde a muqueca à linguíça do sertão.

Na Zona Norte o turista dispõe de praias que vão desde Olinda (que concentra Casa Caída, Rio Doce e Bairro Novo, entre outras) até Ponta de Pedras, no Município de Goiana, e que é uma das mais bonitas do Estado. E' aí também que fica Catuama e Carne de Vaca, ambas do tipo selvagem e que, apesar de terem acesso difícil, são muito admiradas pela tranquilidade que inspiram ao visitante.

Além das praias de Paulista, como Maria Farinha, Janga e Pau Amarelo, o turista pode optar também por uma ilha, a de Itamaracá, distante 50 quilômetros de Recife e com lindas praias, como as de Jaguaribe e Orange, sendo que a última abriga um forte construído em 1631 e tem uma paisagem que ainda conserva o aspecto de três séculos atrás. Para se chegar à Itamaracá toma-se a BR-101 e em seguida a PE-35, sendo que a ilha é ligada ao continente pela ponte Getúlio Vargas.

Itamaracá tem um bom hotel, o Caravela, situado na praia do Pilar, a parte mais social da ilha. Para quem deseja um passeio descontraído, no entanto, o ideal é passear até a praia de Jaguaribe. E ao chegar à beira do rio paga-se Cr\$ 1 por pessoa ao seu Severino, que vive de transportar de barco, gente de um lado para outro do rio. E' aí que se localiza a praia do Pontal, desconhecida, deserta, chela de coqueiros e cuja paisagem entusiasma a qualquer turista.

A missa do vaqueiro, em Serrita, Pernambuco, o maior evento do homem sertanejo, além de ser uma tradição do povo, era veiculado como um grande espetáculo, mostrando a fora e a fé do nordestino .



Depois da Missa, o rodeio faz parte da festa

Luzanira Rego

CERCADOS por plantas da caatinga — Imburanas, xique-xiques, mandacarus e cactus, mais de uma centena de vaqueiros nordestinos celebram, domingo, dia 20, em pleno sertão do zaripe pernambucano, um encontro místico, encorados e carregados com guarnições de padaria, carne de sol e farinha de mandioca, eles repetem há mais de dez anos o mesmo ritual marcando, na Missa do Vaqueiro, o misto de religiosidade e valentia do homem nordestino. Transposta dos limites do Sítio das Lajes, no município de Serrita (a 584 quilômetros do Recife), onde se iniciou, a Missa do Vaqueiro chegou ao calendário da região como uma das mais autênticas manifestações da cultura popular nordestina.

Coroando uma programação que inclui aquejadas, desafios de viola, aboios, comidas e bebidas típicas do sertão, a missa foge à burguêsia tradicional e incorpora símbolos próprios dos vaqueiros. No ofertório, os cavaleiros vão ao altar em suas montarias e ali, armando-se, depositam gibão, perneira, chapéu, sela, esporas e outras peças de vestuário próprio ou de adorno dos cavalos. Na comunhão, as guarnições saem dos alforjes e se transformam em alimento sagrado, divididas entre os vaqueiros num testemunho de solidariedade.

Nascida entre o gado aboiado e as conversas ao pé das porteiras, a idéia de celebrar uma missa em tributo à vida vaqueira do sertanejo nordestino teve raízes mais fortes que as meramente religiosas. Sua fonte foi o protesto contra a vida dura e perigosa dos nascidos na região e que levou à morte, em julho de 1954, o vaqueiro Raimundo Jacó. Nunca se esclareceu se foi morto ou se fora traído pelo sertão que bem conhecia. Sem importar o motivo, a morte fez de Raimundo Jacó o mártir dos vaqueiros nordestinos. E transformou a missa em sua memória numa oportunidade, para os turistas, de penetrar na rude cultura do sertanejo.

Nenhum espaço abrigaria melhor uma missa de vaqueiros: o Sítio das Lajes é uma terra gretada como todo o solo nordestino, cercado por uma vegetação raquítica e povoado por gente humilde. Em julho, transforma-se num cenário especial. Na sexta-feira (dia 18) começam as vaquejadas, os desafios de violeiros, os forrós, varando a madrugada, os aboios (cantos de trabalho dos vaqueiros, de origem árabe) marcam o compasso profano da programação. A festa se intensifica no sábado, com a chegada da maioria dos turistas ao Parque Nacional dos Vaqueiros, onde se instala o altar para a celebração da missa no domingo, a partir das 9 horas. Diversas agências no Recife programam excursões para a Missa do Vaqueiro que incluem visitas a cida-

des situadas ao longo dos 584 quilômetros, desde o litoral ao Parque dos Vaqueiros.

Desde Recife, um amplo painel da terra e da gente nordestina se desdobra diante dos que vão rumo à Missa do Vaqueiro. Em Caruaru, a 130 quilômetros, entrando no agreste, está o Alto do Moura, maior centro de arte figurativa da América, assim classificado pela Unesco. Ali estão os melhores ceramistas do país e se ergue o Museu de Vitalino, com suas inimitáveis peças de barro. Seguindo adiante, está Triunfo, cidade serrana, conhecida por suas flores e frutas, onde se erguem o Museu do Cangaço e as Furnas dos Holandeses e das Lajes, com inscrições rupestres.

INDICAÇÃO

Para quem prefere desfrutar dos três dias da programação no Sítio das Lajes, há variedade de locais para hospedagem. Em Serra Talhada há o Hotel das Palmeiras (duas estrelas, diária de Cr\$ 180,00) a altura do quilômetro 416 (tel.: (081)831-1029) e a Pousada da Serra (uma estrela, diária de Cr\$ 80,00; tel.: (081)831-1476). Salgueiro oferece o Eplanada Hotel (Cr\$ 100,00 a diária; tel.: (081)921-0322), o Sertão, Cr\$ 105,00 a diária; tel.: (081)921-0071). Caruaru tem o Hotel do Sol (diária de Cr\$ 528,00 — tel.: (081)721-3658) e o Centenário (diária de Cr\$ 205,00 — tel.: (081)721-0111). Em todos esses locais há pousadas simples, não classificadas pela Empresa de Turismo de Pernambuco, mas que podem ser uma boa escolha.

Matéria 80 – No sertão, a festa e a missa do vaqueiro – 16/07/87.

O museu do Cangaço, criado em 1970, em Triunfo (PE), com um acervo de 100 peças preservado no colégio de freiras Lar Santa Elizabeth, mantido por franciscanas, chamava a atenção da população e da mídia pelas raridade de artefatos que ajudavam a compreender esse fenômeno de banditismo, para alguns, que aconteceu no Nordeste brasileiro, sendo Lampião e Maria Bonita os maiores nomes.



UMA CABAÇA NA QUAL OS CANGACEIROS CONSERVAVAM A ÁGUA FRESCA PARA A TRAVESSIA DA CAATINGA

O CANGAÇO PRESERVADO NUM COLÉGIO DE FREIRAS

Graça Lima e Silva
Fotos de Natanael Guedes

Triunfo, Pernambuco — Numa pequena sala do Lar Santa Elizabeth, um convento de freiras, estão expostas as primeiras 100 peças reunidas pelo Museu do Cangaço, uma idéia nascida há sete anos e logo encampada pela irmã franciscana Maria José e alguns habitantes desta cidade sertaneja. O grupo tem enfrentado muitas dificuldades, mas a religiosa não desiste de

continuar a arrecadar armas, roupas, livros e tudo mais que de alguma forma se relacione com Lampião e seu bando.

A própria cidade onde o museu começou a ser instalado faz parte da história do cangaço. Triunfo fica a apenas 32 quilômetros de Serra Talhada, onde nasceu Lampião, e foi assaltada diversas vezes pelos cangaceiros. Hoje o

município tenta se transformar em centro turístico, usando como atrações a sua temperatura amena — um contraste com o clima quente de quase todo o sertão — o vale que circunda a cidade e o Museu do Cangaço.

O museu foi criado em 1970. Uma sociedade mantenedora foi formada com a contribuição, por sócio, de Cr\$ 3,00, "o que é muito pouco para comprar as peças de que precisamos", queixa-se a freira, acrescentando que a verba arrecada dos 100 sócios é a única fonte de renda de que dispõe.

O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, presidido pelo sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre, demonstrou interesse em apoiar o trabalho mas condicionou a ajuda à instalação do museu em prédio adequado. A Prefeitura de Triunfo, até agora, não doou terreno ou casa à instituição. A diocese da região concordou em ceder uma casa, por tempo indeterminado. As próximas tentativas da freira serão junto ao Governo do Estado e Ministério da Educação. Além da falta de dinheiro, ela enfrenta outro problema: foi transferida para o Recife no ano passado.

Conseguir peças nem sempre é fácil e exige tempo e paciência. Muitas vezes uma viagem a um lugar distante resulta na aquisição de apenas dois ou três objetos. Numa destas viagens, a freira e mais três pessoas foram a Nazaré, um povoado de Floresta dos Navios, também no sertão, onde vivem alguns parentes de Lampião. Um deles não pretendia se desfazer de pertences do cangaceiro; outro só a muito custo concordou em entregar alguma coisa, em troca de dinheiro. A comitiva acabou adquirindo apenas uma chaleira, uma bandeja pequena, uma chave quebrada e uma telha.

A primeira peça doada ao museu foi um punhal de Lampião, dado de presente pelo próprio cangaceiro a um morador da cidade. Armas, balas, utensílios domésticos, roupas, sapatos, chapéus que pertenceram ao bando ou são ca-

A gastronomia nordestina, com seus frutos do mar (lagosta, marisco, camarão, ostras), carne-de-sol, queijo assado, peixada, canjica, pamonha, peixe de coco, feijão de coco, pirão sarapatel, panelada era reverenciada nas matérias de Letícia Lins e nas fotografia de Natanael Guedes.

PEGANDO TURISTA PELA BOCA

Letícia Lins

Fotos de Natanael Guedes

RECIPE — Peixes de todos os tipos (tainha, cioba, pescada, cavala, curimã), feijão, arroz, bredo (conhecido no Rio como caruru), tudo à base de coco, são os pratos que durante a Semana Santa predominam no Estado, onde o dendê quase não aparece — a não ser no vatapá — e a pimenta surge com muita moderação ao contrário do que acontece na Bahia.

Dal porque a Secretaria de Turismo e a Empresa de Turismo de Pernambuco — Empetur — estão lançando uma campanha agressiva, defendendo com unhas e dentes a cozinha pernambucana, "menos carregada" nos temperos fortes, agradando por isso aos turistas do Sul. Se ela antes não existia oficialmente, agora constará obrigatoriamente do mapa turístico brasileiro. O Secretário de Turismo, Francisco Bandeira de Melo, lembra que apesar dos esforços pioneiros do sociólogo Gilberto Freyre — que no livro *Açúcar* valoriza não só receitas de doces como a técnica de apresentação — a cozinha pernambucana era esquecida. Mas esta é uma identidade cultural que precisa ser preservada. "A todo custo."

— Temos procurado a valorização de nossa cozinha, fazendo reviver pratos tradicionais, que tenderiam a desaparecer em face da presença pragmática da cozinha industrial. Estamos editando folhetos com o cardápio característico de cada ciclo — carnaval, Semana Santa, São João e até Natal — e enviando a hotéis e restaurantes. Também promovemos concursos de doçarias e licores anualmente, cujas receitas são cadastradas, com os endereços das doceiras e licoreiras, sejam elas amadoras ou profissionais. Pretendemos fortalecer o artesanato culinário pernambucano — comenta Bandeira, de Melo.

É assim que as pastas de caju da cidade de Nossa Senhora do Ó, as galinhas de leite (doces) de Afrânio; os biscoitinhos quero mais de Garanhuna; as fritadas de caranguejo ou as agulhas (pequenos peixes) fritas de todo o litoral passam a figurar agora no roteiro turístico de Pernambuco. Para a Semana Santa, foram distribuídas receitas de pratos como o peixe e o arroz de coco, de doce de umbu e umbuzada, já que esta época se caracteriza pela presença do fruto regional em todas as feiras e se realiza — na cidade de Caruaru — a Festa do Umbu. Eis algumas receitas distribuídas a hotéis e restaurantes pela Empetur:

PEIXE DE COCO

Um quilo de peixe (em postas), dois cocos, duas colheres de azeite doce, óleo para fritar o peixe, uma cebola, dois tomates em rodelas, meio pimentão em rodelas, um dente de alho, um molho de coentro e cebolinha (inteiro e amarrado).

Raspe os cocos e retire o leite grosso. Com quatro xícaras de água quente, passe as raspas no liquidificador, penetrando-as a seguir. Salgue o peixe e deixe descansar uns 15 minutos. Enxugue as postas e passe na farinha de trigo para fritar (sem tostar). Refogue no azeite a cebola, o alho, e coloque o resto dos temperos, juntando-os ao leite de coco fino, mexendo sempre para não talhar. Quando ferver acrescente o peixe e o leite de coco puro e deixe o molho engrossar (ao servir, retire o coentro e a cebolinha).

FEIJÃO DE COCO

Um quilo de feijão mulatinho, um coco grande, temperos secos e verdes.

Cozinhe o feijão em água e sal. Quando estiver bem cozido, escorra o caldo. Passe na máquina de moer carne; a seguir, passe em peneira de palha. Faça o molho com leite de



coco, tirado grosso, e temperado com coentro, cebolinha, pimentão, alho, extrato de tomate, vinagre (uma colher das de sopa), tomate e azeite. Refogue o feijão peneirado nesse molho.

ARROZ DE COCO

Melo quilo de arroz, um coco grande.

Raspe o coco e tire o leite grosso, espremendo em um pano. Ao bagaço, junte dois copos d'água, passe no liquidificador e peneire. Junte ao leite de coco fino o arroz e o sal a gosto. Quando o arroz estiver quase cozido, junte o leite de coco puro, mexendo de vez em quando até secar.

O potencial turístico nordestino passou a ter mais veiculação na mídia a partir de meados dos anos 70, quando começa a se criar uma infra-estrutura de estradas, aeroportos e hotéis. Nos anos 80, ele se intensificou, e o Nordeste, através da Embratur, passa ter mais divulgação não só em nível doméstico mas também internacional.

6.3. Gente de expressão

Entre os intelectuais e artistas nordestinos, o JB deu destaque ao sociólogo Gilberto Freyre, ao cantor e compositor Luiz Gonzaga, ao pintor João Câmara, ao escritor Ariano Suassuna, ao cantor e compositor Alceu Valença, a cirandeira Lia de Itamaracá, ao poeta João Cabral de Melo Neto, ao ceramista Francisco Brennand, ao compositor Lourenço da Fonseca (Capiba), mostrando a agenda da sucursal de Recife no JB.

Desses, o intelectual Gilberto Freyre foi quem mais ocupou espaço no JB, sendo também um de seus colaboradores em matérias especiais, tendo direito a páginas inteiras de entrevista, a um caderno especial sobre sua vida e obra, na comemoração de seus 80 anos de idade e nos 50 anos de *Casa Grande e senzala*, sua obra mais expressiva, por tratar da formação do povo brasileiro e pela tese que defendia de democracia racial.

Os 50 anos de frevo de Capiba, compositor de mais de 200 músicas, foi bastante comemorado no Recife, e o JB não deixou de registrar esse momento importante para o compositor e a cidade que faz o povo “ferver” durante o carnaval. A matéria 85, feita pela jornalista Leticia Lins, mostra as homenagens para Lourenço da Fonseca em suas bodas de ouro desse ritmo tipicamente pernambucano.

A trajetória de vida do escritor paraibano Ariano Suassuna, dando destaque a sua principal obra o *Auto da Compadecida*, seu posicionamento político, suas idéias sobre a imortalidade, o trauma que sofreu por conta os assassinato do seu pai, o ex-governador João Suassuna, em 1930, são narradas na matéria.

Artista nordestino nacionalmente conhecido tanto pelas elites como pelo povo, Luiz Gonzaga foi o que deu mais visibilidade a região, nos anos 70 e 80, e quem mais a divulgou através da música, de seu ritmo e de suas letras. Genuíno, sensível aos problemas da terra, Gonzagão era o rei do forró, do xaxado e do baião. Com o seu

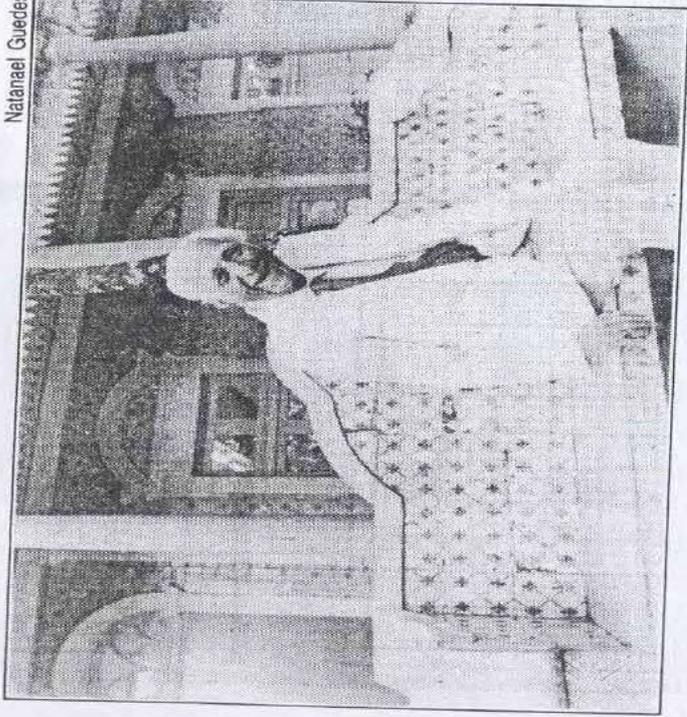
chapéu de couro, gibão e sanfona, Gonzaga impunha um estilo próprio de vestir e de cantar. Suas músicas falam da asa branca, do assum preto, da triste partida do nordestino que migra fugindo da seca, do sertão, do sol nordestino. Sua morte mobilizou multidões e a mídia deu muita cobertura, inclusive o JB (matéria 88).

peças de teatro, suíte nordestina de Cap...

deu, egeia, imagens sombrias do tra...

GILBERTO FREYRE, UM CIENTISTA QUE QUER SER COMPREENDIDO

Natanael Guedes



RECIFE — As vésperas de inaugurar a exposição, 50 Anos de Casa Grande e Senzala no Rio de Janeiro, Gilberto Freyre, mais uma vez, surpreende. Principalmente aqueles que esperam ouvir do cientista palavras difíceis e hermética erudição. No auge de seus 83 anos, o pintor, poeta, sociólogo, antropólogo e escritor faz uma advertência: abaixo o Sociólogo, o Antropólogo e o Filósofo. E vai mais longe. Sem tener entrar em choque com a comunidade universitária nacional, confidencia: também é contra o Pedagogo (referência ao PhD nordestino, equivalente ao Doutorado em das universidades brasileiras).

"Mas generalista do que especialista" — como ele costuma se autoproclamar — Freyre confessa: "não gosto de ser lido como especialista do tipo PhD. O Pedagogismo já se tornou uma coisa. E por ser uma coisa, é deformadora dos assuntos, porque pretende comprimi-los em especialismos os mais estreitos". Ele assegura ter colhido bons frutos da sua opção de generalista: "Voltando-me para o meu trabalho, só posso me congratular por ter seguido essa tendência. Creio que toda grande obra, em qualquer ciência, em qualquer arte ou filosofia é, necessariamente, um trabalho generalista e não circunscrito ao especialismo fechado".

Ratifica o que diz, citando Casa Grande e Senzala, a mais conhecida de suas obras, e que ele considera a mais "terminal", por ter dado origem a quase

70 outros trabalhos que escreveu, nestes 50 anos:

— Aliás, uma das inovações do livro é justamente a linguagem **transerudita e transpecializada**. Eu posso até criar termos, mas os extraio do nosso cotidiano. Escrevo em português abrasileirado, e não em Sociólogos, Antropólogos ou Filósofos.

Freyre afirma não guardar magoas de críticas mordazes que, vez por outra, são dirigidas à sua principal criação, que consegue, ao mesmo tempo, ser avaliada, criticada, elogiada com isenção e até mesmo patulhismo. Ele diz compreender o **patulhismo ideológico** que alguns impõem ao livro, mas justifica, orgulhoso: "Um livro normal provoca discussões, divergências ou contestações. É possível que ele tenha alguma coisa para despertar isso".

Reclama, no entanto, do desca-

com que a obra é encarada nas universidades e escolas brasileiras, embora seja recomendada em centenas delas:

— Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco e o próprio Rui Barbosa também são esquecidos, infelizmente. Não têm a atenção merecida. Do último se confessa um grande admirador: "sou acusado de ser anti-Rui, mas isso não é verdade. Acho apenas que ele usava uma linguagem especificamente erudita. Era um

homem essencialmente jurista e político, e que deveria ter falado do Brasil com maior amplitude. No Rio, farei um confronto entre a obra especialista de Rui e a generalista do autor de Casa Grande e Senzala.

Gilberto Freyre evoca Rui, porque é justamente na Fundação Casa de Rui Barbosa que ele estará, às 18h de hoje, para inaugurar a exposição **50 Anos de Casa Grande e Senzala**. Na realidade, o cinquentenário do livro ocorreu em 1983. Mas naquele ano a mostra ficou circunscrita ao Recife e São Paulo. Agora percorrerá 11 Estados. E o sociólogo pretende comparecer a todas elas, "se for convidado". Gilberto Freyre passou os meses recolhido à intimidade de seus pais e aquarelas, na paradisíaca ilha de Ilamaracá, litoral norte de Pernambuco, de onde voltou disposto e descontraído. Dá seu expediente normal na Fundação Joaquim Nabuco. Coloca a correspondência em dia e faz contatos com editoras do Brasil e do mundo.

Aos carocas que querem se aproximar das raízes brasileiras, fica o conselho: fazer uma visita à exposição. São, ao todo, 20 painéis com mais de 120 fotografias alusivas ao autor e ao seu principal trabalho. **Revir, também, textos, gravuras utilizadas no livro, e até mesmo o selo comemorativo do cinquentenário da primeira edição, que foi criado por Ivan Wasth Rodrigues, um dos autores que transformaram Casa Grande e Senzala em livro acessível até mesmo para crianças, através de Casa Grande e Senzala —**

Aos 83 anos, a disposição de Gilberto Freyre é ótima: ele estará hoje no Rio para a inauguração da mostra

Matéria 84 – Gilberto Freyre, um cientista que quer ser compreendido

CAPIBA, ANO 50 DO FREVO

Leticia Lins

Autor de mais de 200 composições, Lourenço da Fonseca Barbosa, Capiba — 76 anos, 50 dos quais dedicados à música em geral, e ao frevo em particular — acaba de ser homenageado pela passagem do cinquentenário de sua vida artística. Promete novas músicas, um livro de memórias e faz o "passo" (coreografia do frevo) com o mestre Gilberto Freyre. É tema de uma exposição montada pela Fundação Joaquim Nabuco, que retrata toda a sua trajetória, desde os tempos da Jazz Band Campinense Club, a rápida passagem pela bossa nova, a consagração nacional, na voz de Nelson Gonçalves, com Maria Betânia, e toda uma vida dedicada ao frevo. No final, entre confetes e serpentinas, um desabafo amargo: o fato de o frevo só ser executado no carnaval, quando para ele, é música para ser tocada o ano inteiro. E repete uma frase muito sua: "Se esse ritmo fosse americano, já teria dominado os quatro cantos do mundo."

RECIFE — A homenagem ao cinquentenário da vida artística de Capiba — advogado por acaso, bancário (já aposentado) por necessidade, e compositor por vocação — foi rápida, mas significativa: incluiu momentos solenes — como a entrega de uma medalha pela Fundação Joaquim Nabuco — e outros totalmente informais e descontraídos, como a explosão de confetes e serpentinas, no Auditório Benício Dias, onde suas valsas e frevos foram executados, e ele, os amigos e até mesmo o sociólogo Gilberto Freyre não resistiram ao ritmo. De mão dadas — no melhor estilo pernambucano — todos caíram no passo, com muita alegria.

As comemorações pela passagem de meio século de uma vida toda dedicada à música começaram pela inauguração de uma exposição, montada pelo Departamento de Museologia da Fundação Joaquim Nabuco, na qual estão sendo exibidas desde medalhas e condecorações, até discos, fotogra-

fias e aquarelas da face pouco conhecida de Capiba, que nas horas vagas, brinca com tintas e pincéis e se transforma em despretensioso pintor.

Ingenio nas telas — ele faz questão de dizer que isso é um passa tempo — também faz questão de não se desligar de suas origens. Assim, os quadros retratam sempre cenas nordestinas, seja um Cristo perdido na caatinga, um São Jorge vestido à sertaneja, um pastoril ou uma ciranda. A mostra inclui 30 medalhas e condecorações, oito troféus, 12 discos (agora raros), 12 painéis iconográficos, retratando desde a infância em Campina Grande até os dias atuais, quatro painéis com partituras musicais (marchas, sambas, valsas e frevos) e ainda sete quadros de sua autoria, como pieta, santa ceia, pastoril e uma briga de galo.

Depois de inaugurada a exposição, alguns momentos com velhos amigos reunidos, um plano de caldo, uma orquestra e a execução de valsas antigas que as emissoras de rádio não tocam mais. A presença de cantores que outrora fizeram os carnavais recifenses — como Maria Paríolo — e do seresteiro Expedito Baracho. A execução de músicas como Maria Betânia. Recife, cidade leodária. Canta, meu amor, Frevo meu bem, Frevo em ciranda, O anel que tu me deste, A pisada é essa, Seu Laudelino e quem manda. O Auditório Benício Dias, da Fundação Joaquim Nabuco, estava superlotada de amigos e admiradores. A presença de todos os integrantes da orquestra da Fundação Cidade do Recife dá maior amplitude à festa.

Após receber a medalha do Mérito do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (porque instituída à época em que a entidade não era Fundação), Capiba pede o microfone, faz um rápido relato de sua vida. Troca os óculos — para enxergar mais longe — e se diz gratificado pelo auditório cheio. Emocionado, quando surgem os primeiros acordes, chega às lágrimas, quando duas pessoas do auditório — Miriam Brindeiro e o violonista Manoel Torres Figueiredo — apresentam uma composição em sua homenagem, dizendo que estão com saudades de suas músicas, que não são ouvidas com frequência. E cantam Apelo a Capiba, cuja letra é a seguinte:

"Capiba/ Capiba/ cadê tuas velhas canções?/ Ternuras e miguós antigas/ Que encantavam nossos corações/ Capiba/ Capiba/ queremos novas emoções". E prosseguem, lembrando os títulos de algumas composições suas: "Recife, cidade leodária/ Olinda, cidade eterna/ Igarassu/ Cais do porto/ Maria Betânia/ Rosa amarela/ tão belas".



Capiba no passo do frevo, junto ao casal Gilberto Freyre, na homenagem do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Depois, chega o cantor Claudionor Germano — intérprete das músicas de Capiba há mais de 25 anos — e canta vários frevos. O auditório cobra outros. Pede bis. As serpentinas começam a explodir, os confetes se espalham pelo ar, e o Auditório Benício Dias se transforma em alegre e carnavalesco salão. Capiba canta, faz o passo, enxuga as lágrimas. Dança com a mulher, tira o paletó, é todo alegria. Faz o passo com o mestre Gilberto Freyre. A festa está perto do fim. Claudionor Germano canta Cala a Boca, Menino, sucesso dos carnavais pernambucanos há quase duas décadas:

"Sempre ouvi dizer/Que numa mulher/Não se bate/Nem com uma flor/ Loura ou morena/Não importa a cor/ Não se bate nem com uma flor/Já se acabou o tempo/Que a mulher só diz/então/Xô galinha/Cala a boca, menino/Ai, ai não me dê mais não."

Todos dançam e cantam. Capiba é cumprimentado. Final da festa, abraços dos amigos e um desabafo amargo:

"O frevo é o melhor ritmo do mundo. Contagia a todos. Se fosse americano, já teria dominado os quatro cantos do mundo, seria universal. Mas como é brasileiro, nordestino e pernambucano, as emissoras locais de rádio tocam o rock, mas não executam a nossa música."

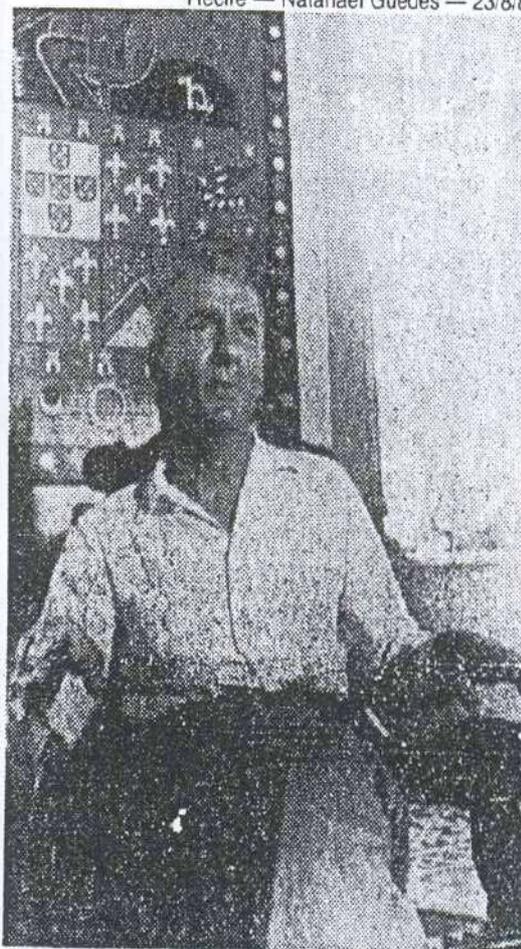
Claudionor Germano, o intérprete, aproxima-se, e complementa as palavras do seu compositor predileto: "No Recife, a Capital do frevo, apenas duas emissoras de rádio têm programação dedicada ao assunto. É melhor que nada. Mas também não é certo. O público gosta de variação. E, sendo assim, o frevo deveria ser executado durante todo o ano e o dia todo, em horários intercalados ao lado de outras músicas." E indaga: "Por que essa discriminação?" E responde: "Talvez tudo isso parta do fato de que muitos consideram o frevo como música de carnaval. Mas isso é um preconceito que precisa ser derrubado. Frevo é música, e música é para o ano inteiro."

Trajatória de um imortal

Foi a peça *O auto da compadecida*, escrita em 1955, que abriu as portas das grandes editoras para o paraibano Ariano Suassuna, 61 anos, ao estourar em 1957 no Teatro Dulcina. Abriu e fechou por longos 14 anos, até que a Editora Agir decidiu publicar em 1971 seu segundo livro, *A pena e a lei*. Isto por que *Auto da compadecida* teve karma idêntico ao do autor, sempre atacado à direita e à esquerda. A peça enfrentou problemas com a censura do Governo JK e foi considerada, “pelos trotskistas”, alienada, elitista, católica e obscurantista. Uma polêmica até normal para um autor que se definiu politicamente como “monarquista de esquerda”, mas se arrependeu amargamente de tal classificação — “Se eu soubesse que causaria tantos equívocos jamais falaria em monarquia.” Há dois anos, quando confirmou a simpatia da realeza pela ultradireitista TFP (Tradição Família e Propriedade), se anunciou “apenas de esquerda”. Para este novo esquerdista, a Nova República é “semivelha” e a solução do Brasil está num líder que encarne uma fusão de Antonio Conselheiro com Getúlio Vargas.

Depois de lançar o movimento da música armorial nos anos 70 e se despedir da política e do “povo das rodas literárias” em carta ao *Diário de Pernambuco* em 1981, o artista descobriu que sua análise do Brasil sempre esteve atravessada pelo trauma do assassinato do pai, o ex-governador João Suassuna, morto em 1930 durante uma guerra entre o poder rural que representava e a **urbanidade** da Aliança Liberal. Sem ajuda da psicanálise — “O nordestino é avesso a essas coisas” —, Ariano percebeu que sempre opôs o urbano ao rural, como se alternassem sempre os papéis de

Recife — Natanael Guedes — 23/8/85



Ariano Suassuna

Bem e Mal na História do Brasil. “Canudos era um arraial socialista, monárquico e rural contra a burguesia urbana, capitalista e positivista. No meu livro *A pedra do reino*, tentei unir, no fundamental, Princesa Isabel a Canudos. O assassinato de meu pai me impediu de ver que não há esta oposição”, comentou ao romper o silêncio há dois anos. Ele critica o escritor Mario Vargas Llosa pela “falsificação” de Canudos em *Guerra do fim do mundo* com a energia do nordestino que acha “a vida dura para quem é mole”. Vem desta cultura da força também a convicção de que é um ser imortal: “Só morre quem está de acordo com a morte e, por isso, não vou morrer. Toda morte é no fundo um suicídio.”

O Quixote do chapéu de couro

João Máximo

Com sua sanfona de oito baixos, sua voz sonando a sertão, suas canções que falavam não só das alegres festas modestas — mas também das tristezas e injustiças sociais de sua terra — Luís Gonzaga mudou a música popular brasileira. Foram seus balões, seus xaxados, seus xotes e suas toadas que abriram caminho para todo artista que, depois dele, pôde cantar cá por baixo as coisas lá de cima. O que inclui nomes de estórias tão diversas como Alceu Valença e Caetano Veloso.

Sozinho, como um Quixote de chapéu de couro, quis furar a onda da música norte-americana que invadiu o Brasil na década de 40, para mostrar ao país como se dançava o baião e como se fazia um forró. Foi grande e bastante para transformar a lição em tradição. E mais: ensinou ao brasileiro o caminho para a redescoberta de toda uma cultura nordestina, em baixa desde que as Turmas da Mauricéia saíram de moda, em fins dos anos 30. Fez tudo isso com grande personalidade e enorme talento.

Não parecia ter muita consciência de seu valor. Em 1971 — quando ele próprio começava a ser redescoberto, depois de uma dessas atitudes que a moda costuma causar nos consumidores de música — não sabia explicar ao *Farejador* de música — não repentina volta à tona: "É melhor você falarem de mim, porque eu mesmo não sei o que sou, não sei porque falei de mim. Eu não entendo nada, eu vou levando. Pra mim tanto faz. Que é bacana, é, mas deixa o povo falar..."

Luís Gonzaga do Nascimento nasceu numa fazenda do Ecu. Interior de Pernambuco, em 13 de dezembro de 1912. Apoiada a



cama e depois foi tirar satisfações com o homem em plena feira, na frente de todo mundo. Parece que o pai da moça foi queixar-se à mãe de Luís, dona Santana. Outro atrevimento daquele poderia acabar em sangue. Luís, mesmo com seus 18 anos de idade, levou uma surra da mãe. A indignação deu lugar à humilhação. Achou melhor desistir da namorada, juntar a roupa, fazer a trouxa e fugir de casa.

Foi para o Ceará, entrou para o Exército, tornou-se cabo corneteiro, viajou muito. Em São Paulo, deu baixa e comprou uma sanfona. Com ela, tomou um trem e desembarcou no Rio decidido a viver de música. Toco onde pôde, inclusive no Mangue, cujos botecos, na época, eram animados por pequenos grupos musicais. Em 1941, participou do programa de calouros de Ary Barroso, tocando e cantando uma composição sua: *Vira e mexe*. Foi o começo da sucesso.

Quando teve chance de profissionalizar-se no rádio — então o principal veículo da música popular — os ritmos nordestinos eram geralmente considerados de mau gosto pela mídia mais intelectualizada (os críticos de hoje diriam catona, brega ou Afrosch). O que quer que fossem regionalista fazia as elites torcerem o nariz. Quando muito, aceitava-se, sem se levar muito a sério, as duplas caipiras e sertanejas, mesmo que nelas atuassem músicos excepcionais como o Batinho da parreira com Jararaca. Mas Luís, desta feita sem talagrada de oana, tomou coragem mais uma vez. Na própria Rádio Nacional teve de vencer os obstáculos do internacionalismo. No dia em que apareceu diante do diretor Floriano Paisani, vestido de camagreiro, com aquele insólito blusão de Lampião, bar-

6.4. Comentários

Durante as décadas de 70 e 80, o Nordeste brasileiro ocupou grande espaço na mídia impressa. O JB foi um dos jornais de grande circulação brasileira que com suas sucursais e correspondentes não apenas mostrou as feridas abertas da região, seus estereótipos, seu lado miserável, suas cheias e secas, mas também a bravura do seu povo, seus intelectuais e artistas, sua vasta cultura, sendo um lugar cheio de sol, praias, coqueiros e uma gastronomia rica em frutos de mar e frutas tropicais.

Com o Caderno Nordeste, o JB imprimiu em suas páginas o espírito contagiante do milagre econômico, em 1975. A idéia de desenvolvimento transbordava, mesmo se vivendo num regime sem democracia. Servia muito mais como informe publicitário, prestação de contas dos governos estaduais e federal, por isso veiculou uma imagem mais positiva na região, com exceção dos Cadernos 1977 e 1980.

Não só o cenário político nacional interferiu no tipo de Nordeste que emergiu na mídia, mas também o campo jornalístico na época. Por exemplo, a partir de 1982, o JB sofreu uma crise financeira que acabou fechando algumas de suas sucursais, inclusive Recife, tendo que recorrer mais a seus correspondentes, impossibilitando a produção de outros cadernos Nordeste. A existência de filiais do JB nas capitais nordestinas era a certeza de que o Nordeste teria que ser agendado para seu público leitor. No próximo capítulo, vamos nos aprofundar mais nessa questão.

A imagem do Nordeste aparece mais negativa nas matérias de capa, uma vez que, dentro dos critérios de noticiabilidade, as catástrofes, o ineditismo são fatores que chamam mais atenção na imprensa do que matérias frias, relacionadas, por exemplo, à cultura, lazer e turismo. Então, enchentes, secas, greves e violência na região ocuparam mais as manchetes do JB do que outras notícias. Observa-se, também, que a intervenção, a ajuda do poder central à região, aparecendo como “salvador da pátria”, emerge a imagem de um Nordeste pobre, sem autonomia financeira, de “pires na mão”, tanto durante a ditadura militar como também durante os anos 80, quando o Brasil viveu uma de suas maiores crises econômicas, com recessão, choques econômicos, moratória, inflação, aumento da dívida externa e do desemprego.

Politicamente, o Nordeste brota como uma região estratégica para o governo federal. Então, com a abertura política, as eleições para prefeito, governador e senador

ficavam na mira da mídia e dos governantes, e os candidatos a esses cargos eletivos tomavam visibilidade e projeção na imprensa nacional, sobretudo de Pernambuco, Ceará e Bahia, os estados mais populosos e mais desenvolvidos na região.

Igualmente, nos anos 80, com o fim da ditadura, o maranhense José Sarney assumiu a Presidência da República no lugar de Tancredo Neves, em virtude do falecimento desse. As eleições diretas para Presidente da República vão colocar na agenda da mídia nacional o pernambucano, metalúrgico, fundador do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e do outro lado o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, sendo vitorioso esse último. Então, era impossível não se falar do Nordeste.

A Igreja Católica, com Dom Hélder Câmara, teve uma posição mais progressista, voltada para as questões sociais e políticas e não apenas contemplativa. A posição do arcebispo de Olinda e Recife deu visibilidade ao Nordeste, chamou a atenção da opinião pública. Ele era um ícone da igreja em Pernambuco, que tinha influência sobre seus fiéis, por isso muitos políticos nacionais e internacionais vinham a Recife visitá-lo e trocar idéias com ele.

Os escândalos, a violência, a desigualdade social, também, estiveram presentes nas páginas do JB, expondo uma região cheia de contradições, que não forma uma identidade regional única, mas mosaicada, polissêmica e heterogênea, de um lugar com um povo híbrido que convive com a tradição e o moderno não só na arquitetura de suas cidades, mas no comportamento de seu povo, na educação, economia e política.

As matérias produzidas pelos jornalistas da sucursal de Recife mostram um Nordeste que desconstrói a imagem da região como um espaço de pobreza e de alienação. Eles viajavam, desbravam a região para mostrar outros fatos que o leitor do JB precisavam conhecer, ter informação. Como a linha editorial do jornal não era sensacionalista, isso ajudou muito a propagar idéias e imagens mais positivas da região do que negativas.

O Caderno B, o Caderno de Turismo, por exemplo, davam muito destaque a região. Eram feitas reportagens de páginas inteiras, de matérias especiais, sobre a cultura, a religião, as belezas e os pontos turísticos da região. Como o JB é um jornal de circulação nacional, as matérias sobre a região tinham que ter, também, interesse de um público leitor em nível nacional.

Capítulo VII

O Nordeste brasileiro no fotojornalismo de Natanael Guedes

Quando a imprensa surgiu não tinha ilustração. Não existia fotografia. Hoje, é impossível pensar num jornal sem fotografia. Ela dá veracidade aos fatos, dá alma ao jornal, chama a atenção do leitor, mexe com o imaginário social, forma opinião, provoca sentimentos, mostra o cotidiano, a história de um povo, de um país.

A fotografia é um tipo de imagem visual. As “Imagens fotografadas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir”²⁶⁴. Elas são fração da realidade, congelam fatos, eternizam os seres humanos, emocionam, chocam; causam-nos espanto, indignação e admiração; fazem-nos apaixonar pela imagem que vemos; dar-nos alegria, trazem lembranças de pessoas que foram e não voltam mais, fazem com que nos vejamos crianças quando já somos velhos, mostram como éramos, como nos vestíamos; armazenam paisagens, monumentos e momentos; captam expressões de nossos olhares; servem de testemunho histórico; mostram como era nosso lar, nossa família e nossos animais de estimação; registram sofrimento, catástrofes, maremotos, guerras, enchentes, secas, terremotos, festas; transmitem significados culturais, denunciam a vida cotidiana, estilos de vida. São capazes de formar opinião pública, por isso, têm o poder de nos comover, de chamar a nossa atenção, de nos sensibilizar, de nos fazer agir.

7.1. Fragmentos históricos da história da fotografia

A fotografia significa etimologicamente a “escrita da luz”. Em 1500 Leonardo da Vinci criou a câmera escura. Mas, foi Nicéphore Niépce, em 1826, que realizou a primeira fotografia: uma natureza morta, através de um processo químico chamado *heliografia* que fixava na câmera escura a luz que incidia no objeto. Contudo, foram as

²⁶⁴ SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. Traduzido por José Afonso Furtado. Lisboa: Dom Quixote, 1986, p. 15.

pesquisas de Daguerre que fizeram a fotografia se tornar uma invenção oficial, em 1839, encontrando uma maneira de fixar a imagem no papel de forma duradoura²⁶⁵. Foi Antoine Hercule Florense, francês radicado no Brasil, depois de ter desenvolvido pesquisas sobre a reprodução de imagens a partir de processos químicos, quem criou o termo *photografie*, o qual se tornou usado a partir de 1839²⁶⁶.

Inicialmente, se questionava muito em que plano consistia a fotografia, se era arte ou técnica. Baudelaire foi um dos poetas franceses ilustres que não aceitava a fotografia como arte, pois acreditava que essa reproduzia apenas o cotidiano presente através de uma técnica exata e precisa²⁶⁷.

O uso da fotografia, originalmente, era utilizado pela aristocracia e alta burguesia, por pessoas ilustres, e pelo poder público. Depois, a fotografia foi tendo uma conotação mais industrial com a descoberta do cartão de visita fotográfico por Disdéri. Em meados do século XIX, a fotografia passou a se popularizar, com os estúdios fotográficos, os fotógrafos ambulantes e esses se tornavam imortais através da representação de sua imagem impressa. No século XX, a fotografia passou a ser uma grande aliada da publicidade, na venda de imagens de produtos, lugares e pessoas. No mundo da moda a fotografia ocupa posição de destaque não só na veiculação de imagens de vestuário, acessórios, mas, sobretudo, na construção da estética massiva do ideário feminino, mediadas pela indústria cultural²⁶⁸.

Atualmente, as câmeras fotográficas estão mais acessíveis, estão mais baratas, e a fotografia está mais popularizada. No entanto, há milhões de pessoas que não têm nenhuma máquina fotográfica na família, o que faz não registrar seus momentos, seus ritos, seus cotidianos. Hoje, há câmeras profissionais com vários tipos de objetiva, semi-profissional e para amadores. Máquinas analógicas, digitais, descartáveis, instantâneas para todos os bolsos, ocasiões e pessoas. A fotografia em preto e branco, geralmente, é mais utilizada por profissionais, e seu custo de revelação é mais caro, devido à procura. A fotografia em cor é a grande sensação dos usuários, uma vez que dar mais veracidade às cenas, pois a vida é em cores e não em preto e branco.

²⁶⁵ BAURET, Gabriel. *A fotografia: história, estilos, tendências, aplicações*. Lisboa: Edições 70, 1992, p. 18-9; BORGES, Vavy. *A imprensa como fonte de pesquisa histórica: e experiência de uma década na PUC-SP*. São Paulo: Cortez, 1983. Ano 2, nº 6, p. 203-39..

²⁶⁶ BORGES, Vavy. *Idem*, p. 38.

²⁶⁷ *Idem*, p. 42.

²⁶⁸ BORGES, Vavy. *Ibidem*; FABRIS, Annateresa. *Identidade virtuais.: uma leitura do retrato fotográfico*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2004, p.17.

Antes, as fotografias, necessariamente, precisavam ser reveladas por processo químico, através de banho à base de nitrato de prata e de várias drogas. Atualmente, com as câmeras digitais, qualquer impressora imprime as fotos. O fotógrafo já não precisa sair de casa para ver suas fotos impressas. O computador, através de software, pode editar fotos de acordo com as necessidades do usuário. Assim, o mundo se tornou mais visual, mais próximo, mais acessível, mais global em termo de imagem. Através da internet, é possível ver fotografias virtuais de todas as espécies, desde assuntos relacionados a sexo, turismo, gente famosa, até catástrofes, cenas de terror, criminosos, desaparecidos etc.

Com a fotografia digital, a concepção de fotografia mudou. Saber mexer com obturador, diafragma, fotômetro, filtros, lentes, flash, películas para ter uma boa imagem impressa no papel, revelada através de processo químico, que representava uma situação real, hoje, no mundo dos computadores passou a ser uma questão secundária. O truque, a simulação, a ação do homem na manipulação e no tratamento das imagens faz duvidar da veracidade dos fatos, do assunto fotografado, derrubando mitos e desconstruindo teses acerca da realidade e da imagem

7.2. Mensagem fotográfica

Inicialmente, a fotografia era interpretada como cópia da realidade. A imagem falava mais do que mil palavras, mas pouco a pouco, esse mito foi se desmoronando. Atrás dele se escondia a idéia de neutralidade. Em *O ato fotográfico*, Philippe Dubois analisa os três tempos em que a fotografia foi compreendida: como espelho do real (discurso da mimese), como transformação do real (o discurso do código e da desconstrução) e a fotografia como traço de um real (o discurso do índice e da referência). No primeiro caso, a fotografia seria considerada uma imitação perfeita da realidade, semelhante ao real, seria um signo; no segundo caso, a fotografia seria vista como arte, transformando a realidade, sendo percebida de várias formas pelo receptor, contestando, assim, a questão da neutralidade da câmara escura, como se coloca; no terceiro, a fotografia seria interpretada como um índice, uma imagem dotada de valor singular ou particular²⁶⁹.

²⁶⁹DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*; traduzido por Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1994, p.23-49.

Pierre Bourdieu foi um dos teóricos que contestou a neutralidade e a inocência da fotografia. Para ele, “normalmente todos concordam em ver na fotografia o modelo da veracidade e da objetividade (...) é fácil demais mostrar que essa representação social tem a falsa evidência das pré-noções; de fato a fotografia fixa um aspecto do real que é sempre o resultado de uma seleção arbitrária”²⁷⁰.

Ao falar sobre a dimensão social da fotografia, Bourdieu diz que “o álbum de família exprime a verdade da recordação social”, sendo uma forma de “rito de integração a que a família sujeita os seus novos membros”²⁷¹. Através da fotografia, a família consegue mostrar seus ritos de passagem, como nascimento, batismo, casamento, aniversário, morte, dentro do contexto cultural de determinada sociedade. Realça, também, a posição da mulher, do homem e das crianças; o tamanho da família, a classe social, o tipo de cabelo e vestimenta que utilizavam, o mobiliário, os utensílios domésticos, decoração, as formas de habitação. Enfim, o álbum de família tem dimensão social. Ele reflete uma época, estilo de vida, divisão social, ambiente social, afetividade, proteção, segurança

Segundo Susan Sontag, a fotografia transmite diversas mensagens. Mensagens humanistas, românticas, catastróficas, pictóricas, dor, melancolia, passando emoção, sofrimento, alegria, espanto, indignação, traços culturais²⁷².

Roland Barthes, em *A câmara clara*, diz que ao contrário da pintura, que pode simular a realidade, “na fotografia jamais posso negar que a coisa esteve lá”²⁷³. Entretanto, atualmente, isso, já não é tão real. A fotografia também simula, pois ela pode ser editada pelos computadores, podendo falsear a realidade, os fatos, dando-nos informações incorretas.

O autor acredita que uma foto pode ser objeto de três práticas (emoções ou intenções): o fazer, o olhar e o suportar. O fazer ficaria a cargo do fotógrafo, que é o *Operador*. O olhar estaria ao nível do *Spectador*, que são todos os consumidores de jornais, livros, álbuns, arquivos e coleções de fotografias. Finalmente, o *Spectrum* seria uma espécie de espetáculo, ou seja, o que é fotografado, o referente, o alvo²⁷⁴.

²⁷⁰ Apud DUBOIS, Philippe. *Ibidem*, p. 40.

²⁷¹ Bourdieu, apud Borges, 2003: 54).

²⁷² SONTAG, Susan. *Idem*.

²⁷³ BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 115.

²⁷⁴ BARTHES, Roland. *Idem*, p. 20.

Mas, é no *Óbvio e o obtuso* que Barthes fala do caráter denotativo (análogo, sem código) e conotativo (codificada) da fotografia jornalística, que se por um lado é “um objeto trabalhado, escolhido, composto, construído, tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas; por outro lado, essa mesma fotografia não é apenas percebida e recebida, é lida, vinculada, mais ou menos conscientemente, pelo público que a consome, a uma reserva tradicional de signos”²⁷⁵

Com isso, Barthes vai além do significado lingüístico da palavra, ao verificar que a imagem tem dupla mensagem: a denotativa, que não é codificada, tendo caráter analógico, aparência de cópia e a capacidade de reproduzir o real; e a conotativa, codificada, cheia de significados culturais.

Os procedimentos conotativos da fotografia, segundo Barthes, seriam: trucagem (truque fotográfico, intervenção no próprio interior do plano denotado), pose (forma que o modelo, o objeto se apresenta), objetos (são cheios de significação), fotogenia (embelezamento do objeto, sublimadas por técnicas de iluminação, tiragem e impressão), esteticismo (arte) e sintaxe²⁷⁶. No tocante à fotografia jornalística, Barthes acrescenta o texto como método conotativo, pois acredita que

O texto é uma mensagem parasita, destinada a conotar a imagem, isto é, “insuflar-lhe” um ou vários significados segundos. Melhor dizendo (...) a imagem já não ilustra a palavra: é a palavra que, estruturalmente, é parasita da imagem; essa inversão tem seu preço: nos moldes tradicionais de “ilustração”, a imagem funcionava como uma volta episódica à denotação, a partir de uma mensagem principal (o texto), que era sentido como conotado, já que necessitava precisamente de uma ilustração; na relação atual, a imagem, já não vem esclarecer ou “realizar” a palavra; é a palavra que vem sublimar, patetizar ou racionalizar a imagem (...) hoje, o texto torna a imagem mais pesada, impõe-lhe uma cultura, uma moral, uma imaginação; no passado, havia redução do texto à imagem; no presente, há uma amplificação recíproca: a conotação não significa mais uma ressonância natural da denotação fundamental, constituída pela analogia fotográfica...²⁷⁷

Esses códigos conotativos não seriam nem naturais nem artificiais, mas histórico e cultural. Assim, esses códigos seriam carregados de “gestos, atitudes, expressões, cores ou efeitos, dotados de certos sentidos em virtude dos usos de uma

²⁷⁵ BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p.15.

²⁷⁶ Idem, p. 20.

²⁷⁷ Ibidem.

determinada sociedade”²⁷⁸. Segundo o autor, além da conotação perceptiva, cognitiva existiria, também, a conotação ideológica ou ética, que acrescenta razões ou valores na leitura da imagem.

Barthes comenta que na fotografia existe o sentido óbvio e o obtuso. O primeiro seria o que está a vista, o visível, e o obtuso seria o velado, o que não se vê, o que se esconde, o que não está posto:

*Óbvio quer dizer: que vem à frente, e é exatamente o caso deste sentido, que vem ao meu encontro; em teologia, como nos ensinam, o sentido óbvio é aquele que se apresenta naturalmente ao espírito (...) obtusus quer dizer: que é velado, de forma arredondada (...) o sentido obtuso parece desdobrar suas asas fora da cultura, do saber, da informação; analiticamente, tem algo de irrisório; porque leva ao infinito da linguagem, poderá parecer limitado à observação da razão*²⁷⁹.

Em *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, Walter Benjamin, chama a atenção para o fato de que o culto à imagem nas obras de artes, a partir da fotografia, passa para o segundo plano em detrimento do valor expositivo. Para ele, enquanto o rosto humano, o homem, está presente na fotografia, ainda se tem o culto à imagem, à aura do indivíduo, entretanto, a partir do momento em que o homem se ausenta da fotografia o que vale é o seu caráter expositivo. Por isso, “não é absolutamente ocasional o fato de que o retrato tenha desempenhado um papel central nas primeiras épocas da fotografia. No culto da lembrança dos seres queridos, afastados ou desaparecidos, o valor do culto da imagem encontra seu último refúgio”²⁸⁰.

Esse culto à imagem que a fotografia nos informa, insinua, seduz, é o que a faz ser um documento que traz emoção, que mexe com a história de cada um, com o que somos, com o que fomos, quando nos identificamos com a imagem representada. Não se trata de um mero registro do passado, que fica guardado nas gavetas, nos álbuns, nas hemerotecas, bibliotecas e agora, nos arquivos virtuais. Trata-se de um documento vivo, cheio de representações, que mumifica imagens, traz sensações, recordações, lembranças de alguém ou de algo que existiu, como, por exemplo, a fotografia de uma

²⁷⁸ BARTHES, Roland. *Ibidem*.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ BENJAMIM, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 232.

criança que agora é um idoso; o registro fotográfico de uma família numerosa e que, hoje, já não existe mais, pois todos seus componentes morreram; ou simplesmente a fotografia de alguém que ontem andava com suas próprias pernas e, hoje, já não as têm.

7.3. Natanael Guedes: repórter fotográfico no furacão da história

O fotógrafo não é apenas o indivíduo que faz o clique, que aperta o botão para a imagem “congelar”. Não é, também, aquele que tem o melhor maquinário e lentes fotográficas da atualidade. Ser fotógrafo não é só um *hobby*, para muitos amantes da fotografia, uma questão de amadorismo, mas também uma profissão, e em alguns casos, um sacerdócio.

Em seu trabalho, o fotógrafo se vê o tempo todo diante de alternativas múltiplas e precisa decidir com rapidez onde vai focar suas lentes, que diafragma usar, em que velocidade, ângulo, exposição, com que olhar vai fixar seu objeto. O resultado dessas decisões e escolhas (...) reflete a personalidade do fotógrafo e, inevitavelmente, a forma como ele vê e pensa o mundo à sua volta. Cada fotógrafo interpreta as coisas do mundo de acordo com a sua formação, mas ainda com sua história de vida e as circunstâncias que o construíram como um indivíduo único (Senac, 2002: 12-3).

O ato de fotografar vai além do mero registro. É preciso ter sensibilidade, saber enquadrar a imagem que se quer imprimir, procurar o melhor ângulo, ter idéia de profundidade de campo e distância, bem como conhecer o efeito da luz sob a imagem, como mostra Miriam Moreira Leite,

As informações imediatamente visíveis provêm de dados espaciais e da inter-relação que estabelecem entre os retratos. O tamanho, as proporções, as localizações no enquadramento fornecem as primeiras informações da imagem fotográfica. O tipo físico, a indumentária, os gestos, as expressões, a distância entre os retratos, a distância e a posição da câmera e os modelos terminam exprimindo muito mais que a presença das pessoas, objetos e prédios, passando a imprimir a essas distâncias um valor positivo ou negativo²⁸¹.

²⁸¹ LEITE, Miriam (orgs.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998, p. 213-260, p. 135.

Ser fotógrafo é, também, uma questão de subjetividade, de estilo, de identidade social e cultural. Os fotógrafos, com o tempo, passam a ter um estilo próprio, a desenvolver e registrar determinadas temáticas, pois

*Cada fotógrafo privilegia e fixa um aspecto do que vê de acordo com sua intenção (...) Aliás, é por isso que se diz que nenhuma foto é inocente ou isenta, ela sempre carrega a intenção de mundo do fotógrafo (...)
Assim como é possível identificar um artista plástico pelo estilo de suas pinceladas sobre a tela, pelas cores que usa, pelo perfil das peças ou material empregado no trabalho artístico, também é possível que um observador atento identifique a autoria de uma foto, considerando algumas características da imagem que se apresenta diante de seus olhos: a temática, a luz, o ponto de vista, a composição, as cores, etc.²⁸²*

O registro fotográfico é testemunho “obtido/elaborado segundo a mediação criativa do fotógrafo. É por isso que o testemunho e a criação são os componentes de um binômio indivisível que caracteriza os conteúdos das imagens fotográficas. Qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo”²⁸³.

Portanto, o que é fotografado depende da visão de mundo de quem registra o ato fotográfico. Por isso, há fotógrafos que preferem temas sociais, mostrar a pobreza, as mazelas da humanidade; o sangue, a violência; outros fotografam paisagens urbanas e rurais; outros fotografam gente, a morte, festas, objetos, animais, artefatos, folgedos populares, edifícios, o movimento do cotidiano e da cidade. Assim, “a imagem fotográfica permite um reforçar da posição individualista quando, ao abstrair em si noções de tempo e espaço, quando deslocadas da situação que a gerou, cria uma idéia de intemporalidade e de qualquer lugar”²⁸⁴.

Uma mesma fotografia pode ter muitos significados, transmitir várias sensações e interpretações, mas pode, também, traduzir nenhum sentimento aos olhos de quem vê, causar certa indiferença. A fotografia, por exemplo, de um ente querido não tem a mesma importância para um desconhecido. Em contrapartida, fotografias de pessoas mortas de forma cruel e sanguinária, num atentado terrorista, com pessoas fora do convívio social, por exemplo, poderá chocar, causar indignação, reflexão da realidade.

²⁸² SENAC. *Fotografia*. São Paulo: Editora Senac, 2002., p.12.

²⁸³ KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 54.

²⁸⁴ KOURY, Mauro. *Imagens e Ciências Sociais*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1998, p. 78.

Desse modo, a fotografia registra episódios esporádicos do dia-a-dia, da vida pessoal, mas também pode ter cunho social, histórico, refletir o tempo, costumes, tradições e crenças de uma sociedade e de uma época.

A fotografia seria o ponto de encontro das contradições entre os interesses do fotógrafo, do fotografado do leitor da fotografia e dos que estão utilizando a fotografia. Cada um deles verá de maneira diferente a mesma fotografia, pois o ato de olhar demonstrou ser uma interação entre características do objeto e a natureza de quem o observa. Longe se ser um registro mecânico, a visão apreende na fotografia seus padrões estruturais significativos²⁸⁵.

A identidade cultural do fotógrafo interfere no seu olhar, na realidade que vai enquadrar, congelar e torná-la pública. Assim, a forma de ser, de viver e de enxergar a vida influenciou toda a fotografia de Natanael. A profunda identidade com a cultura nordestina, o desejo de mostrar a região não pelo aspecto negativo, mas pelo que o local tem de melhor, fez com que a maior parte de suas fotografias não fosse de denúncia e de cunho social, quando relacionadas às matérias frias, pois “mesmo quando os fotógrafos estão muito mais preocupados em espelhar a realidade, ainda são assediados por imperativos de gosto e de consciência”²⁸⁶

O Nordeste brasileiro foi a matéria-prima do fotojornalismo de Natanael Guedes. Através do *Jornal do Brasil*, Natanael vai divulgar um Nordeste híbrido, multicultural, belíssimo, exuberante, problemático, forte, rebelde, passivo, seco, litorâneo, rico, pobre. de gente simples e de pessoas poderosas.

Foi no contexto da ditadura militar e de redemocratização política que o repórter-fotográfico Natanael Guedes atuou na sucursal do *Jornal do Brasil*, em Recife. Numa época em que pouco se falava de globalização e os jornalistas que trabalhavam em sucursais de jornais de grande tiragem nacional dispunham de prestígio social entre os colegas de profissão.

Natan, como era chamado por seus colegas de profissão, trabalhou durante 17 anos no *Jornal do Commercio* e 18 anos no *Jornal do Brasil*, como repórter-fotográfico. Foi gerente de departamento da Secretaria de Imprensa, no governo Jarbas Vasconcelos. E, desde 1982 estava lotado na Fundação de Cultura da Cidade do Recife, na qual trabalhou até 2002.

²⁸⁵ LEITE, Miriam. Idem, p.145.

²⁸⁶ SONTAG, Susan. Idem, p 17.

Foi premiado no II e III Salão de Fotografia de Pernambuco com as fotos *Capibaribe, belo, poético e cruel*, e *Tem boi no ar*, respectivamente. Em 1978, em Feira de Santana, Bahia, no I Salão de Arte Fotográfica Hércules Florense, foi consagrado primeiro colocado, com *Cozinha pernambucana*. Tem fotos publicadas como ilustração interna e/ou capa nos livros *Partidos e Políticos* (JB), *Fotonordeste* (Funarte), *Greves nos canaviais* (Lígia Sigaud), reedição de *O Cajueiro nordestino* (Mauro Mota), *Caçador de luz* (Paulo Maurício), *As comunidades do Dom* (Gustavo do Passo Nabuco), *Açúcar* (Gilberto Freyre) e *As ONGs no contexto dos anos 90* (Luciana Caravelas).

Em 1988, Natanael fez sua primeira mostra individual de fotografia, com o título *Luzes da minha terra*, em que homenageava a praia, a beleza e o povo de Maria Farinha. Na década de 90, fez mais duas exposições, desta vez com *Noites felizes do Recife e Recife, cidade iluminada*.

Recebeu o título de *Memória Viva da Cidade do Recife*, na gestão do prefeito Roberto Magalhães. Foi agraciado com o troféu *Amigo da Cultura*, concedido pelo Bloco Flor da Lira, por ter escrito a música “Vem Dudu”, gravada por Elba Ramalho. Escreveu o livro *Revelações*, juntamente com sua irmã Palmira Guedes e faleceu em maio de 2003.

Natanael era um nordestino da Praia de Maria Farinha, litoral norte pernambucano, que encontrou na fotografia a sua profissão e paixão. Sendo um garoto pobre nunca cursou uma universidade. Mas, isso não o impediu de realizar seu sonho de ser repórter fotográfico.

Aos 19 anos, soube que poderia fazer um curso de fotografia por correspondência. Então, se inscreveu no Instituto Técnico e Cultural de São Paulo. Recebia o material pelos correios, lia-o com todo o cuidado de quem queria, realmente, aprender. Chegou a ganhar, também, do curso uma máquina fotográfica, tipo caixão, e um mini laboratório. Para praticar a revelação das fotos, na casa de seus pais, fez muitas experiências a fim de conseguir a fixação da imagem no papel. Até que um dia com a ajuda de um candeeiro Aladim conseguiu fazer sua primeira fotografia. Isso o deixou eufórico, vibrante e esperançoso. Aquela foto, aquele curso iriam mudar definitivamente o rumo de sua vida.

Natanael não pensou duas vezes e foi para o Recife, procurar a redação do *Jornal do Commercio* a fim de mostrar o resultado de sua experiência. Lá, o pessoal

ficou impressionado com a sua força de vontade, com a sua história de jovem praieiro que queria a chance de trabalhar na capital fazendo fotografia. Inicialmente, deram-lhe a oportunidade de trabalhar como um ajudante na redação e depois como repórter fotográfico. Como não tinha dinheiro, nos primeiros dias, ficou dormindo no próprio JC, uma vez que Maria Farinha não era tão perto de Recife, nem havia ônibus direto para lá.

Com os primeiros “vales” do “JC, Natan foi morar em pensão no centro da cidade, o que era muito comum para os imigrantes pobres, estudantes e jornalistas vindos do interior”. Recife o encantava. Tudo era novidade para ele: o trabalho, os colegas, as pontes da cidade, o bonde, o rio Capibaribe, “a zona do baixo meretrício”. Isso tudo mexia com sua auto-estima e o fazia uma pessoa mais otimista diante da vida. O dinheiro era pouco, é verdade, mas o prazer da luta diária era imensa. Natanael não chegava se sentir um estrangeiro, na cidade que sempre sonhou em viver desde a sua infância, mas um turista deslumbrado com o movimento das pessoas nas ruas, com os monumentos, as praças, o Mercado São José, o *ChanteClair*, a Pracinha do Diário, o Pátio de São Pedro, o Marco Zero, como deixou registrado em seu livro *Revelações*. Todo esse envolvimento, fascínio com a cidade, vão afetar no fotojornalismo de Natanael.

Admirador da boa fotografia, fez amizade com os melhores reportes fotográficos de sua geração no Recife. Dentre eles, se destaca o renomado repórter fotográfico paraibano Josenildo Tenório, seu amigo de mais de 40 anos, que trabalhou nos principais jornais da imprensa nacional, e Edvaldo Rodrigues, do Diário de Pernambuco. Eles não eram apenas, parceiros da profissão, mas amigos na boemia, no dia-a-dia.

Nos anos 70 o *Jornal do Commercio* entrou em crise financeira, deixou de pagar com regularidade seus funcionários, fornecedores e deixou de circular. Centenas de profissionais na área de Jornalismo ficaram desempregados na cidade do Recife. O *Diário de Pernambuco*, o maior concorrente do JC, ficou sendo o único jornal local de grande circulação no estado de Pernambuco.

Assim, depois de 17 anos no JC, Natanael teve que mudar de empresa jornalística, o que não era fácil. Lá, tinha criado um laço afetivo com seus colegas, tinha sido acolhido, passou a aprender a profissão de seus sonhos, sentia-se em casa. E, agora, era chegada a hora de mudar de “casa”. Inicialmente, Natan ficou fazendo

apenas *free lancer*, pouco tempo depois, foi convidado para trabalhar na sucursal do *Jornal do Brasil*.

Naquela época havia na cidade várias sucursais dos grandes jornais brasileiros, tais como *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Correio Braziliense*. E, trabalhar num jornal de grande circulação nacional, trazia visibilidade ao jornalista, criava um diferencial, dava prestígio, além de ser, geralmente, mais remunerado do que um jornalista de um jornal local.

Trabalhar para um veículo de comunicação, como o *Jornal do Brasil*, levava o fotógrafo a ter uma postura de repórter, e isso implicava “se alinhar com a visão editorial do jornal, procurando produzir uma boa imagem (foto) para atender ao anseio do leitor”, diz Natanael numa entrevista dada ao *Jornal ARFOC*, em maio de 1999.

Ao trabalhar no JB, Natanael tinha que se adaptar à linha editorial do jornal. Agora, nem todo fato local tido como jornalístico merecia o mesmo tratamento de uma matéria de interesse nacional. Além disso, o Nordeste não era apenas o estado de Pernambuco, a cidade do Recife e sua região metropolitana. Viagens para capitais e interior dos estados nordestinos passaram a ser uma rotina na vida do repórter-fotográfico.

A profunda identidade com a cultura nordestina, o desejo de mostrar a região não pelo aspecto negativo, mas pelo que o local tem de melhor, fez com que a maior parte das fotografias de Natanael não fosse de denúncia e de cunho social, quando relacionadas às matérias frias, pois como diz Sontag, “mesmo quando os fotógrafos estão muito mais preocupados em espelhar a realidade, ainda são assediados por imperativos de gosto e de consciência”²⁸⁷.

²⁸⁷ SONTAG, Susan. *Idem*, p. 17.

Natanael da Paixão Guedes



Natanael: um novo Nordeste



Natanael Guedes só começou a pensar em tornar-se fotógrafo profissional 15 anos atrás, na fila para alistamento militar, quando notou que o rapaz à sua frente — que era fotógrafo — foi recebido com certa deferência pelo sargento alistador. O então comerciário Natanael Guedes inscreveu-se num curso de fotografias por correspondência, ministrado pelo Instituto Técnico e Cultural São Paulo, e 11 meses depois recebia seu diploma. Hoje Natanael Guedes, com 37 anos, casado e pai de quatro filhos, tem 16 anos na profissão de fotógrafo e lembra que **iniciou, no Jornal do Commercio, onde trabalhou durante 14 anos, foi difícil "mas proveitoso".**

Hoje Natanael é fotógrafo da Sucursal do **Jornal do Brasil**, no Recife, onde trabalha há dois anos, desde que saiu do **Jornal do Commercio**.

FOTO DE NATANAEL

"A Aurora do Nordeste" deu muito tra-

balho a Natanael mas, em compensação, ilustrou a capa do primeiro Caderno Econômico do Nordeste, do **Jornal do Brasil**, de publicação anual. A noite passada dentro de um pequeno barco, na baía de Maria Farinha, "quatro horas de espera até o ralar da manhã", rendeu exatamente o que o diretor da sucursal lhe havia pedido: fábrica-chaminé-fumaça. Só que Natanael deu seu toque ao trabalho e juntou ao pedido a própria natureza.

A inocência das crianças, os símbolos nordestinos, a beleza das praias, a diversidade cultural, a seca, os políticos, os canavieiros e sertanejos são constantes em suas fotos. Muitas de suas fotografias têm aspecto artístico, foram idealizadas enquanto cenário e desejo de realidade. Era como não se contentasse com a realidade fria dos fatos. Ele era, segundo o repórter-fotográfico Josenildo Tenório, “um humanista. Era um poeta. Tinha cuidado com as fotos. Sua fotografia era uma poesia, chamando a atenção pela beleza. Era como se mandasse um recado para a mulher”.

O cuidado e os detalhes que Natanael Guedes tinha com a angulação, com a mensagem que queria passar, com a beleza da imagem, ainda que fosse de um cotidiano pobre e sofrido, é reconhecido por muitos jornalistas em várias reportagens, como, por exemplo, quando ganhou o primeiro prêmio em sua vida, no Jornal do Commercio, ao fotografar uma criança na rua, à noite, às vésperas do Dia da Criança, onde a matéria 89 destaca a atuação do fotógrafo, dizendo: “Um garotinho sujo e mal vestido, sentado em um batente de um edifício, com cara de triste, sandálias japonesa, despertou sua sensibilidade de bom fotógrafo. Fez a foto. Teve o cuidado, na angulação, de contrastar a pobreza da criança com a calota brilhante de um automóvel”²⁸⁸.

Suas fotos sobre a cidade do Recife são preferencialmente, as da noite, pois mostram a luz, o brilho, os lampiões da rua da Aurora, como confessa Natanael na entrevista que concedeu ao Jornal do Commercio, por ocasião de sua exposição Noites Felizes do Recife, como pode ser visto na matéria 90, ao dizer: “Gosto de fotografar a cidade à noite pelo desafio – uma vez que à luz do dia fica mais fácil conseguir bons resultados – e, segundo, consigo imagens mais bonitas dos rios que, no escuro, esconde o que tem de sujo para dar espaço ao reflexos da noite”.

²⁸⁸ Jornal do Commercio.



A história da foto

CONSELHO

Não entregue seus filmes a curiosos, procure um bom laboratório

Era dia 11 de outubro e Natanael Guedes, regressava de um coquetel no Clube Português, quando descobriu a possível "grande foto" que ilustraria a reportagem do "Dia da Criança".

Um garotinho sujo e mal vestido, sentado em um batente de um edifício, com cara triste, sandálias japonesa, despertou sua sensibilidade de bom fotógrafo. Fêz a foto. Teve o cuidado, na angulação, de contrastar a pobreza da criança com a calota brilhante de um automóvel.

Em seguida, comprou uma maçã e aproximou-se do seu "modelo-anônimo", fazendo-lhe algumas perguntas.

Soube, que era uma criança abandonada, sem pai nem mãe e sem casa. Com a sua aproximação, munido de câmara fotográfica, provocou a curiosidade dos que passavam e também a solidariedade, todos queriam ajudar. Severino.

No dia 12 de outubro, dia dedicado as crianças, o JORNAL DO COMMERCIO, estampava em sua primeira página, uma das fotos mais humanas publicada este ano.

Num gesto simpático, o Natanael Guedes irá dividir com o seu pequeno modelo o prêmio que ganhou, comprando roupas e alimento, procurando assim dar um presente de Natal ao Severino.

NOS CORREIOS *A cidade iluminada, pelas lentes de Natanael Guedes*

FOTOS: BANCO DE IMAGEM/JC



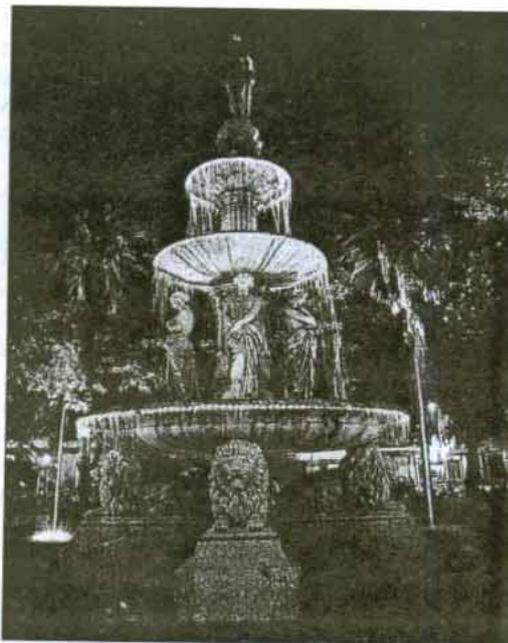
BANHO DE LUZ O Capibaribe é o espelho que reflete a capital pernambucana

O brilho do Natal do Recife

As lentes do fotógrafo Natanael Guedes captaram, nos últimos três anos, a transformação da paisagem do Recife quando chega a época das festas de fim de ano. Em 20 fotografias coloridas, de 30cm x 40 cm, em exposição na agência central dos Correios, a mostra *Noites Felizes do Recife* é possível descobrir, através de ângulos inusitados, uma nova maneira de olhar os habituais cenários iluminados da cidade.

O público pode conferir imagens congeladas do Capibaribe refletindo as luzes da ponte Duarte Coelho; detalhes das micro-lâmpadas na praça do Entroncamento; uma nova vista aérea do Teatro Santa Isabel e do Palácio da Justiça e a beleza da aura de luz na fonte da praça Maciel Pinheiro, proporcionada pela iluminação azul. "Gosto de fotografar a cidade à noite pelo desafio — uma vez que à luz do dia fica mais fácil conseguir bons resultados — e, segundo, consigo imagens mais bonitas dos rios que, no escuro, esconde o que tem de sujo para dar espaço ao reflexos da noite", conta o fotógrafo.

"Fiz o registro das imagens de



NOVO COLORIDO
A fonte da praça Maciel Pinheiro ganhou uma aura azul

97 até há pouco tempo, e ainda pretendo captar a bela iluminação do Hospital Português e do Quartel do Derby". Natanael revela também que pretende fazer um ensaio fotográfico com o prédio do **Jornal do Commercio**. Foi no JC que o fotógrafo iniciou sua carreira, em 59, e, 15 anos depois, partiu para o Rio de

Janeiro onde ficou até 92 no **Jornal do Brasil**. Ali, colecionou vários troféus e prêmios.

■ Serviço

Exposição fotográfica *Noites Felizes do Recife*, de Natanael Guedes. Agência Central dos Correios. Até 07 de janeiro. Entrada franca. Fone: 425.2858

O flagrante do jornalista em estar no lugar certo e na hora certa do fato está acontecendo e sua sensibilidade de captá-lo, de uma forma artística, é também, percebida por alguns colegas seus de profissão, como ocorreu com a foto “tem boi no ar”, a qual foi uma das ganhadoras do III salão de Fotografia da Cultura de Pernambuco.



Com a foto “Tem Boi no Ar”, o fotógrafo da sucursal pernambucana, Natanael Guedes, foi o vencedor do 3º Salão de Fotografias de Pernambuco, promovido pela Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife. É a segunda vez que Natanael ganha o primeiro lugar neste Salão, que conta, anualmente, com a participação de dezenas de profissionais e amadores.

A FOTO

A foto, mostra o momento culminante de uma vaquejada em S. José do Belmonte, no alto sertão de Pernambuco, quando o vaqueiro segura o boi pela cauda para tentar derrubá-lo. A vaquejada é um esporte bastante popular no sertão nordestino, sendo comumente chamado de “o futebol do sertão”, pelo grande número de adeptos envolvidos.

Matéria 91 – Tem boi no ar

A Praia de Maria Farinha era seu paraíso e esteve presente em exposições, no JB, no Diário de Pernambuco e em muitas revistas especializadas em fotografias, em que ele disse na matéria 93: “É nas águas mornas e claras de Maria Farinha, que foi berço da minha infância e arrancada da juventude que venho renovar forças par pensar, sonhar amar, renascer e viver”.

Assim sendo, Natanael vai revelar através de suas fotografias um Nordeste híbrido, exótico, com problemas sociais, mas rico em cultura, cheio de gente importante, de belas praias com coqueiros e jangadas. Suas fotografias serão, quase sempre, casadas ao texto jornalístico de seus colegas. Mas, quase sempre, procurará dar um ar de romantismo a suas fotos, mesmo diante da miséria humana e das catástrofes ambientais.

Desse modo, as imagens nordestinas vistas no fotojornalismo de Natanael, publicadas no *Jornal do Brasil* não são, na verdade, a realidade, mas representações de uma região polissêmica, metafórica, cheia de significados culturais e sociais. Como assinala Aumont, “a representação é um processo pelo qual se institui um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar do que representa”²⁸⁹.

As fotos sobre a região são traços, índice, indícios do que é a política, o povo, a economia, as relações sociais, as paisagens, a vida nordestina. Servem para resumir o fato jornalístico. Registram cenas do dia-a-dia de um local híbrido. São agendadas pelos interesses mercadológicos dos veículos, mas também, são frutos do olhar do autor da fotografia, que funciona não só como funcionário do veículo, mas como um filtro cultural, alguém que seleciona, foca, faz um recorte da realidade que quer “enxergar”, devido à sua identidade cultural ou as suas múltiplas identidades, dependendo em que situação se encontre.

²⁸⁹ AUMONT, Jacques. *A imagem*; tradução de Estela Santos. Campinas: Papyrus, 1993.

Roteiro

Natanael Guedes expõe sobre Maria Farinha

O fotógrafo Natanael Guedes realizará, de 19 do corrente a 3 de maio, na Galeria Metropolitana Aloísio Magalhães, uma exposição inspirada no tema "Luzes da minha terra", numa promoção da Prefeitura do Recife, através da Secretaria de Educação e da Fundação de Cultura. A mostra será inaugurada às 19h. da próxima terça-feira.

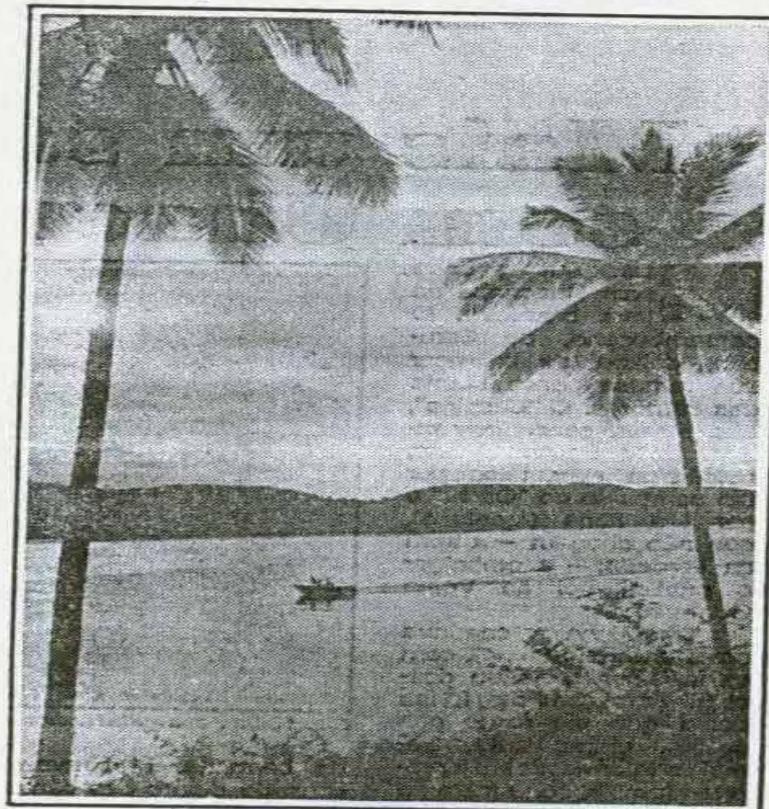
"É nas águas mornas e claras desta praia, Maria Farinha, que foi o berço da minha infância e arrancada da juventude, que venho renovar forças para pensar, sonhar, amar, renascer e viver", diz Natanael Guedes, explicando os motivos que o levaram a escolher a sua terra natal como tema para mais uma mostra de fotografias.

"Maria Farinha é uma praia pernambucana, de ondas mansas, repleta de coqueiros, localizada no município de Paulista, a 30 quilômetros do Recife, onde nativos e veranistas usufruem de sua beleza, do descanso e da terapia que suas brisas e sombras proporcionam. Nela nasceu Natanael Guedes, o Tano, como é conhecido pelo pessoal de sua terra, que costuma dizer aos amigos e curiosos "que só existem dois lugares bons no mundo, Maria Farinha e o céu. O primeiro ele já conhece e o outro espera alcançar depois da morte", comenta a escritora Luciana Caravelas, na apresentação do expositor e da sua obra. E revela:

"Nas areias, no sol, no céu e no mar de Maria Farinha, Natanael aprendeu o gosto pela vida, a lutar pelo que acredita ser liberdade, a querer transformar seus sonhos de menino e de homem em realidade. E é por tudo isto que ele, hoje, homenageia sua praia, sua terra, sua gente, com o amor e a arte que sabe fazer: fotografar".

NATANAEL GUEDES

— Nordestino de Maria Farinha, Pernambuco, fez o curso de **Fotografia** por correspondência, pelo antigo Instituto Técnico Cultural de São Paulo. A primeira vez que conseguiu a transferência da imagem do negativo para o papel foi através da luz de um candeeiro aladim, nos fins dos anos 50, depois de muitas experiências, já que na praia semi-deserta onde nasceu não tinha eletricidade nessa época. Iniciou sua vida profissional co-



A serena paisagem da praia de Maria Farinha é uma constante nas fotos de Natanael Guedes

mo auxiliar de laboratorista, no *Jornal do Commercio*, em 1959, e de repórter-fotográfico, em 61, no mesmo local, onde continuou a trabalhar até 73, quando foi para o *Jornal do Brasil*.

Em 82 foi para a Fundação de Cultura Cidade do Recife. Em 85 regressou para o JR, trabalhando simultaneamente com a Fundação até os dias atuais, além de prestar eventuais serviços ao Metrorec. Dos concursos que participou em 77, no **II Salão de Fotografia de Pernambuco**, recebeu o prêmio profissional na **Categoria Arte** com a foto **Capibaribe, belo, poético e cruel**, juntamente com seus colegas de profissão e amigos Josenildo Tenório e Alcir Lacerda, que obtiveram a mesma colocação em categorias distintas.

Em 78, por ocasião do **III Salão de Fotografia de Pernambuco**, foi premiado em 1º lugar com a fotografia **Tem Boi no Ar**. No mesmo

ano, em Feira de Santana, Bahia no **I Salão de Arte Fotográfica Hércules Florence**, foi consagrado 1º colocado com **Cozinha Pernambucana**. Tem fotografias publicadas como ilustração interna e/ou capa em sete livros — **Partidos e Políticos** editado pelo JB; **Fotonordeste** pela Funarte; **Greves nos Canaviais** de Lígia Sigaud; na reedição de **O Caçador Nordestino** de Mauro Mota; **Caçador de Luz** de Paulo Maurício, e recentemente em **As Comunidades do Dom: Um Estudo de CEB's no Recife** de Gustavo de Passo Castro e **Açúcar de Gilberto Freyre**, editados pela Fundação Joaquim Nabuco. É possuidor de um arquivo de mais de 20 anos sobre o Nordeste Brasileiro, no que se refere à política, gente, costumes, religião, hábitos, problemas sociais, beleza, etc., dos quais selecionou algumas fotos sobre Maria Farinha, para a **Exposição Luzes da Minha Terra**.

As fotografias de Natanael Guedes mostram imagens de um Nordeste de **praias paradisíacas**, com jangadas, Sol o ano inteiro, águas mornas e mansas, cheias de coqueiros, sendo ótimas para descansar. Uma região que **mistura a arquitetura colonial com a moderna**, sendo cheia de igrejas, museus, mosteiros e lampiões. Apresenta, também, uma região de **povo forte**, resistente, que reivindica e sabe o que quer, um povo feito por anônimos, mas também por artistas, intelectuais e políticos que se destacam no cenário nacional. Um Nordeste com **povo gentil**, pacífico, mas também que sabe ser hostil e **violento**. Uma região miserável, cheia de problemas sociais, com forte concentração de renda e dependência econômica. Um lugar que **quer se desenvolver** e que tem **enchentes e seca**, dependente de recursos governamentais e da boa vontade dos políticos. Um Nordeste com uma **cultura rica**, diversificada, ímpar. Uma região com **tendências religiosas forte**. Um **lugar complexo**, heterogêneo, que vale a pena visitar e conhecer.

Essas representações sociais do Nordeste estavam, também, em consonância com a linha editorial do JB, que valorizava a fotografia artística, a forma e o conteúdo do trato da notícia sendo traduzido numa linguagem visual cheia de significado social. Essa atenção do jornal à fotografia se revelava na valorização que dava ao espaço ocupado no espelho da página, no tamanho e na quantidade de fotos numa mesma reportagem. Era comum, principalmente, nas matérias de turismo, o jornal veicular duas ou três fotos sobre o mesmo assunto. No Caderno Nordeste, como foi dito no capítulo anterior, a foto de capa ocupava quase todo o espaço da página.

O olhar firme do ser humano fotografado, a postura ereta dos fotografados, os braços abertos dos políticos e religiosos para o alto revelam traços do estilo do fotógrafo, que imprime a idéia de sobriedade, de pessoas de pé, enfrentando a realidade. A sombrinha, os lampiões, as palhoças, o mar são outras marcas constantes no fotojornalismo de Natanael Guedes, que mesmo diante de cenas de problemas sociais, procura dar um tom de nostalgia e beleza em face do cotidiano difícil de grande parte da população nordestina.

7.4. Imagens nordestinas nas lentes de Natanael Guedes

No fotojornalismo das cenas nordestinas é impossível não ter pobreza, desigualdade social, sofrimento. Enchente, seca, falta de moradia, desemprego e fome são alguns dos problemas sociais que afligem grande parte da população nordestina, tanto na década de 70 como na de 80, ocasionados por fatores estruturais, históricos, mas também pela concentração de renda e de terra nas mãos de poucas famílias, aumentando a desigualdade social. Essa problemática social é pautada nas fotografias de Natanael, mas ficam ofuscadas pelo estilo romântico do fotógrafo, quando ele flagra nos dramas sociais a beleza que está na vida, enfocando a inocência das crianças, a cultura competindo com a sobrevivência, a aparente calma daqueles que têm fome. Portanto, a pobreza nordestina não é negada, nem realçada no fotojornalismo de Natanael, mas é enfeitada, romanceada, não dá pena nem indignação, porém leva a várias leituras sociais.

7.4.1. Pobreza e cotidiano romanceados



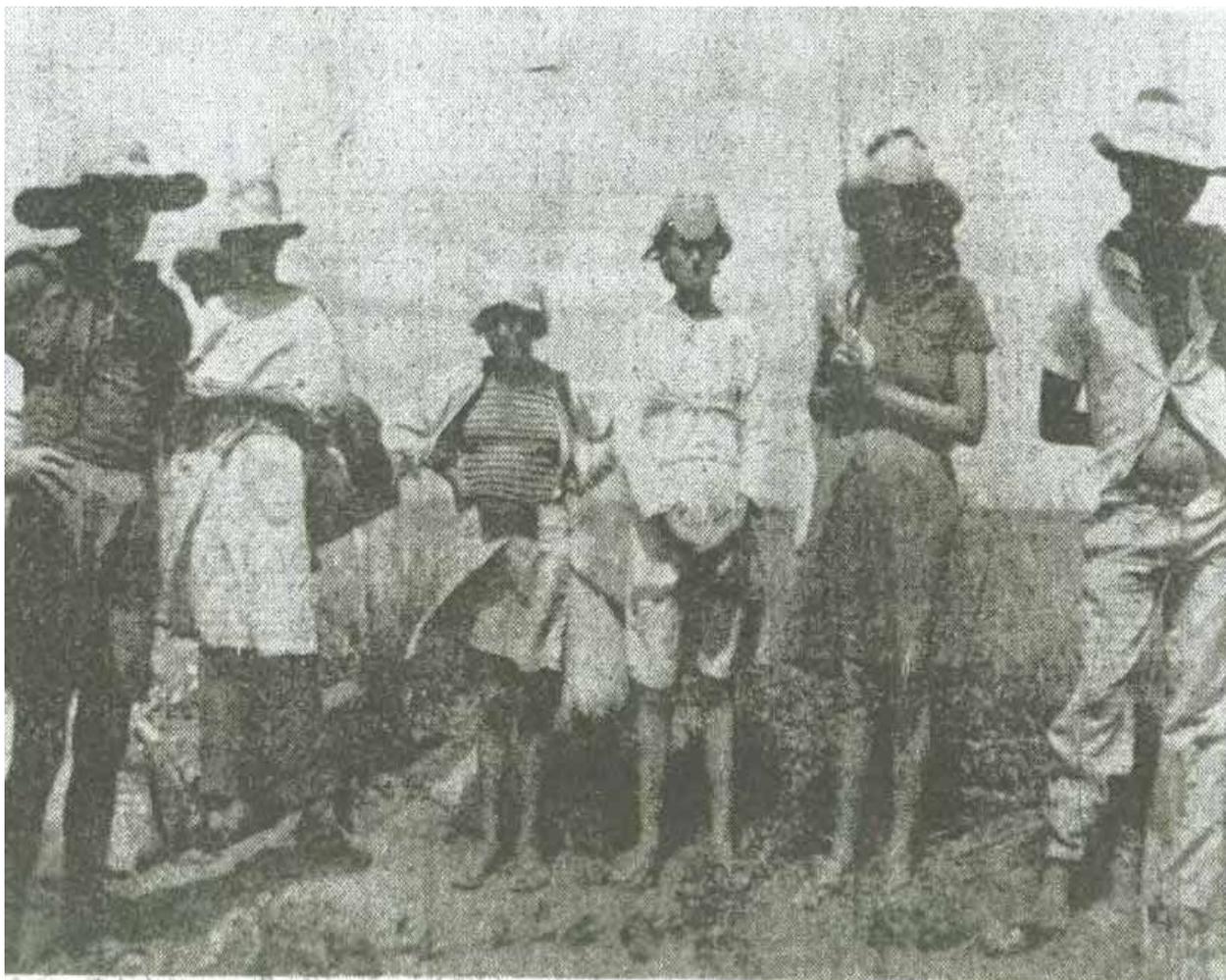
Fotografia 1 - José Maria saiu de Souza, PB, e depois de viajar a pé 30 dias com mulher e filho não sabe para onde vai – 09/10/83.

Criança pequena sentada no chão, com um pedaço de pão na mão, junto de um homem acororado com chapéu velho na cabeça e de uma mulher acororada com lenço branco na cabeça, arrodados de latas, pedaços de paus e pedras. É uma família de retirantes, do sertão paraibano, sem rumo, na estrada, que sai em busca do sonho de melhorar de vida. É a expulsão da terra da população pobre pelo flagelo da seca e pela estrutura social vigente. O olhar para frente é também reflexo de que se precisa olhar a vida para frente e deixar o que ficou para trás.



Fotografia 2 - D. Maria José Nunes, que teve 22 filhos, viveu “num tempo atrasado, sem anticoncepcionais”.

Crianças, mulheres e um homem de chapéu, na frente de um casebre fazendo pose para o retrato de família. É um exemplo de família numerosa da Zona da Mata nordestina, num período em que não se conhecia métodos anticoncepcionais e as mulheres não tinham controle de sua prole, chegando até mais de 20 filhos. A centralização da câmara nas figuras humanas erguidas, imponentes sobre o fundo da paisagem dá-lhes dignidade e o sentido de coesão e de pertencimento.



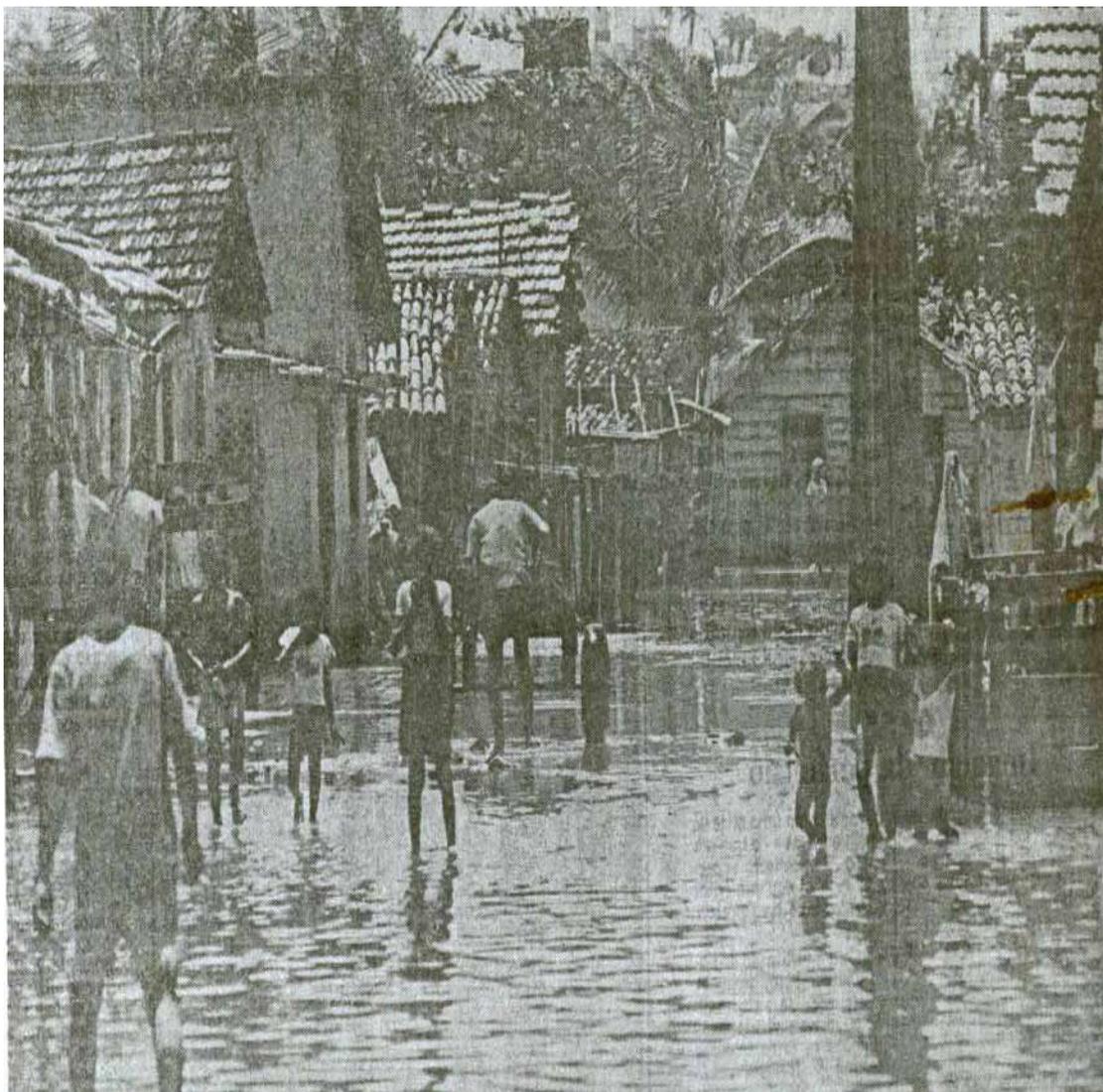
Fotografia 3 - Os programas do Dnocs não mudaram quase nada na vida do nordestino – 09/12/79.

Grupo de homens, mulheres e crianças com trouxas de roupas nas mãos e chapéus na cabeça, de sandálias ou de pés descalços, de pé e olhar para o futuro. A cena é um fragmento do descaso da pobreza no polígono da seca do Nordeste, onde a miséria continuava mesmo com os programas de assistência ao sertanejo, que não ajudavam quase sempre mudar a vida dos nordestinos, apenas eram emergenciais.



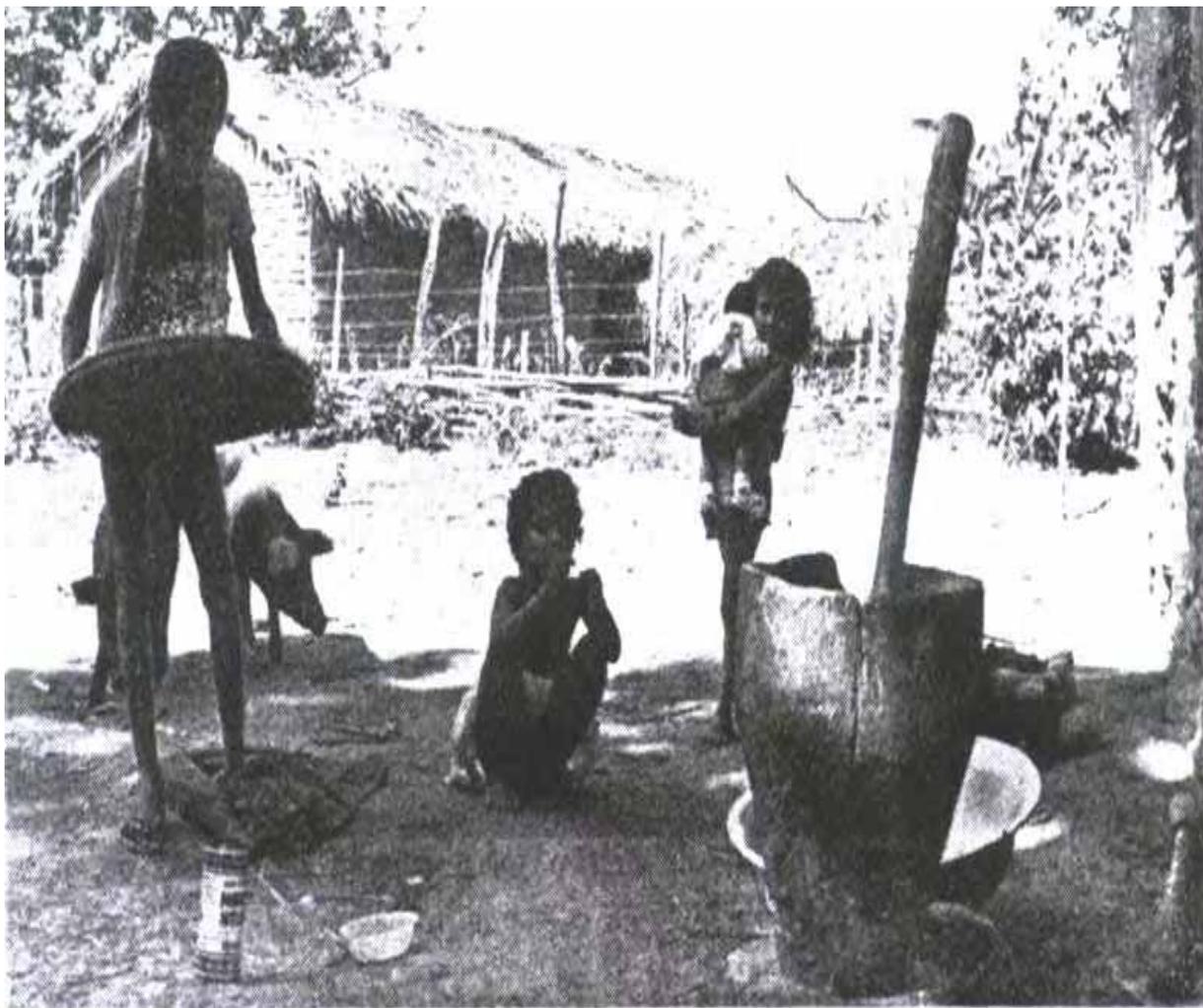
Fotografia 4 - A miséria com a qual o Recife rico já se acostumou, de tanto ver – 17/06/77.

Crianças descalças, algumas com balaio na cabeça, atravessam um rio, em cima de uma ponte estreita de madeira, tendo ao fundo barracos e coqueirais. Uma cena comum no cotidiano pobre de crianças que moram em mocambos, alagados, em Recife e Olinda. A difícil vida dessas crianças em locais sem nenhuma infra-estrutura urbana dá indícios que a elite política e econômica não enxerga essa população que, ainda, se mantém de pé.



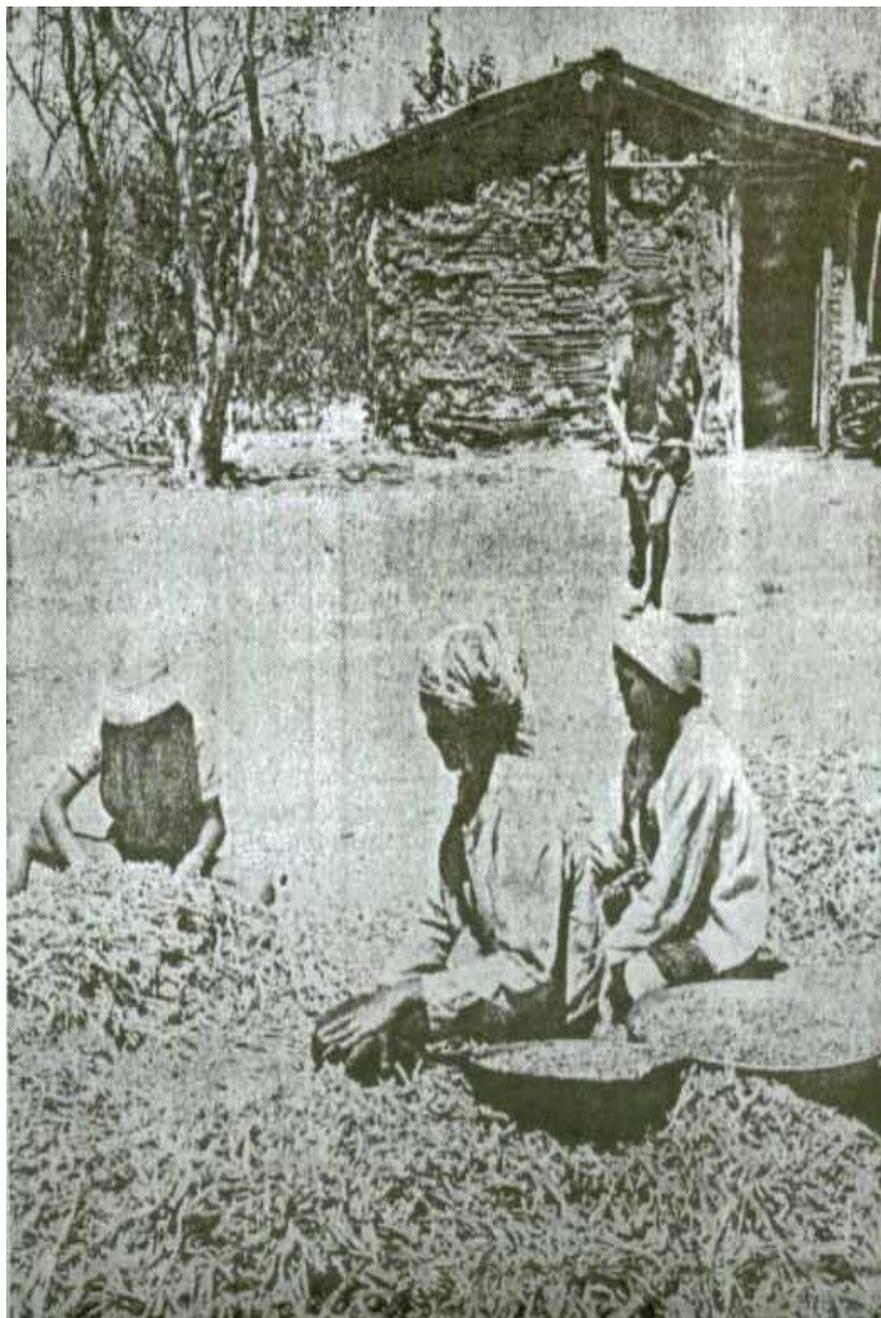
Fotografia 5 - No mocambo de Maruim, a invasão das águas é uma rotina invariável, trazendo podridão e doença - 09/10/7.

Adultos e crianças caminhando pela água. Casebres inundados. Charrete. Por trás das casas coqueiros e bananeiras completam a paisagem. É a favela do Maruim, em Olinda, invadida pelas águas de ressaca de marés ou do rio Beberibe, que se mistura ao lixo, trazendo doenças a população que ocupa a área que era um mangue. Uma imagem cuja beleza esconde o sofrimento humano, o desespero daqueles que perdem tudo com as enchentes.



Fotografia 6 - Em Codó, 80 mil crianças morrem ao nascer, 12% morrem antes de fazer um ano, e as que escapam subsistem trabalhando apenas para sobreviver, tendo uma expectativa de vida de 45 anos – 09/10/78.

Um pilão gigante. Quatro crianças, um porco, uma bacia e uma casa de taipa coberta de palha e cercada de arame ao fundo. A menina está com uma criança no braço. O garoto maior está peneirando algo e um menino está sentado ao chão, com o dedo na boca. São crianças de Codó, Maranhão, onde 72% da população são analfabetos, a esperança de vida chega a 45 anos de idade, e a maioria das famílias vivem do coco do babaçu, com crianças apanhando a fruta para retirar amêndoas.



Fotografia 7 – No Sertão a sobrevivência chega a depender de colheitas irrisórias – 30/11/75.

Duas mulheres com lenço na cabeça e uma criança com chapéu estão sentados em meio a favas com duas bacias. Atrás uma criança se aproxima deles. Uma casa com uma única porta, de taipa e umas árvores desfolhadas compõem a paisagem. Uma família do sertão nordestino que vive em estado de pobreza, sobrevivendo de pequenas colheitas.



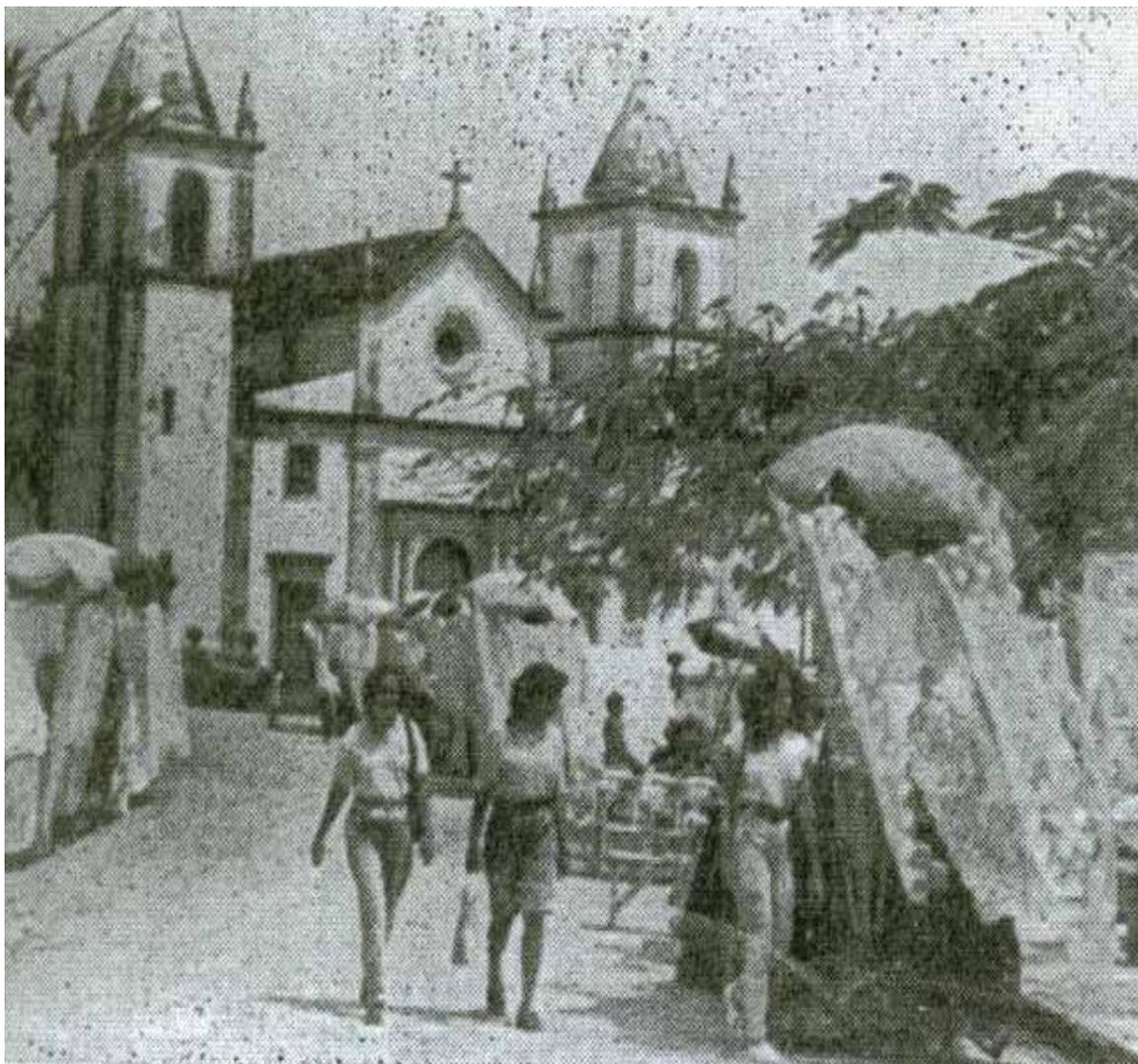
Fotografia 8 - Os favelados recifenses vendem até a mobília para comprar comida -18/03/84.

Mulher com lenço na cabeça, olhando calmamente de frente, usando um vestido de alça, com uma mão estendida e a outra segurando uma criança nua no colo, na porta aberta de um barraco. Um olhar de esperança diante da vida de uma parcela da população, que encara a vida de frente, e que se for preciso até a mobília da casa vende para sobreviver.



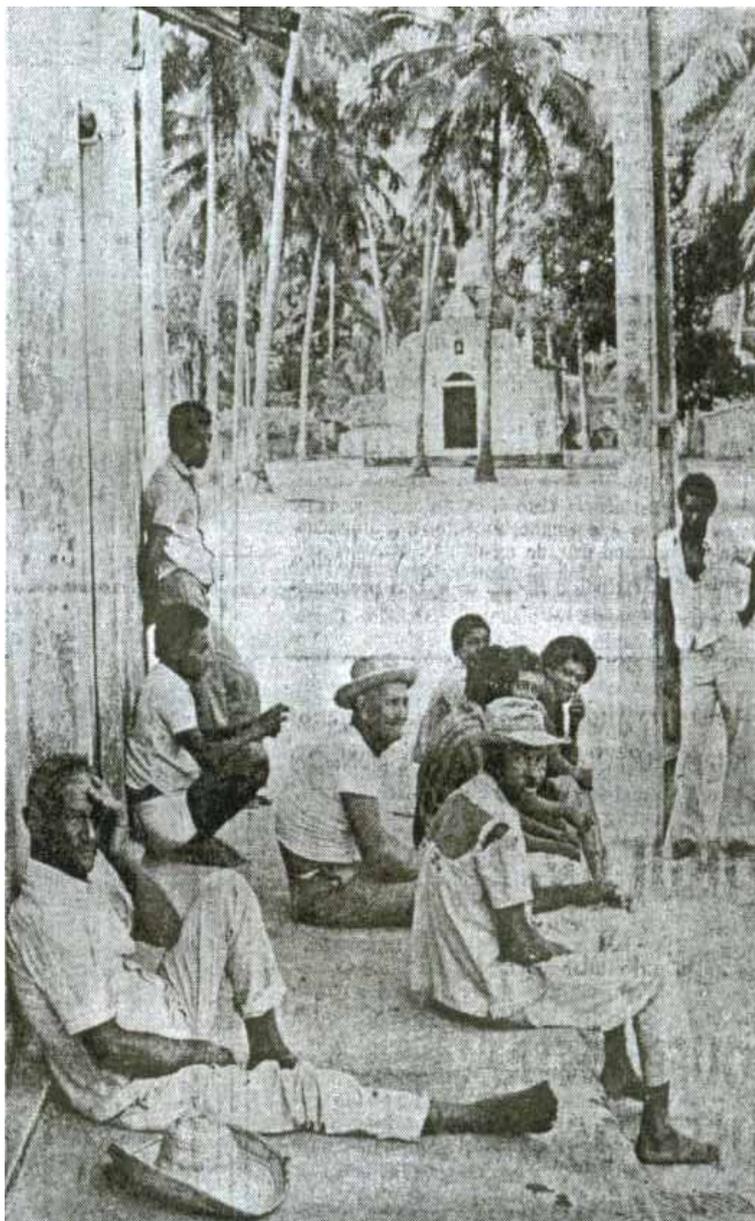
Fotografia 9 - Acampamento de lavradores muda cartão-postal do Recife – 14/09/86.

Mulheres lavando roupa. Crianças brincando com um pneu. Um lago. Palmeiras e coqueiros na frente de um casarão. Debaixo das árvores duas tendas de lona. É a Praça da República, o jardim do Teatro Santa Isabel, no centro do Recife, o mais tradicional da cidade, servindo de acampamento para mais de 400 pessoas vindas de todas as partes do estado, esperando decisão do governo sobre a reforma agrária prometida, que não chegou.



Fotografia 10 - Comerciantes invadem áreas tombadas, como o Alto da Sé – 18/12/88.

Mulheres caminhando numa rua. Rendas expostas em barracas cobertas por guarda-sol. No fundo uma igreja em estilo neoclássico. É o Alto da Sé, sítio histórico de Olinda, considerada Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade pela Unesco, invadido por negociantes vendendo artesanatos e comidas típicas, descaracterizando a área tombada.



Fotografia 11 - O pouco que se pesca não presta e 25 mil pessoas estão com fome – 08/02/76.

Homens sentados e em pé, descalços, alguns com chapéus na porta de uma casa. Mais adiante coqueiros e uma igrejinha. São pescadores do rio Goiana, em Pernambuco de um universo de 5 mil famílias, que ficaram sem pescar por conta da poluição de cinco usinas que dizimou a fauna do rio, acabou com o trabalho dessas pessoas e trouxe fome para aqueles que não têm do que sobreviver.



Fotografia 12 - O comércio fechou por causa da inundação do centro – 15/04/84.

Uma mulher vestida de saia e blusa carrega um carrinho e uma sombrinha na mão, caminhando solitariamente por uma rua alagada, como se estivesse passeando pelas águas, transforma-se em principal fotografia de capa do JB em 15 de abril de 1984. Foi um temporal que matou sete pessoas, deixou dezenas de desaparecidos, trouxe desabamentos e inundou as ruas de Recife.



Fotografia 1 3 - Com a Subida do São Francisco, as águas estão invadindo as plantações dificultando ainda mais a vida dos plantadores, especialmente os pequenos - 20/03/79.

Quatro pessoas navegam numa canoa em um rio onde casas e árvores estão submersas. É o município Belém do São Francisco, terceiro produtor de cebola do país, tendo suas plantações e moradias inundadas pelo rio Chico, prejudicando a lavoura e dificultando a vida do povo.



Fotografia 14 - Os moradores dos mocambos abandonam seus casebres em barcos – 16/04/84.

Homens e mulheres com sombrinhas abertas nas mãos navegam em cima de uma canoa num local em que os coqueiros e as casas estão inundados. São moradores de uma comunidade de baixa renda tentando escapar da cheia, proveniente do temporal em Recife que chegou a matar e a desabrigar a população, provocando desabamentos.

Observa-se que em meio a catástrofes ambientais, como, por exemplo, as enchentes, Natanael tem o cuidado e a paciência de captar imagens que escondem o desespero humano diante da perda e da inundação. O ser humano, a sombrinha utilizada para aparar a chuva e o barco que navega nos rios e mares são elementos constantes nas fotografias das grandes enchentes do rio Capibaribe e Beberibe durante as décadas de 70 e 80. Ele consegue filtrar da realidade o lirismo da dor, das perdas e danos.

Um dos maiores flagelos nordestinos é a seca no sertão e no agreste, dizimando o gado, acabando com as plantações, causando fome, desesperança e expulsando moradores dos locais onde nasceram e cresceram. Por outro lado, esse fenômeno

natural tornou-se uma indústria lucrativa tanto econômica como politicamente para alguns grupos, sobretudo no século XX, quando houveram as grandes secas.

A partir da concepção dos órgãos de desenvolvimento regionais, como a Sudene e o Dnocs, a construção de barragens, açudes e poços passaram a ser reivindicados pela população e pelos políticos, bem como a expansão de áreas irrigáveis. Durante os anos 80 a seca serviu de fonte de renda, onde foram criadas várias frentes de trabalho para homens e mulheres que não tinham como sobreviver.

A seca produz efeitos sociais profundos, alterando também a paisagem natural, provocando imagens peculiares. O jumento, animal de resistência do sertão nordestino, a força da mulher e do homem sertanejo que também resiste, luta e sobrevive à adversidade social e climática é realçada na fotojornalismo de Natanael Guedes.



Fotografia 15 - Os enormes poços Amazonas, construídos pelos alistados, abastecem a vizinhança - 22/11/87.

Um cacimbão rodeado de homens e mulheres com chapéus e lenços na cabeça e latas na mão, numa paisagem seca, sem vegetação. São nordestinos sem emprego, alistados na frente de trabalho de combate a seca que atingia mais de 200 municípios.



Fotografia 16 - A seca no Ceará, este ano, foi inclemente. A falta de crédito enfraqueceu ainda mais a agropecuários – 16/12/79

Um homem carregando duas latas no ombro numa área semi-árida caminha em direção a um jumento coberto de carga. Próximo um outro homem em pé e um outro jumento junto de duas latas. São trabalhadores rurais em busca de água para consumo familiar, ainda que seja de um buraco de areia.



Fotografia 17 – Mais de 40 homens já estão trabalhando nas obras de infra-estrutura da barragem de Brotas – 08/09/74.

Picaretas, enxadas, homens com chapéu trabalhando numa área de seca. Estão construindo a barragem de Brotas, no Vale do Pajeú, que será construída em pedras, beneficiando 18 municípios. A força física do homem nordestino, rasgando a terra para acumular água mostra a determinação com que se vive a aridez da sobrevivência.



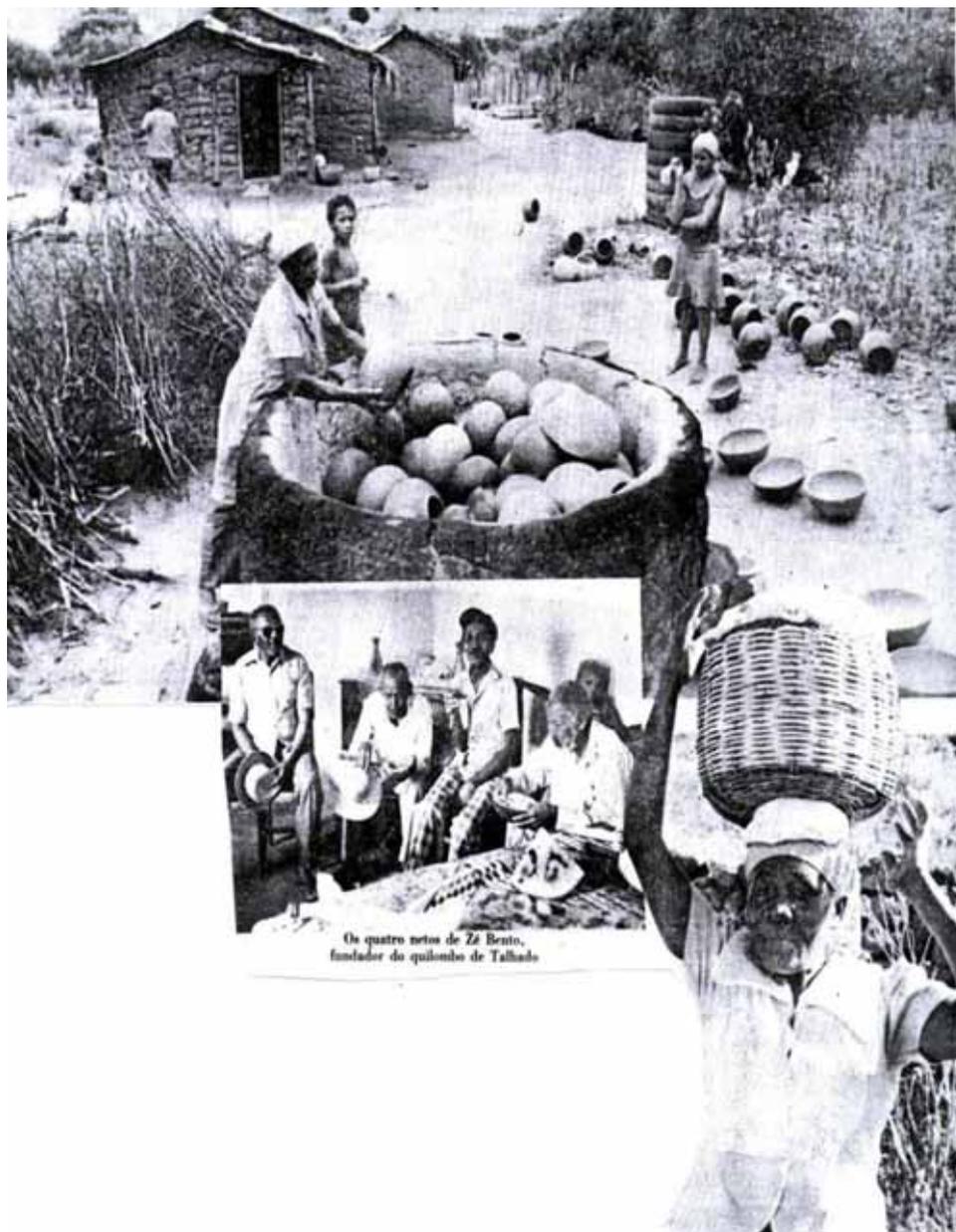
Fotografia 18 - Nas frentes de trabalho, as mulheres trabalham como os homens para sobreviver na terra sem água.- 18/09/83.

Mulheres com chapéus e panos na cabeça trabalhando na terra, com enxadas e carro de mão, sob o calor do sol, de forma conjunta. São mulheres nordestinas que trabalham em frentes de trabalho para poderem sustentar suas famílias. São trabalhadoras rurais, que fazem serviços que requer força e energia, mas que nem sempre são recompensadas.



Fotografia 19 – O agrônomo Jonas fiscaliza o replante da cebola - 20/02/8?

Mulheres com chapéus e lenço na cabeça estão acoradas, manuseando uma vegetação rasteira, enquanto um homem as olha. Uma mulher em pé faz pose para a fotografia. São mulheres trabalhando na cultura da cebola no vale do São Francisco, enquanto um homem as supervisiona, simbolizando que o macho, ainda, é quem manda nas relações de trabalho.

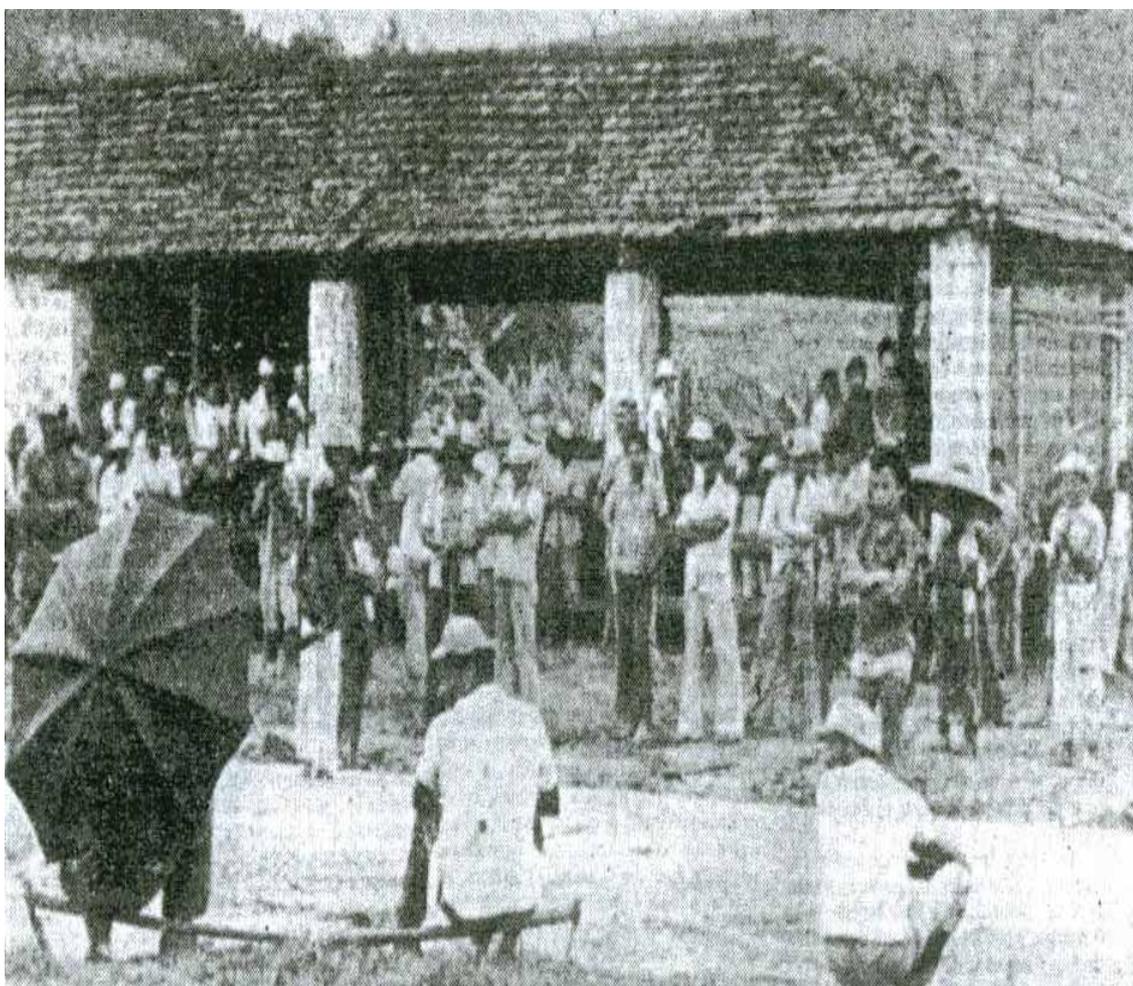


Fotografia 20 – Os quilombos sobrevivem no sertão da Paraíba, 30/06/80.

Uma mulher negra carrega um balaio na cabeça. No fundo tigelas e potes de barro, duas crianças em pé, um homem de costas, três casas de taipa, uma mulher de lenço na cabeça mexe num dos vasos que estão aglomerados, em meio a uma vegetação seca. Ao centro quatro homens sentados. São negros remanescentes do quilombo do Livramento e Talhado, no sertão paraibano, que vivem isolados na sua comunidade e sobrevivem da venda de artesanato.

O Nordeste desde a colonização do país e o Império tem se mostrado uma região com um povo rebelde, revolucionário, que reivindica seus direitos. Durante a ditadura militar os movimentos grevistas foram reprimidos. Foi no Nordeste que houver as primeiras greves no campo nesse período que era proibido se manifestar livremente. A forma de se organizarem, o tipo de reivindicações feitas pelos trabalhadores chamava a atenção da mídia e do governo.

Natanael vai registrar nos movimentos grevistas a sombrinha que levam para se livrar do sol ou da chuva, as bandeiras brancas, a passividade dos trabalhadores, o caminhar em busca de soluções. Mostra um povo que se organiza, reivindica, luta e vence, sem precisar utilizar a força física.



Fotografia 21 - A paralisação dos trabalhadores da Zona da Mata foi considerada legal – 03/10/79.

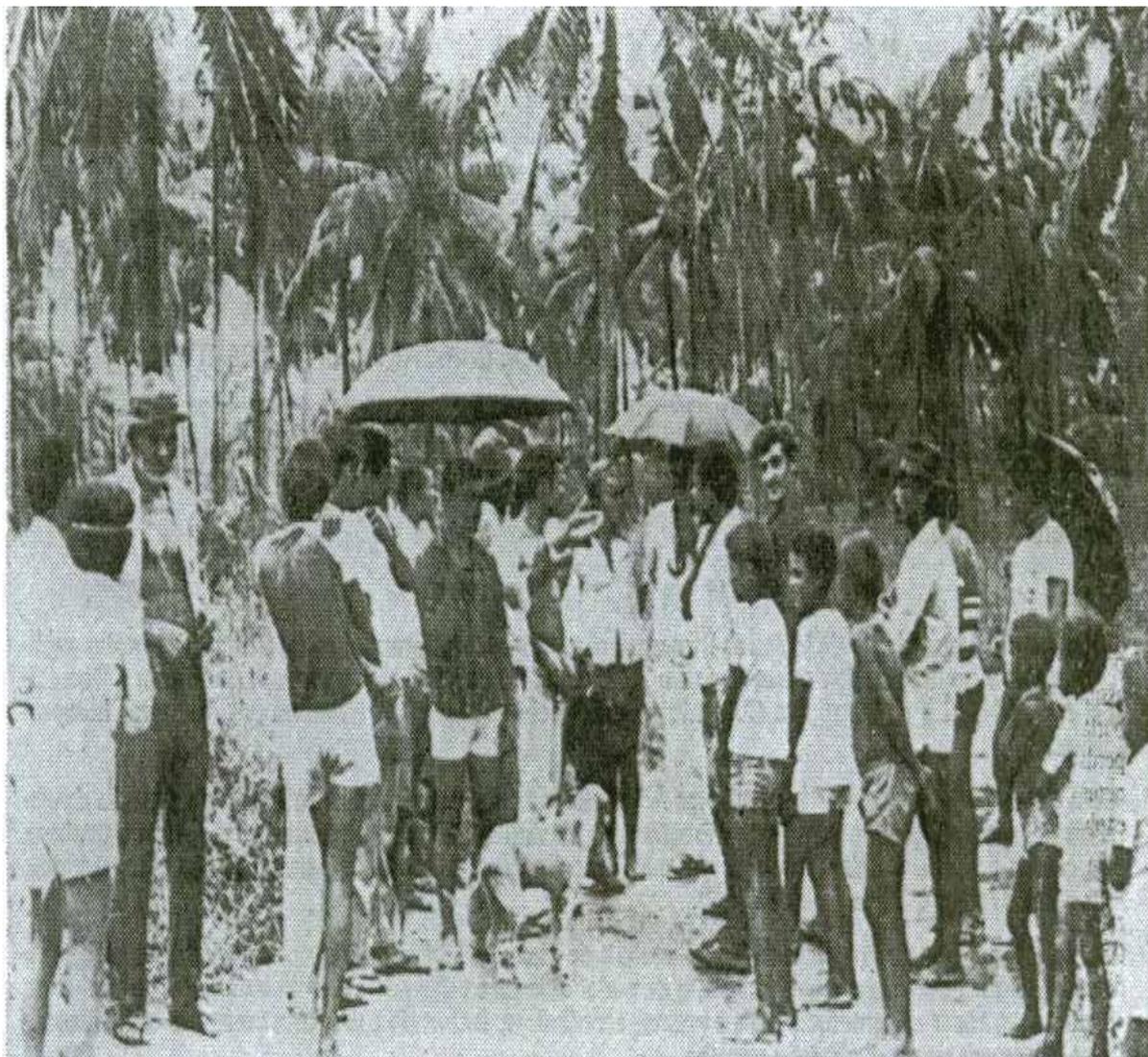
Homens concentrados de braços cruzados ou sentados, na frente de um antigo engenho, numa área rural, num dia que parece chuvoso ou caloroso devido à sombrinha que aparece na foto, dando um charme especial à cena. Era a primeira greve

no campo durante a ditadura militar, considerada legal, onde paralisaram mais de 18 mil trabalhadores rurais em busca de 100% de aumento.



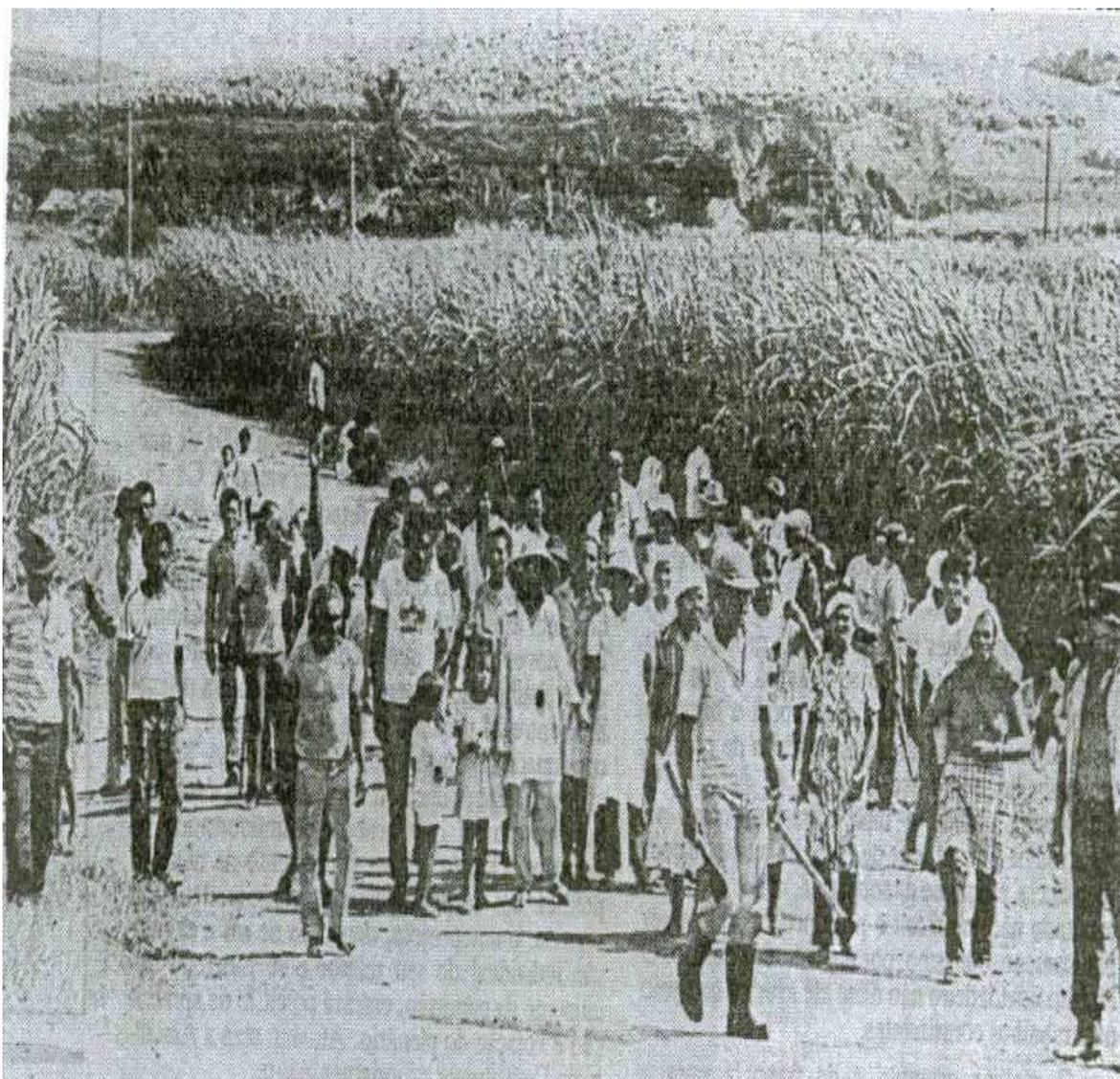
Fotografia 22 - Os trabalhadores rurais acham o movimento vitorioso e festejaram o acordo – 09/10/79.

Multidão de homens e mulheres concentrada, de braços para cima, com cartazes nas mãos, num ambiente rurícola. É a reunião da vitória dos trabalhadores canavieiros, em São Lourenço da Mata, Pernambuco, onde 18 das 19 reivindicações feitas aos usineiros foram atendidas, acabando com o perigo de greve.



Fotografia 23 - Trepadores de coqueiros exigem que usina pague Cz\$ 1,50 por escalada para tirar coco - 7/09/86.

Em pé crianças, homens com guarda-chuvas abertos e um cachorro em volta de coqueirais. Era a greve de tirador de coco por melhores salários no litoral pernambucano. Sem a legenda não dá para se perceber que se trata de um movimento grevista, pois o enquadramento da foto leva a uma linguagem polissêmica.



Fotografia 24 - Na Zona da Mata, cerca de 350 mil trabalhadores recolheram suas foices e deixaram os canaviais - 22/09/87.

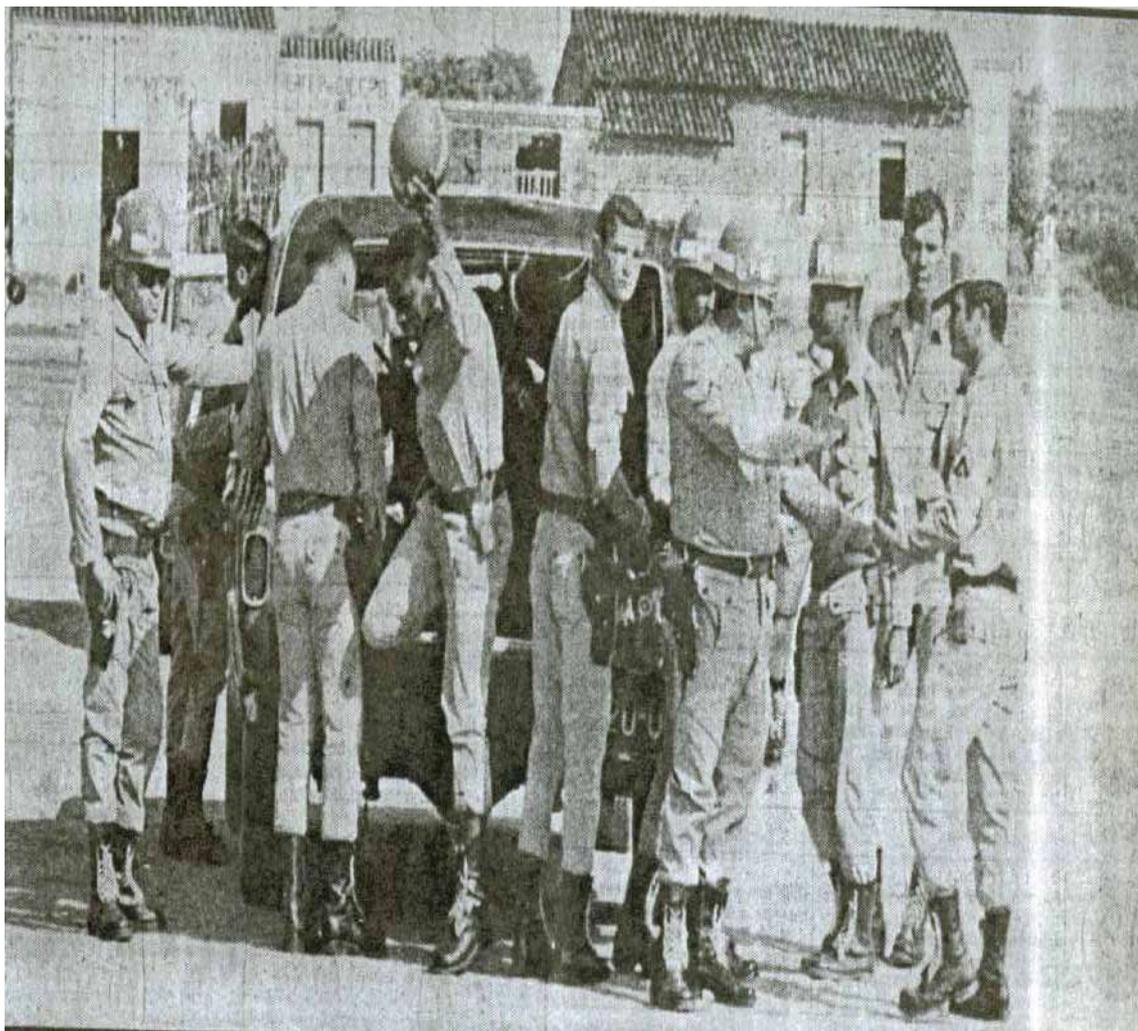
Homens, mulheres e crianças, alguns com enxadas nas mãos caminham organizadamente por um canavial. São trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco, em greve, num movimento que envolveu 350 mil canavieiros.

Nos anos 70 e 80, principalmente na última década, o Nordeste vez ou outra esteve na mídia por conta de casos de violência, como por exemplo, as brigas entre famílias no sertão pernambucano, o escândalo da mandioca, rebeliões nos presídios, como foi mostrado no capítulo anterior. Contudo, as fotografias desses episódios não apareceram com sangue, lágrimas e suor, com tom espalhafatoso, espetaculoso. As imagens mostradas são singelas, comedidas e comportadas e, `s vezes, ritualísticas.



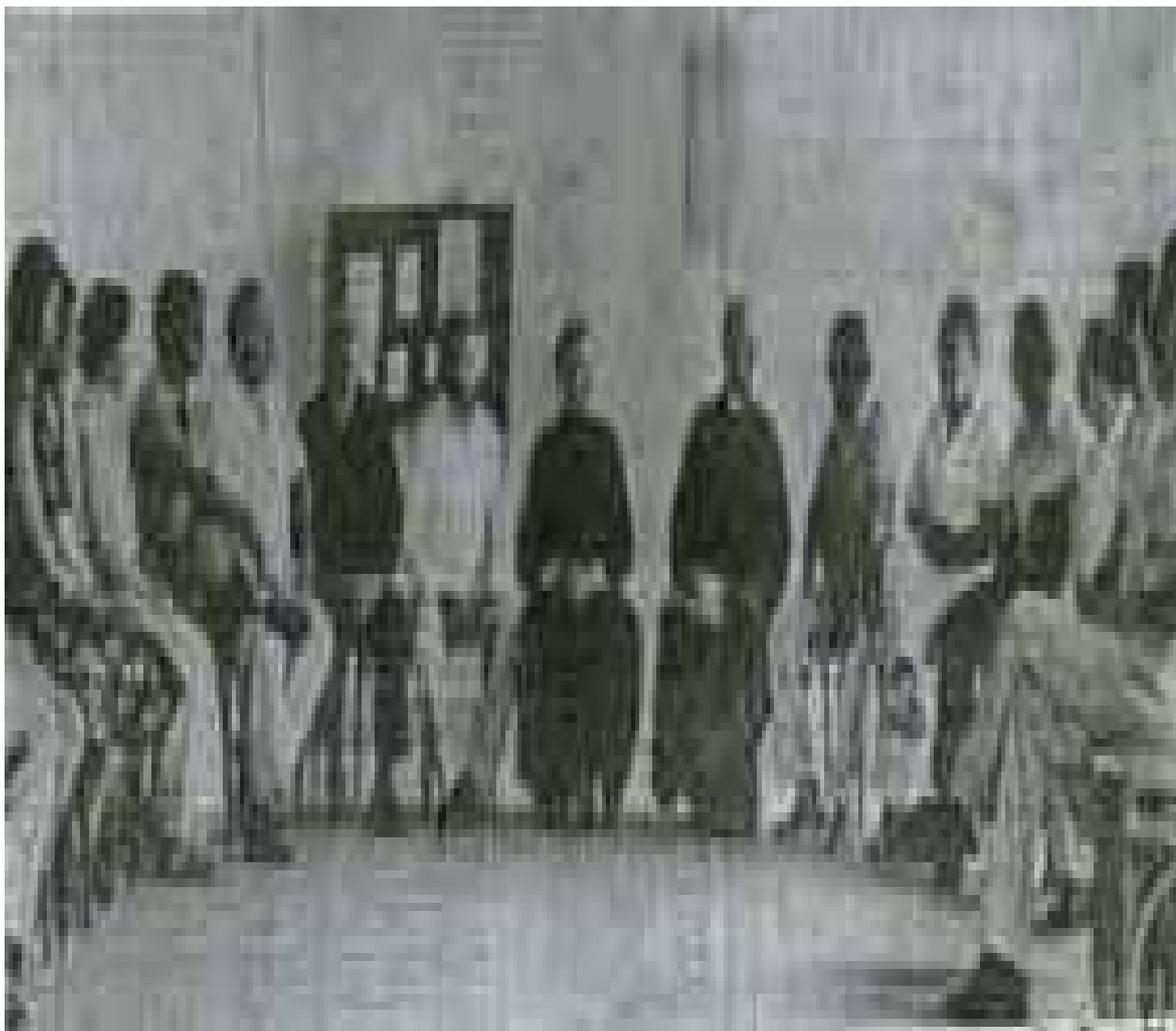
Fotografia 25 - O soldado Valença, que tinha um mês de farda, morreu a facadas e foi enterrado com honrarias militares – 31/01/87.

Um caixão coberto por uma bandeira é carregado por soldados a céu aberto. Ao lado soldados com armas para cima. Crianças, mulheres e homens a paisana acompanham o cortejo. É o enterro do soldado Valença que foi assassinado por presos da cadeia de Garanhuns durante fuga.



Fotografia 26 - O destacamento policial foi todo substituído, para maior eficiência na caça A. Vilmar.

Um grupo de soldados está fora de um carro numa rua vazia, com casas conjugadas. É a chegada da nova tropa policial para combater o matador Vilmar Gaia, que deixa Serra Talhada, a terra de Lampião, com medo e o povo em silêncio.



Fotografia 27 - Um pacto moral de não agressão foi conseguido em Exu por dom Avelar Brandão – 05/08/81.

Um meio círculo de pessoas sentadas, tendo no centro dois homens vestidos de padre, dando uma conotação de democracia, de ouvir a todos, de todos poderem falar. Essas pessoas reunidas estão, na verdade, tentando fazer um pacto de paz, entre membros das famílias Sampaio e Saraiva, que são inimigas e matam entre si, aterrorizando e trazendo medo à população de Exu, município do Sertão pernambucano. Dom Avelar Brandão é o padre que está procurando fazer essa conciliação dessas famílias, que faz o Nordeste aparecer na mídia como uma terra de gente que briga, que é desunida e tem ódio.



Fotografia 28 - Maleta 007 e escopeta nas mãos, o major Moura desembarcou da Veraneio para assumir a Prefeitura – 11/11/981.

Um homem fardado de militar retira uma mala e uma escopeta num carro, sendo observado à distância pela população. Trata-se do major Jorge Moura, que veio assumir a prefeitura de Exu, no sertão pernambucano, para por fim a rixa entre as famílias Alencar e Saraiva, e garantir a paz no município, num período em que a ditadura militar nomeava interventores e o povo não votava. A foto traz, em primeiro plano, um militar que representa a força, o governo. O que está por detrás da figura desse homem, é um contexto de violência intolerável entre duas famílias que acaba afetando a população local, ajudando a construir na mídia a idéia negativa de uma região violenta.

7.4.2. Política

A política no Nordeste brasileiro, nos anos 70 e 80, esteve diretamente relacionada ao cenário político nacional. No primeiro momento havia ditadura militar, com governadores e senadores biônicos, censura aos meios de comunicação de massa, perseguição aos opositores ao regime. No segundo período, o país volta pouco a pouco a se democratizar, políticos exilados retornam, eleições diretas são restabelecidas, o povo vai mais as ruas, através de movimentos grevistas e populares.

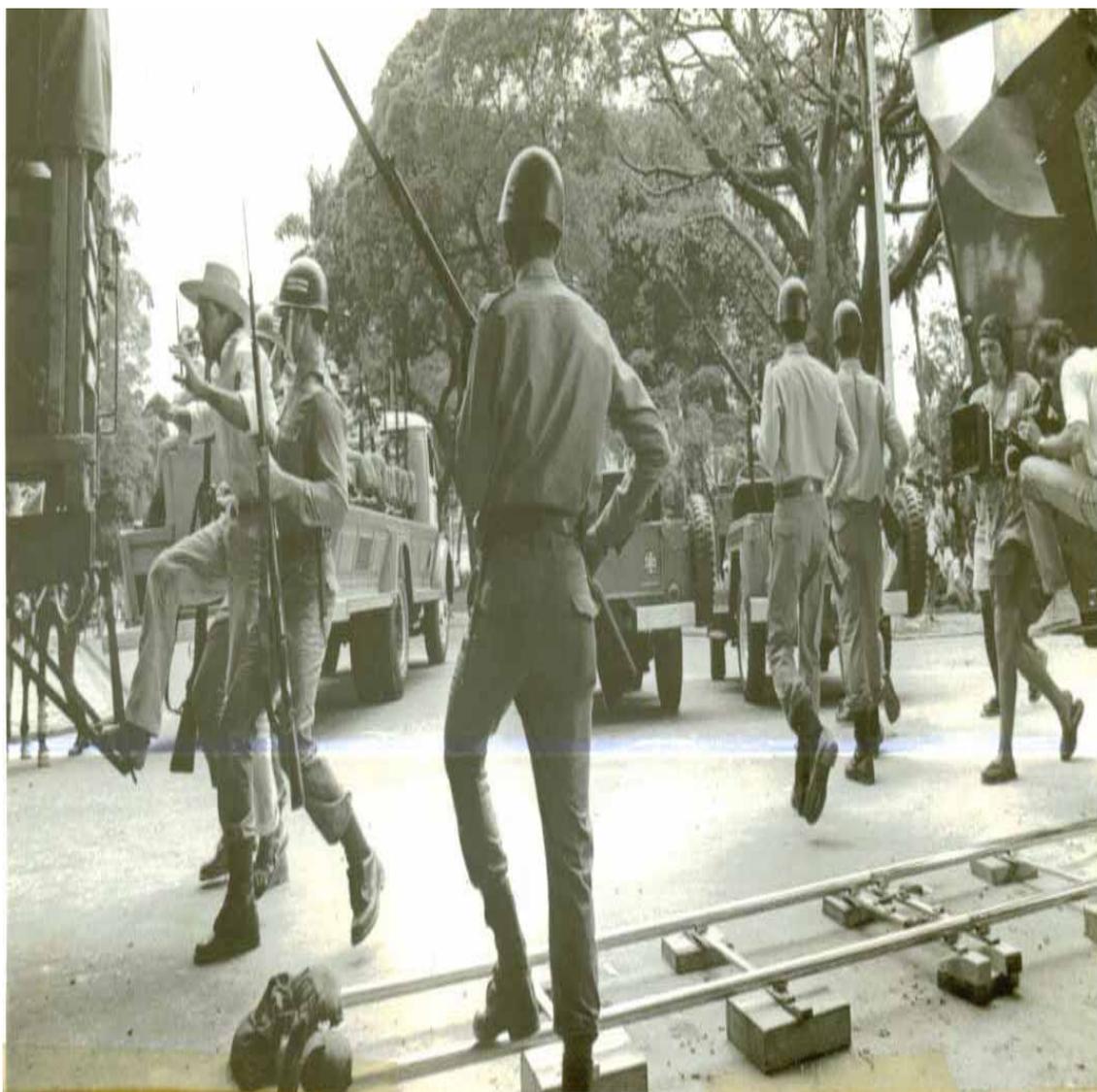
Muitas das fotografias da cena política que o JB veiculou, feitas por Natanael, têm uma linguagem polissêmica e ambígua, levando a várias interpretações, que são desfeitas com a legenda ou com o corpo do texto da matéria, cujas imagens chamam a atenção pela força do poder, como acontece, por exemplo, na foto que Figueiredo passa em revista os soldados da peça da Paixão de Cristo, como se fosse um imperador romano; o medo e susto que pode causar a população ao ver impressa uma imagem de uma guerra em pleno centro da cidade do Recife, em 28 de novembro de 1988, quando se tratava na verdade de uma reconstrução de um episódio político que aconteceu em 1964 com o então governador Miguel Arraes; a beleza e a singeleza de um local arrojado, como o Teatro Santa Isabel, servindo de palanque político; o religioso virando caso de polícia por ir de encontro a prática ditatorial; um circo, um local, de palhaçadas e brincadeiras, sendo palco para se debater a democracia.

Muitas dessas cenas políticas fotografadas estão nas entrelinhas da censura e no limite do que pode ser publicável pela mídia. Elas mexem com a sensibilidade do repórter-fotográfico, com seu estilo pessoal de ver a vida, mas também se deixa, em algumas ocasiões, denunciar metaforicamente o que a mão invisível do Estado não permitia.



Fotografia 29 - Figueiredo viu o Drama da Paixão em Nova Jerusalém. Hoje anuncia o Pacote do Nordeste na Sudene – 03/04/81.

Um homem careca, de paletó e óculos, acompanhado de uma comitiva passa entre soldados com vestimenta romana, capacetes, lanças e escudos nas mãos, dando ares de poder e força. Era o general Figueiredo, presidente do Brasil, na época da ditadura militar, passando com seus ministros e militares, entre os figurantes da Paixão de Cristo, em Pernambuco. Ele veio a uma visita de ajuda a região, a fim de evitar o desgaste político do PDS, partido da situação, nas futuras eleições diretas, procurando lançar o Pacote do Nordeste na Sudene. A presença do presidente a região era um sinal de que o Nordeste é dependente do poder central, que precisa de ajuda e se trata de uma região politicamente estratégica na manutenção da política brasileira.



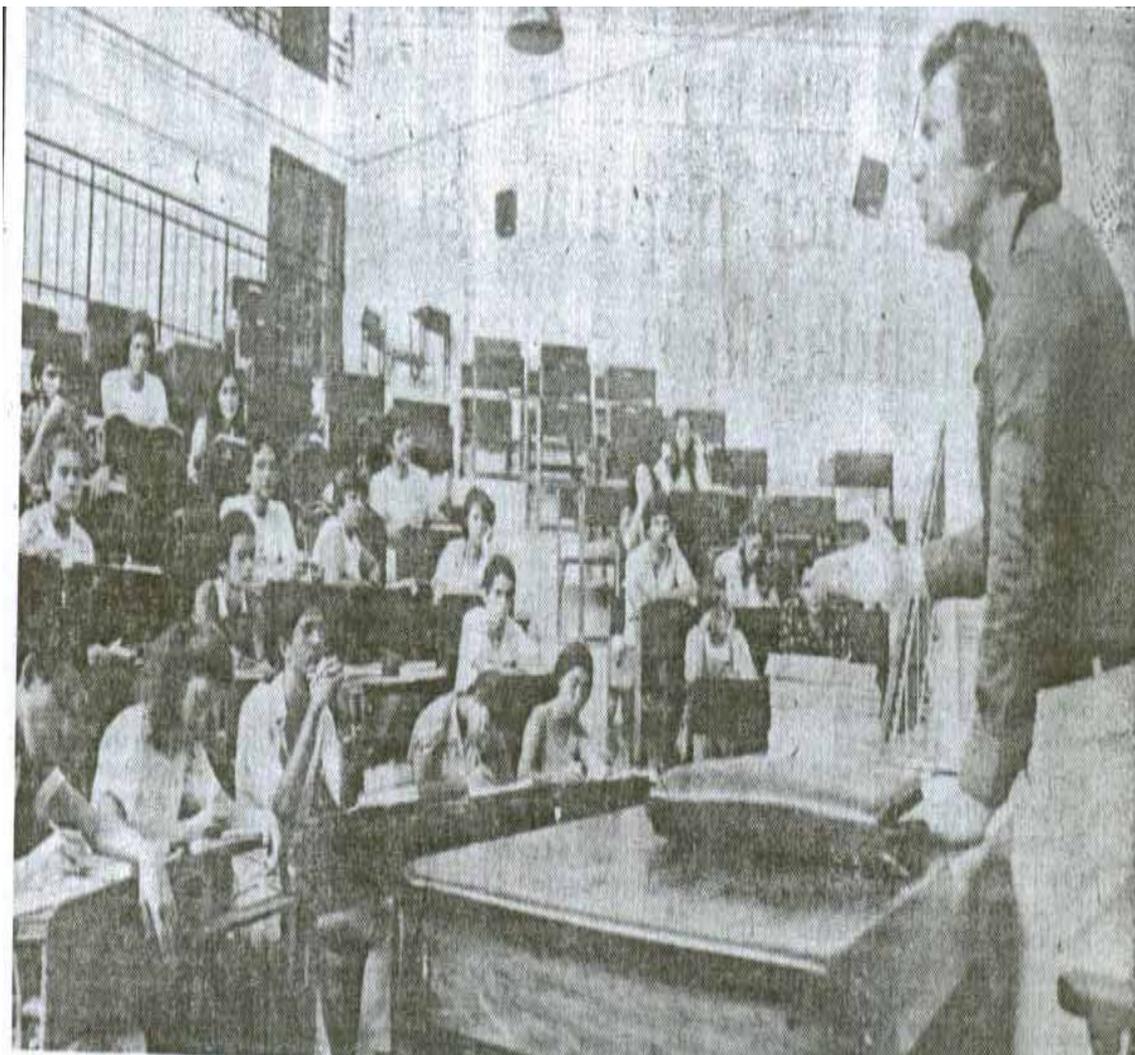
Fotografia 30 - Mais de 24 anos depois, a história se repetiu em Recife - 28/11/88.

Soldados da Polícia Militar com armas nas mãos e carros blindados parados dão ares de guerra numa paisagem urbana. Eram cenas de gravação do filme Kuarup, do cineasta Ruy Guerra, na Praça da República, em Recife, reproduzindo fatos históricos que ocorreram em 1964, quando o governador Miguel Arraes, foi preso no Palácio das Princesas, durante o Golpe Militar. Se não existisse a legenda, a fotografia poderia estar informando uma guerra, uma revolta que não estava existindo.



Fotografia 31 - Arraes disse que redemocratização não resolve problemas sociais e econômicos – 17/09/79.

Comício com pessoas se comprimindo, tendo num palanque repleto de gente e o político Miguel Arraes. Esse evento reuniu cerca de 20 mil pessoas, em Recife, onde o ex-governador defendia a organização popular como a melhor maneira de vencer os problemas sociais e econômicos, num período que havia ditadura e o País estava fazendo a abertura política. Uma imagem de uma grande reunião política, que o povo, na época, não estava acostumado, pois a ditadura trouxe a censura e proibia manifestações contrárias à sua administração. Era sinal de que os tempos estavam mudando, e que no Nordeste essa mudança já havia começado, com a volta de políticos que foram exilados durante o Golpe.



Fotografia 32 – De volta à cátedra, Marcos Freire considera gratificante a oportunidade de formar jovens – 12/06/83.

Um homem em pé, de camisa de mangas compridas, fala para uma platéia. É o professor Marcos Freire, após 12 anos, de volta às aulas da Faculdade de Direito do Recife, depois que o ex-senador perdeu as eleições para o governo de Pernambuco.



Fotografia 33 - Tancredo prometeu reforma agrária aos trabalhadores rurais, sem violência e sem traumas – 04/01/85.

Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, na primeira eleição através do colégio eleitoral depois da ditadura militar, discursando num teatro repleto de gente nos camarotes, com faixas com palavras de ordem sobre a Nova República e a força do povo. Era um comício que o candidato à presidência da República fazia a trabalhadores rurais no imponente Teatro Santa Isabel, em Recife, prometendo iniciar reforma agrária, no seu governo, no Nordeste. Não é uma imagem propriamente do cenário nordestino, mas que mostra sujeitos sociais importantes da política nacional numa região estratégica para qualquer pessoa que queira governar o País.



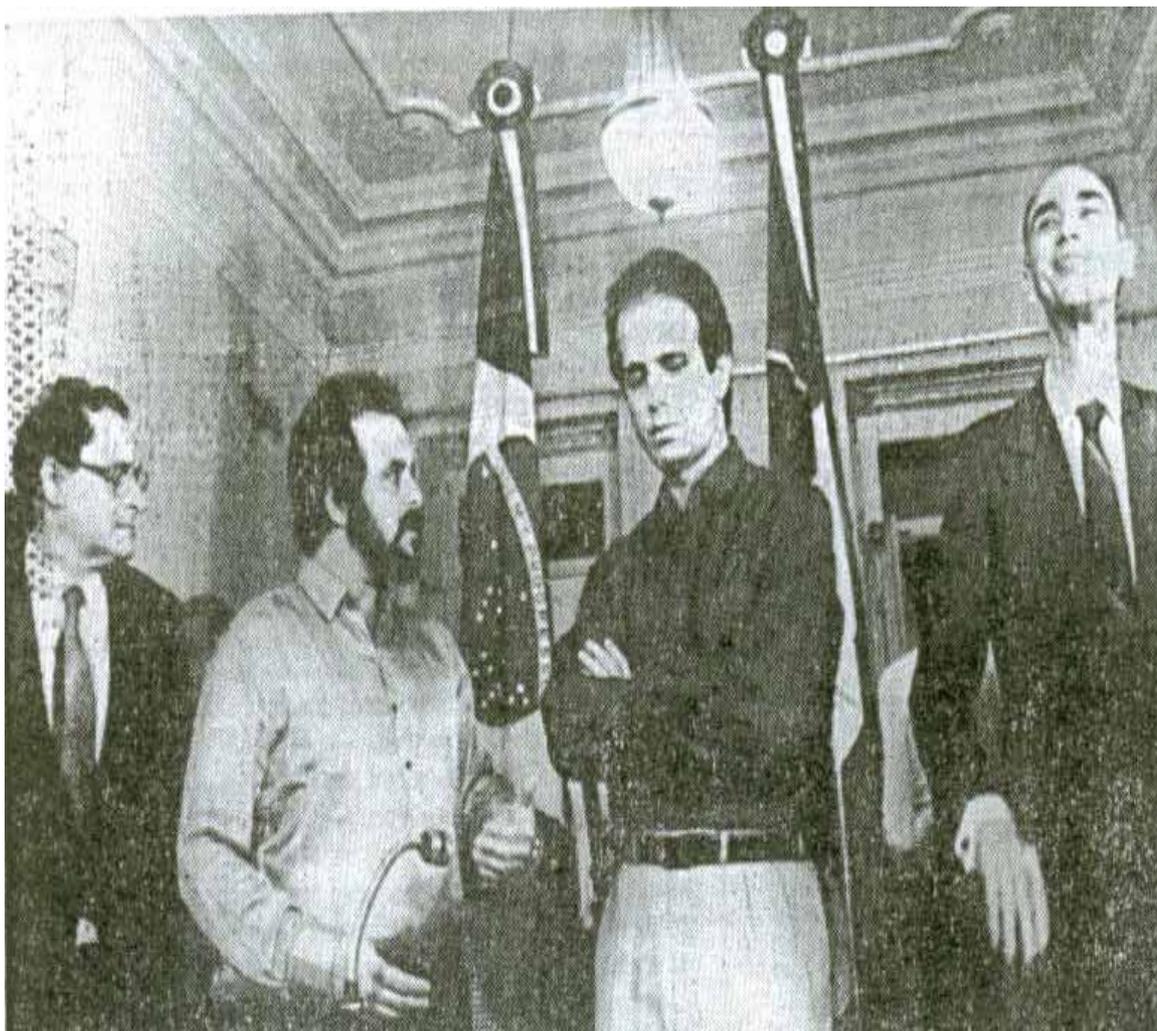
Fotografia 34 – Jarbas prometeu reformas ao povo reunido na Prefeitura – 02/01/86.

Um homem de paletó, em pé, fala no microfone para uma platéia de homens e mulheres sentadas. Esse homem é Jarbas Vasconcelos, sendo empossado prefeito do Recife, discursando para seus correligionários, prometendo mudanças, numa época em que era permitido querer mudar.



Fotografia 35- Diante do Paço, Maria Luiza ergueu-se no banco do automóvel e levantou os braços, como vencedora –02/01/86.

Uma jovem senhora ri com um braço levantado em cima de um carro, junto de uma multidão com bandeiras num lugar arborizado. É Maria Luiza Fontenelle, do PT, primeira mulher eleita pelo voto direto prefeita de uma capital nordestina, desconstruindo o estereótipo machista do nordestino, comemorando sua vitória pelas ruas de Fortaleza.



Fotografia 36 - Enquanto Magalhães (E), Krauser e Múcio não escondiam a tensão, Maciel sorria – 27/08/86.

Marco Maciel, José Múcio, Gustavo Krause e Roberto Magalhães em pé num salão com as bandeiras do Brasil e de Pernambuco. É a cúpula do PFL em Pernambuco no Palácio do Campo das Princesas, anunciando o usineiro e secretário de Transportes, José Múcio, como candidato do partido ao governo do estado de Pernambuco. A imagem remete ao poder político hegemônico da época.



Fotografia 37 – Muito aplaudido, Arraes acenou com o diploma para o público – 10/01/87.

Miguel Arraes em pé, com um papel enrolado na mão. Homens e mulheres o aplaudindo, no Teatro Santa Isabel, ao ser diplomado governador de Pernambuco pelo Tribunal Regional Eleitoral, prometendo “unir forças, sem esconder divergências circunstanciais”.



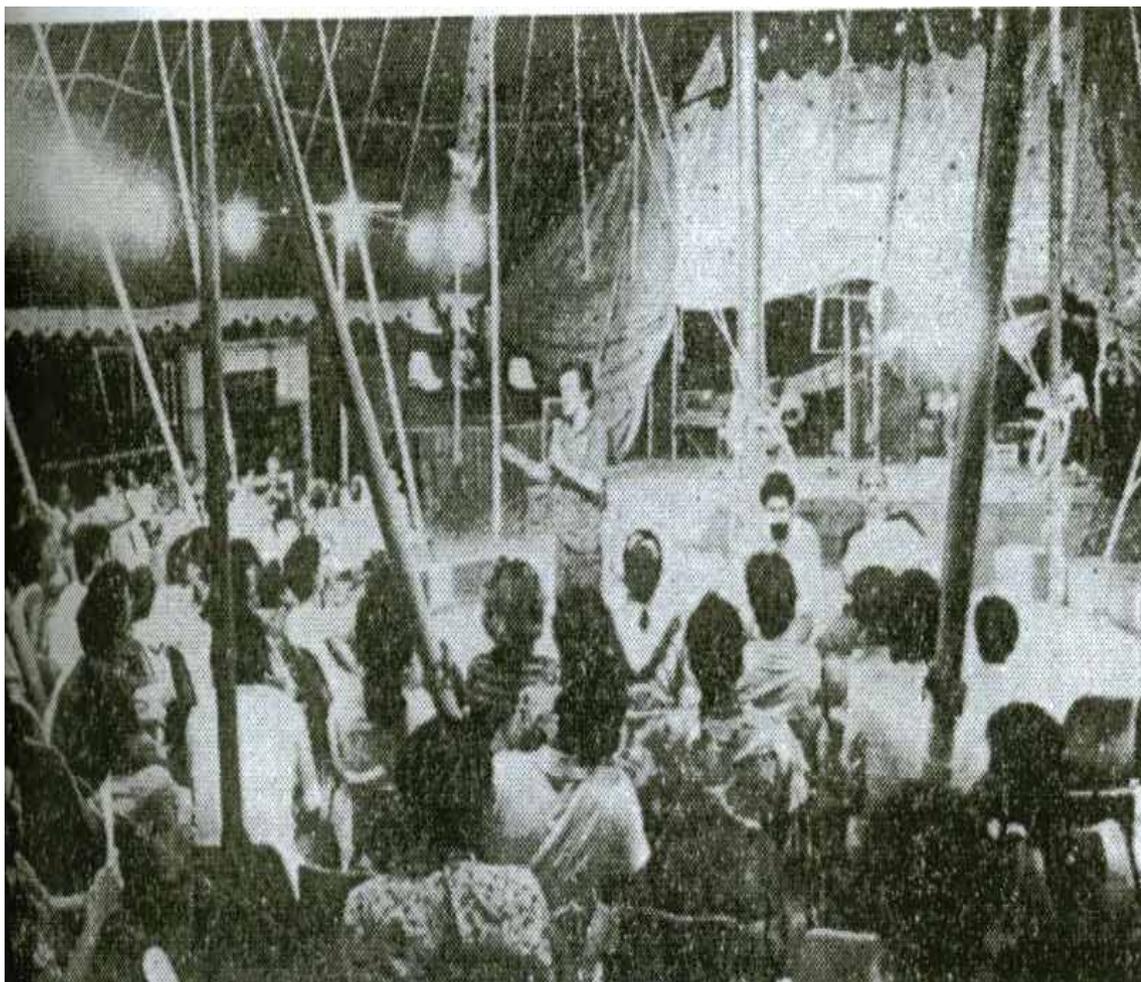
Fotografia 38 - Braga teve festa de correligionários no aeroporto – 22/06/8?

Um homem de braços abertos, carregado por um grupo de pessoas, dois dedos abertos levantados por um outro homem. É o símbolo da vitória do ex-governador da Paraíba, João Braga, na sua volta a João Pessoa, sendo saudado por seus correligionários, depois de ter sido apontado como autor intelectual do assassinato do jornalista Paulo Brandão Cavalcanti.



Fotografia 39 - Cem mil pessoas saíram às ruas de Caruaru para receber o candidato do PRN – 09/10/89.

Bandeiras coloridas, um grupo de pessoas em cima de um carro rodeado por uma multidão que se comprimia numa rua arborizada. Era a caminhada que produziu o maior comício da campanha à Presidência da República, durante a primeira eleição direta do Brasil, depois da ditadura militar, protagonizada por Fernando Collor de Mello, candidato do PRN, em Caruaru, Pernambuco, reunindo cerca de 60 mil pessoas. Collor era governador de Alagoas e usou em sua campanha o slogan “o caçador de marajás”, num período de “caça às bruxas ao funcionalismo público” e à corrupção. A quantidade de pessoas na foto mostra a dimensão, na época, de sua aceitação popular. Era um exemplo de um político nordestino de sucesso que tinha o discurso amigo do povo e a intolerância à corrupção, e isso valorizava, na ocasião, de certa forma, a imagem da região. Mas, isso era o discurso. O resultado da prática de sua administração foi o seu *impeachment*.



Fotografia 40 – O picadeiro do Gran Circo é agora tribuna de debates sobre a futura Constituição – 31/05/86.

Arquibancadas, lonas, picadeiro, uma platéia, um homem em pé com um microfone nas mãos. Um circo itinerante, idealizado por jovens e pela fundação de Cultura do Recife, cujo espetáculo era debater a constituinte, a nova Constituição brasileira em substituição a de 1967, elaborada no Governo Militar. Era a democracia chegando a todos os locais



Fotografia 41 – Lula levou o filho Sandro para passear de carro de boi e disse que não era candidato a nenhum cargo: “só se for candidato à cadeia”, 17/06/79.

Um homem com um chapéu e um pau na mão puxa um carro de boi, que carrega um homem barbudo, em pé, com uma criança nos braços. Ao fundo uma mulher, próxima a roda, segura uma das madeiras do “carro”. Era o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, com seu filho Sandro e sua mulher Marisa, em visita a Garanhuns, Pernambuco, sua terra natal, 27 anos depois de ter migrado para São Paulo, em busca de dias melhores.

7.4.3. Símbolos e personalidades nordestinas

Desigualdade social, passista, frevo, rede, vaqueiro, gibão, sanfona, carnaval, São João, jumento, mandacaru, sertão, chagado, forró, baião, carne de sol, tapioca, Feira de Caruaru, rio São Francisco, Lampião, Padre Cícero, Luiz Gonzaga, Gilberto Freyre, Dom Hélder Câmara são alguns dos símbolos e personalidades que lembram sempre o Nordeste brasileiro, que fazem parte do imaginário coletivo e ajudam a construir uma identidade cultural híbrida, heterogênea e complexa. Muitos deles estão presentes nas fotografias que o *Jornal do Brasil* publicou através das lentes e do olhar de Natanael, dando a impressão de vários nordestes.



Fotografia 42 -São muitas as histórias em torno do fardão da Academia Brasileira de Letras – 12/12/88.

Uma mulher vestida de noiva, de braços dados a um homem com terno e gravata e uma flor no bolso, numa igreja, junto de um outro homem, com óculos, trajando um fardão da Academia Brasileira de Letras. Era o casamento da filha do

escritor e ministro do Tribunal de Contas Marcos Vilaça, Taciana com José Mendonça Filho, onde a cerimônia foi marcada pelo luxo, com a presença de dois mil convidados, contrastando com a realidade da maioria dos nordestinos. A foto mostra uma cerimônia pomposa, de gente rica.



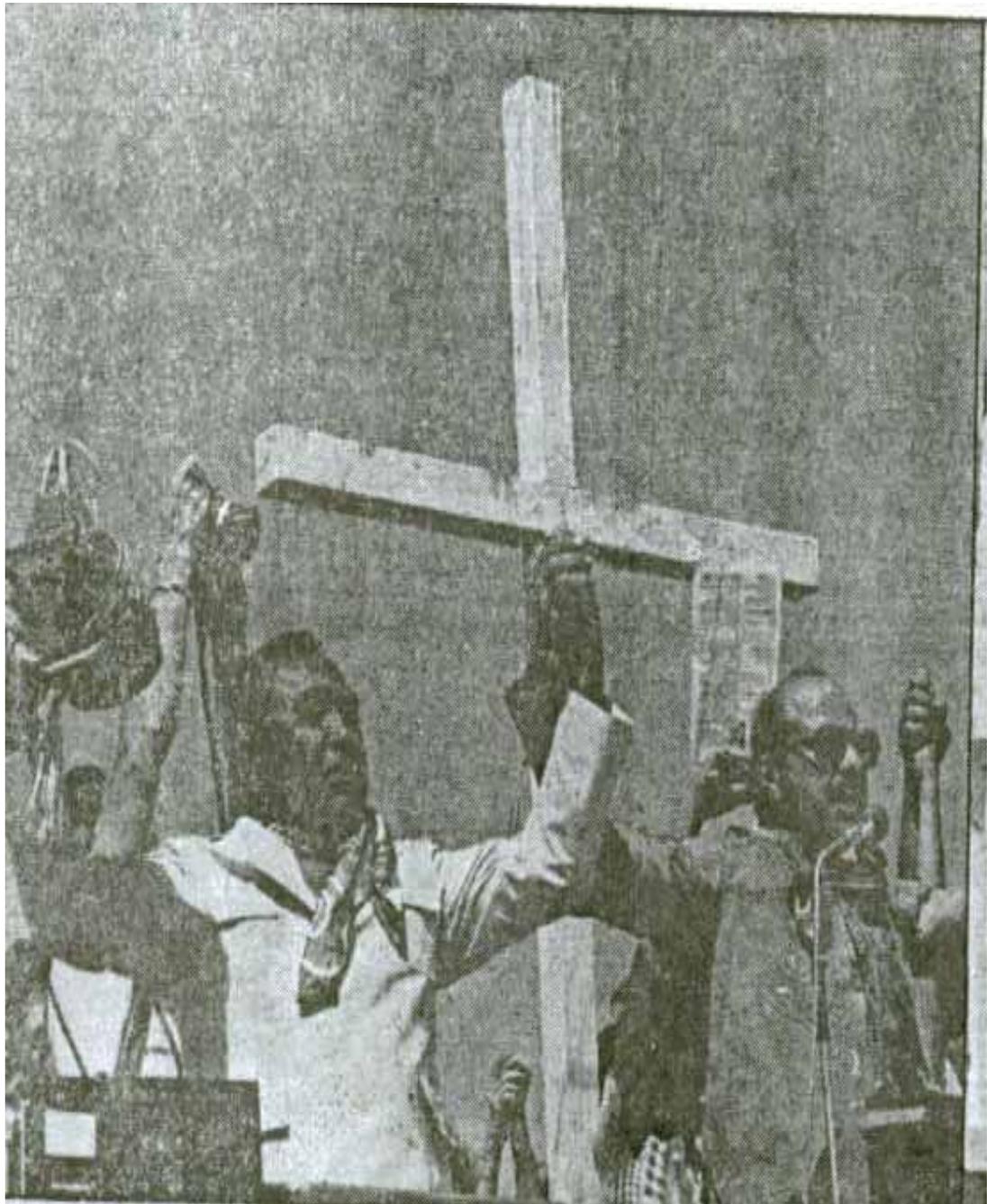
Fotografia 43 – Dom Hélder celebrou a missa no quintal, num altar armado à sombra das árvores - 19/12/80.

Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, representante da ala progressista da Igreja Católica, de braços abertos, celebrando uma missa para uma platéia ávida para ouvi-lo em local aberto. De braços abertos, o Dom recebia todos aqueles que lhes procurava.



Fotografia 44 - Capiba comemorou 50 anos de frevo desfilando em uma frevioca (caminhão com orquestra) enquanto a multidão cantava suas músicas – 04/03/81.

Um homem meio calvo, de óculos, de braços abertos, rindo, tendo uma multidão ao seu redor, parecendo um pássaro alado. Era o compositor Capiba, comemorando seus 50 anos de frevo nas ruas do Recife, durante o carnaval, demonstrando alegria, descontração, a tradição da cultura popular, feita do povo para o povo.



Fotografia 45 – Luiz Gonzaga ao lado do padre João Cândia, abriu a parte musical da Missa do Vaqueiro- 19/07/78.

Dois homens de mãos dadas, uma cruz e um microfone. É Luiz Gonzaga, o maior símbolo do forró brasileiro, das músicas que falam do povo, da asa branca e dos costumes do sertão nordestino, ao lado do padre João Cândia, no oitavo ano da Missa do Vaqueiro, em Serrita, Pernambuco.



Fotografia 46 - Velado em Recife, Luiz Gonzaga será enterrado amanhã em Exu – 03/08/89.

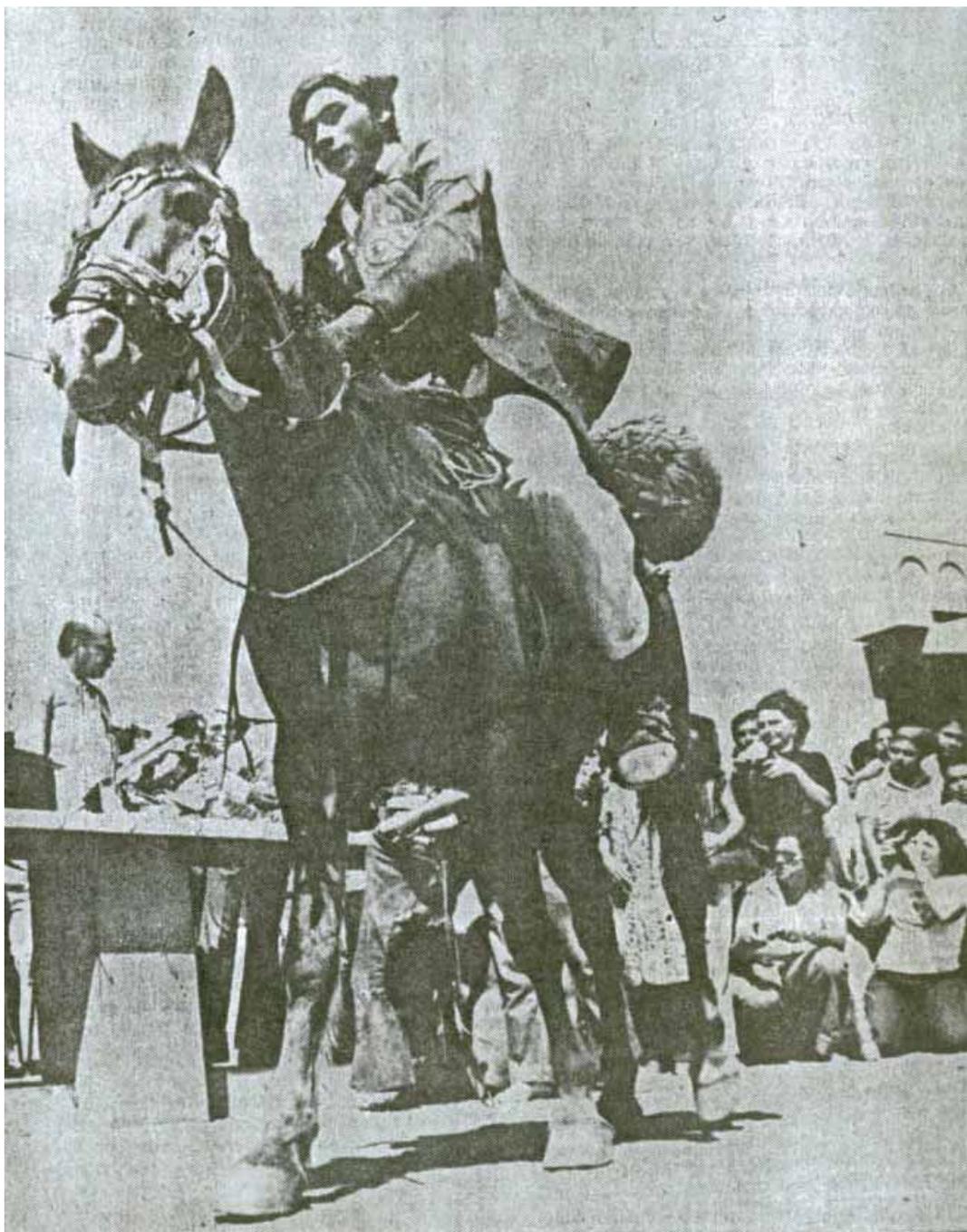
Um caixão de madeira, com uma coroa de flores, em cima de um carro de Bombeiros, é acompanhado por uma multidão e levado por soldados. É o cortejo do enterro de Luiz Gonzaga, 76 anos, o “rei do baião”, que divulgou e popularizou a cultura e os símbolos do Nordeste, bem como a seca da região, em suas músicas. É a triste partida de um ícone da música brasileira, de um cantor e compositor que deixava saudades e um vazio que não seria preenchido. Luiz Gonzaga era um ícone nordestino,

um símbolo de uma região contrastante, o testemunho vivo de um nordestino que venceu fronteiras e barreiras.



Fotografia 47 – O frevo, símbolo e glória do carnaval pernambucano, quase sumiu das ruas: fugiu para Olinda – 28/02/79.

Passistas dançam o frevo com sombrinhas coloridas nas mãos, numa noite de carnaval decorada por luzes. Apesar do título da matéria dizer “carnaval morre no Recife com 500 mil na Bahia”, a única imagem que se vê é a do frevo, fervendo, bastante vivo.



Fotografia 48– Desta vez, os vaqueiros foram mesmo o centro da festa. Os políticos, embora presentes, não tiveram chance de aparecer - 19/07/78.

Um vaqueiro nordestino com seu gibão, chapéu e sandálias de couro montado num cavalo na Missa do Vaqueiro, sendo visto por um grupo de pessoas, num dos eventos sertanejos mais esperados pela população. É um dos eventos mais esperados no ano pelos nordestinos.



Fotografia 49- O marxista Anildomá Willians faz campanha apaixonada para seu ídolo Lampião.

Um homem montado num cavalo branco, com chapéu de couro, espingarda e cartucheira no ombro, caminha ao lado de um muro marcado pela frase: “Nem herói, nem bandido! É história! Diga sim a Lampião!”. É um fã de Lampião que luta para ver seu ídolo se transformar em estátua na cidade onde nasceu, Serra Talhada. Sem a legenda, pode-se pensar que se trata do próprio Lampião andando pelas ruas.



Fotografia 50- Os jumentos agüentam apenas um terço do seu peso sobre o dorso, mas sempre carregam mais.

Um garoto caminhando com um pacote na mão e a mão sobre a cabeça, um vaqueiro puxando um jumento coberto de carga numa paisagem de vegetação árida. São sertanejos ao lado de um símbolo do sertão nordestino, marcado pela sua força e resistência, mas explorado pelo homem.



Fotografia 51 – Os pernambucanos mantêm a tradição de festejar os santos de junho. No pátio de São Pedro, um arraial improvisado, com quadrilha e tudo mais.

Homens e mulheres vestidos de matutos dançando quadrilha em frente a uma igreja. Ao centro um casal de noivos. É o São João no Nordeste, animado, enfeitado, exuberante.



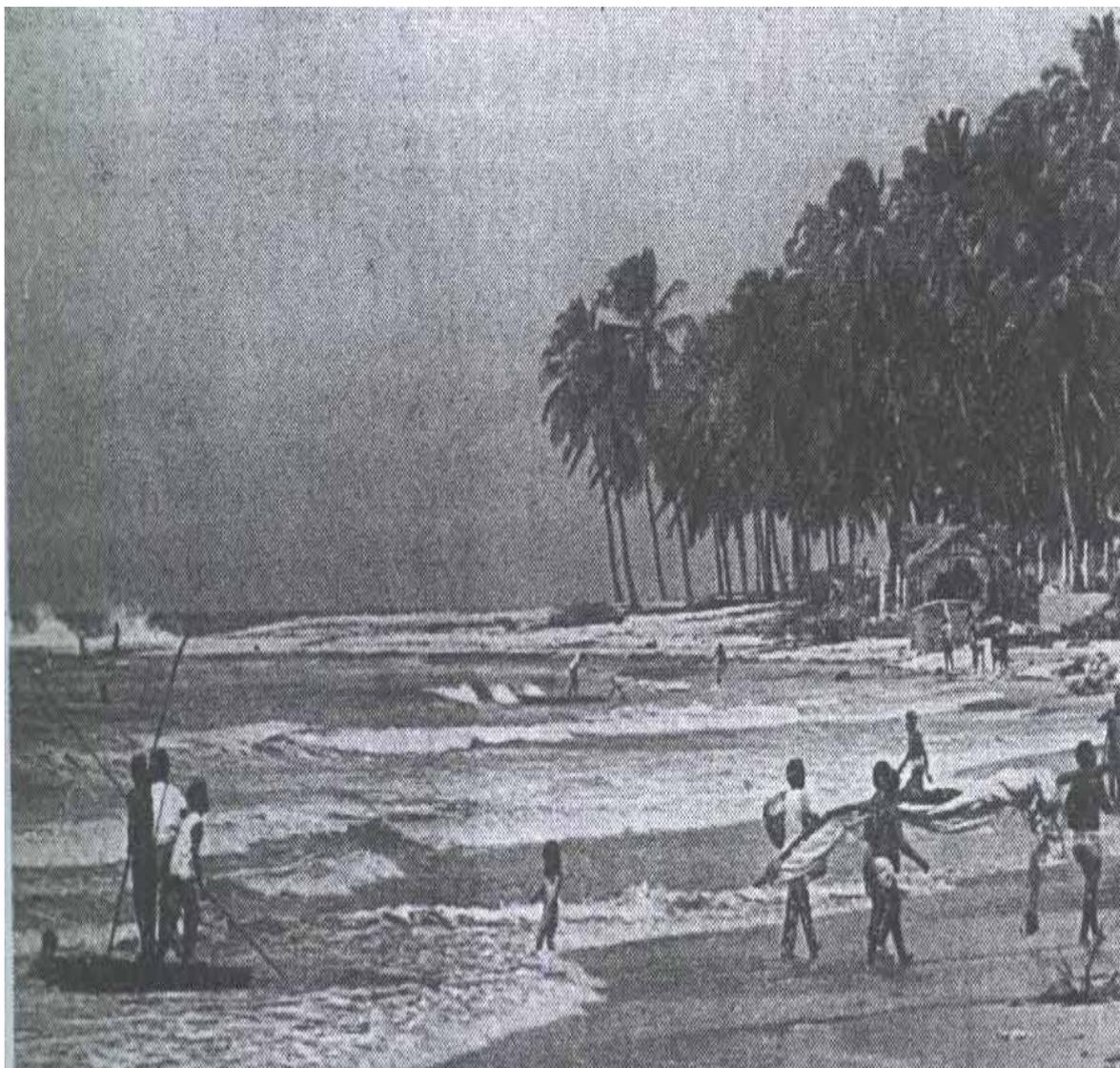
Fotografia 52 – Uma grande festa de fim de ano vai transformar a cidade num Festival de música, comida – e arte popular

Tapetes de palhas, bolsas, artesanato expostos. Duas mulheres, uma vendedora e compradora na Feira de Caruaru, a maior do Brasil, agreste pernambucano, onde de tudo se vende o ano inteiro e a cultura é revigorada dia-a-dia.

7.4.4. Paisagens nordestinas

Sol, sombra, mar, palhoças, coqueiros, tranquilidade, são os ingredientes das praias nordestinas, sobretudo as do litoral norte pernambucano, que Natanael mostra em suas fotografias, como se estivesse sempre fazendo um convite ao paraíso. Nas

idades, o fotógrafo se interessa pelos casarões, cruzeiros, lampiões, igrejas barrocas, mosteiros, pela tradição e pelo passado que resiste ao tempo, que não é só lembrança, mas que está vivo convivendo com a modernidade.



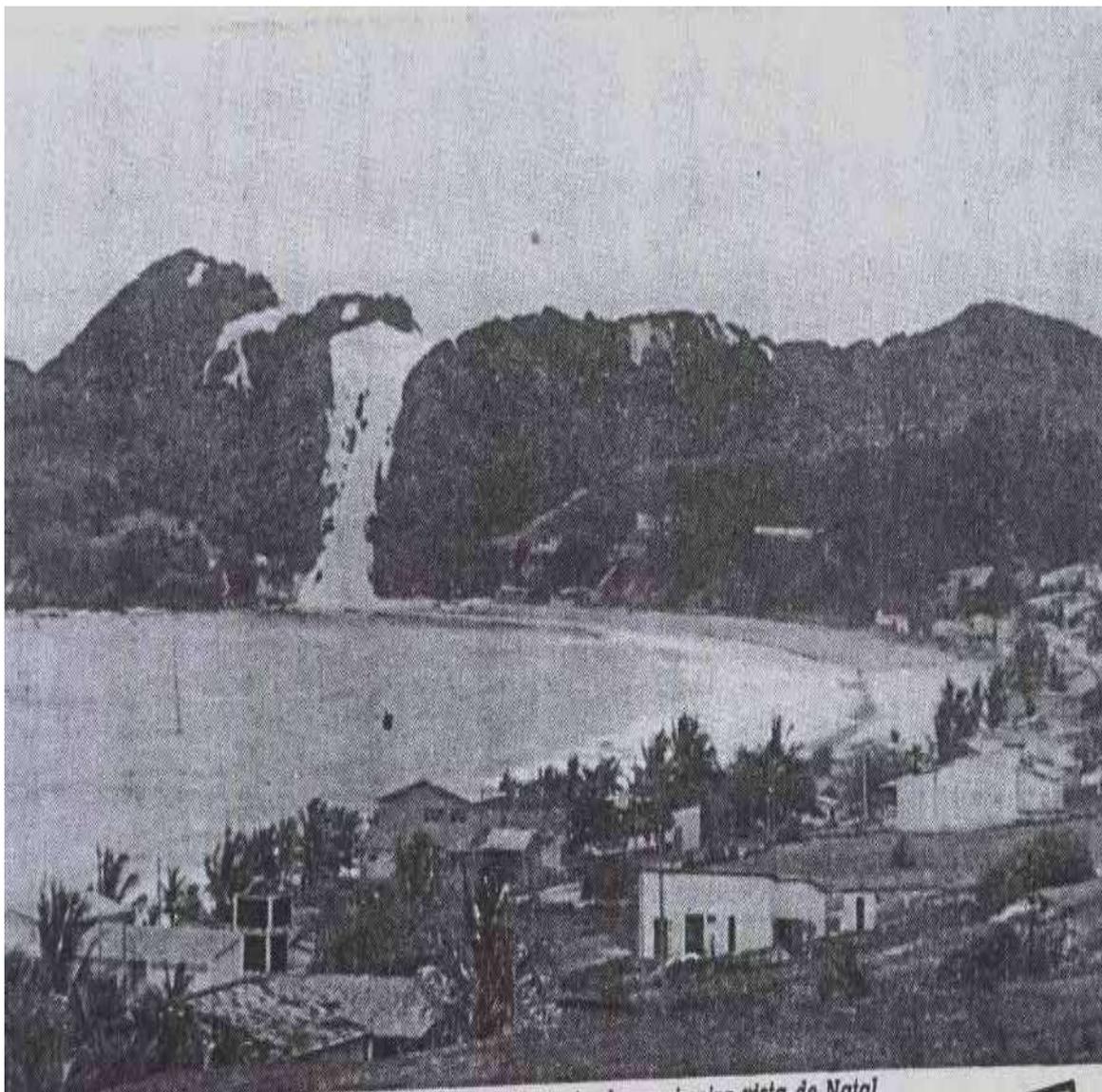
Fotografia 53– apesar da desconfiança de índios e caboclos, surfistas e turistas descobrem aos poucos os encantos da Baía da Traição.

Um mar cheio de ondas desaguando na praia, homens e crianças passeando, e pescando, palhoça e muitos coqueiros. Baía da Traição, localizada numa reserva indígena potiguar, a 80 quilômetros de João Pessoa, é esse paraíso cheio de sol e mansidão.



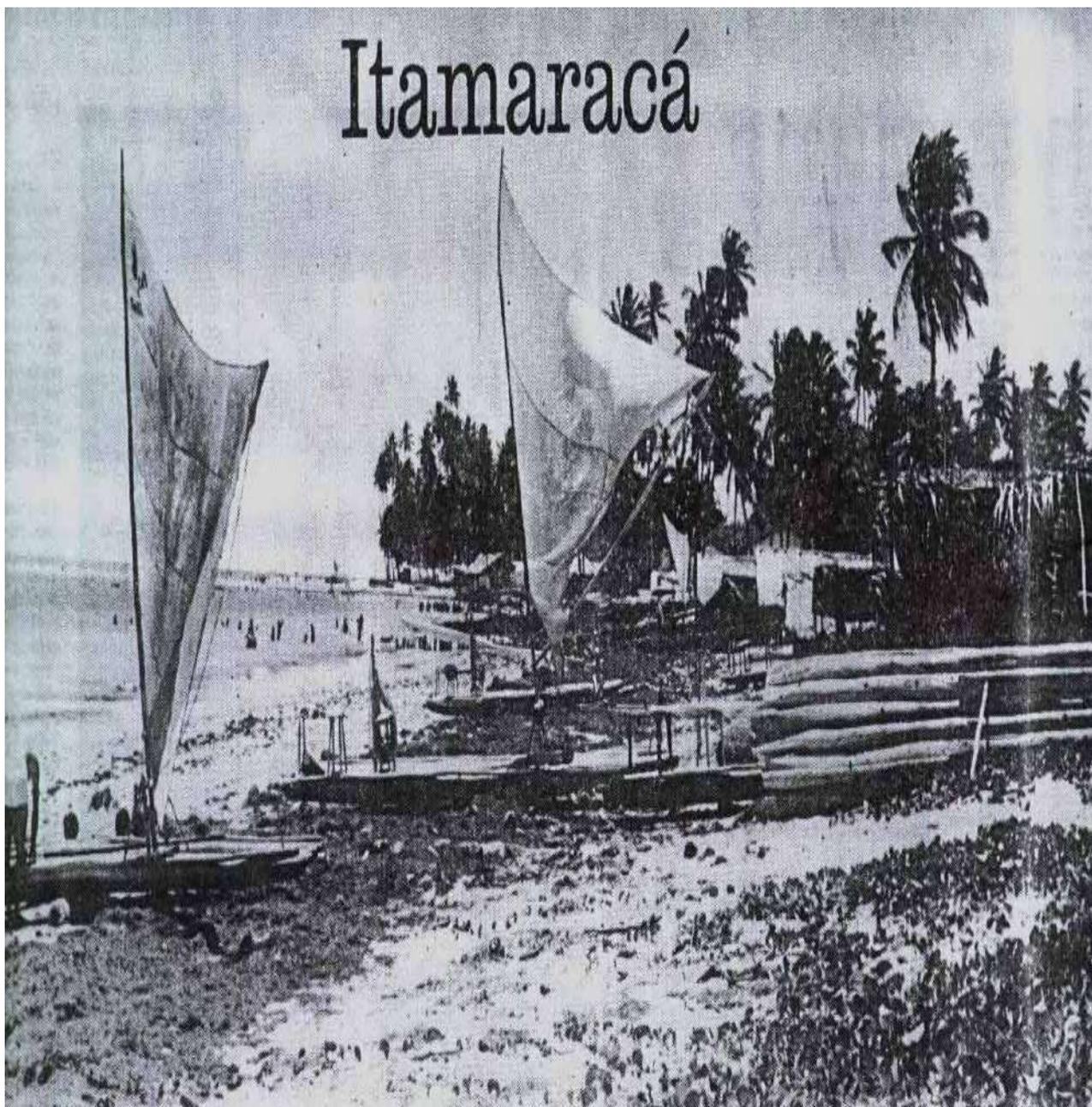
Fotografia 54- Em todas as praias de Recife, a água de coco é vendida em cabanas – 25/06/86.

Coqueiros, palhoça, jangada, mar, a presença humana e um prédio ao fundo é uma das imagens da Praia de Boa Viagem, no coração do Recife, uma das mais belas de Pernambuco.



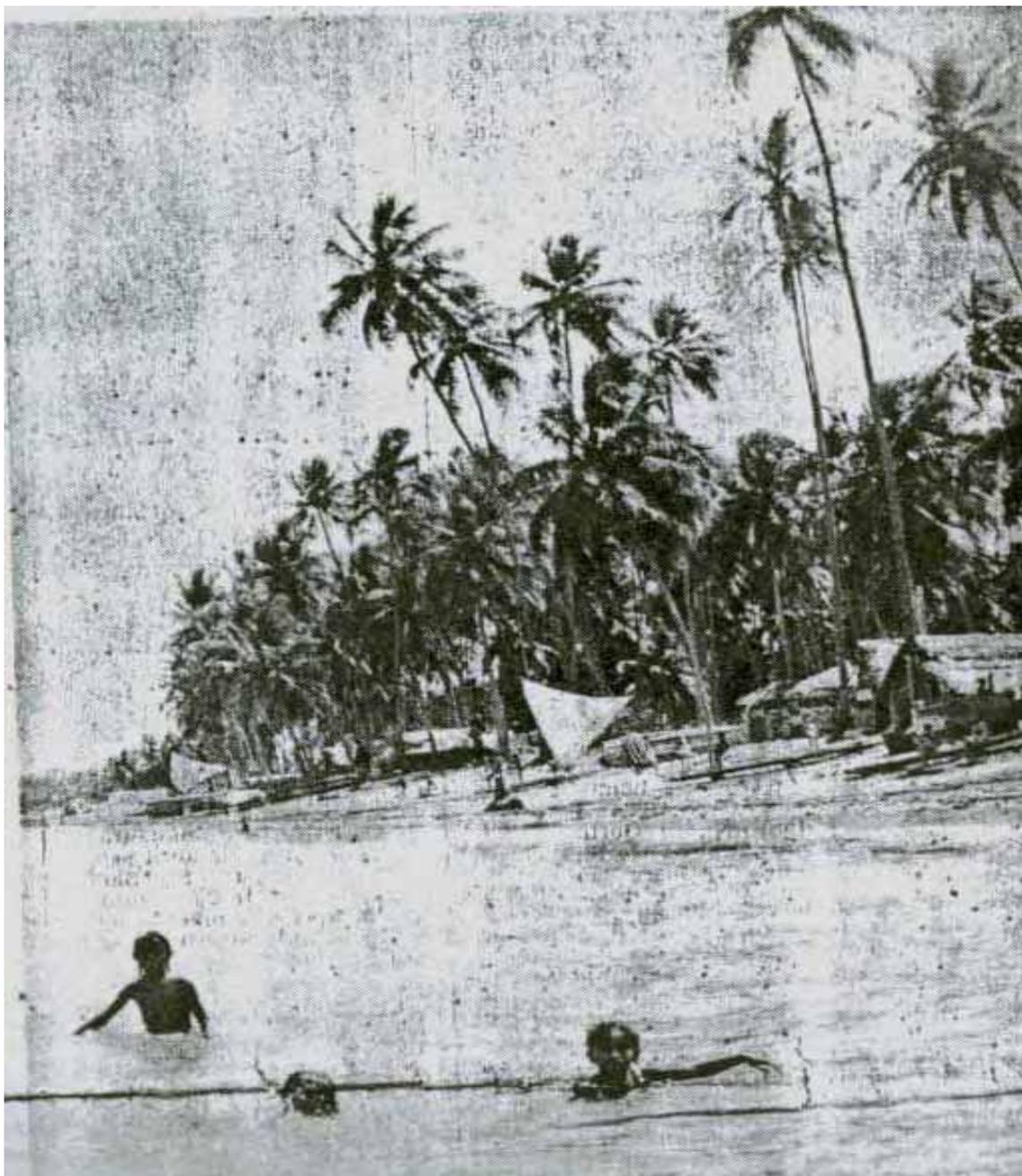
Fotografia 55 – A praia de Ponta Negra que forma uma pequena baía, é na estrada, a primeira vista de Natal - 25/06/86.

Dunas de areia, convivendo com uma vegetação que insiste em cobri-la a margem do mar, formam uma pequena baía que dá para frente de algumas casas. É a Praia de Ponta Negra, em Natal, um dos cartões postais mais atrativos da cidade.



Fotografia 56– Praias de coqueirais, sol o ano inteiro.

Jangadas, coqueiros, mar tranqüilo e vegetação rasteira na Ilha de Itamaracá, a 50 quilômetros do Recife. Era o *point* turístico nos anos 70.



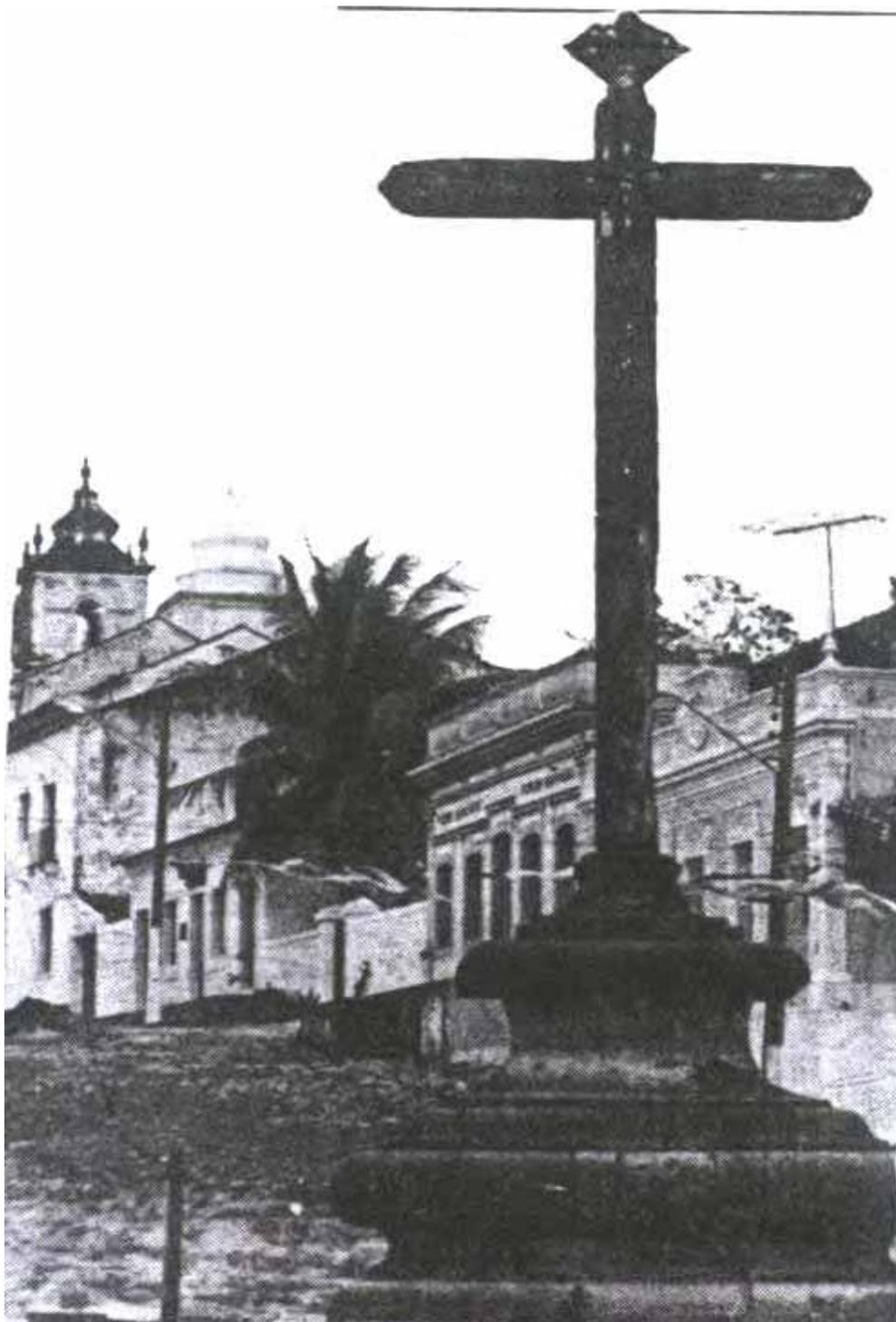
Fotografia 57– Tranqüilidade absoluta a poucos passos da cidade grande - 27/03/85.

Crianças tomando banho de mar numa praia de ondas mansas, com jangadas, coqueiros e palhoças. É a Praia de Maria Farinha, em Paulista, litoral norte pernambucano.



Fotografia 58- O roteiro dos Beneditinos em Pernambuco - 22/01/86.

Palmeiras imperiais estão na frente de uma fachada de uma igreja barroca. É a Igreja do mosteiro de São Bento, em Olinda, uma das mais antigas do Brasil (1585), onde se pode ouvir cantos gregorianos nos finais de tarde, assistir missa em latim e se vê imagens seculares e uma capela revestida em ouro.



Fotografia 59– Igarassu, uma relíquia colonial – 20/11/85.

Um cruzeiro, casarões conjugados e uma igreja barroca ao fundo é um dos pontos de entrada de Igarassu, um município criado pelo donatário Duarte Coelho, na época da colonização do país, a 30 quilômetros do Recife.



Fotografia 61– No Pátio de São Pedro, a arquitetura e os bons restaurantes - 25/06/86.

Lampiões coloniais, casarões conjugados fazem parte da arquitetura do centro do Recife, onde o moderno e o tradicional convivem pacificamente, misturando o tempo, confundindo as sensações de um mesmo lugar com estilos diferentes.



Fotografia 60 – Na capital pernambucana há muito para ver e comprar, 12/06/75.

Casarios barrocos, carros parados e um homem passando na frente de um portão gradeado. É o Pátio de São Pedro, um canto da cidade do Recife, cujo cotidiano está preso ao passado, com a nostalgia e o encanto de uma época que passou, mas que continua viva na arquitetura da cidade.

7.5. Algumas considerações

As imagens nordestinas capturadas nas lentes da câmera fotográfica de Natanael Guedes têm o lirismo, o humanismo, o romantismo e a elegância que o repórter via e vivia sua vida nordestina, como um eterno turista com sua máquina nas mãos, registrando as belas paisagens, o povo se locomovendo, a cultura se expressando, os símbolos de uma gente também nordestina. Suas fotos não reclamam, não gritam, não sangram, não choram. Até na pobreza, no espaço da miséria, nas dificuldades diárias do povo, o repórter-fotográfico buscava encontrar o prazer e a beleza da vida. A sombrinha aberta durante as enchentes e as greves, as praias de águas mansas, os coqueiros, os arcos, os lampiões, o olhar firme do povo, as mãos erguidas dos políticos são alguns dos traços constantes em sua fotografia. No seu livro *Revelações*, confessa se sentir um turista na sua própria cidade. Para ele,

Ficar sentado no cais da rua da Aurora, à espera de ônibus, à noite, é sentir um pouco da poesia que o Recife oferece, ao ver o movimento das águas do Capibaribe, ora rio acima, ora rio abaixo. Elas vão desfilando lentamente na contraluz da avenida Guararapes com a rua do Sol. É como uma lavagem nas nossas mentes, tirando delas as preocupações e o cansaço do dia. Isto se torna tão agradável, que não há pressa de ir para casa. E a pessoa passa a ter sensação de ser um turista dentro da sua própria cidade²⁹⁰.

Além de ser um repórter fotográfico de prontidão da notícia, Natanael não se contentava em fazer registros de fragmentos da realidade nordestina. Não tinha pressa para obter uma boa imagem, pois era de sua personalidade, do seu jeito de ser, “uma alma serena, tranqüila”, como diz a jornalista Terezinha Nunes, ser um fotógrafo por devoção, um pintor, às vezes, de uma realidade idealizada.

²⁹⁰ GUEDES, Natanael & GUEDES, Palmira. *Revelações*. Olinda: Editora Livrorápido, 2004, p. 95.

Conclusões

Qual a imagem do Nordeste brasileiro que o Jornal do Brasil veiculou durante os anos 70 e 80? Foi com este propósito que foi feita esta tese. Para responder a essa pergunta foi realizada uma pesquisa documental a partir da leitura de cerca de 500 reportagens, arquivadas pelo repórter fotográfico Natanael Guedes, que trabalhou na sucursal do JB, em Recife, durante 17 anos, tendo o Nordeste como o tema de seu fotojornalismo.

Ao folhear, catalogar o material, foi observado que as fotografias passavam uma imagem, quase sempre romântica da região, onde muitas vezes, a miséria, a catástrofe, as feridas sociais pareciam ter seu lado belo, exótico, humanístico. Percebeu-se, também, que alguns traços, símbolos e figuras se repetiam nessas fotografias tanto nos anos 70 como nos anos 80. Isso chamou a atenção da pesquisadora, que resolveu saber de que forma o olhar subjetivo do repórter fotográfico Natanael Guedes pode ter contribuído, de certa forma, na formação de imagens sobre o Nordeste brasileiro. Será que a imagem da pobreza e da miséria quase sempre romantizada e valorizando a paisagem era uma forma de amenizar o conflito social, função exigida pelo regime militar? Ou era forma de encontrar brechas no discurso jornalístico obediente ao regime para incluir uma visão positiva e alegre, valorativa, que estava dentro dos olhos de Natanael?

Mas, não eram apenas as fotografias que reproduziam mensagens sobre o Nordeste, o tratamento dado à notícia, à reportagem sobre fatos do cotidiano do povo, da economia, política, cultura nordestina, eram cheios de significados, de representações, de idéias, estereótipos sobre o que se convencionou chamar de Nordeste brasileiro.

Assim, fotógrafo e jornalistas do JB da sucursal de Recife eram fontes de informação sobre a região, o que eles noticiavam e fotografavam eram representações sociais, fragmentos da realidade, ou mesmo uma idealização da realidade, que atendiam muitas vezes aos interesses pessoais desses jornalistas, a linha editorial do

jornal, bem como tinham uma carga ideológica, atendendo, também, a interesses econômicos e políticos da elite dominante da época.

O que se fotografava e se veiculava sobre o Nordeste estava contido dentro de um cenário político e social bem típico. Portanto, não bastava compreender que imagem o JB veiculou sobre a região, analisando apenas a possível contribuição do estilo e do olhar do repórter fotográfico Natanael Guedes, ou ainda, analisando as matérias jornalísticas em si mesmas. Era necessário levar em consideração o contexto político e social dos anos 70 e 80 em que esse Nordeste foi gestado, pautado e noticiado. Era preciso, também, compreender como era o campo profissional da comunicação e o habitus do jornalismo nesse período, a fim de verificar a questão da liberdade de imprensa, do direito de apurar os fatos e de informar, bem como pontuar a importância das sucursais, numa época em que não se tinha Internet, telefone celular, câmara digital, sendo fundamental a presença do profissional de comunicação no local onde o fato acontecia.

Nos anos 70, por exemplo, o Brasil vivenciou o período mais repressivo da ditadura militar. A censura aos meios de comunicação, a partir do AI-5, influenciava não só na seleção dos fatos que poderiam ser noticiados, mas também na conduta dos jornalistas. Nem tudo podia ser dito, fotografado, tampouco mostrado. As idéias oposicionistas ao regime ditatorial eram reprimidas. Era proibida a livre expressão de pensamento. Havia até um “livro negro” da censura, uma espécie de receituário do que era permitido divulgar pelos meios de comunicação de massa.

Por outro lado, foi durante a década de 70 que o país conheceu o chamado “milagre econômico”, chegando a ser a oitava economia do mundo. Esse crescimento na economia à base de empréstimos internacionais, de uma política desenvolvimentista, numa época em que os Estados Unidos protegiam seus aliados para não passar para o lado socialista, acabou se transformando num trunfo para os militares, que defendiam dentro de sua doutrina de segurança nacional que para haver progresso deveria haver ordem, ou seja, não ter oposição.

Os dados positivos na economia, como o crescimento do PIB e das taxas de industrialização, sobretudo no Governo Médici, gerou um discurso oficial de otimismo que foi reproduzido pela mídia e por muitos políticos de direita. Tanto o aspecto econômico como político afetavam profundamente o Nordeste. Afinal, ele era parte

dessa realidade. Assim, o milagre econômico e a repressão política aconteciam também na região.

O Nordeste que o JB mostrou nos anos 70 foi híbrido, contraditório, complexo. Economicamente, era apresentado como uma região que havia mudado, com altos índices no PIB, crescimento industrial; grande potencial energético e agrícola; construindo estradas, portos, barragens, açudes, universidades, hospitais, viadutos, praças, centros sociais; um balcão de projetos sociais e de infra-estrutura, sobretudo de irrigação e de colonização; um comércio crescente e uma rede de serviço atuante. Tudo isso alimentado com recursos do Finor, da Sudene, Dnocs, Codevasf, que tinham um papel destacado no desenvolvimento regional, numa época em que o liberalismo econômico imperava no país, com um Estado burocrático, centralizador, “inchado” de funcionários públicos. Enfim, esse era o Nordeste de um discurso muito mais publicitário das ações do governo federal e estadual, como prestação de contas, que foi pautado, sobretudo, no suplemento especial Caderno Nordeste, onde os de 1975 e 1976 se apresentavam claramente contagiados pelo otimismo dos indicadores econômicos.

O Nordeste turístico começa a ser mais enfatizado nos finais dessa década, quando a malha viária se amplia e a rede hoteleira na região se expande. Recife, Fortaleza, Salvador, Maceió, Natal e São Luís do Maranhão passam a disputar mais espaço na mídia. Mas, é nos anos 80 que o turismo na região vai ser mais enfatizado, destacando a beleza das praias com ondas mansas e coqueirais, a gastronomia diversificada, a beleza das capitais, os museus, as igrejas barrocas, o rico folclore, o artesanato, os velhos engenhos, os folguedos populares, o aconchego do povo.

Politicamente, o Nordeste dos anos 70 é o Nordeste da ditadura, com censura prévia, com governadores, senadores e prefeitos das capitais nomeados pela junta militar. É o Nordeste da abertura política, em que políticos exilados, como Miguel Arraes, voltam do exílio e ocupa espaço na mídia e no imaginário social. É o local de políticos que são contra a abertura política, como o ex-senador Nilo Coelho, líder do PDS. É onde surge as primeiras greves canavieiras durante a ditadura e onde se tem grande mobilização social no final do período ditatorial. É lá a terra de Lula, líder sindical, fundador do PT, aumentando o foco da região na mídia.

A abertura política possibilitou, também, mostrar o lado progressista da Igreja Católica. Com isso, religiosos como, por exemplo, Dom Hélder Câmara passou a ocupar muito espaço no JB, seja por afinidade pessoal que alguns jornalistas tinham

com o arcebispo de Recife e Olinda, seja pela linha editorial do jornal que permitia a imagem e as idéias do religioso que vão se intensificar nos anos 80, quando muitos políticos vinham visitá-lo em busca de seu apoio, de seus conselhos e de sua amizade.

Socialmente, o Nordeste nesse período começava apresentar uma melhora nos indicadores sociais, mas os números refletiam uma realidade extremamente desigual, aonde o “milagre econômico” não chegou. Era uma região com mocambos, déficit habitacional, alto índice de analfabetismo, enchentes periódicas, flagelo da seca. Mas, que aparecia com um tutor para resolver esses problemas. Assim, era comum, durante as grandes secas e enchentes o Presidente do Brasil aparecer com seus ministros para liberar verba para a região. A Sudene fazia essa ponte entre o governo, o povo, o empresariado e a mídia.

Nessa época, os jornalistas não desenvolviam um jornalismo investigativo. Não podiam denunciar corrupção nos órgãos públicos, mostrar obras inacabadas, nem realçar os problemas sociais, tampouco criticar as ações do governo em relação às políticas sociais no país, que eram movidas pelos princípios de integração e desenvolvimento regional.

No final dos anos 70, com a anistia, a abertura política, o habitus jornalístico passa a ser menos controlado pela ditadura e passa a realizar um trabalho menos amordaçado e mais informativo. As sucursais dos jornais desempenhavam um papel fundamental na distribuição de notícias, pois não havendo tecnologias comunicacionais mais instantâneas, como, é o caso, por exemplo, da Internet e do celular, em que permitem um maior número de fontes disponibilizando informações sem a obrigatoriedade de ser jornalista, naquela época com a reserva do mercado do jornalista, com o padrão taylorista-fordista de produção, o papel de informar cabia substancialmente ao habitus jornalístico. Além do mais, o jornalista era responsável pelo que escrevia e nem tudo, como foi dito antes, podia ser escrito e veiculado.

Assim, as sucursais jornalísticas funcionavam como verdadeiras agências de notícias, dando visibilidade ao que acontecia no Nordeste, sobretudo em Recife, uma vez que as grandes autarquias de desenvolvimento para região eram instaladas na capital pernambucana, transformando-a no grande centro de poder regional com visibilidade nacional. Afinal, era lá em que se decidia sobre os projetos, os investimentos, a política regional nordestina.

Como as sucursais têm maior número de funcionários do que só quando se tem correspondente, os jornalistas das primeiras têm um campo maior para atuar na busca de notícias, produção de pauta e apuração dos fatos, pois não ficam restritos ao que é excepcionalmente fato jornalístico de dimensão nacional ou internacional. Assim, as sucursais acabam não trabalhando apenas com matérias “quentes”, mas também produzindo muitas “matérias frias”, como no caso de turismo e cultura. E foi isso que aconteceu com o Nordeste. As sucursais puderam mostrar outros nordestes, não só aquele da política, dos *faits divers* (catástrofes, enchentes, acidentes etc.), mas o Nordeste das praias paradisíacas, multicultural, de artistas, intelectuais, dando mais aparição à região e possibilitando mostrar várias imagens e identidades nordestinas.

A fotografia, no período, era a grande mídia visual que dava forma às representações, que materializa os fatos para o leitor do jornal ver. Naquela época não se desconfiava muito da veracidade do objeto fotografado, a trucagem e a simulação eram menos comuns do que se é hoje, que se pode contar com o poder das câmeras digitais e dos *softwares* para fotografia. O uso das câmeras analógicas exigia uma maior habilidade técnica do usuário, bem como o preço das máquinas fotográficas não era tão acessível a grande parcela da população, portanto o mundo era menos fotografado, as pessoas não registravam tanto os eventos do dia a dia como acontecem atualmente que até em celular se fotografa. O fotógrafo profissional era, praticamente, quem fotografava os grandes acontecimentos na vida da população. E, o repórter fotográfico, além de ter que habilidade técnica, tinha que ter faro jornalístico, mesmo não necessitando ter diploma de jornalista. Ele precisava conhecer a linha editorial do seu jornal, saber o que interessava ou não aos seus editores e ao público do seu veículo. De nada adiantava seus interesses pessoais de pauta, de agenciamento de fatos para o jornal, se a empresa jornalística para qual trabalhava não compartilhasse com o conteúdo de sua mensagem fotográfica, ou ainda, se os censores da ditadura não permitissem a veiculação de determinada fotografia.

No jornalismo dos anos 70, repórter fotográfico era uma categoria majoritariamente exercida por homens. Era uma função que nem sempre dispunha do mesmo prestígio profissional que tinha um repórter, um redator, um jornalista diplomado. Por outro lado, os fotógrafos eram quem davam concreticidade visual às imagens que os jornalistas escreviam. As fotografias além de resumir a matéria jornalística, eram testemunhos, serviam de documento, de prova, por isso, era uma

mídia poderosa que os militares procuravam controlar, manter sob a mira da censura. Muitos fotógrafos tinham suas máquinas apreendidas ou eram presos se fotografassem cenas que contrariassem aos ditadores.

Assim sendo, o fotojornalismo da década de 70, também, não era investigativo. Muitas vezes limitava-se a fotografar o possível, o tolerável pelos censores, o aceitável. Todavia, muitos repórteres fotográficos procuravam encontrar brechas na censura para poder ir além de suas pautas, das amarras da ditadura.

Durante esses anos o repórter fotográfico Natanael Guedes trabalhou no *Jornal do Commercio* até 1974, quando o JC sofreu sua pior crise econômica, deixando de circular, e depois foi contratado pelo JB para atuar na sucursal de Recife. Agora, a fotografia de Natanael tinha projeção nacional, outros públicos poderiam conhecer o seu Nordeste.

Ao fotografar nesses anos de maior repressão política aos movimentos sociais, ao povo e à imprensa, Natanael divulgou o Nordeste do discurso oficial, do milagre econômico, das ações dos governos federal e estadual, como requeria o habitus jornalístico da época, mas também mostrou o seu Nordeste, o que enxergava, amava e admirava. Havia essa possibilidade no JB de ele mostrar a Praia de Maria Farinha, sua terra natal, as pontes do Recife que tanto gostava de passear, as crianças brincando ao lado da fogueira de São João, a gastronomia à base de peixe, os cruzeiros das cidades, a cultura popular. Enfim, seus gostos e marcas pessoais.

As enchentes, a seca, por exemplo, sempre apareciam com um ar mais romântico, bucólico do que a realidade. A sombrinha aberta é muito presente nas suas fotografias de cheias na cidade. Suas fotos de “matérias frias”, sobretudo as ambientais e as do Caderno Nordeste, eram muitas vezes trabalhadas, planejadas e idealizadas. O que o JB publicava nas suas páginas, nem sempre eram flagrantes da vida, a realidade do Nordeste brasileiro, mas idealização, traços do real que Natanael emprestava à sua fotografia. Foi assim na capa do Nordeste de 1975, onde o barco navegando no rio, passa em frente à chaminé, é uma imagem criada por Natanael; no Caderno de 1980, em que um pescador lança sua rede ao rio, no momento em que passa uma jangada, é outra idealização do fotógrafo com olhar litorâneo.

O JB abria, assim, espaço para seus jornalistas mostrarem o seu Nordeste, não só aquele da realidade fria e dura dos indicadores sociais, da pobreza, do flagelo da seca, das águas das chuvas entrando nas casas. Ou ainda, o da vida diária, da história

cotidiana, política e econômica da região que a censura prévia permitia veicular. Mas também, o Nordeste das belas praias e paisagens naturais, de um povo forte, de uma cultura híbrida, heterogênea e rica de simbologia.

Nos anos 80 o cenário político nacional mudou radicalmente, a abertura política leva ao fim do ciclo militar e isso afetou não só a vida da população, a articulação do poder, mas também o campo jornalístico. Foi um período em que os Estados Unidos não se interessavam mais em ter ditaduras na América Latina, o socialismo passava por uma crise imensa de identidade, a política econômica do *Welfare State* perdia força para o neoliberalismo, a robótica e microeletrônica se desenvolvia rapidamente, a terceirização passava a substituir os empregos, a economia se globalizava e se viu o fim da Guerra Fria, a desintegração do Leste Europeu entre tantas mudanças na geografia econômica e humana da Terra. A própria idéia de dependência dos países periféricos dos países centrais passa a ser repensada sob outros paradigmas.

A ditadura depois de 21 anos deixa de existir, sendo o general João Figueiredo o último governante militar. A democracia, pouco a pouco, foi restaurada, havendo eleições diretas para governador, senador e prefeitos de todos os municípios brasileiros. Houve uma forte mobilização social pelas eleições Diretas para Presidente da República, mas o Congresso Nacional não aprovou a Emenda Dante de Oliveira. Diante do insucesso do Movimento das “Diretas Já”, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, se articulou com vários partidos de esquerda e moderados, prometendo fazer uma “Nova República”. Viajou por muitos estados, inclusive nordestinos, em busca de apoio. Acabou ganhando no colégio eleitoral a presidência do Brasil. Mas, nunca chegou a ser empossado, por motivo de doença, assumindo o seu vice, ex-Arena, o nordestino José Sarney, que acabou sendo o primeiro Presidente da República do Brasil civil, com a morte de Tancredo.

Sarney, sendo um político nordestino, colocava o Nordeste na mídia em geral. Fez um governo marcado por choques na economia, obtendo inicialmente altos índices de aprovação social com o Plano Cruzado e distribuição de leite para a população carente. Todavia, a economia começou a desacelerar, houve várias greves, recessão econômica, moratória, diminuição de verbas para as regiões e os estados-membros, a inflação era altíssima, enfim, economicamente foi um período muito delicado para o país. Mas, politicamente foi uma década da restauração da democracia. Foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte para se fazer uma nova Constituição do país,

que acabou sendo promulgada em 1988. E, em 1989, o povo elege outro “nordestino”, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, numa disputa acirrada com outro nordestino, o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

Então, politicamente, os anos 80 foram marcados, também, por políticos nordestinos disputando os mais altos cargos da nação, pautando a região em todas as mídias e, especialmente, nos jornais. Sarney, Collor e Lula foram os políticos que tiveram mais visibilidade porque disputaram a presidência da República, chegando os dois primeiros a vencer o pleito eleitoral, seja indiretamente ou diretamente pelo povo. E, Lula foi a grande “vedete” das esquerdas, fundador do PT e líder sindical do maior sindicato do Brasil, o do ABCD paulista.

As visitas de Lula a sua terra natal, em Garanhuns, ao arcebispo de Dom Hélder Câmara, sua campanha política nas cidades nordestinas, as greves que liderava, sua posição política, tudo isso esteve nas páginas do JB, em texto e em foto. Collor foi rotulado como “o caçador de marajás”, o que o colocava nos holofotes da mídia. Quando se candidatou à presidência da República, ficou mais fácil ganhar de seus concorrentes, pois era apoiado por grande parte da mídia e setores da direita. Sua performance pessoal e sua campanha para presidente fazia de Collor um personagem midiático, inclusive no JB. E, Sarney foi o presidente do Brasil de 1985 a 1989, onde suas ações de governo, visita aos estados, reuniões na Sudene e ministeriais ocuparam as páginas dos jornais brasileiros.

Além desses políticos, muitos outros políticos nordestinos tiveram destaque no cenário nacional, no Jornal do Brasil, durante as eleições, seja para prefeito, governador ou senador, como, por exemplo, Jarbas Vasconcelos, Miguel Arraes, Roberto Freire, Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães, Joaquim Francisco, José Múcio, Roberto Magalhães, Gustavo Krause, Marcos Freire, Maria Luísa Fontenelle, Luísa Erundina e Wilson Braga.

O Nordeste aparece, assim, como uma região atuante no cenário da política nacional. O JB mostrou nas suas páginas um povo nordestino que votou, foi às ruas, reivindicou, protestou, lutou e se posicionou. Um povo que se politizava diariamente. Um povo que também tinha grandes artistas e intelectuais que davam visibilidade à região, como era o caso de Luiz Gonzaga, Capiba, Alceu Valença, Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, João Cabral de Mello Neto, Francisco Brennand, entre muitos outros.

A ala progressista da Igreja Católica ocupou muito espaço no JB. Foram divulgadas, também, matérias que aliavam atuação da igreja como simpatizante e partidária do PT, principalmente, no interior de Pernambuco.

Certamente, o Nordeste dos anos 80 não foi o do milagre econômico, mas o Nordeste da recessão, com altos índices de inflação e desemprego, em busca de recursos federais, fruto do cenário nacional da época. Um Nordeste com uma Sudene enfraquecida, sem poder criar muitos projetos sociais. Um Nordeste, em que a indústria da seca passa a ser denunciada, com desvios de verbas por parte de alguns políticos e funcionários de autarquias. Um Nordeste com as feridas sociais mais expostas. Um Nordeste em que ao invés de se plantar mandioca se plantava maconha, mas que só vem à tona por conta de uma maior flexibilização na política, podendo os jornalistas, dentro do possível, realizar um jornalismo mais investigativo do que a década anterior.

A violência no campo, nos presídios, entre famílias nordestinas passaram, também, a ocupar mais espaço na mídia dentro de um habitus profissional em que se permitia denunciar, se não tudo, pelo menos alguma coisa. Os estragos das enchentes em Recife e Natal, o flagelo da seca no sertão, os mocambos, a fome de alguns nordestinos continuavam a aparecer no *Jornal do Brasil*, porque a realidade de grande parte da população não mudava, mostrando a região como um espaço de desigualdade social.

As belezas das praias, os coqueirais, as jangadas, as redes, o artesanato, a arquitetura das cidades, os engenhos, os museus, as igrejas, a cultura popular foram enfatizados nos anos 80, aumentando o fluxo turístico na região, numa época em que a globalização da economia se expandia.

E, Natanael fotografou todas essas facetas do Nordeste, tanto no período de linha dura, de repressão, como na década em que a democracia foi restabelecida e a imprensa pôde ser mais livre, mais atuante, menos compromissada e “amordaçada”. Ele esteve no “furacão da história”, na turbulência da democracia, no meio do povo e dos homens do poder, colocando o seu Nordeste, o seu olhar, na pauta diária do *Jornal do Brasil*. Suas marcas, seu estilo, sua visão de mundo estão emprenhadas em suas fotografias. O Nordeste foi o tema de seu fotojornalismo e de sua vida. Uma vida nordestina, de um homem litorâneo, acostumado a se deslumbrar com o nascer do Sol, a tomar banho nas águas mornas e mansas de Maria Farinha; a gostar de passear pelas

ruas e pontes do Recife; a se entusiasmar com o carnaval, os fogos do São João e do reveillon da Praia de Boa Viagem, no final do ano. Um nordestino fã de Luiz Gonzaga e de suas melodias, que tinha um apego imenso à cultura popular, a ponto de ter recebido o título de “Memória Viva do Recife”, da prefeitura da cidade, e o Troféu “Amigo da Cultura”, pelo Bloco Flor da Lira.

Então, o Nordeste que se apresentou tanto nos anos 70 como nos anos 80 foi de uma região híbrida, contraditória, polissêmica, cheia de representações e de significados diversos. Foram vários os Nordestes e imagens da região que o JB estampou em suas páginas e fotografias. Foi o Nordeste do milagre econômico, o Nordeste que se desenvolve, o Nordeste que se transforma. O Nordeste do balcão de projetos, da Sudene alavancando a indústria, irrigando o vale do São Francisco. O Nordeste da ditadura, com o povo reprimido, sem poder eleger seus representantes. O Nordeste da seca, das enchentes, dos mocambos e da fome. O Nordeste farto, das casas grandes, dos casamentos entre ricos. O Nordeste paradisíaco, de belas praias, com coqueiros, belezas naturais. O Nordeste multicultural. O Nordeste dependente dos recursos federais. O Nordeste dos grandes políticos. O Nordeste de gente forte, alienada e sofredora. O Nordeste politizado. Enfim, Nordestes. Nordeste dos indicadores sociais, da geografia da seca, de uma história brava, de intelectuais como Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, José Américo Almeida, Graciliano Ramos, Djacir Menezes, Josué de Castro, Ariano Suassuna, João Cabral de Melo Neto, Jorge Amado e de tantos outros. O Nordeste do povo anônimo, do sertanejo, do praieiro, do favelado, do brejeiro, dos jornalistas da sucursal do JB em Recife e do repórter fotográfico Natanael Guedes. O Nordeste de todos os brasileiros.

Nordeste fragmentado e híbrido que gera identidades fragmentadas. híbridas e contraditórias, não homogêneas, fazendo com que o nordestino tenha uma multiplicidade de identidades, podendo ser dominantes ou dominadas em determinada posição social, conforme chamam a atenção Laclau e Mouffe. Nordeste inacabado, em construção, que precisa ser mais desmistificado, pesquisado e desvendado.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira et alii. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste*. 2 ed. Rio de Janeiro Cortez, 2001.
- ALEGRE, Maria Sylvia. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Miriam (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papyrus, 1998.
- ALMEIDA, José Américo. *A bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho. In: TEIXEIRA, Francisco. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 109-162.
- AMARAL, Luiz. *Jornalismo – matéria de primeira página*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- _____. *Técnicas de jornal e periódico*. 4 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- AMORIM, Paulo Henrique (org.) *Lições de jornalismo*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1998.
- ANDRADE, Joaquim Marçal. *História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste* 6 ed. e: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- _____. *As raízes do separatismo no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.
- AUMONT, Jacques. *A imagem*; tradução de Estela Santos. Campinas: Papyrus, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 15-36.
- BACELAR, Tânia e outros (orgs). *O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional*. Recife: Ed. Universitária, 1994.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 2 vols. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBALHO, Alexandre. *Cultura e imprensa alternativa*. Fortaleza: UECE.
- BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- BARROS FILHO, Clóvis & MARTINO, Luís. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*; tradução de Júlio Guimarães. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. *Elementos de semiologia*. 15 ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- _____. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BAUER, Martin & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som*; tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.*
- BAURET, Gabriel. *A fotografia: história, estilos, tendências, aplicações*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- BELTRÃO, Luiz. *O jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

- BENJAMIM, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica, 1998***.
- BITTENCOURT, Luciana. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Miriam (orgs.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998, p. 197-212.
- BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. “FACES da cidade”. In: KOURY, Mauro (org.). *Imagens e Ciências Sociais*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1998, p. 119-132.
- BORDENAVE, Juan. *Além dos meios e mensagens*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BORGES, Vavy. A imprensa como fonte de pesquisa histórica: e experiência de uma década na PUC-SP. São Paulo: Cortez, 1983. Ano 2, nº. 6.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. *Espace social et gèneses des classes*. In: Actes de la Recherche en sciences sociales. Nº 52-53 – juin 11984.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*; tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BURITY, Joanildo (org.). *Cultura e identidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CAMPELO, Sebastião. *Quatro séculos de exploração*. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.
- CASTELLS, Manuel. 2 ed. *O poder da identidade*. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. 11 ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.
- CASTRO, Gustavo. *As comunidades do Dom: um estudo de CEB's no Recife*: Fundaj, Ed. Massangana, 1987.
- CARAVELAS, Luciana & SOARES, Thiago. *O fotojornalismo de Natanael Guedes*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2006 (prelo).
- CARDOSO, Fernando & FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.
- CÉSAR, Arnaldo. “Apuração, edição, fechamento”. In: AMORIM, Paulo Henrique (org.) *Lições de jornalismo*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1998, p. 55-72.
- CHAGAS, Carlos. *História contada pelos jornais e jornalistas*. ***
- COELHO, Marcos & TERRA, Lygia. *Geografia geral*, São Paulo: 2001.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões*. 21 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- DAMATTA, Roberto. Globalização e identidade nacional. In: ”. In: MENDES, Cândido (coord.) *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. São Paulo: Record, p. 169-181.
- DA VIÁ, Sarah. *Opinião pública: técnica de formação e problemas de controle*. São Paulo: Loyola, 1983.

- DIMENSTEIN, Gilberto & KOTSCHO, Ricardo. *A aventura da reportagem*. São Paulo: Summus, 1990.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. 5 ed. São Paulo: Summus, 1986.
- UARTE, Jorge & BARROS, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação* São Paulo: Atlas, 2005.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*; traduzido por Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1994.
- EDWARDS, Elisabeth. “Antropologia e fotografia”. In: *Cadernos de antropologia e imagem*. Rio de Janeiro. N. 2 , 1996, p. 11-28.
- ERBOLATO, Mário. *Técnica de Codificação em Jornalismo*. São Paulo: Ática, 1991.
- FABRIS, Annateresa. *Identidade virtuais.: uma leitura do retrato fotográfico*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2004.
- FATORELLI, Antonio. *Fotografia e viagem: entre a natureza e o artifício*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Miriam (orgs.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.
- FERREIRA JÚNIOR, José. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Senac, 2003.
- FERREIRA, Maria Regina. *Coronelismo e poder local*. Recife: Sopece, 2002.
- FESTA, Regina. *Comunicação popular alternativa no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2000.
- FURTADO, Celso e outros. *Nordeste: o tempo perdido*. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1986.
- GIOVANNINI, Giovanni. *Evolução na comunicação: do sílex ao silício*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- GOMES, Carla Nogueira. *A brasilidade nordestina: a definição de um espaço e de uma cultura nordestina na década de 20*. Recife, dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Pernambuco, 1989.
- GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: BACELAR, Tânia e outros (orgs). *O GTDN,: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional*. Recife: Ed. Universitária, 1994., p. 150-160.
- GUARESCHI, Pedrinho et al. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis, 2000.
- GUEDES, Natanael & GUEDES, Palmira. *Revelações*. Olinda: Editora Livrorápido, 2004.
- GUIDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GUIDENS, Anthony & RUNRNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.
- HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A., 1998.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 11 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

- HOHLFELDT, Antonio et alii. *Teorias da comunicação: conceitos, escola e tendências*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil* 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 1996.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. São Paulo: Edusc, 2001.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- _____. “Memória da comunicação brasileira: superando o modismo cultural”. In: *Cadernos Intercon*. São Paulo: Cortez, 1983. ano 2, nº. 6.
- KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- KOURY, Mauro. *Imagens e Ciências Sociais*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1998.
- KUBRUSLY, Cláudio. *O que é fotografia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LACERDA, Santos. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. “Além da positividade social: antagonismos e hegemonia”. In: *Hegemony and socialist strategy*. London: Verso, 1985, (circulação restrita a trabalhos em sala de aula –tradução provisória de Joanildo Burity, Aécio Amaral e Josias de Paula).
- LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Ideologia e técnica da notícia*. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2001.
- LEITE, Miriam (orgs.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998, p. 213-260.
- LEITE, Miriam. “Fotografia e história”. In: *Caderno Intercon*. São Paulo: Cortez, 1983. ano 2, nº. 6.
- LIMA, Carlito. *Nordeste Independente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- LIMA, Luiz (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LITHEJOHN, John. *Fundamentos da comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LISSOVSKY, Maurício. Sob o signo do “clic”: fotografia e história em Walter Benjamin. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Miriam (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.
- LOIZOS, Peter. “Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa” In: BAUER, Martin & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa, com texto imagem e som*.***
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- MARTINO, Luís. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paullus, 2003.
- MATA, Roberto da. *O que faz o Brasil Brasil?* 12. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- MATTELART, Armand & Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- MELO, José Marques (org.). *Comunicação: teoria e pesquisa*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

- MELO, José Marques. *História do pensamento comunicacional*. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. *Teoria da comunicação.:paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MELO, José Marques *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MENDES, Cândido (coord). *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. São Paulo: Record, 1996.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MORAES, Ary. “ A revolução da infografia”. In: AMORIM, Paulo Henrique (org.) *Lições de jornalismo*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1998, p. 73-8.
- MORAES, Denis (org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MORAES, Luciano. “A pauta”. In: AMORIM, Paulo Henrique (org.) *Lições de jornalismo*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1998, p. 11-24.
- MOREIRA, Igor. *O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil*. 41ª ed. São Paulo: Ática, 1998,
- MOREIRA LEITE, Mirian. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: eco, 1993.
- _____. Texto verbal e texto visual. GT “Usos da imagem nas ciências sociais”, XVII Encontro Anual da Anpocs, 1993.
- MOUFFE, chantal. “Feminismo, Cidadania e política democrática radical”. In: *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 103.
- NEIVA Jr., E. *Comunicação: teoria e prática social*. São Paulo: Brasiliense***
- NETO, João Cabral. *Poesias completas (1940-1965)*. Rio de Janeiro: Ed. Sabiá, 1968.
- NOBRE, Freitas. *Imprensa e liberdade: princípios constitucionais*. São Paulo: Summus, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)geado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais e p “escândalo” Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.
- PEIXOTO, Clarice. “Caleidoscópio de imagens: o uso do vídeo e a sua contribuição à análise das relações sociais”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA PEREIRA JR., Alfredo. *Decidindo o que é notícia*. 3 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- PERRUSI, Artur. *Imagens da loucura: representação social da doença mental na psiquiatria*. São Paulo: Cortez; Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995. .
- PERSICHETTI, Simonetta. *Imagens da fotografia brasileira 1*. São Paulo: Senac, s/d.
- PILETTI, VICENTE. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

- PINHEIRO, Jane. “Antropologia, arte, fotografia: diálogos interconexos”. In: *Cadernos de antropologia e imagem* “. Rio de Janeiro. N. 10 , p. 1124-133, 2000.
- PINNEY, Christopher. “A história paralela da antropologia e da fotografia”. In: *Cadernos de antropologia e imagem* “. Rio de Janeiro. N. 2 , p.29-51,1996.
- PINTO, Virgílio. *Comunicação e cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1993.
- POLISTCHUCK, Llana & TRINTA, Aluizio. *Teorias da comunicação: o pensamento e a prática da comunicação social*. São Paulo: Campus, 2003.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PROENÇA, Graça. *História da arte*. São Paulo: Ática, 2002.
- QUEIROZ, Raquel. *O quinze*. 72 ed. São Paulo: Arx, 2002.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: José Olympio.***
- RECTOR, M e NEIVA, E. *Comunicação na era pós-moderna*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- REGO, José Lins. *Menino de engenho*. 85 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- RIBEMBOIM, Jacques. *Nordeste independente*. Recife: Ed. do autor, 2002.
- RIBEIRO, José Alcides. *Imprensa e ficção no Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 1996.
- RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas. 1937 a 1997*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- RICHARDSON, Roberto. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Imagens e aprendizagens na sociologia e na antropologia. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Miriam. (orgs.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papyrus, 1998.
- RODRIGUES, Marly. *A década de 80: Brasil quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1992.
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAMAIN, Étienne. “Um retorno à câmara clara: Roland Barthes e a Antropologia” visual.” In: RUBIM, Antonio et alii (org.). *O olhar estético na comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 37-50.
- SANTAELLA, Lucia & NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- SANTOS, José Vicente. *Colono do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SEBOK, Thomas. Comunicação. In: RECTOR, Mônica & NEIVA, Eduardo. *Comunicação na era pós-moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 50-64.
- SENAC. *Fotografia*. São Paulo: Editora Senac, 2002.
- SILVA, Carlos. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.
- SILVA, M. Ozanira. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

- SILVEIRA, Rosa Maria. *O regionalismo nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984.
- SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.5
- SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Maud, 1999.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. Traduzido por José Afonso Furtado. Lisboa: Dom Quixote, 1986.
- TEIXEIRA, Francisco (org). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1996.
- THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TOFLIN, Alvin. *A terceira onda*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- TRAVANCAS, Izabel. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.
- TRIVINOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VESENTINI, J. William. *Sociedade e espaço: geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- ZAIDAN FILHO, Michel. *O fim do Nordeste & outros mitos*. São Paulo: Cortez, 1991.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

Endereços eletrônicos:

- [http://BACELAR, Tânia. Revista teoria e debate](http://BACELAR,Tânia.Revista%20teoria%20e%20debate). http://www.fpa.org.br/td/td19/td19_nacional.htm, capturado em 26/12/85.
- <http://www.bnb.gov.br/>, capturado em 17/10/04 as 08:58
- <http://www.bractaceae.org/hidrografia.html>, capturado em 16/10/04 às 21h50.
- http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/regime_militar.html, capturado em 27/04/05, às 15h25)
- http://www.dnocs.gov.br/atuacao_iframe.html, em 16/10/2004, as 22h10
- <http://www.dner.gov.br/> capturado em 20/01/05, as 10h50
- <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>, capturado em 16/10/04, Às 21h15
- http://www.fae.br/cur_jornalismo/campo_atuacao.html, capturado em 27/04/05, às 09h35.
- [http://Famílias tradicionais do Nordeste consolidaram poder com verba da Sudam e Sudene.htm](http://Famílias%20tradicionais%20do%20Nordeste%20consolidaram%20poder%20com%20verba%20da%20Sudam%20e%20Sudene.htm), capturado em 26/12/05.
- <http://www.feriasbrasil.terra.com.br/scripts/cidade>, capturado em 16/10/04 as 22h55.
- <http://www.infraero.gov.br/>, capturado às 11:40, em 20.01.05
- http://jbonline.terra.com.br/destaques/nascimentobrito/mat_3.html, capturado em 27/04/05, às 16h25.
- <http://www.iphan.gov.br/bens/Mundial/p18.htm>, capturado em 16.10.04, às 19h20.
- http://jbonline.terra.com.br/destaques/nascimentobrito/mat_3.html, capturado em 27/04/05, às 16h25.
- http://www.miniweb.com.br/Artes/artigos/fotografia_brasil.html, 12/06/05, às 14h25.
- <http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/glossario/j/joranl-brasil.htm>, capturado em 27/04/05, às 19h03.
- <http://www.sudene.gov.br/>, capturado em 20/01/05, às 22h50.
- <http://www.transportes.gov.br/>, capturado em 20/10/05, às 22h18.

<http://Revista Teoria e Debate nº19 -nacional - Fundação Perseu Abramo.htm>,
capturado em 26/12/05.

<http://Visor IPEA - ano II, nº. 5 - setembro 1997.htm>, capturado em 24/12/05, às
19h50.

Jornais

ARFOC. *Photograma*. Recife, maio de 1990.

Jornal do Brasil. *JB*, edição centenário, domingo 7 de abril de 1991.

Jornal do Brasil. *Caderno Nordeste 75*, 28 de novembro de 1975.

Jornal do Brasil. *Caderno Nordeste 76*, 26 de novembro de 1976.

Jornal do Brasil. *Caderno Nordeste 77*, 25 de novembro de 1977.

Jornal do Brasil. *Caderno Nordeste 78*, 15 de dezembro de 1978.

Jornal do Brasil. *Caderno Nordeste 79*, 23 de novembro de 1979.

Jornal do Brasil. *Caderno Nordeste 80*, 28 de novembro de 1980.

Jornal do Brasil. *Caderno Nordeste 81*, 31 de julho de 1981.

Jornal do Commercio. *Revista JC*. Recife, dezembro de 1967.

Ata da Sessão de Arguição de Tese de LUCIANA CARAVELAS CESAR GUEDES do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos dezessete dias do mês de maio ano de dois mil e seis, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o Exame de Tese de Doutorado de LUCIANA CARAVELAS CESAR GUEDES, intitulada: *"A IMAGEM DO NORDESTE NO JORNALISMO BRASILEIRO NO CONTEXTO DOS ANOS 70 E 80. ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS E TEXTOS DO JORNAL O BRASIL"*. A Comissão foi composta pelos Professores: **Dra. Lilia Maria Junqueira** – Presidente/Orientadora; **Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares** - Titular Interno – PPGS; **Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley** - Titular Interna – PPGS; **Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior** - Titular Externo – CAC/COMUNICAÇÃO/UFPE; **Dr. Michel Zaidan Júnior** – Titular Externo – PG em Ciência Política/UFPE. Dando início nos trabalhos a Professora **Lilia Maria Junqueira** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra à autora da Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar a **Dra. Lilia Maria Junqueira** – presidente da mesa e orientador da candidata solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão aprovando a Tese por unanimidade. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 17 de maio de 2006.

Zuleika Elias,

Dra. Lilia Maria Junqueira

Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares

Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior

Dr. Michel Zaidan Júnior

Luciana Caravelas César Guedes

